Setor agrícola
Ministro Carlos Fávaro, da Agricultura, defende na COP30 adiamento da divulgação do novo Plano Clima B14

Gestão
Debate da COP30 oferece importante paralelo com a transformação organizacional, escreve Rachel Maia B2

Ambiente
Brasil e Japão podem criar mecanismo de créditos de carbono associado à pecuária, diz Nakamura, da Ajinomoto B10

Quarta-feira, 19 de novembro de 2025
Ano 26 | Número 6385 | R$ 7,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Com suspeita de fraude de R$ 12 bi, BC decreta liquidação do Master; Vorcaro é preso

Bancos Ação do regulador encerrou novela que se arrastava há meses; banqueiro foi detido quando tentava sair do país

De São Paulo, Brasília e do Rio

O Banco Central decretou ontem a liquidação extrajudicial do Banco Master, encerrando uma longa novela. Desde o anúncio de um acordo com o Banco de Brasília (BRB), há oito meses, ficou claro que a instituição de Daniel Vorcaro enfrentava problemas de liquidez e não conseguiria se reequilibrar sozinha. A quebra do banco, desse modo, não foi uma surpresa e, apesar do custo inicial de R$ 41 bilhões para o Fundo Garantidor de Créditos (FGC), deve ser absorvida sem maiores traumas pelo sistema financeiro. Ainda assim, desdobramentos importantes tendem a ocorrer, como possíveis mudanças no FGC e os impactos sobre o BRB.

Vorcaro foi preso pela Polícia Federal (PF) na segunda-feira à noite, no Aeroporto Internacional de Guarulhos, de onde tentava embarcar para Malta em um jato privado. Segundo a defesa do banqueiro, ele teria como destino final Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. Poucas horas antes da prisão, havia sido anunciado um acordo com a desconhecida Fictor, que prometeu se juntar a um grupo de investidores árabes para injetar R$ 3 bilhões no banco. Segundo investigadores, a operação teria sido uma cortina de fumaça para facilitar a fuga de Vorcaro do país.

Apesar da estratégia agressiva do banqueiro na captação de recursos a taxas muito superiores às do mercado, o que levou à intervenção não foi um problema imediato de solvência, mas fortes indícios de fraude. Quando o BC barrou a operação com o BRB em setembro, encontrou problemas em carteiras de crédito consignado que haviam sido compradas do Master desde o ano passado. O regulador encaminhou essas informações para a PF, que descobriu que parte dos contratos, que podem somar quase R$ 12,2 bilhões, teriam sido forjados e registrados em um cartório de São Paulo em abril, após pedido de mais informações feito pelo BC no âmbito da auditoria sobre a operação com o banco do DF. Ao longo dos meses, cresceu no BC a percepção de que as tentativas de venda do Master serviram para tentar encobrir as fraudes. **Páginas A16, B2, C1, C4, C5, C6 e C8**

Caso pode repercutir em empresas de capital aberto

Fernanda Guimarães e Talita Moreira
De São Paulo

A liquidação do Master e a prisão de seu controlador, Daniel Vorcaro, podem ter repercussões em uma série de empresas, muitas delas de capital aberto. São companhias em que o banqueiro investiu direta ou indiretamente, como Oncoclínicas, Atlético Mineiro, Westwing e Gafisa, ou que investiram em CDBs emitidos pelo banco. A lista completa é desconhecida, por dois motivos. Um deles é a intrincada cadeia de fundos opacos que compõem os ativos do Master — não há clareza sobre o que está dentro de cada um deles nem sobre quem são os beneficiários desses veículos em estruturas conhecidas no mercado como "fundos de prateleira". A outra razão é que há investimentos que não foram feitos diretamente pelo banqueiro, mas que gravitam em torno dele. **Página C4**

FGC terá que desembolsar R$ 41 bi a depositantes; regra pode mudar

Álvaro Campos
De São Paulo

Com a quebra do Master, o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) terá de desembolsar, nas próximas semanas, aproximadamente R$ 41 bilhões para resgatar 1,6 milhão de depositantes. Com um caixa de R$ 122 bilhões, a medida deve drenar um terço de seus recursos e exigir que o fundo peça contribuições adicionais aos seus cotistas — ou seja, os bancos. Nesse contexto, grandes incumbentes defendem que as autoridades aproveitem a situação para endurecer ainda mais as regras para uso de garantias de depósitos. Como o problema do Master vem se arrastando há muito tempo e um desfecho do tipo era esperado, a expectativa é que o impacto seja absorvido sem grandes problemas. **Página C5**

Stellantis vai produzir carros com Leapmotor

Marli Olmos e André Paixão*
De Betim (MG) e São José dos Pinhais (PR)

A Stellantis decidiu começar a produzir no Brasil carros da parceira chinesa Leapmotor. A informação foi confirmada ao **Valor** pelo presidente global da companhia, Antonio Filosa. O Brasil será o primeiro país fora da China a produzir veículos da marca. Torna-se também o ponto de partida para a Stellantis fazer parte de uma nova fase da indústria automobilística, em que montadoras ocidentais se aliam às orientais para acelerar a eletrificação dos veículos.

Ontem a Renault e a chinesa Geely anunciaram investimento de R$ 3,8 bilhões para produzir pelo menos quatro novos carros, até o final de 2027, na fábrica de São José dos Pinhais (PR). A Geely comprou recentemente 26,4% da Renault no Brasil. *(*Da Autoesporte)* **Página B1**

WASHINGTON ALVES/VALOR

Antonio Filosa: 'Durante 20 anos, a China trabalhou de forma visionária para criar o ecossistema necessário para que carros elétricos sejam competitivos'

Câmara aprova texto-base do PL Antifacção

Murillo Camarotto e Beatriz Roscoe
De Brasília

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou na noite de ontem, por 370 votos a 110, o texto-base do PL Antifacção. Apesar das diversas alterações feitas pelo relator, o deputado Guilherme Derrite (PP-SP), em um total de seis versões, o governo fechou questão e decidiu votar contra o texto, sob o argumento de que a proposta retira recursos da Polícia Federal (PF). O destaque da Federação PT-PCdoB-PV, que buscava suprimir mudanças feitas na distribuição de recursos provenientes de bens apreendidos do crime organizado, foi rejeitado por 298 a 142 votos. A disputa política será travada agora no Senado. **Página A12**

● **Editorial:** Vem aí mais uma exclusão de despesas do regime fiscal. **A20**

O papel das corretoras na venda de CDBs, 'com FGC', do Master
Fernando Torres **C8**

Indicadores

Ibovespa	18/nov/25	-0,30 %	R$ 24,0 bi
Selic (meta)	18/nov/25	15,00% ao ano	
Selic (taxa efetiva)	18/nov/25	14,90% ao ano	
Dólar comercial (BC)	18/nov/25	5,3355/5,3361	
Dólar comercial (mercado)	18/nov/25	5,3171/5,3177	
Dólar turismo (mercado)	18/nov/25	5,3422/5,5222	
Euro comercial (BC)	18/nov/25	6,1796/6,1808	
Euro comercial (mercado)	18/nov/25	6,1604/6,1610	
Euro turismo (mercado)	18/nov/25	6,2338/6,4138	

Pesquisa mostra apagamento de DNA indígena

Fernanda Godoy
Do Rio

A maior e mais completa pesquisa sobre o DNA do brasileiro, liderada pela Universidade de São Paulo (USP), mostra o "apagamento" da herança genética indígena. No Brasil, a ancestralidade paterna, detectada pela transmissão do cromossomo Y, é 71% branca, diante de apenas 2,4% de ascendência indígena paterna. A sobrevivência do genoma dos povos originários se dá pela mulher, que responde por 34,85% do DNA mitocondrial (de transmissão materna), frente a 42,49% de ancestralidade africana, 21,88% europeia e 0,77% asiática.

"Este achado é a evidência biológica de uma história de muito extermínio, que a gente conhece pelos livros. Foi a primeira vez que se mostrou isso de uma forma tão contundente", afirma a geneticista Lygia Pereira, professora da USP e coordenadora da pesquisa, publicada pela revista Science em maio. **Página A22**

Países defendem na COP30 fim da dependência de combustível fóssil

Daniela Chiaretti
De Belém

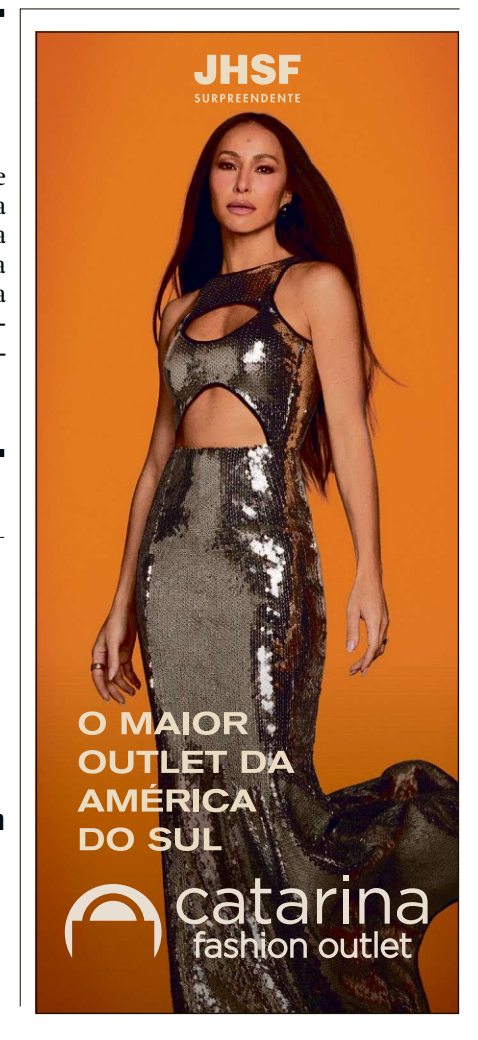
Um grupo de 82 países desenvolvidos e em desenvolvimento apoia que a COP30 lance um mapa do caminho para que o mundo abandone a dependência dos combustíveis fósseis. O anúncio foi feito ontem, em Belém, na coletiva mais concorrida da conferência do clima.

Mas ainda não está claro se será incluído no acordo final algo que torne concreto o que foi decidido em Dubai, há dois anos — que o mundo se afaste do carvão, petróleo e gás de forma justa, ordenada e equitativa. Segundo o ministro do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha, Carsten Schneider, a maioria dos países europeus apoia a iniciativa. "É isso que precisamos para fechar a lacuna de [limitar o aquecimento a] 1,5ºC." **Página A6**

Destaques

Venda de aeroportos
A Motiva (ex-CCR) anunciou ontem a venda de seus 20 aeroportos para a mexicana Asur (Grupo Aeroportuário del Sureste). O valor do negócio é de R$ 11,5 bilhões — R$ 5 bilhões pelos terminais e R$ 6,5 bilhões referentes à dívida líquida das operações. **B8**

Divulgação dos arquivos Epstein
A Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, controlada pelos republicanos, aprovou, por 427 votos a 1, a divulgação dos arquivos do Departamento de Justiça sobre o falecido criminoso sexual condenado Jeffrey Epstein. **A19**



ines249

Faseamento, o corte disfarçado nas despesas

Lu Aiko Otta

Se tem uma coisa que chateia os ministros das áreas finalísticas do governo é o tal do faseamento. Por causa dele, os ministérios não podem gastar o dinheiro que, à luz das regras fiscais, está liberado. Em vez disso, precisam seguir uma programação que na prática adia a execução das despesas. É praticamente um corte que não leva esse nome, inclusive porque é temporário.

O mecanismo é antigo, mas tem chamado a atenção porque seu uso foi intensificado do ano passado para cá. No momento, há um total liberado de R$ 186,2 bilhões, dos quais R$ 23,8 bilhões têm o uso retido por causa do faseamento, segundo dados do Ministério do Planejamento.

Essa foi a forma que os técnicos encontraram para colocar uma dose de conservadorismo na execução orçamentária diante de um quadro incerto para as receitas. Por exemplo: em julho deste ano, o governo incluiu em suas projeções de arrecadação R$ 14,8 bilhões a serem obtidos com o leilão de excedentes de óleo pertencente à União na área do pré-sal. Isso, combinado com outras medidas, permitiu reverter o contingenciamento de R$ 20,7 bilhões que havia até então.

Contingenciamento é o congelamento das despesas acionado quando as projeções de receitas e despesas apontam para o descumprimento da meta de resultado primário — que neste ano é déficit zero, podendo chegar até R$ 31 bilhões negativos, por causa da margem de tolerância. É apontado como uma das manifestações do "austericídio fiscal". Não é bem-visto pela ala política do governo.

Assim, os R$ 20,7 bilhões foram liberados com base numa receita que pode não se concretizar. Se algo der errado, será preciso reduzir gastos para recolocar o resultado primário na meta. Mas, como o leilão está marcado para dezembro, haverá pouco ou nada a ser cortado para contrapor eventual frustração de receitas.

Nesse quadro, o faseamento serve como uma camada de segurança para o cumprimento da meta fiscal. Parte dos recursos descontingenciados em julho não pôde ser utilizada até agora. Se for necessário, haverá o que cortar.

Novas projeções para receitas e despesas do governo serão divulgadas nos próximos dias. Até a tarde desta terça-feira (18), não estava definido se os dados sairão na sexta-feira (21) ou na segunda-feira (24). Compõem o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (Rardp), mais conhecido como "bimestral". É nesse documento que se define o contingenciamento ou o bloqueio de despesas (feito quando os gastos tendem a ultrapassar o limite estabelecido no arcabouço fiscal).

Na semana passada, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse que a tendência é não haver bloqueio nem contingenciamento adicionais nesta edição do Rardp. O faseamento, segundo ela, tem feito "toda a diferença" para conter os gastos. Além disso, as receitas têm tido bom desempenho, destacou.

O faseamento não é definido no "bimestral", e sim num documento derivado dele, o decreto de programação financeira, que sai no fim do mês. Se o decreto vai zerar o faseamento, é algo que ainda está por ser definido. Mas é certo que todo o dinheiro faseado precisará ser liberado até o dia 31 de dezembro, porque se trata de uma dosagem no gasto, e não de um corte.

Ao impedir os ministérios de empenhar, ou seja, comprometer recursos com o pagamento de um gasto específico, o faseamento ajuda a reduzir o chamado empoçamento de recursos, que ocorre quando o ministério não consegue executar a despesa no ano.

Em 2024, quando já havia faseamento, o empoçamento ficou em R$ 12,5 bilhões. É um valor abaixo do padrão visto até então, na casa dos R$ 20 bilhões.

O empoçamento foi citado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, como um elemento que aproxima o resultado fiscal do centro da meta. Ele defende que o governo não mira o piso da margem de tolerância da meta, e sim o centro.

Acompanhar as contas do governo federal é entrar num terreno pantanoso: a contenção de despesas não é o que parece, porque transparência nessa área parece não combinar com palanques.

Destrava?

Defensores do banco Master e suas enroladas operações de salvamento vinham atuando no Congresso contra o Projeto de Lei Complementar (PLP) 281/2019, que trata de resolução bancária, comenta-se nos bastidores. A liquidação extrajudicial da instituição e a prisão de seu dono, Daniel Vorcaro, podem alterar o ambiente político em torno da proposta, que está parada há um ano.

O texto cria o Regime de Estabilização, para ser usado em instituições de importância sistêmica que estejam em dificuldades, e o Regime de Liquidação Compulsória, que implica o encerramento das atividades da instituição.

É um conjunto de normas que busca alinhar a atuação dos reguladores do mercado financeiro do Brasil com o padrão da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Foi proposto no governo passado, mas a atual equipe não negociou alterações substanciais. O texto compõe a agenda de reformas microeconômicas de Haddad.

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras.
E-mail lu.aiko@valor.com.br

Segurança pública Justiça autoriza 41 mandados de prisão e bloqueio de R$ 217 milhões em bens ligados à facção criminosa, segundo governo

Nova fase de operação no Rio mira núcleo financeiro do CV

Alessandra Saraiva e Camila Zarur
Do Rio

As polícias Civil e Militar do Rio de Janeiro, em ação conjunta, deflagraram na terça-feira (18) nova fase da "Operação Contenção", com objetivo de coibir ações de núcleo financeiro da organização criminosa Comando Vermelho (CV), informou o governo do Rio, em informe sobre o tema. Para a ação, a Justiça autorizou 41 mandados de prisão, e 94 de busca e apreensão, além de determinar bloqueio de R$ 217 milhões em bens relacionados à organização criminosa, detalhou o gestor fluminense.

Também foi determinada interdição de oito ferros-velhos, usados em esquemas de lavagem de dinheiro, segundo apuração policial.

A primeira fase da "Operação Contenção", deflagrada há cerca de três semanas, foi ação de segurança, delineada pelo governo Cláudio Castro (PL) na cidade do Rio, que contou com atuação das polícias civil e militar fluminenses e terminou com a morte de 121 pessoas nos complexos do Alemão e da Penha, na zona norte do Rio.

Segundo informações de governo fluminense, por meio de comunicado, entre os alvos de mandado de prisão está o criminoso conhecido como "Mentor de Barricadas", apontado pelas investigações policiais como líder de braço financeiro da facção. De acordo com investigações policiais, esse seria responsável por financiar e fornecer material para erguer estruturas que restringem direito de ir e vir dos moradores.

> Justiça determina interdição de oito ferros-velhos, que seriam usados em esquema de lavagem

Sem citar nomes, o governo do Rio detalhou que o "Mentor de Barricadas" se apresentava como empresário da reciclagem e era responsável por lavar recursos da venda de cobre furtado; fornecer material para construção de barricadas; e integrar a logística e fluxo financeiro entre ferros-velhos e tráfico.

Apuração do portal G1 identificou o "Mentor das Barricadas" como Cosme Rogério Ferreira Dias. O portal informou ainda que Dias foi preso em condomínio de luxo. A mulher dele, Cyntia dos Santos Ferreira, também foi presa e, no local, a polícia apreendeu ainda dois veículos, uma Hilux e um BMW blindados, além de R$ 100 mil em dinheiro, segundo também o G1.

Em nota, o advogado de defesa de Cosme e Cynthia disse que ainda não teve acesso aos autos do processo, que está em segredo de justiça, e nega a participação dos clientes no crime. Segundo a defesa, Cosme tem empresas legalizadas que estão em processo de renovação de certificado de estabelecimento de reciclagem junto à Polícia Civil.

Além de autorizar a operação, bloqueio de recursos acima de R$ 200 milhões, e interdição de ferros-velhos, a Justiça também determinou bloqueio integral de contas e ativos financeiros; sequestro de imóveis de luxo usados para blindagem patrimonial; sequestro de veículos de alto padrão do núcleo financeiro; e afastamento de sócios e responsáveis legais para impedir continuidade das atividades criminosas.

Segundo o governo Cláudio Castro, "a operação mostra que o Rio está enfrentando, com inteligência e integração, aqueles que financiam e fortalecem redes criminosas". Já o secretário de Polícia Civil, delegado Felipe Curi, comentou, em comunicado, que a nova fase da operação representa "golpe direto na espinha estrutural e econômica do Comando Vermelho".

A ação das polícias do Rio ocorreu um dia depois de Castro anunciar plano de ação de operação, que visa remover barricadas colocadas por grupos criminosos nas ruas e praças públicas do Estado. O anúncio foi feito pelo político na segunda-feira (17) e a ação foi denominada "Barricada Zero" pelo governador, sendo esforço integrado entre forças de segurança, secretarias e prefeituras.

FABIANO ROCHA/AGÊNCIA O GLOBO

Barricada na Vila Cruzeiro, no Rio: governo fluminense deflagra nova fase da "Operação Contenção"

Pedido de vista adia decisão do TCU sobre leilão do pré-sal

Guilherme Pimenta
De Brasília

O Tribunal de Contas da União (TCU) adiou para o dia 3 de dezembro a análise do processo que analisa o leilão do pré-sal, que tem potencial de gerar uma arrecadação de até R$ 15 bilhões para a União ainda em 2025.

O processo estava pautado para a sessão desta terça-feira (18), mas foi adiado devido a um pedido de vista do ministro Augusto Nardes, sob o argumento da necessidade de mais tempo para que ele possa analisar o caso.

O leilão está previsto para ocorrer no dia 4 de dezembro. Assim, o TCU analisará uma eventual suspensão do certame, conforme pede o Ministério Público de contas, um dia antes — mas o Tribunal não precisa dar aval prévio antes do leilão.

Em agosto deste ano, o subprocurador-geral do MP junto ao Tribunal de Contas da União Lucas Rocha Furtado questionou a realização do leilão em representação. Ele pediu a adoção de uma medida cautelar para suspender o certame imediatamente, o que foi negado pelo ministro Bruno Dantas, que é relator. A área técnica também foi contra a concessão da cautelar.

O montante da arrecadação de R$ 14,7 bilhões foi previsto pela equipe econômica no Relatório Bimestral de Receitas e Despesas de julho e é considerado crucial para que a meta de resultado primário do governo federal deste ano seja cumprida.

A meta de resultado primário deste ano é de déficit zero, com intervalo de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para cima ou para baixo, equivalente a R$ 31 bilhões. Nesta semana, a equipe econômica divulga o último relatório do ano.

Lucas Rocha Furtado defendeu na sua representação que a tentativa da Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) de alienar direitos em AIPs, "que são acordos operacionais entre empresas que já detêm direitos exploratórios, pode configurar usurpação de competências", o que é negado pelo governo e pela empresa.

Quando o processo voltar à pauta, no início de dezembro, há uma tendência de que seja aprovado sem dificuldades pelo Tribunal de Contas da União.

O ministro Bruno Dantas deve fazer um alerta, no entanto, para que o Ministério de Minas e Energia apresente mais documentos de impacto econômico em futuros leilões, sob o argumento de que a ausência da documentação pode ferir normas da Constituição Federal.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Aegea **A11**
Aena **B8**
Ajinomoto **B10**
Akzo Nobel **B7**
Allos **B3**
Ambipar **C4**
Americanas **B7**
Anthropic **C2**
Apple **B10**
Assaí **B4**
Asur **B8**
Atlético Mineiro **C4**
Aura Minerals **B1**
Axalta **B7**
Banco de Brasília **C6**
Banco Master **C2, C4, C6, C8**
Bank of America **C2**
Binswanger **B3**
Biomm **C4**
BlackRock **C2**
BMW **B1**
Bocater Advogados **C8**
Brasil Terminal Portuário **B6**
BRB **A16**
BTG **A16**
BTG Pactual **B1, C4, C8**
BTP **B6**
BYD **B1, B8**
Carlyle **B7**
CloudFlare **B10**
Corporación América **B8**
Cosanpa **A11**
Dasa **A22**
Decoupling **B8**
Dia **C4**
DP World **B6**
Eleven Financial **C2**
Emae **C4**
Fiat **B8**
Ford **B3**
Gafisa **C4**
GAP **B8**
Geely **B1**
Gol **B3**
Grant Thornton **B4**
Grupo Mateus **B4**
GWM **B1**
Heineken **B2**
Honda **B8**
Hyundai **B8**
Itaipu Binacional **A11**
Itaminas **C4**
J.P. Morgan **C2**
Jeito Caseiro **B12**
Light **C4**
Lobo de Rizzo **C8**
Maersk **B6**
Magazine Luiza **B7**
Master **A2, A16**
Meta **B10**
Metalfrio **C4**
Microsoft **C2**
Motiva **B8**
MSC **B6**
Multiplan **B3**
Nexperia **B1**
Nissan **B1, B8**
Nubank **C8**
Nvidia **C2**
Oncoclínicas **C4**
PGLaw **C8**
PPG **B7**
PPSA **A2**
ProLogis **B3**
Renault **B1, B8**
Rockwell **B10**
Santos Brasil **B6**
Smiles **B3**
Stellantis **B1**
TAP **B8**
Toyota **B8**
Verde Campo **B12**
Veste **C4**
Vinícola Alma Gerais **B12**
Vinícola Maria Maria **B12**
Volkswagen **B8**
Volvo **B1**
Warren Investimentos **A4**
WestWing **C4**
XP **A16, C8**
Zurich **B8**

Valor Econômico 25 anos | 100 anos de Globo
Seja um assinante: Acesse assinevalor.com.br ou ligue 0800 701 8888

INGRESSOS PARA 2026 ESGOTADOS EM MENOS DE 1 HORA.

A paixão acelera o coração dos brasileiros.

FORMULA 1 • MSC CRUISES
GRANDE PRÊMIO DE SÃO PAULO
2025

Os ingressos para as arquibancadas do Grande Prêmio de São Paulo 2026 já estão esgotados. Acelerar o turismo com 75% sendo de fora de São Paulo, gerar 27.300 empregos e impactar positivamente a economia com R$ 2,3 bilhões fazem parte do compromisso do principal evento recorrente do calendário esportivo brasileiro.

Continuamos acelerando.
Ano que vem tem mais: 6, 7 e 8 de novembro de 2026.

Estudo Fundação Getulio Vargas (FGV), com base em dados da Secretaria Municipal de Turismo e do Observatório do Turismo da SPTuris

Founding Partners PortoBank MUBADALA Claro Event Supporters raízen QORE Organization GPSP PREFEITURA DE SÃO PAULO

O logotipo F1 FORMULA 1, logotipo F1, FORMULA 1, F1, FIA FORMULA ONE WORLD CHAMPIONSHIP, FORMULA 1 GRANDE PRÊMIO DE SÃO PAULO e marcas relacionadas são marcas registradas da Formula One Licensing BV, uma empresa Formula 1. Todos os direitos reservados. MC Brazil Motorsport Holdings S.A., Av. Magalhães de Castro, 4.800, 18º andar, Conj. 181, Ed. Park Tower, CEP 05.676-120, São Paulo/SP, Brasil | E-mail: faleconosco@f1saopaulo.com.br

ines249

Conjuntura Estoque supera US$ 1,1 trilhão no país; industrialização a partir de capital estrangeiro faz do Brasil a economia mais internacionalizada do bloco

Brasil lidera entre Brics nível de investimento direto em relação ao PIB

Ruan Amorim
De Brasília

O Brasil lidera o Brics com maior participação de investimento direto estrangeiro (IDE) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Em 2024, o país alcançou um estoque de US$ 1,14 trilhão em IDE, equivalente a 46,6% do PIB, segundo estudo realizado pelo Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Econômico e Política Econômica (Depe) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

A sigla IDE se refere a aportes de longo prazo realizados por empresas estrangeiras em determinado país. Entre os países do bloco econômico, a África do Sul aparece na segunda posição, com US$ 113 bilhões em IDE, o equivalente a 21,2% do PIB. Em seguida vem a Índia, com US$ 547,6 bilhões (14%), a Rússia, com US$ 216 bilhões (9,9%), e a China, que soma US$ 3,65 trilhões em valores absolutos, e registra 9,5% em relação ao PIB.

O levantamento, explica o coordenador do Depe, Antonio Corrêa de Lacerda, foi construído a partir da comparação entre o estoque de IDE e o PIB em dólares correntes de cada país.

Para o Brasil, foram utilizados os dados do Censo de Capital Estrangeiro (CCE) do Banco Central. Para os demais membros do Brics, as informações sobre estoque de IDE foram extraídas da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad, na sigla em inglês).

Já os dados de PIB nominal em dólares de todas as economias analisadas foram obtidos junto ao Banco Mundial. Com esse mapeamento, calculou-se o percentual de estoque de IDE em relação ao tamanho da economia e compararam-se os resultados entre os países do bloco.

De acordo com o estudo, pela ótica produtiva, o Brasil é a economia mais internacionalizada do bloco econômico, levando em conta a presença acumulada de empresas com sede no exterior atuando diretamente no país. O motivo, conforme Lacerda, é que a economia brasileira se industrializou calcada no investimento direto estrangeiro.

"Então, enquanto países como China e outros Brics que receberam [investimentos] nas últimas décadas, o Brasil há mais de um século recebe esse investimento. Além disso, o Brasil há muito tempo faz parte das dez maiores economias do mundo. Então, tem essa atratividade", explicou Lacerda.

No caso brasileiro, o Banco Central detalha que o estoque de IDE é composto por duas parcelas: US$ 884,8 bilhões em participação no capital social de quase 19 mil empresas e US$ 256,4 bilhões em operações intercompanhia, como empréstimos entre matrizes e subsidiárias.

> Fluxo de IDE continua e compensa déficit em transações correntes do país
> *Felipe Salto*

Entre os investidores que detêm participação no capital dessas empresas, os Estados Unidos lideram com US$ 244,7 bilhões, o que representa 28% do total. Em seguida aparecem os Países Baixos (US$ 145,5 bilhões, 16%), Luxemburgo (US$ 79,2 bilhões, 9%), França (US$ 63,3 bilhões, 7%) e Espanha (US$ 61 bilhões, 7%).

Ainda de acordo com o estudo, os setores da economia que mais atraíram investimento estrangeiro foram serviços, com 59% do total, à frente da indústria (29%) e da agropecuária e extrativismo mineral (12%).

No âmbito desses setores, as atividades mais representativas são serviços financeiros e atividades auxiliares, (22%) e extração de petróleo e gás natural (8%).

Para o futuro, o IDE no Brasil vai ser impulsionado por outras frentes, destaca Lacerda. Segundo ele, o país já segue atraindo capital no setor de tecnologia e inteligência artificial, devido à demanda por data centers. O movimento, explica o pesquisador, também é percebido na bioeconomia e na área energética ampla.

"Você tem oportunidades mesmo em áreas tradicionais, como a automobilística, que atrai uma nova geração de investidores. Então, se a gente já tinha uma base instalada de produção de veículos tradicionais, agora está sendo instalada uma base de veículos elétricos, por exemplo", afirmou Lacerda.

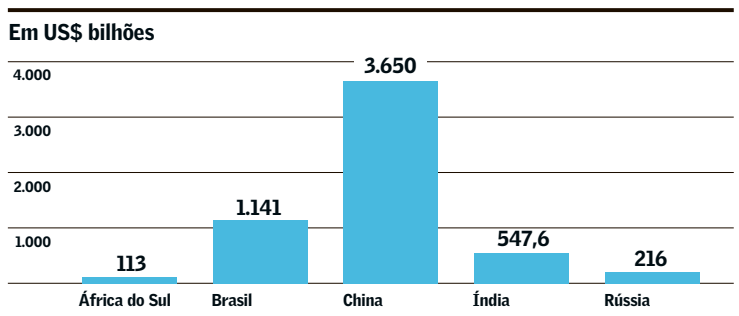
Para Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, a posição do Brasil como emergente e capaz de atrair investimentos em volume e qualidade não é nova e, por isso mesmo, é duplamente positiva. "Apesar da dificuldade em melhorar permanentemente e na intensidade necessária o quadro fiscal, os avanços obtidos até aqui têm sido suficientes para manter a atratividade", afirmou.

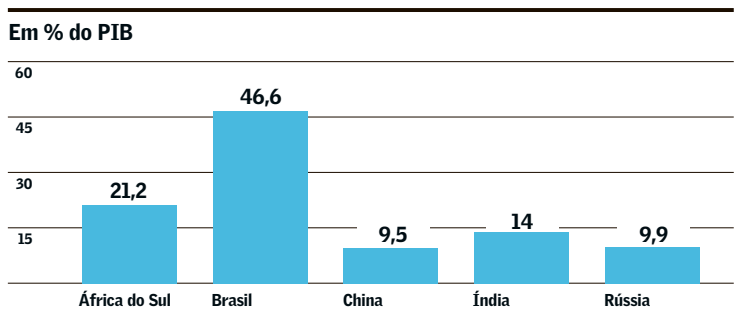
De acordo com Salto, apesar do aumento recente no déficit em transações correntes, os fluxos de IDE continuam elevados a ponto de compensar esse déficit.

Além disso, explica, o estoque de reservas é elevado, o que faz com que a situação do balanço de pagamentos siga positiva.

"Um ponto que merece destaque é o fator condicionante do aumento do déficit externo: crescimento econômico, com impacto nas importações. Isso sugere que a tendência é o movimento não persistir, dado o já contratado arrefecimento da atividade econômica em razão da política monetária contracionista em curso", disse Salto.

Investimento Direto Estrangeiro
Brasil lidera os BRICs em IDE proporcional ao PIB





Fonte: DEPE, com dados do Banco Central do Brasil (BC) e World Investment Report (WIR), da UNCTAD

WENDERSON ARAUJO/VALOR

Antonio Corrêa de Lacerda, da PUC-SP, vê oportunidades de atração em tecnologia e IA, energia e bioeconomia

BNDES abre nova consulta a crédito do Brasil Soberano

Paula Martini
Do Rio

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai abrir na sexta-feira (21) o processo para que novas empresas exportadoras e fornecedores afetados pelo tarifaço dos EUA solicitem crédito por meio do Plano Brasil Soberano. As linhas com juros mais baixos contam com R$ 30 bilhões do Fundo Garantidor de Exportações (FGE) e R$ 10 bilhões do próprio BNDES.

Conforme antecipado ao **Valor**, a decisão de reabrir a consulta de elegibilidade foi tomada depois que o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou, na semana passada, a ampliação do acesso às linhas emergenciais operadas pelo banco de desenvolvimento.

A resolução mudou o escopo daqueles com direito a receber os recursos. Antes, eram elegíveis ao crédito apenas os exportadores com pelo menos 5% do faturamento afetados pelas tarifas, percentual que agora cai para 1%.

Além disso, a nova norma incorporou os fornecedores ao crédito emergencial. Neste caso, terão direito aos recursos os fornecedores que tenham ao menos 1% do faturamento originado de vendas para exportadores que tenham tido 5% ou mais do faturamento afetado pelas tarifas americanas. A base de comparação é a receita obtida entre julho de 2024 a junho de 2025.

Na apresentação de resultados do BNDES, na sexta (14), o presidente do banco, Aloizio Mercadante, ressaltou que a inclusão de empresas elegíveis dependia de informações da Receita Federal. A expectativa inicial era que os dados fossem enviados em 24 de novembro. "Agora, estamos antecipando a abertura do processo para acesso dos fornecedores e para empresas exportadoras com pelo menos 1% do faturamento impactado pelo tarifaço para a próxima sexta-feira", afirmou por escrito ao **Valor**.

O BNDES recebeu, até agora, uma demanda de R$ 10 bilhões para as linhas de crédito, dos quais R$ 7,7 bilhões foram aprovados para 560 empresas. Os recursos são destinados a capital de giro, compra de máquinas e equipamentos e busca de novos mercados. O acesso está condicionado à manutenção do número de empregos.

As aprovações somaram R$ 4,9 bilhões para grandes empresas e R$ 2,8 bilhões para micro, pequenas e médias. Do total, o maior montante foi destinado à indústria (R$ 6,29 bilhões), seguido por comércio e serviços (R$ 778 milhões) e agropecuária (R$ 445 milhões).

O banco de fomento não informou quantas empresas devem ser contempladas pela ampliação do Brasil Soberano nem a estimativa de demanda pelas linhas com as mudanças. Procurado, o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic) informou que não tem informações sobre o número de empresas beneficiadas.

A flexibilização do crédito emergencial se dá ao mesmo tempo em que o governo admite a possibilidade de abandonar a medida provisória do Brasil Soberano, como mostrou o **Valor**. A estratégia tem como pano de fundo a pressão da oposição de manter as despesas com o tarifaço nas metas fiscais de 2025 e 2026 e o andamento das negociações comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos.

A MP está em vigor desde 13 de agosto, mas precisa ser aprovada pelo Congresso até 120 dias após a publicação para não perder a validade. Caso o texto não vá à votação, caduca em 10 de dezembro. Com isso, só serão contempladas operações de crédito contratadas até essa data.

Mercadante destacou que as empresas devem procurar os bancos parceiros e o BNDES o quanto antes: "Estamos prontos e temos condições de liberar um volume expressivo de crédito enquanto o programa estiver operando".

IBGE faz dança das cadeiras e sofre novas críticas

Lucianne Carneiro
Do Rio

Em mais uma mudança nos cargos de diretoria e gerência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a gestão do presidente Marcio Pochmann trocou cinco gerentes da área de comunicação social. Quatro dos cinco novos titulares são profissionais que entraram este ano no instituto, no concurso público mais recente, ainda em estágio probatório.

Servidores e ex-presidentes do IBGE condenaram as mudanças. Em comunicado, os servidores destacam que os gerentes exonerados tinham mais de uma década de experiência na área, classificam a decisão como "gesto autoritário" e alertam para os riscos da troca para a idoneidade e imparcialidade das divulgações do instituto.

"Dar gerências a servidores que ainda estão nos meses iniciais da carreira é apenas mais um gesto autoritário da atual direção, pois quem está em estágio probatório é mais vulnerável. Isto, inclusive, é um fator de risco para a idoneidade e a imparcialidade que devem pautar nossas divulgações".

Para o ex-presidente do IBGE Roberto Olinto, essa direção "mostra a sua pequena percepção da grandeza e das características de um instituto de estatística de um país". Na sua avaliação, "não é justificável nem aceitável que se coloque pessoas que, independentemente de suas trajetórias e currículos, estão há apenas quatro meses no IBGE, em cargos tão importantes, numa área tão sensível".

A também ex-presidente Wasmália Bivar disse que a decisão foi "totalmente arbitrária" e mostra "profundo desprezo" de Pochmann pelos conhecimentos do corpo técnico do instituto. "Eu já vi gestões autoritárias no IBGE, mas essa ganha de qualquer uma."

No início do ano, duas diretoras – de Pesquisas e de Geociências – pediram exoneração de seus cargos por discordâncias com a presidência. A gestão de Pochmann acumula questionamentos dos servidores, como na criação da Fundação IBGE+, uma fundação de direito público privada, que se tornou conhecida como "IBGE paralelo". O projeto foi depois suspenso pelo ministério do Planejamento, ao qual o IBGE está ligado.

No comunicado divulgado pelos servidores sobre o afastamento dos antigos gerentes, é reforçada a função estratégica da área de comunicação social não apenas para o IBGE, mas também para o país, por divulgar "mais de 200 vezes por ano, indicadores de dezenas de pesquisas sobre nossa realidade socioeconômica", como desemprego, Produto Interno Bruto (PIB), inflação, linha de pobreza, analfabetismo e saneamento básico, por exemplo.

Essas informações, apontam os servidores, "são um fator importantíssimo para a nossa democracia", o que influenciou na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de determinar a realização do Censo Demográfico 2022, após o corte de orçamento do governo federal para a pesquisa. O comunicado já recebeu mais de 200 assinaturas de apoio.

Procurado pela reportagem, o IBGE informou que a troca de gerentes na área de comunicação social não traz "novidade na trajetória da política de pessoal do IBGE em nomear servidores, inclusive novos que se encontram em estágio probatório, para ocupar cargos de gestão".

De acordo com o instituto, isso se dá por causa da "inédita recomposição da força de trabalho, após quase dez anos sem a realização de concursos no IBGE para servidores permanentes".

Segundo o comunicado enviado ao **Valor**, as mudanças têm ocorrido "sempre que necessário, com a garantia da permanência dos antigos gestores nas mesmas áreas que até então ocupavam os cargos, o que dá continuidade ao trabalho de qualidade".

Assine o Valor Econômico: assinevalor.com.br ou ligue: 0800 7018888 Valor ECONÔMICO

Conjuntura Estagnação está disseminada por vários setores da economia, afirma especialista

Monitor do PIB tem alta de 0,1% em setembro

Alessandra Saraiva
Do Rio

A atividade econômica brasileira subiu 0,1% em setembro ante agosto, com estabilidade no terceiro trimestre ante o segundo trimestre, na leitura do Monitor do PIB, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV). O indicador, veiculado na terça-feira (18) pela FGV, mede cadência da economia em periodicidade mensal. A fundação apurou ainda alta de 1,5% na economia do terceiro trimestre ante mesmo trimestre de ano passado, na ótica do indicador, com aumento acumulado de 2,5% em 12 meses, até setembro.

Para Claudio Considera, economista da fundação responsável pelo monitor, os resultados do indicador, na margem, sinalizam variação próxima a zero para o PIB do terceiro trimestre, ante trimestre anterior. O desempenho do PIB será veiculado pelo IBGE no dia 4 de dezembro.

"O que vemos na margem [no Monitor do PIB de setembro] é que a estagnação está espalhada por todos os componentes", disse.

No Monitor do PIB, pelo lado da oferta, a FGV mapeou queda de 0,3% na economia de serviços em setembro, ante agosto, com estabilidade no terceiro trimestre ante segundo trimestre desse ano. Serviços representa quase 70% do total do resultado do PIB.

A atividade industrial, por sua vez, mostrou recuo de 0,5% em setembro ante agosto, com alta de apenas 0,7% no terceiro trimestre ante segundo trimestre. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que representa investimentos alocados na economia, teve quedas idênticas de 1,4% em setembro ante agosto, e no terceiro trimestre ante segundo trimestre.

Já pelo lado da demanda, o consumo das famílias caiu 0,5% em setembro ante agosto, com queda de 0,1% no terceiro trimestre ante segundo trimestre.

"São preocupantes essas quedas em consumo e em investimentos [FBCF]", disse ele.

Um contexto para explicar o recuo em consumo das famílias, continuou ele, é o cenário macroeconômico. Há influência do aperto monetário, com manutenção de taxa básica de juros (Selic) a 15% ao ano, maior patamar desde 2006, admitiu ele.

Considera lembrou que o consumo de duráveis tem mostrado quedas, há cerca de dois trimestres, no país. Esse tipo de produto é mais transacionado via crédito, por ter valor agregado maior. Portanto, o consumo do item pode ficar mais caro, quando os juros estão altos, o que inibe demanda, notou. "Isso certamente tem a ver com taxa de juros elevada ainda" afirmou. "E a mesma coisa, de certa forma, ocorre com bens de capital", acrescentou. Esse segmento é muito dependente de capital de giro, via crédito, para produção no país.

As compras externas no indicador ficaram estáveis em setembro ante agosto, mas subiram 3,3% no terceiro trimestre ante segundo trimestre, no Monitor do PIB. Na comparação com terceiro trimestre de 2024, as exportações subiram 7%, completou Considera. "O país conseguiu trocar mercados e sair dos Estados Unidos e ir para outros países com quem negociamos há algum tempo", disse.

> "O país conseguiu trocar mercados e sair dos Estados Unidos"
> *Claudio Considera*

O economista refere-se ao tarifaço imposto pelos EUA a vários países. No caso brasileiro, além da taxa geral de 10%, o país foi punido com 40% de sobretaxa.

Assim, quando questionado se haverá desempenho mais fraco para variação anual do PIB em 2025, o especialista foi cauteloso. Ele comentou que o comércio exterior, com provável bom desempenho das exportações, pode ajudar a equilibrar resultados mais fracos em outros campos da economia.

Por isso, o especialista não descarta que a variação do PIB brasileiro, deste ano, fique próximo à taxa em 12 meses do monitor até setembro (2,5%).

Consumo de alimento ultraprocessado cresce no país

Gabriella Franco*
De São Paulo

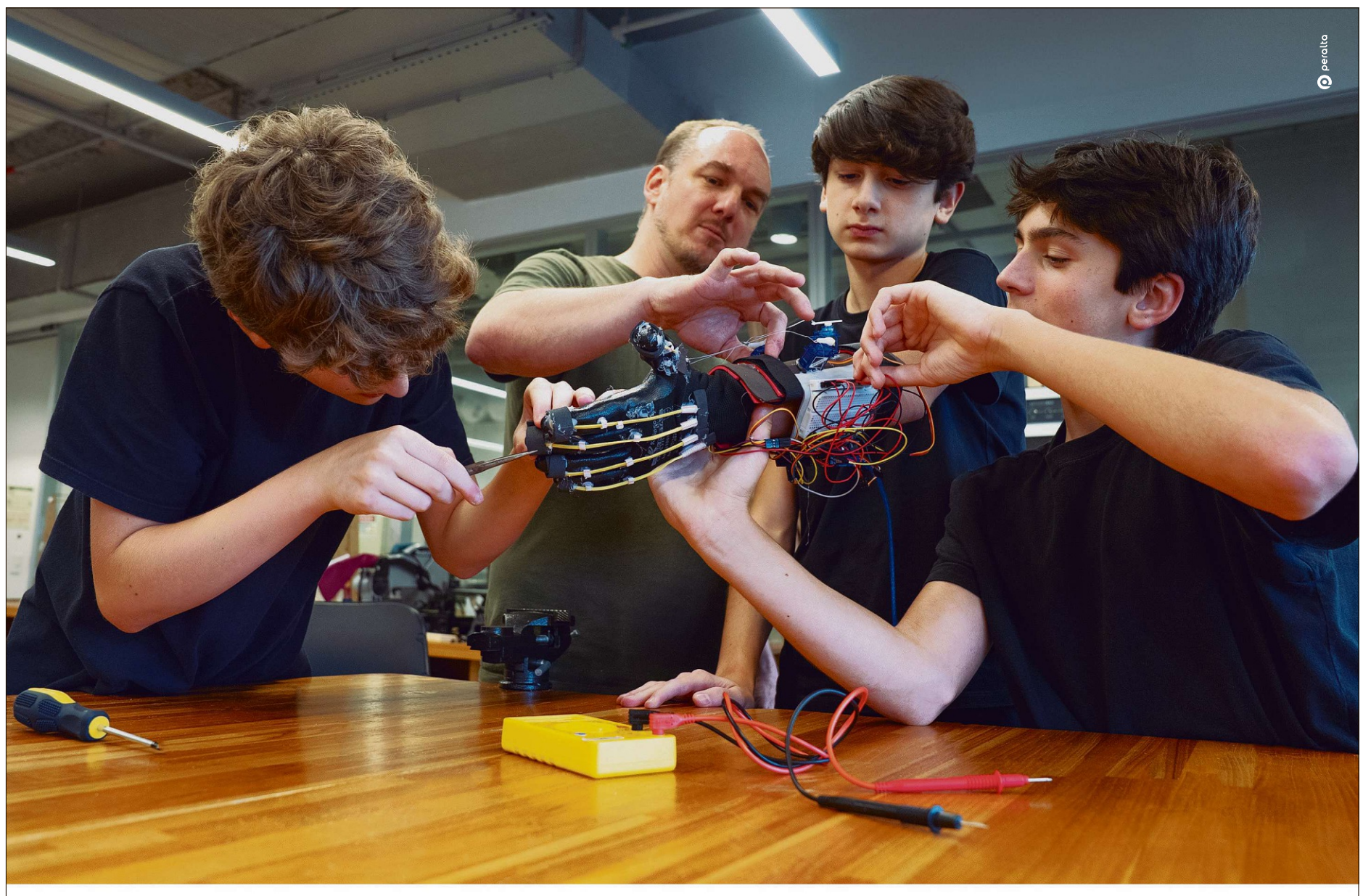
Os ultraprocessados — alimentos industriais ricos em açúcar, sal, gorduras e aditivos, como aromatizantes e emulsificantes — compõem 23% da dieta dos brasileiros, conforme detalha coletânea de estudos publicada nesta terça-feira (18) na revista The Lancet.

A publicação chama atenção para o avanço expressivo dos ultraprocessados na alimentação global. No Brasil e no México, a presença desses produtos nas refeições e compras foi de 10% para 23% em quatro décadas. Nos EUA e Reino Unido, países de alta renda, o consumo é ainda maior: representa mais da metade das calorias ingeridas há pelo menos vinte anos.

Ana Clara Duran, pesquisadora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e uma das autoras do estudo, explica que, em países de alta renda, o consumo de ultraprocessados é comum em todas as classes sociais. Já em países de renda média, como o Brasil, esses produtos são mais consumidos pela população mais rica, e compõem uma parte menor da dieta, já que são mais caros que os produtos in natura.

No artigo em que é coautora, Duran propõe um conjunto de políticas para frear o avanço do consumo de ultraprocessados no Brasil. Entre eles, estão ações para torná-los menos atrativos, como aplicar impostos seletivos — e aliviar a tributação de alimentos in natura —, restringir a publicidade de ultraprocessados e diminuir a venda em escolas.

* Trainee sob supervisão de Eduardo Belo



A escola nunca foi tão insubstituível como é no mundo de hoje.

Em um mundo marcado pela incerteza e pela velocidade das inovações, em que a informação e a desinformação estão por toda parte e em que a inteligência artificial responde a quase tudo, o papel da escola continua mais essencial do que nunca.

O problema não está no desinteresse das crianças e dos jovens por aprender. Eles continuam curiosos, criativos e cheios de perguntas. O desafio é oferecer experiências de aprendizado que ativem essa curiosidade e a transformem em descoberta.

Na Avenues, acreditamos que aprender não é acumular respostas prontas, mas aprender a pensar com o conteúdo, aplicando conceitos e conectando ideias, emoções e propósito. O aprendizado verdadeiramente transformador nasce da experiência: de ler, pesquisar, investigar, criar, colaborar, debater e refletir sobre o que se vive. A experiência é um processo dialético, interativo e permanente ao longo da vida.

Nosso compromisso é formar estudantes que saibam usar o conhecimento para entender e transformar o mundo, para compreender seu tempo e, sobretudo, conviver.

Por isso, nossos projetos têm um propósito e partem de perguntas autênticas, de desafios reais e de experiências que não se encontram apenas em livros, vídeos ou algoritmos.

Quando o aprendizado é vivo e tem sentido, ele deixa de ser uma tarefa e se torna uma forma de construir a identidade e estar no mundo.

É assim que a escola continua sendo um espaço insubstituível de encontro, pensamento e transformação.

Avenues The World School
AVENUES.ORG | NEW YORK | SÃO PAULO | DE 18 MESES A 18 ANOS
Rethink Possible®

SAIBA MAIS

Ambiente Economias ricas e em desenvolvimento tentam preparar superação da dependência de forma gradual, ordenada e equitativa

Grupo de 82 países tenta encaminhar fim dos fósseis

COP30 AMAZÔNIA

Daniela Chiaretti
De Belém

Um grupo de 82 países desenvolvidos e em desenvolvimento apoia que a COP30 lance um mapa do caminho para que o mundo abandone a dependência dos combustíveis fósseis. O anúncio foi feito nesta terça-feira, 18, na entrevista coletiva mais concorrida dos até agora dez dias da conferência do clima de Belém.

Ministros de Reino Unido, Alemanha, França, Colômbia, Quênia, Serra Leoa, Ilhas Marshall e muitos outros reuniram a imprensa para dizer que esperam que a conferência da ONU tenha como resultado o roadmap que leve o mundo a se afastar do carvão, do petróleo e do gás.

Se a COP30 puder incluir no acordo final algo que torne concreto o que foi decidido em Dubai, há dois anos — que o mundo se afaste dos combustíveis fósseis de forma justa, ordenada e equitativa —, terá sido um resultado histórico.

A três dias do final oficial da COP30, isso não está claro, mas a demanda vem vindo num crescente. Foi mencionada quatro vezes pelo presidente Lula em seus discursos em Belém. Foi repetida pelo vice-presidente Geraldo Alckmin. Vem sendo impulsionada pela ministra Marina Silva, do Meio Ambiente e Mudança Climática, que diz que o roadmap para afastar o mundo dos combustíveis fósseis é, além de um compromisso assumido pelos governos, um compromisso ético.

O ministro do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha, Carsten Schneider pediu "um mutirão global para nos libertarmos dos combustíveis fósseis". Schneider pediu que a presidência da COP30 inclua esse ponto no texto final da conferência. "É isso que precisamos para fechar a lacuna de a 1,5ºC", em referência à tentativa de limitar o aquecimento global a 1,5º em relação ao período pré-industrial. Segundo ele, a maioria dos países europeus apoia a iniciativa.

Alemanha e França estariam redigindo o texto, segundo apurou o **Valor**. "Não vimos o texto; por ora podemos dizer que apoiamos a ideia", disse uma negociadora de um país desenvolvido, sob reserva.

ALINE MASSUCA/COP30

O ministro alemão Carsten Schneider: pedido de "mutirão global para nos libertarmos dos combustíveis fósseis"

Tina Stege, enviada especial das Ilhas Marshall, iniciou o evento dizendo que muitos ministros queriam estar na sala e se juntar à coalizão, mas não tinham conseguido. Havia 24 ministros à mesa. "A transição não pode ser justa se não for planejada e for desigual, e não preciso lembrar a urgência que todos enfrentamos. A COP 30 começou quando supertufões e furacões atingiram o Caribe, o Vietnã e as Filipinas, e isso é apenas parte de uma série de desastres que agora se tornaram notícias diárias."

A ministra de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia, Irene Vélez Torres, disse que "junto com nossos colegas do Brasil, que detêm a presidência da COP30, afirmamos que o mapa do caminho é essencial e convidamos todos a se unirem a esse propósito coletivo". A Colômbia é o primeiro país amazônico a declarar toda a sua porção do bioma zona livre de exploração de petróleo e de mineração industrial.

A iniciativa de chamar a coalizão de ministros foi puxada pela Dinamarca. O governo dinamarquês e o da Costa Rica lançaram a Beyond Oil and Gas Alliance (Boga) formada na COP26, em Glasgow. O esforço ganhou fôlego depois da adoção do parágrafo 28 do Balanço Global (GST, na sigla em inglês), na COP28 em Dubai.

Na África, mais de 600 milhões de pessoas não têm acesso à eletricidade e mais de 1 bilhão não cozinham com energias limpas (queimam madeira), lembrou Ali D. Mohamed, enviado especial do Quênia para a mudança do clima. "O Quênia adere a esta coalizão com esse espírito, para garantir que, à medida que fazemos a transição de forma justa, também enfatizamos a importância de proporcionar acesso à energia para aqueles que não a têm", disse.

Ed Miliband, ministro de Energia e Mudança do Clima do Reino Unido, levantou três pontos. "Trata-se de uma coalizão do Norte e do Sul globais, e o Sul Global afirma em uníssono que esta é uma questão que não pode ser ignorada, não pode ser varrida para debaixo do tapete".

> "Priorizamos essa questão não porque seja fácil, mas porque é difícil"
> *Ed Miliband*

Seu segundo ponto foi dizer que o Reino Unido tem o compromisso de não emitir novas licenças de petróleo e gás. "É claro que se trata do clima, mas também se trata de segurança energética", disse.

Seu terceiro ponto foi eloquente. "Priorizamos essa questão não porque seja fácil, mas porque é difícil. E a razão pela qual o apelo do Brasil por um roteiro para os combustíveis fósseis é tão importante é para que possamos trabalhar juntos entre os países para desenvolver essa transição de forma que seja uma transição justa", seguiu. "Esta é uma questão que não deve ser ignorada, não pode ser ignorada e estamos dizendo muito claramente que deve estar no centro desta COP".

A iniciativa vem recebendo nomes diferentes. Alguns a batizam de "O Chamado de Lula", outros de TAFF (Transition Away from Fossil Fuel). Qualquer que seja o nome, vem ganhando força dentro e fora da COP30.

Índia e Arábia Saudita ainda não se pronunciaram sobre a iniciativa. O governo chinês, segundo uma fonte próxima ao governo, diz que pode não fazer objeções se muitos países apoiarem a ideia.

Ver também páginas A8, A10, A11 e A22

Índice de ação climática vê avanço, mas faz alertas

Luiza Palermo
De Belém

Dez anos após a assinatura do Acordo de Paris, os países têm avançado em seus esforços de combate à crise climática, mas o ritmo ainda está longe do necessário para limitar o aquecimento global a 1,5ºC, segundo a 21ª edição do Índice de Desempenho em Mudanças Climáticas (CCPI) 2026, publicada por Germanwatch, NewClimate Institute e CAN International durante a COP30, em Belém.

O levantamento mostra progressos — inclusive do Brasil, que subiu uma posição no ranking —, mas alerta para retrocessos importantes em grandes emissores como EUA, Arábia Saudita e Irã, além de contradições internas na agenda climática brasileira.

"A boa notícia é que, nos últimos dez anos, muitos países implementaram mais políticas climáticas. Há uma década, imaginávamos que caminharíamos para 3,5°C. Agora, a estimativa é mais próxima de 2,5°C", afirma Niklas Höhne, do Climate Institute e também coautor do CCPI. "Mas, infelizmente, as emissões de gases de efeito estufa ainda vêm aumentando."

Publicado anualmente desde 2005, o CCPI avalia o desempenho climático dos países em quatro dimensões: Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), Energias Renováveis, Uso de Energia e Políticas Climáticas. Nenhum país, porém, cumpre todos os critérios em nível "muito alto" e, assim como nos anos anteriores, os três primeiros lugares permanecem vazios no CCPI 2026.

Com isso, a Dinamarca, em quarto lugar, lidera o ranking pela sexta vez consecutiva, apresentando o melhor desempenho considerando as quatro categorias. O país é seguido por Reino Unido e Marrocos.

"O que vemos na Dinamarca é que o país tem um pacote completo e demonstrou fôlego ao longo dos últimos anos. Não é apenas uma política que faz diferença, mas o conjunto delas", diz Thea Uhlich, assessora de políticas da Germanwatch e coautora do CCPI. "Uma chamou atenção no último ano na Dinamarca foi o imposto sobre CO_2 na agricultura. Isso é algo muito singular, porque em muitos países o setor agrícola ainda é isento."

Höhne ainda destaca que para estar bem posicionado no índice é preciso ter um histórico longo de políticas climáticas consistentes. "Países que ficam indo e voltando — muda o governo, muda completamente o rumo — não conseguem ter boas políticas climáticas", disse.

Esse é um dos motivos que os especialistas usam para a explicar a classificação do Brasil, que apesar de ter subido um lugar no ranking, para a 27ª posição, ainda apresenta classificação mediana.

"Desde que Lula assumiu a Presidência, saímos de um governo negacionista para uma diplomacia climática progressista. Sediamos o G20, o Brics e, claro, esta COP. Também fomos o segundo país a apresentar uma nova NDC [meta de redução de emissões]", afirma Stela Herschmann, do Observatório do Clima, que contribuiu para o CCPI e é especialista em política climática brasileira.

Mas o relatório também evidencia contradições. A nova NDC brasileira eleva apenas ligeiramente a ambição climática, e o Congresso — "o mais conservador da história recente", diz Herschmann — aprovou diversas medidas consideradas regressivas, como mudanças no licenciamento ambiental. O principal contraponto, porém, está relacionada a dependência do país em combustíveis fósseis.

"O governo continua estimulando a abertura de novas fronteiras de petróleo, especialmente na Margem Equatorial, incluindo a licença na foz do Amazonas emitida duas semanas antes do início da COP", disse a especialista. "A Petrobras confirmou os planos de continuar entre as maiores produtoras de petróleo do mundo — com a meta de se tornar a quarta maior."

Na outra ponta do ranking, os três últimos colocados são Arábia Saudita (67º), Irã (66º) e EUA (65º). Para os autores, esses países não demonstram compromisso com a eliminação dos combustíveis fósseis nem com a expansão das energias renováveis.

O declínio dos EUA foi particularmente acentuado: o país caiu oito posições e agora está em antepenúltimo lugar. Segundo os especialistas, o principal fator para o declínio foi a piora na avaliação de políticas climáticas diante do retorno de Donald Trump à Casa Branca.

"A classificação americana não surpreende, considerando o presidente Trump ter retirado o país do Acordo de Paris, negar publicamente a mudança climática de origem humana e promover, nacional e internacionalmente, a expansão dos combustíveis fósseis", afirma Uhlich.

Delegações reagem ao texto do mutirão global

De Belém

O primeiro rascunho do texto Mutirão Global, divulgado ontem pela presidência da COP30, abordou, além dos quatro temas críticos da conferência, opções para encaminhar uma rota de caminho para que o mundo abandone a dependência dos combustíveis fósseis. Os países reagiram. Alguns acharam o texto pouco ambicioso, e outros, arrojado demais.

"Ouvimos muitas 'red lines'", disse Ana Toni, CEO da COP30, referindo-se a um termo usado pelos negociadores ao indicar que não podem aceitar algo proposto.

No caso do roadmap sobre combustíveis fósseis, o texto traz três opções. A primeira, a mais suave, sugere aos países um workshop para compartilhar histórias de sucesso sobre uma transição justa, ordenada e equitativa. A segunda opção propõe que os países abordem o roadmap de uma maneira determinada nacionalmente e menciona uma reunião ministerial de alto nível. A terceira opção é a que sugere não discutir o assunto.

Nas consultas que vêm sendo feitas com as delegações não se chegou a nenhum consenso, mas o texto, de nove páginas, foi considerado uma boa base para negociação.

O Mutirão contém os quatro pontos críticos da COP30, que não entraram na agenda, mas que os países querem discutir. Dá opções para resolver os impasses do financiamento, transparência, maior ambição e medidas unilaterais. Resume ideias ouvidas das delegações na primeira semana de consultas da presidência.

O ponto sensível que questiona medidas unilaterais comerciais, por exemplo, traz quatro opções. Uma delas convida as presidências da COP30 e da COP31 a organizar workshops sobre clima e comércio, com a participação de organizações internacionais como a OMC e a Unctad. Outra sugere que os países cooperem para promover um sistema econômico aberto, que poderia promover crescimento econômico sustentável. Uma terceira sugere uma plataforma sobre medidas unilaterais e restritivas de comércio, que seja relacionada à mudança climática.

Nesta quarta, outro texto deve ser apresentado pela presidência pela manhã. A intenção de André Corrêa do Lago, presidente da COP30, é abrir a plenária à noite sobre o que vem sendo apresentado como um pacote de decisões — além do texto do Mutirão Global há textos sobre adaptação, transição justa, o balanço global e outros temas.

O texto, contudo, desagradou ambientalistas, principalmente quando aborda o roadmap de distanciamento global e gradativo da dependência aos combustíveis fósseis.

"Esse texto é uma traição ao mandato que o presidente Lula deu quatro vezes à COP30. O pedido do presidente foi muito claro: precisamos sair daqui com um mapa do caminho para implementar a decisão de Dubai de sair dos combustíveis fósseis e zerar o desmatamento", diz Claudio Angelo, coordenador de política internacional do Observatório do Clima. "O parágrafo 35 não menciona nenhuma das duas coisas. Tem uma opção que chama para um workshop, e outra, para uma reunião ministerial. Isso é inaceitável."

Erika Lennon, do Center for International Environmental Law (Ciel), diz que o texto apresentado não está alinhado com o compromisso de se manter o aquecimento da temperatura em 1,5ºC. "Isso inclui, por exemplo, provisões de financiamento ou eliminar os subsídios aos fósseis. Mas esse texto sugere apenas diálogos para abandonar os combustíveis fósseis", critica. *(Daniela Chiaretti)*

Orgulho em ser brasileira.

Ambipar.
Orgulho em ser solução.

Uma empresa brasileira que leva **inovação e segurança ambiental** para mais de **40 países.**

Com tecnologia de ponta e orgulho de suas raízes.

ambipar

Conecte-se agora à Ambipar na COP 30

@037creations 037

Ambiente Limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C representaria a adição de R$ 6,7 trilhões ao PIB, segundo estudo do Planejamento

Inação climática pode custar R$ 17 trilhões ao Brasil até 2050

COP30 AMAZÔNIA

Jéssica Sant'Ana
De Belém

A ausência de ações para evitar a mudança climática, com a elevação da temperatura média do planeta para acima dos patamares pactuados no Acordo de Paris, teria efeitos severos sobre a economia brasileira, agravaria desigualdades regionais e afetaria a segurança energética, alimentar e hídrica da população. Por outro lado, a limitação do aquecimento global a 1,5°C poderia resultar num acréscimo de R$ 6,7 trilhões ao Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil até 2050 e na criação de 1 milhão de postos de trabalho.

A conclusão é de um estudo do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O documento foi lançado nesta terça-feira (18), durante painel na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30).

O estudo calculou que a eventual ausência de ações para evitar o aquecimento global, elevando a temperatura do planeta em 4ºC acima dos níveis pré-industriais, faria o Brasil perder entre R$ 10,3 trilhões e R$ 17,1 trilhões de PIB no acumulado de 2025 a 2050, a depender do cenário analisado.

É o chamado custo da inação, ou seja, o quanto o país perde de riqueza caso os principais países emissores de gases poluentes não cumpram as metas estabelecidas no Acordo de Paris para limitar o aquecimento global.

"Essa perda potencial de PIB pode estar subestimada, porque esse cenário de 4ºC ultrapassa aquele limiar que os cientistas estão mostrando como de segurança para a vida na Terra. A partir de 2ºC e, principalmente, de 2,7ºC, a ciência já está mostrando que a gente pode entrar numa situação de colapso sucessivo dos sistemas econômicos, sociais e políticos", afirmou ao **Valor** Virgínia de Ângelis, secretária Nacional de Planejamento do MPO.

Agora, se for atingido o objetivo do Acordo de Paris de restringir o aumento da temperatura média global a 1,5°C, o PIB nacional poderia ter um acréscimo de R$ 6,7 trilhões no acumulado até 2050. Ou seja, caso todos os países cumpram suas metas de redução de emissões, haveria um acréscimo de 57% frente ao PIB do Brasil em 2024. Seria um ganho de R$ 268 bilhões ao ano, o que representa cerca de 5% do orçamento total da União projetado para 2050.

"Essas oportunidades [de ganhos na economia com a limitação do aumento da temperatura] vêm do próprio esforço de adaptação climática. Então, em um cenário de aquecimento superior a 1,5ºC, haveria perda de produtividade em setores estratégicos para o Brasil, como o agropecuário. Agora, mantendo o cenário de 1,5ºC, teríamos um ganho de produtividade, com possibilidade, inclusive, de queda no preço dos alimentos", explica De Ângelis.

O estudo também mostra que as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste seriam mais impactadas pelo custo de inação, enquanto o Sul e Sudeste seriam menos impactados, demonstrando que a ausência de ação climática ampliará a desigualdade regional no país. Também haveria impacto sobre o preço de alimentos e sobre o acesso à água e energia elétrica.

> "Devemos planejar políticas públicas com esse olhar do seu impacto no longo prazo"
> *Virgínia de Ângelis*

A inação climática também levaria a uma perda substancial de empregos, da ordem de 3,4 milhões e 4,4 milhões de postos de trabalho até 2050, no cenário de aquecimento global de 4ºC em relação ao cenário de 2ºC e 1,5ºC, respectivamente. Por outro lado, limitando o aquecimento a 1,5ºC, 1 milhão de empregos adicionais poderiam ser criados no Brasil até 2050.

A secretária afirma que o estudo vem nesse momento da COP para mostra a urgência em agir. "Não dá mais para a gente adiar, porque a questão vem como um dos grandes desafios para o nosso desenvolvimento", afirma. "Devemos planejar políticas públicas com esse olhar do seu impacto no longo prazo, destinar orçamento e financiamentos com esse olhar de longo prazo."

O estudo foi realizado para gerar subsídios sobre os impactos econômicos da mudança do clima para a Estratégia Nacional de Longo Prazo, chamada de Estratégia Brasil 2050, também lançada pelo Ministério do Planejamento e Orçamento.

WENDERSON ARAUJO/VALOR

Virgínia de Ângelis, secretária Nacional de Planejamento: aquecimento superior a 1,5ºC gera perda de produtividade

Cobrado na COP, governo homologa terras indígenas

Rafael Vazquez
De Belém

O governo federal publicou nesta terça-feira, 18, no Diário Oficial da União, a homologação de quatro terras indígenas, além da assinatura de dez portarias declaratórias pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e a aprovação de seis Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação (RCID) da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).

A decisão veio em resposta às demandas de grupos indígenas que protestam durante a COP30, a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas. Um dos argumentos dos povos originários é o de que a demarcação das terras contribui para a preservação ambiental e ajuda no combate às mudanças climáticas.

O pacote de entregas estabelece diálogo direto com a demanda prioritária dos povos indígenas levada à Conferência do Clima por suas delegações e representações: a demarcação de territórios indígenas como política de mitigação eficaz dos efeitos da emergência climática.

Um dos território homologados a partir do anúncio desta terça-feira é a Terra Indígena Kaxuyana-Tunayana, que possui 2,1 milhões de hectares e está localizada nos municípios de Faro e Oriximiná, no Pará, e Nhamundá, no Amazonas.

De acordo com o governo, as demais homologações são todas no Estado de Mato Grosso. São a Terra Indígena Parecis, em Diamantino, a TI Uirapuru do povo indígena Paresí, que está distribuída entre os municípios de Campos de Júlio, Nova Lacerda e Conquista D'Oeste, e a TI Manoki do povo Irantxe-Manoki.

Com o anúncio das homologações, aumenta de 16 para 20 o número de terras indígenas demarcadas desde a criação do Ministério dos Povos Indígena, neste terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

> Área com 2,1 milhões de hectates entre Pará e Amazonas é uma das áreas homologadas; as demais ficam no Mato Grosso

Além das homologações, a ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, participou de assinatura do Compromisso Intergovernamental sobre Posse da Terra na Zona Azul que visa proteger territórios indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais.

Em seguida, segundo nota do governo, anunciou que o Ministério da Justiça e Segurança Pública assinará a portaria de declaração de dez Terras Indígenas, sendo quatro na região Sudeste referentes a territórios Guarani. O Nordeste teve três, — duas na Bahia e uma em Pernambuco. Já o Norte ficou com duas portarias: uma no Pará e outra no Amazonas. A outra será no Sul (Paraná).

Estão incluídas na portaria a TI Vista Alegre (AM - Mura), TI Tupinambá de Olivença (BA - Tupinambá), TI Comexatiba (BA - Pataxó), TI Ypoi Triunfo (MS - Guarani), TI Sawre Ba'pim (PA - Munduruku), TI Pankará da Serra do Arapuá (PE - Pankara), TI Sambaqui (PR - Guarani), TI Ka'aguy Hovy (SP - Guarani), TI Pakurity (SP - Guarani) e I Ka'aguy Mirim (SP - Guarani)

Lula rebate Merz e diz que Berlim não oferece 10% da qualidade de Belém

Sofia Aguiar e Renan Truffi
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva rebateu ontem a declaração dada pelo primeiro-ministro da Alemanha, Friedrich Merz, que comparou de forma depreciativa o Brasil com a Alemanha. O petista demonstrou incômodo com o posicionamento do europeu e respondeu que Berlim não oferece 10% da qualidade que oferece o Estado do Pará e a cidade de Belém, que sedia a Cúpula Climática da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2025, a COP30, até o final da semana.

"O primeiro-ministro da Alemanha, esses dias, se queixou [de Belém]. Ele deveria ter ido a um boteco no Pará, ter dançado, ter provado a culinária, porque ele ia perceber que Berlim não oferece para ele 10% da qualidade que oferece o Estado do Pará e a cidade de Belém", afirmou Lula nesta terça-feira (18), durante inauguração da ponte que liga Xambioá (TO) a São Geraldo do Araguaia (PA).

Na semana passada, em discurso ao Congresso Alemão do Comércio, Merz ressaltou a "beleza" do país europeu e disse que a delegação alemã ficou "contente" após deixar Belém, onde participaram da COP30. "Senhoras e senhores, vivemos em um dos países mais bonitos do mundo" disse o premiê alemão, citando ainda que todos os jornalistas que acompanharam a delegação alemã ficaram felizes em retornar ao país.

O líder alemão participou, em Belém, da Cúpula dos Líderes, que ocorreu entre os dias 6 e 7 de novembro, cujas tratativas antecederam a cúpula oficial da COP30. Na ocasião, ele se comprometeu a doar uma "quantia significativa" para o Fundo Florestas para Sempre (TFFF), além de apoiar a iniciativa do governo brasileiro em congregar países para uma ação climática conjunta. Porém, a falta de clareza no anúncio de Merz, inclusive da quantia a ser doada, foi tomada como um sinal de pouco comprometimento do governo alemão com o TFFF.

Após a repercussão negativa da fala do premiê, o ministro do Meio Ambiente da Alemanha, Carsten Schneider, tentou amenizar a situação e elogiou o Brasil. Ele ainda lamentou ter ficado pouco tempo no país.

"O Brasil é um país maravilhoso, com pessoas amigáveis e ótimos anfitriões. É uma pena que eu não possa ficar mais tempo depois da COP. Tenho algumas ideias, como, por exemplo, ir pescar com meus amigos da Amazônia", escreveu Schneider nas redes sociais.

No discurso feito ontem, Lula aproveitou para rebater as críticas em relação à cidade-sede da COP30 e disse que o governo foi questionado sobre o fato da escolha de Belém. Ele citou, por exemplo, que a gestão foi aconselhada a organizar a conferência no Rio de Janeiro ou em São Paulo. "Por que levar a COP para o Pará? Tem muito mosquito, não tem estrutura, não tem hotel, estão cobrando uma água muito caro", relatou. O presidente, porém, rebateu e disse que tais pessoas "nunca reclamaram" do preço da água que pagam nos aeroportos.

Em sua avaliação, Belém "saiu do anonimato" com a COP30 e, agora, "qualquer parte do mundo sabe que existe o Estado do Pará". O petista disse que a capital paraense é "pobre", mas que tem um "povo generoso como pouca parte do mundo".

Revisão do IBGE vê Mata Atlântica com área menor e Cerrado maior

Alessandra Saraiva
Do Rio

A área de Mata Atlântica sofreu uma redução de 1% no país; já a de Cerrado mostrou acréscimo de 1,8%, segundo levantamento do IBGE. As mudanças nas áreas dos dois biomas brasileiros foi originada de revisão, feita pelo instituto, nos limites de Mata Atlântica e de Cerrado entre Minas Gerais e São Paulo.

Com as revisões, a área de Mata Atlântica no país sai de 1.106.846 quilômetros quadrados, resultado encontrado por meio de território mapeado em 2019, para 1.086.977 quilômetros quadrados, agora em 2025. Já a do Cerrado saltou de 1.984.554 quilômetros quadrados para 2.004.423 quilômetros quadrados, em mesmo período.

Assim, a área com alteração dos limites representou cerca de 19.869 quilômetros quadrados do território brasileiro, sendo 816 quilômetros quadrados em Minas Gerais e 19.053 quilômetros quadrados em São Paulo. Outros biomas não foram avaliados dessa vez, informou o instituto.

O IBGE detalhou que a revisão dos biomas contou com análise multidisciplinar de especialistas e cinco expedições de campo, entre 2022 e 2025.

Ao explicar como foram as revisões, técnicos do instituto informaram que a alteração do limite se deu nas áreas de contato entre os dois biomas, a partir da avaliação de critério técnicos, e não por questões de redução ou ampliação da área devido a possíveis desmatamentos ou reflorestamentos.

"O grande diferencial desse produto é que ele já tem uma proposta totalmente integrada dos quatro temas que a gente trabalha no IBGE, que são geologia, geomorfologia, pedologia e vegetação, além de nós nos basearmos em dados climáticos também, e utilizarmos técnicas avançadas, como modelos de digitais de elevação, por exemplo", explicou, em nota, Luciana Mara Temponi de Oliveira, chefe de setor do Meio Biótico do instituto.

A especialista ponderou que o trabalho foi "atualização sistemática e é uma revisão estritamente técnica". "Percebemos que poderíamos refinar e aprimorar nosso mapeamento", disse.

Entre as áreas citadas pela pesquisadora e alvo de revisão, está a região das cidades de Uberaba (Minas Gerais) e Franca (São Paulo). Nessa região, uma área que havia sido classificada como Mata Atlântica, no mapa de 2019, foi convertida para Cerrado. Análises mostraram que, no lado mineiro, o domínio florestal se restringia a áreas mais dissecadas, com predomínio geral do Cerrado, disse ela.

Outra região alvo de revisão, por parte dos especialistas, foram as localidades próximas às cidades mineiras de Belo Horizonte e de Sete Lagoas. A técnica informou que na Área de Proteção Ambiental (APA) Morro da Pedreira, próxima à Serra do Espinhaço, uma área de contato classificada anteriormente como Cerrado foi convertida para Mata Atlântica, pois as análises indicaram um caráter mais florestal. Também entre Belo Horizonte e Sete Lagoas, uma grande área de contato com maior umidade foi identificada com predomínio florestal e convertida para Mata Atlântica.

"Assim, hoje, toda a cidade de Belo Horizonte está no bioma Mata Atlântica, e esse bioma vai até as imediações de Sete Lagoas e se estende um pouco pela serra de Santa Helena [localizada à noroeste de Sete Lagoas]", completou ela.

SOFIA

PRÉ-LANÇAMENTO

NORTIS

Uma proposta de vida lapidada à mão.

Campo Belo

270 m²
a
328 m²
+ cobertura duplex

3 e 4 suítes

Rua Zacarias de Gois, 821

x

Rua Volta Redonda

(11) 3181-7540
sofiacampobelo.com.br

ines249

Ambiente Economista critica mecanismo de carbono da UE e alerta sobre dependência de filantropia

Justiça tem de estar no centro dos acordos climáticos, diz Mazzucato

Luiza Palermo
De Belém

Em meio à COP30, em Belém — apelidada de "COP da implementação" —, a economista Mariana Mazzucato faz um alerta: nenhum acordo climático terá sucesso se não incorporar justiça em seu centro, especialmente diante das desigualdades entre Norte e Sul Global. Para ela, a conferência climática da ONU na Amazônia é uma oportunidade para recolocar o desenvolvimento inclusivo e a transformação produtiva dos países em desenvolvimento no coração da agenda climática.

"Como alguém que dedicou os últimos 20 anos a ajudar governos a se reestruturarem para serem orientados a soluções, orientados por missões, o fato de esta ser chamada de COP da implementação soou como música para meus ouvidos", afirma Mazzucato.

Autodefinida como "uma das poucas pessoas que ainda acreditam em governos", a professora de economia da inovação e valor público na University College London avalia que a COP30 ocorre em um contexto global marcado pelo enfraquecimento da capacidade estatal — um processo que ela resume com a sigla DOGE, referência ao "Departamento de Eficiência Governamental" criado na gestão Donald Trump e símbolo, para ela, do desmonte do setor público que está acontecendo globalmente.

Para ela, mecanismo unilaterais em um contexto global de recessão, tensões comerciais e recuo dos EUA em compromissos climáticos reforça a necessidade de uma "coalizão dos dispostos", incluindo países como Brasil, África do Sul, Índia e China, para impulsionar mecanismos justos de financiamento e cooperação.

Nesse sentido, ela critica o Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (CBAM), da União Europeia (UE), para taxar emissões de carbono de produtos que importados. Segundo a economistas Ítalo-americana, políticas desse tipo aprofundam desigualdades e criam tensões em vez de impulsionar transições sustentáveis.

Em Belém, onde participa de uma série de debates paralelos às negociações oficiais da COP30, Mazzucato também comentou a necessidade de desconsultificação dos governos, suas críticas ao Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, na sigla em inglês) e o papel do Fundo Amazônia como alternativa mais alinhada à lógica de "soluções públicas".

A seguir os principais pontos da entrevista ao **Valor**:

Valor: *Como você avalia os avanços da COP até o momento?*

Mariana Mazzucato: A razão pela qual acho que esta COP foi muito importante é que ela foi chamada de COP da implementação ou a COP das soluções. Como alguém que dedicou os últimos 20 anos a ajudar governos a se reestruturarem para serem orientados por soluções, orientados por missões, isso soava como música para os meus ouvidos. Agora, isso está realmente acontecendo? Veremos. Isso não vai acontecer se, por exemplo, continuarmos tendo empréstimos do Banco Mundial e do FMI que restringem o espaço fiscal ou se tivermos governos que não "acordam" e não investem no próprio serviço público. O DOGE, nos EUA, é só a cereja do bolo, mas está acontecendo em escala global. Temos cortes no funcionalismo . Talvez não no Brasil, onde há contratações. Mas, em relação a outros governos, se você não cria uma burocracia mais estratégica, orientada a resultados, flexível, ágil — o que eu chamo de burocracia criativa — então você não consegue ter uma COP de soluções.

Valor: *Quais são as consequências dessa limitação dos governos?*

Mazzucato: Começamos a depender excessivamente dos chamados doadores, das filantropias, das ONGs que entram para preencher o vazio. Basta olhar para a quantidade de ONGs na COP. Isso é um sinal de que não temos ação governamental suficiente e de qualidade.

> "Quem mais contribuiu para o problema deve contribuir mais para a solução climática"

Valor: *Como você avalia o contexto internacional em que esta COP está acontecendo, considerando o atual cenário macroeconômico global — marcado por tarifas, guerras e desafios ao multilateralismo?*

Mazzucato: A primeira coisa é que acho muito importante o fato de esta COP ser chamada de "COP das soluções", porque isso deveria representar uma retomada da capacidade dos governos em um contexto mundial de DOGE. Na COP, por exemplo, a maioria dessas grandes conferências é na verdade gerida por consultorias e empresas como BCG, Bain e EY. Então, acho que precisamos "desconsultificar" os governos, se quisermos que eles saibam criar soluções. Mas também precisamos garantir que as parcerias entre governo e setor privado sejam justas — e é por isso que os sindicatos deveriam estar à mesa aqui. Deve ser uma transição justa. E em muitos países tivemos, novamente, a dizimação do poder sindical. E não se trata apenas de sindicatos, porque às vezes os sindicatos também fazem parte do problema. Todos os atores deveriam repensar sua própria governança. Mas eu realmente acho que as tarifas, assim como acordos de carbono mal estruturados, a menos que estejam ajudando os países do Sul Global a inovar, a se transformar de maneira mais inclusiva e sustentável, então esses instrumentos, obviamente, estão no cerne do problema. E isso gera tensões geopolíticas, gera acordos bilaterais em vez de multilaterais.

Valor: *Qual seria a solução?*

Mazzucato: A única solução agora, dado o negacionismo climático dos EUA, é ter o que chamamos de "coalizão dos dispostos", com países como o Brasil, Índia, China, África do Sul. Nesse contexto, o fato de que o G20 está pela primeira vez em solo africano é importante e esta COP acontecer na Amazônia é importante. O fato de haver uma coalizão interessante entre Brasil e África do Sul. Acho que existe uma visão mais alinhada entre seus líderes progressistas, Lula e Cyril Ramaphosa, que são ambos sindicalistas. Devemos apelar para esse lado mais orientado pela justiça, porque a menos que a justiça esteja embutida nos acordos climáticos, nada vai acontecer.

Valor: *Nesse contexto, qual é a sua opinião sobre o CBAM, da União Europeia?*

Mazzucato: Fui copresidente no G20 no Brasil do grupo de especialistas do TF-Clima e fizemos uma recomendação em um relatório de que precisamos garantir que a justiça esteja no centro desses mecanismos de governança global. Não adianta ter uma estratégia verde — seja o lei de redução da inflação (IRA) nos EUA, seja o CBAM na Europa — se isso, por exemplo, suga capital da África, como aconteceu com o IRA por causa dos subsídios, ou, no caso do CBAM, impede exportações do Sul Global para o Norte Global porque eles têm esses critérios climáticos. A menos que haja disposições para compartilhamento de tecnologia, compartilhamento de conhecimento, transferência tecnológica, isso prejudica o desenvolvimento. Além disso, a mudança climática é um problema global, certo? Então não pode ser uma estratégia climática nacionalista europeia.

Valor: *Qual seria um caminho para melhorar esse mecanismo?*

Mazzucato: O problema do CBAM, na minha visão, é que ele não incluiu provisões suficientes para transferência tecnológica. Caso contrário, não deveríamos reclamar. E enquanto a Europa assume essa liderança — especialmente num momento em que os EUA estão retrocedendo em todos os seus compromissos climáticos — é bom que a Europa faça isso. É ruim quando o mecanismo é desenhado de uma forma que não contribui para o desenvolvimento. Acho que precisamos abandonar essa lógica de Sul Global versus Norte Global e começar a aprender o que funciona — e o que não funciona — em cada país específico. Caso contrário, vira uma visão colonialista. Especialmente aqueles líderes na Europa que fingem se importar com desenvolvimento deveriam lutar para garantir que esse mecanismo não esteja agravando os problemas dos países do Sul Global.

Valor: *Como você acha que os governos podem trabalhar com o setor privado para desenvolver uma economia mais sustentável?*

Mazzucato: Na minha visão, é preciso liderança governamental. Sem liderança governamental, não haverá transparência — porque, então, de quem é a liderança? Do Bill Gates? Do Jeff Bezos? Então, é necessário garantir direção por parte do governo e, ao mesmo tempo, incentivar e catalisar inovação no setor privado para que ele entregue resultados. Não se trata de Estado ou setor privado, mas de liderança estatal, usando todos os instrumentos disponíveis. Uma política pública mal desenhada aumenta os lucros, mas não os investimentos. O que você quer é que os lucros sejam reinvestidos em inovação e capacitação.

Valor: *Na COP, há uma tensão entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, especialmente na discussão sobre financiamento climático. Como você avalia isso?*

> "É preciso abandonar essa ideia de que o fundo existe apenas para reduzir risco do setor privado"

Mazzucato: O mundo em desenvolvimento está gastando muito mais com pagamento de dívidas do que com saúde ou educação — para não falar em adaptação e mitigação climática. Então, essa natureza de superendividamento, que está embutida na forma como estruturamos a arquitetura financeira internacional, não reconhece que estamos diante de uma crise de investimento. A crise da dívida é uma crise de investimento. Então, se os países do Sul Global não conseguem investir por causa da hipocrisia das diferenças no custo de capital — em que até países que sempre pagaram seus empréstimos são penalizados com taxas de juros muito mais altas do que países do Norte Global, como Grécia e Itália, que na verdade têm um histórico pior de pagamento do que alguns países africanos, por exemplo — a diferença no custo de capital é extraordinária. Há muitas penalidades, e isso é especialmente grave porque as consequências das mudanças climáticas são sentidas de forma mais intensa no Sul Global, nos pequenos Estados insulares. Algo como 80% das emissões vêm dos países do G20 — e muitos desses países mais vulneráveis nem sequer estão na mesa. E mesmo dentro desse grupo, alguns têm uma responsabilidade histórica muito maior. Então, para que todos possam alcançar as metas, não é que não devamos ter objetivos de sustentabilidade, mas não podemos fingir que todos devem ser tratados da mesma forma. Aqueles que foram mais responsáveis pelo problema devem ser mais responsáveis pela solução.

Valor: *Qual é a sua avaliação sobre o TFFF?*

Mazzucato: Acho que um dos problemas é que muitos desses mecanismos acabam voltando à minha crítica sobre blended finance. Há esse tipo de garantia ao setor privado — esse papel de simplesmente reduzir riscos —, em vez de realmente estruturar o instrumento de forma orientada a resultados, garantindo adicionalidade. Então, primeiro você garante os retornos ao setor privado e só o que for excedente vai para a Amazônia — isso parece um pouco absurdo em termos de como o mecanismo deveria ser estruturado. Considero o Fundo Amazônia mais interessante, ainda que muito pequeno. Ele é voltado para soluções específicas de problemas reais e para a socialização de riscos e recompensas. Um dos problemas do TFFF, embora seja um instrumento relevante e aliás considero terrível que o Reino Unido não tenha contribuído, é que o objetivo em si parece ser desrisking. E os projetos florestais deveriam ser analisados sob outra lógica.

Valor: *Que lógica seria essa?*

Mazzucato: Na minha visão, o papel do setor público em fundos desse tipo — que vêm dessa mentalidade de doador que os sustenta — deveria novamente ser muito focado em soluções, daí a importância da palavra "soluções". Mas é preciso abandonar essa ideia de que o fundo existe apenas para reduzir risco do setor privado. Ele precisa levar o setor privado a fazer o que de outra forma não faria. Economicamente, chamamos isso de adicionalidade. E existe o risco de que, às vezes, esses fundos garantam que o banco esteja sendo garantido, em vez de levar o banco a assumir um pouco mais de risco e compartilhar tanto os riscos quanto as recompensas.

MONICA BENTO/VALOR

Mariana Mazzucato, professora da University College London: "Precisamos garantir que as parcerias entre governo e setor privado sejam justas"

COP30 AMAZÔNIA
UMA OPORTUNIDADE HISTÓRICA PARA O BRASIL
Patrocínio Master
AXIA ENERGIA
Patrocínio
JBS VALE PHILIP MORRIS BRASIL
Apoio
GOVERNO DO ACRE BNDES GOVERNO DO BRASIL GOVERNO DO PARÁ suzano vivo
Realização
Valor O GLOBO CBN
Parceiro Institucional
CEBRI cebds
Acesse o conteúdo editorial

Ambiente Revitalização da região custou R$ 312 milhões e melhorou iluminação, mas não resolveu problema sanitário que já afetava a principal avenida da cidade

Doca de Belém vira espaço de lazer, atrai público, mas continua com mau cheiro

COP30 AMAZÔNIA

Artur Scaff
De Belém

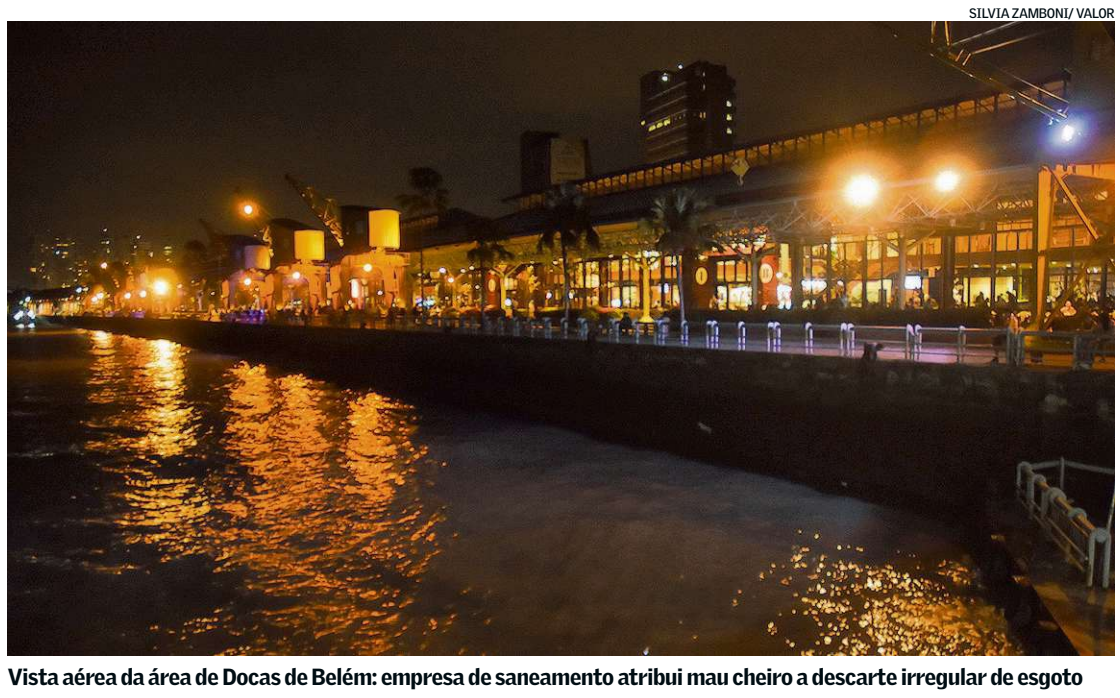
Quando o sol baixa e a temperatura dá uma trégua à população paraense, o canal da Doca, na avenida Visconde de Souza Franco, torna-se um espaço de lazer, a despeito do incômodo causado pelo mau cheiro, proveniente do direcionamento indevido de esgoto ao canal.

O lazer nem sempre foi a realidade para um dos locais mais prestigiados de Belém. Antes da revitalização promovida com vistas à COP30, a área sofria não só com o problema sanitário, que persiste, mas também com a falta de segurança.

O Parque Linear da Nova Doca foi a primeira obra entregue para a COP. Custou R$ 312,2 milhões. O projeto foi realizado em parceria entre os governos do Pará e federal, patrocinado por Itaipu Binacional.

A Doca, que antes contava apenas com uma calçada ao redor do canal, agora tem espaços de lazer, quiosques de alimentação e um parque infantil, além de uma ciclovia. A principal avenida de Belém também é palco das controversas árvores "fake", as "ecoárvores" — estruturas artificiais que simulam árvores — instaladas pelo governo do Pará, em um território marcado pelas altas temperaturas e pouca vegetação, na sexta capital menos arborizada do país.

SILVIA ZAMBONI/ VALOR



Vista aérea da área de Docas de Belém: empresa de saneamento atribui mau cheiro a descarte irregular de esgoto

Conforme a noite se aproxima, a Nova Doca começa a receber pessoas de diferentes lugares de Belém e de outras cidades próximas. É o caso de Lucas Costa, morador de Ananindeua, que nesta semana foi ao Parque Linear com a família pela primeira vez desde a inauguração.

"A construção aproveita melhor o espaço e deixa a gente se divertir com a família", disse. Costa também afirmou que antes da COP não havia lugares de lazer seguros em Belém. "Antes as praças eram escuras e perigosas. Hoje em dia estão mais seguras."

Costa, que brincava com as duas filhas no parque infantil, afirmou que a melhor parte da Doca é o aproveitamento do espaço para que as pessoas possam levar as famílias e que pretendia voltar mais vezes ao Parque Linear.

É também o caso de Andrei Tenório, morador de uma região afastada do centro de Belém e que foi pela primeira vez à Nova Doca com a família. "A revitalização é boa principalmente para as crianças com esses brinquedos", disse. Ele também destacou a melhoria no policiamento.

> "A revitalização é boa principalmente para as crianças com seus brinquedos"
> *Andrei Tenório*

Ainda assim, Tenório expressou dúvidas com a continuação do policiamento na região após a COP30. "Espero que depois que o evento termine a segurança continue assim."

As ações no canal da Doca não eram apenas para embelezamento. De acordo com o governo federal, foram instaladas novas comportas e executou-se trabalho de infraestrutura para coleta e correta destinação do esgoto gerado nas imediações, que era despejado no canal sem tratamento.

Mesmo com a conclusão da obra, o mau cheiro e a água com coloração escura ainda são perceptíveis e causam incômodo à população.

O tratamento de esgoto da região é de responsabilidade da Águas do Pará, do grupo Aegea, após concessão do governo do Estado e da Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa). O acordo cedeu os serviços de água e esgoto de 99 municípios do Pará, incluindo a capital, com a estipulação de mais de R$ 15,2 bilhões em investimentos em 40 anos de contrato.

A empresa afirma, em nota, que a razão pelo mau cheiro tem relação com o descarte indevido de esgoto. "À medida que os moradores realizarem a conexão dos imóveis à rede de esgoto disponível, deixando de direcioná-lo indevidamente à rede de drenagem, os benefícios ao meio ambiente e à saúde serão percebidos", diz. A Aegea também afirmou que foram instaladas ferramentas para redução de bactérias e redução do odor.

Outro questionamento recorrente pela população é por que o canal não foi fechado. A Secretaria de Estado de Obras Públicas (Seop), em resposta ao **Valor**, afirmou que essa decisão foi tomada para que não haja acúmulo indevido de poluentes e o bioma possa ser gradualmente recuperado. "Acrescenta-se a questão de segurança, para que em casos de chuvas excessivas não ocorra risco de dano estrutural, facilitando a drenagem."

Qualidade do ar mata 9 mil por ano na Amazônia

De Belém

Embora a Amazônia seja vista como o "pulmão do mundo", a região tem sido uma das mais afetadas pelas mudanças climáticas, com secas e incêndios recordes nos últimos anos. O impacto tem sido sentido pela população, com a deterioração da qualidade do ar contribuindo para o agravamento de quadros de saúde e culminando em mais de 9 mil mortes por ano na Amazônia Legal.

Um estudo da Environmental Defense Fund (EDF) mostra que, em 2023, a poluição do ar contribuiu para 9.159 mortes na Amazônia Legal, das quais pelo menos 37% aconteceram nas 20 cidades analisadas, devido ao agravamento de quadros de saúde pela exposição ao PM2.5 — tamanho de material particulado e usualmente utilizado como parâmetro nas normas legais de qualidade do ar.

Ainda que o cenário de desmatamento no Brasil tenha melhorado em 2025, atingindo o terceiro menor patamar da série histórica (de agosto de 2024 para julho deste ano), o país passou por um período de crise no número de queimadas de 2019 até o ano passado, com o maior número de focos de fogo em 19 anos. Estima-se que 30 milhões de hectares foram queimados no Brasil em 2024, 52% deles no bioma amazônico.

O levantamento afirma que municípios mais pobres e com maiores populações indígenas apresentam taxas de mortalidade agravadas pela qualidade do ar maiores do que outras localidades. *(AS)*

ines249

Congresso Texto de Guilherme Derrite (PP-SP) é aprovado por 370 votos a 110, mas Planalto vai tentar recuperar versão original no Senado

Com voto contrário do governo, Câmara aprova PL antifacção

BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO

Derrite: "Foi uma decisão minha de não participar da reunião de hoje depois de 15 dias em que o governo não quis conversar"

Murillo Camarotto e Beatriz Roscoe
De Brasília

Por 370 votos a 110, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira o texto-base do projeto de lei antifacção. Apesar das diversas alterações feitas pelo deputado Guilherme Derrite (PP-SP) em um total de seis relatórios, o governo fechou questão contra o texto e decidiu votar contrariamente, sob o argumento de que a proposta retira recursos financeiros da Polícia Federal (PF). A disputa política será travada agora no Senado.

O destaque da Federação PT-PCdoB-PV, que buscava suprimir do texto do relator as mudanças feitas na distribuição dos recursos provenientes da venda de bens apreendidos em operações contra o crime organizado, foi rejeitado por 298 a 142 votos.

Os ruídos entre governo e Derrite começaram pela manhã, quando o deputado desmarcou uma reunião com o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, para tratar de novos ajustes no projeto. Após a aprovação do texto, Derrite disse que não foi ao encontro porque "não quis" e classificou de "fraca" a proposta elaborada pelo governo.

"Foi uma decisão minha de não participar da reunião de hoje depois de 15 dias em que o governo não quis conversar", disse o secretário licenciado de Segurança Pública de São Paulo.

O relator, que já havia apresentado quatro versões do seu parecer, apresentou outras duas ao longo do dia. Derrite alterou a forma como os recursos provenientes da venda de bens apreendidos em operações contra o crime organizado serão repartidos. A mudança mais significativa foi a retirada do Funapol — fundo voltado ao aparelhamento da Polícia Federal — como destinatário direto desses valores.

O texto apresentado passa a direcionar a parcela da União para o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), que hoje concentra o financiamento federal de políticas de segurança e já possui regras próprias de rateio para estados e forças federais. Segundo Derrite, a substituição atende a uma orientação do governo, que manifestou preocupação com o impacto fiscal e com o modelo anterior de repartição.

> Relator incluiu audiência de custódia e mineração ilegal na sexta versão do texto

"Em um primeiro momento, optou-se, após pedido de representantes da Polícia Federal, em encaminhar os ativos apreendidos ao Funapol. Contudo, tendo em vista a manifestação midiática do Governo Federal de que isso poderá prejudicar as contas públicas e outros investimentos, em simetria ao que é feito com os estados, previu-se o encaminhamento do quinhão cabível à Polícia Federal ao Fundo Nacional de Segurança Pública", disse Derrite.

O governo, no entanto, queria uma mudança mais profunda nas regras da repartição, sob o argumento de que a proposta de Derrite poderia retirar mais de R$ 360 milhões ao ano de fundos federais de combate ao crime e redirecioná-los para governos estaduais. Diante disso, fechou questão contra o texto e passou a trabalhar contra.

Na sexta versão do parecer, o relator incluiu dois temas que não apareciam nas edições anteriores: audiência de custódia e mineração ilegal. O texto passou a prever a realização de audiências de custódia por videoconferência, ampliando as situações em que esse formato poderá ser adotado. O tema entrou como um item específico, indicando a intenção de expandir o uso do formato remoto — hoje restrito a hipóteses excepcionais.

Além disso, Derrite incluiu um dispositivo que amplia as penas para crimes cometidos "com o fim de obter vantagem econômica com a extração ilegal de recursos minerais ou a exploração econômica não autorizada".

Apesar de atenderem a alguns pleitos do governo, as alterações não foram suficientes para um acordo em torno do texto. A ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, disse que procurou Derrite para uma conversa, mas não obteve resposta. Ela classificou como "lambança legislativa" a decisão de Motta de insistir na manutenção da votação.

"O que se está votando é algo que, no nosso entendimento, dificulta muito o combate às facções criminosas. Espero que a gente consiga, no Senado, reverter essa situação. Nós orientamos os nossos líderes no Congresso a pedir que se vote primeiro o projeto do governo", disse Gleisi, ao antecipar uma provável derrota na Câmara. O senador Alessandro Vieira (MDB-ES) foi designado para relatar o projeto.

Mais cedo, o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, disse durante audiência na CPI do crime organizado que foi "totalmente contra" as primeiras versões do relatório do PL antifacção, que equiparavam terrorismo com crime organizado. "Mas na quarta versão isso foi sanado", reconheceu. Ainda assim, ele mencionou os riscos de o projeto acarretar em redução de recursos para a PF.

Retirado já no segundo parecer de Derrite, a equiparação entre crime organizado e terrorismo foi descartada durante a discussão em plenário. Diante da insistência da oposição em apresentar um destaque para devolver a previsão ao texto, Motta se antecipou ao dizer que não admitiria tal manobra. O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), garantiu que tinha votos suficientes para aprovar a equiparação. ***(Colaboraram Renan Truffi, Sofia Aguiar e Gabriela Guido)***

CAE adia análise de texto que eleva tributação de bets

Giordanna Neves e Gabriela Guido
De Brasília

A sessão da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, marcada para terça-feira (18) para analisar a proposta que eleva a tributação sobre bets e fintechs, foi adiada diante da sinalização da Câmara de que a matéria sofreria resistência entre os deputados.

O projeto, do senador Renan Calheiros (MDB-AL), é relatado pelo líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM). Ao **Valor**, Renan afirmou que a decisão foi tomada após ser informado pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), de que o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), não colocaria o texto em votação. Ele acrescentou que a sessão foi transferida para a próxima semana, na tentativa de ganhar tempo para construir um consenso com Motta.

A expectativa era que Braga apresentasse na terça a complementação de voto. Mesmo com a quebra do que era esperado, o líder do MDB disse a jornalistas que, se depender dele, o projeto não deixará de ser votado pelo Congresso.

"Se depender de mim, nenhum projeto meu morreu. Quando você vê jabuti na árvore, ou foi mão de gente ou foi enchente. Cuidado para você não avaliar precipitadamente [que o projeto deve cair]", disse Braga.

A proposta que tramita na comissão dobra a tributação das casas virtuais de apostas, elevando a alíquota de 12% para 24%, acima da proposta inicial da Fazenda, que previa aumento para 18%.

O texto também amplia a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de diversas instituições financeiras. A alíquota passaria de 15% para 20% no caso de bancos e sociedades de crédito, financiamento e investimento, e de 9% para 15% para fintechs e distribuidoras de valores mobiliários.

Sem dar mais detalhes sobre o seu relatório, Braga disse que as alíquotas de tributação de bets e fintechs devem ser escalonadas. "Tudo vai ser escalonado, fintechs, bets, tudo. Não é ano a ano, você vai ver no relatório", disse o líder do MDB.

O texto deve conter também medidas para fortalecer o combate contra empresas de apostas ilegais, segundo apurou o **Valor**.

Em entrevista à BandNews FM na segunda-feira (17), Motta afirmou que trataria a matéria "de maneira muito comprometida" e disse que a colocaria para votação, assim como fez com a medida provisória (MP) com alternativas à alta do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Na ocasião, os deputados aprovaram um requerimento de retirada do texto da pauta.

"Vamos aguardar o projeto andar no Senado e, chegando na Câmara, nós vamos tratar de maneira muito compromissada, comprometida, essas pautas que são de interesse da sociedade brasileira", declarou o presidente da Câmara.

O governo conta com o potencial arrecadatório desse projeto, que vai depender das alíquotas definidas por Braga em seu parecer, para garantir o cumprimento da meta fiscal no ano que vem, um superávit primário de 0,25% do PIB conforme prevê o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026.

Primeira Turma do STF absolve primeiro réu da trama golpista

ALBERTOCÉSAR ARAÚJO/ALEAM — 29/4/2021

General Theophilo Gaspar: ministros entenderam que não há provas que corroborem acusações contra o militar

Giullia Colombo e Maira Escardovelli
De Brasília

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) absolveu, pela primeira vez, um réu da trama golpista. Trata-se do general da reserva do Exército, Estevam Cals Theophilo Gaspar de Oliveira, do núcleo três. Os ministros terminaram na terça-feira (18) o julgamento do grupo composto quase que integralmente por "kids pretos", militares que tem formação em forças especiais. Por unanimidade, o colegiado votou para condenar nove dos dez réus.

A análise começou na semana passada, com a manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR) e as sustentações orais das defesas dos acusados. Na ocasião, os advogados pediram a absolvição dos réus e a desclassificação dos crimes para outros com penas menores. De maneira geral, eles alegaram ausência de provas e defenderam que a conduta dos integrantes do grupo foram "atos preparatórios", com a negativa do envolvimento na organização criminosa que teria planejado um golpe de Estado.

Único réu a ser absolvido até o momento, o general Theophilo, então assistente de Freire Gomes, à época comandante do Exército, foi acusado de se reunir com o ex-presidente Jair Bolsonaro depois do segundo turno das eleições para falar sobre a chamada "minuta golpista". Enquanto chefe do Comando de Operações Terrestres (Coter), ele também teria sugerido a outros réus que mobilizaria as tropas terrestres para efetivar o golpe.

Os ministros do colegiado, no entanto, entenderam que não há provas de corroboração das acusações, apenas a palavra do delator, tenente-coronel Mauro Cid. Sendo assim, os elementos não seriam suficientes para uma condenação. A decisão foi unânime. Venceu o voto do relator, ministro Alexandre de Moraes, que foi acompanhado por Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Flávio Dino.

"Em que pese os fortes indícios de participação, entendo não ser possível condená-lo com base em duas provas produzidas pelo colaborador. Então, quanto à participação dele, o meu voto é pela absolvição por ausência de provas", declarou Moraes.

Em nota, a defesa de Theophilo disse que o STF fez "Justiça" ao absolvê-lo, "restabelecendo a sua dignidade, honra e, em especial, confirmando sua lealdade ao Exército Brasileiro, aos seus Comandantes e à Pátria".

Em relação aos demais acusados, os ministros votaram para condená-los pelos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, tentativa de golpe de Estado, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado.

A maior condenação foi a do tenente-coronel Hélio Ferreira Lima (24 anos). Elas se aproximaram da pena imposta a Bolsonaro (27 anos e três meses), considerado o líder da organização criminosa.

Também foram condenados por todos os crimes o coronel do Exército Bernardo Romão Corrêa Netto (17 anos); os tenentes-coronéis Fabrício Moreira de Bastos (16 anos), Rafael Martins de Oliveira (21 anos), Rodrigo Bezerra de Azevedo (21 anos), Sérgio Ricardo Cavaliere de Medeiros (17 anos); e o agente da PF Wladimir Matos Soares (21 anos).

As exceções são o coronel Márcio Nunes de Resende Júnior (3 anos e cinco meses) e o tenente-coronel Ronald Ferreira de Araújo Júnior (1 ano e 11 meses). O colegiado decidiu enquadrar as condutas aos delitos de incitação de animosidade entre as forças armadas e associação criminosa, por falta de provas de que eles se vincularam a todos os atos golpistas da organização criminosa.

Por terem sido condenados por crimes sem violência ou grave ameaça, eles poderão ser beneficiados por um acordo de não persecução penal (ANPP), se confessarem as condutas e concordarem em cumprir medidas alternativas, como serviços à comunidade. As defesas poderão propor os acordos e dependerá de o Ministério Público aceitar ou não.

Os ministros também determinaram que a Justiça Militar seja comunicada sobre a condenação dos militares envolvidos. Os oficiais que receberam penas maiores do que dois anos poderão perder a patente, se o Ministério Público Militar decidir apresentar uma representação de indignidade para com o oficialato. A PF também será comunicada sobre a perda do cargo público de Wladimir Soares. Ainda foi decretada a inelegibilidade dos condenados, desde o julgamento até oito anos depois do cumprimento da pena.

O grupo é acusado de pressionar os comandantes das Forças Armadas para que eles aderissem a um golpe de Estado para manter Bolsonaro no poder. Também teriam executado as ações de um plano para assassinar autoridades, como o próprio Moraes.

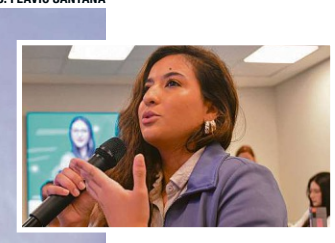
valor.com.br
fernando Exman volta a escrever em dezembro
www.valor.com.br

CONTEÚDO PATROCINADO POR Sistema INDÚSTRIA CNI | SESI | SENAI | IEL

CNI ressalta o papel da informação de qualidade em formação de novos jornalistas

Em palestra para alunos do Curso Valor de Jornalismo Econômico, executivo de comunicação da entidade destaca a importância da ética e do combate à desinformação

FOTOS: FLÁVIO SANTANA



Diretor de Comunicação do Sistema Indústria, André Curvello respondeu a perguntas e trocou informações com os jovens jornalistas

Conhecida por ser a instituição que representa o setor industrial do país, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), além de incentivar que o ambiente de negócios seja mais promissor e competitivo, também promove a educação por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), a qualidade de vida dos trabalhadores com o Serviço Social da Indústria (SESI) e a gestão empresarial com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL). E essa inclinação educacional foi comprovada pelos alunos do Curso Valor de Jornalismo Econômico, que assistiram a uma aula do diretor de Comunicação do Sistema Indústria, André Curvello, na sede da Editora Globo, em São Paulo.

Curvello explicou para os jovens jornalistas como funciona a comunicação do sistema e o trabalho realizado por uma equipe multidisciplinar, que garante que a organização consiga se comunicar com diferentes tipos de público. Com áreas como jornalismo, mídias sociais, fotografia e gestão da informação, as equipes trabalham em conjunto para desenvolver e divulgar campanhas que esclarecem assuntos que podem ser desconhecidos pela população.

Um exemplo é a campanha "Custo Brasil", que utiliza recursos bem-humorados para explicar como os tributos, a burocracia e a falta de infraestrutura atrapalham o dia a dia das empresas e atingem o bolso dos brasileiros. Segundo o diretor de Comunicação, ao criar os vilões do Custo Brasil, a equipe conseguiu transmitir de maneira fácil, principalmente para o público jovem, as dificuldades e os gastos extras enfrentados para produzir e vender no Brasil.

O mesmo acontece com a campanha "A indústria cria e recria!", que mostra como o setor transforma as mais variadas matérias-primas em objetos prontos para o consumo, além de investir em soluções para aprimorar os processos e capacitar a mão de obra.

A diretoria de comunicação da CNI, que produz conteúdo para a Agência de Notícias da Indústria, dispõe do Observatório Nacional da Indústria com uma grande base de dados sobre o setor. A área também faz assessoria de imprensa, trabalhando como uma ponte entre a Confederação e os veículos de comunicação e garantindo informação de qualidade e a credibilidade da instituição entre os mais diversos públicos.

> "O presidente da CNI, Ricardo Alban, tinha informações relevantes sobre o tarifaço dos EUA e rapidamente o colocamos à disposição para dar entrevistas sobre o assunto. Com isso, a CNI se tornou a principal fonte de informação"

> "Cerca de 66% dos brasileiros já compartilharam alguma informação sem checar se era verdade. Por isso, peço que sejam intransigentes na defesa da liberdade de expressão e na luta contra a informação falsa, que destrói reputações de entidades públicas e privadas"
> **ANDRÉ CURVELLO,** diretor de Comunicação do Sistema Indústria

FONTE DE INFORMAÇÃO

No caso do tarifaço, por exemplo, que consiste em um pacote de tarifas de importação criado pelo governo dos Estados Unidos sobre o Brasil, o posicionamento da CNI fez com que vários meios de comunicação entrevistassem um porta-voz da entidade.

"O presidente da CNI, Ricardo Alban, tinha informações relevantes sobre o tarifaço dos EUA e rapidamente o colocamos à disposição para dar entrevistas sobre o assunto. Com isso, a CNI se tornou a principal fonte de informação, e tivemos até que preparar outros representantes para que pudéssemos atender a todos os pedidos da imprensa", explica Curvello.

A respeito da oportunidade de conversar com os alunos do Curso Valor de Jornalismo Econômico sobre tantas frentes de trabalho, Curvello explica que a formação de jovens faz parte do Sistema Indústria. Por isso, fez questão de participar e mostrar a eles a importância da integridade da informação.

Curvello também ressaltou a urgência do combate às fake news. No Relatório Mundial de Risco Global, publicado pela Organização das Nações Unidas em março deste ano, a desinformação foi apontada como risco global número um, levando em consideração a importância e a vulnerabilidade dos países.

De acordo com dados da Fundação Getulio Vargas, o Brasil tem 502 milhões de dispositivos digitais, incluindo computador, notebook, tablet e smartphone, o que representa 2,4 dispositivos digitais por habitante. "Cerca de 66% dos brasileiros já compartilharam alguma informação sem checar se era verdade. Por isso, peço que sejam intransigentes na defesa da liberdade de expressão e na luta contra a informação falsa, que destrói reputações de entidades públicas e privadas", diz Curvello.

Para ele, a rotina agitada e a competição de quem publica a notícia primeiro não podem permitir que os profissionais deixem de ler atentamente o que recebem e tenham cuidado com o que escrevem, pois isso pode ter uma repercussão muito grande. "A área de comunicação precisa ser alvo permanente de reflexão", conclui o diretor de Comunicação.

Os alunos do Curso Valor de Jornalismo Econômico puderam conhecer mais sobre a CNI e sua importância na palestra de André Curvello

PRODUZIDO POR G.lab

ines249

Poderes Fontes ligadas ao presidente do Senado avaliam que gesto pode desencadear crise com a Casa

Lula diz a Pacheco que indicará 'outro nome' ao STF; decisão desagrada a Davi Alcolumbre

Renan Truffi, Sofia Aguiar, Caetano Tonet e Andrea Jubé
De Brasília

Após semanas de muita expectativa, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva comunicou ao senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em reunião na noite de segunda-feira (17), no Palácio da Alvorada, que decidiu indicar "outro nome" para a vaga no Supremo Tribunal Federal (STF) aberta com a aposentadoria do ministro Luís Roberto Barroso. Trata-se do ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias, cuja nomeação deve ser formalizada nos próximos dias.

A decisão de Lula contrariou Pacheco, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que era seu principal cabo eleitoral, e senadores do grupo político de ambos. Fontes ligadas a Alcolumbre relataram ao **Valor** que ele está "insatisfeito", e avalia que o gesto de Lula pode desencadear uma "crise" no Senado.

Na terça-feira (18), ao chegar ao Congresso, Alcolumbre foi questionado se atuaria em prol de Messias, e retrucou: "Pergunta de vestibular", disse. Quando deixou a Casa, por volta das 19h30, ele foi direto para a residência oficial discutir o cenário com outros senadores. Ao ser questionado novamente sobre o assunto, afirmou que só comentaria matérias que tivessem tramitando na Casa. Ele, no entanto, não escondeu o descontentamento. "Tem que esperar [a indicação], fazer o quê? Se eu pudesse, eu faria a indicação."

GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

Pacheco: senador teria tido conversa "franca", "amistosa" e "civilizada" com Lula, a quem informou que não cogita disputar o governo de Minas

Existe o risco de que o presidente do Senado repita o que fez com o ex-presidente Jair Bolsonaro, quando retardou durante quatro meses, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a votação da nomeação de André Mendonça para o STF. Se o comportamento se repetir, uma fonte do grupo de Alcolumbre pondera que a votação do nome de Messias pode ficar para 2026, pressionando ainda mais a sucessão presidencial.

Outro complicador é que Lula terá de construir um palanque em Minas Gerais, segundo maior colégio eleitoral, porque Pacheco, que o petista gostaria que fosse candidato ao governo, deverá encerrar a vida pública. No Estado, vigora há décadas a tradição de que o candidato a presidente que vence em Minas, vence a eleição. Um dos exemplos mais relembrados ocorreu em 2014, quando Dilma Rousseff ganhou em Minas e no plano nacional. Ela derrotou uma das principais lideranças mineiras, o ex-governador Aécio Neves (PSDB).

Apesar da má notícia, pessoas próximas ao senador mineiro dizem que a conversa, que ocorreu fora da agenda oficial, foi "franca", "amistosa" e "civilizada", "entre pessoas que se respeitam". A Lula, segundo fontes a par de detalhes do encontro, Pacheco disse que não cogitava disputar o governo de Minas. Pelo contrário: o senador informou o presidente que deixará a vida pública no fim de seu mandato atual, ou seja, no início de 2027.

O motivo principal de Pacheco resistir a concorrer em Minas é a dificuldade de encontrar uma legenda de centro-direita, já que todos os partidos com esse perfil se uniram em torno do candidato apoiado pelo governador Romeu Zema (Novo), o vice-governador Matheus Simões, recém-filiado ao PSD.

Como a direção nacional do PSD escolheu Simões para representar o partido em Minas, Pacheco teria de trocar de legenda. O MDB lançou como pré-candidato ao governo o ex-presidente da Câmara Municipal, Gabriel Azevedo, e ainda pode fechar com Simões, como União Brasil e PP. O Republicanos deve lançar o senador Cleitinho Azevedo, que atualmente, lidera as pesquisas.

A resistência de um grupo de senadores ao nome de Messias não tem a ver com a figura do AGU em si, mas com o "ressentimento" após a última indicação de Lula à Corte, o atual ministro Flávio Dino, que era até então senador. Os parlamentares teriam se decepcionado com a postura dele na discussão sobre regras mais rígidas e transparentes para emendas parlamentares. Dino "não foi bom para a política", lamentou uma fonte ao **Valor**.

Aliados de Messias ponderam, entretanto, que o titular da AGU tem entre 29 e 31 votos consolidados, inclusive de senadores da oposição, que são evangélicos como ele. A avaliação é que, com a nomeação consumada, o envolvimento pessoal de Lula e a influência da máquina governista, não será difícil conquistar o apoio que falta. São necessários 41 votos para referendar a escolha presidencial.

CONTEÚDO PATROCINADO POR abradee

Vetos na MP 1.304 são essenciais para evitar alta na conta de luz, alertam especialistas

Para presidente da Abradee, medida traz avanços importantes, mas pontos como a contratação compulsória de térmicas a carvão e biomassa podem gerar distorções e aumentar custos ao consumidor

A Medida Provisória (MP) nº 1.304/2025, aprovada pelo Congresso Nacional no fim de outubro, aguarda a sanção presidencial cercada de muita expectativa por eventuais vetos. Apesar de avanços significativos, especialistas apontam que o texto aprovado pelos parlamentares incorporou dispositivos que podem trazer mais distorções e aumento de custos para o setor elétrico, com impacto no bolso dos consumidores.

Para os especialistas, a correção de rota desse marco legal pelo Executivo será fundamental.

"Há pontos positivos na MP, como o limite à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e um maior equilíbrio de repartição de custos entre o mercado regulado e o mercado livre. Mas o texto também traz dispositivos que preocupam, especialmente os que impõem contratações compulsórias de novas fontes de energia sem estudos técnicos que as sustentem", afirma Marcos Madureira, presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). "Qualquer alteração de inclusão de novos custos deve ser analisada com cautela para não comprometer a eficiência e o necessário equilíbrio do setor."

A Abradee e várias outras associações defendem que o Poder Executivo apresente vetos a trechos da lei aprovada pelo Congresso. O prazo final para que a lei seja sancionada com vetos é 24 de novembro. A expectativa é que o governo federal avalie o assunto após as atividades que acontecem no âmbito da COP30.

Medidas sem o devido debate e tomadas apressadamente podem impactar negativamente o bolso do consumidor

GETTY IMAGES

Especialistas e representantes do setor avaliam os riscos envolvidos na MP 1.304

1. **Contratação compulsória de térmicas a carvão e biomassa.** **Risco:** elevação dos custos de geração e aumento na conta de luz.
2. **Reclassificação de pequenas usinas como geração distribuída.** **Risco:** Distorção de subsídios e impactos na previsibilidade do sistema.
3. **Prorrogação de contratos de usinas a carvão até 2040.** **Risco:** Atraso na descarbonização e na transição energética, além de aumento de custo.
4. **Subvenções e incentivos sem critério econômico.** **Risco:** Desorganização estrutural do setor e desequilíbrio entre oferta e demanda.

CONTRATOS DESNESSÁRIOS

Para Madureira, a prorrogação de contratos de usinas a carvão até 2040, a contratação compulsória de térmicas a biomassa e a autorização de pequenas centrais hidrelétricas fora do planejamento oficial são exemplos de medidas que "distorcem o equilíbrio do sistema e acabam onerando o consumidor".

O presidente da Frente Nacional dos Consumidores de Energia (FNCE), Luiz Eduardo Barata, acredita que a MP reflete decisões tomadas sob pressão política, sem debate técnico, que tendem a gerar efeitos contrários aos desejados. "O discurso é de redução de custos. Mas o que veremos é justamente o oposto: aumento no preço da energia para consumidores regulados e livres. Isso ocorre porque a MP inclui obrigações e subsídios que não são necessários no momento", avalia.

Na visão de Barata, o sistema elétrico brasileiro, historicamente reconhecido por sua excelência técnica, vem sofrendo com uma "desorganização estrutural". "O problema vai além dos tributos e subsídios. É uma questão de governança. O setor mudou, mas o regramento não o acompanhou."

FALTA DE PLANEJAMENTO

No mesmo caminho, Nivalde de Castro, coordenador-geral do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Gesel-UFRJ), alerta para o desequilíbrio entre oferta e demanda provocado por decisões desconectadas do planejamento técnico.

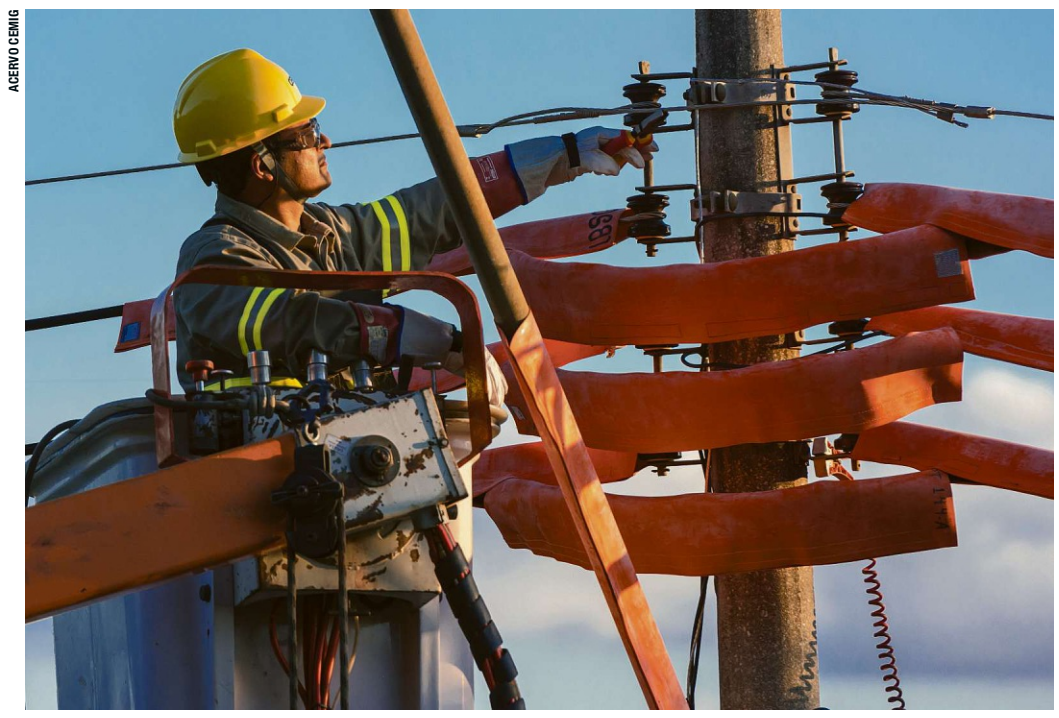
"O reflexo direto desse descompasso são os crescentes cortes de energia (curtailments), que causam prejuízos para geradores e consumidores. Com subsídios que distorcem o sinal de preços, o problema tende a se agravar", explica.

> "O texto da MP 1.304 traz dispositivos que preocupam, especialmente os que impõem contratações compulsórias de novas fontes de energia sem estudos técnicos que as sustentem"
>
> **MARCOS MADUREIRA,** presidente da Abradee

Segundo Castro, a contratação compulsória de térmicas a carvão e biomassa é um exemplo da falta de sinal econômico como vetor de investimento. "Ao criar uma reserva de mercado para essas fontes, com contratos subsidiados, o país produz mais energia cara, e o custo recai sobre o consumidor", afirma.

A combinação de segurança, sustentabilidade e preços justos é hoje fundamental para uma transição energética inclusiva. Na visão do presidente da Abradee, mudanças estruturais precisam ser amplamente debatidas, com a participação de agentes, consumidores e governo, o que foi efetuado para a maioria do que contempla o texto, mas existem temas que surgiram de última hora, sem a necessária avaliação de impactos. "O diálogo é o caminho para garantir que as transformações necessárias ocorram de forma responsável e transparente", reforça.

Muitas vezes, o consumidor sente o impacto na conta de luz, mas nem sempre compreende as causas por trás disso. "É fundamental que o Executivo formule uma proposta ampla e estruturada, e que o Legislativo faça a análise com base em evidências, não sob pressão de grupos", pontua Luiz Barata.



ACERVO CEMIG

A combinação de segurança, sustentabilidade e preços justos é hoje fundamental para uma transição energética inclusiva

Compromisso com energia limpa e justa

O Movimento Energia Justa reforça o compromisso com uma matriz limpa, acessível e equilibrada para todos os brasileiros. A iniciativa reúne informações e ações voltadas à defesa de tarifas justas e à transição energética sustentável. Acesse e saiba mais

PRODUZIDO POR G.lab

ines249

Congresso Bancada de Brasília na Câmara pediu investigações; BRB, banco estatal, tentou comprar instituição de Daniel Vorcaro, preso ontem pela PF

Deputados criticam Ibaneis após ação que mirou Master

Cristiano Zaia, Gabriela Guido e Ruan Amorim
De Brasília

Após a operação da Polícia Federal (PF) contra dirigentes dos bancos Master e do BRB, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, foi alvo de críticas pela bancada de Brasília no Congresso Nacional. O BRB é um banco público do governo distrital e tentou comprar parte do Master. Procurado por meio de sua assessoria de imprensa, Ibaneis disse que não comentaria o assunto.

Ex-governador do DF, o deputado Rodrigo Rollemberg (PSB), pediu para a PF aprofundar as investigações sobre um possível esquema de organização criminosa no caso. Ele também defendeu que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) deveria decretar a prisão e o afastamento de Ibaneis do cargo.

"O governador do Distrito Federal era o padrinho dessa operação. Defendeu com unhas e dentes a compra desse Banco Master. Mesmo depois de o Banco Central negar a compra, Ibaneis disse que ia insistir", afirmou Rollemberg na tribuna do plenário da Câmara.

Na direita também houve críticas a Ibaneis. O deputado Alberto Fraga (PL) chamou de "rolo puro" o negócio envolvendo a compra de parte do Master pelo BRB. "[Ibaneis] vai ter que responder sobre essa irresponsabilidade. Ainda bem que o Banco Central proibiu a compra", disse.

Já o senador Izalci Lucas (PL-DF) afirmou que iria pedir informações ao Banco Central (BC) para apurar o possível envolvimento do BRB no caso. Em abril, o parlamentar chegou a afirmar que apresentaria um requerimento de abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o caso. Na época, ele chegou a apresentar um pedido de informações ao BC para obter informações sobre as negociações.

Izalci, no entanto, desistiu da CPI dias depois, alegando que, nos documentos que recebeu, não viu indícios de ilegalidades na operação de compra e venda. Na terça, ele reafirmou esse entendimento ao **Valor**.

"Como representante de Brasília, recebi informações e documentos indicando que o BRB compraria apenas os ativos considerados saudáveis do banco [Master], enquanto os ativos problemáticos seriam excluídos do contrato. Diante disso, a proposta parecia vantajosa para o BRB. Com o objetivo de não prejudicar a instituição, decidi não prosseguir com a CPI naquele momento", afirmou.

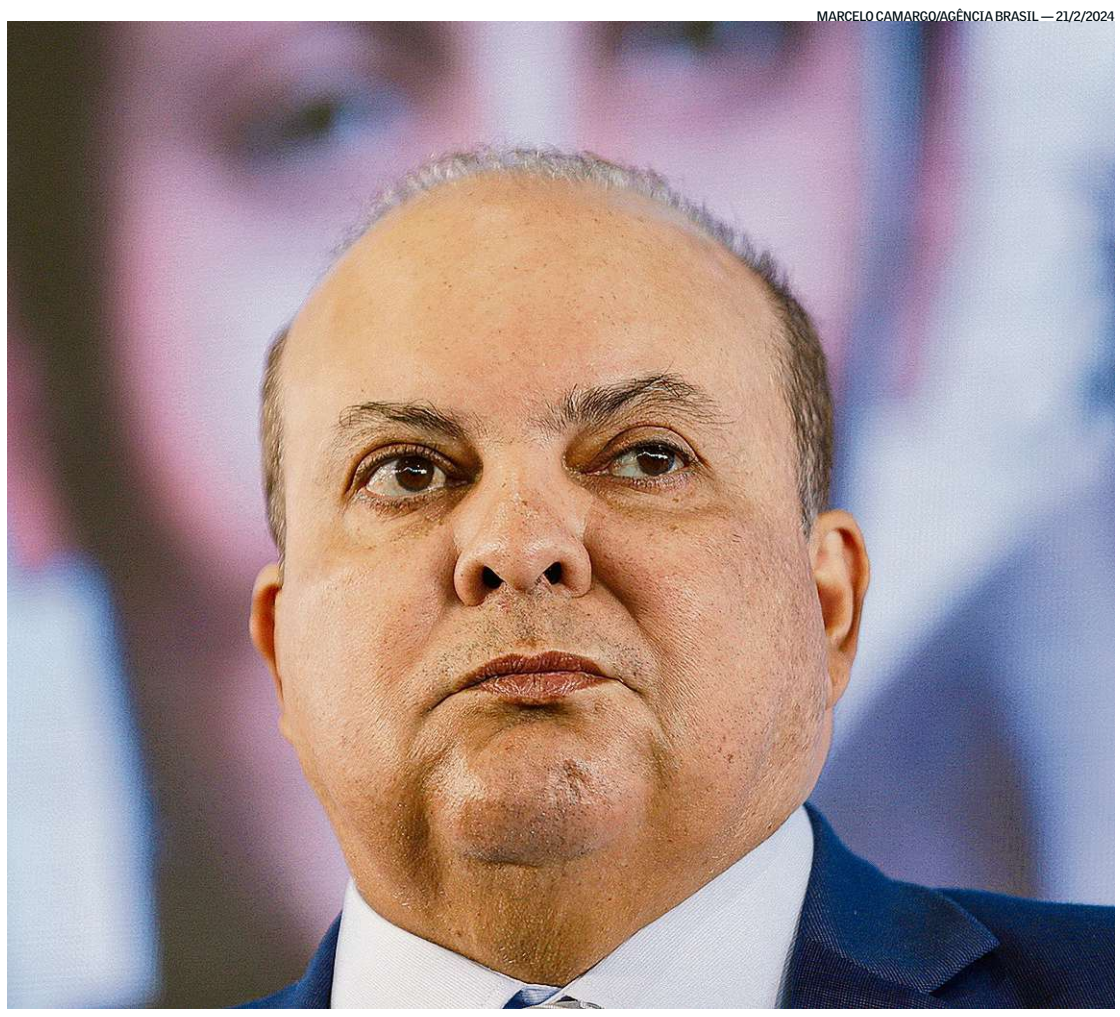
Sobre a possibilidade de apresentar um novo requerimento da CPI, ele ponderou que ainda era necessário avaliar a situação atual. "É fundamental acompanhar de perto o que está ocorrendo com o BRB, a fim de verificar se a instituição participou de alguma negociação fraudulenta ou tinha conhecimento das operações fraudulentas alegadas, pois isso teria impacto direto no banco. Nesse caso, medidas serão tomadas", afirmou o senador.

Já na Câmara Legislativa do Distrito Federal, parlamentares de oposição começaram a coletar assinaturas para instalar uma CPI para investigar o envolvimento do BRB no escândalo que levou ao afastamento de seu presidente, Paulo Henrique Costa, e à prisão do dono do Banco Master, Daniel Vorcaro.

A inciativa é liderada pelos deputados distritais Fábio Felix (Psol) e Chico Vigilante (PT). "Nós da oposição alertamos desde o início para o absurdo dessa operação, que pode ter resultado em graves prejuízos para a população do Distrito Federal. Ibaneis conhecia o histórico do Master e, mesmo assim, colocou o patrimônio da cidade em risco", afirmou Félix em nota.

Ver também páginas C1, C2, C3, C4, C5, C6, C7 e C8

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL — 21/2/2024



Ibaneis: governador do DF defendeu compra do Master pelo BRB; opositores pedem mais investigação no Legislativo

Prisão de Vorcaro assusta mais a política do que a de Bolsonaro

Análise

Maria Cristina Fernandes
São Paulo

Foram tantas as investidas do banco Master e de seu principal controlador em busca de cumplicidade na Praça dos Três Poderes e na avenida Faria Lima que a operação que prendeu Daniel Vorcaro e decretou a liquidação do banco chegou a ser desacreditada por muitos em Brasília. Sua efetivação, na noite de segunda, levou a aflições, na política, que superam, e muito, aquelas que precedem a provável ida do ex-presidente Jair Bolsonaro para o regime fechado.

No dia 2 de setembro, as digitais de sua rede de proteção no Congresso apareceram num requerimento de urgência apresentado pelo deputado Cláudio Cajado (PP-BA) a um projeto que permitiria ao Congresso demitir diretores do Banco Central. Com esta afronta à autonomia do BC, buscava-se impedir que a autoridade monetária vetasse a compra do Master pelo BRB, banco público cujo acionista majoritário, o governo do Distrito Federal, vive de mesada da União.

Cajado, deputado que também apareceria como o substituto providencial, na PEC da blindagem, de um relator que se recusava a subscrever um texto pronto e acabado, logo conseguiu a assinatura das lideranças de seis partidos: PP, União, PL, Republicanos e PSB — os mesmos que também dariam os maiores percentuais de votos àquela PEC. O Banco Central vetou a operação no dia seguinte e a urgência perdeu sua serventia.

Foi nesse momento que o Master resolveu reforçar sua banca de advogados. Depois de contar com um ex-ministro do STF, hoje, titular da Justiça, Ricardo Lewandowski, e com Viviane Barci de Moraes, esposa do ministro Alexandre de Moraes, Vorcaro investiu num ex-presidente da República, Michel Temer.

A primeira missão da defesa de Vorcaro é o habeas corpus a ser apresentado na manhã desta quarta-feira no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Foi da 10ª Vara Federal do Distrito Federal que saiu o mandado de prisão. Com os indícios de fuga presentes na cena da prisão, a missão da banca é espinhosa. O embarque se daria por Guarulhos (SP), em jatinho particular, para o paraíso fiscal de Malta, segundo a PF, e para Dubai, segundo a defesa. A viagem se daria no mesmo dia em que foi apresentada uma operação de compra do Master por uma empresa com capital social equivalente a 0,1% do aporte anunciado na operação.

> Busca de blindagem mostra o que Vorcaro é capaz de fazer para evitar prisão e tirar o sono em Brasília

A ciência do quão espinhoso era seu negócio sempre levou Vorcaro a investir alto na busca de proteção. Um ano antes de se tornar pública, com a proposta do BRB, a inviabilidade de seu modelo de negócios, que emitia papéis pagando taxas muito acima do mercado, o Master foi um dos patrocinadores de um evento em Londres com a nata da República.

Intitulado "Fórum Jurídico Brasil de Ideias", o evento contou com três ministros do STF como palestrantes (Moraes, Gilmar Mendes e Dias Toffoli), o PGR, Paulo Gonet, o advogado-geral da União, Jorge Messias, os senadores Ciro Nogueira (PP-PI) e Davi Alcolumbre (União-AP), e até o diretor-geral da Polícia Federal. Andrei Rodrigues contou à CPI do crime organizado que as fraudes financeiras envolvidas na operação que o pôs de pé nesta terça às 5h podem chegar a R$ 12 bilhões.

Com o início da liquidação, ficará mais clara a cota de cada sócio do Master em sua arriscada alavancagem, desde os maiores detentores de títulos, XP e BTG, até os fundos de previdência do governo do Rio e de prefeituras. O Fundo Garantidor de Crédito informou que 1,6 milhão de investidores, que detêm R$ 41 bilhões em CDBs, são elegíveis a ressarcimento. O maior resgate da história do FGC implicará em novos aportes ao fundo por grandes bancos que, por isso, viram suas ações cair ontem. A crise do Master levou esses bancos a propor uma reforma no modelo com a participação de fintechs no financiamento do FGC.

As boas relações de Vorcaro no meio político também lhe garantiram aportes de fundos de previdência estatais. Se bancos e fintechs continuaram a vender CDBs do Master em plena crise do banco, os fundos públicos também continuaram a confiar a remuneração da aposentadoria de seus servidores ao banco de Vorcaro mesmo depois de evidenciada sua crise de liquidez. O Rioprevidência, que soma R$ 2,6 bilhões no Master, chegou a ser alertado pelo Tribunal de Contas do Rio, mas não freou os aportes.

Cláudio Castro, do Rio, e Ibaneis Rocha, do Distrito Federal, formam o dueto de governadores mais exposto nas relações com Vorcaro. Em menor grau, prefeituras de São Paulo, como Cajamar e São Roque, mantiveram suas posições no Master a despeito de alertas do Ministério Público de Contas de São Paulo.

A Operação Carbono Oculto, que investigou a lavagem de dinheiro do crime organizado por fundos de investimento, também revelou uma fonte de receitas do banco que tende a complicar a vida de Vorcaro. O Master recebeu investimentos de um dos alvos da Carbono Oculto administrado pela Reag de João Carlos Mansur, alvo de busca e apreensão na Carbono Oculto. Pelas apostas feitas por Vorcaro em sua blindagem, é possível apostar que ele também fará de tudo para não ficar preso. É esta a maior preocupação em Brasília.

Para Haddad, decisão do BC indica que processo estava 'muito robusto'

De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na manhã de terça-feira (18) que, se o Banco Central decidir pela liquidação do Master, o processo "deve estar muito robusto". Ele evitou comentar o caso diretamente, reforçando que o tema é de responsabilidade da autoridade monetária e que cabe à pasta apenas oferecer suporte às decisões do BC.

"Não vou comentar porque é um assunto do Banco Central, mas vocês acompanharam todo o processo. O Banco Central é um regulador do sistema financeiro e eu tenho certeza de que, para ter chegado a esse ponto, todo esse processo deve estar muito robusto", disse.

Haddad acrescentou que acompanhou o caso do Master no âmbito da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), mas destacou que o BC, outro regulador, é quem se manifesta. "Eu penso que o Banco Central vai dar as informações na medida das suas possibilidades, na medida do andamento do processo de liquidação. O que cabe à Fazenda é dar suporte para as consequências desse ato", ressaltou.

O Banco Central decretou a liquidação extrajudicial do Banco Master, que vinha enfrentando crise de liquidez e credibilidade. Ao mesmo tempo, a Polícia Federal (PF) prendeu Daniel Vorcaro, dono do Master. A corporação vinha investigando o Master com informações repassadas pelo próprio BC.

De acordo com o diretor da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues, o esquema de fraudes financeiras pode chegar a R$ 12 bilhões. A declaração foi dada durante sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado que investiga o crime organizado realizada na terça-feira.

Além de Vorcaro, outros quatro diretores do Banco Master também foram presos. Também foram realizadas duas prisões preventivas. Paralelamente, o presidente do Banco de Brasília (BRB), Paulo Henrique Costa, foi afastado do cargo por decisão judicial. ***(RA)***

DIOGO ZACARIAS/MF

Haddad: "Cabe à Fazenda é dar suporte para as consequências desse ato"

Governistas tentam capitalizar, mas delimitação política é pouco clara

Análise

César Felício
Brasília

Ainda na parte da manhã desta terça-feira, o escândalo do Banco Master virou pauta para governistas na CPI do crime organizado e na CPMI do INSS, que tomavam depoimentos em salas do Senado. O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), ficou na retórica. Durante a audiência que ouviu o diretor da Polícia Federal Andrei Rodrigues na CPI do crime organizado, pontuou que a operação policial que prendeu o banqueiro Daniel Vorcaro mostrava que a delinquência também estava "na Faria Lima".

O deputado Rogério Corrêa (PT-MG) foi um pouco além e antecipou a intenção de transformar o Banco Master em mais um dos múltiplos alvos da CPI do INSS. Tomou a palavra para construir um vínculo, para lá de tênue, do banqueiro com o caso.

Correia destacou que Vorcaro é cunhado do empresário e pastor Fabiano Zettel, o maior financiador privado em 2022 das campanhas do ex-presidente Jair Bolsonaro e do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Deu R$ 3 milhões para a campanha presidencial e R$ 2 milhões para a de governador. Zettel faz pregações na Igreja Lagoinha do Belvedere, integrante da convenção Lagoinha, da família Valadão. Uma entidade envolvida com a fraude no INSS é suspeita de ter patrocinado um evento de uma igreja da mesma convenção em São Paulo. De concreto, tanto no caso do deputado quanto do senador, está a estratégia de se apostar na ação contra o Master como constrangedora para a oposição. Mas é duvidoso se o fôlego dessa estratégia será longo.

Vorcaro é um financista de múltiplas relações, além do cunhado financiador de Bolsonaro e Tarcísio. No momento em que os problemas de sustentabilidade financeira do Master tornaram-se evidentes, o banqueiro negociou a venda da instituição para o BRB, banco estatal do Distrito Federal, em uma transação vetada pelo Banco Central e que se tornou objeto da investigação da Polícia Federal que resultou em sua prisão.

Entre os políticos que se esforçaram para concretizar esta negociação, esteve o ex-presidente Michel Temer, que teria atuado a pedido do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB). O presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), tentou em 2024 ampliar o limite coberto pelo Fundo Garantidor de Crédito de R$ 250 mil para R$ 1 milhão.

A lista de aliados no mundo é longa e não se limita à oposição. O risco sistêmico que o caso envolve para os três Poderes não está claramente delimitado e a cautela no uso político mais profundo do caso deve prevalecer, arroubos à parte de parlamentares governistas.

No fim do dia, na Câmara, diversos parlamentares governistas, principalmente do Distrito Federal, fizeram alusão ao caso Master para questionar a votação do relatório do deputado Guilherme Derrite (PP-SP) que endurece o tratamento para organizações criminosas. O parecer de Derrite, em sua sexta versão, dificulta o financiamento à Polícia Federal, protagonista da ação de ontem contra o banqueiro. As linhas gerais do parecer de Derrite, contudo, já estavam delineadas antes da operação da manhã de terça.

NO MUNDO DOS NEGÓCIOS, CADA BALANÇO CONTA UMA HISTÓRIA.

Descubra o poder do **VALOR EMPRESAS 360**: todos os insights em um só lugar.

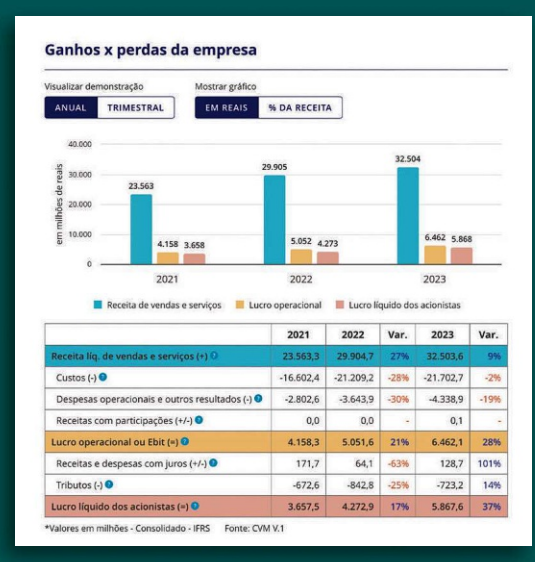
Nessa temporada de balanços, não desvendamos apenas as demonstrações financeiras, mas também exploramos a essência das instituições com uma visão ampla das empresas brasileiras, consolidando conteúdos do **Valor Econômico**, **Pipeline**, **Valor Investe** e **Valor PRO**.

Vá além dos números. Acesse análises estratégicas, cotações, notícias e tenha em mãos a chave para o entendimento profundo do universo empresarial.

DESVENDE O MUNDO DOS NEGÓCIOS E CONFIRA:

INDICADORES DE MERCADO E CONCORRENTES:
Explore indicadores-chave, compare com concorrentes e fique à frente nos negócios.

VALOR DAS AÇÕES E RECOMENDAÇÕES:
Histórico de valores, consenso de analistas para preço alvo e recomendações de compra ou venda.



BALANÇO DETALHADO E FATOS RELEVANTES:
Veja os balanços mais recentes e informações cruciais para sua análise de mercado.

Enriqueça sua experiência e destaque-se.
VALOR EMPRESAS 360
Para quem investe sabendo
valor.globo.com/empresas360

Valor ECONÔMICO 25 ANOS | 100 ANOS DE GLOBO | Valor EMPRESAS 360

Concentre todas as informações da sua empresa no VALOR EMPRESAS 360 e enriqueça ainda mais a experiência do usuário com vídeos, press releases, conteúdos de marca, entre outros formatos. Consulte nosso time e saiba mais: **franci.pacheco@valor.com.br**

ines249

Política

Atividade econômica

Indicadores agregados

	out/25	set/25	ago/25	jul/25	jun/25	mai/25	abr/25	mar/25	fev/25	jan/25
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-0,24	0,39	-0,49	-0,29	-1,15	0,47	0,71	0,61	1,48
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,4	0,7	-0,1	0,1	-0,5	-0,7	1,8	0,0	0,2
Indústria de transformação	-	0,0	0,5	-0,1	0,1	-0,5	-0,9	1,1	-0,5	0,7
Indústrias extrativas	-	-1,6	-0,4	1,2	-1,8	1,0	1,4	3,7	3,0	-2,3
Bens de capital	-	0,1	-1,6	-0,3	0,8	-2,2	0,8	-1,2	0,8	3,0
Bens intermediários	-	-0,4	0,9	0,2	0,1	0,1	0,5	0,6	1,3	-1,9
Bens de consumo	-	-0,1	0,8	0,2	-0,6	-1,5	-3,0	4,1	-1,4	3,6
Faturamento real (CNI - %) (1)	-	-	-5,3	0,4	-1,9	0,6	-1,1	-2,9	1,9	5,3
Horas trabalhadas na produção (CNI - %) (1)	-	-	-0,3	0,1	-0,7	0,8	-0,5	-2,1	1,9	1,2
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,0	0,4	0,2	0,2	-0,3	-0,4	1,6	1,4	0,1
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-0,3	0,1	-0,2	-0,1	-0,4	-0,3	0,7	0,5	0,2
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,6	0,7	0,5	0,5	0,4	0,1	0,8	1,4	2,4
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,6	0,2	0,2	0,5	0,1	0,4	0,4	0,9	-0,4
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	5,6	5,6	5,6	5,8	6,2	6,6	7,0	6,8	6,5
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	-	0,0	0,2	0,0	0,0	-0,3	0,0	0,5	0,4
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	-	-	-	-	-	-	-	0,4	-0,2	-2,2
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	31.975	30.495	29.538	32.082	28.968	29.934	29.887	28.724	22.744	25.383
Importações	25.011	27.553	23.717	25.251	23.270	22.934	22.273	21.029	23.232	23.067
Saldo	6.964	2.942	5.821	6.831	5.698	7.000	7.614	7.695	-488	2.316

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	**TR (1)**	**Poupança (2)**	**Poupança (3)**	**TBF (1)**	**Selic (4)**	**TJLP**	**TLP**	**FGTS (5)**	**CUB/SP**	**UPC**	**Salário mínimo**
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	0,41	24,44	1.412,00
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5770	0,5088	0,3175	0,35	24,44	1.412,00
set/24	0,0675	0,5678	0,5678	0,7760	0,84	0,5584	0,5088	0,3143	0,33	24,44	1.412,00
out/24	0,0977	0,5982	0,5982	0,8801	0,93	0,6191	0,5112	0,3446	0,37	24,49	1.412,00
nov/24	0,0649	0,5652	0,5652	0,7503	0,79	0,5990	0,5207	0,3117	0,21	24,49	1.412,00
dez/24	0,0822	0,5826	0,5826	0,8571	0,93	0,6191	0,5387	0,3290	0,16	24,49	1.412,00
jan/25	0,1690	0,6698	0,6698	0,9972	1,01	0,6625	0,5685	0,4160	0,23	24,55	1.518,00
fev/25	0,1324	0,6331	0,6331	0,9315	0,99	0,5982	0,6006	0,3794	0,09	24,55	1.518,00
mar/25	0,1092	0,6097	0,6097	0,8971	0,96	0,6625	0,6185	0,3561	0,12	24,55	1.518,00
abr/25	0,1689	0,6697	0,6697	0,9929	1,06	0,6937	0,6263	0,4159	0,25	24,65	1.518,00
mai/25	0,1712	0,6721	0,6721	1,0552	1,14	0,7169	0,6224	0,4182	0,65	24,65	1.518,00
jun/25	0,1699	0,6707	0,6707	1,0201	1,10	0,6937	0,6131	0,4169	0,91	24,65	1.518,00
jul/25	0,1758	0,6767	0,6767	1,1779	1,28	0,7417	0,6076	0,4229	0,69	24,78	1.518,00
ago/25	0,1722	0,6731	0,6731	1,0817	1,16	0,7417	0,6053	0,4193	0,21	24,78	1.518,00
set/25	0,1742	0,6751	0,6751	1,1361	1,22	0,7177	0,6131	0,4213	0,17	24,78	1.518,00
out/25	0,1758	0,6767	0,6767	1,1764	1,28	0,7504	0,6201	0,4229	0,15	24,91	1.518,00
nov/25	0,1634	0,6642	0,6642	0,9776	1,05	0,7261	0,6286	0,4104	-	24,91	1.518,00
2025	**1,80**	**7,54**	**7,54**	**12,06**	**12,95**	**7,98**	**6,93**	**4,59**	**3,53**	**1,71**	**7,51**
Em 12 meses*	**1,88**	**8,16**	**8,16**	**13,02**	**14,00**	**8,65**	**7,51**	**4,94**	**3,92**	**1,71**	**7,51**
2024	**0,81**	**7,03**	**7,03**	**9,98**	**10,88**	**7,00**	**5,97**	**3,84**	**4,17**	**0,82**	**6,97**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para novembro projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	2º Tri/25	1º Tri/25	2025 (1)	2024	2023	2022
PIB (R$ bilhões) *	3.177	3.020	12.267	11.745	10.943	10.080
PIB (US$ bilhões) **	557	516	2.140	2.178	2.191	1.952
Taxa de Variação Real (%)	0,4	1,3	3,2	3,4	3,2	3,0
Agropecuária	-0,1	12,3	5,8	-3,2	16,3	-1,1
Indústria	0,5	0,0	2,4	3,3	1,7	1,5
Serviços	0,6	0,4	2,9	3,7	2,8	4,3
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	-2,2	3,2	8,3	7,3	-3,0	1,1
Investimento (% do PIB)	16,8	17,8	17,3	17,0	16,4	17,8

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 2º trim de 2025, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.518,00	7,50
De 1.518,01 até 2.793,88	9,00
De 2.793,89 até 4.190,83	12,00
De 4.190,84 até 8.157,41	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data * Competência novembro/25. ** Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.428,80	0,0	0,00
De 2.428,81 até 2.826,65	7,5	182,16
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	394,16
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	675,49
Acima de 4.664,68	27,5	908,72

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
*** Valor considera o desconto simplificado de R$ 607,20**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

	Janeiro-setembro			setembro		
Discriminação	**2025**	**2024**	**Var. %**	**2025**	**2024**	**Var. %**
Receita Federal						
Imposto de renda total	**677,3**	**619,9**	**9,24**	**61,0**	**56,3**	**8,51**
Imposto de renda pessoa física	61,6	56,4	9,36	5,8	5,5	6,89
Imposto de renda pessoa jurídica	256,6	241,4	6,29	18,3	18,1	0,75
Imposto de renda retido na fonte	359,0	322,1	11,44	36,9	32,7	13,09
Imposto sobre produtos industrializados	63,3	58,0	9,29	7,3	7,2	0,81
Fumo	8,5	6,1	39,06	0,9	0,7	22,45
Bebidas	2,3	2,2	3,64	0,2	0,3	-9,55
Automóveis	3,4	4,2	-19,38	0,3	0,4	-28,12
Imposto sobre operações financeiras	60,0	49,4	21,55	8,5	6,0	40,32
Imposto de importação	67,7	54,2	24,82	7,7	7,2	7,82
Cide-combustíveis	2,4	2,2	6,01	0,3	0,2	4,91
Contribuição para Finsocial (Cofins)	332,8	306,8	8,48	37,7	36,0	4,55
CSLL	138,9	129,4	7,35	9,9	9,9	0,68
PIS/Pasep	90,7	83,9	8,16	10,2	9,7	5,22
Outras receitas	672,4	630,5	6,65	74,2	70,7	4,95
Total	**2.105,5**	**1.934,3**	**8,85**	**216,7**	**203,2**	**6,67**

	ago/25		jul/25		ago/24	
	Valor	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***
INSS	**59,5**	**7,79**	**55,2**	**-1,37**	**53,7**	**8,03**

Fontes: Receita Federal e Previdência Social. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior.

Inflação

Variação no período (em %)

	Acumulado em					Número índice			
	nov/25	**out/25**	**2025**	**2024**	**12 meses**	**nov/25**	**out/25**	**dez/24**	**nov/24**
IBGE									
IPCA	-	0,09	3,73	4,83	4,68	-	7.365,68	7.100,50	7.063,77
INPC	-	0,03	3,65	4,77	4,49	-	7.552,23	7.286,35	7.251,54
IPCA-15	-	0,18	3,94	4,71	4,94	-	7.233,07	6.958,73	6.935,15
IPCA-E	-	-	3,76	4,71	5,32	-	-	6.958,73	6.935,15
FGV									
IGP-DI	-	-0,03	-1,31	6,86	0,73	-	1.165,98	1.181,41	1.171,21
Núcleo do IPC-DI	-	0,31	3,73	3,90	4,36	-	-	-	-
IPA-DI	-	-0,13	-3,53	7,72	-0,87	-	1.345,03	1.394,27	1.379,41
IPA-Agro	-	-0,68	-5,62	14,36	-1,70	-	1.926,96	2.041,66	2.028,80
IPA-Ind.	-	-8,31	-2,78	5,28	-0,63	-	1.120,39	1.152,37	1.138,09
IPC-DI	-	0,14	3,42	3,99	3,60	-	789,09	762,98	760,64
INCC-DI	-	0,30	5,42	6,54	6,37	-	1.222,36	1.159,54	1.153,73
IGP-M	-	-0,36	-1,30	6,54	0,92	-	1.182,01	1.197,56	1.186,46
IPA-M	-	-0,59	-3,49	7,24	-0,62	-	1.380,83	1.430,81	1.413,72
IPC-M	-	0,16	3,57	4,02	3,76	-	771,88	745,27	744,39
INCC-M	-	0,21	5,58	6,34	6,58	-	1.219,41	1.154,99	1.149,16
IGP-10	0,18	0,08	-0,80	6,61	0,34	1.209,23	1.207,05	1.218,98	1.205,18
IPA-10	0,15	-0,04	-2,85	7,31	-1,35	1.424,97	1.422,77	1.466,71	1.444,45
IPC-10	0,21	0,48	3,79	4,11	3,77	778,88	777,22	750,46	750,59
INCC-10	0,30	0,21	5,95	6,35	6,40	1.205,84	1.202,27	1.138,15	1.133,35
FIPE									
IPC	-	0,27	3,30	4,68	4,86	-	730,22	706,90	704,53

Obs.: IPCA-E no 3º trimestre = 0,67%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2025

No prazo legal				
Quota	**Vencimento**	**Valor da quota (Campo 7 do DARF)**	**Valor dos juros (Campo 9 do DARF)**	**Valor total (Campo 10 do DARF)**
1ª ou única	30/04/25		-	Campo 7
2ª	30/05/25		1,00%	
3ª	30/06/25		2,14%	+
4ª	31/07/25	Valor da declaração	3,24%	Campo 8
5ª	29/08/25		4,52%	
6ª	30/09/25		5,68%	+
7ª	31/10/25		6,90%	Campo 9
8ª	28/11/25		8,18%	
Pagamento com atraso				

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de maio/25 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

	set/25		ago/25		set/24	
Dívida líquida do setor público	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Dívida líquida total	**8.086,9**	**64,79**	**7.969,2**	**64,21**	**7.117,4**	**61,73**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-30,4	-0,24	-30,6	-0,25	-44,9	-0,39
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-1.018,0	-8,16	-1.033,3	-8,32	-955,0	-8,28
Dívida fiscal líquida	**9.135,2**	**73,19**	**9.033,1**	**72,78**	**8.117,2**	**70,40**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	8.663,6	69,41	8.576,9	69,10	7.917,4	68,67
Dívida externa líquida	-576,7	-4,62	-607,7	-4,90	-800,0	-6,94
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	7.024,6	56,28	6.915,6	55,72	6.126,6	53,14
Governos Estaduais	932,8	7,47	921,7	7,43	875,5	7,59
Governos Municipais	85,0	0,68	86,6	0,70	75,5	0,66
Empresas Estatais	44,6	0,36	45,3	0,37	39,8	0,34
Necessidades de financiamento do setor público	**set/25**		**ago/25**		**set/24**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.018,0**	**8,16**	**969,6**	**7,81**	**1.065,3**	**9,24**
Governo Federal**	853,3	6,84	818,7	6,60	860,4	7,46
Banco Central	66,3	0,53	54,7	0,44	113,2	0,98
Governo regional	85,8	0,69	82,6	0,67	79,5	0,69
Total primário	**33,2**	**0,27**	**23,1**	**0,19**	**245,6**	**2,13**
Governo Federal	-279,3	-2,24	-295,7	-2,38	-71,6	-0,62
Banco Central	0,8	0,01	1,0	0,01	1,0	0,01
Governo regional	-14,1	-0,11	-14,4	-0,12	-14,6	-0,13

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de setembro*

	Janeiro-setembro			setembro		
Discriminação	**2025**	**2024**	**Var. %**	**2025**	**2024**	**Var. %**
Receita total	**2.130,1**	**2.052,0**	**3,80**	**216,4**	**210,7**	**2,71**
Receita Adm. Pela RFB**	1.380,3	1.324,2	4,23	137,3	138,7	-1,02
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	507,5	483,0	5,06	58,0	51,8	11,94
Receitas Não Adm. Pela RFB	242,3	244,8	-0,99	21,1	20,2	4,68
Transferências a Estados e Municípios	**422,4**	**402,7**	**4,89**	**44,0**	**39,4**	**11,72**
Receita líquida total	**1.707,7**	**1.649,3**	**3,54**	**172,4**	**171,3**	**0,64**
Despesa Total	**1.806,5**	**1.758,0**	**2,76**	**186,9**	**176,7**	**5,74**
Benefícios Precidenciários	796,7	765,7	4,04	78,9	79,4	-0,65
Pessoal e Encargos Sociais	294,8	283,9	3,86	30,7	30,3	1,61
Outras Despesas Obrigatórias	306,7	293,4	4,54	25,1	24,6	1,96
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	408,2	415,0	-1,64	52,2	42,5	22,82
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-98,8**	**-108,7**	**-9,13**	**-14,5**	**-5,4**	**166,60**

Discriminação	set/25		ago/25		set/24	
	Valor	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**
Ajustes metodológicos	-0,1	-38,81	-0,1	-	0,1	-40,05
Discrepância estatística	-0,4	30,86	-0,3	-	1,2	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-14,9**	**-6,66**	**-16,0**	**-71,70**	**-4,2**	**-82,28**
Juros Noniminais	**-73,7**	**13,15**	**-65,1**	**-34,69**	**-40,3**	**-38,45**
Result. Nominal do Gov. Central	**-88,6**	**9,24**	**-81,1**	**-48,09**	**-44,5**	**-50,04**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Diplomacia Príncipe Bin Salman, apontado por Washington como suspeito na morte de Khashoggi, promete investir US$ 1 tri nos EUA

Trump recebe líder saudita e minimiza morte de jornalista

Agências internacionais

O presidente dos EUA, Donald Trump, disse ontem que o príncipe herdeiro da Arábia Saudita, Mohammed bin Salman, "não sabia nada" sobre o assassinato do colunista do Washington Post Jamal Khashoggi, ocorrido em 2018. Ele fez a declaração durante encontro entre os dois na Casa Branca, para anunciar acordos econômicos.

"Muita gente não gostava desse senhor de quem você está falando", disse Trump ao responder a uma pergunta sobre Khashoggi, ao lado do príncipe, no Salão Oval. "Quer você goste dele ou não, essas coisas acontecem, mas ele [Bin Salman] não sabia de nada sobre isso, e não vamos falar mais desse assunto."

Mais cedo, Trump argumentou que o líder de facto da Arábia Saudita fez um trabalho "incrível" na área dos direitos humanos. Uma investigação de 2021 da inteligência dos EUA relacionou o príncipe, que tem 40 anos e é conhecido como MBS, no assassinato e esquartejamento de Khashoggi em um consulado saudita na Turquia.

Bin Salman, que rejeita acusações de envolvimento no crime, disse que foi "doloroso" saber da morte de Khashoggi, mas que seu governo "seguiu todos os passos corretos de investigação".

O príncipe herdeiro, recebido com honras de chefe de Estado na Casa Branca, prometeu aumentar o investimento de seu país nos EUA dos US$ 600 bilhões com que se comprometeu quando Trump visitou a Arábia Saudita, em maio, para US$ 1 trilhão. Mas ele não deu mais detalhes nem explicou qual seria o cronograma.

As negociações entre os dois líderes pareciam determinadas a avançar pelo terreno dos laços de segurança, da cooperação nuclear civil e de acordos comerciais multimilionários. Aos jornalistas o presidente disse que os dois países tinham chegado a um "acordo de defesa", sem dar mais detalhes, e que a Arábia Saudita compraria caças F-35 avançados e cerca de 300 tanques fabricados nos EUA.

Trump afirmou ainda ter recebido uma "resposta positiva" sobre as perspectivas de normalização das relações entre a Arábia Saudita e Israel. Mas o príncipe deixou claro que, embora queira aderir aos Acordos de Abraão, ele mantém sua precondição de que Israel precisa oferecer uma rota para a criação de um Estado palestino, o que o país se recusa a fazer.

"Queremos fazer parte dos Acordos de Abraão, mas também queremos ter certeza de que garantiremos um caminho claro para uma solução de dois Estados", explicou, em referência à série de acordos pelos quais vários países árabes estabeleceram relações diplomáticas com Israel em 2020. "Queremos paz com os israelenses, queremos paz com os palestinos, queremos que coexistam de modo pacífico na região", acrescentou.

Tanto Bin Salman como Trump confirmaram que tiveram discussões aprofundadas sobre os esforços de normalização antes da visita desta semana. "Não quero usar a palavra compromisso, mas tivemos uma conversa muito boa sobre os Acordos de Abraão", disse o presidente, enquanto Mohammed bin Salman descreveu como "saudáveis" as discussões sobre uma solução de dois Estados.

Ainda assim, segundo analistas sauditas e americanos, um dos principais problemas é que o clima político atual de Israel não favorece quase nenhum apoio para as concessões necessárias para chegar a um acordo com a Arábia Saudita.

Enquanto Israel e o Hamas mantêm um frágil cessar-fogo em Gaza, depois de mais de dois anos de guerra, muitas autoridades israelenses descartam a possibilidade de em algum momento permitir um Estado palestino independente — entre elas o próprio primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, que ainda por cima sofre pressão de membros da extrema direita de seu governo.

No mês passado, o ministro das Finanças de Israel, Bezalel Smotrich, afirmou que se os sauditas condicionassem a normalização das relações ao estabelecimento de um Estado palestino, Israel deveria responder: "Não, obrigado, continuem andando de camelo nas areias do deserto".

NATHAN HOWARD/POLITICO/BLOOMBERG

Trump (dir.), durante visita de Bin Salman (esq.) à Casa Braca: honras de Estado e pouco avanço em laços com Israel

> "Ele [Bin Salman] não sabia de nada. Muitos não gostavam desse senhor [Khashoggi]."
> *Donald Trump*

Congresso dos EUA aprova divulgação de arquivos de Epstein

Agências internacionais

O Congresso dos EUA votou esmagadoramente a favor de obrigar o Departamento de Justiça a divulgar seus arquivos sobre os crimes sexuais de Jeffrey Epstein, que se matou em 2019, depois que o pressionado presidente Donald Trump mudou abruptamente de posição e incentivou os republicanos a apoiarem a medida.

O projeto de lei foi aprovado pela Câmara, controlada pelos republicanos, por 427 votos a 1 na tarde de ontem. Horas depois, o Senado aprovou por unanimidade um acordo que abriu caminho para que o projeto de lei fosse rapidamente e por unanimidade aprovado na Casa, sem emendas. A legislação foi enviada então, ontem à noite, para a sanção de Trump.

Logo após a votação da Câmara, tanto o líder o líder da maioria no Senado, John Thune, quanto o da bancada democrata, Chuck Schumer, anunciaram o acordo para a aprovação rápida da medida, logo que chegasse à Casa.

A disputa pública e cada vez mais acirrada entre os republicanos sobre os arquivos de Epstein havia rachado as relações entre Trump e alguns de seus apoiadores mais fervorosos.

Antes da votação, sobreviventes dos supostos abusos de Epstein se juntaram a um trio de parlamentares democratas e republicanos do lado de fora do Congresso dos EUA para pedir a liberação dos registros. As mulheres seguravam fotografias de sua juventude, a idade em que disseram ter encontrado Epstein pela primeira vez, um financista de Nova York que confraternizava com alguns dos homens mais poderosos do mundo.

Após a votação, elas se levantaram para aplaudir os parlamentares da galeria pública da Câmara dos Deputados, algumas delas chorando e se abraçando.

O escândalo de Epstein tem sido espinhoso para Trump, em parte porque ele incentivou teorias conspiratórias para seus próprios apoiadores. Muitos eleitores de Trump acreditam que o governo encobriu os laços de Epstein com figuras poderosas e ocultou detalhes sobre sua morte, que foi considerada suicídio, em uma prisão de Manhattan em 2019.

Apesar de sua mudança de posição sobre o projeto, o presidente republicano continua irritado com a atenção dada à questão de Epstein. Ontem, ele chamou uma repórter que perguntou sobre o assunto no Salão Oval de "pessoa terrível" e disse que a ABC, emissora para a qual a jornalista trabalha, deveria ter sua licença revogada.

"Acho que a licença da ABC deveria ser retirada porque suas notícias são tão falsas e tão erradas. E nós temos um comissário, um presidente, que deveria olhar para isso", declarou Trump, se referindo a Bredan Carr, chefe da Comissão Federal de Comunicações, responsável pelas licenças.

"Não tenho nada a ver com Jeffrey Epstein", disse Trump aos repórteres enquanto recebia a visita do príncipe herdeiro saudita, Mohammed bin Salman. "Eu o expulsei do meu clube há muitos anos porque achava que ele era um pervertido doente."

Trump socializou e festejou com Epstein nas décadas de 1990 e 2000 antes do que ele chama de rompimento, mas a antiga amizade se tornou um raro ponto fraco com seus apoiadores.

"Por favor, parem de tornar isso político, não se trata de você, presidente Trump", disse Jena-Lisa Jones, que disse que Epstein abusou sexualmente dela quando ela tinha 14 anos, em uma coletiva de imprensa fora do Congresso americano algumas horas antes da votação. "Eu votei no senhor, mas seu comportamento nessa questão tem sido uma vergonha nacional."

Trump disse que não tinha nenhuma ligação com os crimes de Epstein e começou a chamar a questão de "farsa democrata", apesar de alguns republicanos estarem entre as vozes mais estridentes que pedem a divulgação dos registros das investigações criminais sobre Epstein.

O deputado Thomas Massie, republicano, desafiou Trump e liderou o esforço para forçar a votação e, no plenário da Câmara, acusou o Departamento de Justiça de "proteger pedófilos e traficantes sexuais".

"Como saberemos se esse projeto de lei foi bem-sucedido?", disse ele antes da votação. "Saberemos quando houver homens, homens ricos, algemados, sendo escoltados para a prisão. E até lá, isso ainda é um acobertamento."

> "Esse projeto será bem-sucedido quando houver homens ricos algemados"
> *Thomas Massie*

Submissão é o objetivo de Trump em caso contra a BBC

Análise

Edward Luce
Financial Times

É fácil esquecer que o Brexit deu um impulso reanimador a Donald Trump: o plebiscito sobre a saída britânica da União Europeia em 2016 chegou cinco meses antes da vitória sobre Hillary Clinton. O sucesso de uma insurgência antiestablishment foi uma demonstração de que a outra também era possível. "Eles logo vão estar me chamando de SR. BREXIT", tuitou Trump. O apelido acabou não pegando, mas os laços entre Trump e a direita britânica já eram umbilicais mesmo antes de o Reino Unido votar para sair da Europa. Agora, passados dez anos, já estão consolidados.

Não deveria ser surpresa para ninguém que Trump tenha colocado a BBC em sua mira. Já ficou claro que a emissora britânica deu a Trump um pretexto embrulhado para presente — sua edição com cortes desonestos sobre o papel de Trump na invasão do Congresso americano em 6 de janeiro. No entanto, ele tem motivos mais amplos para ir atrás do alvo preferido da direita britânica. Trump tem três motivos para processar a BBC, sendo que o primeiro é o dinheiro.

Ele está pedindo entre US$ 1 bilhão e US$ 5 bilhões em indenização, embora a BBC tenha se desculpado e demitido dois executivos de alto escalão em razão do episódio. Além disso, ele quer que o caso seja julgado na Flórida. Seria chocante, mas não uma surpresa, se um tribunal da Flórida aceitasse ter jurisdição sobre um programa de uma emissora estrangeira vista por poucos americanos.

Por outro lado, ele já arrancou milhões de dólares da Meta, da Paramount e da ABC em indenizações em acordos legais por acusações que teriam sido descartadas por qualquer juiz que se preze. Não se pode dar como perdida a possibilidade de que ele consiga algum dinheiro do tipo "por favor, nos deixe em paz" da BBC.

O segundo motivo é político. Tornou-se padrão descrever que a edição da BBC foi "enganosa". A edição foi desonesta, mas o principal argumento do documentário está correto. Ninguém que tenha observado os eventos de 6 de janeiro nos EUA pode ter dúvidas de que o objetivo de Trump era reverter a eleição de 2020. Mais de 200 dos réus nos processos penais citaram o discurso de Trump como motivo pelo qual invadiram o Congresso, segundo a Citizens for Responsibility and Ethics.

O objetivo de Trump é tornar mais caro relatar a verdade sobre sua tentativa de reverter uma eleição. Ele já domou dois dos maiores meios de comunicação dos EUA, a rede de TV CBS e o jornal The Washington Post. Ambas as redações estão acuadas. As páginas editoriais do Post, pertencente a Jeff Bezos, estão cada vez mais pró-Trump. O programa 60 Minutes, da CBS, fez recentemente uma entrevista água-com-açúcar com o presidente na qual uma enxurrada de mentiras passou em grande parte sem contestação.

Nenhuma mostra de submissão jornalística, porém, chega aos pés da entrevista concedida por Trump na semana passada à GB News. A emissora britânica promoveu recentemente uma festa de lançamento em Washington na qual vários membros do gabinete de Trump estiveram presentes. O convidado de honra foi Nigel Farage, líder do partido Reform UK, o equivalente britânico do "Maga" ("Tornar os EUA Grandes de Novo").

Na entrevista de Trump à GB News, o desempenho da correspondente Bev Turner chegou a rivalizar com o de apresentadores de TV da Coreia do Norte. "Parece muito mais seguro aqui", disse Turner, comparando Washington a Londres, embora a chance de ser assassinado na capital americana seja cerca de 26 vezes maior que na britânica (sim, você leu certo). Ela descreveu a recente visita de Estado de Trump ao Reino Unido como "linda". "Incrível. Nunca vi nada assim."

Turner fez variações da mesma pergunta ao longo da entrevista — cuja essência foi pedir a Trump para explicar o segredo do seu sucesso. Ainda assim, a última pergunta dela foi desconcertante. Depois de elogiar Trump como grande pai, perguntou: "Já passou pela sua cabeça como o cargo é parecido com ser pai? Ser presidente?" Ele adorou essa. O que nos leva ao motivo final para Trump estar processando a BBC. Por que todos os meios de comunicação não poderiam ser parecidos à GB News?

> Trump quer tornar mais caro relatar a verdade sobre a tentativa de reverter a eleição de 2020

Aprovação de Trump cai ao menor nível desde a posse

Jason Lange
Reuters, de Washington

A taxa de aprovação do presidente dos EUA, Donald Trump caiu para 38%, a mais baixa desde a posse, com os americanos insatisfeitos com o custo de vida e com a investigação sobre o falecido criminoso sexual Jeffrey Epstein, segundo pesquisa da Reuters/Ipsos.

Trump iniciou seu segundo mandato com 47% dos americanos aprovando-o. A queda de nove pontos percentuais desde janeiro deixa sua popularidade geral próxima dos níveis mais baixos registrados durante seu primeiro mandato e também perto dos índices mais baixos obtidos por seu antecessor democrata na Casa Branca, Joe Biden. O índice de aprovação de Biden chegou a cair para 35%, enquanto a popularidade de Trump em seu primeiro mandato atingiu a mínima de 33%.

Este ano, o presidente tem sido particularmente atormentado pela percepção de que não está fazendo o suficiente para ajudar as famílias com as despesas do dia a dia, uma questão que também afetou duramente Biden e contribuiu para a vitória de Trump sobre a vice-presidente Kamala Harris.

Apenas 26% dos americanos dizem que Trump está fazendo um bom trabalho no controle do custo de vida, uma queda em relação aos 29% registrados no início deste mês. O ritmo da inflação permanece alto para os padrões históricos desde que Trump assumiu o cargo em janeiro, com os preços ao consumidor nos EUA subindo 3% nos 12 meses até setembro, mesmo com o enfraquecimento do mercado de trabalho. Cerca de 65% dos entrevistados — incluindo um em cada três republicanos — desaprovam o desempenho de Trump na questão.

Expressando frustração com a percepção pública sobre sua gestão da economia, Trump reduziu na semana passada os impostos de importação sobre café, carne bovina, bananas e outros produtos básicos, mas a queda de sua popularidade pode tornar os republicanos mais vulneráveis nas eleições para o Congresso do ano que vem, embora a pesquisa tenha mostrado que os eleitores continuam a ver o Partido Republicano como tendo uma abordagem melhor em relação à política econômica.

Apenas 20% dos americanos — incluindo apenas 44% dos republicanos — aprovam a forma como Trump lidou com o caso Epstein, segundo pesquisa. Cerca de 70% dos entrevistados — sendo 87% entre os democratas e 60% entre os republicanos, disseram acreditar que o governo está escondendo informações sobre os clientes do falecido agressor sexual.

China restringe visitas ao Japão e escala crise

Agências internacionais

O governo da China intensificou a pressão econômica sobre o Japão como parte de uma ampla resposta aos comentários feitos pela premiê japonesa, Sanae Takaichi, de que o país poderia intervir em um eventual ataque chinês à ilha de Taiwan, território que Pequim considera uma província rebelde.

As novas restrições incluem proibições a viagens ao Japão por funcionários de companhias estatais, cancelamentos de excursões e viagens de grupos turísticos e até suspensão de lançamentos de filmes japoneses, segundo o jornal britânico Financial Times.

Este é considerado o momento mais crítico nas relações entre os vizinhos desde os comentários feitos pelo ex-premiê japonês Shinzo Abe, cinco anos atrás, também sobre Taiwan.

A atual crise foi desencadeada após Takaichi sugerir, em declaração ao Parlamento japonês, que seu governo poderia considerar um ataque da China a Taiwan uma "ameaça existencial", e por isso poderia ordenar uma ação militar.

A mídia chinesa classificou os comentários como uma ameaça.

A tensão resultou no adiamento do Fórum Pequim-Tóquio, uma cúpula anual que congrega acadêmicos de destaque de ambos os países. Esta será a primeira vez que o fórum é adiado desde sua criação em 2005.

ines249

Valor ECONÔMICO

Vem aí mais uma exclusão de despesas do regime fiscal

A segurança pública voltou a ser a principal preocupação dos brasileiros, segundo as mais variadas pesquisas recentes de opinião. Em meio a uma série de discussões sobre como combater o crime organizado, que vem ocupando espaços inclusive na economia formal de Norte a Sul do país, o Planalto cogita colocar os investimentos em segurança fora das metas do regime fiscal, um expediente que se tornou comum e desmoralizou-o.

Os objetivos do governo são eleitorais. Recentemente, sem que qualquer urgência os recomendasse, o Planalto acertou investimentos de R$ 30 bilhões em Defesa, em parcelas de R$ 5 bilhões fora dos limites estabelecidos para a meta fiscal e para os gastos. O Congresso está contribuindo para a contabilidade frouxa da União empilhando gastos. No mês passado, os deputados aprovaram uma PEC que garante aposentadoria integral e paridade com os reajustes do pessoal da ativa para agentes comunitários de saúde e de combate a endemias. Eles poderão se aposentar mais cedo do que determinam as regras atuais da Previdência. Em três anos, isso custará R$ 11 bilhões aos cofres públicos, segundo os técnicos. O Judiciário obteve aval da Câmara para reajuste de 26% para seus servidores, uma conta de R$ 8,7 bilhões.

O Congresso articula ainda um presente de Natal, a liberação de mais R$ 3 milhões extras para cada deputado e senador, benesse já batizada de "emenda panetone".

No período 2024-2026, o governo conseguiu até agora retirar R$ 157,3 bilhões das regras fiscais, numa sequência de exceções em progresso, que não incluem segurança pública. Apesar disso, o governo até agora só colecionou déficits e tem preferido a lei do menor esforço, de atingir o piso da meta fiscal, o que em 2025 significa um resultado negativo de R$ 31 bilhões.

A maior ajuda ao Planalto para evitar que houvesse um fechamento de atividades do governo por falta de recursos para cobrir as despesas discricionárias, que envolvem o custeio da máquina pública, previsto pela maioria dos analistas, foi dada pelo Congresso com a extensão da contabilização dos precários por 10 anos, quando eles deveriam constar integralmente da peça orçamentária a partir de 2027.

Não só o risco de um "shutdown" à brasileira foi evitado com a aprovação das propostas do governo no Congresso, mesmo com a rejeição da MP 1303 (taxação de investimentos isentos, bets, juros sobre capital próprio etc.), como se permitirá que o governo feche também as contas do ano que vem (superávit de 0,25% do PIB) com alguma tranquilidade, segundo os economistas Manoel Pires e Bráulio Borges, pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre) e do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público da entidade (**Valor**, 17-11).

Isso não significa que as contas públicas estarão perto do equilíbrio. Ao contrário. Pires e Borges elaboraram um modelo fiscal de médio prazo, adaptando a metodologia do Congressional Budget Office dos EUA, tendo como ponto de partida o Relatório de Receitas e Despesas do Tesouro do quarto bimestre, o mais recente disponível. Pelo modelo, os déficits primários estendem-se até 2036, por mais dez longos anos, se nada mudar.

Há, além disso, uma piora do déficit a partir de 2029, para perto de 1% do PIB. Isso porque em 2028 a União já estará aportando recursos ao Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais, com desembolso de R$ 160 bilhões em quatro anos, até 2032. A situação fiscal piora até 2032 também porque a produção de petróleo começa a cair a partir da virada da década, e, com ela, a arrecadação de royalties e participações.

Com essas inclusões, da obrigação de colocar recursos no fundo e da queda da produção do petróleo, que os economistas não parecem estar levando em conta, segundo Pires, o esforço fiscal para se atingir o piso da meta exigirá um superávit de 1% do PIB em 2029. Como o rombo no ano é estimado em 0,6% do PIB, será preciso uma reviravolta de 1,6% do PIB para manter o regime fiscal funcionando.

O pacote de medidas que o governo conseguiu passar dá uma folga de 0,18% no ano das eleições, considerado o projeto de orçamento atual. O buraco de 0,75% previsto para 2027 será tapado e zerado.

O rombo fiscal total, o déficit nominal, que contempla o resultado primário e a conta de juros, no entanto, é maior e preocupante. Não houve superávit no terceiro governo de Lula e a conta de juros pagos pelo Tesouro por uma dívida que não para de crescer é de pelo menos 8% do PIB nos últimos dois anos. Como o governo não deverá deixar de bancar a investida eleitoral com mais gastos, a dívida bruta chegará a 83,6% do Produto Interno Bruto, 11 pontos percentuais acima daquela com que Lula assumiu em 2023, ou um avanço de R$ 1,2 trilhão em valores correntes. Se pelo efeito do estímulo dos gastos na economia a inflação parar de cair, o Banco Central acabará por manter os juros muito altos e o prejuízo para as contas públicas será ainda maior do que já é.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho
Vice-presidentes: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A
Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)

Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)

Sucursais
Brasília: Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Rio: Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)

Editoras de Núcleo
Empresas: Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Finanças: Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)

Editores
Agronegócios: Patrick Cruz
(patrick.cruz@valor.com.br)
Brasil: Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Carreira: Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Cultura: Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Internacional: Roberto Lameirinhas
(roberto.lameirinhas@valor.com.br)
Legislação & Tributos: Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Política: Marcello Corrêa
(marcello.correa@valor.com.br)
Projetos Especiais: Célia Rosemblum
(celia.rosemblum@valor.com.br
S.A.: Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Tendências & Tecnologia: Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Valor Online: Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Valor PRO: Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Visual Multiplataformas: Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)

Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)

Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)

Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

Valor Data
Coordenador: William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)

Valor Investe
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

Pipeline
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

Valor International
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

Nova Globo Rural
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
(cassianor@edglobo.com.br)

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Filipe Silva Ferreira (filipe.ferreira@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Rua Gerivatiba 207 - 12° e 13° andares - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05501-030. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333
Legal SP 0 xx 3767 1323. **Redação** 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados

SP interior e litoral - MMardegan Marcelo Mardegan. Cel (19) 99251-7817
Ribeirão Preto - SP - F&Campos Fernando Campos e Valéria Campos Cel (16) 99787-8159 / (16) 99131-3667
MT, MS, Região Norte e Nordeste - Canal C. Carlos Chetto. Cel (71)99617-6800
ES/MG - Sat Propaganda Luiz Otavio. Cel (31) 9994-6884
GO - Realize Comunicação. Isleika Leite e Alessandra Marinho. Cel (62) 99972-8207 / (62) 99979-6190
PR - SEC Soluções Estratégicas. Luiz Carvalho e Mara Araújo. Cel (41) 99974-7316 / (41) 99533-5866
SC - Marcucci & Gondran Associados Milton Marcucci. Cel (48) 99982-0100 / (48) 9999-2274 / (48) 99982-2313
RS - HMR Representações Hermano Thaddeu. Cel (51) 99987-3165
Revistas Setorias Financeiro e Especias - Atendimento nacional - Transforme Negócios Marisa de Assis Stephano Cel (11) 99414-8277

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.858,80 ou R$ 154,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE 106137 OMGQ

Setor responde por 30% do investimento em P&D. Por **Carlos Gadelha, Maria Arruda e Marcelo Manzano**

A saúde como pilar do desenvolvimento sustentável

A realização da COP30 no Brasil reforça a necessidade e a urgência do debate sobre a transformação ecológica. O agravamento da crise ambiental e climática, nas últimas décadas, evidencia a desconexão entre o modelo de produção e consumo da sociedade e as necessidades sociais e ambientais.

A saúde não está à parte desse cenário. Ao mesmo tempo em que os sistemas de saúde sofrem com as pressões geradas por este modelo, também contribuem para a crise ambiental. Portanto, a saúde pode ser parte fundamental da solução, ajudando a construir um padrão de desenvolvimento sustentável que reposicione as relações entre economia, sociedade e natureza.

Ao redor do mundo, a saúde já responde à crise climática com soluções inovadoras, como o uso de materiais biodegradáveis para a fabricação de próteses, órteses e dispositivos médicos, a utilização de painéis solares em hospitais e combustíveis verdes no transporte médico, além do mapeamento genético da biodiversidade, que abre portas para a descoberta de novos fármacos, valorizando a floresta em pé. Para que essas iniciativas avancem, no entanto, é preciso ir além de soluções pontuais: é necessária uma mudança estrutural, capaz de promover um padrão não predatório de uso dos recursos naturais.

Estudo coordenado pela Fiocruz, em parceira com o Laboratório Nacional de Biociências e o Instituto de Economia da Unicamp, mostra que o Complexo Econômico-Industrial da Saúde, uma das seis áreas prioritárias da Nova Indústria Brasil, desponta como pilar estratégico para alavancar esta mudança, ao integrar CT&I e produção nacional aos desafios do Sistema Único de Saúde (SUS), o maior sistema universal de saúde do mundo em termos de população.

Os dados levantados mostram que a saúde tem grande relevância social, econômica e ambiental no Brasil. Atualmente, responde por cerca de 10% do PIB, 30% do investimento em P&D, empregando mais de 10 milhões de pessoas. Entre 2012 e 2023, enquanto a população ocupada geral cresceu 12,3%, o número de trabalhadores no CEIS aumentou 65,7%, um ritmo muito superior à média nacional.

Além disso, a amplitude e a heterogeneidade de ecossistemas como a Amazônia, o Cerrado, a Mata Atlântica, a Caatinga, o Pantanal e o Pampa, somadas à extensa faixa costeira e marinha, fazem do território nacional um espaço estratégico para promover a convergência entre saúde, biodiversidade e potencial científico. Estima-se que o país concentre entre 15% e 20% de toda a diversidade biológica existente no planeta, ocupando a 6ª posição mundial quando o assunto é pesquisa em biodiversidade, o que corresponde a 7,5% do número de publicações científicas — um valor significativamente superior à média de 2% nas publicações científicas em geral.

Esse dado por si só já coloca o Brasil em uma posição de excepcionalidade no cenário internacional, mas sua importância vai além do aspecto quantitativo. Os biomas brasileiros, além de reservas naturais a serem preservadas, servem também como plataformas de inovação científica e tecnológica, que podem ser translacionadas para o atendimento das demandas de saúde, superando a tradicional segmentação entre políticas sociais, ambientais e econômicas.

ANNA CAROLINA NEGRI/VALOR

A Amazônia, por exemplo, oferece base genética para prospecção de fármacos, vacinas, fitoterápicos e biomateriais, enquanto o Cerrado aparece com compostos antioxidantes e anti-inflamatórios. A Mata Atlântica destaca-se em fitoterápicos e insumos farmacotécnicos, como o medicamento Acheflan, desenvolvido a partir da erva-baleeira (Cordia verbenaceae) e utilizado no tratamento de inflamações. A Caatinga, único bioma exclusivamente brasileiro, reúne moléculas antivirais, anti-inflamatórias, antibióticas, cicatrizantes — como o óleo de licuri (Syagrus coronata)—, e com potencial anticâncer, a exemplo dos derivados do lapachol, extraído de plantas do gênero Tabebuia avellanedae, capazes de inibir a proliferação de células metastáticas.

Essas informações evidenciam que a biodiversidade deve ser vista não apenas como um recurso a explorar, mas concebida como uma infraestrutura viva para inovação, saúde e justiça social. Para isso, é necessária a formulação de uma nova geração de políticas públicas orientadas pelas principais demandas da sociedade — como a ampliação do acesso à saúde, a geração de renda e empregos e a sustentabilidade ambiental.

Nos últimos anos, o Brasil consolidou um conjunto de políticas públicas que abrem condições inéditas para integrar biodiversidade, saúde e desenvolvimento em uma estratégia de Estado. A promulgação do Protocolo de Nagoya, em 2023, estabeleceu a obrigação de alinhar suas práticas de pesquisa e inovação a padrões internacionais de repartição justa e equitativa de benefícios oriundos do uso de recursos genéticos. Trata-se de um passo decisivo para articular ciência e justiça socioambiental, ao assegurar que o aproveitamento da biodiversidade esteja vinculado não apenas à inovação tecnológica, mas também ao reconhecimento e à valorização dos povos e comunidades tradicionais.

No mesmo ano, foi instituída a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do CEIS (Decreto nº 11.715/2023), definindo seis programas estruturantes, com a finalidade de orientar investimentos públicos e privados na busca de soluções produtivas e tecnológicas para ampliar o acesso à saúde e reduzir a vulnerabilidade do SUS. Em 2024, a Nova Indústria Brasil incorporou essa visão, incluindo a meta de ampliar a participação da produção no país de 42% para 70% das necessidades nacionais em medicamentos, vacinas, equipamentos e dispositivos médicos, entre outros, contribuindo para o fortalecimento do SUS e a melhoria do acesso da população à saúde.

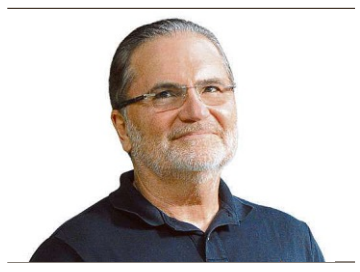
No presente, essas condições conferem ao Brasil a oportunidade única de articular biodiversidade e saúde em um Projeto Nacional comprometido com a transformação produtiva e a mudança estrutural. Isso exige ir além de políticas compensatórias que, embora essenciais, quando tomadas como horizonte máximo, apenas reproduzem o receituário clássico de preservação da estrutura econômica e social existente, matriz tanto da desigualdade quanto de um padrão produtivo nacional ambientalmente insustentável.

Por isso, é fundamental o fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde como pilar estruturante da transformação ecológica, que visa orientar o desenvolvimento da ciência, tecnologia, inovação e produção nacional aos desafios da sustentabilidade, do bem-estar e da soberania.

Carlos Gadelha é professor e pesquisador da Fiocruz.
Maria Augusta Arruda é diretora do LNBio/CNPEM.
Marcelo Manzano é diretor do CESIT/IE-Unicamp.

Economia e eleições

Márcio Garcia



As eleições de 2026 já estão por toda parte. Outro dia, recebi num grupo de WhatsApp um post exaltando os êxitos econômicos do governo. Bem elaborado, o documento arrola pontos positivos: desemprego na mínima histórica, crescimento nos últimos anos, inflação sob controle, consumo em alta e continuidade de investimentos externos em vários setores. Poderia também ter mencionado o dólar em queda.

Sem dúvida, a foto da economia hoje parece boa para o governo, ainda que a percepção para o eleitorado possa não ser tão positiva. Mas, politicamente, o que interessa é como estará a economia daqui a pouco mais de 10 meses, às vésperas da eleição, não como está hoje. Afinal, o que move a economia são as expectativas do que ocorrerá no futuro, muito mais do que o presente. De olho na reeleição, o governo terá de passar a impressão de que a economia continuará sólida, com bom crescimento, baixo desemprego e inflação controlada. Vai conseguir?

Como diz o ditado, é difícil fazer previsões, sobretudo sobre o futuro. Ainda mais no Brasil, onde, segundo o ex-ministro Pedro Malan, até o passado é incerto. Mas se pode tentar construir cenários e identificar as variáveis mais importantes.

Como sempre, o cenário externo é crucial. E aí sobram fontes de risco. O que mais preocupa é um eventual estouro da bolha das grandes empresas de tecnologia na bolsa dos EUA. Como abordei no artigo do mês passado (**Valor**, 22/10/25), não é certo que haja de fato uma bolha, nem que esta vá estourar em breve. Mas, se isso acontecer, a economia dos EUA deverá entrar em recessão. Afinal, boa parte do investimento na economia dos EUA hoje está ligado à IA. E, mais relevante ainda, o efeito da queda da riqueza financeira sobre o consumo deverá ser forte, caso a bolsa dos EUA despenque.

Como bem se sabe, quando os EUA pegam um resfriado, o mundo sofre uma pneumonia. Neste cenário, pioriariam bastante as perspectivas para nossa economia. Mas há outras fontes de risco externo, como uma política monetária mais restritiva do Fed frente a uma inflação mais renitente do que se previa. E a explosão do endividamento público, nos EUA e no mundo, com deslocamentos significativos de capitais, como vem sinalizando a escalada do preço do ouro. Tudo isso no plano econômico, sem mencionar os riscos geopolíticos, que também estão elevados.

Ou seja, ainda que a economia mundial ora siga favorável, com condições financeiras propícias para ativos de risco, não é nada claro que isso vá continuar nos próximos meses. Frente a um cenário com riscos importantes e alto grau de incerteza, a atitude mais indicada é a cautela. O que isso significa para a política econômica no Brasil?

Nosso principal risco macroeconômico é o fiscal. Temos uma dívida pública muito elevada para países de renda média, e uma combinação de déficits fiscais relevantes e juros reais muito altos que faz com que a razão dívida/PIB tenda a crescer sem limites, o que poderá redundar em crise fiscal séria. O que pode o governo fazer a respeito?

A resposta é reduzir os déficits públicos. E, dada a já grande carga tributária da economia brasileira e o pouco apetite do Congresso Nacional para elevar impostos, a chave é tentar reduzir o crescimento dos gastos sobre os quais o governo tem controle.

Mas e os juros altíssimos da economia brasileira? Não poderiam ser reduzidos, como recentemente defendeu o ministro da Fazenda? A resposta é que, sim, podem ser reduzidos, e o BC deverá proximamente iniciar um ciclo de reduções da taxa Selic. Ainda assim, a taxa real de juros deverá permanecer muito elevada para que a inflação siga razoavelmente controlada. Caso os gastos fiscais pudessem ser contidos mais fortemente, e isso não é só responsabilidade do Executivo Federal, os juros poderiam cair mais. Mas qual a chance de isso ocorrer no ano eleitoral de 2026?

Seria ingênuo acreditar que 2026 representará uma exceção à teoria dos ciclos políticos econômicos. Essa teoria prevê que governos manipulam a política fiscal para estimular a economia antes das eleições, aumentando suas chances eleitorais. Mas o arcabouço fiscal não deveria impedir novos aumentos de gastos? Em tese, sim. Na prática, o arcabouço tem sido sistematicamente vilipendiado, com gastos "essenciais" sendo excluídos da conta sempre que necessário. O arcabouço, enfim, virou a Geni. Os exemplos recentes são ilustrativos. Gastos de defesa foram anunciados fora do cômputo. A manchete do "O Globo" de ontem (18/11/25) confirma o padrão: "Governo estuda excluir gastos com Segurança do Arcabouço fiscal". O arcabouço fiscal, ao que tudo indica, está se tornando mais retórica do que realidade.

Mais expansão fiscal com objetivo de obter ganho eleitoral é novamente a grande ameaça econômica

Nas minhas aulas, costumo comparar o que vem acontecendo com o arcabouço fiscal ao meu problema com a balança. Incapaz de reduzir meu peso, encontrei nas "exclusões" do arcabouço fiscal grande inspiração. Se eu pudesse excluir minha perna esquerda do cômputo do meu peso meu problema estaria resolvido!

Os gastos primários adicionais, quer entrem ou não na conta do arcabouço, serão acrescidos à dívida pública, que crescerá ainda mais rápido. Decisões de exclusão de gastos do cômputo do déficit primário pelo Legislativo ou pelo Judiciário não tem o condão de aplacar a cruel aritmética da dinâmica da dívida pública.

Em suma, o céu continua azul para a economia brasileira, mas há grandes chances de nublar. Conviria reparar o teto antes da tempestade.

•

Quando finalizava este artigo, veio a notícia da liquidação do Banco Master. Parabéns ao BC, à sua diretoria, e a todos os agentes públicos envolvidos na responsabilização dos culpados pela quebra do banco. Que as instituições do Estado brasileiro estejam conseguindo cumprir seu papel, mesmo enfrentando poderosos e tenebrosos interesses, é alvissareiro. E não só para nossa jovem democracia. Como ensinam os laureados com o Prêmio Nobel de 2024, boas instituições são fundamentais para o crescimento econômico sustentado. Os eventos recentes só ressaltam a imperiosa necessidade de que a sucessão dos dois diretores do BC, cujos mandatos expiram este ano, tenha que ser criteriosa e livre de interferências políticas indevidas.

Márcio G. P. Garcia é professor titular, Departamento de Economia da PUC-Rio, pesquisador afiliado da MIT Sloan School of Management, Pesquisador Sênior do CNPq e Cientista Nosso Estado da Faperj, escreve mensalmente neste espaço. (https://sites.google.com/view/mgpgarcia).

Até 2050, Brasil tem potencial para compensar 30 bilhões de t de CO_2. Por **Maria Netto**

Virar a chave climática

O Brasil está no centro das atenções globais. Com a COP30 sendo realizada pela primeira vez no país, na porta de entrada da Floresta Amazônica, vivemos um momento histórico para redefinir nossa narrativa: superar a imagem associada ao desmatamento e às crises ambientais para assumir o papel de potência em soluções climáticas e econômicas sustentáveis. O mundo não espera mais promessas; exige ação, exatamente o que o Brasil tem condições de entregar.

O país já demonstra ao mundo soluções escaláveis, investíveis e replicáveis, capazes de transformar a forma como o planeta enfrenta a crise climática. Até o ano de 2050, o Brasil tem potencial para compensar a emissão de cerca de 30 bilhões de toneladas de CO_2, o que representa quase três quartos das emissões globais atuais do setor de energia. É o que mostra o relatório do Instituto Clima e Sociedade, elaborado com a consultoria Dalberg, que apresenta como o Brasil pode se tornar um hub global de inovação climática e ascender na geopolítica da nova economia verde.

Para alcançar esse patamar, o relatório apresenta dez soluções de impacto global. Elas demonstram como a inovação e os ativos nacionais podem gerar benefícios ambientais, sociais e econômicos. As soluções abrangem desde mecanismos de compensação de carbono de alta integridade até modelos integrados de adaptação climática e sanitária, todos com potencial de escala e replicação global.

Considerando que os maiores índices de emissões no Brasil se concentram no setor de uso da terra, três das dez soluções destacadas deslocam o setor da posição de antagonista da agenda climática para a de protagonista da transição verde, com potencial de mitigar dezenas de gigatoneladas de CO_2. Segundo a 13ª edição do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG), em 2024, o uso da terra foi responsável pela emissão de 906 milhões de toneladas de CO_2 , sendo que 98% desse total tem origem no desmatamento.

Uma das soluções apresentadas é a expansão dos bioinsumos para uma agricultura sustentável, que

Restaurar apenas um terço dos 100 milhões de hectares de pastagens degradadas evitaria nada menos do que 4 gigatoneladas de emissões, equivalente a retirar 800 milhões de carros das ruas, conciliando desenvolvimento, conservação e saúde

já ocupa um quarto das terras cultiváveis do país. Ao substituir produtos químicos por insumos biológicos, os agricultores e mesmo os grandes produtores reduzem emissões, restauram solos e aumentam a produtividade. A adoção em larga escala pode evitar a emissão de 18 milhões de toneladas de CO_2 por ano, além de reduzir custos e melhorar a saúde do solo, o que beneficia e dá vida mais longa ao processo produtivo.

A segunda é a agricultura regenerativa habilitada pela AgTech, que usa tecnologia para monitorar, validar e financiar práticas sustentáveis, tornando-as previsíveis e atraentes para investidores, cada vez mais atentos às consequências de suas ações. Essa combinação pode gerar potencial global de mitigação estimado em 23 gigatoneladas de CO_2, fortalecendo a resiliência dos agricultores e, consequentemente, reduzindo custos de impactos causados por eventos extremos.

Ainda no agronegócio, destaca-se a recuperação produtiva de pastagens degradadas. São mais de 100 milhões de hectares no Brasil. Restaurar apenas um terço dessa área evitaria nada menos do que 4 gigatoneladas de emissões. Isso é equivalente a retirar 800 milhões de carros das ruas, conciliando conservação, desenvolvimento e saúde.

Na área de energia, setor que mais emite carbono globalmente, o Brasil também tem capacidade de exportar soluções escaláveis. Entre elas está a criação de corredores verdes e polos industriais movidos a energia limpa (powershoring). Este arranjo vai permitir que indústrias de difícil abatimento migrem para regiões com energia renovável abundante e barata. É o caso do Nordeste, carente de investimentos e empregos e com farta oferta de energia limpa.

Além disso, o país tem capacidade de produzir hidrogênio verde altamente competitivo, produto essencial para descarbonizar setores pesados da economia, e biocombustíveis de nova geração — como SAF para aviação, etanol celulósico e biodiesel verde.

As soluções também abrangem a mineração sustentável de minerais de transição, com salvaguardas socioambientais, e infraestruturas baseadas na natureza em áreas urbanas e costeiras, que restauram biodiversidade e protegem cidades contra inundações e ondas de calor.

Um último exemplo trata dos mecanismos de compensação de carbono em grande escala, que aproveitam a riqueza dos biomas e tecnologias de verificação robustas para criar mercados voluntários confiáveis. Essa abordagem não apenas reduz emissões, mas também gera renda para comunidades rurais e atrai investimentos internacionais.

Esses modelos são replicáveis em escala global e atraentes para investidores, pois geram múltiplos benefícios e mudam a narrativa internacional. Ao adotar este caminho de ganha-ganha, o Brasil deixa de ser apenas "guardião da Amazônia" para se afirmar como centro de inovação climática em nível global.

Cada corredor verde, cada hectare restaurado, cada projeto de hidrogênio exportado reposiciona o maior país da América Latina, não pelo discurso, mas pelo impacto. É relevância geopolítica, atração de investimentos e geração de empregos verdes — um novo pacto entre clima, economia e desenvolvimento.

Mas tudo isso exige visão e coordenação: integrar soluções brasileiras às cadeias globais, investir em inovação e fortalecer a governança que dá credibilidade aos mercados de carbono e instrumentos financeiros.

O ecossistema brasileiro de financiamento climático já se tornou um laboratório de inovação, reunindo capital público, privado e filantrópico para reduzir riscos e atrair investimentos. Fundos de risco combinados, mecanismos de mitigação e plataformas nacionais estão transformando ideias em projetos estruturados, prontos para escalar. Para investidores globais, isso significa oportunidades imediatas de engajamento em soluções com impacto mensurável. As rotas são claras: investir em empreendimentos em estágio inicial, integrar soluções brasileiras às cadeias globais e replicar modelos de sucesso em outros países.

O relatório lançado na COP30 é mais do que um diagnóstico. Sua importância histórica é a de ser um convite consciente e objetivo à ação da comunidade internacional. O Brasil pode deixar de ser visto como um risco climático e tornar-se o berço das soluções que o mundo precisa por uma questão de sobrevivência. Este é o momento de assumir, com coragem e ambição, o papel de liderança que nos cabe na luta contra a crise climática — e convidar o mundo a investir nessa transformação.

Maria Netto é diretora executiva do Instituto Clima e Sociedade (iCS)

Frase do dia

"Berlim não oferece para ele 10% da qualidade que oferece o Estado do Pará e a cidade de Belém".

Do presidente Lula, em resposta ao chanceler alemão Friedrich Merz, que disse que os alemães ficaram contentes em ir embora do Pará

Cartas de Leitores

Banco Master

Se não tivéssemos um Banco Central independente, hoje o Banco BRB, instituição estatal do Distrito Federal, teria comprado o Banco Master sob pressão da politicalha que habita em Brasília. Ainda bem que essa compra não se concretizou e na terça-feira (18) o Banco Central barrou também a venda do Master para instituições financeiras desconhecidas, decretando inclusive a prisão do dono Daniel Vorcaro, que poderia fugir do país. Agora o fundo garantidor irá administrar essa pendenga e parar com os "cheques sem fundo" que o banco Master andava voando por aí. Nenhuma instituição ficaria de pé pagando 140% do CDI. Isso não seria a tal "pirâmide financeira" proibida por lei? Esperamos que o Banco Central continue de olho, porque qualquer deslize quem paga é o povo.

Beatriz Campos
beatriz.campos@uol.com.br

•

Depois da divulgação pela imprensa nesta segunda-feira (17) de que o Grupo Fictor teria comprado por R$ 3 bilhões Banco Master, acordamos ontem (18) com a notícia de que o Banco Central, teria decretado a falência do Banco Master e a Policia Federal, efetuado no Aeroporto de Guarulhos (SP) a prisão do dono do banco Daniel Vorcaro, quando com seu jatinho particular iria fugir para o exterior. Na sequência desta operação autorizada pela Justiça além de busca e apreensões de bens, prendeu mais 4 diretores do banco. E o BC destituiu o presidente do BRB (banco estatal do DF) Paulo Henrique Costa, que conforme informações, participou de operação fraudulenta num montante de R$ 12,2 bilhões com o banco Master.

Muitos outros podres virão a reboque desta operação da nossa PF, e do BC, que como raros entes das nossas instituições muito nos orgulham. Outro exemplo: como que seria possível o Grupo Fictor pagar R$ 3 bilhões pela compra do Master, se como apurado pela imprensa, na Junta Comercial de São Paulo o banco tem registrado um capital social de míseros R$ 4,2 milhões?

E outro aspecto que muitos políticos devem estar preocupados é que esse suspeito em picaretagem dono do Master, Daniel Vorcaro, tinha muita intimidade com políticos graúdos desta República...

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

COP30

O vital e mais importante compromisso deveria ser de economizarmos água, um bem indispensável. No Brasil, devido a gatos, ligações irregulares e falta de campanhas de economia — que deveriam ser as nossas prioridades — perdemos em um ano 40% da água desde a saída das lagoas, rios ou açudes e não vejo nada nesse sentido de nenhuma autoridade dita expert no assunto.

Acorda Brasil, no Japão essa perda de água é de 8%. Vamos copiar isso urgente!

Antonio Jose Gomes Marques
ajgmescalhao@gmail.com

Correspondências para Rua Gerivatiba 207 - 12° e 13° andares - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05501-030, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Especial

Demografia Levantamento liderado por pesquisadores da USP mostra que apenas 2,4% carregam herança dos povos originários no DNA, resultado da colonização violenta

‘Apagado’ da população brasileira, DNA indígena só sobrevive entre mulheres

COP30 AMAZÔNIA

Fernanda Godoy
Do Rio

Quando se apagarem os holofotes voltados para a COP30 em Belém, a conferência do clima realizada na Amazônia, e a pressão dos protestos dos povos originários for assimilada, o Brasil ainda terá um longo caminho para enfrentar o “apagamento” da herança genética indígena. A homologação de mais terras indígenas, anunciada nesta terça-feira (18) pelo governo com objetivo de proteção dos povos e preservação ambiental, parece pouco diante do desafio.

A maior e mais completa pesquisa sobre o DNA do brasileiro, liderada pela Universidade de São Paulo (USP), baseou-se no sequenciamento genético de 2.723 pessoas de todas as regiões do país, mostrando uma população de grande diversidade e miscigenação, como esperado. Uma combinação de 58,9% de ancestralidade europeia, 27,13% africana, 13,6% indígena e 0,54% asiática.

A surpresa, até para os pesquisadores, um grupo formado por 24 cientistas, sendo 22 brasileiros, 11 vinculados à USP, foi o tamanho da assimetria: a ancestralidade paterna, detectada pela transmissão do cromossoma Y, é 71% branca, diante de apenas 2,4% de ascendência indígena paterna. Se fosse excluída a região Norte, este último percentual tenderia a zero. A sobrevivência do genoma indígena no Brasil se dá pela mulher, que responde por 34,85% do DNA mitocondrial (de transmissão materna), frente a 42,49% de ancestralidade africana, 21,88% europeia, e 0,77% asiática.

“Este achado é a evidência biológica de uma história de muito extermínio, que a gente conhece pelos livros. Quando você enxerga isso na composição do físico, da estrutura da nossa população, é impressionante. Foi a primeira vez que se mostrou isso de uma forma tão contundente”, afirma a geneticista Lygia Pereira, professora da USP e coordenadora da pesquisa, publicada pela revista Science em maio passado.

“O que a gente enxerga é que os homens indígenas tiveram muito menos chances de se reproduzir, de passar seu Y para a frente do que os brancos, e até do que os africanos, mas a assimetria maior é com os brancos. Isso é o que a pesquisa mostra, não há ideologia embutida, é só interpretação do resultado”, diz Lygia Pereira. Ela analisa que, sem uma relação de poder, essa assimetria não seria esperada, dado que se estima que houvesse até 5 milhões de indígenas no Brasil originário, número comparável ao de europeus que desembarcariam nos séculos seguintes e aos 6 milhões de africanos escravizados e trazidos à força ao país.

A geneticista de populações Tábita Hünemeier, vinculada à USP e uma das coordenadoras da pesquisa, diz que, para efeito de comparação, países como Peru e México mantêm cerca de 60% de população com origem indígena.

“O Brasil é um outlier na América Latina; a capilaridade indígena é muito maior nesses outros países, até por eles não terem tido acesso à mão de obra africana escravizada, pelas características de povos que já tinham desenvolvido agricultura e porque o modelo hispânico era diferente da colonização portuguesa, que era muito mais de exploração”, afirma a pesquisadora.

Segundo ela, estudos anteriores de genoma mostram que o extermínio das populações indígenas chegou a 98% no litoral do Brasil e que a fuga para o interior não evitou o genocídio. “No interior, foi de 83%, e esse genocídio é resultado de desestabilização social, guerras da conquista, doenças.”

“A disparidade entre DNA mitocondrial e Y, entre transmissão materna e paterna, existe na América inteira, mesmo em países que têm uma ancestralidade indígena mais alta”, diz a pesquisadora, ressaltando que no Brasil o contraste é mais gritante, e há uma variedade genética muito mais rica no DNA mitocondrial do que na herança paterna indígena, reduzida a poucas linhagens sobreviventes. “É como se tirássemos uma fotografia daqueles primeiros dois séculos de contato dos indivíduos fundadores”, afirma Tábita Hünemeier.

A deputada federal Célia Xakriabá (Psol-MG) viu a pesquisa como reafirmação da vivência e do aprendizado pelo qual passou na escola indígena. “O que a genética está mostrando agora a gente já denunciava há mais de 500 anos: o Brasil é fruto de estupro de mulheres indígenas e negras. O estupro não foi acidente, foi ferramenta de colonização”, disse a deputada ao **Valor**. Na percepção dela, “se o DNA indígena aparece apagado na linhagem paterna, é porque esse pai nunca existiu como pai; existiu como estuprador, como agressor”.

Para o jornalista e historiador Laurentino Gomes, autor de “Escravidão” (GloboLivros), a pesquisa mostra “o modelo de poder, de dominação, espelhado no DNA”. A obra de Laurentino disseca, em três volumes, o processo de colonização do Brasil, escravização de povos indígenas e a vinda de africanos escravizados.

“Desde que os primeiros portugueses chegaram ao Brasil, desde que Diogo Álvares Corrêa, mais tarde conhecido como o Caramuru, se casou com a [Catarina] Paraguassu, sempre houve um completo desbalanceamento de gênero”, diz Laurentino, destacando a existência de muitos registros de relacionamentos forçados por violência sexual.

Os portugueses implantaram um modelo econômico que se baseava na grande lavoura, nas extensas plantações de cana-de-açúcar, tabaco, algodão, commodities muito valorizadas na época. Escravização em massa, guerras territoriais e doenças trazidas pelos europeus dizimaram a população nativa. Os indígenas, estimados em até 5 milhões no Brasil em 1500, estavam reduzidos a menos de 1 milhão em 200 anos.

A população indígena chegou a decair a 70 mil pessoas, segundo estimativa da Funai, em 1957, e voltou a crescer a partir daí, tendo atingido 294.131 no Censo do IBGE de 1991 e chegado a 1.694.836, no último Censo, de 2022. O difícil é saber quantas linhagens foram interrompidas.

“A transmissão do cromossoma Y se dá de forma vertical, de pai para filho, só entre os homens de uma família. Todos os homens de uma mesma linhagem vão ter esse cromossoma até que ela seja interrompida, quando um homem deixe de ter filhos ou só tenha filhas mulheres”, explica o geneticista Mariano Zalis, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Zalis, que já desenvolveu pesquisas na Amazônia mas não participou deste estudo, constatou o impacto da chegada de homens dos mais diversos locais do planeta ao longo dos ciclos de exploração, como judeus marroquinos que vieram atraídos pelo ciclo da borracha no Pará e no Amazonas, ou garimpeiros que agora mesmo estão dentro de reservas indígenas. “A história é sempre a mesma, na colonização, na construção da Transamazônica, no garimpo de hoje: meninas indígenas são levadas para prostíbulos, as tribos diminuem, as doenças matam”, diz.

Para Célia Xakirabá, que foi uma das duas únicas indígenas eleitas para a Câmara dos Deputados em 2022 (a outra foi Sonia Guajajara, atual ministra dos Povos Indígenas), é vital enfrentar essa violência que se prolonga até os dias de hoje.

“Os que estupram as indígenas são os mesmos que nos matam e que querem matar nossos territórios”, diz a deputada, que lutou pela aprovação de um projeto de lei que cria mecanismos concretos para proteger mulheres indígenas. “Mas não basta criar instrumentos. É preciso enfrentar o que os dados mostram: entre 2014 e 2023, a violência contra mulheres indígenas aumentou 258% e a violência sexual aumentou 297%. O Brasil continua repetindo a mesma violência que nos fundou”, diz a deputada.

A responsabilidade compartilhada por processos históricos de extermínio de povos da América Latina é tema ainda em discussão entre governos dos países americanos e da Península Ibérica. Em 31 de outubro passado, o ministro das Relações Exteriores da Espanha, José Manuel Albares, cedeu à pressão da presidente do México, Claudia Sheinbaum, e reconheceu formalmente, em discurso na sede do Instituto Cervantes, em Madri, “a dor e a injustiça contra os povos originários”. Para a líder mexicana, “a conquista foi um processo brutal, de violência, no qual se tentou destruir não culturas inteiras, saberes milenares, modos de vida”, e no qual “as mulheres sofreram especialmente: foram silenciadas, desalojadas, violentadas”. O governo espanhol ficou um passo aquém do pedido formal de desculpas que havia sido exigido, em 2019, pelo então presidente Andrés Manuel López Obrador.

Do lado de Portugal, houve gestos do presidente Marcelo Rebelo de Sousa. Em discurso e em entrevista a correspondentes estrangeiros, Rebelo de Sousa defendeu abertamente que Portugal assuma a responsabilidade por erros e crimes do passado, como a escravização de africanos e indígenas, e chegou a sugerir, em abril de 2024, uma política de reparação. A proposta não avançou no Conselho de Ministros nem no Parlamento de Portugal.

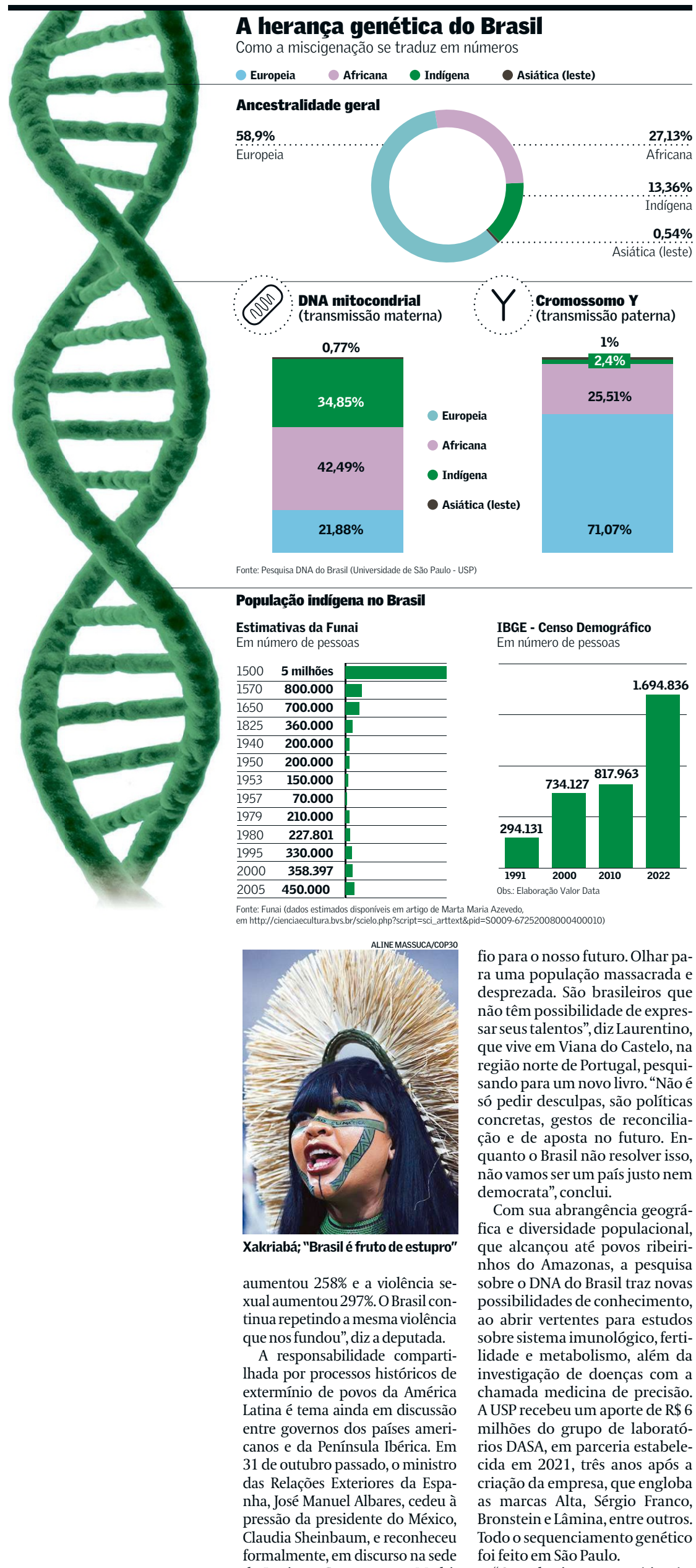
“O Brasil branco também deveria pedir desculpas. Essa não é só uma questão moral. É o desafio para o nosso futuro. Olhar para uma população massacrada e desprezada. São brasileiros que não têm possibilidade de expressar seus talentos”, diz Laurentino, que vive em Viana do Castelo, na região norte de Portugal, pesquisando para um novo livro. “Não é só pedir desculpas, são políticas concretas, gestos de reconciliação e de aposta no futuro. Enquanto o Brasil não resolver isso, não vamos ser um país justo nem democrata”, conclui.

Com sua abrangência geográfica e diversidade populacional, que alcançou até povos ribeirinhos do Amazonas, a pesquisa sobre o DNA do Brasil traz novas possibilidades de conhecimento, ao abrir vertentes para estudos sobre sistema imunológico, fertilidade e metabolismo, além da investigação de doenças com a chamada medicina de precisão. A USP recebeu um aporte de R$ 6 milhões do grupo de laboratórios DASA, em parceria estabelecida em 2021, três anos após a criação da empresa, que engloba as marcas Alta, Sérgio Franco, Bronstein e Lâmina, entre outros. Todo o sequenciamento genético foi feito em São Paulo.

“O conhecimento genético é o primeiro passo para uma medicina mais personalizada e preditiva. Essa parceria nos deu a oportunidade de alavancar a genômica, de ganhar know-how com um máximo de pluralidade e qualidade de dados, e de poder ajudar a ciência”, diz Cristovam Scapulatempo Neto, diretor médico, de patologia e genômica do DASA.

O trabalho sobre o DNA do Brasil, iniciado em dezembro de 2019, sofreu os percalços da pandemia de covid e levou mais de quatro anos. Ele faz parte do programa Genomas Brasil, do Ministério da Saúde, que vem desenvolvendo medicina de precisão.

“A iniciativa do Ministério da Saúde, de investir em saúde de precisão, de fomentar pesquisas sobre os genomas brasileiros, criou um ambiente para promover a criação de todo um parque tecnológico, é uma coisa bem bacana”, afirma Lygia Pereira, antes de retornar ao trabalho em novas linhas de investigação, inclusive com outras instituições, que procuraram a USP após a divulgação da pesquisa. “Ninguém faz nada sozinho.”



ALINE MASSUCA/COP30

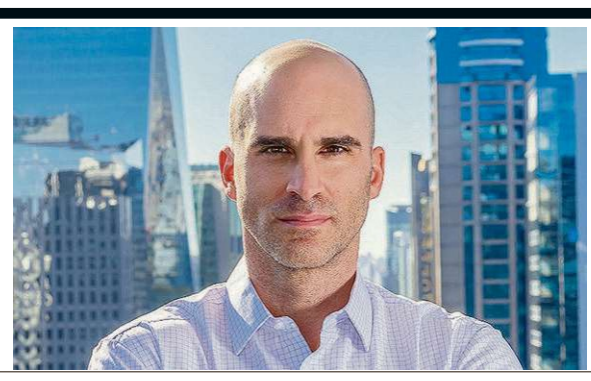
Xakriabá; “Brasil é fruto de estupro”

> “O Brasil branco também deveria pedir desculpas. Essa não é só uma questão moral. É o desafio para o nosso futuro”
> *Laurentino Gomes*

Finanças
Bolsa de Nova York cai com aversão a risco e dúvidas sobre ‘techs’
C1

ines249

Imóveis
Desapropriação de parte de terreno que foi da Forde no ABC gera insegurança, diz Souza, da Prologis B3



Varejo
Grupo Mateus faz correção de R$ 1 bilhão no valor do estoque e ação recua B4

Infraestrutura
Modelo de licitação do Tecon Santos 10 divide ministros do TCU B6

Banco Travelex
Trava Cambial: Exporte com proteção e previsibilidade.
travelexbank.com.br
(11) 3004-0490

Veículos País será o primeiro fora da matriz a produzir modelos da companhia fundada em 2015

Stellantis avança na parceria com Leapmotor e vai montar carros da marca chinesa no Brasil

Marli Olmos
De Betim (MG)

A Stellantis decidiu começar a produzir carros da parceira chinesa Leapmotor no Brasil. A informação foi confirmada ao **Valor** pelo presidente global da companhia, Antonio Filosa. O Brasil se tornará, assim, o primeiro país fora da China a produzir veículos da marca. Torna-se, também o ponto de partida para a Stellantis, dona de 14 marcas — agora 15 com a Leapmotor —, ingressar numa nova fase da indústria automobilística mundial. Uma etapa em que montadoras ocidentais se aliam às orientais para acelerar a eletrificação dos veículos e, assim, não perder terreno numa corrida em que as chinesas largaram na frente.

Filosa não revela detalhes do novo plano e nem em qual das três fábricas que a Stellantis tem no Brasil serão produzidos os modelos da Leapmotor. A Leapmotor foi fundada em 2015 em Hangzhou, China, para produzir elétricos e híbridos. Em 2023, a Stellantis adquiriu cerca de 20% de participação na empresa e foi criada uma joint venture para levar a marca para fora da China.

Filosa não esconde sua admiração pela forma como a China assumiu a liderança na era da eletrificação dos automóveis. "Durante 20 anos, a China trabalhou para o longo prazo de uma forma visionária e consistente para criar o ecossistema necessário para carros elétricos competitivos e acessíveis", afirma.

O executivo lembra, ainda, que os chineses aprovaram políticas industriais que impulsionaram fornecedores e montadoras a investir na nova tecnologia, e com incentivos ao consumidor, que, aos poucos foram sendo eliminadas. "O setor privado respondeu e criou competência nessa tecnologia, além de uma grande força de gestão em toda a cadeia de valor, das matérias-primas à entrega do carro", diz.

É inspirado nessa dinâmica chinesa que Filosa busca, agora, movimento semelhante na Europa para a indústria ocidental avançar na mesma direção. O executivo é um dos líderes envolvidos em negociações do setor com a Comissão Europeia para definição de parâmetros para a descarbonização na próxima década. "A Europa não teve esses 20 anos [dos chineses]. Não teve esse planejamento consistente".

"Precisamos de tempo. Mas também somos muito fortes em outras formas de descarbonização", afirma. Filosa espera que em dezembro as autoridades europeias comecem a se manifestar em relação às demandas da indústria. Os pedidos incluem, por exemplo, a neutralidade tecnológica. "O cliente não quer só o carro elétrico; outras opções podem ser trabalhadas de forma positiva para a descarbonização.

Outro pedido encaminhado pelas montadoras é o que Filosa chama de supercréditos para carros pequenos eletrificados. Isso consequentemente ajudaria na renovação da frota. "Dos 256 milhões de veículos que rodam pela Europa, 150 milhões têm mais de 12 anos. É óbvio que esses carros poluem mais", afirma.

A autorização para a operação industrial da Leapmotor no Brasil e as negociações com a Comissão Europeia em torno de metas de descarbonização são apenas duas das tarefas que têm ocupado o executivo que há apenas 140 dias assumiu o comando global da Stellantis, empresa cuja receita somou € 37,2 bilhões no terceiro trimestre.

Desde que chegou ao posto, em junho, esse engenheiro italiano de 52 anos que fez no Brasil boa parte da carreira, também organizou a equipe, promovendo executivos como Emanuele Cappellano, que em outubro deixou a presidência da Stellantis na América do Sul para assumir o comando das operações das marcas europeias do grupo.

> "Tivemos a globalização; hoje temos a regionalização"
> *Antonio Filosa*

Um dos trabalhos que mais tem exigido esforço, porém, é a reestruturação da companhia nos Estados Unidos. Em outubro, a Stellantis anunciou investimento de US$ 13 bilhões nas operações dos EUA nos próximos quatro anos. É o maior da história da companhia no país, diz Filosa.

Segundo ele, a investida envolve produção de novos veículos e desenvolvimento de novos em fábricas de Illinois e Ohio. "Os governos desses Estados estão felizes", diz. Para completar, uma fábrica que estava parada, em Warren, Michigan, será reativada.

Filosa garante que a reestruturação da companhia nos Estados Unidos não está ligada à decisão do governo de Donald Trump de impor novas tarifas de importação e que já provocaram, para a Stellantis, perdas de mais de US$ 1 bilhão. "Trata-se de um mercado que vai crescer", afirma.

Sem dar detalhes, o executivo diz que a ideia é recuperar espaço perdido por "decisões do passado". "Por exemplo, eliminamos [do portfólio nos EUA] sete modelos de veículos que, juntos, alcançavam vendas anuais de 300 mil unidades. Isso provocou forte queda de participação", diz.

O aumento da atividade industrial da Stellantis nos EUA não significa, porém, diz Filosa, o enfraquecimento da produção nas fábricas do México e Canadá, cuja produção destinada ao mercado americano foi taxada em 25% no tarifaço de Trump. Segundo ele, as fábricas do México e do Canadá estão sendo preparadas para ter mais capacidade por meio de mais turnos de trabalho.

"No passado tivemos a globalização; hoje temos a regionalização", destaca. E, diz, as empresa devem produzir mais perto do mercado consumidor.

A América do Sul é, para Filosa, um exemplo disso. A região, aliás, é a que menos trabalho lhe dá, afirma, com bom humor, o executivo que concedeu essa entrevista em Betim (MG), local onde fica a fábrica para onde ele foi transferido, vindo da Itália, na sua primeira passagem pelo Brasil, em 2005.

Foi nessa mesma fábrica que, em março deste ano, John Elkann, hoje chairman da Stellantis e herdeiro da família Agnelli, fundadora da Fiat, disse a jornalistas que estava à procura de um novo CEO para a Stellantis.

A vaga deixada por Carlos Tavares (ex-Peugeot Citroën) estava vazia desde o fim do ano passado, quando o executivo português deixou o cargo sob pressão de acionistas e revendedores.

Na ocasião, Elkann disse não ter pressa. Ele havia criado um comitê, responsável por escolher o melhor candidato, que poderia ser tanto da própria companhia como externo. Naquele dia Filosa estava ao seu lado.

Na primeira transferência de Filosa para Betim, em 2005, ele atuou em áreas como planejamento. Isso foi seis anos depois de esse engenheiro nascido em Nápoles e formado em Milão começar a trabalhar na Fiat. Desde o início, ele já tinha o sonho, segundo disse numa entrevista tempos atrás, de uma carreira internacional.

A segunda passagem pelo Brasil foi em 2018, quando ele assumiu a presidência, na América Latina da FCA Fiat Chrysler, que em janeiro de 2021 se juntou à PSA Peugeot Citroën. Dessa união nasceu a Stellantis.

Do Brasil, Filosa seguiu para os EUA, onde assumiu o comando da Jeep e, pouco depois, se tornou o chefe de operações das Américas, cargo que acumula até hoje.

Filosa ainda mora nos EUA, próximo a Detroit. E continua falando fluentemente o português, idioma que fala em casa com a esposa mineira e os dois filhos nascidos no Brasil e agora com quatro e sete anos. A temporada tem sido boa para a família que, segundo Filosa, tem se dedicado à adaptação a uma nova cultura.

Os meninos, claro, diz, vão aprender a falar inglês melhor do que ele. O cargo exige movimento. Segundo diz, desde que assumiu o posto, passou mais da metade do tempo fora dos EUA, em viagens pela Europa, América do Sul, Ásia e Oriente Médio e África, dois continentes onde as operações da companhia começam a crescer.

WASHINGTON ALVES/VALOR

Filosa, presidente da Stellantis: "Durante 20 anos, a China trabalhou para o longo prazo de uma forma visionária"

Renault e Geely investem R$ 3,8 bi em 4 novos carros

André Paixão
Da Autoesporte

Renault e Geely anunciaram nesta terça-feira (18) um investimento de R$ 3,8 bilhões para produzir pelo menos quatro novos carros até o fim de 2027 na fábrica de São José dos Pinhais (PR). Dois deles serão da Geely e outros dois serão da Renault. O acordo é uma continuação da parceria entre as duas empresas.

Há uma semana, a Geely formalizou a compra de 26,4% da Renault do Brasil, destravando uma negociação iniciada ainda no começo de 2025. O valor pago pela chinesa por essa fatia não foi revelado.

Agora, com o investimento adicional, a Geely, que já utiliza a estrutura comercial da Renault no Brasil, terá acesso ao parque fabril no Paraná. Com isso, duas novas plataformas serão introduzidas na unidade.

Uma delas é a GEA, da Geely, que atualmente está presente no SUV elétrico EX5, lançado em agosto, e em sua versão híbrida, chamada de Starship 7. O modelo inclusive já foi visto rodando em testes no Brasil. O início da produção de carros da marca chinesa no Paraná está previsto para o segundo semestre de 2026.

Uma outra parte do investimento é para modernizar um veículo existente da linha Renault. O modelo não foi confirmado, mas Autoesporte apurou que trata-se do Kwid, com lançamento previsto para o ano que vem.

26,4 %
da Renault Brasil pertence à chinesa

Por fim, uma outra parcela do montante será usada para a introdução de uma plataforma destinada a um novo carro eletrificado da Renault, com lançamento previsto para 2027. Podemos apostar em um SUV cupê no estilo BMW X6, que já foi flagrado com carroceria pronta na Coreia do Sul.

A fábrica de São José dos Pinhais (PR) vai começar a ser preparada para as novas plataformas já na virada de ano. Com a parada já programada, além das férias coletivas, a Renault Geely vai iniciar as obras para adaptar a linha de produção para receber a base GEA.

Os primeiros testes da linha começam no primeiro semestre de 2026, com a produção seriada se iniciando no segundo semestre. Ariel Montenegro, CEO da Renault Geely do Brasil, afirmou que desde o início, o processo produtivo será completo, incluindo etapas como estamparia, armação e pintura.

É uma estratégia diferente de outras chinesas, como BYD, que monta veículos em esquema SKD, quando os kits chegam semidesmontados, e da GWM, que também importa as peças.

Como os dois Geely que usam a base GEA devem ser EX5 e Starship 7. E o terceiro carro é a reestilização do Kwid. O último, que ainda permanece em segredo, pode ser uma versão SUV cupê do Grand Koleos, que também é fruto da parceria entre Renault e Geely, mas utiliza a base CMA, a mesma dos Volvo XC40, C40, EX40 e EC40. A fabricante sueca também faz parte do grupo Geely.

Destaques

Aura Minerals
A Aura Minerals está bem posicionada para se beneficiar do forte desempenho do preço do ouro, que já subiu 55% no acumulado do ano, e o crescimento de sua própria produção, segundo relatório preparado pelo BTG Pactual. Os analistas do banco dizem que a Aura deve aumentar seus volumes em 48% entre 2024 e 2026, de 266 mil para 393 mil onças, o que vai fazer com que o Ebitda da companhia quase triplique no período. O projeto Borborema já está em operação e com aceleração progredindo bem, enquanto que em Serra Grande há oportunidade de melhoria operacional significativa, com a Aura buscando reduzir o custo caixa de produção. O banco atualizou sua curva de preços do ouro, elevando as estimativas para este ano e o próximo para US$ 4.000 por onça.

Nissan corta produção
A Nissan cortará a produção em mais 1.400 veículos em sua fábrica de Kyushu na próxima semana, já que os efeitos das interrupções no fornecimento de chips ligadas à chinesa Nexperia continuam a afetar suas operações domésticas, disse uma pessoa familiarizada com o assunto, informou a Reuters. A medida segue redução de 900 veículos na produção na semana passada. Os cortes desta vez incluirão a minivan Serena e o SUV Rogue, conhecido localmente como X-Trail, disse uma pessoa que pediu para não ser identificada porque as informações não são públicas. A Nissan disse em comunicado que trabalharia para minimizar qualquer impacto nas entregas aos clientes assim que os suprimentos se estabilizassem. "Estamos tomando os ajustes de produção necessários para gerenciar os riscos associados", afirmou.

ines249

Pipeline

Maria Luíza Filgueiras
Editora da Pipeline
maria.filgueiras@valor.com.br

Master e controlador gastam mais de R$ 500 milhões com advogados

Sob pressão desde o ano passado, o banqueiro Daniel Vorcaro buscou se cercar não só de aliados políticos como recorreu a medalhões do direito — advogados que atuaram em ações do banco ou como consultores do grupo. A fatura é alta. Duas fontes graduadas, com acesso a números do banco, afirmam que essa conta passa de R$ 500 milhões em 24 meses.

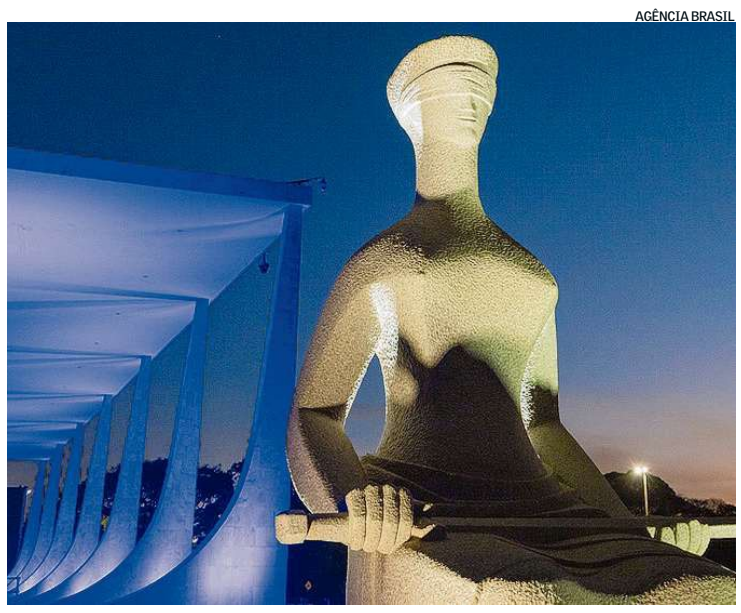
Parte disso já apareceu no balanço do Master no ano passado, quando o banco teve R$ 580 milhões em despesas com "serviços técnicos especializados", gasto 75% superior ao de 2023. Na nota explicativa, destaca que o aumento, de quase R$ 250 milhões, "foi composto principalmente por serviços de consultoria jurídica", além do gasto de praxe no item.

O escritório Barci de Moraes, de Viviane de Moraes, atuou em ações do banco, que contou também com aconselhamentos de Michel Temer e Ricardo Lewandowski. Recentemente, o banqueiro contratou Warde, Podval e Botini&Tamasauskas.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Vorcaro controlava o Master

AGÊNCIA BRASIL



Investigação do Master tem envolvidos com foro privilegiado, dizem fontes

XP fez a maior distribuição de CDBs

Dos cerca de R$ 60 bilhões emitidos em CDBs pelo Banco Master, aproximadamente R$ 40 bilhões foram distribuídos pelas três maiores plataformas digitais de investimentos, apurou o **Pipeline**. Somente a XP teria vendido R$ 26 bilhões em papéis do Master e R$ 4 bilhões do Will Bank, controlado via Banco Master Múltiplo e fora da liquidação extrajudicial decretada na manhã da terça-feira pelo Banco Central.

No BTG, foram R$ 6,7 bilhões e, no Nubank, a estimativa de mercado é de ao menos R$ 2,9 bilhões. Em todos os casos, quase a totalidade está coberta pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC) – ou seja, é dinheiro de clientes que investiram até R$ 250 mil no Master. Procurados, XP e BTG e Nubank não se manifestaram.

O FGC afirma que R$ 41 bilhões em títulos no mercado emitidos pelo Master são elegíveis à cobertura. Ou seja, são quase R$ 20 bilhões descobertos. *(Felipe Frisch)*

DIVULGAÇÃO

De R$ 60 bi, quase metade na XP

Caso deve chegar ao Supremo em breve

Os principais escritórios de advocacia do país estão em polvorosa desde a intervenção do BC no Banco Master. A expectativa nas grandes bancas é que o caso vá parar no Supremo Tribunal Federal (STF) ao longo dos próximos dias, à medida que a lista de envolvidos no que a Polícia Federal identificou como fraude inclua nomes com foro privilegiado, afirmaram quatro renomados criminalistas ao **Pipeline**.

Ao menos outras três grandes bancas da área também já receberam consultas desde a manhã de terça-feira de pessoas e empresas que fizeram negócio com o Master no último ano, incluindo também demandas a advogados especializados em mercado de capitais. É a maior intervenção da história do sistema financeiro brasileiro.

Oncoclínicas quer ações de Vorcaro

A Oncoclínicas tem R$ 216 milhões em Certificados de Depósito Bancário (CDB) do Banco Master, o que explica por que as ações da companhia abriram em queda de mais de 5% na bolsa ontem após a instituição financeira sofrer intervenção do Banco Central. Uma negociação recente entre as partes, no entanto, reduziu o risco desse negócio para a empresa.

A atual posição está garantida por ações da Oncoclínicas detidas por veículos de investimento de Daniel Vorcaro, controlador do Master, que somavam, considerando o fechamento de ontem, R$ 203 milhões. Com a intervenção no banco, que antecipa vencimento, a Oncoclínicas pode utilizar o saldo do investimento nos CDBs como pagamento do preço de exercício da opção de compra da posição de Vorcaro a um preço simbólico de R$ 1. O **Pipeline** apurou que a companhia prepara uma notificação ao banco para exercer a opção.

Em outubro, quando fez o acordo com o banqueiro que estabeleceu essa garantia, a Oncoclínicas tinha R$ 478 milhões em CDBs do Master. Desde então, a companhia reduziu a posição nos papéis para R$ 433 milhões e já provisionou R$ 217 milhões no balanço do terceiro trimestre, com reconhecimento antecipado de perda no balanço, sobrando os R$ 216 milhões, apurou o Pipeline. *(Silvia Rosa)*

Companhia fez um acordo para proteger sua aplicação em CDBs

Will Bank segue à venda

A liquidação do Banco Master não incluiu o Will Bank, que segue à venda. O banco digital foi comprado pelo grupo de Daniel Vorcaro no ano passado e fica sob o Banco Master Múltiplo, que foi colocado pela autoridade monetária em regime de administração especial temporária (Raet).

As tratativas de venda vinham sendo conduzidas pela Laplace e, como o **Pipeline** revelou em outubro, o principal interessado é o fundo árabe Mubadala.

Fontes avaliam que uma transação precisa ser anunciada já nos próximos dias, para evitar contaminação da fintech. No Raet, as atividades não são suspensas, mas é nomeado um interventor. O Will tem cerca de R$ 7 bilhões em passivos. *(Silvia Rosa e Álvaro Campos)*

DIVULGAÇÃO

Sob Raet, gestão de interventor

As perdas da Emae

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae) investiu, ao longo do último ano, R$ 160 milhões em Certificados de Depósito Bancário do Letsbank, que é parte do conglomerado do Master. A companhia de água era controlada pelo empresário Nelson Tanure até outubro, quando houve uma execução de dívida ainda sob discussão judicial e que pode passar a empresa para as mãos da Sabesp.

Dos CDBs, cerca de R$ 40 milhões tinham recompra prevista até 5 de novembro. O Letsbank havia sido vendido ao ex-sócio do Master, Maurício Quadrado, que rebatizou de Bluebank — mas o BC vetou a operação, e o banco voltou ao conglomerado. A CEO da Emae, Karla Maciel, era executiva do Master. *(Silvia Rosa)*

DIVULGAÇÃO

Costa, da Cacau Show: aposta em fabricação própria para crescer

A fantástica (nova) fábrica de panetones

Depois que um incêndio destruiu a fábrica da Cacau Show em Linhares, em 2023, o empresário Alexandre Costa decidiu aproveitar a reconstrução da planta para uma nova linha de produção. Dos R$ 250 milhões investidos, R$ 150 milhões foram destinados a uma esteira de produção de panetones, que deve tornar a Cacau Show autossuficiente na iguaria natalina já em 2026. Até agora, a companhia contava com fabricação de terceiros.

Para a data neste ano, o Willy Wonka brasileiro espera vender 12,5 milhões de panetones, dos quais nove milhões já serão de fornada internalizada. No ano passado, foram vendidas 10,5 milhões de unidades, mas apenas 1,5 milhão saíram do maquinário próprio. As massas assadas por terceiros recebem o acabamento – recheios, coberturas e embalagem – na Cacau Show. "No ano que vem, já não devemos comprar mais panetone de fora", afirma Costa.

Em receita, os panetones representam cerca de 40% das vendas de Natal, projetadas em mais de R$ 2 bilhões para este ano, vindo de R$ 1,75 bilhão em 2024. Com isso, o empresário garante já ser a segunda marca em faturamento no item, perdendo apenas para a Bauducco, que popularizou o produto no Brasil.

A nova esteira na fábrica capixaba tem 150 metros e capacidade para 60 milhões de panetones por ano – ou oito mil por hora sem perder a qualidade, garante o chocolatier –, mas ele prefere aumentar a produção em 10% a 15% ao ano, para ter tempo de ajustar as linhas aos 19 SKUs e assim reduzir riscos. Para o ano que vem, deve passar também a fabricar para outras empresas. *(Felipe Frisch)*

Cultura organizacional em tempos de transição

Gestão

Rachel Maia

A COP30, que este ano foi sediada no Brasil, em Belém, trouxe ao centro do debate global um tema crucial: como tecnologia e humanidade precisam caminhar juntas para enfrentar os desafios do clima, da desigualdade e da transição justa. Esse raciocínio vale tanto para governos quanto para empresas — e oferece um paralelo importante com a transformação organizacional.

Assim como as negociações climáticas, as transformações empresariais não dependem apenas de planos técnicos. Dependem de pessoas, valores, escuta e cuidado. E, sobretudo, dependem de uma cultura que sustente a mudança.

Em conversa com Raquel Zagui, VP de Pessoas da Heineken Brasil e Global Head de DEI, debatemos sobre a importância de fomentar um processo transitório com vieses que destacam o conceito de que as pessoas precisam estar no centro, uma vez que todas as nossas ações são sobre e para pessoas.

"O ano de 2025 tem sido desafiador para as empresas, marcado por instabilidade econômica, pressão por eficiência e mudanças rápidas no consumo. Ao mesmo tempo, avanços tecnológicos e novos ciclos intensificam transformações no ambiente corporativo, exigindo adaptações constantes e revisões de modelos de trabalho. Nesse cenário, decisões difíceis, como ajustes de estrutura, tornam-se ainda mais sensíveis e reforçam o papel da cultura organizacional como bússola para conduzir o processo com equilíbrio entre pragmatismo e humanidade", comenta Raquel.

Nas negociações climáticas, o mundo discute como transicionar modelos econômicos inteiros sem deixar ninguém para trás. Nas empresas, o desafio é semelhante: como digitalizar, inovar e automatizar sem perder a essência, o cuidado e o compromisso com as pessoas.

"As abordagens variam. Algumas conseguem equilibrar transparência e acolhimento, enquanto outras recorrem a links ou mensagens quase automáticas enviadas por aplicativos, situações que, quando viralizam nas redes, apenas reforçam a importância de maior cuidado. Também se multiplicam comunicados mais frios e genéricos, muitas vezes sem o reconhecimento adequado das contribuições e expectativas envolvidas", contextualiza a VP de Pessoas.

A COP30 mostra ao mundo que não há futuro possível sem integração entre tecnologia, cultura e cuidado humano. Empresas que compreendem essa lógica alcançam transições mais sólidas, inclusivas e sustentáveis. O cenário é preocupante, mas nossa compreensão e agilidade nas resoluções precisam ser estabelecidas o quanto antes.

"Quando a comunicação se torna apenas pragmática, perde-se algo essencial: o reconhecimento das histórias individuais. A empatia performática não resolve, é verdade, mas a ausência total de uma postura empática pode ser ainda mais arriscada", ressalta Raquel.

Assim como os debates climáticos reforçam que não existe transição justa sem participação, escuta e humanidade, o ambiente corporativo exige de suas lideranças um compromisso equivalente.

De acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto de Engenharia de Gestão (IEG) em 2024, 55% das empresas brasileiras (em centros de serviços compartilhados) priorizam formar lideranças capazes de fomentar engajamento e fortalecer a cultura interna. O dado aponta que, mesmo em ambientes altamente tecnológicos, há um movimento dentro das organizações e que essa crescente faz parte do debate e da transformação da sociedade, ou seja: vem de fora para dentro.

"Em períodos de transição, o essencial é não perder de vista quem está no centro: as pessoas. A tecnologia é aliada, não substituta da dimensão humana. Como disse Carl Jung: 'Conheça todas as teorias. Domine todas as técnicas. Mas, ao tocar uma alma humana, seja apenas outra alma humana', reforça a executiva.

As discussões contemporâneas sobre sustentabilidade, transição justa e novos modelos de negócios, que emergem das empresas às conferências globais evidenciam que não há futuro sustentável sem humanidade. Seja na governança climática ou na gestão de times, o que define a qualidade da transição não é apenas a velocidade com que ela ocorre, mas o respeito com que é conduzida.

Em tempos de transformações profundas, a verdadeira inovação está em equilibrar eficiência e sensibilidade, estratégia e acolhimento, dados e histórias. Quando organizações compreendem esse princípio, deixam de apenas responder às mudanças e passam a liderá-las — construindo caminhos mais sólidos, responsáveis e humanos para o que vem pela frente.

Rachel Maia é CEO da RM Cia 360
E-mail
assessoria@rmciapalestra.com.br

Curtas

Aneel I

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem que distribuidoras de energia elaborem, em até 20 dias, um plano de corte de geração de pequenas usinas para atender aos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) em momentos de excedente de geração. A medida visa reduzir a produção das "usinas Tipo III" (pequenas hidrelétricas - PCHs, usinas a biomassa, além de eólicas e solares de menor porte). O objetivo é evitar instabilidade no sistema em períodos de baixa demanda, como em feriados, fins de semana, quando há sobra de energia na rede.

Aneel II

A agência reguladora também aprovou a abertura das consultas públicas para os leilões de capacidade de 2026. Os certames englobam termelétricas a gás natural, carvão, óleo combustível, óleo diesel e biodiesel, além de hidrelétricas. O objetivo é reforçar a segurança energética em um cenário de crescente participação de fontes renováveis e maior volatilidade na oferta de energia. Os leilões buscam contratar usinas capazes de entregar potência firme em momentos críticos do sistema durante a alta intermitência da geração eólica e solar e nos horários de maior consumo, entre 17h e 21h.

Imóveis Terreno onde ficava fábrica da Ford aguardava galpões desde 2020; área foi destinada a pátio de manobras da nova linha 20-Rosa

Megaprojeto de logística no ABC é paralisado pelo Metrô

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

Um dos projetos logísticos mais aguardados da região metropolitana de São Paulo vive um novo impasse. No fim de outubro, uma declaração de utilidade pública (DUP), publicada no Diário Oficial do Estado, informou que 227,6 mil m² do terreno que abrigava a fábrica da Ford, em São Bernardo do Campo (SP), será ocupado por um pátio de manobras da nova linha 20-Rosa do Metrô, que ligará a zona oeste da capital a Santo André.

O terreno tem quase um milhão de m² e foi adquirido em 2020 pela construtora São José, com a intenção de criar um grande condomínio logístico. A proximidade com São Paulo e o fácil acesso rodoviário, com saída para a Anchieta, torna a área um ponto óbvio — e raro — para projetos do tipo.

"O eixo do ABC é muito próximo a São Paulo e não tem mais terreno para desenvolver", afirma Simone Santos, sócia-diretora da consultoria Binswanger Brazil. "Seria o último muito próximo da capital, o resto está afastado, com acesso complicado, tem muita área de preservação permanente (APP)".

Após quatro anos, no entanto, o projeto não havia saído do papel. Já sob os fundos BTG Pactual Logística e SJ AU Logística, da São José e do Credit Suisse, a área da antiga fábrica mudou de mãos mais uma vez. A Prologis, empresa americana de galpões, adquiriu a área no começo de 2024. A empresa não confirma o valor da compra, mas fala-se em R$ 850 milhões.

O projeto da Prologis era fazer um condomínio logístico de quase 450 mil m². Hermano Souza, country manager da empresa no Brasil, afirma que também havia o planejamento de instalar ali um parque tecnológico, com data centers. O investimento previsto da Prologis no projeto era de R$ 33 bilhões. Tudo está suspenso.

Em julho, o Diário do Grande ABC afirmou que fontes internas do Palácio dos Bandeirantes apontavam o terreno da fábrica da Ford como uma possibilidade para o pátio de manobras da nova linha. "Ficamos sabendo através da mídia", afirma Souza. Se seguiu uma série de encontros entre a empresa e o Metrô, para tentar uma saída.

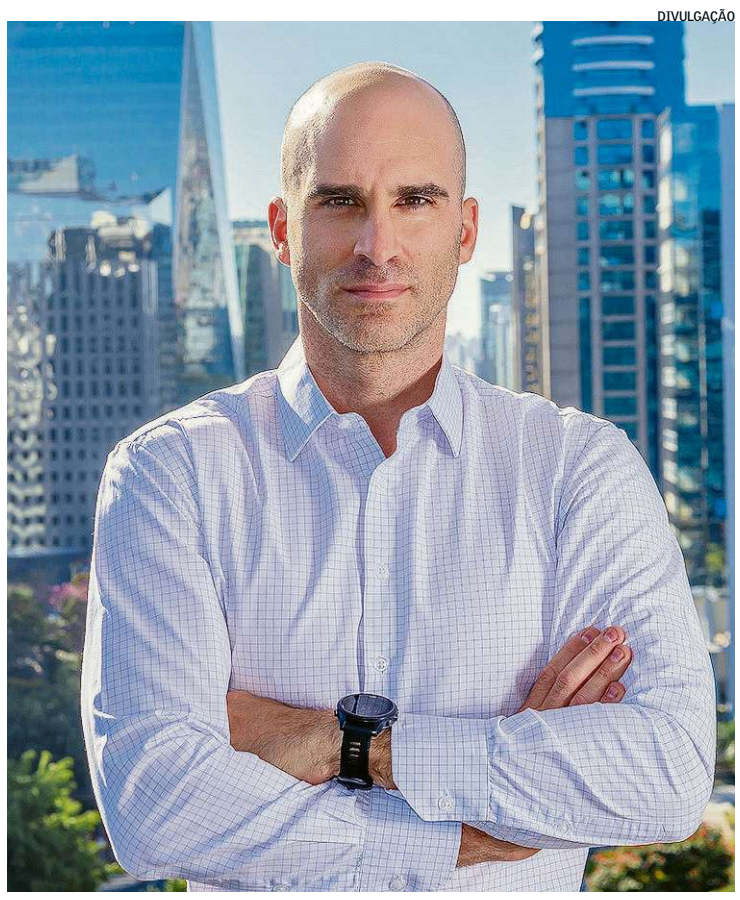
> "O eixo do ABC é muito próximo a São Paulo e não tem mais terrenos"
> *Simone Santos*

A área útil do terreno, segundo a Prologis, é de 650 mil m². A desenvolvedora fez uma proposta: realizar o pátio em 166 mil m², o que ainda seria viável para eles e para o Metrô, de acordo com a empresa.

A DUP, no entanto, separa volume quase 40% maior. "O Metrô dialogou com a atual proprietária do terreno e apresentou os argumentos técnicos que demonstram que a área oferecida não atende aos requisitos necessários, podendo inviabilizar a implantação do pátio e dificultar a construção da linha", afirma o Metrô, em nota, acrescentando que o pátio vai servir "como ponto estratégico para a partida de duas tuneladoras (tatuzões)", e que "estudou exaustivamente todas as alternativas técnicas para a implantação do pátio".

Com a área paralisada, a Prologis decidiu parar todo o projeto, que já estava com as aprovações necessárias, incluindo licenças ambientais e um plano de descontaminação, afirma o executivo. De acordo com Souza, a área que sobraria para a empresa tem declives e acessos que inviabilizam o condomínio. A previsão da Prologis é de que empreendimento iria gerar 12 mil empregos.

Já o Metrô afirma que a instalação da estrutura vai poupar a desapropriação de "no mínimo, 10 mil m² de imóveis, inclusive residenciais", e que a nova linha vai gerar quase 10 mil empregos.


DIVULGAÇÃO
Hermano Souza, da Prologis: decisão sobre terreno "gera insegurança"

Santos analisa que esse tipo de embate com a infraestrutura urbana é mais comum em projetos residenciais. É a primeira vez que ocorre com galpões logísticos, o que também é um sinal dos tempos: os galpões estão se aproximando das zonas urbanas, para viabilizar as entregas rápidas.

"O mercado de galpões está esperando ansiosamente por esse projeto e tem demanda para ele", afirma Santos, ressaltando que não há outro condomínio daquele tamanho no entorno. Poderia ser o primeiro empreendimento logístico a romper a barreira dos R$ 50 pedidos por metro quadrado, diz. A média no Estado de São Paulo foi de R$ 29,80, no terceiro trimestre.

A Prologis tem, ao todo, 1,8 milhão de m² de galpões em seu portfólio, 80% disso em São Paulo e o restante no Rio — ou seja, o projeto em São Bernardo elevaria o portfólio em 25%. Além desse empreendimento, a Prologis está construindo um condomínio de 200 mil m² no entorno da rodovia Raposo Tavares.

Segundo Souza, a decisão do Metrô causou surpresa na matriz da empresa, nos Estados Unidos. Antes da compra, a Prologis havia feito uma checagem de possíveis interesses de desapropriação, e não encontrou nada. "Quando falamos de investimento desse tamanho, naturalmente gera uma certa insegurança", diz. "Temos tentado fazer com que nossos investidores não olhem para o Brasil [de forma] diferente".

O Metrô destaca que a linha vai beneficiar 1,4 milhão de pessoas. "Não somos contra o metrô", diz Souza, que afirma ainda ter esperança em negociação, embora a DUP seja o primeiro passo para a desapropriação.

Curtas

Gol e Smiles

A Gol disse nesta terça-feira (18) que identificou acesso não autorizado a um sistema terceirizado utilizado pela operadora de benefícios e milhas aéreas Smiles. A companhia aérea afirma que as evidências identificadas até o momento indicam que o acesso indevido estaria limitado a menos de 0,04% da base total de clientes da Smiles. Também não foi constatado comprometimento de senhas, dados de cartão de crédito ou informações de reserva, tampouco acessos indevidos a contas Smiles. "A companhia adotou prontamente as medidas de segurança aplicáveis e está realizando preventivamente as comunicações aos usuários e às autoridades competentes", afirmou a Gol, em comunicado.

Mais shopping

A Allos, em parceria com a Multiplan, anunciou nesta terça-feira (18) a expansão do Parque Shopping Maceió, na capital do Estado de Alagoas. A obra acrescentará, de acordo com a empresa, 5,5 mil m² de área bruta locável (ABL) ao shopping, incorporando 38 novas operações, localizadas no terceiro piso e conectando o centro médico à praça de alimentação. Dos 38 espaços comerciais, 36 já estão locados. A obra também conectará o shopping aos empreendimentos residenciais, corporativos, hoteleiros e ao hospital no entorno por meio de uma passarela entre os espaços. Com a ampliação, a ABL total do shopping alcança 45,8 mil m², um crescimento superior a 13%. A empresa informou, ainda, que o investimento realizado no projeto foi de R$ 67 milhões. Inaugurado em 2013, o empreendimento mantém taxa de ocupação de 99,4% e registrou R$ 860 milhões em vendas nos últimos 12 meses.

ines249

Varejo Mercado questiona controles da rede e tenta digerir falhas; tema esteve em formulário em 2021, mas sumiu de documento

Grupo Mateus calcula mal estoque em R$ 1,1 bilhão

Adriana Mattos
De São Paulo

O Grupo Mateus, voltado a atacado e varejo, está sob pressão por falhas de governança que expõe um modelo que enfrenta problemas por fraquezas em controles internos, cinco anos após a sua abertura de capital. Esse cenário afetou humor dos investidores e o valor das ações, com papel fechando os últimos três pregões com queda acumulada de 15% e perda de R$ 2 bilhões em valor de mercado.

Segundo informado pelo grupo na noite de quinta-feira (13), a rede identificou R$ 1,1 bilhão em estoques valorizados no seu balanço patrimonial de 2024 por conta de erros nos cálculos do custo médio das mercadorias vendidas, um dos pontos mais sensíveis nos balanços de varejistas nos últimos tempos.

Com isso, o valor de estoque originalmente apresentado caiu de R$ 6 bilhões para R$ 4,9 bilhões no ano passado, e o patrimônio líquido encolheu em quase R$ 695 milhões, para R$ 9,1 bilhões em 2024.

O tema relativo às deficiências em controles na rede é antigo, inclusive sobre estoques, sendo foco de alertas de auditores em documentos para a companhia anos atrás, segundo levantamento do **Valor**, e o Mateus decidiu comunicar mudanças neste ano.

Em maio de 2021, formulário de referência enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), relativo à 2020, mostra que a auditoria da época, a Grant Thornton, identificou 42 deficiências moderadas na empresa, e o auditor já dizia que a empresa não acompanhava a evolução de custo histórico do estoque. A oferta pública de ações do Mateus foi em outubro de 2020.

A auditoria ainda recomendava a implantação de um módulo para visualização e acompanhamento dos volumes. O texto, na aba de "controles internos" alertava para a questão como item número um pela auditoria entre os 42 pontos. Porém, desde 2021, as deficiências sumiram dos formulários anuais.

Após aquele ano, passou a existir, na mesma área para a explanação sobre controle internos, apenas a informação que os auditores independentes conduziram um estudo, em conexão com a auditoria do balanço. E com o propósito de determinar a época, a natureza e a extensão dos procedimentos de auditoria. "Mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos", disse.

Afirmava ainda que, como resultado desse estudo e avaliação, "não foram reportadas deficiências significativas relacionadas a controles internos" — sem mais citar qualquer uma das 42 deficiências moderadas um ano antes. No mesmo documento do formulário, a empresa tem a opção de comentar sobre a posição da auditoria, e o Mateus informa que vinha investindo em melhorias, e em 2020, implantou um comitê de auditoria que auxiliaria a administração a supervisionar a implementação das recomendações e melhorias indicadas pelos auditores.

> Não está claro porque só trataram do tema agora e se pode existir mais perdas à frente

A Grant Thornton ficou cinco anos como auditoria da rede, logo após o IPO, e em 2025, pela regra de rotatividade obrigatória, entrou em seu lugar neste ano, a Forvis Mazars Auditores.

A nova auditoria não integra a lista das grandes do setor, chamada "Big Four", e não audita nenhuma das grandes redes abertas do Ibovespa, principal índice da B3. A entrada no Mateus ocorreu quando a rede analisava os números de estoque e a política de inventário.

Nos pareceres dos balanços trimestrais de 2025, a Forvis Mazars não faz ressalvas sobre os temas em seus pareceres sobre resultados, enquanto a empresa já tinha identificado os ajustes internos.

Além disso, já neste ano, em setembro de 2025, no envio do último formulário de referência à CVM, questionada sobre se tinha ocorrido alterações significativas em riscos no exercício de 2024 — quando uma consultoria foi contratada para os trabalhos de ajustes bilionários — a empresa respondeu que não havia ocorrido nada passível de menção.

Procurado, o Mateus não se manifestou sobre esses temas até o fechamento desta edição. A Grant Thornton informa que não comenta questões contratuais e informações relacionadas à clientes.

Em 2024, quando esse problema com custos dos estoques começou a ser levantado, a companhia não comunicou o mercado — algo que foi acontecer na semana passada. O tema foi informado nas notas explicativas do balanço do terceiro trimestre como "Reapresentação dos saldos comparativos – CPC 23", como parte do fortalecimento da governança e aprimoramento de controles, disse no texto.

Houve críticas à forma e ao conteúdo das explicações, e a ação caiu fortemente na sexta-feira (14) e nos pregões seguintes, numa possível reação à falta de transparência e visibilidade da origem e das consequências futuras dos problemas, segundo gestores e analistas.

Por exemplo, o valor de R$ 1,1 bilhão de redução de estoque se refere "aos anos passados", disse a diretoria aos analistas na teleconferência, mas a empresa não especifica qual o intervalo de tempo, e diz que em 2024, são R$ R$ 94 milhões.

Quando chegou-se a uma hora de teleconferência na sexta-feira uma das analistas pediu explicações mais aprofundadas, solicitando detalhamento sobre o que "de fato foi a revisão de saldo financeiro" de estoques, e a empresa passou a distinguir os assuntos.

Um analista de banco diz que "os investidores não entenderam 100% dos movimentos", afirma. "Até ficou claro o efeito prático, contábil, do R$ 1,1 bilhão, mas não está claro porque levantaram isso só agora? E se pode ter outros ajustes mais para frente". E ainda se outras deficiências moderadas, identificadas anos atrás pelos auditores, como na área fiscal estão no radar da empresa.

Paralelo a isso, outro movimento aconteceu, de revisão de inventário, neste ano, por conta de perdas causadas. A empresa diz que não há a conexão entre a valorização exagerada do estoque (tema contábil) e inventários ineficientes (tema operacional), apesar de ambos serem diretamente ligados.

Sobre esse ponto, nos formulários de referência, a Grant Thornton não aborda falhas em inventário, e isso pode ocorrer por se tratar um tema de "chão de loja" de baixa visibilidade para auditores, que se atentam a questões contábeis.

O **Valor** apurou que, com a expansão acelerada do Mateus, havia lojas com dois anos que nunca foram inventariadas, segundo fontes. A frequência da checagem de produtos nas lojas era baixa e por amostragem. Com a abertura de dezenas de lojas ao ano, esse processo foi ficando mais lento e esporádico, a cada 4 ou 6 meses, a depender da unidade e também da categoria de produto.

Na teleconferência de resultados na sexta-feira (14), Tulio Queiroz, vice-presidente de finanças do Grupo Mateus, disse que a empresa precisou inibir "um bocado de processos dentro da loja de furtos", com investimentos em tecnologia. Foi aprovado orçamento de R$ 15 milhões "para contratar mais gente para fazer mais inventários."

Disse ainda que teve "perda muito grande" com itens caros que os funcionários estavam passando no caixa com código de mercadoria mais barata, segundo Ilson Rodrigues, presidente do conselho de administração.

A empresa ainda identificou desvio de mercadorias no fundo de lojas, na área de descarregamento de cargas. Começaram a perceber que "em algumas lojas e em alguns Estados entrava nota e não entrava produto", disse Rodrigues. E não dava para identificar isso com um inventário falho, que era de quatro em quatro meses e passou a ser mensal neste ano.

Essas questões de controles sempre foram um risco no Mateus, dizem diferentes gestores ouvidos, mas o mercado "dava um desconto, dado os resultados bons", diz um deles. "A gente modelava e precificava a empresa num patamar que se sabia que era inconsistente", admite um analista de banco. "Mas após a call não ficou claro para ninguém o que de fato aconteceu. Agora todo mundo ainda tem que digerir porque é muito novo", disse ele, ao comentar o recuo das ações.

Foi por volta dos vinte minutos da teleconferência de resultados que a diretoria financeira foi citar a valorização do estoque, e a criação de um sistema para melhor rastreabilidade. Trata-se do Kardex, um tradicional sistema que computa entradas e saídas. E então citou em seguida a questão das perdas de inventário, de produtos sendo roubados e desviados.

"Depois disso, a diretoria disse que não tem relação entre os temas de estoque e inventário? Ficou confuso", afirmou um gestor ouvido. "E disseram que o ajuste de estoque não tem efeito em caixa. Pode até não ter efeito presente, mas o estoque fixo que eles imaginariam ter, eles não têm, então terá efeito futuro de desembolso de mais caixa para recompor isso", afirma.

A ação voltou ontem a recuar 3,28%, após queda de 10,2% na sexta-feira e 1,96% na segunda-feira, totalizando quase 15% de perda nos três dias, equivalente a R$ 2 bilhões de menor "valuation", para R$ 11,9 bilhões.

O **Valor** ouviu atacadistas para entender qual pode ter sido o erro no custo médio das mercadorias vendidas, algo não aberto pela direção, e há duas possibilidades principais. A direção apenas disse que não tem relação com menos quantidade estocada.

Uma das hipóteses é a empresa ter errado no cálculo dos impostos de entrada, como PIS e ICMS, o que pesa no valor final dos produtos. "É muito fácil errar nisso se você não tem bons sistemas porque cada Estado tem regime tributário diferente e isso tem impacto no estoque", diz um executivo da área.

Outra possibilidade é um erro numa linha de balanço que já deu muita dor de cabeça para varejistas, como Carrefour e Americanas: bonificações da indústria. A contabilização é pelo rateio do custo total pago pela quantidade total recebida, excluindo a bonificação, e isso reduz o custo médio unitário.

O efeito da bonificação é a redução do custo unitário do produto, o que impacta o número apenas quando os itens bonificados são vendidos. A questão pode ser o momento da contabilização da verba, que sempre cabe à loja — se ela o fez antes ou depois da venda dos produtos nos últimos anos.

ITAWI ALBUQUERQUE

Rede da família de Ilson Mateus relatou venda de itens com preços errados

695 mi
foi a redução do patrimônio

Novos projetos de Assaí para 2026 serão em marcas próprias

De São Paulo

A rede de atacarejo Assaí vai concentrar foco em iniciativas para 2026 que exigem baixo desembolso, dentro de um plano de investimentos de R$ 700 milhões no ano que vem e 10 lojas a serem abertas — abaixo do R$ 1 bilhão a R$ 1,2 bilhão de investimentos neste ano.

São três projetos centrais, de lançamento de marcas próprias do grupo (algo que a atacadista no passado deixava em segundo plano); criação de novos produtos financeiros, um projeto que avançou até hoje mais devagar; e criação de farmácias nas lojas, como já permitido por lei após mudanças regulatórias. Os temas foram tratados ontem em reunião anual da direção com analistas.

Em linhas gerais, as primeiras entregas dessas iniciativas devem ocorrer entre o primeiro e o segundo trimestres de 2026. A maquininha de cartão está em fase piloto, é o primeiro produto financeiro para pessoa jurídica que será lançado, devendo chegar no mercado nos primeiros meses de 2026.

O Assaí tem cerca de 40 milhões de clientes, segundo dados da consultoria NielsenIQ Homescan, mas desenvolveu mais lentamente projeto paralelos ao atacarejo em si pelo foco maior da rede, nos últimos anos, primeiro no crescimento orgânico e depois, na redução de alavancagem financeira.

Sobre a área de farmácias, a empresa criará um "mundo saúde" nas lojas, que concentrará iniciativas relacionadas à saúde e bem-estar, mercado com crescimento mais contínuo e em taxas mais altas do que alimentos.

O primeiro projeto será a de criação de farmácias, inicialmente localizadas nas galerias de unidades. Os testes começarão antes da aprovação do projeto de lei 2.158/2023, que autoriza a venda de medicamentos em supermercados. E caso a lei passe, então a rede poderá expandir essas farmácias para a área interna dos pontos.

Outra iniciativa anunciada é o desenvolvimento de produtos de marcas próprias, de margem mais elevada para a rede.

Inicialmente, serão duas marcas: uma que levará o próprio nome, Assaí, com foco no consumidor final, e outra, chamada Chef, que já existe e será remodelada para o público pessoa jurídica. O projeto terá início nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, considerando a escala da companhia nessas regiões (são cerca de 160 lojas nos dois Estados), com logística não tão cara e sistema tributário similar.

A rede acredita que haverá aumento na demanda por marcas de preços populares nos próximos anos, e a indústria tem ocupado esse mercado com a troca de marcas mais caras por mais baratas nas últimas crises, além da diminuição de tamanho das embalagens.

A intenção do Assaí é ocupar parte desse mercado agora porque há uma conjunção de fatores mais positivos, como força maior da marca Assaí e demanda latente. Concorrentes como Roldão e Tenda Atacado já estão nesse mercado há anos, e todas enfrentam ainda barreiras pelo crescimento na demanda dos clientes pela segunda marca da indústria tradicional, competitiva e respeitada hoje.

No caso da expansão dos serviços financeiros, a estratégia inclui o lançamento de uma maquininha própria para empresas, e um novo aplicativo, o "Meu Negócio Assaí", para pessoa jurídica. A intenção é não utilizar "funding" próprio nesse projeto, até pelo foco em desalavancagem da empresa, e por conta disso, parceiros financeiros devem bancar a necessidade de capital. O grupo já tem o cartão de crédito "Passaí" com dois milhões de unidades, especialmente para classes C e D. *(AM)*

Movimento falimentar

Falências Decretadas

Empresa: **Chame o Técnico Manutenção Industrial Eireli ME -** CNPJ: 25.014.990/0001-48 - Endereço: Rua Salvo Veloso, 75, Bairro Jardim Mutinga - Administrador Judicial: Conajud Confiança Jurídica Ltda., Representada Pela Dra. Bruna Oliveira Santos - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Laço Forte Agropecuária Ltda. Epp -** Endereço: Não Consta - Requerente: Valdecil Teixeira de Souza e Aparecida Carlos de Souza - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP - Observação: Face à ausência de pressupostos processuais.

Requerido: **Unidade de Consolidação Indústria e Comércio de Móveis Ltda. -** CNPJ: 29.206.622/0001-52 - Endereço: Estrada Dos Romeiros, 36000, Bairro Germano, Santana de Parnaíba/sp - Requerente: Nobel Securitizadora S/A - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Kadosh Automóveis Ltda. -** CNPJ: 33.603.422/0001-00 - Endereço: Av. da Feb, 2222, Loteamento Cerrados, Loja 33, Auto Shopping Fórmula, Bairro Ponte Nova, Várzea Grande/mt - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **Kadosh Automóveis Ltda., Filial -** CNPJ: 33.603.422/0002-91 - Endereço: Av. Miguel Sutil, 12634, Bairro Novo Terceiro - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **Kadosh Locadora de Veículos Ltda. -** CNPJ: 38.162.465/0001-11 - Endereço: Av. da Feb, 2222, Loteamento Cerrados, Loja 33, Sala 01, Auto Shopping Fórmula, Bairro Ponte Nova, Várzea Grande/mt - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **Sunshine Calçados e Confecções Ltda. Epp, Nome Fantasia Skechers Pantanal -** CNPJ: 22.864.020/0001-43 - Endereço: Av. Historiador Rubens de Mendonça, 3300, Loja 1067, Shopping Pantanal, Bairro Bosque da Saúde - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **César Juliano Goubad Ou C. Juliano Goubad, Produtor Rural -** CNPJ: 62.243.377/0001-29 - Endereço: Rodovia Mt 338, Lote 01, Projeto Colonização, S/nº, Zona Rural, Tapurah/mt - Administrador Judicial: Cm Administração Judicial e Perícias Ltda. - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT

Empresa: **Iberovix Stones Importação e Exportação Ltda. -** CNPJ: 26.717.823/0001-26 - Endereço: Fazenda Santa Rita, S/nº, Zona Rural, Nova Venécia/es - Administrador Judicial: Acerbi Campagnaro Colnago Cabral Sociedade de Advogados, Representada Pela Dra. Taciani Acerbi Campagnaro Colnago Cabral - Vara/Comarca: 1a Vara de Colatina/ES

Empresa: **Madre Comércio e Importação de Produtos Médicos Hospitalares Ltda. Ou Madre Comércio de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda., Nome Fantasia Madre Produtos Para Saúde -** CNPJ: 23.696.820/0001-65 - Endereço: Trecho Sia Trecho 2, Lotes 1545 a 1595, S/nº, Sala 02, Edifício Pinheiro, Zona Industrial, Guará - Administrador Judicial: Tomazette Pacheco Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. José Humberto Souto Júnior - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF

Empresa: **Mavenko Comércio de Produtos Agrícolas Ltda. -** CNPJ: 08.903.461/0001-86 - Endereço: Rodovia Pa 256, S/nº, Bairro Nova Conquista - Administrador Judicial: Bcr Advogados, Representada Pelo Dr. Jimmy Souza do Carmo - Vara/Comarca: 2a Vara de Paragominas/PA

Empresa: **Mavenko Representações Agrícolas Ltda. -** CNPJ: 34.859.649/0001-84 - Endereço: Rodovia Pa 256, S/nº, Bairro Nova Conquista - Administrador Judicial: Bcr Advogados, Representada Pelo Dr. Jimmy Souza do Carmo - Vara/Comarca: 2a Vara de Paragominas/PA

Empresa: **Mineração Verde Brasil Ltda. -** CNPJ: 23.961.367/0001-77 - Endereço: Rua Cônego do Mangue, S/nº, Zona Rural, Bairro Alto Mutum Preto, Baixo Guandu/es - Administrador Judicial: Acerbi Campagnaro Colnago Cabral Sociedade de Advogados, Representada Pela Dra. Taciani Acerbi Campagnaro Colnago Cabral - Vara/Comarca: 1a Vara de Colatina/ES

Empresa: **R. C. Granitos Verde Brasil Ltda. -** CNPJ: 19.907.964/0001-46 - Endereço: Estrada Colatina Paul de Graça Aranha, S/nº, Galpão B, Bairro Mario Giurizatto - Administrador Judicial: Acerbi Campagnaro Colnago Cabral Sociedade de Advogados, Representada Pela Dra. Taciani Acerbi Campagnaro Colnago Cabral - Vara/Comarca: 1a Vara de Colatina/ES

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Aeti Alliance Group Brazil Sistemas e Serviços em Energia Ltda. ME -** CNPJ: 12.009.773/0001-18 - Endereço: Estrada São José, S/nº, Galpão A, Prédio 02, Bairro Imboassica - Vara/Comarca: 3a Vara de Macaé/RJ - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Biofasa Agrícola Eireli -** CNPJ: 08.953.212/0001-03 - Endereço: Rodovia Neves Paulista a Mariluz, Km 12, S/nº, Sítio Santo Antonio, Zona Rural - Vara/Comarca: Vara Única de Neves Paulista/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Faxe Drilling Serviços de Petróleo Eireli ME -** CNPJ: 14.978.872/0001-33 - Endereço: Praça Dr. José Bonifácio Tassara, 18, Sala 203, Centro, Conceição de Macabu/rj - Vara/Comarca: 3a Vara de Macaé/RJ - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Five Star Industrial, Comércio e Serviços Offshore Ltda. ME -** CNPJ: 07.127.452/0001-88 - Endereço: Estrada São José, 900, Prédio 03, Galpão A, Bairro Imboassica - Vara/Comarca: 3a Vara de Macaé/RJ - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Five Star Offshore Serviços e Locações Ltda. Me, Nome Fantasia Five Star Offshore Macabu -** CNPJ: 07.065.754/0001-79 - Endereço: Praça Dr. José Bonifácio Tassara, 18, Sala 101, Centro, Conceição de Macabu/rj - Vara/Comarca: 3a Vara de Macaé/RJ - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Five Stars de Macaé Serviços de Petróleo Eireli ME -** CNPJ: 02.348.740/0001-49 - Endereço: Estrada São José, 900, Bairro Imboassica - Vara/Comarca: 3a Vara de Macaé/RJ - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Rw Comércio e Distribuição de Alimentos Ltda. -** CNPJ: 19.416.301/0001-29 - Endereço: Rua Tremembé, 67, Bairro de Sumaré - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Srfb Participações S/A -** CNPJ: 31.021.606/0001-37 - Endereço: Rua Tremembé, 67, Bairro de Sumaré - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **W Pesquisa, Tecnologia e Indústria de Alimentos Ltda. -** CNPJ: 17.385.999/0001-37 - Endereço: Rua Tremembé, 67, Bairro de Sumaré - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Valor ECONÔMICO 25 ANOS
Insper EDUCAÇÃO EXECUTIVA

IMERSÃO
Executivos de Valor

ÚLTIMAS VAGAS!

O FUTURO DA INOVAÇÃO, DOS NEGÓCIOS E DA TECNOLOGIA:
TRANSFORMAÇÕES GLOBAIS E EMPRESAS BRASILEIRAS

Fiamma Zarife
Diretora Geral do Airbnb para a América do Sul

Carlos Hentschke
Presidente Syngenta Seeds Brasil

Dennis Herszkowicz
Diretor-Presidente da TOTVS

Jeane Tsutsui
CEO Fleury Group

Fernando Modé
CEO do Grupo Boticário

Uma iniciativa conjunta do **Valor Econômico** e do **Insper**, que combina a credibilidade editorial e a excelência acadêmica para oferecer um **programa único de atualização e desenvolvimento para líderes empresariais**.

Dois dias de conexões estratégicas com **executivos experientes** e uma **imersão nos principais tópicos da economia global**. O essencial da tecnologia e gestão de negócios, pelo olhar dos **executivos e empresas premiadas pelo Valor Econômico.**

24 e 25 de novembro - São Paulo
das 9h às 18h - formato presencial

NETWORKING DE ALTO NÍVEL

ÚLTIMAS VAGAS!
INSCREVA-SE
imersaoinsper.valor.com.br

Valor ECONÔMICO 25 ANOS
Insper EDUCAÇÃO EXECUTIVA

ines249

Portos Ministro relator, Antonio Anastasia votou pela concorrência em uma única fase, mas outros membros defenderam o modelo com duas etapas

Leilão do Tecon Santos 10 abre divergência no TCU, e votação é adiada

Taís Hirata
De São Paulo

A controvérsia em torno da licitação do megaterminal de contêineres no Porto de Santos, o Tecon Santos 10, se refletiu na votação do plenário do Tribunal de Contas da União (TCU). Na discussão sobre como ficará a regra de concorrência do leilão, realizada em sessão extraordinária na tarde de terça-feira (18), vieram à tona posições divergentes: enquanto o ministro relator, Antonio Anastasia, defendeu a concorrência em uma única fase, sem restrições para a participação de empresas, o ministro Bruno Dantas votou pela competição em duas etapas, em que empresas de navegação não poderiam participar na primeira rodada da disputa.

Em meio à votação, o ministro Augusto Nardes disse que precisaria analisar melhor alguns aspectos e pediu vista, com suspensão por 15 dias. Com isso, a discussão deverá ser retomada daqui a duas semanas, no dia 8 de dezembro.

Embora a votação tenha sido suspensa, ao menos dois ministros já demonstraram alinhamento com Dantas. O próprio Nardes, antes da leitura do relatório, já tinha sinalizado concordância com o voto, embora depois tenha feito o pedido de vista. O ministro Walton Alencar também antecipou, oficialmente, o voto favorável à proposta em duas etapas. Além disso, o ministro Jorge Oliveira sinalizou que ele "muito provavelmente" vai convergir com essa posição.

Com isso, fontes do setor portuário veem um cenário positivo para a manutenção da licitação em duas fases, com restrições para que Maersk e MSC disputem a primeira etapa da disputa. As duas gigantes globais de navegação, que são sócias do Brasil Terminal Portuário (BTP) em Santos, estão entre os maiores interessados do terminal e têm defendido o modelo de leilão em uma fase, sem limitação de concorrência.

O projeto, que o governo planeja licitar em 2026, deverá contratar R$ 6,5 bilhões em investimentos. A licitação é vista com grande expectativa pelo mercado, e a regra sobre quem poderá disputar o contrato tem sido alvo de forte disputa entre empresas privadas nos bastidores. Além de Maersk e MSC, há diversas companhias nacionais e estrangeiras interessadas em entrar no porto.

> O governo federal tem corrido para fazer em 2026 a licitação do megaterminal

A votação do TCU tem sido vista como decisiva. Em junho, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) definiu a realização do leilão em duas fases, em que todos os grupos que já operam contêineres no porto de Santos ficariam de fora da primeira rodada — o que barraria Maersk, MSC, CMA CGM (dona da Santos Brasil) e a DP World. Estas companhias só poderiam disputar em uma segunda fase da licitação, caso a primeira não atraísse interessados, cenário considerado remoto. O Ministério de Portos tem apoiado a agência, no entanto, a avaliação é que dificilmente o governo irá contra a determinação do TCU.

No relatório de Anastasia, ele defendeu a licitação única e aberta a todos os grupos, com a condição de que, caso um atual dono de terminal vença a disputa, este terá que fazer o desinvestimento do ativo existente.

A hipótese, que já tinha sido defendida pela Seae (Subsecretaria de Acompanhamento Econômico e Regulação), do Ministério da Fazenda, e pela área técnica do TCU, agrada a Maersk e a MSC, segundo fontes, dado que as empresas têm planos de desfazer a sociedade no BTP, e o Tecon 10 seria uma forma de viabilizar a separação.

Segundo Anastasia, essa possibilidade de desinvestimento já está prevista no próprio modelo da Antaq, que previu a exigência de desinvestimento caso algum operador do porto vencesse na segunda etapa da licitação. "Me parece que a autarquia, ao não acolher o desinvestimento na primeira fase, ela fere legislação de isonomia", defendeu o ministro relator do caso.

Já o voto revisor do ministro Dantas foi em outra direção. Ele defendeu a realização da licitação em duas fases, tal como inicialmente previsto pela Antaq. Porém, com a diferença de que na primeira etapa se dê não para todos os operadores de contêineres do porto, mas apenas aos armadores — o que recairia sobre Maersk, MSC e CMA CGM.

O motivo dessa exclusão seria impedir a verticalização completa das empresas de navegação no porto de Santos. "Os armadores que têm terminais não ganham só com tarifas, eles ganham com a exclusão de outros armadores que poderiam ter linhas marítimas para aquele mesmo porto", disse, em seu voto no plenário.

Dantas afirmou ainda que, caso uma empresa de navegação fique com o Tecon 10, o Brasil "estará condenado pelos próximos 70 anos a ter quatro armadores fazendo o transporte marítimo no Porto de Santos". Ele citou a compra do terminal Santos Brasil, concluída neste ano, pela empresa de navegação CMA CGM, que elevou a preocupação quanto ao tema em Santos.

O ministro também disse que não há ilegalidade na decisão da Antaq, o que impediria o tribunal de reverter a modelagem proposta pela agência reguladora, que é quem tem a competência legal para decidir sobre o tema.

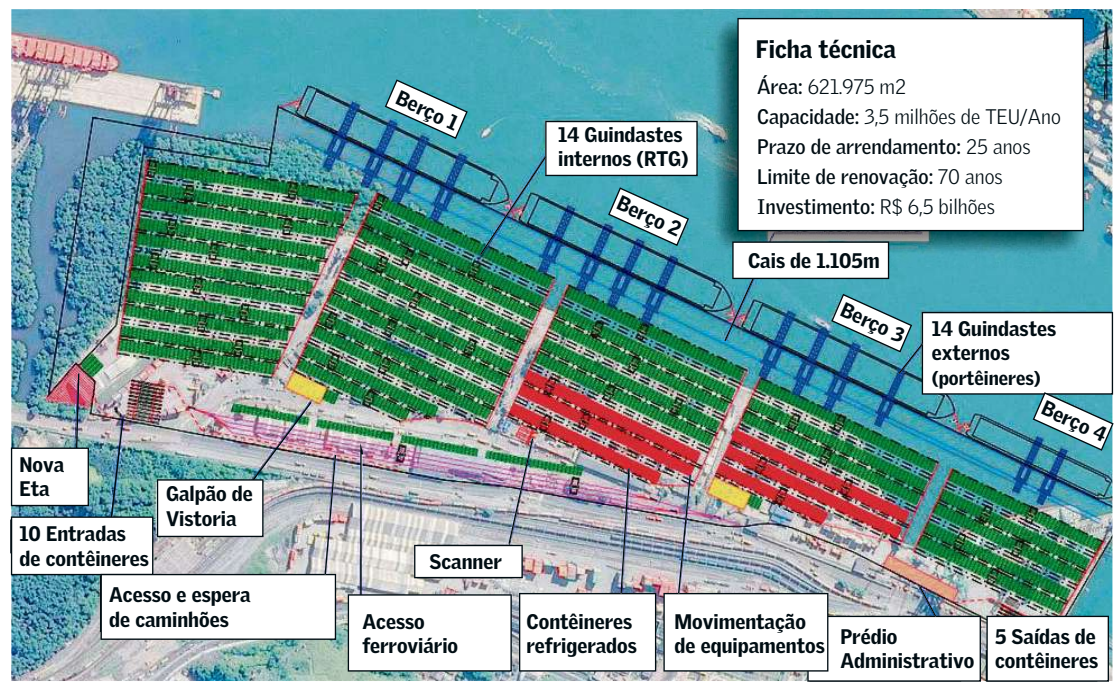
Após as colocações de Dantas, Anastasia retomou a palavra e rebateu os argumentos. O relator disse que o tema da verticalização já havia sido afastado inclusive pela Antaq na análise do leilão do Tecon 10. Ele citou uma nota técnica em que a agência reguladora afirma expressamente que não identificou riscos de mercado relevantes caso os armadores participem da disputa. O órgão disse ainda que esses riscos podem ser limitados e mitigados.

O relator disse ainda que os terminais bandeira branca, não controlados por empresas de navegação, poderiam da mesma forma firmar acordos com armadores, gerando limitação para a entrada de outras empresas.

O governo federal tem corrido para fazer em 2026 a licitação do megaterminal, que deverá ter área de 622 mil m² na região do Saboó, na margem direita do porto. O contrato deverá ter 25 anos de duração, com possibilidade de renovação até 70 anos. Com quatro berços de atracação programados, a capacidade de movimentação prevista deverá chegar a 3,5 milhões de TEUs (medida equivalente a contêineres de 20 pés) por ano.

Tecon Santos 10

Novo terminal dobrará movimentação de contêineres no Porto de Santos (SP)



REALIZE SEU EVENTO NO ESPAÇO MAIS SOFISTICADO DO BRASIL

No 19º andar de um dos edifícios mais inovadores de São Paulo, a Experience House reúne vista espetacular e estrutura one stop shop. Ambientes modulares, design autoral e áreas imersivas compõem o cenário ideal para eventos de conteúdo, celebrações, treinamentos e além. Tecnologia de ponta em som e iluminação, videoconferência CISCO, cadeiras Herman Miller e 60 m² de painéis modulares THE LED garantem desempenho e impacto. Entregamos uma solução completa com RSVP, criação, gastronomia, decoração, curadoria de conteúdo e produção de gifts, ajustada ao formato do seu evento.

EXPERIENCE HOUSE
Rua Gerivatiba, 207 - 19ºand - Butantã, São Paulo

www.experiencehouse.com.br
AGENDE A SUA VISITA

Tintas Operações combinadas criarão um dos maiores nomes no mercado global de revestimentos

Akzo Nobel e Axalta anunciam fusão de US$ 25 bi

Maxine Kelly e Ivan Levingston
Financial Times

A Akzo Nobel, dona da Dulux, acertou sua fusão com a fabricante de tintas e de outros produtos químicos Axalta, em transação que criará um grupo com um valor de empresa de US$ 25 bilhões, ressuscitando um negócio que havia sido cogitado há quase dez anos.

A Akzo Nobel, cujas ações são negociadas em Amsterdã, e a Axalta, negociada em Nova York, divulgaram ontem que a fusão será realizada integralmente em ações e combinará "portfólios complementares de marcas de alto prestígio".

A nova empresa combinada passará a ter um único registro de ações, em Nova York, mas manterá duas sedes, uma em Amsterdã e outra na Filadélfia. Terá receitas em torno a US$ 17 bilhões, o que a tornará uma das maiores no mercado de revestimentos, e deverá conseguir gerar economias de US$ 600 milhões daqui a três anos.

O executivo-chefe da Akzo Nobel, Greg Poux-Guillaume, comandará a empresa resultante da fusão, enquanto Chris Villavarayan, da Axalta, será seu vice na nova companhia, cujo nome ainda não foi anunciado.

"Esta fusão nos permitirá acelerar nossas ambições de crescimento ao unir tecnologias altamente complementares, experiência e um pessoal empenhado", disse Poux-Guillaume.

Os acionistas da Akzo Nobel terão 55% da empresa combinada e os da Axalta, os 45% restantes. Como parte do negócio, a Akzo Nobel pagará um dividendo em dinheiro em torno de € 2,5 bilhões a seus acionistas.

A Akzo Nobel, cujas ações são negociadas hoje por cerca de metade do valor de seu recorde, em 2021, recentemente lançou uma estratégia de recuperação para ajudar a impulsionar as vendas, que inclui o corte de empregos e a venda de ativos não essenciais.

Em agosto, a firma investidora ativista Cevian comprou participação de cerca de 3% na empresa holandesa, tornando-se uma das principais acionistas e uma das defensoras do plano da Akzo Nobel para estimular o desempenho.

A Akzo Nobel e a Axalta haviam mantido negociações sobre uma fusão em 2017, depois de a empresa holandesa ter conseguido evitar ser adquirida pela PPG.

A transação é mais uma no longo histórico de fusões e aquisições da Akzo Nobel, que inclui a compra da ICI, fabricante britânica das tintas Dulux, em 2007, por 8,1 bilhões de libras esterlinas (US$ 10,3 bilhões).

Ambas as empresas têm mais de um século de história. A origem da Axalta remonta à fabricante europeia de tintas Herberts, que foi adquirida pela DuPont. Em 2013, suas operações foram separadas da DuPont pela firma de investimentos americana Carlyle e renomeadas como Axalta.

De acordo com Villavarayan, a transação dará à Axalta "uma vantagem competitiva mais contundente e novos caminhos e oportunidades para crescer".

A fusão está sujeita à aprovação das autoridades supervisoras e sua conclusão é esperada entre o fim de 2026 e o início de 2027.

Americanas e Magalu firmam parceria

E-commerce

Helena Benfica
De São Paulo

A Americanas e o Magazine Luiza anunciaram ontem um acordo que prevê a oferta de produtos aos clientes das duas marcas em seus respectivos e-commerces. A Americanas já iniciou as vendas na plataforma digital do Magalu. Já a oferta de itens do Magazine Luiza no site da Americanas deve começar nas próximas semanas.

Com o anúncio, as ações do Magazine Luiza fecharam o dia com alta de 3,7%, cotadas a R$ 9,47, e as da Americanas ganharam 5,4% no pregão, a R$ 5,49. O objetivo, segundo as empresas, é ampliar a oferta de produtos a partir do "mix" complementar de cada uma.

Enquanto a Americanas se destaca em categorias como bomboniere, alimentos, limpeza, higiene pessoal, utilidades domésticas e escritório; o Magalu é referência no mercado em linha branca, áudio e vídeo, móveis, smartphones e eletrônicos.

"Essa parceria nasce da complementaridade das operações e da força de duas marcas reconhecidas e amadas pelos clientes, para ampliar conveniência, sortimento e velocidade de entrega. Mais uma vez, priorizamos a melhor experiência de compra ao nosso cliente, indo aonde ele está", diz Fernando Soares, CEO da Americanas, em nota.

Neste primeiro momento, produtos de 50 lojas físicas da Americanas, localizadas em 15 capitais brasileiras, estarão disponíveis para venda na plataforma digital do Magalu. As unidades elegíveis funcionam na modalidade "ship from store", que é quando a loja física funciona como um centro de distribuição. A intenção é que até dezembro o projeto esteja integrado a todas as lojas da varejista, que são 1.470 em todo o Brasil.

"Não só temos portfólios absolutamente complementares, que irão beneficiar o consumidor, como essa atuação conjunta fortalece a nossa operação 'omnichannel' [em múltiplos canais] ao integrar as lojas físicas da Americanas ao nosso marketplace", diz Frederico Trajano, CEO do Magalu, também em nota.

Essa não é a primeira parceria que o Magalu faz com outros "marketplaces". Em outubro do ano passado, a varejista e o AliExpress, do conglomerado chinês Alibaba, iniciaram a operação de venda mútua de produtos em suas plataformas on-line. Com isso, o AliExpress passou a vender nos canais digitais do Magazine Luiza itens da sua linha Choice. E o Magalu comercializa produtos de estoque próprio na plataforma brasileira do AliExpress.

CAMINHOS DO BRASIL

TURISMO NO BRASIL

Acompanhe uma discussão de alto nível sobre a indústria turística brasileira. Representantes e especialistas da área vão debater as oportunidades de crescimento, os desafios para aprimorar o setor e sua relevância em termos de influência econômica e social. **Não perca.**

PARTICIPANTES

Ana Carla Lopes
Secretária-executiva do Ministério do Turismo

Alexandre Sampaio
Presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação e diretor da CNC

Ana Carolina Dias Medeiros de Souza
Presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Agências de Viagens

MEDIAÇÃO

Alessandra Saraiva
Coordenadora digital da sucursal do Rio do Valor Econômico

Glauce Cavalcanti
Jornalista do GLOBO

26 DE NOVEMBRO, ÀS 15H

Transmissão
O GLOBO 100 | Valor Econômico

Patrocínio
CNC Sesc Senac | 80 anos

Realização
O GLOBO 100 | Valor Econômico 25 anos | CBN

ines249

Infraestrutura Companhia mexicana vai assumir negócio da ex-CCR; recursos abatem dívidas da holding

Motiva vende pacote de aeroportos por R$ 11,5 bi

Taís Hirata
De São Paulo

A Motiva (ex-CCR) anunciou, na noite de terça-feira (18), a venda de seus 20 aeroportos para a mexicana Asur (Grupo Aeroportuário del Sureste). O valor divulgado da operação foi de R$ 11,5 bilhões, dos quais R$ 5 bilhões serão pagos ao grupo, pela participação nos terminais, e outros R$ 6,5 bilhões se referem à dívida líquida das operações.

Segundo comunicado da empresa, os ativos foram precificados a um múltiplo EV/Ebitda (Vale da empresa pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de 8,8 vezes, acima do múltiplo atual da Motiva, "proporcionando criação de valor", disse o grupo.

A companhia afirmou ainda que os recursos serão utilizados para reduzir o endividamento da holding. Com a conclusão da operação, que deverá ficar para 2026, a alavancagem da empresa deverá cair dos atuais 3,5 vezes da dívida líquida pelo Ebitda para abaixo de 3 vezes. A dívida líquida, que terminou o terceiro trimestre em R$ 33,7 bilhões, cairia para R$ 23,2 bilhões.

MARCUS DESIMONI / NITRO

Aeroporto de Confins é um dos ativos que estavam no pacote de vendas

Os aeroportos da Motiva incluem 17 terminais no Brasil, entre eles os terminais de Belo Horizonte Confins (em sociedade com a Zurich) e Pampulha, o de Curitiba e de Foz do Iguaçu. Os ativos que vinham sendo apontados como os mais atrativos são os internacionais: em Curaçao, em Quito, no Equador, e Juan Santamaría, na Costa Rica.

A mexicana Asur, que assumirá os ativos, é responsável pela operação do aeroporto de Cancún, no México, e outros oito terminais na região. Além disso, a empresa opera ativos na Colômbia e em Porto Rico. "Com essa transação, [a Asur] passará a ser, pela nossa análise, um dos principais 'players' latinoamericanos, se não o principal", afirmou Miguel Setas, em teleconferência realizada ontem, após o anúncio.

A empresa destacou que a operação ainda está sujeita ao cumprimento de condições suspensivas, entre elas aprovações de autoridades de aviação e de concorrência, no Brasil e no exterior.

A venda do braço de aeroportos da Motiva teve início oficialmente em fevereiro. Após onze propostas não vinculadas, no início de outubro, a companhia entrou na fase de propostas vinculantes de potenciais compradores, na qual ao menos quatro grupos seguiram na disputa, segundo apurou o **Valor** à época: além da Asur, estavam no páreo a espanhola Aena, a mexicana GAP e a Corporación América (controladora da Inframérica no Brasil).

> "Com essa transação, [a Asur] passará a ser um dos principais players latinoamericanos"
> *Miguel Setas*

Com a conclusão da operação, a expectativa do mercado agora é que a Motiva se volte a outros processos de desinvestimento. A empresa já anunciou que planeja alienar uma fatia minoritária de sua plataforma de mobilidade urbana, preferencialmente com um parceiro estrangeiro. Além disso, outros ativos pontuais do portfólio poderão ser vendidos.

Além disso, há uma perspectiva de que a venda permita que a empresa seja competitiva nos leilões de rodovias e de trens urbanos marcados para 2026.

Na apresentação a analistas, Setas apontou cinco fatores para a operação: o destravamento de valor; a simplificação do portfólio da companhia, que passará a atuar apenas no Brasil, com uma redução de 37 ativos para 17; a flexibilidade estratégica (basicamente a redução da alavancagem); a otimização da estrutura de capital; e a redução do custo de capital.

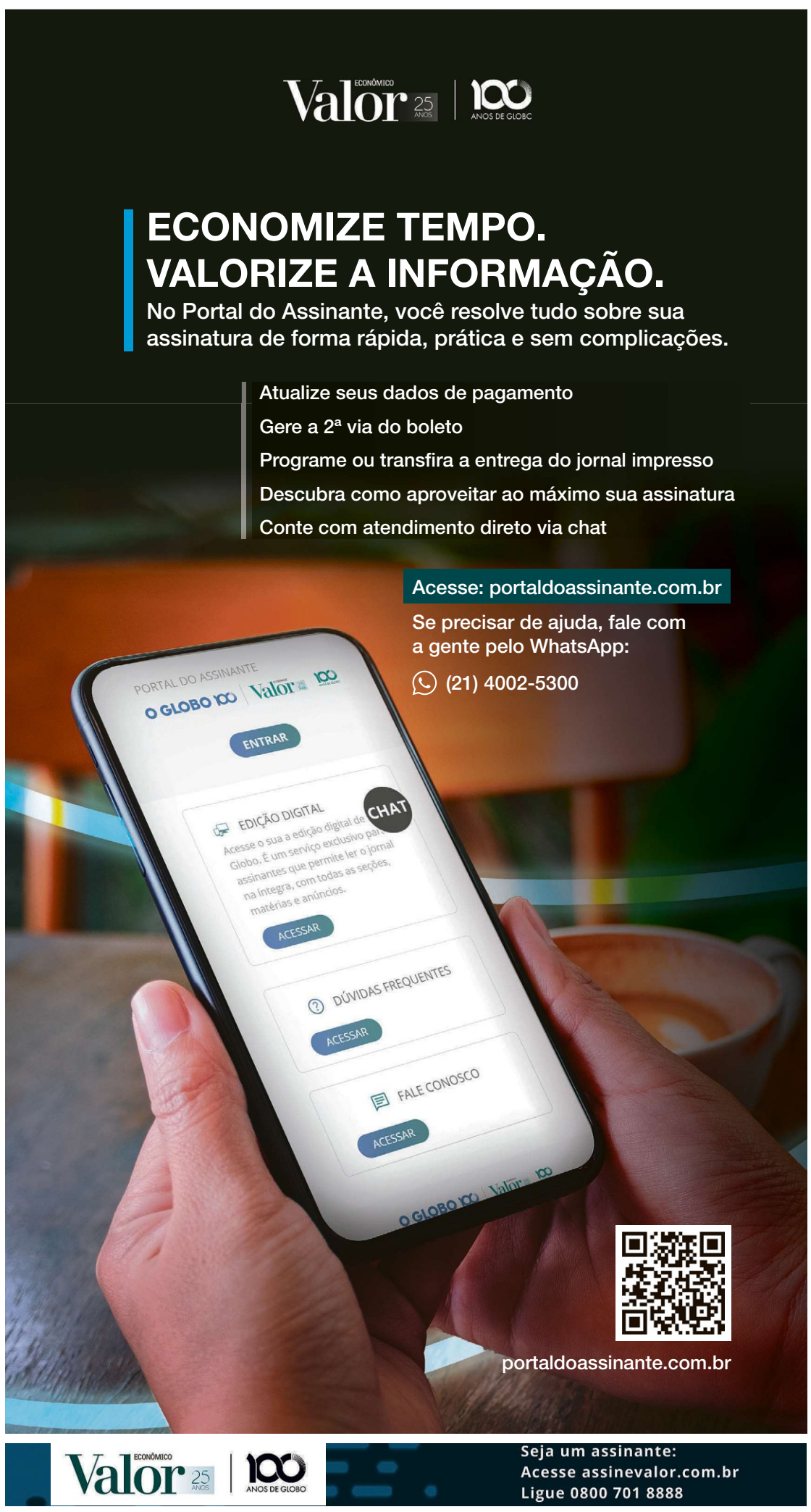
Curtas

Avanço da Ânima

Durante o Dia do Investidor, realizado nesta terça-feira (18), o diretor financeiro da Ânima Educação, Átila Simões da Cunha, afirmou que o negócio da companhia é baseado em "receita permanente" e ressaltou que a margem Ebitda ajustada tem se mantido próxima de 60% desde 2022 até o terceiro trimestre de 2025, desempenho que, segundo ele, "se traduz em geração de caixa". Ebitda é o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização. Os dados financeiros apresentados na última semana reforçam a leitura. A Ânima registrou lucro líquido de R$ 36,5 milhões, alta de 87,9% ante igual período de 2024, e reduziu o endividamento para R$ 2,8 bilhões, com melhora no capital de giro.

TAP investigada

A polícia de Portugal fez buscas na sede da companhia aérea TAP e em outras empresas nesta terça-feira (18), como parte de uma investigação em andamento sobre suspeita de corrupção em um complexo acordo de leasing de aeronaves em 2015, informou o gabinete do procurador-geral português.



Carro do Ano 2026 premia Atendimento e Pós-Venda

Veículos
Da Autoesporte

O prêmio Carro do Ano 2026 anuncia duas novas categorias desenvolvidas em parceria com a Decoupling, consultoria com base tecnológica e acadêmica que usa métodos inovadores de pesquisa com auxílio de inteligência artificial. Os prêmios Atendimento do Ano e Pós-Venda do Ano apontarão as marcas que oferecem as melhores experiências a seus clientes durante, respectivamente, a jornada de compra de um automóvel e os serviços de assistência, manutenção e revisão.

Para chegar ao vencedor do Atendimento do Ano 2026, a pesquisa de Autoesporte e Decoupling levará em consideração cinco dimensões: experiência no site da marca, visita à concessionária, test-drive, negociação e entrega do veículo.

Já o prêmio Pós-Venda do Ano apontará a marca que proporciona a melhor experiência de atendimento em serviços assistência, revisão e manutenção aos proprietários de seus veículos, estejam em garantia ou não. Neste caso, serão levados em consideração oito critérios: política de preços, garantia, revisões, manutenção corretiva, atendimento na oficina , cobertura de rede, disponibilidade de peças e revenda.

Em ambos os prêmios, as marcas com melhor nota em cada uma das dimensões receberá um certificado. Já as marcas mais bem classificadas no consolidado de todas as dimensões daquela categoria serão premiadas com os troféus Atendimento do Ano 2026 e Pós-Venda do Ano 2026.

Na primeira edição das categorias Atendimento do Ano e Pós-Venda do Ano, Autoesporte e Decoupling consideraram as dez marcas de carros mais vendidas no país no primeiro semestre de 2025, de acordo com dados oficiais de emplacamento de automóveis e comerciais leves da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave). São elas: Fiat, Volkswagen, Chevrolet, Toyota, Hyundai, Renault, Jeep, Honda, BYD e Nissan.

[

Para avaliar os índices de satisfação das marcas em cada uma das categorias, a Decoupling coletou mais de 100 mil comentários feitos por proprietários de veículos dessas marcas em diferentes sites, fóruns, plataformas de avaliação e redes sociais no Brasil entre agosto de 2024 e agosto de 2025. Ou seja, em vez da tradicional pesquisa estimulada, trata-se de pesquisa inovadora com base em avaliações espontâneas dos consumidores.

Com a ajuda de inteligência artificial e modelos de análise desenvolvidos pela Decoupling, as avaliações espontâneas dos consumidores foram processadas para identificar padrões de satisfação em cada dimensão da experiência. Os comentários foram classificados por momento da cadeia de valor (jornada) do cliente, e cada trecho recebeu um score de satisfação conforme o teor da manifestação, permitindo calcular notas médias por marca e por etapa avaliada.

Para garantir uma pesquisa com alto índice de confiança, a consultoria utiliza sua expertise científica para calibrar a análise mitigando vieses de comentários extremos — demasiadamente positivos ou negativos —, ou avaliações com textos pouco explicativos. Além disso, realiza pesquisas paralelas com humanos e compara os dados com os índices apontados pela IA, tanto para validar o trabalho de pesquisa como para aprimorar o aprendizado de máquina em seus modelos de análise.

Hoje, o método da Decoupling tem índice de 97% de concordância entre as informações coletadas online, e avaliadas com auxílio de IA, e aquelas concedidas por especialistas humanos nas pesquisas de validação; já nas notas médias calculadas a partir dos comentários espontâneos disponíveis online e aquelas dadas por humanos, o percentual de concordância chega a 94%.

Todo o processo de pesquisa e resultados tem o sigilo assegurado por Decoupling e Autoesporte, a fim de resguardar a credibilidade do processo. Os vencedores das duas categorias serão conhecidos no dia 25 de novembro, junto com os ganhadores das demais categorias, na cerimônia de premiação do Carro do Ano 2026.

A Decoupling é uma consultoria fundada 2020 nos Estados Unidos por dois pesquisadores brasileiros: Thales Teixeira, PhD em Marketing Quantitativo pela Universidade de Michigan e professor especializado em Inovação, Disrupção Digital e Futurismo, com atuação há mais de uma década em instituições dos Estados Unidos, como Harvard e Universidade da Califórnia; e Leandro Guissoni, também PhD em Marketing, atual professor e coordenador do mestrado profissional em marketing na Fundação Getúlio Vargas (FGV), também com passagens por Harvard e tendo lecionado na Universidade da Virginia, também nos EUA.

A proposta da consultoria é ir além das pesquisas convencionais de mercado, complementando as abordagens tradicionais com um conceito de "desacoplamento" da experiência, decompondo a jornada do consumidor em diferentes atividades a partir de avaliações espontâneas, para detectar os índices de satisfação do cliente em cada uma dessas etapas separadamente.

"A parceria com a Autoesporte nos permite ampliar o debate sobre inovação no setor automotivo com base em dados e evidências. O estudo da cadeia de valor do cliente mostra com clareza onde marcas estão entregando experiências excepcionais — e onde há pontos cegos que podem ser explorados por novos entrantes. Ao entender esses pontos, as montadoras têm a possibilidade de aumentar a satisfação de seus clientes", afirma Teixeira, cofundador e CEO global da consultoria.

"Estamos vivendo uma revolução silenciosa também na forma de entender o consumidor. Com o avanço da inteligência artificial, conseguimos hoje interpretar e processar milhares de manifestações públicas — como reviews e comentários nas redes — que revelam com profundidade o que as pessoas realmente valorizam ou rejeitam em cada atividade da experiência relativa de cada marca. A metodologia da Decoupling permite uma visão muito mais precisa das atividades da cadeia de valor do cliente. Com isso, as montadoras ganham uma bússola mais confiável para inovar, alocar recursos e melhorar a experiência de suas marcas, e quem mais se beneficia, no fim, é o consumidor", completa o cofundador e conselheiro da Decoupling, Leandro Guissoni.

Auto esporte CARRO DO ANO 2026

Premiação inédita
Veja os critérios avaliados em cada uma das novas categorias

Atendimento do Ano	Pós-Venda do Ano	
Experiência no site da marca	Política de preços	Atendimento na oficina
Visita à concessionária	Garantia	Cobertura de rede
Test-drive	Revisões	Disponibilidade de peças
Negociação	Manutenção corretiva	Revenda
Entrega do veículo		

Fonte: Autoesporte.

KEYNOTE +DIÁLOGOS

Palestras e bate-papos com grandes pensadores contemporâneos que combinam saber técnico e reflexão ética e futurista

WORK-SHOPS

Aulas sobre diferentes ferramentas de IA em seus diversos contextos de aplicação

VOICES 2025

O futuro da tecnologia se constrói não só com dados, mas com diálogos.

10/12

Museu de Arte do Rio
das 9h às 18h
Praça Mauá, Centro, Rio de Janeiro-RJ

Evento gratuito
Acesse aqui e inscreva-se

O Voices 2025 é uma plataforma para quem busca novas ideias, parcerias estratégicas e conteúdo inédito.

Tecnologia, inovação, comportamento humano e empreendedorismo em um só lugar, criando caminhos concretos para um amanhã mais conectado.

Não fique de fora!

O acesso ao painel está sujeito a lotação.

STARTUP LABS

Conversas entre venture capital, startups e incubadoras.

100 STARTUPS TO WATCH

Celebração do prêmio

REALIZAÇÃO

Valor Econômico 25 anos | O Globo 100 | CBN | Época Negócios | Pequenas Empresas Grandes Negócios | techtudo | rádio Globo 98.1 FM

ines249

Tecnologia A fabricante de temperos e insumos produz um aditivo que poderia reduzir o excesso de proteína nas rações do gado

Como a Ajinomoto desenha um cenário menos poluído

COP30 AMAZÔNIA

Bianca Guilherme
De São Paulo

Brasil e Japão podem construir em um mecanismo conjunto de créditos de carbono associado à pecuária de baixo carbono. A opinião é do executivo-chefe global do grupo de alimentos e biotecnologia Ajinomoto, Shigeo Nakamura. Na prática, pecuaristas brasileiros poderiam vender créditos de carbono no mercado japonês. "Isso pode fortalecer as ações climáticas dos dois países", afirmou o CEO ao **Valor**.

O Japão opera um sistema próprio de créditos de carbono e mantém, desde 2011, o Mecanismo Conjunto de Cooperação, firmado com 31 países. A expectativa do grupo é que o modelo possa, no futuro, incluir produtores brasileiros. Um estudo de ICC Brasil e WayCarbon estima que o Brasil pode atender até 48,7% da demanda global por créditos de carbono voluntários até 2030, movimentando mais de US$ 120 bilhões em receitas.

A Ajinomoto discute com ministérios japoneses a ampliação do uso de tecnologias destinadas à redução de emissões na pecuária, como fertilizantes e suplementos de aminoácidos. Se adotadas no Brasil e comprovada a redução de gases de efeito estufa, os créditos resultantes poderiam ser negociados tanto no mercado japonês quanto no brasileiro.

Na COP30, que ocorre até o dia 21, em Belém, o Banco do Brasil e a Ajinomoto assinaram um memorando de entendimento para ampliar o acesso de pecuaristas às tecnologias de redução de emissões. Pelo acordo, o banco apoiará projetos voltados à geração de créditos de carbono, enquanto a companhia fornecerá suporte técnico para a adoção das tecnologias.

O foco inicial será o uso do aditivo à base de aminoácidos da Ajinomoto, o AjiPro™-L, que diminui o excesso de proteína nas rações do gado, responsável pela geração de gases de efeito estufa. Segundo a empresa, o produto pode reduzir em até 25% as emissões de óxido nitroso e em cerca de 10% as de metano, resultando em até uma tonelada de gás carbônico de emissão evitada por animal ao ano.

WNDERSON ARAÚJO/VALOR

Shegeo Nakamura, CEO global da Ajinomoto: 'Estamos aplicando conhecimento para resolver desafios globais'

"A Ajinomoto tem um histórico de mais de um século baseado na ciência dos aminoácidos e estamos aplicando esse conhecimento para resolver desafios globais, como as mudanças climáticas e a segurança alimentar", disse Nakamura.

O rebanho bovino brasileiro, um dos maiores do mundo, somou 238,2 milhões de cabeças em 2024, queda de 0,2% em relação a 2023, segundo dados do IBGE. Apesar da leve retração, é o segundo maior volume da série histórica iniciada em 1974.

Ainda não há consenso sobre qual o valor justo que um produtor rural deve receber por evitar a emissão de uma tonelada de carbono. Um estudo da Embrapa estimou em US$ 11,54 o valor da tonelada de carbono equivalente na produção agropecuária em geral de 2021, considerando 32 pesquisas publicadas entre 2004 e 2024.

Para Nakamura, créditos oriundos da recuperação de áreas degradadas podem ser registrados como ativos no balanço das empresas, enquanto novas degradações deveriam ser tratadas como passivos futuros. Segundo ele, essa abordagem pode influenciar decisões de investimento e desinvestimento no setor agropecuário.

O Brasil lançou nesta COP30 uma nova certificação que integra o Protocolo Carne Baixo Carbono (CBC), desenvolvido pela Embrapa em parceria com a MBRF e apoio da ONG Amigos da Terra–Amazônia Brasileira. O protocolo estabelece critérios e indicadores que permitem monitorar e certificar propriedades rurais que aplicam sistemas sustentáveis.

Além de apresentar o AjiPro™-L na COP30, o grupo mostrou o Biociclo. Trata-se de um modelo de produção em que nada é descartado. Os coprodutos gerados durante a fermentação da cana-de-açúcar, etapa usada para produzir aminoácidos, são reaproveitados.

"A sustentabilidade é uma espécie de requisito obrigatório e uma oportunidade de negócio para nós, pois temos soluções para resolver problemas ambientais, ao mesmo tempo que agregamos valor econômico", diz Nakamura.

O Brasil é considerado estratégico para o grupo. No ano fiscal encerrado em março de 2025, o Grupo Ajinomoto obteve receita de US$ 10,2 bilhões. Desse valor, R$ 3,6 bilhões vieram do Brasil. Em abril, a companhia passou a contribuir com o Estudo de Verificação para Recuperação Pastagens Degradadas no Brasil, como parte da Iniciativa de Parceria Verde Japão-Brasil. A marca fornecerá fertilizantes líquidos bioestimulantes que serão aplicados em uma fazenda modelo para avaliar sua eficácia em cultivos de soja, milho e capim para pastagem.

Ver também página B14

Rockwell terá nova fábrica nos Estados Unidos

Automação

Lucianne Carneiro
De Chicago

A Rockwell, empresa americana de automação industrial e transformação digital, vai construir do zero uma nova fábrica no estado americano de Wisconsin. A iniciativa alinha-se à política do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de retomar a industrialização no país. O valor específico da nova unidade não foi revelado, mas está incluído em um plano de investimentos da empresa de US$ 2 bilhões nos próximos cinco anos divulgado há alguns meses.

O projeto foi anunciado pelo diretor-executivo da Rockwell, Blake Moret, em apresentação na Automation Fair, feira de automação industrial que está em sua 34ª edição e é organizada pela empresa em Chicago.

Serão cerca de 93 mil metros quadrados na nova unidade, área que contempla tanto o espaço de produção quanto de armazém. A planta será equipada com automação avançada, robótica e sistemas digitais.

"Vamos construir uma nova planta no sul de Wisconsin do zero com a capacidade de reunir toda as tecnologias e capacidades de nossa equipe para nos levar a um novo nível de serviços aos clientes e de performance. Não poderia estar mais animado", afirmou.

No anúncio, Moret citou o custo da mão de obra nos Estados Unidos e a expectativa de retorno dos investimentos mesmo com esse valor mais elevado. Sem citar especificamente a plataforma de reindustrialização de Trump, o diretor-executivo disse que a Rockwell está fazendo uma aposta:

"Vamos colocar recursos e não apenas falar disso. E fazer uma aposta de que, mesmo em um país onde há custo de mão-de-obra relativamente alto, podemos competir e ganhar de qualquer um no mundo. Isso com aplicação criteriosa de tecnologia nossa, de nossos parceiros e de nossa força de trabalho".

O comunicado divulgado pela empresa após o anúncio destaca que o investimento reforça "o compromisso de longo prazo da Rockwell com a indústria americana e com a sua mão-de-obra qualificada, que impulsiona produção e inovação".

Ao explicar o atual momento da indústria de transformação, no contexto de inteligência artificial e robótica, entre outras tecnologias, Moret disse que o caminho deve ser "da automação para a autonomia": "O ponto chave que quero que lembrem é sobre adaptação e aprendizado".

A nova fábrica ficará no sul de Wisconsin, mas o local e a cidade ainda estão em estágio de negociação com autoridades. A expectativa é que a construção esteja concluída até o fim de 2028.

Em comunicado, o governador de Wisconsin, o democrata Tony Evers, comemorou o novo investimento: "Gostaria de agradecer a Rockwell pelo compromisso com Wiscosin, nossa força de trabalho e nossas comunidades. Vamos aguardar para ver como essa nova expansão vai acelerar nossos objetivos de construir uma economia e uma força de trabalho para o século XXI".

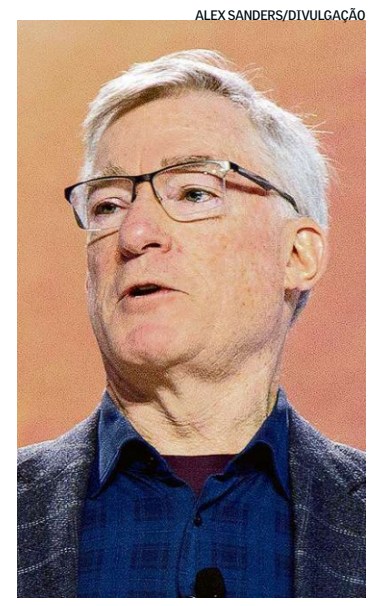
A Rockwell tem 30 fábricas de automação industrial em todo o mundo, das quais três estão no México e duas na China. A empresa também tinha uma unidade em Jundiaí (SP), mas foi fechada em dezembro de 2023 e a produção transferida para outras unidades.

No ano fiscal de 2025, o lucro líquido da empresa caiu 20,9% ante 2024, para US$ 749 milhões. A receita antes dos impostos recuou 16,6% em igual base de comparação, para US$ 917 milhões. O valor total de vendas, por sua vez, subiu 1%, para US$ 8,342 bilhões.

De acordo com a Rockwell, o resultado do último ano fiscal foi afetado pelo custo com a dissolução da joint-venture com a SLB (antiga Schlumberger) na Sensia e pela mudança na contabilização de passivos por causa de uso de amianto. A previsão da empresa é de um aumento de 3% a 7% das vendas no ano fiscal de 2026, com crescimento orgânico de 2% a 6%.

A repórter viajou a convite da Rockwell

ALEX SANDERS/DIVULGAÇÃO



"Vamos fazer a aposta que, mesmo em país com custo de mão-de-obra relativamente alto, podemos competir e ganhar"
Blake Moret

Meta vence ação antitruste nos EUA

Concorrência

Hannah Murphy e Stefania Palma
Financial Times, de San Francisco e Washington

A Meta venceu a ação antitruste movida pela Comissão Federal de Comércio dos Estados Unidos (FTC) que ameaçava desmembrar a companhia, após um juiz decidir que a gigante das redes sociais não detém um monopólio ilegal.

O juiz James Boasberg disse que a autoridade reguladora não apresentou provas suficientes de que a Meta manteve o poder de monopólio adotando uma estratégia do tipo "comprar ou enterrar", segundo decisão proferida nesta terça-feira.

A sentença representa um duro golpe aos esforços da FTC para conter as "big techs", as gigantes de tecnologia americanas. A agência queria obrigar a empresa, avaliada em US$ 1,5 trilhão, a desfazer as aquisições do serviço de mensagens WhatsApp e do aplicativo de compartilhamento de fotos Instagram.

O tribunal federal em Washington concordou com o argumento da meta de que a empresa concorre com serviços como YouTube (do Google) e TikTok, plataformas que a FTC não havia incluído em sua definição de "rede social pessoal".

"Mesmo que a Meta tenha desfrutado de poder monopolista no passado, a agência precisava demonstrar que ela continua a deter esse poder hoje. O veredito do tribunal determina que a FTC não fez dessa demonstração", escreveu o juiz na sentença.

O processo, um dos casos de concorrência mais emblemáticos dos últimos anos, começou durante o primeiro governo de Donald Trump em 2020, quando a FTC processou a empresa então conhecida como Facebook por supostamente manter um monopólio ilegal.

O caso surgiu das aquisições pela Meta dos concorrentes Instagram e WhatsApp, em 2012 e 2014, por US$ 1 bilhão e US$ 19 bilhões, respectivamente, que, segundo a FTC, faziam parte de uma estratégia deliberada de neutralizar possíveis concorrentes.

A decisão é o mais recente alívio para uma "big tech" alvo de ações que buscam sua divisão. Em setembro, um juiz federal decidiu não ordenar ao Google que vendesse seu navegador Chrome, depois que a gigante das buscas na internet perdeu outro processo antitruste federal separado que concluiu que ela mantinha um monopólio na publicidade digital.

Os órgãos antitruste dos EUA, sob governos dos partidos Democrata e Republicano, vêm mantendo a pressão sobre as empresas do Vale do Silício pelo domínio que exercem nas redes sociais, no comércio eletrônico e nas buscas on-line.

Sob o ex-presidente Joe Biden, a FTC obteve uma vitória em 2022 quando Boasberg decidiu que o processo contra a Meta poderia seguir adiante após a comissão reapresentar o caso. Mas alguns especialistas argumentavam que desfazer as aquisições do WhatsApp e do Instagram seria uma tarefa difícil, especialmente tantos anos depois.

A Meta tentou, sem sucesso, convencer o governo Trump a chegar a um acordo antes do julgamento. Segundo uma fonte a par do caso, a FTC havia exigido um acordo de US$ 30 bilhões. Inicialmente, a Meta ofereceu US$ 450 milhões, depois elevou a proposta para US$ 1 bilhão, após o órgão regulador estabelecer um piso de US$ 18 bilhões.

O fundador da Meta, Mark Zuckerberg, passou o último ano tentando se aproximar de Trump e seu governo, afrouxando a moderação de conteúdo na Meta após queixas dos republicanos sobre a censura e a liberdade de expressão, ao mesmo tempo em que elogiava publicamente o presidente e se reunia com ele com frequência.

No julgamento em abril, a defesa da Meta concentrou-se na ascensão meteórica do TikTok como plataforma concorrente de rede social. Boasberg acabou acolhendo esse argumento, observando em sua decisão que o aplicativo de vídeos "se espalhou de forma fulminante" desde sua chegada aos EUA em 2018 e hoje "ocupa o centro do palco como rival mais feroz da Meta".

Ele também mencionou outro argumento da Meta, escrevendo que a "transformação tectônica" no setor de redes sociais fez com que os aplicativos do grupo se transformassem e que "Facebook, Instagram, TikTok e YouTube evoluíram para ter praticamente as mesmas funcionalidades principais".

A FTC disse estar "profundamente decepcionada com essa decisão" e que está avaliando todas as suas opções. A agência também criticou Boasberg, dizendo que "o jogo sempre esteve contra nós" e que o juiz enfrenta esforços de impeachment – iniciados por parlamentares republicanos após Boasberg decidir contra Trump e seus aliados em várias ocasiões, inclusive em casos de deportações de grande repercussão. Boasberg não respondeu de imediato a um pedido de comentário sobre os esforços de impeachment.

A Meta disse: "A decisão de hoje do tribunal reconhece que a Meta enfrenta uma concorrência intensa... Estamos ansiosos para continuar a trabalhar em parceria com o governo e investir nos EUA". *(Tradução de Mario Zamarian)*

Curtas

Cloudflare instável

A empresa de segurança cibernética Cloudflare enfrentou uma instabilidade global na manhã desta terça-feira (18), afetando o acesso a diversos serviços populares, como Spotify, X e ChatGPT, da OpenAI. A falha começou por volta das 9h (horário de Brasília) e deixou plataformas indisponíveis por cerca de três horas. Países como Austrália, Alemanha e Reino Unido estiveram entre os mais atingidos. No Brasil, a falha também afetou empresas. A instabilidade ocorreu pouco depois do início de um serviço de manutenção programado pela companhia. O aviso prévio informava que o trabalho seria realizado entre 12h e 15h (UTC) (das 9h às 12h, no horário de Brasília) e que usuários poderiam notar aumento de latência durante o período. Não havia, no entanto, indicação de que o procedimento poderia causar interrupções generalizadas. Até mesmo o site DownDetector, que reúne alerta de usuários sobre falhas em sites e aplicativos no mundo todo, ficou fora do ar nesta terça-feira. *(Débora Leite e Daniela Braun, de São Paulo)*

Apple na China

O iPhone da Apple representou um em cada quatro smartphones vendidos na China em outubro, com um aumento de 37% nas vendas em relação ao ano anterior, impulsionado pela forte demanda pela série iPhone 17, segundo a empresa de pesquisa Counterpoint. A Apple alcançou essa fatia de mercado pela última vez em 2022, quando a concorrência no segmento premium era mais fraca. As vendas totais de celulares na China cresceram 8% em outubro em relação ao mesmo período do ano anterior, impulsionadas pela Apple e por fabricantes nacionais, segundo dados da Counterpoint.

Série de Debates

Logística no Brasil

O **Sudeste** é a região mais rica do Brasil, segundo o IBGE, e é a localização onde está concentrada a maior parte das indústrias do país. Apesar de sua riqueza, o Rio de Janeiro, como outros estados do Sudeste, enfrenta problemas de infraestrutura e gargalos históricos na malha rodoviária e na integração modal, que atrapalham o desenvolvimento econômico do estado.

Convidamos você para um novo encontro da série de debates para discutirmos os desafios logísticos e o impacto dos novos investimentos no setor da região. **Participe**!

Palestrantes Confirmados

JORGE BASTOS
Presidente da Infra S.A.

LUCIANA COSTA
Diretora de infraestrutura de transição energética do BNDES

GEORGE SANTORO
Secretário executivo do Ministério dos Transportes

MAURO RIBEIRO VIEGAS FILHO
Diretor executivo e presidente do Conselho Empresarial de Infraestrutura da Firjan

ULISSES OLIVEIRA
Diretor de assuntos corporativos e sustentabilidade do Porto Sudeste

EDUARDO REBUZZI
Presidente da Federação do Transporte de Cargas (Fetranscarga) do Estado do Rio de Janeiro

Programação

10h | PAINEL 1 – Política nacional e financiamento de infraestrutura: diretrizes dos governos, instrumentos de fomento e projetos prioritários no Sudeste e no Rio de Janeiro

10h50 | PAINEL 2 – Intermodalidade e ferrovias: corredores logísticos, ampliação ferroviária e integração com portos e polos industriais

11h30 | Encerramento

26/11 **10h às 11h30**

Transmissão

Valor Econômico | MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Acesse e confira a programação completa

Oferecimento

INFRA S.A. | MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO | MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS | MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES | CASA CIVIL | GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Realização

Valor Econômico 25 anos | EDITORA GLOBO

ines249

Vitivinicultura Adoção da técnica da dupla poda tem sido decisiva para aumento da produção local

Em Minas, vinho avança no 'terroir' do café

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

A produção de uvas para vinho cresce em Minas Gerais, ocupando áreas dominadas pelo café. O número de projetos de vinícolas, que era de 50 em 2020, chegou a 130 neste ano, de acordo com o Sindicato da Indústria do Vinho de Minas Gerais (Sindvinho), e a produção da bebida no Estado já é de 4,5 milhões de litros, a maior parte concentrada na região da Serra da Mantiqueira, no sul de Minas. São 2,5 mil toneladas de uvas destinadas à produção de vinho no Estado a cada ano.

Tradicional produtor de café, o município de São Gonçalo do Sapucaí (MG) tem a maior área de plantio de uvas no Estado, com 160 hectares. Entre os produtores está a Vinícola Alma Gerais, controlada por Alessandro Rios, fundador do laticínio Verde Campo, e Antônio Alberto Júnior, sócio da panificadora Jeito Caseiro. A empresa começou a plantar vinhedos em 2020 e hoje tem 16 hectares.

A primeira safra foi lançada há dois anos e já foi premiada. O vinho Alma Gerais Sauvignon Blanc 2023 recebeu medalha de prata no Decanter World Wine Awards 2025, e o Alma Gerais Syrah 2023, medalha de bronze. "Foi uma surpresa muito grande", afirma Thiago Sfreddo Hunoff, enólogo da Alma Gerais.

A vinícola produz as variedades syrah, viognier, cabernet sauvignon, cabernet franc e marselan, usadas na produção de seis rótulos de vinhos brancos e rosé. Hunoff observa que as propriedades ficam em altitudes de 850 a 1,3 mil metros. As plantações estão rodeadas por cafezais, e a região fica coberta por uma densa neblina nas manhãs dos meses junho e julho.

DIVULGAÇÃO

Eduardo Junqueira Nogueira Neto, diretor da Vinícola Maria Maria: 'Com a dupla poda, conseguimos fazer vinhos com um pouco mais de teor alcoólico'

"A luminosidade menor favorece a concentração dos aromas primários das variedades, conferindo mais acidez e diferença nos aromas dos vinhos. Tudo isso garante um terroir diferenciado", diz Hunoff. A Alma Gerais processou 50 toneladas de uvas neste ano. Em 2026, a vinícola espera alcançar 80 toneladas.

No mesmo município, em 2015, foi fundada a Vinícola Barbara Eliodora. Guilherme Bernardes Filho, dono e diretor da vinícola, afirma que no início era um projeto pessoal, com 3 hectares de uvas syrah e sauvignon blanc.

O primeiro vinho ficou pronto em 2019, e dois anos mais tarde ele recebeu medalha de bronze no International Wine Challenge (IWC). "Daí virei a chave, decidi fazer um projeto maior", conta Bernardes. O plantio passou a 18 hectares de uvas syrah, sauvignon blanc, cabernet sauvignon, cabernet franc, entre outras.

Segundo Bernardes, a vinícola produz 30 mil garrafas por ano, divididas em dez rótulos. Para 2026, a expectativa é alcançar uma produção de 70 toneladas de uvas, o suficiente para a produção de 50 mil garrafas.

130
é o número de projetos de vinícolas

Em Jacutinga (MG), Marcelo Pioli produzia café quando começou a plantar uva, em 2017. "A família é italiana, e ele sempre teve o sonho de tomar o próprio vinho. Começou com 1 hectare", conta Lirya Pioli, diretora de marketing da Vinícola Pioli e filha de Marcelo. Atualmente, a propriedade utiliza 12 hectares para produzir uvas chardonnay, pinot noir, cabernet franc, sauvignon e merlot. Outros 200 mil hectares seguem com o plantio de café.

A Vinícola Pioli começou a produzir o vinho na propriedade em 2022. Dois anos mais tarde, o Pioli Syrah Solar Pretenzioso 2021 obteve medalha de prata no Decanter World Wine Awards. Neste ano, a vinícola produziu 40 mil garrafas e oito rótulos. Para o ano que vem, a previsão é adicionar mais um hectare com uvas merlot. "A dupla poda, a altitude de mil metros e o solo mais pedregoso dão uma característica especial ao vinho", afirma.

A Serra da Mantiqueira tem 80 projetos de vinícolas em um raio de 100 quilômetros. A família Junqueira Nogueira, tradicional na produção de café, começou a plantar uvas em Boa Esperança (MG) em 2009. Os Junqueira Nogueira são donos da Vinícola Maria Maria, que ganhou esse nome em homenagem ao ícone da música Milton Nascimento, que é amigo da família. Em 2025, o vinho Isabela Syrah 2023 recebeu medalha de ouro no Decanter World Wine Awards.

"Com a dupla poda, conseguimos fazer vinhos mais concentrados, com um pouco mais de teor alcoólico e mais estruturados", explica Eduardo Junqueira Nogueira Neto, diretor comercial e agrônomo da vinícola, que cultiva 21 hectares de syrah e sauvignon blanc e produz 50 mil garrafas por ano.

O cultivo de café ocupa 400 hectares no entorno das videiras, o que, segundo ele, influencia o terroir. "Por estarem no mesmo ambiente, acredito que há uma interferência no terroir e no sabor das uvas", diz Nogueira.

A produção vinícola em Minas Gerais começou a ganhar destaque na década passada, quando a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig) passou a adotar a dupla poda. A técnica consiste em deslocar o ciclo da uva do verão para o inverno, o que ajuda a evitar perdas com chuvas e calor. Uma poda ocorre no verão e a segunda, meses depois, induzindo à produção no inverno.

"A dupla poda proporcionou uma renovação na produção de vinhos no Sudeste", afirma Heloísa Bertoli, presidente do Sindvinho. As uvas mais adaptadas para essa produção de inverno são syrah, sauvignon blanc, cabernet franc e viognier, acrescenta.

De acordo com Deny Sanábio, coordenador técnico estadual de fruticultura da Emater-MG, o cultivo de uvas no Estado ocupa 815 hectares, com produção de 48,4 mil toneladas de uvas. A produção para vinho ocupa 403 hectares, sendo 268 hectares em produção e 133 hectares em formação. Em 2024, os produtores de Minas Gerais colheram 2,5 mil toneladas de uva para vinho.

Pela primeira vez em GOIÂNIA

O maior encontro de lideranças do agro brasileiro realiza uma edição especial para celebrar os 40 anos da Globo Rural, em um dos estados mais importantes para a agropecuária brasileira.

Aqui todos os convidados têm voz ativa.
Não perca esse evento de alto nível.

PATROCÍNIO rumo | APOIO GOIÁS, syngenta | PICAPE OFICIAL MITSUBISHI MOTORS | CIA AÉREA OFICIAL GOL | REALIZAÇÃO GLOBORURAL

Acesse e inscreva-se no evento presencial

conexão agro Digital
EDIÇÃO INAUGURAL

Conteúdo que move o Brasil.
IA, plataformas e histórias
que furam a bolha.

02.DEZ
Das 16h às 19h30

Experience House
R. Gerivatiba, 207 – 19º andar
Butantã, São Paulo – SP

Não perca esse encontro que vai reunir criadores de conteúdo, jornalistas e as principais plataformas digitais para falar sobre o futuro da criação, da autenticidade e da influência no Brasil.

E termina no pôr do sol mais bonito de São Paulo.

Você, que produz conteúdo, não pode perder essa experiência.

Acesse e inscreva-se no evento presencial.

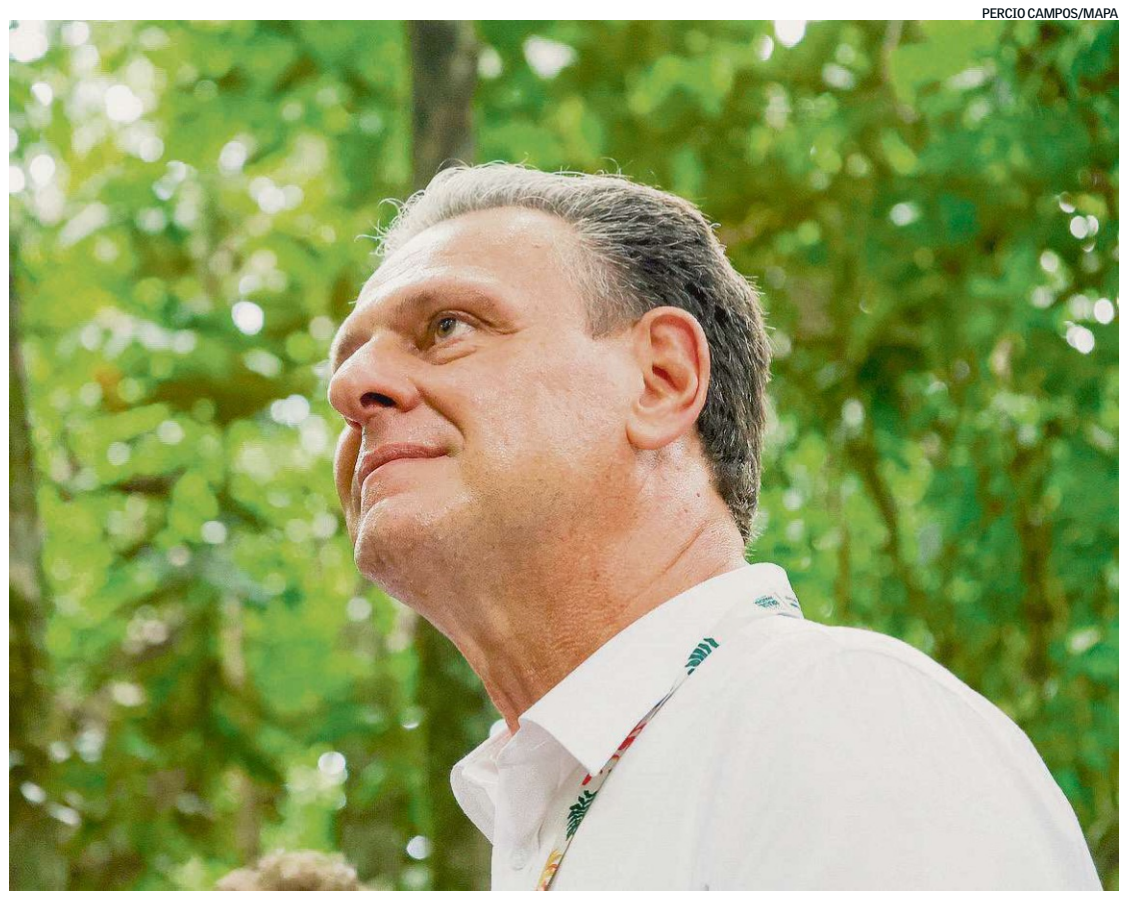
DIVULGAÇÃO
Valor Econômico 25 anos | Globo Rural | CBN

REALIZAÇÃO
CNA SENAR | Editora Globo | 100 anos de Globo

Políticas Distanciamento entre governo e setor agrícola paira nos corredores da conferência

Em plena COP, ministro Carlos Fávaro defende adiar Plano Clima

PERCIO CAMPOS/MAPA



Ministro Fávaro na AgriZone, na COP: "Não chegamos ainda a um consenso entre setor produtivo e governo" sobre o plano

COP30 AMAZÔNIA

Nayara Figueiredo
De Belém

Diante das divergências que persistem entre os ministérios envolvidos nas discussões sobre o Plano Clima, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, reforçou ontem (18/11), na Conferência do Clima (COP30), sua posição contrária à divulgação do texto ainda durante o evento, que ocorre em Belém. O projeto será o guia da política climática brasileira até 2035.

O governo federal e o Ministério do Meio Ambiente, porém, defendem que o Plano Clima seja anunciado no encerramento da conferência, de acordo com fontes presentes no evento.

"O Plano Clima é um projeto relevante que está em estágio avançado de debate com os arranjos produtivos. Não chegamos ainda a um consenso entre o setor produtivo e o governo, os ministérios envolvidos, mas também não há necessidade nenhuma de que seja anunciado dentro da COP", afirmou Fávaro a jornalistas na Agrizone, área dedicada ao agronegócio na conferência climática.

O ministro acrescentou que é a favor de mais tempo para a construção das diretrizes para que quando, de fato, for anunciado, o plano seja factível para entrar em vigor. "Se não está pronto, não precisa anunciar o que não está pronto", enfatizou.

No entanto, ele afirmou que já houve muitos avanços no projeto e "que não está longe" de se chegar a um consenso no governo.

A grande pauta levantada pelo Ministério da Agricultura na COP é a iniciativa Caminho Verde Brasil, que visa a recuperação de até 40 milhões de hectares de pastagens de baixa produtividade ao longo dos próximos dez anos. O Caminho Verde Brasil é novo nome do programa nacional de recuperação de pastagens degradadas, criado pela Pasta em 2023.

Paralelamente, há o lançamento do Raiz (Recuperação e Agricultura Resiliente e Sustentável), uma iniciativa global liderada pelo Brasil para a recuperação de áreas degradadas, incluindo pastagens, por meio de financiamento e tecnologias.

O programa se alinha com o objetivo do Caminho Verde Brasil, e gerou tensões no ministério, segundo fontes ouvidas pelo **Valor**. "O Raiz é um evento da FAO [Agência para Agricultura e Alimentação da ONU]. O Ministério da Agricultura participa demonstrando o modelo, o Caminho Verde, que já é um sucesso no nosso país e pode ser replicado por todo mundo", disse Fávaro. Em eventos anteriores e na página oficial do ministério, o Raiz era citado como destaque da participação da Pasta na COP30.

Nos corredores da Agrizone, Fávaro também é alvo de críticas de membros do setor pela postura que tem adotado no evento, a chegada considerada tardia — na segunda semana de debates — e com participação vista como limitada nas áreas onde ocorrem as principais decisões da COP, como a Blue Zone. O foco ficou na Agrizone.

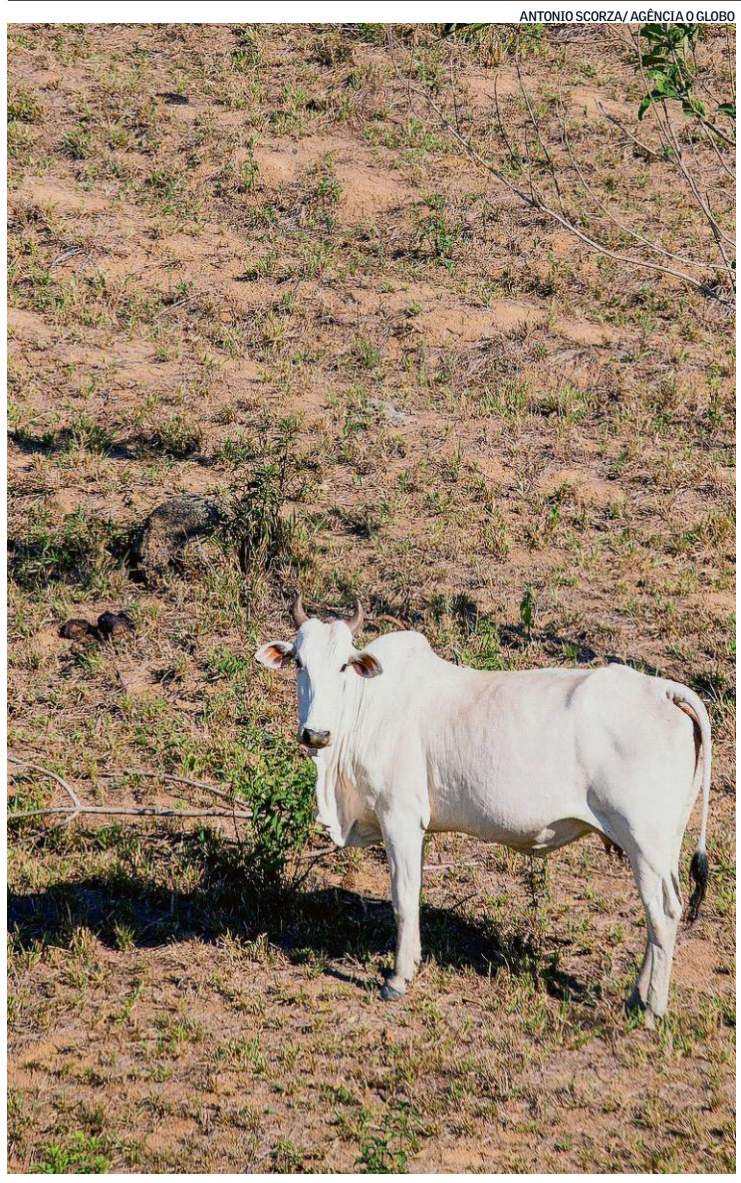
Indagado pela reportagem do **Valor** sobre as críticas, o ministro ressaltou que não tinha nada a dizer sobre o assunto e ironizou os questionamentos do setor: "Não devia ter vindo?".

Uma fonte com trânsito na Blue Zone observou que a maioria dos líderes globais e ministros de diversos países esteve na COP na semana passada e que a segunda semana é, sobretudo, de discussões técnicas e quando se chega a conclusões que virarão acordos. "[O ministro da Agricultura] chegar neste momento foi um tiro no pé", afirmou. Outros três membros do setor fizeram a mesma avaliação negativa da ação da Pasta.

A opção de Fávaro por seguir agenda no município de Tomé-Açu (PA) ontem em detrimento de eventos específicos da Cop também desagradou as fontes.

Mais à página B10

ANTONIO SCORZA/ AGÊNCIA O GLOBO



No Cerrado, 7,7 milhões de hectares estão com degradação moderada

Ministério assina acordo com agência do Japão para recuperar pastagens

Clarice Couto
Para o Valor, de São Paulo

O Ministério da Agricultura, a Embrapa e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) assinaram ontem durante a COP30 um acordo de cooperação para recuperar pastagens degradadas no Cerrado. As ações da parceria, que incluirão o uso de imagens de satélite da agência espacial japonesa Jaxa, integrarão o programa Caminho Verde, do governo federal, voltado à conversão de áreas degradadas em terras produtivas em todo o país.

Cerca de um quarto dos 200 milhões de hectares de Cerrado brasileiro, ou 51 milhões de hectares, correspondem a pastagens, dos quais 13,6 milhões estão em algum estágio de degradação mas ainda têm potencial para produção agropecuária, segundo informações apresentadas no evento de assinatura. Quase 60% deles, ou 7,7 milhões de hectares, estão em estágio de degradação moderada, enquanto outros 5,9 milhões de hectares estão mais severamente degradados.

A parceria com a Jica envolverá análises de dados de satélite, de solo e clima de áreas degradadas do Cerrado, tendo em vista as especificidades de diferentes áreas do bioma, que servirão de base para ações de planejamento e recuperação. "O Cerrado não é uma região homogênea", afirmou Edson Eyji Sano, pesquisador da Embrapa Cerrados.

O projeto também prevê, entre outras medidas, análises de alterações climáticas com potencial para influenciar a recuperação e a conversão das pastagens. "Temos de frear a ocupação sobre o Cerrado e a floresta, possuímos área suficiente com potencial para atender à necessidade de crescimento para o consumo de alimentos e energias renováveis no mundo, em cima das áreas com algum grau de degradação", disse o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, a jornalistas após a assinatura do acordo.

13,6 milhões de hectares estão degradados no Cerrado

Há expectativa de que a JICA aporte mais US$ 1 bilhão à iniciativa ao longo de dois anos, segundo fontes a par das negociações. Durante a assinatura da parceria com a JICA, representantes das entidades não citaram valores, mas Fávaro disse que as tratativas com a agência japonesa "estão avançadas" para que a entidade aporte recursos para pesquisa e também investimentos.

"Tenho certeza de que a JICA vai participar, e as tratativas estão avançadas para que venha fazer parte de um novo [leilão do] EcoInvest", afirmou o ministro, referindo-se ao programa federal que vem levantando recursos de instituições financeiras por meio de leilões, destinados à projetos de transição ecológica. O Caminho Verde tem como meta recuperar até 40 milhões de hectares de pastagens em dez anos, convertendo-os em áreas produtivas ou de preservação.

Na segunda-feira, o ministério sinalizou que o acesso aos R$ 30 bilhões garantidos via segundo leilão do EcoInvest poderá começar no ano que vem. *(Colaboraram Rafael Walendorff, de Brasília, e NF, de Belém)*

STF protege RenovaBio, mas não barra novos processos contra o programa

Biocombustíveis

Camila Souza Ramos
De São Paulo

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou improcedente uma ação que questionava a constitucionalidade de vários artigos da lei do RenovaBio. A decisão deve reduzir as contestações ao programa na Justiça, mas não deve barrar a judicialização da política.

Na sexta-feira (14/11), os ministros do STF acompanharam o voto do ministro Nunes Marques, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7617, que entendeu que a ação que o PDT apresentou era improcedente. A ADI questionava diversos artigos da lei, incluindo dispositivos aprovados pelo Congresso no ano passado, que aumentaram as penalizações contra as distribuidoras inadimplentes com o programa.

Entre os produtores de biocombustíveis, havia a expectativa de que o julgamento colocasse um ponto final à judicialização do RenovaBio. Mas Francisco Neves, presidente da Associação Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis (ANDC), que representa as empresas que mais têm litigado contra o programa, disse ao **Valor** que a decisão não impede que as distribuidoras continuem a buscar a Justiça.

"Qualquer que seja a decisão do Judiciário, nós respeitamos, mas exerceremos o direito de buscar recursos, seja no Judiciário ou no ambiente administrativo. Não vamos abrir mão desse preceito constitucional", declarou.

Segundo ele, os questionamentos das distribuidoras na Justiça voltam-se à aplicação da lei. O foco agora, disse, é fazer com que a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) regulamente a divulgação da lista de distribuidoras inadimplentes. Com a lista, os vendedores de combustíveis ficam proibidos de negociar com as empresas listadas.

Apesar disso, Leonardo Munhoz, advogado especialista na área e professor da FGV, avalia que o julgamento elimina algumas controvérsias, diferencia o RenovaBio do mercado de carbono e dá mais segurança jurídica aos produtores de biocombustíveis.

valor.com.br
Leia a reportagem completa no site valor.com.br/agro

Corte interrompe julgamento de liminar sobre a 'Moratória'

Soja

Beatriz Olivon
De Brasília

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu o julgamento sobre a liminar concedida pelo ministro Flávio Dino que paralisou processos que tratem da Moratória da Soja, acordo entre empresas do setor que proíbe a compra de soja de áreas desmatadas na Amazônia Legal após julho de 2008. Por ora, além de Flávio Dino, votaram pela manutenção da liminar os ministros Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin e Gilmar Mendes.

Toffoli tem 90 dias para devolver o caso a julgamento. Enquanto isso, a liminar está em vigor, e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) suspendeu os casos sobre o tema no órgão.

A Moratória da Soja reúne tradings e entidades em um grupo de trabalho cuja meta é desvincular a produção do desmatamento. Quando a propriedade é considerada irregular, o proprietário é incluído em uma lista de embargo compartilhada entre as signatárias do acordo.

Para o Cade, no entanto, há indícios de infração concorrencial. Em setembro, o Tribunal ratificou a medida preventiva imposta pela área técnica do órgão aos signatários do acordo, com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2026.

A Abiove, que representa as indústrias, informou que "acompanha o trâmite da ação e respeitará a decisão final do STF".

valor.com.br
Leia a reportagem completa no site valor.com.br/agro

Vitivinicultura
Em Minas Gerais, uvas para vinho ganham espaço em áreas de domínio do café
B12

Valor C
Quarta-feira, 19 de novembro de 2025

Finanças
Inclui **Legislação & Tributos**

Bancos Quebra é a maior no país em impacto para o FGC, que terá de honrar R$ 41 bi em depósitos

BC decreta liquidação do Master sob suspeita de fraude de R$ 12,2 bilhões

Álvaro Campos, Alex Ribeiro, Tiago Angelo e Gabriel Shinohara
De São Paulo e Brasília

O Banco Central (BC) decretou ontem a liquidação extrajudicial do Banco Master, que há meses enfrentava uma crise de liquidez e credibilidade. O banqueiro Daniel Vorcaro, que teve uma ascensão meteórica na Faria Lima, foi preso preventivamente na noite de segunda-feira em operação da Polícia Federal sob acusação de fraude de R$ 12,2 bilhões contra o sistema financeiro.

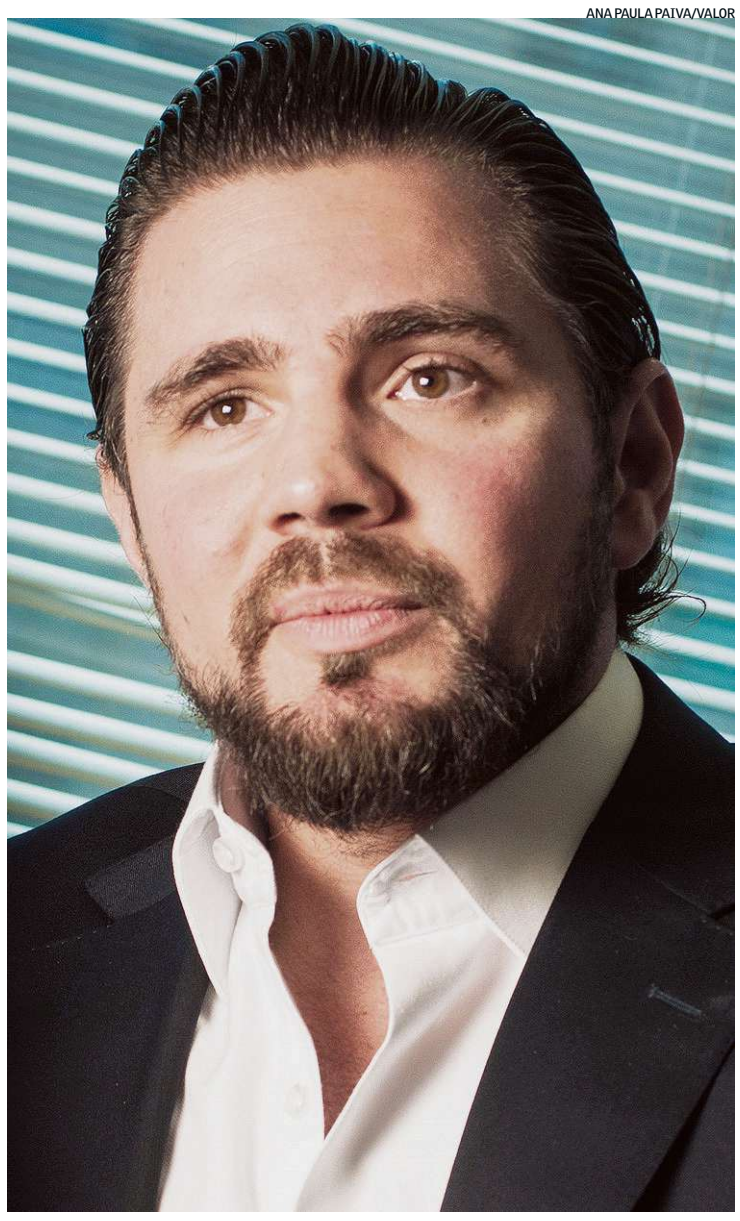
O desfecho para a novela do Master, que se arrastava desde o ano passado, se deu horas após o banco e o próprio Vorcaro terem ventilado no mercado e na imprensa que a combalida instituição financeira havia recebido uma proposta de compra liderada pelo grupo Fictor — pouco conhecido —, que contaria também com investidores árabes.

A quebra do Master é a maior de um banco no país em termos de impacto para o Fundo Garantidor de Créditos (FGC), que terá de honrar R$ 41 bilhões em depósitos (CDBs) garantidos. É duas vezes maior que a do Bamerindus, em termos atualizados. Só que o desdobramento do caso atual não para por aí. Ainda é incerto o efeito em cascata que haverá sobre o emaranhado de empresas investidas pelo grupo de Vorcaro ou que investiam em títulos emitidos pelo banco.

Apoiado em uma estratégia de captações de pessoas físicas por meio de CDBs que tinham o apelo da cobertura do FGC — e pagavam taxas muito acima da média do mercado —, o Master teve um crescimento vertiginoso nos últimos anos. A expansão desenfreada não passou despercebida de concorrentes e do próprio FGC, que levaram alertas ao Banco Central pelo menos desde 2023, quando o regulador era comandado por Roberto Campos Neto.

Porém, foi a partir de março, quando o Banco de Brasília (BRB) anunciou um polêmico acordo para comprar o Master, que ficou mais claro que instituição enfrentava sérios problemas e não conseguiria, sozinha, se reequilibrar.

ANA PAULA PAIVA/VALOR



Daniel Vorcaro, controlador do Master, foi preso na sala de embarque em Guarulhos

Autointitulado "forasteiro" na Faria Lima, Vorcaro entrou para o setor bancário em 2016, quando se tornou sócio do Máxima, rebatizado de Master. Alavancou o banco com os CDBs — distribuídos por plataformas que ganhavam boas comissões — e, na outra ponta, investiu em ativos ilíquidos e arriscados, como precatórios e participações em empresas em dificuldades, muitas em sociedade com Nelson Tanure.

Ainda sob Campos Neto, o BC começou a adotar medidas para tentar conter danos, como aumentar a exigência de capital de bancos que investiam em precatórios e apertar as regras do FGC, exigindo que instituições mais alavancadas pagassem mais contribuição ao fundo. Ainda assim, muitos participantes do setor apontam que houve leniência com Vorcaro.

Apesar da estratégia agressiva do banqueiro na captação de recursos, o que levou à intervenção não foi um problema imediato de solvência, mas fortes indícios de fraude. Quando o BC barrou a operação com o BRB, encontrou problemas em carteiras de consignado que haviam sido compradas do Master desde o ano passado. O regulador encaminhou as informações para a Polícia Federal, que vê indícios de que parte dos contratos tenha sido forjada e registrada em um cartório de São Paulo em abril deste ano, após pedido de informações feito pelo BC.

Em nota, o Banco Central disse que "a decretação do regime especial nas instituições foi motivada pela grave crise de liquidez do Conglomerado Master e pelo comprometimento significativo da sua situação econômico-financeira, bem como por graves violações às normas que regem a atividade das instituições integrantes do SFN".

Além da liquidação do Banco Master S.A., o regulador colocou o Banco Master Múltiplo no regime de administração especial temporária (Raet). Com isso, deverá prosseguir com a venda do Will Bank, que está debaixo do Múltiplo e vem sendo analisado pelo Mubadala, fundo soberano de Abu Dhabi.

Ao longo dos meses, foi crescendo no BC a percepção de que as tentativas de venda do Master serviam para tentar encobrir fraudes. O objetivo das análises do regulador e das investigações em parceria com outras autoridades era identificar todas as ramificações do banco, que tinha aliados poderosos no governo do Distrito Federal e no Congresso — que, inclusive, chegou a reunir assinaturas para acabar com a independência do BC e demitir os diretores diretamente envolvidos na análise da venda do Master.

Colaborou também para a decisão de decretar a intervenção o fato de o Master ter anunciado, na tarde de segunda-feira, um acordo com a Fictor, que prometeu se juntar a um grupo de investidores árabes para injetar R$ 3 bilhões no banco. Como o **Valor** mostrou, essa era apenas uma das muitas possibilidades estudadas por Vorcaro nos últimos meses e o regulador não tinha dado nenhum sinal de que via a operação com bons olhos. Para participantes do mercado, era uma forma de o banqueiro tentar ganhar tempo e pressionar publicamente o BC para tentar evitar uma intervenção.

Investigadores da PF disseram que a operação com a Fictor era só uma "cortina de fumaça" para facilitar uma fuga de Vorcaro do país. Ele foi preso no Aeroporto de Guarulhos, quando tentava pegar um jatinho cujo destino seria Dubai — onde, segundo a defesa do banqueiro, falaria com investidores.

Do Master, além de Vorcaro, foram presos Augusto Ferreira Lima, ex-CEO da instituição; Luiz Antônio Bull, diretor de riscos, compliance, RH, operações e tecnologia; Alberto Felix de Oliveira Neto, superintendente executivo de tesouraria; e Ângelo Antônio Ribeiro da Silva, que consta como sócio.

Lima se juntou ao banco em 2019, apenas um ano depois de ter entrado no sistema financeiro, quando o então governador da Bahia Rui Costa (PT) resolveu privatizar a Empresa Baiana de Alimentos (Ebal), que era dona da rede de supermercados Cesta do Povo. A parte financeira da operação, que envolvia o cartão consignado CredCesta, acabou ficando com Lima.

O terceiro sócio do Master, considerado artífice das grandes operações com empresas em dificuldades e que teria aproximado Vorcaro de Nelson Tanure, é Maurício Quadrado. Ele fez carreira no Bradesco e depois foi para a Planner, onde ficou por 15 anos. Quando deixou a companhia, levou a parte de gestão, que deu origem ao Banco Master de Investimento (BMI).

Quadrado também controla a Trustee, que no mês passado se viu envolta na operação Carbono Oculto, que investiga a atuação do Primeiro Comando da Capital (PCC) na economia formal. Quadrado tentou sair do Master e criar um novo grupo financeiro, o Bluebank, ao ficar com a licença do Lestbank, mas o BC negou a movimentação. Em janeiro, anunciou a compra do Digimais, que pertence a Edir Macedo, chefe da Igreja Universal do Reino de Deus e dono da TV Record, mas o negócio não avançou. Fontes dizem que também nesse caso existia resistência do BC em aprovar a transação.

> Indícios fortes de fraude envolvendo venda de carteiras culminaram na liquidação extrajudicial do Master

Entre os presos estão ainda André Felipe de Oliveira Seixas Maia e Henrique Souza e Silva Peretto, fundadores da fintech Cartos. Não está clara a relação entre o Master e a fintech, que disse estar à disposição das autoridades competentes e que "não mantém" qualquer operação com o banco.

Já sob o comando de Gabriel Galípolo, o BC também relutava em intervir no Master, diante do tamanho que o banco alcançou e do impacto que qualquer medida poderia ter no sistema. Em maio, a instituição obteve um empréstimo emergencial de quase R$ 4 bilhões do FGC, que foi rolado duas vezes. Os grandes bancos, que são os maiores cotistas do fundo, eram contra manter essa boia de salvação eternamente. Parte deles preferiria deixar o Master quebrar, até mesmo como "punição exemplar" a Vorcaro e para desincentivar outros casos do gênero.

Um dos que defendiam a intervenção, segundo fontes, era André Esteves, sócio do BTG. O banco chegou a cogitar a aquisição do banco todo por um valor simbólico no ano passado, mas a ideia não foi adiante. Em maio, quando Vorcaro precisou se desfazer de ativos com urgência, o BTG comprou um pacote de R$ 1,5 bilhão de ativos, que incluía fatias na Light, Méliuz, além de outras empresas, imóveis, créditos e direitos creditórios. O prédio do hotel Fasano no Itaim, que pertencia a Vorcaro, entrou nesse conjunto de ativos.

Além dos ativos que ficaram com o BTG, Vorcaro vendeu a seguradora Kovr por supostamente R$ 400 milhões, sua fatia na mineradora Itaminas por R$ 700 milhões e negociava, até o último minuto, a alienação do banco digital Will Bank. No total, Vorcaro aportou R$ 2,940 bilhões no grupo neste ano. ***(Colaboraram Andrea Jubé, Liane Thedim, Lais Godinho, Victoria Neto e Adriana Cotias)***

Leia mais nas págs C4, C5, C6, C8 e A16

Vorcaro foi preso na sala de embarque em Guarulhos

Marcos de Moura e Souza
De São Paulo

O banqueiro Daniel Vorcaro estava na sala de embarque destinada a passageiros de jatos privados, no Aeroporto Internacional de Guarulhos, quando um policial federal se aproximou e anunciou que tinha uma ordem de prisão contra ele. Eram cerca de 22h30 da segunda-feira — poucas horas depois do anúncio de que o Banco Master havia recebido uma oferta para ser comprado pelo desconhecido grupo Fictor e por também desconhecidos investidores árabes.

Vorcaro reagiu de forma tranquila, segundo o relato feito ao **Valor** por uma pessoa que acompanhou a operação. Teve seu aparelho celular tomado pelo agente e foi, então, conduzido para fora do aeroporto. Trajava blazer e camisa sem gravata. Ele tentava embarcar para Malta em um jato privado. Segundo a defesa do banqueiro, ele teria como destino final Dubai, nos Emirados Árabes Unidos.

A ordem de prisão havia sido pedida pela Polícia Federal (PF) e Ministério Público Federal fazia já cerca de duas semanas. O pedido incluía outras prisões, bloqueio de um total de R$ 16,7 bilhões, de empresas e pessoas físicas ligadas ao empresário e ordens de buscas.

Na semana passada, a PF foi informada de que a resposta ao pedido seria expedida pela Justiça até segunda-feira à noite, segundo a mesma fonte. Essa comunicação antecipada é praxe em operações que envolvem prisões. É uma forma de colocar policiais de sobreaviso. E foi o que aconteceu. Com a expectativa de que o aval para a detenção sairia na segunda, agentes da Polícia Federal passaram a monitorar de perto os passos de Vorcaro.

Foi acompanhando a movimentação do banqueiro que policiais souberam que ele estava se preparando para viajar. Com antecedência, uma equipe da Polícia Federal se postou em Cumbica.

Vorcaro chegou ao aeroporto para pegar o jato que, segundo sua equipe, iria aos Emirados Árabes Unidos. Foi até a sala de embarque privativa para quem voa em aviões próprios para aguardar a liberação da decolagem. Pouco tempo depois, um policial foi em sua direção e deu voz de prisão.

Entre agentes da PF, a pergunta é se Vorcaro havia sido informado de que havia um pedido de prisão contra ele e que, para evitá-la, decidiu deixar o Brasil.

O exame do celular dele — o aparelho foi retido pela polícia — pode conter elementos que confirmem a visão de que estava pondo em execução um plano de fuga; ou apontem que foi apenas uma coincidência de datas.

Enquanto a ordem de prisão já havia sido expedida, o Master e o próprio Vorcaro faziam circular a informação de que o banco havia recebido uma oferta de compra pelo Fictor, grupo com investimento nos setores de alimentos, pagamentos, setor imobiliário e energia. Em paralelo, o Banco Central se preparava para decretar a liquidação extrajudicial do Master.

"Isso foi novidade para a gente. A gente estava preparado para a deflagração ontem [segunda] e aí veio essa notícia desse grupo Fictor. Não deu para a gente estudar ainda essa empresa para saber se ele estava realmente vendendo ou se ele estava apenas colocando alguém na frente e ele continuaria por trás", diz a fonte próxima à operação policial.

Para investigadores em Brasília, a história envolvendo a proposta feita pelo Fictor não passou de uma "cortina de fumaça".

Horas antes da prisão, Vorcaro também participou de teleconferência com o diretor de fiscalização do BC, Ailton de Aquino Santos. A reunião on-line aconteceu das 13h30 às 14h10, segundo a agenda oficial do BC, que foi atualizada. O chefe do departamento de supervisão bancária do BC, Belline Santana, e o chefe-adjunto do departamento de supervisão bancária, Paulo Sérgio Neves de Souza, também participaram do encontro. Não há informação sobre se Vorcaro teria sido comunidado sobre a liquidação do banco — segundo a agenda, a audiência era para tratar de "assuntos de supervisão".

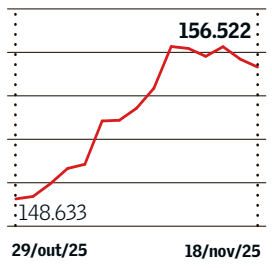
O foco da investigação da PF são negociações com carteiras de crédito consignado cedidas pelo Master ao BRB. A polícia e o Ministério Público Federal apontam que as carteiras vendidas eram fraudulentas, o que motivou a prisão de Vorcaro e outras cinco pessoas. Em meados deste ano, o BC fez um relatório sobre a operação com esses contratos de consignado. Foi o estopim para as investigações que se seguiram e para a operação.

O banqueiro, dizem os policiais, é um velho conhecido da PF. Seu nome está no radar de integrantes da instituição desde, pelo menos, 2018, em função de suspeitas relacionadas a fundos de investimentos ofertados a regimes de previdências de prefeituras (RPPS). As operações com o consignado só entraram no radar das autoridades mais recentemente.

No trajeto entre o aeroporto e a sede da Polícia Federal em São Paulo, na Lapa, Vorcaro teria dito — segundo relato que circulou entre agentes federais e foi ouvido pelo **Valor** — que era vítima da pressão dos grandes bancos do país, que não querem deixá-lo crescer no mundo das finanças. O dono do Master foi detido na carceragem da PF. ***(Colaboraram Tiago Angelo e Gabriel Shinohara, de Brasília)***

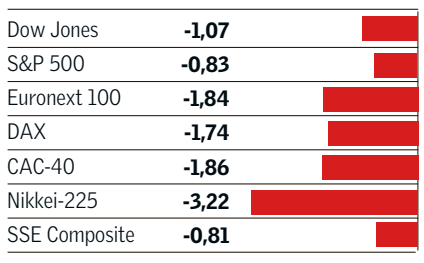
ines249

Ibovespa
Em pontos

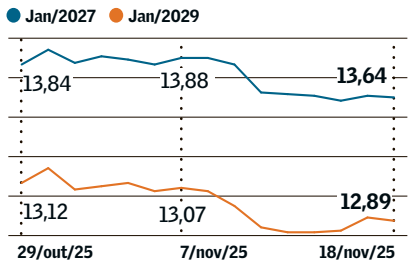


Queda de **0,30%**

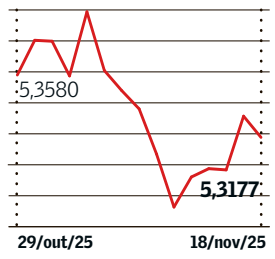
Bolsas internacionais
Variações no dia 18/nov/25 - em %



Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

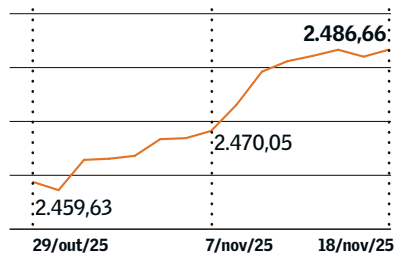


Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$



Queda de **0,26%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99



Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercados Taxas de Treasuries também recuam com investidor em busca de ativo considerado seguro

NY cai com aversão a risco e dúvida sobre 'techs'

Luana Reis e Cristiana Euclydes
De São Paulo

O dia foi marcado por aversão a risco nos mercados globais, em um momento no qual investidores questionam os "valuations" elevados das ações de empresas de tecnologia e seguem divididos sobre a trajetória de juros nos Estados Unidos. As bolsas de Nova York fecharam em queda, com o S&P 500 na quarta sessão consecutivas de baixa, a pior sequência desde agosto. Os rendimentos dos Treasuries também recuaram, com operadores recorrendo aos títulos da dívida pública americana como ativo seguro diante da volatilidade no mercado de ações, enquanto o dólar pouco oscilou durante o dia, rondando a estabilidade.

O índice Dow Jones caiu 1,07%, aos 46.091,74 pontos, o S&P 500 recuou 0,83%, aos 6.617,32 pontos, e o Nasdaq cedeu 1,21%, aos 22.432,846 pontos. O setor de tecnologia (-1,68%) esteve no centro das perdas ao longo do dia, com destaque para fabricantes de chips e semicondutores.

Em meio ao debate sobre a possibilidade de uma bolha nas empresas de tecnologia, que apresentaram forte rali nos últimos meses, investidores questionam se a rentabilidade apresentada até o momeno pelas "big techs" será suficiente para compensar os gastos elevados com o desenvolvimento de inteligência artificial (IA). Outro sinal de alerta está nos acordos bilionários dessas empresas entre si, o que poderia sugerir que ainda não há demanda significativa fora do setor.

Entre as maiores perdas da sessão, as ações da Microsoft caíram 2,70% e as da Nvidia recuaram 2,86%, após anunciarem um acordo para investir US$ 15 bilhões na Anthropic, dona do Claude. A notícia foi mais um alerta entre participantes do mercado preocupados se essas empresas serão capazes de continuar entregando lucros consistentes em meio a um aumento significativo nas despesas. O índice VIX de volatilidade, que mede o nível de estresse nos mercados, terminou o dia em alta de 10,32%, aos 24,69 pontos.

"As grandes empresas de tecnologia ampliaram seus planos de capex em IA nos resultados do terceiro trimestre e agora estão emitindo dívida para financiar esses projetos", observam estrategistas da BlackRock. No entanto, eles seguem otimistas com as empresas do setor e interpretam que, mesmo com a recente volatilidade nas ações, esse é um passo necessário para a construção da infraestrutura necessária para o desenvolvimento da IA. A gestora também destaca que essas empresas estão divulgando resultados positivos e acima da média de outras companhias americanas.

1,21%
foi a queda do Nasdaq Composto

Nesta quarta-feira, após o fechamento do mercado, a Nvidia, tida como referência para o mercado de IA, divulgará seus resultados trimestrais, o que irá servir como um termômetro para a demanda e os lucros do setor. "A Nvidia enfrenta a tarefa difícil de atender altas expectativas de resultados e alto ceticismo sobre o capex de inteligência artificial, algo que provavelmente só será resolvido quando a volatilidade mais ampla de mercado diminuir", afirmam estrategistas do Bank of America (BofA) em nota.

No cenário macroeconômico, a principal questão entre os investidores no momento é a possibilidade de haver mais um corte de juros na próxima reunião do Federal Reserve (Fed), em dezembro. A probabilidade de uma manutenção das taxas vem crescendo entre participantes do mercados, mas operadores ainda estão divididos, e as visões divergentes dos membros do banco central americano não contribuem para dar maior clareza, especialmente após seis semanas sem a divulgação de dados macroeconômicos.

Agora, investidores acompanham o relatório de empregos ("payroll") de setembro, na quinta-feira, que pode ser o único antes da próxima reunião do Fed, já que não houve coleta de dados em outubro e a divulgação do levantamento de novembro deve ser atrasada. A expectativa de consenso do mercado, segundo o The Wall Street Journal, é a criação de 50 mil vagas, o que representa uma aceleração em relação aos meses anteriores, mas ainda pode sugerir uma perda de fôlego do emprego.

O J.P. Morgan espera que o mercado de trabalho mostre fraqueza suficiente para convencer a maior parte dos membros do Fed em prol de mais uma redução de juros. Os economistas liderados por Michael Feroli observam que as informações recentes do setor privado e pedidos de seguro-desemprego em nível estadual parecem semelhantes ou ligeiramente piores do que nos meses anteriores. "O tom fraco dos indicadores alternativos do mercado de trabalho pode ser suficiente para persuadir o comitê a realizar mais um corte preventivo", afirmam.

No fim da sessão, os rendimentos dos Treasuries com vencimento em dois anos caíam para 3,585%, de 3,619% no fechamento anterior, enquanto as taxas dos papéis de dez anos recuavam para 4,113%, ante 4,143% na última sessão. O índice DXY, que mede o desempenho do dólar frente a uma cesta de outras seis moedas fortes, oscilava 0,01%, aos 99,57 pontos.

Ações de bancos recuam sob tensão do caso Master

Maria Fernanda Salinet
De São Paulo

As ações de bancos recuaram ontem, repercutindo os possíveis impactos ao setor com a liquidação extrajudicial do Banco Master, anunciada pelo Banco Central pela manhã. Segundo fontes, as preocupações recaem sobre a reputação das instituições que ofertavam ativos do banco, como os certificados de depósito bancário (CDBs), além do tamanho de suas contribuições com o Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

No fim do pregão, as ações ordinárias do Banco do Brasil (BB) recuaram 2,76%, enquanto as preferenciais do Bradesco cederam 1,19% e as units do BTG Pactual caíram 1,11%. Com reação mais contida, as preferenciais do Itaú recuaram 0,50%. Já o índice Ibovespa teve desvalorização de 0,30%, aos 156.522 pontos.

Na avaliação do chefe de pesquisa da Eleven Financial, Fernando Siqueira, o impacto do caso Master deverá ser pequeno para o setor, mas algumas instituições podem ser mais afetadas, como Bradesco e Banco do Brasil. Como essas instituições negociam com "valuations" (valor de mercado) mais baixos e são menos capitalizadas, mas mantêm muitos depósitos, os efeitos tendem a ser mais significativos para elas. "Com lucros menores, o impacto para BB e Bradesco é relativamente maior em relação a outros bancos", diz.

O valor que os bancos devem contribuir para o FGC ainda não é claro. Siqueira afirma que pode variar em torno de 10% a 15% da capitalização, por exemplo, mas o cenário é incerto.

Ações ordinárias do BB recuaram 2,76%; PN do Bradesco cederam 1,19% e units do BTG Pactual caíram 1,11%

Outro participante do mercado avalia que BB e Bradesco podem contribuir com cerca de R$ 8 bilhões cada um, o que representaria 6% e 4% de capitalização, respectivamente. Esse seria o valor total a ser desembolsado, mas é razoável assumir que a recomposição do FGC ocorra gradualmente, explica. Nesse caso, o valor presente desse desembolso para cada banco é menor. O agente acrescenta, ainda, que o caso Master pode pesar para a imagem das instituições, especialmente para a XP. "O BTG Pactual também vendia os CDBs do Master, mas reputacionalmente foi menos identificado que a XP."

De acordo com o FGC, as instituições do Master que serão objeto de liquidação têm uma base estimada de 1,6 milhão de credores com depósitos e investimentos elegíveis a pagamento, em valor que soma aproximadamente R$ 41 bilhões.

CELSO DONI/VALOR

Fernando Siqueira, da Eleven Financial: "BB e Bradesco devem sofrer maior impacto com liquidação do Banco Master"

Um gestor, na condição de anonimato, afirma ter se surpreendido com a rapidez com que o FGC pode honrar os depósitos. Ele diz que acreditava que o processo poderia levar de seis meses a um ano, mas agora vê possibilidade de pagamento em cerca de um mês. Segundo ele, é provável que o fundo utilize parte dos ativos do Master como garantia, o que reduziria a quantia que os bancos precisariam aportar.

Também em condição de anonimato, um trader avalia que Itaú e BTG Pactual devem se beneficiar de outros fatores, como a compra de carteiras de crédito e a diminuição da concorrência, por serem mais agressivos.

Ainda na sessão de ontem, o dólar à vista registrou leve desvalorização de 0,26%, encerrando o dia a R$ 5,3177, apesar da aversão global a risco. Já a taxa de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2029 subiu de 12,91% no ajuste para 12,925% no fim da sessão. ***(Colaboraram Arthur Cagliari e Gabriel Caldeira)***

Participantes do Pix terão de identificar movimentos atípicos

Gabriel Shinohara
De Brasília

O Banco Central (BC) determinou que participantes diretos do Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI), do Pix, devem adotar mecanismos próprios de identificação de movimentações atípicas ou "potencialmente fraudulentas" em sua Conta de Pagamentos Instantâneos (Conta PI) no sistema. A norma entra em vigor no dia 1º de dezembro.

O SPI é a infraestrutura que permite a liquidação em tempo real dos pagamentos via Pix e a transferência entre as contas PI. A Conta PI não é a conta de uma empresa ou de uma pessoa física que utiliza o Pix, mas sim da instituição financeira ou de pagamento que é participante direto do sistema.

Os participantes diretos do Pix mantêm a conta PI no Banco Central para as transferências de fundos. A conexão deles ao SPI é feita por intermédio da Rede do Sistema Financeiro Nacional (RSFN). Já a conexão indireta é feita entre uma instituição que não tem conta PI por meio de um participante direto que atua como liquidante das operações.

A norma define que os participantes diretos devem ter mecanismos de identificação em tempo real "e com base em padrões históricos e comportamentais". Esses mecanismos devem avaliar os desvios na comparação com parâmetros esperados e interromper o processo de transações "em caso de suspeita de comprometimento de seus sistemas".

Rodrigo Borges, sócio do Carvalho Borges Araujo (CBA) Advogados, apontou que a resolução "endurece consideravelmente" as regras para os participantes diretos do Pix. "A segurança deixa de ser apenas sobre evitar fraudes no varejo e passa a exigir a proteção da infraestrutura de atacado, a conta PI", disse.

A norma ainda não prevê a necessidade de "acionamento tempestivo" do bloqueio ou desbloqueio manual de "emissão de ordens de pagamentos instantâneos a partir da sua Conta PI, conforme o caso, quando a avaliação do cenário feita pela instituição assim o justificar".

Segundo Borges, o impacto da norma se divide em dois grupos. O primeiro seria dos participantes diretos, como grandes bancos e instituições de pagamento conectadas diretamente ao SPI, que sofrem o impacto regulatório.

Já o segundo grupo, de participantes indiretos, envolveria fintechs menores e cooperativas, é afetado por um risco de continuidade dos negócios, segundo Borges. "Como essas instituições não possuem acesso ao painel de controle nem visibilidade sobre a Conta PI do liquidante, elas ficam vulneráveis a tornarem-se danos colaterais. Caso o participante direto decida bloquear a conta por segurança, toda a operação dos indiretos vinculados é paralisada instantaneamente".

Para a conexão por Provedores de Serviços de Tecnologia da Informação (PSTIs), que foram alvo de ataques cibernéticos nos últimos meses, o BC já havia anunciado uma série de medidas. Por exemplo, o regulador aumentou os requerimentos de governança e passou a exigir capital mínimo de R$ 15 milhões dos PSTIs.

O diretor de fiscalização do BC, Ailton de Aquino, havia antecipado que haveria uma regra para conexão direta na última coletiva do Relatório de Estabilidade Financeira. "Espero que nos próximos dias, quiçá semanas, a gente tenha uma regulamentação muito clara de conexão e de acesso à Rede do Sistema Financeiro Nacional na mesma linha das normas do PSTI. Ou seja, também estabelecemos dispositivos para rejeição de transações de pagamento quando identificado fraudes, suspeitas de fraude", disse na entrevista coletiva que aconteceu no último dia 12.

A norma também prevê que o participante direto do Pix pode obter informações sobre o saldo da conta PI e inserir comandos de gestão por meio do SPB-Web, que é uma plataforma disponibilizada pelo BC para executar comandos dentro dos sistemas administrados pelo regulador, explicou Bruno Dissenha Pigatto, advogado de mercado de capitais da RFAA. Segundo ele, a principal novidade da resolução de ontem foi a criação de um modulo específico para o SPI.

"Esse módulo permite que as instituições consultem o saldo atualizado da Conta PI submetam comandos operacionais, como bloqueio ou desbloqueio manual da emissão de ordens de pagamento instantâneo, e configurem parâmetros importantes, como o valor de saldo mínimo para alertas automáticos e o grau de intensidade para comunicações de movimentações atípicas", disse.

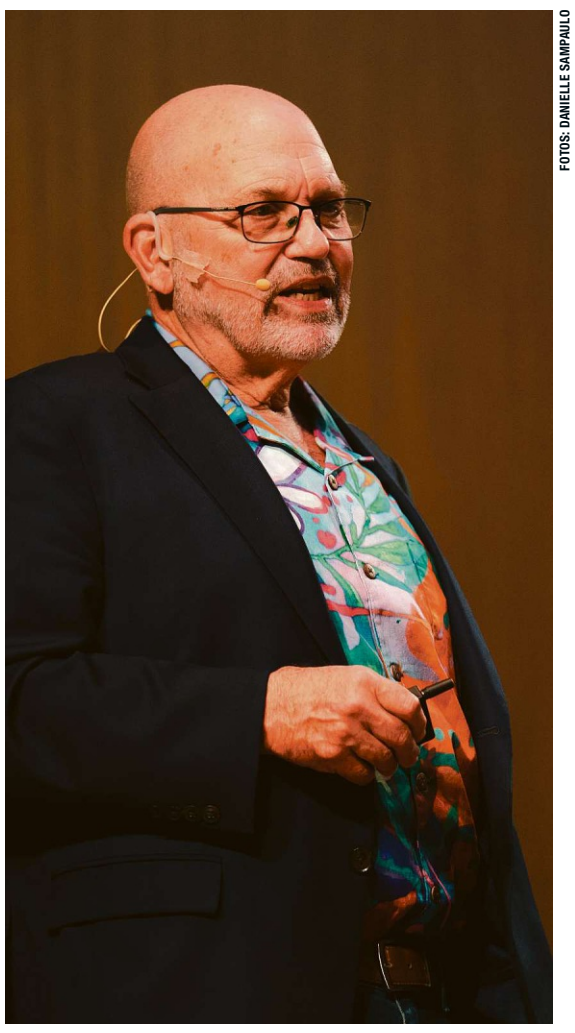
Em nota, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) apontou que a medida é positiva por reforçar ações anteriores de segurança nas transações instantâneas. [A medida] torna mais robustos o controle de operações atípicas e a gestão de riscos, com provisões adequadas e regras claras para estabelecer valor de saldo mínimo na conta PI e bloqueio ou desbloqueio manual de ordens de pagamento", destacou. A Febraban também citou que as regras favorecem a governança e o compliance das instituições financeiras.

Para a Associação Brasileira de Bancos (ABBC), a adaptação tende a ser mais rápida para instituições com estruturas de risco maduras e é um "ponto de atenção" para "instituições de menor porte ou dependente de terceiros para monitoramento e integração".

CONTEÚDO PATROCINADO POR Safra

‘A IA vai exigir que sejamos mais humanos’

Uma das maiores referências no assunto, Zack Kass, ex-Head de Go-to-Market da OpenAI, esteve entre os palestrantes do Safra Artificial Intelligence Investment Day



FOTOS: DANIELLE SAMPAULO

Eric O’Neill, ex-agente de contrainteligência do FBI; Zack Kass, ex-Head de Go-to-Market da OpenAI; e Marc Raibert, fundador da Boston Dynamics, participaram do evento, realizado pelo Safra

A inteligência artificial está redefinindo a forma como o mundo pensa, cria e toma decisões”, afirmou Mario Mello, VP de Inovação, Marketing e Produtos do Banco Safra. Se investir é antecipar movimentos, é fundamental ouvir o que as pessoas que estão na linha de frente da revolução da inteligência artificial estão vendo e pensando. Esse foi o propósito do Safra Artificial Intelligence Investment Day, realizado no último dia 14 de novembro, que trouxe expectativas otimistas, no mínimo.

Para Zack Kass, ex-Head de Go-to-Market da OpenAI (a empresa que criou o ChatGPT) e estrategista em IA para negócios, estamos vivendo nada menos que uma nova Renascença. “O otimismo não é ingenuidade”, garantiu. “A IA já está abrindo caminho para descobertas científicas extraordinárias. Estamos salvando vidas com tecnologias inimagináveis anos atrás. Além disso, a perspectiva é que não seremos capazes de consumir toda a energia que será gerada.”

Entre as adaptações que os negócios vão precisar fazer está a otimização de seus processos para valorizar as qualidades humanas. “A IA vai exigir que sejamos mais humanos. O diferencial não está mais em ser o mais inteligente da sala, mas, sim, a curiosidade, a coragem, a sabedoria”, disse Kass. E, enquanto nossa vida está cada vez mais digital, o estrategista acredita que é essencial reinvestir no mundo físico, para garantir uma vida melhor para as novas gerações: “Construir comunidades seguras e interessantes, onde as pessoas queiram viver e que os jovens amem. Eles já estão dando o recado de que esse pêndulo está virando, valorizando momentos desconectados e saindo mais de casa”.

O FUTURO É PROMISSOR, MAS NÃO SEM RISCOS

Se a tecnologia digitalizou nossa vida — e nossas informações — uma grande batalha por esses dados é travada na dark web, onde o cibercrime floresce. Especialista em cibersegurança e ex-agente de contrainteligência do FBI, Eric O’Neill apresentou as ferramentas para que pessoas e negócios possam se proteger. “A organização precisa estar à frente: investir em cibersegurança na calmaria, fazer avaliações permanentes, investigar e agir rapidamente assim que um ataque começar”, orientou. “Não existem hackers, existem apenas espiões. É preciso operar com contrainteligência.”

A boa notícia é que, para a imensa maioria dos casos, é possível se proteger com conhecimento e mudanças de comportamento. A chave é calibrar a desconfiança. O’Neill descreveu como o e-mail ainda é usado como porta de entrada para ataques e como os criminosos manipulam nossas emoções com falsas urgências e expectativas. “Uma ligação para confirmar uma informação ou ter uma palavra-chave de segurança combinada com sua família e colegas de trabalho podem te proteger”, exemplificou.

ROBÔS HUMANOIDES EM CASA?

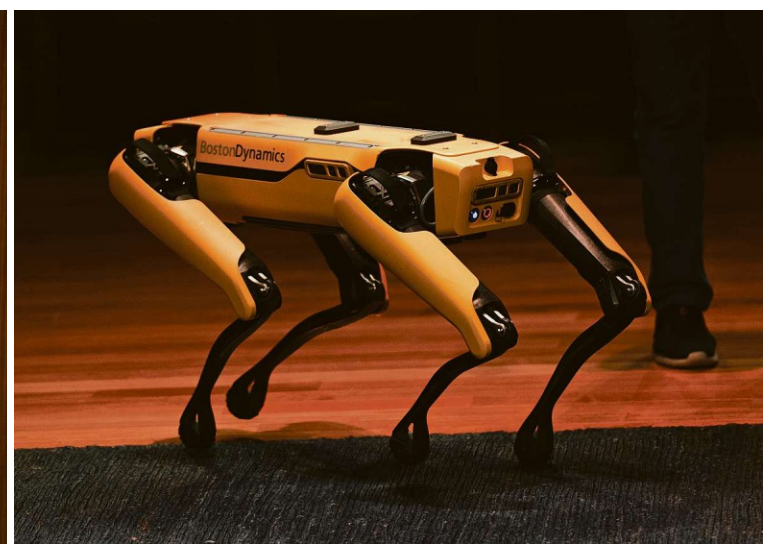
Ainda não, disse, sem temor de frustrar o público, Marc Raibert, fundador da Boston Dynamics, a mente por trás de robôs icônicos, como Spot e Atlas. É que o avanço da robótica, unindo hardware e software em total sinergia, é tamanho que é difícil conter a empolgação. Raibert mostrou exemplos de seus robôs andando, correndo, pulando, interagindo com objetos em circunstâncias desafiadoras e até... dançando. “Desde 1974 meu objetivo tem sido capturar a magia do movimento humano para a robótica”, declarou.

Até agora, eles têm sido aplicados principalmente em indústrias e em ambientes perigosos — por exemplo, no monitoramento de radiação em Chernobyl e Fukushima. Já no dia a dia dos negócios, o principal setor beneficiado é a logística. “A aplicação em armazéns logísticos já é realidade, porque é um lugar organizado, onde robôs e humanos podem ser segregados. O próximo passo é nas fábricas, construindo coisas. O lar será a última aplicação — porque precisamos ter, ao mesmo tempo, funcionalidade, segurança e baixo custo.”

COMO INVESTIR NESSA NOVA CORRIDA DO OURO

“Vivemos hoje a quarta revolução industrial, com a inteligência artificial: uma mudança de paradigma a partir de uma tecnologia nova que é transformadora, que muda como o ser humano interage com o meio, com ganhos exponenciais de produtividade”, apresentou Fernando Rabello, VP de Investimentos do Banco Safra. É uma revolução que acontece ainda mais intensa e rapidamente do que a digital e que vai demandar muito mais agilidade dos investidores para antecipar os movimentos do mercado. “Para navegar essa revolução, é preciso entender como o capital e a captura de valor migram no ciclo da IA — começando pela infraestrutura, pelas definições dos padrões, com as plataformas, e, por fim, pelas aplicações, que vão gerar valor”, orientou Rabello. “Existe o jeito certo e a hora certa de investir em cada camada.”

Invista com o Safra. Acesse:



Fernando Rabello, VP de Investimentos do Banco Safra, falou sobre o impacto da IA no mercado de investimentos; e o evento ainda contou com a presença do icônico robô Spot, da Boston Dynamics

“Vivemos hoje a quarta revolução industrial, com a inteligência artificial: uma mudança de paradigma a partir de uma tecnologia nova que é transformadora. Para navegar essa revolução, é preciso entender como o capital e a captura de valor migram no ciclo da IA”

Fernando Rabello, VP de Investimentos do Banco Safra

“A IA vai exigir que sejamos mais humanos. O diferencial não está mais em ser o mais inteligente da sala, mas, sim, a curiosidade, a coragem, a sabedoria”

Zack Kass, ex-Head de Go-to-Market da OpenAI e estrategista em IA para negócios

“A organização precisa estar à frente: investir em cibersegurança na calmaria, fazer avaliações permanentes, investigar e agir rapidamente assim que um ataque começar. Não existem hackers, existem apenas espiões. É preciso operar com contrainteligência”

Eric O’Neill, especialista em cibersegurança e ex-agente de contrainteligência do FBI

“A aplicação [*de robôs*] em armazéns logísticos já é realidade, porque é um lugar organizado, onde robôs e humanos podem ser segregados. O próximo passo é nas fábricas, construindo coisas. O lar será a última aplicação — porque precisamos ter, ao mesmo tempo, funcionalidade, segurança e baixo custo”

Marc Raibert, fundador da Boston Dynamics

PRODUZIDO POR G.lab

ines249

Bancos Vorcaro teria investido, direta e indiretamente, em uma série de companhias que também compravam CDBs da instituição

Caso Master expõe relações intrincadas com empresas

Fernanda Guimarães e Talita Moreira
De São Paulo

A liquidação extrajudicial do Banco Master e a prisão de seu controlador, Daniel Vorcaro, podem ter repercussões em uma série de empresas, muitas delas, de capital aberto. São companhias em que o banqueiro investiu, direta ou indiretamente, ou que investiram em CDBs emitidos pelo banco.

O Master e o banqueiro fizeram uma série de investimentos em companhias brasileiras nos últimos anos. Entre elas, estão a Oncoclínicas, o clube de futebol Atlético Mineiro, a varejista on-line Westwing e a construtora Gafisa.

A lista completa é desconhecida, por dois motivos. Um deles é a intrincada cadeia de fundos opacos que compõem os ativos do Master — não há clareza sobre o que está dentro de cada um deles nem sobre quem são os beneficiários desses veículos em estruturas conhecidas no mercado como fundos de prateleira. A outra razão é que há uma série de investimentos que não são feitos diretamente pelo banqueiro, mas que gravitam em torno dele.

A farmacêutica Biomm faz parte desse segundo grupo. A companhia recebeu investimento da WNT, gestora próxima ao Master, que chegou a ter participação de 25% no ativo. Mais recentemente, essa fatia foi repassada para um fundo chamado Cartago e administrado pela Trustee, gestora que pertence ao ex-sócio do Master Maurício Quadrado. Não é público, porém, o beneficiário final desse fundo.

O Master teve ontem sua liquidação judicial decretada pelo Banco Central (BC). O regulador também impôs o regime de administração temporário especial (Raet) no Banco Master Múltiplo, o que possibilita que ativos debaixo dele sejam vendidos. Com esses recursos serão pagos credores, em ordem de preferência.

A quantidade de investidas do Master chegou a ser bem maior antes da eclosão da crise no banco no início deste ano. O Master vendeu ativos ao BTG Pactual em meio à corrida de Vorcaro para fazer liquidez. Nesse pacote, estavam participações na Light, na Metalfrio e na companhia do setor de moda Veste, dona de marcas como a Le Lis Blanc e Dudalina. Fazia parte também do rol de ativos o edifício que abriga o Hotel Fasano do Itaim.

Na semana passada, em uma nova rodada para levantar recursos para capitalizar o Master, Vorcaro se desfez de sua fatia na mineradora Itaminas, para outros sócios da empresa, por cerca de R$ 700 milhões.

Na ponta inversa, o próprio Master também foi destino de investimentos de empresas, que adquiriram CDBs emitidos pelo banco e ajudaram, dessa forma, a financiar o crescimento agressivo da instituição financeira.

Um dos casos com grande exposição nesses CDBs é da Oncoclínicas, que investiu R$ 478,2 milhões nos títulos do Master. Em meio à crise, a companhia havia fechado com o banco um acordo para receber o valor parcelado em 20 vezes. Se houvesse inadimplência, os valores poderiam ser trocados pela participação que a instituição financeira tem na companhia. A primeira parcela foi paga neste mês, no valor de R$ 20 milhões.

Agora, com a liquidação extrajudicial, não está claro como ficará o acerto. Em fato relevante ontem, a Oncoclínicas disse que ainda tem R$ 433 milhões a receber e que, com a liquidação do Master, esse volume entra em vencimento antecipado.

No entanto, a tendência é que o acordo seja barrado e a empresa entre na fila de credores, até mesmo porque a Oncoclínicas é uma parte relacionada ao banco. Em aumento de capital fechado na semana passada, a participação do Master na companhia foi diluída.

> Parte dos investimentos não foi feita diretamente pelo banqueiro, mas gravitava em torno dele

A rede de supermercados Dia, cujo controle foi adquirido pelo empresário Nelson Tanure, possui R$ 161 milhões em CDBs do Bluebank (que voltou a ser Letsbank e a pertencer ao Master após o BC rejeitar a venda do banco para Maurício Quadrado). Esse volume representa 66% do caixa da varejista. O risco dessa exposição já vinha sendo alertado pelo administrador judicial da empresa em seus balanços mensais. "Verifica-se que o momento é de elevado risco de não realização do investimento que as recuperandas mantêm junto ao Bluebank, e, assim, questionamos à gestão do Grupo Dia acerca da sua avaliação sobre os riscos envolvidos em manter os recursos aplicados naquela instituição e também se a gestão considerava rever a alocação da sua carteira", aponta um desses documentos.

Já a Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae) foi outra que aplicou recursos em CDBs do Letsbank. A companhia era, até o início de outubro, controlada por Tanure e agora pertence à Sabesp. Esta executou ações da Phoenix Água e Energia que haviam sido dadas em garantia a uma emissão de debêntures. A Phoenix é controlada por um fundo cujo cotista de referência é Tanure.

Em comunicado, a Emae disse ontem que os papéis representam 5,88% de seus ativos no fim de setembro e que sua capacidade operacional não foi afetada.

Um dos casos mais polêmicos envolvendo o Master diz respeito à Ambipar, que está em recuperação judicial. O banco e a companhia têm diversos pontos de contato, mas a relação entre eles nunca foi desvendada por completo.

Fundos ligados ao banco teriam se unido ao controlador da empresa de gestão de resíduos, Tercio Borlenghi, para inflar as ações da Ambipar entre junho e agosto de 2024. O caso foi investigado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Além disso, há muito circulam no mercado rumores de que o caixa da Ambipar estaria aplicado em CDBs do Master, dada a relação próxima entre Borlenghi, Vorcaro e Tanure. O investimento chegou a ser questionado por João Arruda, ex-diretor financeiro da Ambipar, ao Master. Obteve como resposta um e-mail do tesoureiro do banco, Alberto Felix, negando que a empresa tivesse investimentos em títulos do Master. Felix foi preso ontem junto com Vorcaro e outras quatro pessoas.

O caso da Ambipar é misterioso. A empresa chegou ao fim do segundo trimestre com um caixa de R$ 4,7 bilhões, mas em setembro pediu proteção contra credores dizendo que não tinha dinheiro para fazer frente a uma chamada de margem de R$ 60 milhões em um contrato de derivativos com o Deutsche Bank. À Justiça, a companhia entregou as informações sobre o caixa em envelope lacrado.

Além da incerteza sobre o paradeiro dos recursos — e se há alguma relação com o Master —, a Ambipar era também objeto de investimento de fundos do Bluebank. Conforme dados disponíveis no BC, o banco tinha em junho R$ 1,876 bilhão em ativos, dos quais R$ 1,221 bilhão em títulos e valores mobiliários. No balanço de 2024, a instituição disse ter R$ 400,6 milhões em cotas do fundo Texas e R$ 536 milhões em cotas do fundo Arizona, que por sua vez investiam em ações da Ambipar. Os papéis da empresa viraram pó após pedido de proteção contra credores.

A Ambipar não comentou o assunto, bem como o Atlético Mineiro. A reportagem não conseguiu contato com o Dia. A Westwing não respondeu ao pedido de comentário. A Biomm disse que "não tem qualquer vínculo operacional ou comercial com o Banco Master ou com Daniel Bueno Vorcaro". A Gafisa, por sua vez, disse que não "possui qualquer relação ou operação financeira com o Banco Master" e que não possui valores investidos na instituição, ou "qualquer dívida ou obrigação financeira com o referido banco".

Rioprevidência diz que negocia troca de R$ 1 bi em LFs por precatório federal

Liane Thedim
Do Rio

Com investimentos bilionários no Banco Master, o Rioprevidência, fundo de pensão de mais de 230 mil servidores civis e militares do Rio, e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae) agora buscam reaver o as perdas com a liquidação extrajudicial da instituição, decretada ontem pelo Banco Central.

Em comunicado oficial, a fundação disse estar negociando substituir os R$ 960 milhões em letras financeiras do banco por precatórios federais. No entanto, a instituição não respondeu aos questionamentos do **Valor** sobre com quem estariam ocorrendo essas conversações nem qual seria o cálculo usado na troca.

Já a Cedae, estatal de economia mista, que afirma ter R$ 200 milhões em certificados de depósito bancário (CDBs) do Master, informou em fato relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que solicitou resgate parcial da aplicação, suspenso por causa da liquidação, "caracterizando inadimplemento da instituição emissora". Por isso, prossegue, está avaliando os impactos financeiros e deve "proceder à habilitação de crédito junto ao liquidante designado pelo Banco Central do Brasil".

Embora o Rioprevidência reafirme que tem R$ 960 milhões em Letras Financeiras emitidas pelo Master entre outubro de 2023 e agosto de 2024, com vencimentos previstos para 2033 e 2034, relatório do Tribunal de Contas do Estado do Rio (TCE-RJ) lista aplicações acima de R$ 2,6 bilhões. Ainda conforme o tribunal, do total, ao menos R$ 950 milhões foram alocados entre maio e julho deste ano, quando todos os problemas do banco já eram conhecidos. O Rioprevidência nega que tenha feito novos investimentos desde agosto de 2024 e garante que atuou "de forma técnica, responsável e colaborativa com todos os órgãos de controle".

De acordo com o TCE, em 8 de outubro, "o monitoramento realizado pela SGE [Secretaria-Geral de Controle Externo] após a última decisão plenária quantificou concentração crítica no conglomerado prudencial Master: até 31/07/2025, R$ 2.618.320.561,36 (mais de 25% de todos os recursos aplicados pelo Rioprevidência) estavam expostos a títulos emitidos ou fundos administrados pelo Banco Master".

O órgão diz que enviou "alerta expresso" aos gestores, mas "a entidade continuou realizando investimentos sem a prudência exigida, o que evidencia uma gestão possivelmente irresponsável dos recursos do RPPS (regime próprio de previdência social)", de acordo com o relatório da conselheira Marianna Montebello Willeman.

> **R$ 200 mi**
> **é quanto a Cedae comprou em CDBs do Master em 2023**

A investigação aconteceu a partir de denúncia do deputado estadual Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSD-RJ). o TCE-RJ proibiu a realização de novos investimentos e decidiu enviar comunicado ao governador do Rio, Claudio Castro (PL), para que ele avaliasse intervir no Rioprevidência.

O fundo de pensão assegura que o pagamento de aposentadorias e pensões está garantido, "não havendo qualquer risco para os segurados do Estado do Rio de Janeiro".

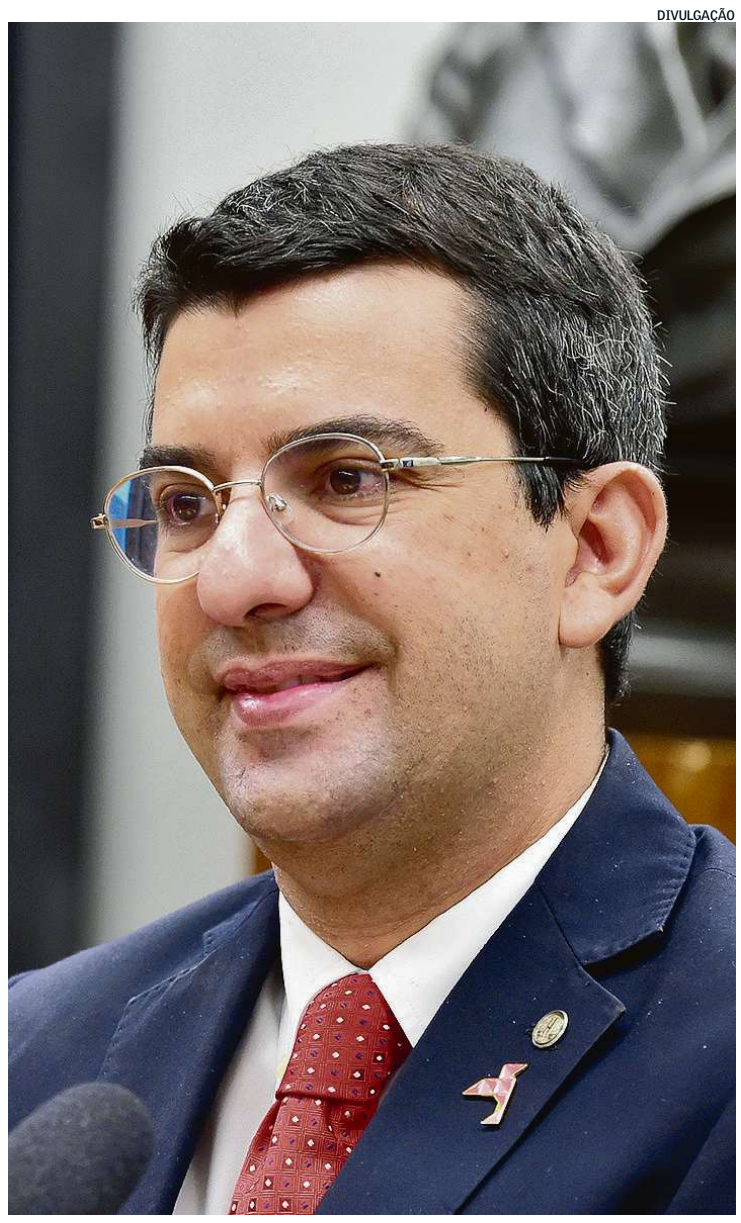
"Cabe destacar ainda que o valor investido junto à instituição é inferior ao da folha mensal paga pela autarquia aos aposentados e pensionistas, hoje em R$ 1,9 bilhão, custeada em grande parte pela receita de royalties e participações especiais." O comunicado diz ainda que "as aplicações foram realizadas em conformidade com todos os regramentos vigentes à época e de acordo com o Plano Anual de Investimentos que foi aprovado pelo Conselho de Administração da Autarquia".

Já a Cedae comprou os CDBs em outubro de 2023 e afirma que os altos rendimentos oferecidos pelos papéis , alocação permitida pela política de investimentos adotada em 2022, ajudaram em vários "balanços superavitários" da empresa. "A movimentação financeira estava de acordo com as políticas de investimento, governança e compliance da companhia e contou com o aval do conselho de administração", afirma a companhia em comunicado oficial.

Fontes ligadas à companhia dizem que o montante investido chegou a R$ 257 milhões. Em setembro passado, a empresa informa ter iniciado pedidos de resgate, "após o Banco Master sofrer rebaixamento do grau de investimento, sendo desenquadrado da política de investimento da Cedae". Ainda segundo as fontes, um total de R$ 40 milhões teriam sido retirados, mas um novo pedido de R$ 10 milhões feito anteontem não foi honrado por conta da liquidação extrajudicial ontem.

"Com o atraso de uma parcela, a Cedae já comunicou o fato relevante à CVM e também o publicará no Diário Oficial." A empresa diz que aguarda "o desenrolar dos fatos para tomar as medidas jurídicas necessárias". Também após denúncia de Luiz Paulo Corrêa da Rocha — que solicitou fiscalização no fundo de pensão dos funcionários da empresa, a Prece —, o TCE decidiu pedir explicações ao presidente da Cedae sobre o processo de análise de riscos.

DIVULGAÇÃO



Marcelo Queiroz, relator do projeto, estava afastado, mas retornou ao cargo

BC e Fazenda articulam para Câmara votar nova regra para crises

Giordanna Neves, Guilherme Pimenta e Lu Aiko Otta
De Brasília

Com a decretação da liquidação extrajudicial do Banco Master, o Banco Central (BC) tentava mobilizar deputados para levar à pauta da reunião de líderes, ontem mesmo, o projeto que atualiza as regras de resolução de instituições financeiras. A proposta, de 2019, relatada pelo deputado Marcelo Queiroz (PP-RJ), chegou a entrar na agenda há exatamente um ano, no dia 18 de novembro de 2024, mas não foi votada por falta de acordo político.

O líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), chegou a apresentar ontem um requerimento para incluir a matéria na pauta do plenário da Casa. O **Valor** apurou que a ideia é aproveitar o contexto atual para convencer os líderes a levar adiante o tema na reunião de hoje, apesar de haver a ciência de que a decisão depende do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Além do BC, o Ministério da Fazenda aprofundará as articulações.

O argumento usado junto aos deputados é de que algumas perdas que venham ocorrer por conta da liquidação poderiam ser evitadas se o projeto já estivesse em vigência. Isso porque o texto prevê um mecanismo de estabilização financeira, que poderia ser acionado pelo Banco Central em situações mais preocupantes.

Até semana passada, não havia engajamento dos líderes para levar o projeto adiante. Agora, no entanto, o contexto é diferente, já que o anúncio da liquidação pode aumentar a pressão, disse uma fonte. O relatório está pronto para ser votado em plenário, mas ainda falta acordo político. O relator, Marcelo Queiroz, estava afastado do cargo porque havia assumido a secretaria municipal de administração da prefeitura do Rio de Janeiro, mas retomou ao exercício.

O projeto, que é uma das prioridades do Ministério da Fazenda, conta com apoio de todos os órgãos reguladores, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a Superintendência de Seguros Privados (Susep), e a própria Febraban. A Fazenda acredita inclusive que a operação policial que prendeu o presidente do Banco Master pode "ressuscitar" essa proposta no Congresso. Há algumas semanas, integrantes da equipe econômica relatavam ao **Valor** que dificilmente o projeto avançaria no Congresso Nacional, justamente por conta de lobby contrário por parte de parlamentares do Centrão e do Master.

> Proposta inclui CVM e Susep, além do BC, como autoridades de resolução de instituições financeiras

A Fazenda avalia que os principais pontos do projeto inicial foram mantidos. Portanto, é possível que a proposta avance. O objetivo é modernizar o arcabouço atual, que tem regras das décadas de 1970 a 1990, anteriores ao padrão internacional proposto em 2011 pelo Financial Stability Board (FSB), órgão que reúne reguladores de diversos países. As proposições foram elaboradas a partir da crise financeira de 2008 e colocam como autoridades de resolução, além do BC, a CVM e a Susep.

Atualmente, o BC conta com três regimes para tratar de crises em instituições reguladas. A liquidação extrajudicial, a escolhida para o Banco Master S.A., tem objetivo de interromper o funcionamento da instituição e retirá-la do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Existe também a intervenção, utilizada quando há possibilidade de recuperação da instituição. Já o Regime de Administração Especial Temporária (Raet) não afeta as atividades normais da instituição e pode ser encerrado se houver normalização, em caso de uma solução de mercado ou também por liquidação extrajudicial.

Já o projeto em tramitação na Câmara dos Deputados cria dois regimes: o Regime de Estabilização (RE) e o Regime de Liquidação Compulsória (RLC). O primeiro serve para mitigar risco de crise sistêmica em instituições consideradas relevantes para o SFN e permite a continuação das funções críticas sem o controle dos acionistas. O RLC, por sua vez, é uma forma de saída organizada da instituição do SFN de forma mais rápida do que a liquidação extrajudicial que existe atualmente.

Com a modernização desse arcabouço regulatório, o país ficaria alinhado ao padrão adotado globalmente após a crise financeira de 2008.

Bancos Fundo precisará desembolsar R$ 41 bi nas próximas semanas para honrar depósitos do Master

FGC terá de refazer caixa e regra pode mudar

Álvaro Campos
De São Paulo

Com a maior quebra de um banco na história, o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) terá de desembolsar, nas próximas semanas, cerca de R$ 41 bilhões para resgatar 1,6 milhão de depositantes. Com um caixa de R$ 122 bilhões, isso deve drenar um terço de seus recursos e exigir que o fundo peça contribuições adicionais aos seus cotistas — ou seja, os bancos.

Nesse contexto, parte dos grandes incumbentes defende que as autoridades aproveitem a situação para endurecer ainda mais as regras para o uso de garantias de depósitos. Como o problema do Master vem se arrastando há muito tempo e um desfecho desse tipo já era esperado por boa parte do mercado, é esperado que o impacto seja absorvido sem grandes problemas.

Entre os mecanismos do FGC para recompor sua liquidez estão elevar a quota e pedir a antecipação de cinco anos de contribuição aos bancos. Para as maiores instituições, isso significa um cheque de alguns bilhões de reais. Essa antecipação é contabilizada como um ativo a receber no balanço das instituições e, assim, não deve afetar o resultado trimestral, embora como isso não rende juros, pode ter um efeito marginal na rentabilidade de parte dos ativos.

Mesmo que não afete o lucro, isso tem um efeito no caixa, ou seja, o dinheiro vai de fato sair dos bancos. Ainda assim, um interlocutor diz que a maioria das instituições já estava se preparando para esse cenário de quebra do Master. "Há uns dois meses falamos com bancos médios que era bom reforçar o caixa para a hipótese de isso acontecer. Acho que o sistema vai absorver bem, não vejo nenhum risco de contágio."

Outro participante do sistema diz que pode haver um efeito de segunda ordem para bancos pequenos, que poderiam ter um aumento no seu custo de captação, com os depositantes mais receosos. "Ainda é cedo para fazer avaliações, mas tudo já era meio que esperado. Pode ter um efeito pequeno, dificultar um pouquinho a captação de algumas instituições, mas nada grave", diz.

Um executivo de banco médio afirma que nenhuma intervenção é boa, mas admite que o Banco Central agiu de maneira correta. "Me parece que o [Daniel] Vorcaro esticou demais a corda. Esse anúncio com a Fictor na segunda-feira foi muito estranho, feito de forma amadora."

Seja como for, a intervenção no Master reacende o debate sobre o papel do FGC. Em agosto, já com o caso em mente, o Banco Central havia endurecido as regras para o uso das garantias do fundo, mas agora novas medidas podem ser implementadas.

"Precisamos ter um senso de urgência, ou corrige a situação agora, ou vamos amanhecer daqui a alguns meses com um novo Master. Não podemos deixar esse desastre aéreo se repetir", comenta o alto executivo de um grande banco. Segundo ele, o setor discute uma proposta para fazer com que o FGC cubra apenas o principal da dívida — e não os rendimentos — e também que seja reduzido o limite de R$ 250 mil por CPF ou R$ 1 milhão em quatro anos. "Não pagar os juros já daria uma moralizada no mercado. Se a pessoa tem apetite para adquirir um CDB com alto rendimento, ela tem de ter noção do risco."

Um experiente advogado lembra que a missão do FGC é garantir os depósitos da massa e evitar uma corrida bancária. Nesse sentido, uma redução do teto de cobertura ainda atenderia a esses objetivos, mas geraria uma economia para o FGC e o setor bancário. "Acho que essas discussões vão voltar para a mesa sim."

Outro executivo do setor diz que os bancos maiores já levaram para o BC propostas nesse sentido, mas que o regulador foi refratário, uma vez que é preciso analisar melhor quais seriam os impactos nos custos de captação das instituições menores.

"Na visão do BC, que eu concordo, o problema não está no montante coberto ou em confiar ou não no discernimento do investidor. O problema está no direcionamento do recurso, na qualidade da gestão de ativos da instituição em questão. Esse é o centro que deve ser atacado", opina.

No fim de 2023, o BC já tinha apertado as regras do FGC. Ali, ficou definido que a instituição financeira que ultrapassasse 75% da captação garantida pelo fundo pagaria contribuição adicional, de 0,01% sobre o valor dos depósitos garantidos. No início deste ano, os grandes bancos queriam que esse teto caísse para 50% e que a alíquota da contribuição adicional subisse para 0,10%. A mudança anunciada em agosto ficou no meio do caminho, elevando a alíquota para 0,02% e reduzindo o teto para 60%. As medidas entram em vigor em 1º de junho de 2026.

Há uma tendência na indústria para defender uma reforma que leve o FGC a adotar novos critérios, baseados em dois princípios: qualidade dos ativos e materialidade. O primeiro, de forma simplificada, define que se os ativos de boa qualidade de uma instituição forem maiores que sua exposição ao FGC, a situação é considerada adequada. O segundo princípio dividiria as instituições conforme seu potencial impacto, em caso de problemas, para o fundo. Aquelas com um efeito de até 2% do patrimônio do fundo seriam classificadas como de "baixa materialidade"; até 5%, "média materialidade"; e acima disso, "alta materialidade".

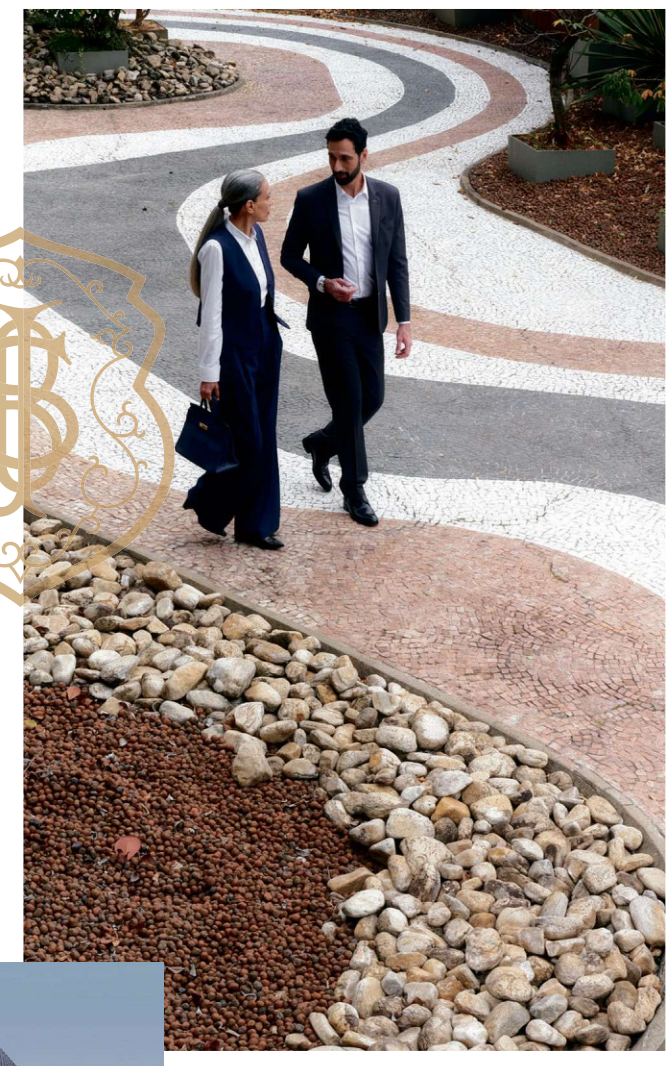
Em agosto, quando as regras foram alteradas, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que representa as grandes instituições, elogiou as medidas, mas pediu que elas fossem antecipadas. "Prazos extensos podem, muitas vezes, ter efeitos contrários aos desejados, incentivando comportamentos que precisariam ser contidos já no curto prazo, o que mitigaria agravar distorções já observadas no sistema", disse a entidade em nota.

Parte do setor bancário defende redução da garantia do FGC e que fundo cubra apenas o principal, sem os juros

No Safra, rentabilidade e segurança andam juntas.

Como estão as rentabilidades dos seus investimentos?

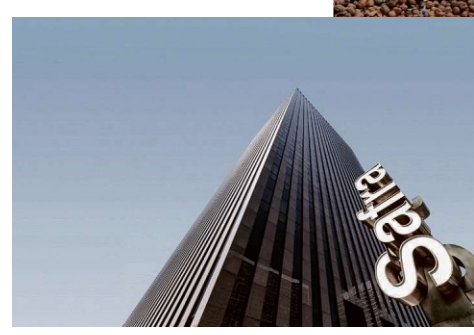
Quem investe com o Safra conta com uma **curadoria de especialistas e uma gestão ativa de profissionais certificados** para potencializar ainda mais o seu patrimônio.



Conheça algumas oportunidades:

- Fundo Safra Infra RF Ativo[1]
- Fundo Safra Inteligência Artificial[2]
- COE Infinity NVDA[3]

Invista com o Safra
Baixe o App ou acesse safra.com.br



Para mais informações sobre o fundo SAFRA INFRA RF ATIVO, acesse:
https://www.safra.com.br/external-files/documentos-externos/Material_Tecnico_Safra_Infra_RF_Ativo.pdf

Para mais informações sobre o fundo SAFRA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, acesse:
https://www.safra.com.br/external-files/documentos-externos/Fundo_Safra_IA.pdf

Safra
Quem **sabe**, Safra.

Autorregulação ANBIMA
Distribuição de Produtos de Investimento

[1]Para fins fiscais, o Fundo de Investimento Safra Infra RF Ativo deverá atender os requisitos estabelecidos na Lei nº 12.431/2011, para garantir que as cotas do FUNDO recebam o tratamento tributário previsto na norma mencionada. Caso o FUNDO deixe de atingir qualquer dos requisitos, não há como garantir que os rendimentos auferidos pelos cotistas PF continuarão a ser tributados à alíquota de 0%. Não há garantia de que o regime especial de tributação atualmente aplicável ao FUNDO e as Debêntures Incentivadas não venha a ser futuramente, alterado, revogado, extinto ou suspenso pela legislação tributária ou que seja alterada a interpretação de tal isenção por parte das autoridades fiscais. [2]O investimento em Inteligência Artificial se dará de forma indireta através do Fundo de Investimento Safra Inteligência Artificial (CNPJ: 54.401.649/0001-43) o qual, por sua vez, aplica seus recursos preponderantemente em ativos de renda variável, seguindo uma estratégia de alocação focada no segmento de tecnologia e outras empresas com atuação no tema de inteligência artificial. Para mais informações procure um gerente Safra ou acesse o site: https://www.safra.com.br/safra-asset/. Central de Atendimento Safra: 0300 105 1234, de 2ª a 6ª feira, das 9 às 19h, exceto feriados. Atendimento aos portadores de necessidades especiais, auditivas e fala / SAC – Serviço de Atendimento ao Consumidor/Proteção de Dados: 0800 772 5755, atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana. Ouvidoria - Caso já tenha recorrido ao SAC e não esteja satisfeito(a): 0800 770 1236. Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais Auditivas e de Fala: 08000 727 75 55. De 2ª a 6ª feira, das 09h às 18h, exceto feriados. Ou acesse: www.safra.com.br/atendimento/ouvidoria. [3]Os COEs não são investimentos diretos em inteligência artificial. Certificado de Operações Estruturadas – COE. INVESTIMENTO COM VALOR NOMINAL PROTEGIDO. LEIA O DIE ANTES DE APLICAR. ESTE CERTIFICADO NÃO CONTA COM GARANTIA DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO – FGC. ESTE CERTIFICADO NÃO SE TRATA DE INVESTIMENTO DIRETO NO ATIVO SUBJACENTE. OS VALORES INDICADOS SÃO MERAMENTE ILUSTRATIVOS E NÃO REPRESENTAM O DESEMPENHO PASSADO DO COE. A MENÇÃO A RENTABILIDADES PASSADAS NÃO É GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA. A presente oferta foi automaticamente dispensada de registro pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A CVM não analisou previamente esta oferta. A distribuição do Certificado de Operações Estruturadas – COE não implica, por parte da CVM, a garantia de veracidade das informações prestadas, de adequação do Certificado à legislação vigente ou julgamento sobre a qualidade do emissor ou da instituição intermediária. Mercado Secundário. Após 6 meses da emissão do COE, sujeito às condições de mercado. Trata-se da negociação privada na qual o Banco Safra fará os melhores esforços na busca de um comprador para o título. No caso de venda no mercado secundário, existe a possibilidade de deságio em relação ao valor histórico investido no COE, sendo que o valor nominal protegido não é garantido, ou seja, poderá haver perda do valor principal. Formalização. Após a solicitação de reserva é necessário a assinatura do Termo de Adesão e Ciência de Risco vinculado Documentos de Informações Essenciais (DIE) disponível no Internet Banking Safra ou App Safra. IMPORTANTE: A aquisição do respectivo COE só ocorrerá mediante a formalização prévia à data de emissão. O Banco Safra reserva-se o direito de, a seu exclusivo critério, alterar, cancelar ou substituir as emissões dos COEs ofertados, suas condições, bem como os respectivos pedidos de reserva. Classificação Risco. Cada produto receberá uma classificação numérica, onde, gradativamente, uma pontuação mais baixa indica adequação ao perfil mais conservador e uma pontuação mais alta indica adequação apenas ao perfil mais arrojado/agressivo. A régua varia de 1 a 16, sendo 1 produtos com menor risco de perda e 16 produtos com maior risco de perda. Esta mensagem tem conteúdo meramente informativo e publicitário. As informações ora prestadas são de caráter geral e exemplificativo, estando sujeitas a alterações, condições adicionais (inclusive a verificação de adequação ao perfil do investidor) e negociação específica para cada investimento realizado, não se configurando ou devendo ser entendida como recomendação, oferta, relatório de análise ou consultoria de valores mobiliários. As informações expressas neste documento foram obtidas de fontes públicas consideradas seguras, porém não é garantida a sua precisão ou completude. Investimentos em títulos e valores mobiliários envolvem riscos.A decisão pelo tipo e perfil de investimento é de responsabilidade exclusiva do cliente, razão pela qual o Grupo Safra aconselha fortemente que o investidor faça uma avaliação independente sobre as operações pretendidas, riscos, condições e tributação aplicável. O Grupo Safra não será responsável por perdas diretas, indiretas ou lucros cessantes decorrentes da utilização deste material para quaisquer finalidades. A reprodução, divulgação ou utilização deste material para quaisquer fins depende de prévia e expressa anuência do Grupo Safra. O recebimento dos valores devidos ao investidor está sujeito ao risco do Banco Safra S.A. Consulte seu gerente e canais de atendimento para conhecer os termos e condições dos produtos de investimento disponíveis e a adequação ao seu perfil de investimento, bem como as especificidades de cada um como taxas, carência, regras de resgate, vencimento, vedações e riscos. Contratação sujeita à análise cadastral. Para esclarecimento de dúvidas ou reclamações, entre em contato com a Central de Atendimento Safra: 55 11 3253 4455 (Capital e Grande São Paulo) 0300 105 1234 (Demais localidades), de 2ª a 6ª feira, das 8h às 21h30, exceto feriados. Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) / Proteção de Dados 0800 772 5755, 24 horas por dia. Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais Auditivas e de Fala 0800 772 4136, de 2ª a 6ª, das 9h às 18h, exceto feriados. Ouvidoria, caso já tenha recorrido ao SAC e não esteja satisfeito(a): 0800-770-1236, de 2ª a 6ª, das 9h às 18h, exceto feriados. Acesse www.safra.com.br. Os dados apresentados sobre as ações ou índices de ações são atualizados com data de referência igual ao último dia útil do mês anterior à data de referência deste material.

Bancos Paulo Henrique Costa esteve à frente das negociações para aquisição do Master e de carteiras

CEO do BRB é afastado do cargo após ação da PF

Álvaro Campos, Lais Godinho, Andrea Jubé e Ruan Amorim
De São Paulo e Brasília

A Operação Compliance Zero, deflagrada ontem pela Polícia Federal (PF) e que levou à prisão de Daniel Vorcaro, presidente do Banco Master, também mirou nomes do Banco de Brasília (BRB). Foram alvos da ação o presidente da instituição, Paulo Henrique Costa, e o diretor financeiro, Dario Oswaldo Garcia Junior — ambos afastados por 60 dias por determinação da Justiça Federal do Distrito Federal (DF).

Para conduzir o banco, o governo do DF indicou Celso Eloi Cavalhero, superintendente executivo de governo da Caixa. Enquanto ele não assume, a atual diretora de gestão de pessoas, Cristiane Bukowitz, ficará como presidente interina.

Costa esteve à frente das negociações para a aquisição do Banco Master pelo BRB, operação vetada pelo Banco Central (BC) no início de setembro. Desde o ano passado, o BRB também vinha adquirindo carteiras de crédito do Master, movimento que dava algum alívio financeiro ao banco de Vorcaro. A venda de carteiras era vista por interlocutores como uma alternativa mais rápida e fácil para gerar liquidez no curto prazo, em comparação a uma venda de ativos. Costa defendia o acordo com o Master e negava qualquer irregularidade na operação de compra de carteiras.

A operação da PF analisa R$ 12,2 bilhões em operações potencialmente fraudulentas envolvendo as duas instituições, associadas a crimes como gestão temerária e organização criminosa. Segundo a organização, as apurações tiveram início em 2024, após uma requisição do Ministério Público Federal para investigar eventual “fabricação de carteiras de crédito insubsistentes” pelo Banco Master, que seriam vendidas ao BRB e posteriormente substituídos por outros, sem a devida avaliação técnica.

Banco diz em nota que sempre atuou em conformidade com as normas de compliance e transparência

O BRB reconheceu o episódio e afirmou, em nota, que “sempre atuou em conformidade com as normas de compliance e transparência, prestando regularmente informações ao Ministério Público Federal e ao Banco Central do Brasil sobre todas as operações relacionadas ao Banco Master”. O banco informa ainda que “nenhuma prisão foi realizada na manhã desta terça-feira”. A instituição acrescentou que reafirma “seu compromisso com a ética, a responsabilidade e a integridade na condução de suas atividades”, garantindo a continuidade integral dos serviços e “preservando a segurança das operações, dos clientes, dos parceiros e de toda a sua estrutura operacional.”

As carteiras adquiridas pelo BRB são majoritariamente de crédito consignado. Parte desses contratos teria sido forjada e registrada em um cartório de São Paulo em abril deste ano, depois que o BC solicitou documentação no âmbito da auditoria sobre a tentativa de compra do Master pelo BRB.

SILVIA ZAMBONI/VALOR

Costa, ex-BRB, negociou carteiras

Fontes ligadas ao banco vinham mencionando problemas nessas carteiras, mas descritos como entraves burocráticos e de documentação, e afirmavam que tais questões já haviam sido resolvidas.

Mais recentemente, o BRB contratou o escritório Jantalia Advogados, conduzido pelo ex-procurador do BC Fabiano Jantalia, para avaliar o caso, medir eventuais prejuízos e, principalmente, estudar meios de reaver parte dos recursos repassados ao Master. Alguns desses consignados teriam sido revendidos a fundos, inclusive sediados no exterior. Jantalia chegou a viajar a Londres e outros destinos para localizar gestores responsáveis, mas com pouco avanço prático. Fontes próximas ao BRB também mencionaram que o banco teria promovido a troca de algumas carteiras com o Master nas últimas semanas, embora ainda não haja clareza sobre isso.

Operações de cessão de carteira, em geral, exigem apenas comunicação ao BC e costumam tramitar sem processos complexos de aprovação. Elas também não aparecem de forma detalhada nos balanços trimestrais, já que não há obrigação de identificar compradores ou cedentes. No balanço mais recente, o BRB informa ter adquirido R$ 18,609 bilhões em carteiras neste ano, ao mesmo tempo em que vendeu R$ 8,978 bilhões — sem qualquer observação específica sobre as operações envolvendo o Master.

A compra de carteiras já havia chamado atenção da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que questionou o banco no início de outubro. Na ocasião, o BRB não tratou especificamente das dúvidas levantadas, mas reiterou que mantinha o BC informado sobre suas operações e que a compra e venda de carteiras fazia parte de sua estratégia de negócios com diversas instituições.

A repercussão do caso levou autoridades políticas a se mobilizarem. No Senado, o representante do DF Izalci Lucas (PL-DF) afirmou que solicitará informações ao BC para esclarecer o envolvimento do BRB no caso. Na Câmara, os deputados distritais Fábio Felix e Chico Vigilante, líderes dos blocos Psol/PSB e PT, respectivamente, anunciaram que vão apresentar um requerimento para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar o episódio.

Leia mais na página A16

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 18/11/25

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	18.809,8456190	0,06	0,68	13,01
IRF-M	1+**	23.309,3951830	0,08	0,99	19,04
IRF-M	Total	21.377,2437100	0,08	0,90	16,97
IMA-B	5***	10.499,7468140	0,07	0,69	10,18
IMA-B	5+****	12.014,7949360	0,03	1,80	13,31
IMA-B	Total	10.826,8420740	0,05	1,31	12,02
IMA-S	Total	8.003,7871450	0,06	0,67	12,72
IMA-Geral	Total	9.467,0490680	0,06	0,87	13,31

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	04/11	03/11	Há 1 semana	No fim de outubro	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	37,78	39,02	40,52	38,35	39,15	30,88
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	28,48	27,75	27,19	27,14	26,40	26,02
Conta garantida pré - a.a.	40,69	40,74	50,47	42,08	41,83	34,94
Desconto de duplicata pré - a.a.	24,99	25,53	24,59	26,03	24,13	19,64
Vendor pré - a.a.	17,70	16,81	16,94	16,81	20,01	16,21
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	22,09	23,66	23,23	23,37	23,17	19,16
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	19,46	19,43	19,43	19,27	18,83	18,22
Conta garantida pós - a.a.	28,99	28,53	28,92	28,54	28,82	25,09
ACC pós - a.a.	7,39	6,77	6,94	6,62	7,36	7,70
Factoring - a.m.	3,09	3,06	3,09	3,07	3,12	3,39

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	18/11/25	17/11/25	Há 1 semana	No fim de outubro	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	4,0000	3,9800	4,2200	4,1800	4,5700
Média em 1 mês	-	4,1049	4,1477	4,2019	4,1808	4,7608
Média em 3 meses	-	4,2375	4,2591	4,3019	4,3199	5,0083
Média em 6 meses	-	4,3161	4,3253	4,3441	4,3540	5,2215
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	1,9290	1,9300	1,9210	1,9280	3,1650
Média em 1 mês	-	1,9304	1,9298	1,9279	1,9267	3,2084
Média em 3 meses	-	1,9308	1,9304	1,9297	1,9289	3,4471
Média em 6 meses	-	1,9691	1,9745	1,9902	2,0158	3,6126
Média em 1 ano	-	2,3560	2,3684	2,4099	2,4628	3,8128
Euribor ***						
1 mês	-	1,905	1,871	1,917	1,919	3,043
3 meses	-	2,048	2,048	2,040	2,010	3,004
6 meses	-	2,141	2,139	2,138	2,113	2,735
1 ano	-	2,235	2,224	2,196	2,164	2,432
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	7,00	7,00	7,00	7,00	7,25	7,75
Federal Funds	4,00	4,00	4,00	4,00	4,25	4,75
Taxa de Desconto	4,00	4,00	4,00	4,00	4,25	4,75
T-Bill (1 mês)	3,94	3,96	3,95	3,95	4,05	4,58
T-Bill (3 meses)	3,86	3,87	3,88	3,82	3,92	4,50
T-Bill (6 meses)	3,81	3,84	3,81	3,86	3,86	4,46
T-Note (2 anos)	3,59	3,62	3,57	3,57	3,46	4,28
T-Note (5 anos)	3,70	3,73	3,67	3,68	3,59	4,28
T-Note (10 anos)	4,12	4,14	4,07	4,08	4,01	4,41
T-Bond (30 anos)	4,74	4,74	4,67	4,65	4,61	4,61

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	nov/25*	out/25	Mês set/25	ago/25	jul/25	jun/25	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,66	1,28	1,22	1,16	1,28	1,10	12,51	13,71
CDI	0,66	1,28	1,22	1,16	1,28	1,10	12,51	13,71
CDB (1)	1,01	1,01	1,01	1,01	1,01	1,00	11,13	11,68
Poupança (2)	0,66	0,68	0,68	0,67	0,68	0,67	7,54	8,06
Poupança (3)	0,66	0,68	0,68	0,67	0,68	0,67	7,54	8,06
IRF-M	0,90	1,37	1,26	1,66	0,29	1,78	16,97	13,41
IMA-B	1,31	1,05	0,54	0,84	-0,79	1,30	12,02	7,69
IMA-S	0,67	1,29	1,24	1,17	1,30	1,11	12,72	13,87
Renda Variável								
Ibovespa	4,67	2,26	3,40	6,28	-4,17	1,33	30,13	15,29
Índice Small Cap	2,41	0,43	1,58	5,86	-6,36	1,04	30,93	12,56
IBrX 50	4,69	2,11	3,44	6,15	-3,93	1,46	28,28	14,52
ISE	5,19	0,87	2,10	7,41	-7,19	1,82	35,56	13,42
IMOB	9,63	-1,44	6,63	13,52	-6,07	4,16	79,85	32,97
IDIV	3,62	1,78	2,82	5,36	-2,97	1,76	26,05	15,63
IFIX	0,62	0,12	3,25	1,16	-1,36	0,63	16,03	12,13
Dólar Ptax (BC)	-0,90	1,24	-1,99	-3,14	2,66	-4,41	-13,83	-6,81
Dólar Comercial (mercado)	-1,15	1,08	-1,83	-3,19	3,08	-4,98	-13,95	-6,94
Euro (BC) (4)	-0,53	-0,44	-1,66	-0,89	-0,30	-0,84	-3,97	-0,93
Euro Comercial (mercado) (4)	-0,63	-0,76	-1,50	-0,75	-0,15	-1,43	-4,10	-1,41
Ouro (BC)	-0,11	5,77	9,28	1,26	2,83	-4,41	33,57	36,46
Inflação								
IPCA	-	0,09	0,48	-0,11	0,26	0,24	3,73	4,68
IGP-M	-	-0,36	0,42	0,36	-0,77	-1,67	-1,30	0,92

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 18/11/25. ** Até out/25. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 13/11/25

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2025	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	4.407.727,03					-8.449,01	49.556,59	215.993,35	49.186,97
RF Indexados (2)	126.525,72	-0,03	0,71	11,67	10,93	-43,58	168,24	-19.855,46	-27.576,13
RF Duração Baixa Soberano (2)	799.935,06	0,05	0,46	11,40	12,78	-9.196,44	17.250,82	47.726,04	-13.771,26
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	995.774,56	0,05	0,49	12,39	13,78	-181,13	-2.720,55	-47.038,71	-73.550,86
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	264.200,19	0,05	0,05	12,51	13,87	584,86	2.601,53	23.941,68	25.340,67
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	201.814,16	0,01	0,32	8,85	9,76	-38,57	1.301,26	16.093,58	12.912,29
RF Duração Livre Soberano (2)	265.247,40	0,03	0,49	11,14	12,03	-812,69	2.438,40	27.133,97	16.992,15
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	768.155,54	0,05	0,51	11,78	12,87	2.146,25	7.002,36	27.503,44	-6.029,04
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	674.471,96	0,01	0,53	12,54	13,09	-370,06	11.276,95	143.586,58	143.892,69
Ações	656.158,25					-270,28	-190,37	-51.690,91	-58.848,20
Ações Indexados (2)	11.014,02	-0,26	5,10	30,90	23,35	66,48	249,51	-1.257,96	-1.528,18
Ações Índice Ativo (2)	20.192,98	-0,59	4,33	32,82	22,58	-36,62	-267,96	-11.595,01	-12.056,31
Ações Livre	232.483,78	-1,08	2,47	30,29	20,28	38,51	-997,14	-22.253,98	-26.613,82
Fechados de Ações	95.621,71	-0,67	0,77	12,58	8,56	0,00	4,20	-30.705,41	-28.976,46
Multimercados	1.615.318,94					-357,11	4.716,79	-50.202,65	-95.168,55
Multimercados Macro	102.250,18	-0,27	0,49	11,86	13,07	12,40	-540,23	-24.057,56	-31.852,95
Multimercados Livre	620.553,27	0,15	0,75	12,10	13,29	-2,70	1.946,15	-44.944,57	-69.809,38
Multimercados Juros e Moedas	39.337,66	0,05	0,42	11,71	12,87	-81,49	-620,19	-11.406,36	-11.556,46
Multimercados Invest. no Exterior (2)	763.672,58	0,02	0,62	8,12	9,39	-532,66	3.622,14	33.975,88	24.836,54
Cambial	7.182,14	0,14	-1,29	-10,09	-3,75	4,68	-16,27	189,85	27,86
Previdência	1.680.451,01					-202,98	-7.219,74	-37.296,36	-32.638,06
ETF	65.539,23					128,08	2.480,39	10.691,37	13.700,55
Demais Tipos	2.378.404,48					-831,96	4.147,80	-30.042,71	-58.121,32
Total Fundos de Investimentos	**8.432.376,61**					**-9.146,62**	**49.327,39**	**87.684,65**	**-123.739,42**
Total Fundos Estruturados (3)	**2.223.805,08**					**-35,75**	**778,55**	**115.309,45**	**140.592,97**
Total Fundos Off Shore (4)	**50.824,99**					**-**	**-**	**-**	**-**
Total Geral	**10.707.006,69**					**-9.182,37**	**50.105,94**	**202.994,11**	**16.853,54**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de setembro de 2025 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	18/11/25	17/11/25	Há 1 semana	No fim de outubro	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	11,25
Selic - taxa over ao ano	14,90	14,90	14,90	14,90	14,90	11,15
Selic - taxa over ao mês	1,6539	1,6539	1,6539	1,6539	1,6539	1,2587
Selic - taxa efetiva ao ano	14,90	14,90	14,90	14,90	14,90	11,04
Selic - taxa efetiva ao mês	1,0527	1,0527	1,0527	1,2757	1,2757	0,7930
CDI - taxa over ao ano	14,90	14,90	14,90	14,90	14,90	11,15
CDI - taxa over ao mês	1,6539	1,6539	1,6539	1,6539	1,6539	1,2587
CDI - taxa efetiva ao ano	14,90	14,90	14,90	14,90	14,90	11,04
CDI - taxa efetiva ao mês	1,0527	1,0527	1,0527	1,2757	1,2757	0,7930
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	-
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	-
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	-
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	-
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	14,86	14,86	14,86	14,89	14,89	11,75
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	14,60	14,61	14,64	14,76	14,80	12,34
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	14,90	14,90	14,89	14,90	14,90	11,39
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	14,89	14,89	14,89	14,90	14,90	11,57
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	14,87	14,87	14,86	14,89	14,89	11,78
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	14,80	14,80	14,80	14,86	14,87	11,99
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	14,60	14,61	14,64	14,77	14,80	12,42
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	13,83	13,85	13,89	14,10	14,26	13,20

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 18/11/25

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em dez/25	99.560,04	14,900	14.121	14,897	14,901	14,901
Vencimento em jan/26	98.360,53	14,896	319.902	14,893	14,897	14,895
Vencimento em fev/26	97.229,60	14,892	56.330	14,890	14,893	14,892
Vencimento em mar/26	96.280,80	14,846	33.961	14,840	14,850	14,840
Vencimento em abr/26	95.148,24	14,766	224.572	14,755	14,775	14,765
Vencimento em mai/26	94.147,13	14,674	4.112	14,670	14,685	14,680
Vencimento em jun/26	93.186,20	14,540	2.537	14,540	14,555	14,555
Vencimento em jul/26	92.198,65	14,415	325.487	14,400	14,430	14,415
Vencimento em ago/26	91.148,22	14,278	4.788	14,275	14,285	14,280
Vencimento em set/26	90.224,84	14,140	2.322	14,130	14,155	14,150
Vencimento em out/26	89.326,89	14,005	52.816	13,995	14,025	14,010
Dólar comercial	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em dez/25	5.330,25	-0,02	187.945	5.328,00	5.358,50	5.339,00
Vencimento em jan/26	5.368,77	-0,02	5.220	5.374,00	5.393,00	5.374,00
Vencimento em fev/26	5.407,57	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em mar/26	5.439,47	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em abr/26	5.481,23	-	0	0,00	0,00	0,00
Euro	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em dez/25	6.204,60	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jan/26	6.262,18	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em fev/26	6.314,20	-	0	0,00	0,00	0,00
Ibovespa	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - pontos do índice Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em dez/25	158.243	-0,30	50.190	157.130	158.745	158.015
Vencimento em fev/26	161.515	-	0	0	0	0
Vencimento em abr/26	164.613	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 18/11/25

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,3355	5,3361	0,48	-0,90	-13,83	-7,36
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,3171	5,3177	-0,26	-1,15	-13,95	-7,47
Dólar Turismo (R$/US$)	5,3422	5,5222	0,04	-1,08	-14,14	-7,47
Euro (BC) - (R$/€)	6,1796	6,1808	0,35	-0,53	-3,97	1,48
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,1604	6,1610	-0,23	-0,63	-4,10	1,21
Euro Turismo (R$/€)	6,2338	6,4138	-0,07	-0,72	-4,31	1,17
Euro (BC) - (US$/€)	1,1582	1,1583	-0,13	0,36	11,44	9,54
Ouro						
Banco Central (R$/g)	693,8231	693,9012	0,15	-0,11	33,57	43,35
Nova York (US$/onça troy)¹	-	4.067,33	0,76	1,63	54,99	55,71
Londres (US$/onça troy)¹	-	4.041,05	-1,03	0,69	54,78	56,02

Fontes: Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	18/11/25	17/11/25	No fim de out/25	dez/24	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	191.771,33	191.160,14	180.969,98	167.768,61	0,32	5,97	14,31
Valor-Coppead Mínima Variância	106.116,80	106.540,98	101.002,34	100.123,90	-0,40	5,06	5,99

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
República Federativa do Brasil (1)	11/06/25	15/03/35	117	1.250	6,625	6,73	237,5
JBS	30/06/25	30/06/36	132	1.250	5,5	5,572	-
JBS	30/06/25	30/06/56	372	1.250	6,25	6,265	-
JBS	30/06/25	30/06/66	492	1.000	6,375	6,415	-
Petrobras	10/09/25	10/09/30	60	1.000	5,125	5,350	-
Petrobras	10/09/25	10/01/36	124	1.000	6,25	6,55	-
Suzano	10/09/25	15/01/36	124	1.000	5,5	5,667	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 18/11/25. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Reabertura de operação

ADR - Índices

Em 17/11/25

Índice	17/11/25	14/11/25	Em 31/10/25	31/12/24	17/11/24	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	227,51	229,55	230,25	178,28	177,66	-0,89	-1,19	27,62	28,06
S&P BNY Emergentes	507,63	510,51	527,38	372,71	369,35	-0,56	-3,75	36,20	37,44
S&P BNY América Latina	235,89	237,61	227,15	174,01	187,43	-0,72	3,85	35,57	25,86
S&P BNY Brasil	223,57	225,92	212,26	160,99	183,75	-1,04	5,33	38,87	21,67
S&P BNY México	345,34	348,48	343,02	260,14	265,77	-0,90	0,67	32,75	29,94
S&P BNY Argentina	407,26	413,90	421,98	455,93	382,28	-1,61	-3,49	-10,68	6,53
S&P BNY Chile	207,46	201,15	194,34	133,58	134,86	3,14	6,75	55,31	53,84
S&P BNY Índia	3.195,51	3.177,42	3.136,50	3.198,70	3.116,36	0,57	1,88	-0,10	2,54
S&P BNY Ásia	303,08	306,10	314,05	233,18	226,17	-0,99	-3,49	29,97	34,00
S&P BNY China	460,24	458,98	489,23	324,58	330,36	0,28	-5,92	41,80	39,32
S&P BNY África do Sul	438,31	451,34	424,82	165,60	177,49	-2,89	3,17	164,67	146,95
S&P BNY Turquia	26,39	26,29	28,39	31,40	32,14	0,37	-7,03	-15,96	-17,89

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
01/11 a 01/12	0,1634	0,6642	0,6642	0,9776
02/11 a 02/12	0,1702	0,6711	0,6711	1,0293
03/11 a 03/12	0,1722	0,6731	0,6731	1,0811
04/11 a 04/12	0,1722	0,6731	0,6731	1,0820
05/11 a 05/12	0,1722	0,6731	0,6731	1,0817
06/11 a 06/12	0,1722	0,6731	0,6731	1,0817
07/11 a 07/12	0,1703	0,6712	0,6712	1,0301
08/11 a 08/12	0,1641	0,6649	0,6649	0,9786
09/11 a 09/12	0,1703	0,6712	0,6712	1,0304
10/11 a 10/12	0,1722	0,6731	0,6731	1,0823
11/11 a 11/12	0,1722	0,6731	0,6731	1,0820
12/11 a 12/12	0,1722	0,6731	0,6731	1,0825
13/11 a 13/12	0,1722	0,6731	0,6731	1,0826
14/11 a 14/12	0,1702	0,6711	0,6711	1,0276
15/11 a 15/12	0,1642	0,6650	0,6650	0,9787
16/11 a 16/12	0,1703	0,6712	0,6712	1,0305
17/11 a 17/12	0,1722	0,6731	0,6731	1,0823

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 18/11/25

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	156.522	-0,30	4,67	30,13	22,50
IBrX	66.118	-0,31	4,69	29,73	22,00
IBrX 50	26.183	-0,35	4,69	28,28	21,14
IEE	120.972	0,25	7,94	56,18	45,35
SMLL	2.310	0,08	2,41	30,93	17,32
ISE	4.176	-0,12	5,19	35,56	22,97
IMOB	1.364	0,17	9,63	79,85	50,55
IDIV	11.138	-0,47	3,62	26,05	20,51
IFIX	3.616	-0,02	0,62	16,03	14,53
Variação % em dólares					
Ibovespa	29.333	-0,77	5,61	51,01	32,24
IBrX	12.391	-0,78	5,63	50,54	31,70
IBrX 50	4.907	-0,83	5,64	48,86	30,77
IEE	22.670	-0,22	8,92	81,24	56,91
SMLL	433	-0,39	3,34	51,94	26,64
ISE	783	-0,60	6,14	57,31	32,74
IMOB	256	-0,31	10,62	108,71	62,52
IDIV	2.087	-0,94	4,55	46,28	30,09
IFIX	678	-0,49	1,53	34,65	23,63

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Melhores e Piores do Ibovespa

Desempenho das ações em 18/11/2025

Papel	Código	Variação (%)	Cotação (R$)
Melhores no dia			
Cogna ON	COGN3	9,94	3,76
CVC Brasil ON	CVCB3	4,81	1,96
Auren ON	AURE3	4,60	11,60
Azzas ON	AZZA3	4,41	30,32
Magazine Luiza ON	MGLU3	3,72	9,47
Piores no dia			
Marfrig ON	MBRF3	-8,05	23,54
Hapvida ON	HAPV3	-5,56	17,00
Banco do Brasil ON	BBAS3	-2,76	21,88
CSN ON	CSNA3	-2,40	8,15
Assaí ON	ASAI3	-2,26	9,52

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
mar/25	353.157	06/11/25	368.449
abr/25	357.789	07/11/25	368.794
mai/25	358.459	10/11/25	369.156
jun/25	361.440	11/11/25	369.478
jul/25	360.011	12/11/25	370.166
ago/25	364.767	13/11/25	370.201
set/25	367.832	14/11/25	369.434
out/25	368.353	17/11/25	369.030

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	18/11/25	17/11/25	14/11/25	13/11/25	12/11/25	11/11/25
Índice	2.486,66	2.485,23	2.486,64	2.485,39	2.484,29	2.482,17
Var. no dia	0,06%	-0,06%	0,05%	0,04%	0,09%	0,27%
Var. no mês	0,91%	0,86%	0,91%	0,86%	0,82%	0,73%
Var. no ano	17,54%	17,47%	17,54%	17,48%	17,43%	17,33%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 18/11/25

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	32,4100	32,4300	0,16450	0,16460
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,3355	5,3361
Bolívar Soberano (Venezuela)	236,2468	236,8389	0,0225300	0,0225900
Boliviano (Bolívia)	6,8600	7,0100	0,7611	0,7779
Colon (Costa Rica)	495,2300	505,0000	0,010570	0,010780
Coroa (Dinamarca)	6,4482	6,4490	0,8273	0,8275
Coroa (Islândia)	126,6300	126,9000	0,04204	0,04214
Coroa (Noruega)	10,1317	10,1332	0,5265	0,5267
Coroa (Rep. Tcheca)	20,8730	20,8960	0,2553	0,2556
Coroa (Suécia)	9,4939	9,4953	0,5619	0,5621
Dinar (Argélia)	129,7870	131,0850	0,04070	0,04111
Dinar (Kuwait)	0,3070	0,3071	17,3738	17,3814
Dinar (Líbia)	5,4396	5,4673	0,9759	0,9810
Direitos Especiais de Saque ***	1,3585	1,3585	7,2483	7,2491
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6729	3,6731	1,4526	1,4528
Dirham (Marrocos)	9,2451	9,2521	0,5767	0,5772
Dólar (Austrália)***	0,6488	0,6489	3,4617	3,4626
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,3355	5,3361
Dólar (Belize)	2,0002	2,0222	2,6385	2,6678
Dólar (Canadá)	1,4013	1,4016	3,8067	3,8080
Dólar (Cayman)	0,8275	0,8350	6,3898	6,4485
Dólar (Cingapura)	1,3021	1,3026	4,0960	4,0981
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,3355	5,3361
Dólar (Hong Kong)	7,7844	7,7845	0,6854	0,6855
Dólar (Nova Zelândia)***	0,5647	0,5650	3,0130	3,0149
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7375	6,8260	0,7816	0,7920
Euro (Comunidade Européia)***	1,1582	1,1583	6,1796	6,1808
Florim (Aruba)	1,7800	1,8400	2,8997	2,9978
Franco (Suíça)	0,7984	0,7988	6,6794	6,6835
Guarani (Paraguai)	7045,9800	7048,1300	0,0007570	0,0007573
Hryvnia (Ucrânia)	42,0889	42,0940	0,1268	0,1268
Iene (Japão)	155,2700	155,2800	0,03436	0,03437
Lev (Bulgária)	1,6886	1,6890	3,1590	3,1601
Libra (Egito)	47,1500	47,2500	0,1129	0,1132
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000060	0,000060
Libra (Síria)	11055,0000	11065,0000	0,00048	0,00048
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,3142	1,3146	7,0119	7,0148
Naira (Nigéria)	1446,2500	1452,5000	0,00367	0,00369
Lira (Turquia)	42,3385	42,3416	0,1260	0,1260
Novo Dólar (Taiwan)	31,1510	31,1810	0,17110	0,17130
Novo Sol (Peru)	3,3688	3,3728	1,5819	1,5840
Peso (Argentina)	1387,0000	1389,0000	0,00384	0,00385
Peso (Chile)	933,0200	934,8800	0,005707	0,005719
Peso (Colômbia)	3733,0100	3742,7600	0,001426	0,001429
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2223	0,2223
Peso (Filipinas)	58,8560	58,8880	0,09060	0,09066
Peso (México)	18,3956	18,4061	0,2899	0,2901
Peso (Rep. Dominicana)	63,5100	63,8900	0,08351	0,08402
Peso (Uruguai)	39,8100	39,8400	0,13390	0,13400
Rande (África do Sul)	17,2154	17,2254	0,3097	0,3100
Rial (Arábia Saudita)	3,7500	3,7502	1,4227	1,4230
Rial (Irã)	42000,0000	42100,0000	0,0001267	0,0001271
Ringgit (Malásia)	4,1600	4,1680	1,2801	1,2827
Rublo (Rússia)	80,9500	80,9700	0,06589	0,06592
Rúpia (Índia)	88,5570	88,5720	0,06024	0,06026
Rúpia (Indonésia)	16735,0000	16745,0000	0,0003186	0,0003189
Rúpia (Paquistão)	280,7000	284,5000	0,01875	0,01901
Shekel (Israel)	3,2869	3,2877	1,6229	1,6234
Won (Coréia do Sul)	1462,4500	1462,8300	0,003647	0,003649
Yuan Renminbi (China)	7,1071	7,1081	0,7506	0,7508
Zloty (Polônia)	3,6642	3,6649	1,4558	1,4563
	Cotações Ouro Spot (2)	**Paridade (3)**	**Em R$(1) Compra**	**Venda**
Dólar Ouro	4044,86	0,00769	693,8231	693,9012

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	18/11/25	17/11/25	No dia	Variações % No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	46.091,74	46.590,24	-1,07	-3,09	8,34	6,23	37.645,59	48.254,82
EUA	Nova York	Nasdaq-100	24.503,10	24.799,92	-1,20	-5,24	16,61	19,30	17.090,40	26.119,85
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	22.432,85	22.708,08	-1,21	-5,45	16,17	19,38	15.267,91	23.958,47
EUA	Nova York	S&P 500	6.617,32	6.672,41	-0,83	-3,26	12,51	12,28	4.982,77	6.890,89
Canadá	Toronto	S&P/TSX	30.036,46	30.076,21	-0,13	-0,74	21,47	20,26	22.506,89	30.827,58
México	Cidade do México	IPC	61.984,45	Feriado	-0,55	-1,25	25,19	22,82	48.843,82	64.321,27
Colômbia	Bogotá	COLCAP	2.071,34	Feriado	0,01	4,24	50,14	52,04	1.360,40	2.081,91
Venezuela	Caracas	IBVC	1.610,73	1.665,82	-3,31	-0,56	1.249,24	1.444,97	330,15	321.836,75
Chile	Santiago	IPSA	9.809,37	9.904,47	-0,96	4,04	46,19	49,94	6.542,39	9.904,47
Peru	Lima	S&P/BVL General	-	-	-	-	20,64	13,94	27.840,85	34.937,73
Argentina	Buenos Aires	Merval	2.932.664,03	2.926.870,50	0,20	-2,33	15,75	41,89	1.683.959,61	3.104.495,27
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.680,07	1.711,52	-1,84	-1,67	15,57	16,82	3.651,79	4.504,97
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	23.180,53	23.590,52	-1,74	-3,25	16,43	20,80	19.004,78	24.611,25
França	Paris	CAC-40	7.967,93	8.119,02	-1,86	-1,89	7,96	9,48	6.863,02	8.258,86
Itália	Milão	FTSE MIB	42.838,64	43.767,28	-2,12	-0,78	25,31	26,90	32.730,57	44.792,64
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.943,78	5.020,87	-1,54	0,84	15,93	19,03	3.862,22	5.086,72
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	1.487,73	1.524,80	-2,43	-1,36	-29,24	-34,42	1.436,08	2.449,62
Espanha	Madri	IBEX-35	15.827,00	16.172,60	-2,14	-1,28	36,50	35,57	11.435,70	16.615,80
Grécia	Atenas	ASE General	2.012,51	2.055,51	-2,09	0,87	36,94	44,53	1.366,72	2.126,18
Holanda	Amsterdã	AEX	930,88	945,37	-1,53	-4,18	5,95	7,57	796,45	982,00
Hungria	Budapeste	BUX	106.072,63	107.362,16	-1,20	-1,16	33,72	33,84	77.690,26	108.213,63
Polônia	Varsóvia	WIG	108.437,93	110.616,15	-1,97	-2,73	36,27	36,94	77.230,81	113.459,04
Portugal	Lisboa	PSI-20	8.118,98	8.246,88	-1,55	-3,65	27,31	26,59	6.253,96	8.484,01
Rússia	Moscou	RTS*	996,14	974,86	2,18	0,99	13,67	16,16	727,00	1.259,09
Suécia	Estocolmo	OMX	2.673,73	2.736,13	-2,28	-3,37	7,68	6,65	2.175,77	2.806,05
Suíça	Zurique	SMI	12.481,95	12.597,82	-0,92	2,02	7,59	7,24	10.887,73	13.166,68
Turquia	Istambul	BIST 100	10.728,60	10.698,13	0,28	-2,21	9,14	14,19	9.008,87	11.998,55
Israel	Tel Aviv	TA-125	3.431,45	3.497,86	-1,90	2,78	43,21	50,53	2.279,53	3.497,86
África do Sul	Joanesburgo	All Share	110.391,90	112.314,20	-1,71	1,05	31,27	30,76	81.553,66	114.045,50
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	48.702,98	50.323,91	-3,22	-7,08	22,08	27,43	31.136,58	52.411,34
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.738,30	8.915,70	-1,99	-4,79	3,77	2,15	7.524,30	9.390,10
China	Shenzhen	SZSE Composite	2.485,79	2.511,84	-1,04	-0,95	26,99	26,39	1.777,37	2.550,28
China	Xangai	SSE Composite	3.939,81	3.972,03	-0,81	-0,38	17,54	18,53	3.096,58	4.029,50
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	3.953,62	4.089,25	-3,32	-3,75	64,77	60,13	2.293,70	4.221,87
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	25.930,03	26.384,28	-1,72	0,09	29,26	32,45	18.874,14	27.287,12
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	84.673,02	84.950,95	-0,33	0,87	7,85	9,48	72.989,93	84.997,13
Indonésia	Jacarta	JCI	8.361,93	8.416,88	-0,65	2,43	18,11	17,21	5.967,99	8.416,88
Tailândia	Bangcoc	SET	1.270,04	1.280,07	-0,78	-3,01	-9,30	-12,58	1.062,78	1.462,48
Taiwan	Taipé	TAIEX	26.756,12	27.447,31	-2,52	-5,23	16,15	18,67	17.391,76	28.334,59

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP - INSTITUTO DE QUÍMICA/USP
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90023/2025 – IQ/USP (UASG) 102137

PROCESSO SEI Processo SEI nº 154.00013053/2025-11

O INSTITUTO DE QUÍMICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO,** sob nº **90023/2025 – IQ/USP,** do tipo menor preço, para **FORNECIMENTO DE BARRICAS DE PAPELÃO, BOMBONAS HOMOLOGADAS E BALDES INDUSTRIAIS,** conforme especificações e condições constantes do Edital e seus Anexos.

A data do início do recebimento das propostas eletrônicas é 19/11/2025 às 08H00 e a Sessão Pública de **ABERTURA** esta agendada para o dia **04/12/2025 às 08H30,** por intermédio do sistema eletrônico de contratações – **COMPRAS.GOV.BR**.

O Edital na íntegra encontrar-se-á disponível a partir do dia 19/11/2025 nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes**; **www.compras.gov.br** e **https://doe.sp.gov.br**.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - ESCOLA POLITÉCNICA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°: 41/2025 – EP
PROCESSO SEI Nº: 154.00003691/2025-24

A Escola Politécnica torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob N°: 41/2025 - EP,** do tipo menor preço, cujo objeto é **Serviço de Impermeabilização da laje do Bloco FG do conjunto do Biênio,** conforme especificações e condições constantes em Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 19/11/2025 a partir das 08h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 09/12/2025 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Portal de Compras do Governo Federal - ComprasGov" através do sítio **https://www.gov.br/compras/pt-br**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 19/11/2025, além da página do ComprasGov, citado anteriormente, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes** e **www.imprensaoficial.com.br.**

Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal
Secretaria Executiva de Gestão Integrada
Subsecretaria de Administração Geral
Coordenação de Planejamento, Licitações e Compras Diretas

GDF

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90026/2025

PROCESSO SEI-GDF: 00050-00014041/2025-63. TIPO: Menor Preço. Modo de disputa: Aberto. OBJETO: VIII Olimpíada de Integração das Forças de Segurança, de acordo com as especificações, condições, quantitativos e exigências estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos. VALOR ESTIMADO: 1.307.169,84 (um milhão, trezentos e sete mil, cento e sessenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), PRAZO: Vigência do contrato: 7 (sete) meses a partir da assinatura. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 05/12/2025, às 13h, no https://www.gov.br/compras/pt-br/. UASG 450107. Edital está disponível no endereço acima e no portal http://www.ssp.df.gov.br/licitacoes/.

Brasília/DF, 19 de novembro de 2025.

ADRIANA MELO SANTIAGO
Pregoeira

PETROCHINA INTERNATIONAL (HONG KONG) CORPORATION LIMITED
COMUNICADO DE REVOGAÇÃO DE PROCURAÇÃO

PETROCHINA INTERNATIONAL (HONG KONG) CORPORATION LIMITED, sociedade devidamente constituída e existente sob as leis da República Popular da China, com sede em 1201 Central Plaza, 18 Harbour Road, Wanchai, Hong Kong, neste ato representada por seu procurador legalmente constituído, o Sr. Pengjun Liu, cidadão chinês, economista, casado, portador do Registro Nacional Migratório (RNM) nº B2997199, com classificação Residente, inscrito no CPF/MF sob o nº 038.143.967-40, com endereço comercial na Rua Lauro Muller, nº 116, Salas 3701 e 3702, Botafogo, CEP 22290-160 (doravante referida como "PetroChina"), vem, por meio deste instrumento, comunicar a revogação da procuração anteriormente outorgada ao **Sr. Bruno Rodrigues Furtado de Mendonça**, brasileiro, empresário, solteiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 054.342.787.04, com endereço profissional na Rua Sete de Setembro, nº 92, sala 2207, Centro, Rio de Janeiro, RJ. A referida procuração foi concedida com amplos poderes, sem prazo de validade e já se encontra revogada desde 1º de abril de 2025 em virtude da nomeação de novo representante legal da empresa. Esta revogação é feita de forma expressa, irrevogável e com efeitos imediatos, sendo válida perante quaisquer terceiros, incluindo, mas não se limitando a repartições públicas, agências reguladoras, instituições financeiras, bancos, empresas privadas e demais órgãos públicos ou privados, para que não sejam reconhecidos ou aceitos quaisquer atos praticados pelo antigo procurador acima identificado em nome da empresa.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 2025

SÚMULA DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

A COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. torna público, que irá solicitar ao Instituto Água e Terra - IAT, a Autorização Florestal para corte árvores, no município de Lindoeste, para implantação de rede de energia elétrica do programa Paraná Trifásico, projetos n° 1585811, 1585827 e 1585828.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°: 049/2025 - FZEA - Nº da Licitação ComprasGov: 90049/2025
PROCESSO SEI Nº: 154.00013411/2025-96

A Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob N°: 049/2025 - FZEA,** do tipo menor preço, cujo objeto é Aquisição de Papel toalha e papel higiênico PARA ALMOXARIFADO (FZEA/USP), conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 19/11/2025 a partir das 08h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 09/12/2025 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Sistema de Compras do Governo Federal" através do sítio **www.compras.gov.br**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 19/09/2025, além da página do Sistema de Compras do Governo Federal, citada anteriormente, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes** e **www.imprensaoficial.com.br**.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP - PREFEITURA DO CAMPUS USP "FERNANDO COSTA" – PUSP-FC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2025 - PUSP-FC
Processo SEI nº 154.00013054/2025-66

Torna-se público que a Universidade de São Paulo, por meio da Prefeitura do Campus USP "Fernando Costa", realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob nº 48/2025 - PUSP-FC, do tipo menor preço, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE CABO DE FIBRA ÓPTICA, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 19/11/2025 a partir das 09h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 04/12/2025 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Portal de Compras do Governo Federal" através do sítio **www.gov.br/compras**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 19/11/2025, nas página: **www.gov.br/compras** e **https://portalservicos.usp.br/contratacoes** .

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR
Campus de Paranaguá - UASG: 928591

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO
EDITAL Nº 91411/2025 – PROTOCOLO Nº 24.261.109-8

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia para Execução de construção de caixa de corrida de Elevador para Acessibilidade do Campus de Paranaguá da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) **Valor máximo do edital**, é de R$ 114.698,99 (cento e quatorze mil, seiscentos e noventa e oito reais e noventa e nove centavos)
Acolhimento de Propostas: A partir das 08h00 do dia 19/11/2025.
Início da Sessão de Disputa: A partir das 08h00 do dia 04/12/2025.
Critério de Julgamento: Menor Preço
Retirada do edital deverá ser realizada nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas https://pncp.gov.br/, www.comprasparana.pr.gov.br. Informações complementares poderão ser obtidas, pelo e-mail: natalia.lima@unespar.edu.br e compras.paranagua@unespar.edu.br ou pelo telefone (41) 3189-2307

Paranaguá, 17 de novembro de 2025.
Moacir Dalla Palma - Diretor Geral Do Campus De Paranaguá
REITORIA/UNESPAR - PORTARIA Nº 1180/2023

SÚMULA DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

A Copel Distribuição S.A, torna público que irá solicitar ao Instituto Água e Terra - IAT, Autorização Florestal para supressão de vegetação, Programa Paraná Trifásico, entre os municípios de Rio Azul – Mallet/PR.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberta na ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, a seguinte licitação, tipo de julgamento MENOR PREÇO: Modalidade: Pregão Eletrônico – nº 09/2025 – EACH. Número da Licitação: 90009/2025 - CONTRATANTE (UASG) 102168 – EACH/USP - Processo SEI nº 154.00011937/2025-31. A Escola de Artes, Ciências e Humanidades torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob N°: 09/2025 – EACH, do tipo menor preço, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUM DE ENGENHARIA PARA ADEQUAÇÃO DA SALA DAS PSICÓLOGAS, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 21/11/2025 a partir das 08h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 05/12/2025 às 08h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "compras.gov" através do sítio **https://www.gov.br/compras/pt-br**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 21/11/2025, além da página do "compras.gov", citada anteriormente, nos seguintes endereços: **https://www5.each.usp.br/licitacoes-em-andamento/** e **www.imprensaoficial.com.br.**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos
1º TERMO DE RETIFICAÇÃO EDITAL E REABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N°: 044/2025 - FZEA
Nº da Licitação Compras.Gov: 90044/2025 - PROCESSO SEI Nº: 154.00010247/2025-65

Objeto: SONDAS E TUBOS ENDOTRAQUEAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL VETERINÁRIO (HOVET) conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Em virtude da necessidade de retificar a data de abertura do certame por conveniência administrativa da FZEA-USP, alterando o edital e seus anexos, nestes termos passamos às seguintes alterações: ONDE SE LÊ: PREGÃO ELETRÔNICO N°: 044/2025 – FZEA Nº da Licitação Compras.Gov: 90044/2025. LEIA-SE CORRETO: PREGÃO ELETRÔNICO N°: 050/2025 - FZEA Nº da Licitação Compras.Gov: 90044/2025. ONDE SE LÊ NO EDITAL, TERMO DE REFEREÊNCIA E SEUS ANEXOS: DATA DA SESSÃO PÚBLICA: - Dia: 18/11/2025 HORÁRIO DA FASE DE LANCES: - 09h00. LEIA-SE CORRETO NO EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS: DATA DA SESSÃO PÚBLICA: - Dia: 04/12/2025 HORÁRIO DA FASE DE LANCES: - 09h00. AS DEMAIS INFORMAÇÕES E PRAZOS PERMANECEM INALTERADAS. Pirassununga, 17 de novembro de 2025. Profa. Dra. Carmem Sílvia Fávaro Trindade - Diretora de Unidade de Ensino - FZEA/USP.

Valor 25 anos | 100 anos de Globo
Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

EM DIFERENTES PLATAFORMAS E EM DIVERSOS CONTEXTOS, AS MARCAS DA EDITORA GLOBO SÃO A MELHOR OPÇÃO PARA O SEU ANÚNCIO, PORQUE ENTREGAM O QUE CADA PÚBLICO QUER: CONTEÚDOS DE QUALIDADE COM CREDIBILIDADE.

ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.

EDITORA GLOBO

ines249

O papel das corretoras na venda de CDBs do Master, 'com FGC'

Fernando Torres

Uma das principais críticas que se faz ao Banco Master, que foi liquidado extrajudicialmente ontem pelo Banco Central, é que o banco cresceu com base na oferta de CDBs com garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

De acordo com essas críticas, foi o uso indiscriminado e ostensivo do nome do FGC que permitiu que o banco vendesse os CDBs com retorno bem acima da média do mercado — pagando 120% ou até 140% do CDI — e que agora vai gerar um ônus de R$ 41 bilhões para o FGC, e consequentemente para os usuários do sistema financeiro.

De fato, sem a garantia do FGC, o banco não teria multiplicado seu tamanho por 10 vezes nos últimos anos.

Mas não era o Master em si (ou pelo menos não sozinho) que usava o nome do FGC como argumento de propaganda para conseguir fazer captações.

O banco liquidado não tinha rede própria de distribuição — ou seja, gerentes e assessores de investimento espalhados pelo país — capaz de vender CDBs para mais de 1,6 milhão de investidores no Brasil.

Ele só conseguiu captar tanto dinheiro porque se valeu da estrutura de plataformas de investimento (leia-se corretoras) que vendiam seus produtos em troca de uma comissão.

É na comunicação dessa força de vendas que a garantia do FGC surge com proeminência na venda de títulos bancários. E isso não é surpresa, dado que, além de ser verdade, é um ótimo argumento para convencer um investidor que está saindo da poupança.

A remuneração que a corretora recebe pela venda de um CDB não fica transparente para o investidor. Ela pode se dar de duas formas, que às vezes se somam. Uma direta, pela estruturação da operação e pelo incentivo de venda. E outra por meio de um spread. Em um exemplo: o banco emite o CDB com taxa de 140% do CDI, mas a corretora vende para o cliente com taxa de 120%, e fica com a diferença.

A parte boa da existência da combinação de venda de CDBs via plataformas e da garantia do FGC é que foi isso que permitiu que o Brasil tivesse um mínimo de incremento na competição bancária nos últimos anos. Bancos pequenos e médios sempre conseguiram emprestar dinheiro no país, mas sofriam para captar depósitos. E foi esse modelo que viabilizou esses negócios.

A parte ruim dessa história é o risco moral. Quando se vende ou se compra um produto com uma garantia tão boa quanto a do FGC, perde-se o incentivo para uma análise cuidadosa da saúde financeira do emissor do título bancário.

Segundo uma fonte ligada ao Master, que vendia CDBs de longo prazo, as comissões acabam ficando próximas de 3% do valor da captação, enquanto pessoas ligadas a corretoras sustentam que o índice era menor, em torno de 0,30% ao ano, o que daria uma taxa de 1,5% em cinco anos.

Segundo essas estimativas, e quando se pensa apenas nos R$ 41 bilhões que terão que ser honrados pelo FGC, a comissão que corretoras receberam pela venda dos CDBs do Master teria somado entre R$ 615 milhões e R$ 1,23 bilhão nos últimos anos.

Pela própria participação de mercado, XP e BTG foram as duas principais plataformas que venderam os produtos, sendo que a primeira teria custódia hoje de cerca de R$ 30 bilhões e o BTG, de R$ 6,6 bilhões em papéis ligados ao Master (embora parte deles seja da Will e não tenha entrado na liquidação). Fazendo as contas, a XP pode ter obtido receita de até R$ 900 milhões vendendo CDBs do Master, e o BTG, de R$ 200 milhões.

E isso não considera ganhos que as mesmas plataformas têm quando elas prestam um serviço adicional para o cliente arrependido que resolve se desfazer desses produtos antes do vencimento. Nessa hora, elas ajudam a encontrar um outro comprador e, nessa transação, ganham novamente um spread.

Ou seja, a corretora vende um produto sem precisar ter tanto rigor sobre a saúde financeira do emissor, dada a garantia do FGC. E se o cliente acabar não gostando, ela ganha de novo.

Um argumento que as corretoras usam é que a remuneração na venda de CDBs do Master não seria maior do que a que o cliente pagaria se comprasse CDB de outro banco — a não ser pelo prazo maior, o que acabava elevando o percentual total —, ou em fundos de investimentos, que chegam a ter taxas de 2% ao ano.

Mas a realidade é que, quando uma corretora vende um fundo ou outro papel de renda fixa corporativa com expectativa de retorno de 120% ou 140% do CDI, o cliente vai correr risco. Seja de mercado ou de crédito, ou os dois. E no CDB com garantia do FGC não há nem um nem outro, o que dá muito mais conforto para quem vende.

Outro argumento das corretoras é que o problema do Master foi no ativo, e não no passivo. Mas donos de corretoras poderiam desconfiar que o modelo de captação a 140% do CDI era insustentável.

O fato é que, quando ocorre um caso como esse do Master, uma das coisas que se espera é que se tome providências para evitar que o episódio se repita.

E o Banco Central já tomou algumas medidas, principalmente ligadas ao limite de captação com garantia do FGC (algumas que talvez tenham acelerado a própria crise do Master) e também relacionada ao risco de se carregar precatórios como ativo dentro de um banco.

Mas talvez haja mais coisa a ser feita. Uma ideia já noticiada seria o BC "importar" da CVM a regra de transparência sobre a comissão que as corretoras ganham quando vendem um CDB. Outra seria a de limitar a garantia do FGC ao principal aportado, sem incluir os rendimentos, e uma alternativa seria pagar apenas parte dos rendimentos, e não todo ele, no caso de uma liquidação.

Outras ideias devem surgir. Mas o fato é que não há hoje, nem na regulação, e nem na prática das corretoras, algo que impeça que o caso Master se repita.

Fernando Torres é editor-executivo do Valor
E-mail fernando.torres@valor.com.br

Investimentos Nomes como XP, BTG e Nubank reúnem cerca de R$ 45 bilhões e clientes contam com ressarcimento pelo FGC

Caso Master expõe conflito de interesses em plataformas

Adriana Cotias
De São Paulo

A intervenção extrajudicial decretada pelo Banco Central no Banco Master reacende a discussão sobre o potencial conflito de interesses na oferta de investimentos nas plataformas de varejo. XP, BTG Pactual e Nubank reúnem cerca de R$ 45 bilhões em papéis da instituição controlada por Daniel Vorcaro, considerado um forasteiro no mercado financeiro por seus pares.

Mas o que está de fato ao alcance dos distribuidores na curadoria do que colocam à venda, quando há casos de fraude envolvendo os ativos? Procuradas, as instituições não comentaram.

A XP é a maior distribuidora de títulos de bancos de pequeno e médio porte e detém cerca de 70% dos ativos emitidos pelo Master e da Will Financeira. Mas o percentual de clientes com volume acima do limite do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) era irrelevante, entre 0,03% e 0,04%, segundo fonte próxima à plataforma.

O BTG Pactual reúne R$ 6,7 bilhões, com apenas R$ 37 milhões fora da cobertura do FGC, relatou uma fonte. A plataforma não vendia novos ativos do banco desde dezembro de 2024.

O Nubank, que se destaca pela oferta de carteiras por objetivos dos clientes, também acabou colocando papéis do Master na sua prateleira, com quase R$ 3 bilhões no estoque, mas 99% cobertos pelo FGC. Diferentemente de XP e BTG, a instituição não conta com a distribuição de terceiros no canal das assessorias independentes. Mas já não fazia distribuição primária desde julho de 2024.

O que se diz no setor é que foi às custas de altas comissões que o Master acelerou sua captação. O sócio de um escritório diz que elas rondavam de 3% a 5%, com metade disso remunerando a ponta comercial, e a outra parcela virando receita para o distribuidor. No começo, não destoava dos demais ativos de emissão bancária, mas conforme o Master foi ampliando o prazo dos papéis, essa receita também cresceu.

Outra fonte ligada a uma plataforma diz que, para os assessores, a média de remuneração era de 0,3%, em linha com os demais ativos. Em papéis com prazo de cinco anos, oscilava entre 1,5% e 2%.

O FGC dá cobertura de até R$ 250 mil por CPF ou CNPJ em perdas relacionadas a instituições que entram em liquidação ou regime especial. Assegura depósitos em conta corrente, a prazo, poupança e letras de crédito imobiliário e do agronegócio (LCI e LCA). Acima desse valor, o investidor entra na fila de credores da massa falida. O fundo cobre tanto o principal quanto a capitalização de juros até a data da intervenção.

> Tempo entre problema detectado até a liquidação permitiu que investidor acima do FGC se enquadrasse

O setor financeiro discute com o regulador proposta para que o fundo reembolse apenas o principal, para não haver o incentivo adverso dos intermediários para vender papéis bancários usando a garantia do FGC como peça de marketing. O argumento é que o investidor acaba negligenciado o risco.

Alguns defendem que as plataformas também arquem com parte das perdas em casos correlatos ao do Master ou que haja um limite para levantar dinheiro nessas estruturas. Mas isso afetaria a competição e ampliaria o custo de "funding" daquelas que não têm rede própria de distribuição.

Um executivo do setor entende que o BC tem sido sensível às questões concorrenciais porque foi o advento das plataformas de varejo e o seguro do FGC que permitiram o avanço de bancos digitais, a redução de tarifas para o consumidor e o barateamento do custo de captação das instituições menores. Impor qualquer pedágio a elas ou às corretoras seria dar passos atrás e voltar ao estágio de maior concentração bancária. O custo recairia sobre os emissores e representaria uma "concorrência desleal" para os novatos.

O lapso temporal entre os problemas financeiros do Master até o desfecho de ontem permitiu que investidores que estavam expostos acima do limite de R$ 250 mil do FGC se enquadrassem, vendendo o excesso no secundário. A conta do FGC, que poderia ser aliviada, voltou ao ponto inicial. O fundo estima em R$ 41 bilhões o volume que vai ressarcir a 1,6 milhão de investidores.

Quando o BC rejeitou a compra do banco pelo BRB, em maio, o Master parou de fazer novas emissões, mas as negociações "pegaram fogo" no secundário, "mais por ganância dos próprios investidores", que viam aquelas taxas gordas de remuneração, do que propriamente pela venda ativa das assessorias, diz uma fonte do setor.

Se a transação é feita no meio digital ou pelos assessores internos das plataformas, isso pode até não gerar comissão na ponta, mas engorda o bolo do intermediário financeiro pela diferença de "spread", explica um profissional. É o jogo do secundário que envolve a negociação de qualquer ativo financeiro.

Se o cliente vende um papel de R$ 1 mil por R$ 500 para se livrar do papel que considera tóxico e o distribuidor o revende a R$ 700 para outro cliente, embolsa cerca de R$ 200, ou 20% do valor do título. "No secundário, a festa correu solta, impossível dizer quanto as plataformas ganharam. Imagina um cliente vendendo com 30% a 50% de deságio e o intermediário colocando isso para outros clientes?", provoca um profissional que atua sob o modelo de "fee fixo", de taxa fixa, em que a remuneração do serviço é paga pelo cliente.

O mais comum no Brasil é o comissionado, em que os asessores ganham rebates de fundos, parcela das taxas de distribuição na venda de valores mobiliários e títulos bancários ou algo do spread.

A partir da revisão regulatória da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na resolução 179, de transparência de custos, e em parte da 175, que reformou o mercado de fundos, o fee fixo passou a compor a oferta de forma mais corrente. Só que o escopo da autarquia se limita a valores mobiliários e híbridos, como os certificados de operações estruturadas (COE) de terceiros. Os títulos de emissão bancária, debaixo da supervisão do BC, não entram nesse bolo.

Na divulgação de seus resultados do terceiro trimestre, na segunda-feira, a XP enfatizou ser a única plataforma a dar a alternativa para o investidor escolher o modelo de remunerar o serviço de aconselhamento. Muitos escritórios têm adotado um formato híbrido, com o fee fixo para parte da carteira e o comissionado em paralelo, para determinados ativos.

A XP relatou ter alcançado 21% da sua base de varejo no modelo de fee fixo. Victor Mansur, executivo-chefe de finanças (CFO) da companhia, citou que o segmento representa cerca de R$ 1,2 trilhão, do total de R$ 1,4 trilhão em custódia na plataforma, o que daria cerca de R$ 30 bilhões.

Mas será que faltou uma melhor seletividade na oferta de produtos que se provariam de má qualidade? Um interlocutor diz que, quando há fraude, não há curadoria que salve o investidor ou a plataforma das armadilhas. O que cabe à distribuição, afirma, é conferir se o perfil do cliente está sendo respeitado, se não há concentração e se ele entende os riscos.

O que já vem sendo feito, diz essa fonte, é o aperto da regulação, a exemplo da proibição de usar o mecanismo do FGC para captar e investir em ativos ilíquidos, como precatórios ou participação em empresas. O excesso de captação passou a ser obrigatoriamente destinado a títulos públicos. São medidas desenhadas sob medida para o caso Master, mas a percepção é que o intervalo para passarem a valer deixou a porteira aberta para o banco seguir levantando recursos.

O caminho do FGC

O passo a passo para quem tem investimentos em bancos em liquidação

Cobertura

- Depósitos à vista (o dinheiro na conta corrente)
- Depósitos a prazo (CDB, RDB)
- Letras de crédito (LCI e LCA)

Valor coberto
R$ 250 mil por CPF ou CNPJ de empresa não financeira

Instituições liquidadas pelo BC

- Banco Master
- Banco Master de Investimento
- Letsbank
- Master Corretora de Câmbio

Prazo médio para o reembolso
30 dias

- Investidor precisa baixar app do FGC no Google Play ou Apple Store
- Realizar o cadastro para acompanhar o processo

Volume a ser ressarcido
R$ 41 bilhões

Número de credores
1,6 milhão

Fonte: FGC

Fundos de investimento do grupo devem ter novo administrador

Victoria Netto
Do Rio

Após o Banco Central (BC) decretar ontem a liquidação extrajudicial do Banco Master e da Master Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários (CCTVM), os 55 fundos de investimento sob administração fiduciária da corretora devem ganhar novos administradores ou encerrar a operação, conforme prevê a norma da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que dispõe sobre esses casos.

Quando um banco entra em liquidação, como no caso das empresas do grupo Master, a resolução CVM 175 determina que o liquidante, responsável por conduzir a liquidação, deve seguir todas as regras dos fundos e pode tomar três medidas: convocar os cotistas para escolher novos prestadores de serviço, encerrar o fundo ou pedir à CVM que nomeie um gestor ou administrador temporário.

Segundo Carlos Portugal Gouvêa, sócio do PGLaw e professor da USP, a decretação de liquidação apenas indica que o banco não poderá mais continuar realizando este serviço para o fundo. Para ele, o caminho mais rápido é que os próprios investidores se organizem. "Cotistas com 5% de uma classe podem convocar assembleia para eleger um novo administrador", diz. Caso algum fundo precise ser liquidado, afirma que isso não ocorre por inércia. "Mesmo que seja necessário liquidar o fundo, seria essencial indicar um novo administrador."

Sócio da área de fundos do Lobo de Rizzo, Guilherme Cooke destaca que a estrutura da indústria já prevê esse tipo de risco. Segundo ele, a liquidação afeta apenas o vínculo com o prestador de serviço, e não o patrimônio. O principal impacto, diz, é operacional. "O único risco é a cessação da prestação de serviço temporária, mas não a perder dinheiro."

Cooke ressalta que perdas ocorrem apenas quando o fundo investe diretamente em ativos do banco. "Quem sai prejudicado nessa história é quem tem CDB do Banco Master", afirma. Ele lembra que, se houver investimento em crédito do banco, o fundo vira credor na massa falida e em processo de execução e, apesar de poder acionar o Fundo Garantidor de Créditos (FGC), a cobertura é limitada a R$ 250 mil. "A gente não tem o cotista do fundo protegido, mas o fundo conta com essa proteção pequena. Ele vai fazer o processo no FGC e entrar na fila para tentar reaver alguma coisa", explica

Matheus Corredato Rossi, sócio do Bocater Advogados, reforça que o patrimônio dos fundos não se confunde com o da administradora. Segundo ele, embora o liquidante possa sugerir a liquidação do fundo, na prática, a tendência é a continuidade: "Não é o caso de decretar a liquidação do fundo, que não tem nada a ver com a situação da administradora". Ele destaca que o BC já nomeou o liquidante no próprio decreto e que a CVM só assume diretamente se houver pedido formal.

Os fundos de investimento no Brasil se dividem em duas grandes categorias: os fundos financeiros, que aplicam em ativos mais simples e padronizados, e os fundos estruturados, que investem em ativos mais específicos e geralmente mais arriscados.

Os fundos financeiros são fiscalizados pela área técnica da CVM responsável pelos investidores institucionais, a SIN, e se organizam em quatro grupos conforme o principal risco que assumem: renda fixa, focada em juros e inflação; ações, exposta à oscilação de papéis negociados em bolsa; cambial, ligada ao movimento de moedas estrangeiras; e multimercado, que combina diferentes tipos de risco sem concentração obrigatória em nenhum deles.

Conforme informações disponíveis na CVM, a Master Corretora SA CCTVM administra oito fundos de investimento imobiliário (FII), sete fundos de investimentos em participação (FIP), um fundo mútuo de privatização (FMP) e 39 fundos de investimentos financeiros.

ines249

Tributário 2ª Turma da Corte rejeitou, em três julgamentos, pedidos para que custos de produção fossem considerados insumos

STJ nega créditos de PIS e Cofins para distribuidoras de combustíveis

Luiza Calegari
De Brasília

A 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, por unanimidade, que as distribuidoras só podem aproveitar créditos de PIS e Cofins na aquisição de insumos para produção de combustíveis se houver expressa previsão legal. O colegiado julgou três recursos especiais que tratavam do mesmo assunto.

A controvérsia foi instalada porque parte do setor opera sob o regime da monofasia, em que a empresa produtora ou importadora — o primeiro elo da cadeia — recolhe o tributo devido pelos entes seguintes. O STJ já tem um precedente vinculante, no Tema nº 1.093, de 2022, que veda a constituição de créditos de PIS e Cofins sobre componentes de custo de aquisição de bens com tributação monofásica.

Em um dos recursos julgados, a distribuidora pretendia descontar os créditos de PIS e Cofins pela aquisição de gasolina "A" e óleo diesel "A", que são usados na mistura para composição da gasolina "C" e do diesel BX a B30, respectivamente (REsp 2194658).

Nesse processo, os ministros acompanharam por unanimidade o entendimento do relator, Francisco Falcão. Ele ajustou seu voto, que anteriormente não conhecia do recurso, para coincidir com a fundamentação apresentada pelo ministro Marco Aurélio Bellizze, de que a distribuidora não fabrica tecnicamente a gasolina "C", não se configurando como produtora, e nem recolhe os tributos que pretende creditar.

> "Direito aos créditos reduziria sensivelmente o custo tributário"
> *Maria A. dos Santos*

No segundo recurso julgado, outra distribuidora queria se creditar pela aquisição de álcool etílico anidro combustível (AEAC), também usado na produção da gasolina "C". Para essa hipótese, Bellizze, que era o relator, considerou que chegou a haver previsão legal para o aproveitamento de créditos, mas apenas a partir de 2008, com a edição da Lei nº 11.727. Também por unanimidade, o pedido do contribuinte foi negado, uma vez que era anterior à norma (REsp 1711904).

No último caso analisado, a distribuidora queria aproveitar créditos pela aquisição de etanol hidratado para revenda entre 21 de julho de 2017 (quando foram editados os decretos nº 9.101 e nº 9.112) e 30 de abril de 2025 (publicação da Lei Complementar nº 214).

Nesse processo, o relator Bellizze levou em consideração que, nesse período, o regime de tributação do álcool variou entre a monofasia e a bifasia. No entanto, afirmou, a legislação específica proibiu expressamente o direito de creditamento em relação ao álcool hidratado para revenda, independentemente do regime de incidência tributária (REsp 1965163).

Em maio, a 1ª Turma tinha analisado uma questão parecida e decidido que o regime monofásico não impede o creditamento quando há autorização legal expressa. Por unanimidade, o colegiado acompanhou o voto da relatora, Regina Helena Costa, que entendeu que essa autorização foi dada a partir da edição da Lei nº 11.727, em 2008.

A ministra julgou que não se aplicava ao caso o entendimento do Tema 1.903 dos recursos repetitivos. Isso porque, segundo ela, o precedente foi formulado para os bens destinados à revenda. Não se referia aos insumos de produtos destinados à venda, como no caso dos autos (REsp 1971879).

Esse ponto gerou divergência entre as duas Turmas, explica Paulo Boechat Tôrres, sócio do Mauler Advogados. Isso porque a fundamentação da 2ª Turma considerou que a distribuidora não é produtora da gasolina tipo "C", o que pressupõe o entendimento de que o álcool anidro não seria um insumo.

DIVULGAÇÃO

Paulo Boechat Tôrres: julgamentos evidenciam que a legislação ordinária sobre o PIS e a Cofins não tem sido suficiente

Essa discordância, no entanto, não deve justificar um pedido de uniformização da jurisprudência direcionado à 1ª Seção, uma vez que o STJ só costuma julgar divergências entre acórdãos que tratam do mesmo objeto e analisam a mesma legislação, explica o advogado.

"Como a 2ª Turma não analisou a questão sob o prisma da Lei nº 11.727, apenas disse que ela não se aplicava ao caso analisado, creio que vão colocar dificuldade na admissão de eventuais embargos de divergência sobre o tema. As nuances entre os acórdãos tornam a equiparação difícil", opina Tôrres.

Segundo ele, os julgamentos evidenciam que a legislação ordinária sobre o PIS e a Cofins não tem sido suficiente para amparar os pedidos de creditamento de produtos do setor de combustíveis. "O STJ vem reforçando que é necessária legislação adicional conferindo esse direito ao creditamento, em consonância com as balizas já traçadas pelo próprio tribunal, centralizando a discussão sobre o tema."

Maria Andréia dos Santos, sócia do Sanmahe Advogados, destaca que, com o entendimento firmado pelas turmas, o impacto para as distribuidoras será principalmente financeiro, pois o direito ao creditamento "reduziria sensivelmente o custo tributário" na cadeia.

No entanto, segundo ela, o entendimento dos colegiados é "coerente com a mecânica do regime monofásico", uma vez que só há direito ao crédito quando há tributação na operação de saída.

Tattiana de Navarro, sócia do Oliveiras Navarro Advocacia, entende que o posicionamento consolida uma linha rígida a respeito do creditamento. "Em termos práticos, reduz-se de forma sensível o espaço de planejamento tributário baseado em créditos, quando adquiridos sob regime monofásico e empregados em misturas ou operações em que a distribuidora não é reconhecida como efetiva agente produtiva", diz. "Esses custos permanecem integralmente incorporados ao preço de aquisição, comprimindo a margem da atividade e reforçando a concentração da carga na origem", conclui.

Em nota, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) destaca que o ponto central dos três julgados foi a impossibilidade de usar o argumento do regime geral da não cumulatividade do PIS e da Cofins para obter créditos. "O crédito só é admitido quando a legislação específica assim determina", diz.

De acordo com o órgão, os combustíveis discutidos no processo nunca poderiam ser considerados insumos. "Eles constituem custo de aquisição, cujo creditamento só é possível quando o legislador, por lei específica, autoriza expressamente. Nunca por serem insumos, mas sim por serem custos na aquisição do produto que, ao fim, será revendido", afirma.

Corte analisa recurso do Itaucard contra a PagSeguro

Beatriz Olivon
De Brasília

A PagSeguro saiu na frente no julgamento em que a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) analisa uma ação pela qual o Itaucard pede o ressarcimento de R$ 18 mil que pagou a um cliente que caiu no chamado "golpe da maquininha" ou "golpe do motoboy". Após o voto da relatora, a análise foi suspensa por um pedido de vista.

No julgamento, advogados destacaram que o tema já foi julgado pela 4ª Turma do STJ. Na ocasião, os ministros reconheceram a responsabilidade solidária de credenciadora em situação similar. Além disso, recentemente, a 3ª Turma determinou que seja feita uma perícia na área de compliance e gestão de riscos da PagSeguro, em um caso sobre fraude bancária.

O novo caso em julgamento na 3ª Turma é um recurso da Itaucard contra decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) que concluiu que a PagSeguro não teve participação em evento fraudulento, de modo que fosse capaz de responsabilizar a empresa de tecnologia em pagamentos pelo prejuízo sofrido pelo banco. Isso porque a PagSeguro não teria sido a beneficiária do pagamento, mas mera intermediária.

DIVULGAÇÃO

O banco alega responsabilidade solidária e objetiva da PagSeguro por ela ser integrante da cadeia de fornecimento dos serviços de pagamento via cartão de crédito e em razão do risco da atividade desenvolvida. Na ação de regresso, pede a responsabilização da credenciadora por golpes praticados por usuários do método de pagamento das maquininhas de cartão.

A ação foi originada a partir da reclamação de um cliente do Itaú que sofreu o "golpe do motoboy" ou "golpe da maquininha" e teve mais de R$ 18 mil subtraídos da sua conta bancária. O Itaú propôs ação de regresso contra a PagSeguro pedindo o ressarcimento de prejuízos. Isso porque teve que ressarcir o cliente, segundo explicou na sustentação oral o advogado que representou o banco no processo, Caio Oliveira.

> "Examinarei a ação pela proliferação de maquininhas 'sem nenhum lastro'"
> *Daniela Teixeira*

De acordo com o advogado, a decisão do TJSP não aplicou corretamente a previsão do Código de Processo Civil. Isso porque a PagSeguro não forneceu informações como o cadastro de seus clientes, nem conseguiu demonstrar que preserva os deveres de prévia identificação dos usuários, que seriam "as regras básicas de compliance".

"Embora a recorrida tente fazer crer que a responsabilidade cabe somente ao Itaú, que houve falha do banco, ela demonstra desídia quanto a informações de quem entra na sua plataforma" afirmou Oliveira.

Já o advogado que representa a PagSeguro no processo, João Pinheiro, afirmou que um terceiro usou dados do correntista do Itaú para realizar transações totalmente fora do padrão do cliente e que o banco autorizou que elas fossem realizadas por meio das maquininhas de cartão. "Não há prova de que a mera intermediação tenha permitido a fraude", afirmou.

A empresa não nega seu dever legal nem regulatório. Mas o TJSP entendeu que, no caso concreto, esse dever não foi violado, segundo o advogado. O PagSeguro não tinha acesso ao histórico bancário do cliente do Itaú, segundo Pinheiro.

O advogado afirmou ainda que a decisão da 4ª Turma sobre o assunto não responsabiliza automaticamente o uso de maquininhas. "Parece que o maior player do mercado quer um seguro automático quando a operação passar pelas maquininhas", afirmou.

A relatora, ministra Nancy Andrighi, afirmou que, no caso, devem ser analisadas as previsões do Código Civil e não do Código de Defesa do Consumidor. Segundo a ministra, o fato de a credenciadora saber a quem pertence o cadastro do sistema de pagamento é inerente à sua função, então para haver responsabilidade na ação de regresso é necessário comprovar que houve falha na prestação de serviço que contribuiu para ocorrer o dano.

O artigo 934 do Código Civil estabelece o direito de regresso, que é o direito de cobrar o reembolso de quem deveria ter arcado com o pagamento.

A PagSeguro não teve participação no evento fraudulento, capaz de gerar a responsabilidade pelo prejuízo sofrido, segundo a ministra relatora. "O fato de a credenciadora ser integrante da cadeia de fornecedores não é suficiente para condenação na regressiva, dada ausência de nexo causal e falha na prestação de serviços", afirmou Nancy Andrighi.

A ministra Daniela Teixeira, contudo, pediu vista, suspendendo o julgamento. Daniela pontuou ser claro que o banco responde sobre a relação entre o cliente e o Itaú, mas que gostaria de examinar melhor o recurso porque "há algo de muito estranho no reino das maquininhas". "Há o golpe, o banco ressarce, mas na parte criminal não localizam. Muitas vezes, a maquininha está em um presídio. Quem deu a maquininha?", afirmou.

A ministra disse também que analisará o que chamou de "infestação de fraudes com maquininhas". No julgamento anterior sobre o tema na Turma — na qual a decisão foi unânime —, ela estava impedida.

No pedido de vista, Daniela afirmou que vai examinar a ação de regresso pela proliferação de maquininhas "sem nenhum lastro". Segundo a ministra, das fraudes em que o Itaú é condenado a reembolsar donos das contas, 51% vêm da PagSeguro. "O segundo lugar representa 5%. É realmente estranho que uma empresa esteja entregando maquininhas que são alvo de tantas fraudes", afirmou ela na sessão de julgamento (REsp 2210737).

Por meio de nota, o Itaú afirmou reconhecer que o combate a golpes de engenharia social é um desafio crescente que exige ações coordenadas entre clientes, bancos, credenciadoras, autoridades públicas e outros elos da cadeia. Enquanto os bancos devem investir em educação, diz o Itaú, cabe às credenciadoras adotar processos rigorosos de cadastro, dificultando o acesso de criminosos às maquininhasdecartão. A PagSeguro não se manifestou até o fechamento da edição.

Legislação&Tributos SP

STJ e a definição do crime de poluição ambiental

Opinião Jurídica

Carolina da Silva Leme e Bruno Vinciprova Pileggi

No dia 8 de outubro, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) proferiu decisão de grande repercussão no âmbito do julgamento do REsp 2.205.709/MG, no qual se discutiu a natureza jurídica do crime de poluição ambiental, previsto no artigo 54, da Lei Federal nº 9.605/1998. Essa decisão, de caráter vinculante, altera significativamente o entendimento sobre a configuração do conceito geral do referido delito, particularmente no que se refere à necessidade de prova técnica (perícia) e à definição do que constitui um risco à saúde humana.

A questão central do julgamento foi determinar se a configuração do crime ambiental de poluição exige a comprovação do dano efetivo à saúde humana ou se basta a demonstração da potencialidade de dano. O STJ concluiu que o tipo penal possui natureza formal, ou seja, não é necessário comprovar a ocorrência efetiva do dano à saúde humana, bastando a evidência da potencialidade de causar esse dano.

Esse entendimento implica uma flexibilização nas condições de prova, contrariando expressamente regras gerais do processo penal, que exige o exame do tipo penal (artigo 158 e ss.), uma vez que o tribunal considerou que a configuração da infração ambiental poderia ser demonstrada por qualquer meio de prova idôneo e não necessariamente por meio de perícia técnica. Isso reflete uma mudança significativa, pois historicamente a prova pericial era vista como essencial para atestar os danos causados por atividades poluidoras.

A ampliação do conceito de "risco potencial" traz à tona questões sobre a segurança jurídica dos envolvidos. A ausência de uma perícia técnica obrigatória pode resultar em interpretações subjetivas sobre o que constitui um risco à saúde humana, o que abre espaço para uma maior imprevisibilidade nas decisões judiciais. Tal circunstância pode prejudicar a defesa de empresas e indivíduos acusados, uma vez que a subjetividade da prova pode ser utilizada para configurar a responsabilidade penal, mesmo sem um dano concreto.

Além disso, a flexibilização da prova técnica implica a possibilidade de que, em muitos casos, a decisão seja baseada em outras evidências, como laudos administrativos, declarações de autoridades sanitárias ou até testemunhos. Isso pode resultar em uma maior celeridade nos processos, mas também em um cenário onde a robustez técnica da defesa seja desafiada.

O entendimento do STJ também gera um ponto de tensão entre as esferas penal e administrativa. Enquanto no campo penal a comprovação do risco à saúde humana pode ser feita por diversos meios de prova, incluindo testemunhos ou documentos não técnicos, na esfera administrativa a legislação, como o Decreto nº 6.514/2008, exige explicitamente a apresentação de laudos técnicos para a caracterização de infrações ambientais.

Essa divergência pode gerar confusão prática, uma vez que um fato que, na esfera administrativa, não seja considerado uma infração por falta de laudo técnico, poderia, no campo penal, ser configurado como crime com base tão somente em uma análise subjetiva do risco. Tal diferença pode resultar em uma insegurança jurídica adicional, particularmente para as empresas que operam em setores potencialmente poluentes.

A ampliação da responsabilidade penal para incluir comportamentos que gerem risco potencial sem a efetiva ocorrência de dano levanta ainda uma importante reflexão sobre a função do Direito Penal. Isso porque, o Direito Penal é — e deve ser — a ultima ratio do Direito, ou seja, reservado para as infrações mais graves, cujos danos são concretos, evidentes e não sanáveis pelas demais esferas do Direito, como o administrativo nesse caso. Assim, ao permitir a punição de condutas baseadas tão somente em eventual risco, o STJ parece diluir a excepcionalidade da intervenção penal.

Esse movimento pode ser visto como uma tentativa de prevenção dos danos ambientais e da saúde pública, mas é necessário questionar, conforme exposto acima, a sua realização por intermédio do Direito Penal. Por sua natureza punitiva, o Direito Penal pode ser utilizado de forma mais ampla e, possivelmente, inadequada para situações que poderiam ser resolvidas no âmbito administrativo. A adequação do uso do Direito Penal para tratar de riscos e não de danos efetivos é um ponto que deve ser debatido, especialmente em relação ao equilíbrio entre prevenção e os direitos dos acusados.

A mudança no entendimento do STJ descortina um cenário em que empresas que lidam com atividades potencialmente poluidoras precisam revisar suas práticas de compliance ambiental, especialmente no que se refere à gestão do risco à saúde pública. A falta de necessidade de perícia técnica para a configuração de um crime ambiental torna essencial que as empresas adotem práticas ainda mais rigorosas de monitoramento e mitigação de riscos, a fim de evitar a responsabilização penal por danos potenciais.

Esse novo cenário jurídico também demanda serviços especializados em assessoria jurídica preventiva, a fim de que as empresas atendam às novas exigências do STJ e adaptem suas políticas internas. A consultoria jurídica pode ser essencial na análise de riscos legais e na recomendação de medidas de conformidade para minimizar a exposição a acusações de crimes ambientais, cujos impactos podem ser significativos tanto para as pessoas jurídicas quanto seus administradores.

Carolina da Silva Leme e Bruno Vinciprova Pileggi são, respectivamente, sócia da área de Direito Penal e advogado da área de Ambiental/ESG do Duarte Garcia, Serra Netto e Terra

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE ÁREA METROPOLITANA QUATRO – CPA/M-4
ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2025

O Dirigente da UGE 180.188 torna público, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônica, objetivando a **aquisição de bandeiras e insígnias para o 39º BPM/M**. A sessão pública ocorrerá no dia 02/12/2025, às 08h00, por meio do portal Compras.Gov; no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o edital e seus anexos se encontram disponíveis para consulta. O Comando de Área Metropolitana Quatro – CPA/M-4 é o órgão responsável pela condução do processo licitatório.

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

CNPJ nº 11.004.138/0001-85 NIRE nº 35.3.0037045-7

Ata de Assembleia Geral Extraordinária nº 02/25 Realizada em 29 de Julho de 2025

Aos 29/07/2025, às 10h15min, realizada por videoconferência, tendo como referência a sede sociedade. **Presença:** Acionistas representando 100% do capital social. **Mesa:** Paulo Roberto de Godoy Pereira, Presidente; Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho, Secretário. **Deliberação:** As Acionistas, após análise e discussão do tema previsto na pauta desta Assembleia, tendo em vista a renúncia apresentada pelo Sr. **Fábio Antunes Fernandes**, RG nº XX666488X IFP/RJ, CPF nº XXX.908.017-XX, ao Cargo de Conselheiro Titular, aprovam, a eleição para tal cargo do Sr. **Maurício Dall'Agnese,** RG nº X.X39.631-X SSP/PR, CPF nº XXX.297.059-XX. O mandato vigorará pelo prazo restante do atual mandato do Conselho, ou seja, até a Assembleia Geral Ordinária de 2027, a ser realizada no prazo legal. **Lavratura da Ata:** Nada mais a ser tratado. São Paulo, 29/07/2025. **Mesa:** Paulo Roberto de Godoy Pereira - Presidente; Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho - Secretário. **JUCESP** nº 392.055/25-9 em 10/11/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

bradesco

LEILÃO SOMENTE ONLINE 13 IMÓVEIS
FECHAMENTO: 28/11/2025 a partir das 09h00

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

LOCALIDADES: MA MG PE RJ RO RS SP

✔ À VISTA COM 10% DE DESCONTO
✔ PARCELAMENTO EM 12 MENSAIS IGUAIS OU EM ATÉ 48 PARCELAS*

LOTE 13 - SÃO PAULO/SP - APARTAMENTO nº 13B
C/ 01 VAGA DE GARAGEM COLETIVA
Av. Nelson Palma Travassos, 233 - Cond. Clube Residencial City Jaraguá - (1º pav. da Torre 2) - **LOTEAMENTO CITY JARAGUÁ**
Área Privativa: 58,870m²
Lance Mínimo: R$ 174.000,00 | Mínimo à Vista: R$ 156.600,00

Lances "on-line", *condições de venda e pagamento de cada lote e fotos consulte site do leiloeiro. Mais informações: **https://VITRINEBRADESCO.com.br/**

(11) 3117.1001 | sac@freitasleiloeiro.com.br
Sergio Villa Nova de Freitas - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

www.freitasleiloeiro.com.br

Banco PAN S.A.

Companhia Aberta

CNPJ: 59.285.411/0001-13 - NIRE: 35.300.012.879

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária. Convidamos os acionistas do Banco PAN S.A. ("Banco PAN" ou "Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada em 9 de dezembro de 2025, às 9h30, na Av. Paulista, nº 1.374, 16º andar, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01310-916. Esta convocação é realizada em substituição à convocação publicada na edição do dia 17 de novembro de 2025, no jornal "Valor Econômico", nas versões impressa e digital. Para a presente assembleia, foi adotado o modelo de participação híbrida (digital e presencial), mediante sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia, conforme autorizado pelo art. 124, §2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") e pelo art. 28, §3º, da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), e com o prazo de cadastramento até o final do dia 7 de dezembro de 2025, conforme art. 6º, §3º da Resolução CVM 81. A assembleia será realizada de modo híbrido, como forma de promover maior acessibilidade para os acionistas e aumentar a eficiência no processo de organização e condução dos trabalhos e deliberará sobre a Ordem do Dia. **Considerações sobre as matérias constantes da Ordem do Dia:** Esta AGE é convocada no contexto da proposta apresentada pelo Banco BTG Pactual S.A. ("Banco BTG") envolvendo a incorporação, pelo Banco Sistema S.A. ("Banco Sistema"), da totalidade das ações de emissão da Companhia não detidas pelo Banco Sistema na data de consumação da referida incorporação de ações ("Incorporação de Ações - Banco PAN") e, em ato contínuo, a incorporação, pelo Banco BTG, da totalidade das ações de emissão do Banco Sistema não detidas pelo Banco BTG na data de consumação da referida incorporação de ações, incluindo aquelas criadas em razão da incorporação das ações da Companhia pelo Banco Sistema ("Incorporação de Ações - Banco Sistema" e, em conjunto com a Incorporação de Ações - Banco PAN, a "Operação"). A consumação da Operação está sujeita ao cumprimento prévio das condições suspensivas previstas no Protocolo e Justificação do Banco PAN, e no Protocolo e Justificação do Banco Sistema. Em virtude da consumação de ambas as etapas da Operação, os acionistas da Companhia (com exceção do Banco Sistema e do Banco BTG) receberão 0,2128 *units* de emissão do Banco BTG para cada 1 (uma) ação de emissão da Companhia detida na data de consumação da Operação. Com a conclusão da Operação, a Companhia tornar-se-á uma subsidiária integral do Banco Sistema e, de forma indireta, do Banco BTG. **Ordem do Dia da AGE**: **(i)** Em deliberação preliminar, a ser tomada pelos acionistas titulares das ações de emissão da Companhia em circulação (*free float*) presentes na AGE, nos termos do Parecer de Orientação CVM nº 35, de 1º de setembro de 2008 ("PO CVM 35"), e como condição para a deliberação descrita no item (ii) abaixo, examinar, analisar e aprovar a proposta da Incorporação de Ações - Banco PAN, incluindo, sem limitação, o disposto no Protocolo e Justificação do Banco PAN e seus anexos, o qual prevê a relação de troca proposta para a Incorporação de Ações - Banco PAN, bem como a relação de troca proposta para a Incorporação de Ações - Banco Sistema; e **(ii)** Condicionada à aprovação da deliberação constante do item (i) acima, em deliberação a ser tomada por todos os acionistas da Companhia titulares de ações com direito a voto presentes na AGE, observado o quórum de metade, no mínimo, das ações com direito a voto do Banco PAN, nos termos do art. 252, §2º da Lei das S.A., examinar e aprovar os seguintes atos e documentos relacionados à Operação: (a) a ratificação da contratação da Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda., sociedade limitada, com sede na Avenida Presidente Jucelino Kubitschek, nº 1909, São Paulo Corporate Towers, Torre Norte, 9º andar, Vila Nova Conceição, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04543-907, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.527.788/0001-31, registrada no Conselho Regional de Economia do Estado de São Paulo sob o nº 4194, para elaborar (a.1) o laudo de avaliação das ações de emissão do Banco PAN a serem incorporadas pelo Banco Sistema, com base no valor de mercado das ações do Banco PAN, para fins do aumento de capital do Banco Sistema decorrente da Incorporação de Ações – Banco PAN, nos termos do art. 8º da Lei das S.A. ("Laudo de Avaliação das Ações do Banco PAN - Aumento de Capital"); (a.2) o laudo de avaliação das ações de emissão do Banco PAN, com base no valor econômico (apurado pela metodologia do fluxo de caixa descontado), para fins do disposto no art. 264 da Lei das S.A.("Laudo de Avaliação das Ações Banco PAN"); e (a.3) o laudo de avaliação das ações de emissão do Banco Sistema, com base no valor econômico (apurado pela metodologia do fluxo de caixa descontado) das ações do Banco Sistema, para fins do disposto no art. 264 da Lei das S.A. ("Laudo de Avaliação das Ações Banco Sistema"); (b) o Laudo de Avaliação das Ações Banco PAN - Aumento de Capital; (c) o Laudo de Avaliação das Ações Banco PAN; (d) o Laudo de Avaliação das Ações Banco Sistema; (e) o "Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações de Emissão do Banco Pan S.A. pelo Banco Sistema S.A.", celebrado em 17 de novembro de 2025 entre os administradores da Companhia e do Banco Sistema, que contém todos os termos e condições da Incorporação de Ações - Banco PAN, incluindo, sem limitação, a relação de troca proposta para a Incorporação de Ações - Banco PAN, bem como a relação de troca proposta para a Incorporação de Ações - Banco Sistema ("Protocolo e Justificação do Banco PAN"); (f) a Incorporação de Ações - Banco PAN, cuja eficácia ficará suspensa até que as condições suspensivas previstas no Protocolo e Justificação do Banco PAN tenham sido verificadas; e (g) a autorização para que os administradores do Banco PAN pratiquem todos os atos necessários à consumação da Incorporação de Ações - Banco PAN, incluindo, sem limitação, aqueles previstos no Protocolo e Justificação do Banco PAN. **Informações Gerais: 1. Documentos à disposição dos acionistas.** O Manual de Participação dos Acionistas, contendo a Proposta da Administração ("Proposta") e diretrizes detalhadas para a participação na AGE ("Manual de Participação"), bem como todos os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na AGE, estão à disposição dos acionistas, a partir desta data, na forma prevista na Lei das S.A. e na Resolução CVM 81, e podem ser acessados na sede social da Companhia, em seu website de relações com investidores (http://ri.bancopan.com.br/), bem como nos websites da CVM (www.gov.br/cvm) e B3 (www.b3.com.br). **2. Participação dos Acionistas na AGE.** Nos termos da Resolução CVM 81, o acionista que desejar participar da AGE poderá fazê-lo da seguinte maneira: **(a) Digital**: criando um cadastro com login e senha único no endereço eletrônico https://assembleia.ten.com.br/735345653, observados os prazos e a obrigação de entrega de todos os documentos necessários e previstos no Manual de Participação; **(b) Boletim de Voto a Distância** ("Boletim"): os acionistas poderão optar pela adoção do voto a distância, devendo transmitir o respectivo Boletim até o dia 5 de dezembro de 2025 (inclusive). O Boletim poderá ser enviado: (i) ao escriturador das ações da Companhia, a BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM; ou (ii) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em central depositária; ou (iii) diretamente à Companhia, observadas as regras dispostas no Manual de Participação, disponibilizados na sede social da Companhia, em seu website de relações com investidores (http://ri.bancopan.com.br/), bem como nos websites da CVM (www.gov.br/cvm) e B3 (www.b3.com.br). **(c) Presencial**: realizando o depósito na sede social da Companhia, aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores, até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGE, cópia do documento de identidade com foto e/ou atos societários que comprovem a representação legal (incluindo, no caso de acionistas pessoas jurídicas, cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação, bem como documento de identificação com foto dos representantes legais e, no caso de fundos de investimento, cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social de seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação, bem como documento de identificação com foto dos representantes legais). O acionista representado por procurador deverá, também, depositar o respectivo instrumento de mandato, com poderes especiais e documentos comprobatórios dos poderes dos signatários, com as firmas reconhecidas e o comprovante de identidade do mandatário, no endereço e no prazo acima mencionados. As procurações outorgadas pelos acionistas também poderão ser firmadas por assinatura eletrônica por meio do certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, ou qualquer outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica. **3. Informações adicionais para participação e voto na AGE.** Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação presencial, digital e/ou por meio de voto a distância na AGE, incluindo orientações sobre o acesso de forma digital e para o envio do Boletim, constam do Manual de Participação, contendo a Proposta da Administração da Companhia, e demais documentos disponíveis nos sites da Companhia (http://ri.bancopan.com.br/), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br). Em cumprimento à Resolução CVM 81, a Companhia informa que o percentual mínimo de participação no capital social votante necessário para fins do art. 5º, I-A, da Resolução CVM 81 é de 2% (dois por cento) do capital votante e 1% (um por cento) do capital não votante, nos termos da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022. 18 de novembro de 2025. **Roberto Balls Sallouti -** Presidente do Conselho de Administração.

SOLVÍ ESSENCIS AMBIENTAL S.A.

CNPJ nº 40.263.170/0001-83 - NIRE 35.300.371.780

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 5ª (QUINTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, SOB O RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO, DA SOLVÍ ESSENCIS AMBIENTAL S.A. ("COMPANHIA")

Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação da Série Única ("Debenturistas") da 5ª (quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública sob o Rito de Registro Automático, da Companhia ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos termos do *"Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da Solví Essencis Ambiental S.A."*, celebrado em 15 de maio de 2025, entre a Companhia e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0003-08 ("Agente Fiduciário"), conforme aditada em 05 de junho de 2025 ("Escritura de Emissão"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), a realizar-se no dia 08 de dezembro de 2025, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, por meio da plataforma *"Microsoft Teams"*, nos termos do art. 71, § 2º, da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), sendo o acesso disponibilizado pela Companhia individualmente para os Debenturistas devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** Aprovar a exclusão da redação prevista no Evento de Vencimento Antecipado Não Automático da Cláusula 6.2, inciso (xxiv) da Escritura de Emissão, que atualmente possui a seguinte redação: *"xxiv. oferecimento de denúncia ou existência de investigação, inquérito ou procedimento administrativo ou judicial contra a Emissora, a Fiadora e/ou qualquer de suas Afiliadas, em decorrência do descumprimento das Leis Anticorrupção, ressalvados os procedimentos judiciais envolvendo Afiliadas indicados no Formulário de Referência da Emissora."* **(ii)** Caso a matéria do item (i) acima seja aprovada, autorizar a Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, a realizar todo e qualquer ato necessário para a consecução da deliberação acima, incluindo, a celebração, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da efetiva deliberação, do *"Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da Solví Essencis Ambiental S.A."* ("2º Aditamento à Escritura de Emissão"), a fim de excluir referido inciso do rol dos eventos de vencimento antecipado, bem como renumerar os incisos subsequentes, substancialmente na forma do 2º Aditamento à Escritura de Emissão, o qual constará como anexo à AGD. A Administração da Companhia poderá, oportunamente, disponibilizar aos Debenturistas proposta de administração que será divulgada com no mínimo 05 (cinco) dias corridos de antecedência da realização da AGD, pela Emissora, em seu website www.solviessencis.com.br/ri ("Proposta de Administração"), contendo informações adicionais sobre a AGD e sobre os assuntos constantes da Ordem do Dia. **INFORMAÇÕES GERAIS:** Os Debenturistas interessados em participar da AGD por meio da plataforma *"Microsoft Teams"* deverão solicitar o cadastro para a Companhia com cópia para o Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos ri@solvi.com, avisa@solvi.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGD, manifestando seu interesse em participar da AGD e solicitando o link de acesso ao sistema ("Cadastro"), sendo o link disponibilizado pela Companhia. A solicitação de Cadastro deverá (i) conter a identificação do Debenturista e, se for o caso, de seu representante legal/procurador que comparecerá à AGD, incluindo seus (a) nomes completos, (b) números do CPF ou CNPJ, conforme o caso, (c) telefone, (d) endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na AGD, conforme detalhado abaixo. Nos termos do artigo 71, inciso I, da Resolução CVM 81, além da participação e do voto à distância durante a AGD, por meio da plataforma *"Microsoft Teams"*, também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto à distância, conforme modelo disponibilizado pela Companhia no seu website www.solviessencis.com.br/ri e atendidos os requisitos apontados no referido modelo (sendo admitida a assinatura digital), o qual deverá ser enviado à Companhia e ao Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos ri@solvi.com, avisa@solvi.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente, com antecedência de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGD. Nos termos do artigo 126 e 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para participar da AGD ou enviar instrução de voto, os Debenturistas deverão encaminhar à Companhia e ao Agente Fiduciário (i) cópia do documento de identidade do debenturista, representante legal ou procurador (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) comprovante atualizado da titularidade das Debêntures, expedido pela instituição escrituradora, o qual recomenda-se tenha sido expedido, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da AGD; e (iii) caso o Debenturista seja representado por um procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD ou instrução de voto. O representante do debenturista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial competente, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à assembleia geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o debenturista pessoa jurídica, sendo admitida a assinatura digital. Com relação aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGD caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o debenturista receberá, até 24 (vinte e quatro) horas antes da AGD, as instruções para acesso à plataforma "Microsoft Teams". Caso determinado debenturista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com a Companhia, por meio dos e-mails ri@solvi.com e avisa@solvi.com, com até 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário. A administração da Companhia reitera aos senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. Na data da AGD, o link de acesso à plataforma "Microsoft Teams" estará disponível a partir de 10 (dez) minutos de antecedência e até 10 (dez) minutos após o horário de início da AGD, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 (dez) minutos do início da AGD, não será possível o ingresso do debenturista na AGD, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, a Companhia recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da AGD com pelo menos 10 (dez) minutos de antecedência. Eventuais manifestações de voto na AGD deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de videoconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da AGD. Dessa maneira, o sistema de videoconferência será reservado para acompanhamento da AGD, acesso ao vídeo e áudio da mesa, bem como visualização de eventuais documentos que sejam compartilhados pela mesa durante a AGD, sem a possibilidade de manifestação. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Ressalta-se que os Debenturistas poderão participar da AGD ainda que não realizem o Cadastro prévio acima referido, bastando apresentarem os documentos em **até 30 (trinta) minutos** antes do início da AGD, conforme art. 72, § 2º, da Resolução CVM 81. Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da AGD, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo Debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na AGD por meio de acesso ao link e, cumulativamente, manifestação de voto deste debenturista no ato de realização da AGD, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no artigo 71, §4º, II da Resolução CVM 81. Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (https://www.pentagonotrustee.com.br/) e da Companhia (www.solviessencis.com.br/ri) na rede mundial de computadores, e a Proposta da Administração se encontrará disponível em referidas páginas. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido na Escritura de Emissão, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital. São Paulo, 14 de novembro de 2025. **SOLVÍ ESSENCIS AMBIENTAL S.A**. Nome: Eduardo Alves Rodrigues - Cargo: Diretor Jurídico, e Nome: Frederico Guimarães da Silva - Cargo: Diretor Financeiro

SOLVÍ ESSENCIS AMBIENTAL S.A.

CNPJ nº 40.263.170/0001-83 - NIRE 35.300.371.780

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 4ª (QUARTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, SOB O RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO, DA SOLVÍ ESSENCIS AMBIENTAL S.A. ("COMPANHIA")

Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação da Série Única ("Debenturistas") da 4ª (quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública sob o Rito de Registro Automático, da Companhia ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos termos do *"Instrumento Particular de Escritura da 4ª (quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da Solví Essencis Ambiental S.A."*, celebrado em 13 de março de 2024, entre a Companhia e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0003-08 ("Agente Fiduciário"), conforme aditada em 10 de abril de 2024 ("Escritura de Emissão"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), a realizar-se no dia 08 de dezembro de 2025, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, por meio da plataforma *"Microsoft Teams"*, nos termos do art. 71, § 2º, da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), sendo o acesso disponibilizado pela Companhia individualmente para os Debenturistas devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** Aprovar a exclusão da redação prevista no Evento de Vencimento Antecipado Não Automático da Cláusula 6.2, inciso (xxiv) da Escritura de Emissão, que atualmente possui a seguinte redação: *"xxiv. oferecimento de denúncia ou existência de investigação, inquérito ou procedimento administrativo ou judicial contra a Emissora, a Fiadora e/ou qualquer de suas Afiliadas, em decorrência do descumprimento das Leis Anticorrupção, ressalvados os procedimentos judiciais envolvendo Afiliadas indicados no Formulário de Referência da Emissora."* **(ii)** Caso a matéria do item (i) acima seja aprovada, autorizar a Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, a realizar todo e qualquer ato necessário para a consecução da deliberação acima, incluindo, a celebração, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da efetiva deliberação, do *"Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 4ª (quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da Solví Essencis Ambiental S.A."* ("2º Aditamento à Escritura de Emissão"), a fim de excluir referido inciso do rol dos eventos de vencimento antecipado, bem como renumerar os incisos subsequentes, substancialmente na forma do 2º Aditamento à Escritura de Emissão, o qual constará como anexo à AGD. A Administração da Companhia poderá, oportunamente, disponibilizar aos Debenturistas proposta de administração que será divulgada com no mínimo 05 (cinco) dias corridos de antecedência da realização da AGD, pela Emissora, em seu website www.solviessencis.com.br/ri ("Proposta de Administração"), contendo informações adicionais sobre a AGD e sobre os assuntos constantes da Ordem do Dia. **INFORMAÇÕES GERAIS:** Os Debenturistas interessados em participar da AGD por meio da plataforma *"Microsoft Teams"* deverão solicitar o cadastro para a Companhia com cópia para o Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos ri@solvi.com, avisa@solvi.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGD, manifestando seu interesse em participar da AGD e solicitando o link de acesso ao sistema ("Cadastro"), sendo o link disponibilizado pela Companhia. A solicitação de Cadastro deverá (i) conter a identificação do Debenturista e, se for o caso, de seu representante legal/procurador que comparecerá à AGD, incluindo seus (a) nomes completos, (b) números do CPF ou CNPJ, conforme o caso, (c) telefone, (d) endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na AGD, conforme detalhado abaixo. Nos termos do artigo 71, inciso I, da Resolução CVM 81, além da participação e do voto à distância durante a AGD, por meio da plataforma *"Microsoft Teams"*, também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto à distância, conforme modelo disponibilizado pela Companhia no seu website www.solviessencis.com.br/ri e atendidos os requisitos apontados no referido modelo (sendo admitida a assinatura digital), o qual deverá ser enviado à Companhia e ao Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos ri@solvi.com, avisa@solvi.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente, com antecedência de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGD. Nos termos do artigo 126 e 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para participar da AGD ou enviar instrução de voto, os Debenturistas deverão encaminhar à Companhia e ao Agente Fiduciário (i) cópia do documento de identidade do debenturista, representante legal ou procurador (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) comprovante atualizado da titularidade das Debêntures, expedido pela instituição escrituradora, o qual recomenda-se tenha sido expedido, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da AGD; e (iii) caso o Debenturista seja representado por um procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD ou instrução de voto. O representante do debenturista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial competente, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à assembleia geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o debenturista pessoa jurídica, sendo admitida a assinatura digital. Com relação aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGD caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o debenturista receberá, até 24 (vinte e quatro) horas antes da AGD, as instruções para acesso à plataforma "Microsoft Teams". Caso determinado debenturista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com a Companhia, por meio dos e-mails ri@solvi.com e avisa@solvi.com, com até 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário. A administração da Companhia reitera aos senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. Na data da AGD, o link de acesso à plataforma "Microsoft Teams" estará disponível a partir de 10 (dez) minutos de antecedência e até 10 (dez) minutos após o horário de início da AGD, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 (dez) minutos do início da AGD, não será possível o ingresso do debenturista na AGD, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, a Companhia recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da AGD com pelo menos 10 (dez) minutos de antecedência. Eventuais manifestações de voto na AGD deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de videoconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da AGD. Dessa maneira, o sistema de videoconferência será reservado para acompanhamento da AGD, acesso ao vídeo e áudio da mesa, bem como visualização de eventuais documentos que sejam compartilhados pela mesa durante a AGD, sem a possibilidade de manifestação. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Ressalta-se que os Debenturistas poderão participar da AGD ainda que não realizem o Cadastro prévio acima referido, bastando apresentarem os documentos em **até 30 (trinta) minutos** antes do início da AGD, conforme art. 72, § 2º, da Resolução CVM 81. Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da AGD, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo Debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na AGD por meio de acesso ao link e, cumulativamente, manifestação de voto deste debenturista no ato de realização da AGD, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no artigo 71, §4º, II da Resolução CVM 81. Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (https://www.pentagonotrustee.com.br/) e da Companhia (www.solviessencis.com.br/ri) na rede mundial de computadores, e a Proposta da Administração se encontrará disponível em referidas páginas. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido na Escritura de Emissão, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital. São Paulo, 14 de novembro de 2025. **SOLVÍ ESSENCIS AMBIENTAL S.A**. Nome: Eduardo Alves Rodrigues - Cargo: Diretor Jurídico, Nome: Frederico Guimarães da Silva - Cargo: Diretor Financeiro

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR

Valor 25 | 100 anos de Globo

Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

AVISO DE LICITAÇÃO

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90346/2025.
Nº Processo: 024.00136694/2025-00.
Objeto: Registro de preço para aquisição futura - Densitometria óssea.
Total de Itens Licitados: 01 (Um).
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 19/11/2025.
Horário: Das 08h00 às 17h59.
Endereço: Avenida Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar - sala 200 - São Paulo/SP.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br .
Entrega das Propostas: A partir de 19/11/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras .
Abertura das Propostas: 05/12/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras .
Fonte: DOESP (https://www.doe.sp.gov.br/) e PNCP (https://www.gov.br/pncp/pt-br).

Bradesco Seguros S.A.

Grupo Bradesco Seguros

CNPJ nº 33.055.146/0001-93 – NIRE 35.300.329.091

Assembleia Geral Extraordinária
Edital de Convocação

Convidamos os acionistas desta Sociedade a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 1º de dezembro de 2025, às 11h, na sede social, Avenida Paulista, 1.450, 10º andar, Torre Paulista, Anexo Salão Executivo, Parte, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-917, a fim de eleger membro para compor a Diretoria da Sociedade. São Paulo, SP, 17 de novembro de 2025. **Ivan Luiz Gontijo Júnior** - Diretor-Presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00895127312025

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90329/2025.
Nº Processo: 024.00148407/2025-04.
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o atendimento de Demandas Judiciais sem determinação de marca comercial.
Total de Itens Licitados: 02 (dois) itens.
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 19/11/2025.
Horário: Das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: A partir de 19/11/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 04/12/2025 às 13h30 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00895105452025

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90330/2025.
Nº Processo: 024.00138657/2025-28.
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o atendimento de Demandas Judiciais com e sem determinação de marca comercial.
Total de Itens Licitados: 13 (treze) itens.
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 19/11/2025.
Horário: Das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: A partir de 19/11/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 04/12/2025 às 10h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00895153742025

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90342/2025.
Nº Processo: 024.00160938/2025-67.
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o atendimento de Demandas Judiciais com e sem determinação de marca comercial.
Total de Itens Licitados: 02 (dois) itens.
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 19/11/2025.
Horário: Das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: A partir de 19/11/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 04/12/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00895214242025

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90002/2026.
Nº Processo: 024.00102334/2025-04.
Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.
Total de Itens Licitados: 10 (dez) itens.
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 19/11/2025.
Horário: Das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: A partir de 19/11/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 05/12/2025 às 10h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00895283572025

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90006/2026.
Nº Processo: 024.00102448/2025-46.
Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.
Total de Itens Licitados: 10 (dez) itens.
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 19/11/2025.
Horário: Das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: A partir de 19/11/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 05/12/2025 às 13h30 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP.

SPIC BRASIL ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 27.317.702/0001-50 - NIRE 35.300.502.060

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2025

Data, Hora, Local: 04.11.2025, às 10h30, na sede social, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.909, Torre Norte, 27º andar, Sala 03, São Paulo/SP. **Presença**: Todos os conselheiros: Lin Guixiang, Chen Zheng, Tu Shuiping, Peng Qian e Ricardo Lima. **Mesa**: **Lin Guixiang** - Presidente, **Wanderley Fernandes** - Secretário. **Deliberações Aprovadas**: **(i)** A prorrogação do vencimento do Empréstimo-Ponte GNA II por 49 dias em relação a sua atual data de vencimento, passando o Empréstimo-Ponte GNA II a vencer em 31.12.2025 ("Extensão do Prazo de Vencimento"); e (ii) a alteração da data de pagamento da remuneração do Empréstimo-Ponte GNA II, para alterar a mecânica de pagamento de remuneração das notas comerciais, que antes ocorreria em 2 parcelas, sendo (a) a primeira parcela devida em 12.07.2025; e (b) a segunda parcela devida na antiga data de vencimento das Notas Comerciais, qual seja, 12.11.2025, passando a prever o pagamento da Remuneração em 3 parcelas, sendo (i) a primeira parcela devida em 12.07.2025; (ii) a segunda parcela devida em 12.11.2025; e (iii) a terceira na nova Data de Vencimento, qual seja, o dia 31.12.2025 ("Alteração da Data de Pagamento da Remuneração" e, em conjunto com a Prorrogação do Vencimento, a "Rolagem do Empréstimo-Ponte"); e aprovar a prorrogação da Garantia Corporativa para o referido Empréstimo-Ponte no valor principal de aproximadamente R$ 750 milhões, acrescido dos juros estimados capitalizados *pro-rata,* que passará a vigorar até a nova data de vencimento do Empréstimo-Ponte GNA II, tendo em vista a Extensão do Prazo de Vencimento. **(ii) Autorizaram** os Administradores da Sociedade e/ou os procuradores devidamente nomeados pela Sociedade a realizarem todos os atos necessários para a execução e eficácia das deliberações, bem como ratificam todos os atos já praticados com relação às matérias ora aprovadas, incluindo, mas não se limitando, a assinatura do "*Terceiro Aditamento ao Termo de Emissão da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em 2 Séries, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático de Distribuição, da UTE GNA II Geração de Energia S.A.*", a ser celebrado entre a GNA II, a Companhia, a **Junergy Ltda.**, CNPJ 41.736.425/0001-40, ("Junergy" e em conjunto com a Companhia, as "Fiadoras") e o Agente Fiduciário ("Terceiro Aditamento ao Termo de Emissão"), de forma a prever a Rolagem do Empréstimo-Ponte. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo, 04.11.2025. **Mesa: Wanderley Fernandes** - Secretário. JUCESP nº 393.321/25-3 em 13.11.2025, Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

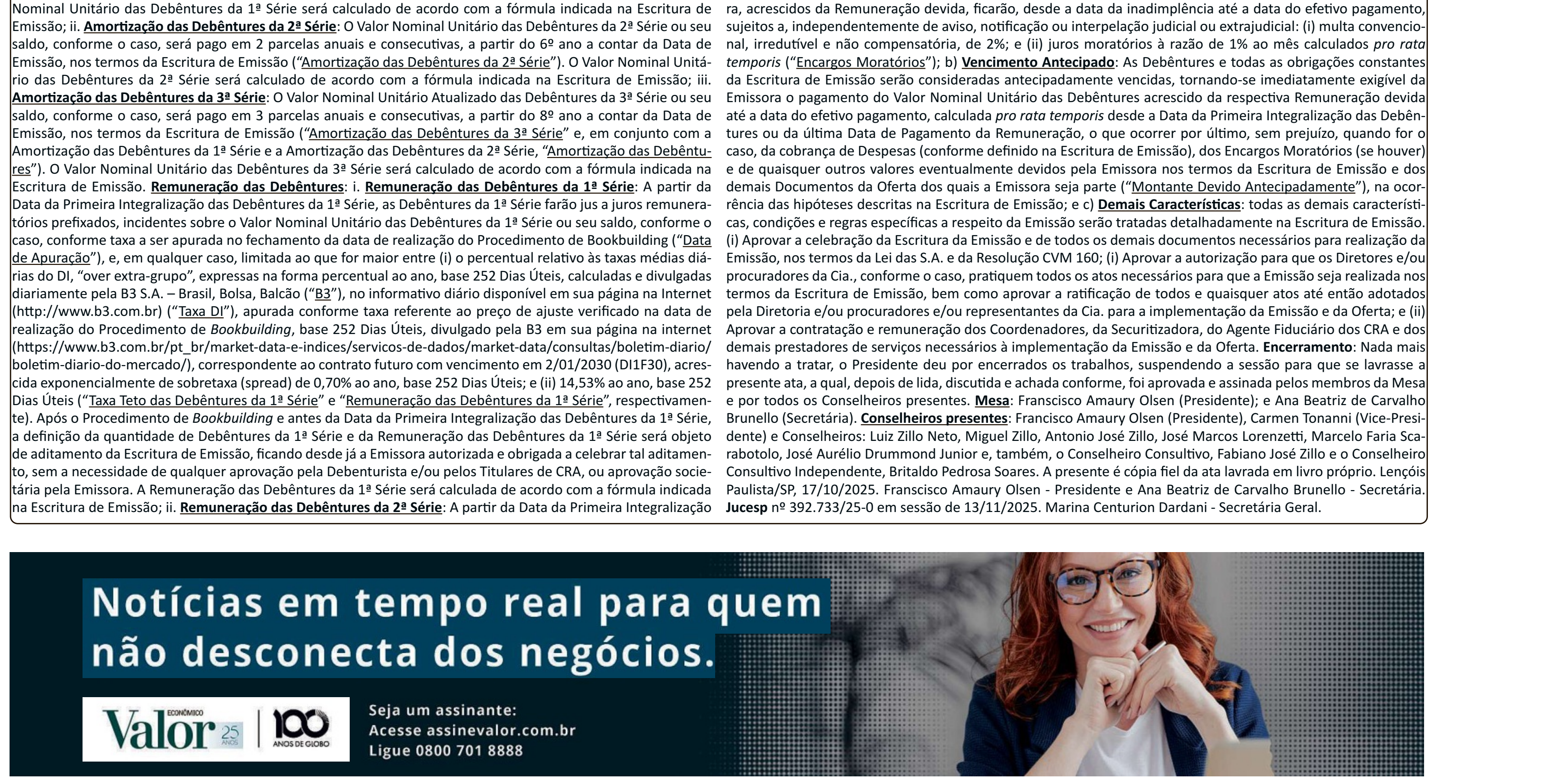
AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!
EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR

AÇUCAREIRA QUATÁ S.A.

CNPJ/MF nº 60.855.574/0001-73 - NIRE 35300051556

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - REALIZADA EM 17/10/2025.

Data, Hora e Local: 17/10/2025, às 10:00, na cidade de Lençóis Paulista/SP, na Rua XV de Novembro, nº 865, Centro, CEP 18.680-900 ou ainda de modo digital via videoconferência pela plataforma digital *Microsoft Teams,* disponibilizada pela Açucareira Quatá. S.A. ("Cia." ou "Emissora"), nos termos da Lei n° 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **Convocação e Presença:** Por escrito, na forma prevista no artigo 20, §1º, do Estatuto Social da Cia., dispensadas as demais formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Francisco Amaury Olsen - Presidente, Ana Beatriz de Carvalho Brunello - Secretária. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a realização, pela Cia., da 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em até 3 séries para colocação privada ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), de acordo com os termos e condições a serem detalhados e regulados por meio da celebração do "*Instrumento Particular de Escritura da 8ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Até 3 Séries, Para Colocação Privada, da Açucareira Quatá S.A.*" ("Escritura de Emissão"), a ser celebrado pela Cia., pela Debenturista (conforme abaixo definido) e pela **Cia. Agrícola Quatá**, sociedade por ações, sem registro de Cia. aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na cidade de Lençóis Paulista/SP, na Rua XV de Novembro, nº 865, sala 06, Centro, CEP 18.680-900, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ") nº 45.631.926/0001-13, na qualidade de fiadora ("Fiadora"), sendo que a Emissão insere-se, nos termos da Resolução da CVM nº 60, de 23/12/2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), no contexto de uma operação de securitização de recebíveis do agronegócio, que resultará na emissão dos certificados de recebíveis do agronegócio da 416ª emissão, em até 3 séries, da **Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.**, Cia. securitizadora de créditos do agronegócio, devidamente registrada na CVM, na categoria "S1", nº 310, nos termos da Resolução da CVM 60, com sede na cidade de São Paulo/SP, na Avenida Pedroso de Morais, nº 1.553, 3º andar, conjunto 32, Pinheiros, CEP 05419-001, CNPJ nº 10.753.164/0001-43 ("Debenturista" ou "Securitizadora", conforme aplicável e "CRA", respectivamente), aos quais os direitos creditórios do agronegócio decorrentes das Debêntures serão vinculados como lastro ("Operação de Securitização") por meio do "*Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 416ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Açucareira Quatá S.A.*", a ser celebrado entre a Securitizadora e a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira, com filial na cidade de São Paulo/SP, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 11º andar, conjuntos 1.101 e 1.102 (parte), Bloco A, Torre Norte, Centro Empresarial Nações Unidas (CENU), CEP 04578-910, CNPJ nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário dos CRA" e "Termo de Securitização", respectivamente), sendo os CRA ofertados por meio de distribuição pública, realizada sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13/07/2022 ("Resolução CVM 160"), da Lei nº 6.385, de 07/12/1976 ("Lei de Valores Mobiliários"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores"), sob o regime de garantia firme de colocação ("Oferta" e, quando em conjunto com a Emissão e a Operação de Securitização, doravante denominadas "Operação"); **(ii)** a celebração da Escritura da Emissão e de todos os demais documentos necessários para realização da Emissão, nos termos da Lei das S.A. e da Resolução CVM 160; **(iii)** a autorização para que os diretores e/ou procuradores da Cia., conforme o caso, pratiquem todos os atos necessários para que a Emissão seja realizadas nos termos da Escritura de Emissão e ratificação de todos e quaisquer atos até então adotados pela Diretoria e/ou procuradores e/ou representantes da Cia. para a implementação da Emissão e da Oferta; e **(iv)** a contratação dos Coordenadores, da Securitizadora, do Agente Fiduciário dos CRA e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta. **Deliberações**: Abertos os trabalhos e instalada a presente Reunião, o Presidente colocou em exame, discussão e votação as matérias da ordem do dia, deliberando os membros do Conselho de Administração, por unanimidade, e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue: Aprovar a realização da Emissão, com as características e condições principais descritas a seguir e nos termos da Escritura de Emissão: a) **Registro para Distribuição, Negociação, Custódia Eletrônica, Liquidação e Comprovação da Titularidade das Debêntures**: As Debêntures não serão registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado. As Debêntures serão registradas em Livro de Registro de Debêntures Nominativas da Emissora. b) **Número da Emissão:** A Emissão constitui a 8ª emissão de debêntures da Emissora; c) **Número de Séries:** A Emissão será realizada em até 3 séries (em conjunto, as "Séries" e, individual e indistintamente, "Série"), de acordo com a demanda verificada para os CRA no Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido) e com o Sistema de Vasos Comunicantes (conforme venha a ser definido na Escritura de Emissão), nos termos da Escritura de Emissão, sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada Série, bem como a quantidade de séries emitidas, serão definidas nos termos acordados após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, observado o Volume Mínimo da Terceira Série (conforme abaixo definido), nos termo da Escritura de Emissão. As Debêntures emitidas **(i)** na primeira Série serão doravante denominadas "Debêntures da 1ª Série"; **(ii)** na segunda Série serão doravante denominadas "Debêntures da 2ª Série"; e **(iii)** na terceira Série serão doravante denominadas "Debêntures da 3ª Série", sendo as Debêntures da 1ª Série, as Debêntures da 2ª Série e as Debêntures da 3ª Série, em conjunto ou individual e indistintamente, doravante denominadas Debêntures; d) **Valor Total da Emissão**: O valor total da Emissão é de, inicialmente, R$ 750.000.000,00, na Data de Emissão (conforme abaixo definida) ("Valor Total da Emissão"), observado que as Debêntures não emitidas serão automaticamente canceladas, caso haja o exercício parcial ou não haja o exercício da Opção de Lote Adicional (conforme definido na Escritura de Emissão), chegando, neste caso, ao valor total de, no mínimo, R$ 600.000.000,00 ("Montante Mínimo"). O valor efetivamente alocado nas Debêntures de cada Série será definido por meio do Procedimento de *Bookbuilding*, observado o Sistema de Vasos Comunicantes, a possibilidade de exercício, total ou parcial, da Opção de Lote Adicional dos CRA e o Volume Mínimo da Terceira Série. e) **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas, inicialmente, 750.000 Debêntures, em até 3 séries, observado que a quantidade de Debêntures poderá ser diminuída caso haja o exercício parcial ou não haja o exercício da Opção de Lote Adicional, desde que respeitado o Montante Mínimo, sendo certo que (i) a 1ª Série e/ou a 2ª Série poderá(ão) não ser emitida(s); e (ii) deverão ser alocadas, no mínimo, 120.000 Debêntures como Debêntures da 3ª Série ("Volume Mínimo da Terceira Série"); f) **Procedimento de *Bookbuilding***: Os Coordenadores organizarão o procedimento de coleta de intenções de investimento junto aos potenciais investidores dos CRA, sem lotes máximos ou mínimos, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 61, e do artigo 62 da Resolução CVM 160, para a definição (i) do número de Séries da emissão dos CRA, e, consequentemente, o número de Séries da emissão das Debêntures, observado que a 1ª Série e/ou a 2ª Série poderá(**ão**) não ser emitida(s); (ii) a quantidade e o volume finais da emissão dos CRA e, consequentemente, a quantidade e o volume finais da Emissão das Debêntures, considerando a eventual emissão de CRA em razão do exercício parcial ou total da Opção de Lote Adicional, bem como o Montante Mínimo; (iii) da quantidade e volume de CRA a ser alocada em cada Série da emissão dos CRA e, consequentemente, a quantidade e volume de Debêntures a ser alocada em cada Série da emissão das Debêntures, observado o Volume Mínimo da Terceira Série; e (iv) da taxa final da Remuneração dos CRA da 1ª Série (conforme definido no Termo de Securitização), da taxa final da Remuneração dos CRA da 2ª Série (conforme definido no Termo de Securitização) e da taxa final da Remuneração dos CRA da 3ª Série (conforme definido no Termo de Securitização) e, consequentemente a taxa final da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, a taxa final da Remuneração das Debêntures da 2ª Série e a taxa final da Remuneração das Debêntures da 3ª Série, limitada à Taxa Teto das Debêntures (conforme definido abaixo) da respectiva Série ("Procedimento de Bookbuilding"); g) **Destinação de Recursos:** Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão deverão ser utilizados integralmente em suas atividades de produção e comercialização de cana-de-açúcar, açúcar e etanol, nos termos do artigo 2º do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60, e na forma prevista em seu objeto social ("Destinação dos Recursos"), conforme o cronograma indicado na Escritura de Emissão; h) **Colocação:** As Debêntures serão objeto de colocação privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores, por meio da assinatura de boletim de subscrição, a ser firmado pela Securitizadora, na qualidade de debenturista ("Boletim de Subscrição das Debêntures"); i) **Data de Emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será a data prevista na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"); j) **Prazo de Vigência e Data de Vencimento**: (i) As Debêntures da 1ª Série terão prazo de vigência de aproximadamente 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se na data a ser prevista na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série"); (ii) as Debêntures da 2ª Série terão prazo de vigência de aproximadamente 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se na data a ser prevista na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série"); e (iii) as Debêntures da 3ª Série terão prazo de vigência de aproximadamente 10 anos contados da Data de Emissão, vencendo-se na data a ser prevista na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série e a Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série, "Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures, Resgate Antecipado Facultativo Total e Oferta de Resgate Total das Debêntures; k) **Valor Nominal Unitário**: O valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 1.000,00 na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); l) **Espécie**: As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, nos termos do artigo 58 da Lei das S.A., e não conferirão qualquer privilégio ao Debenturista, bem como não será segregado nenhum dos ativos da Emissora em particular em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures; m) **Garantia Fidejussória**: A Fiadora se obrigará solidariamente com a Cia., em caráter irrevogável e irretratável, perante o Debenturista, como fiadora, principal pagadora e solidariamente com a Cia., responsável por todas as obrigações da Cia. nos termos das Debêntures, da Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Oferta (conforme definido na Escritura de Emissão), renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, §único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, conforme alterada ("Código Civil"), e dos artigos 130, inciso I, e 794 da Lei nº 13.105, de 16/03/2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), em garantia do pagamento fiel, pontual e integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, nas datas previstas na Escritura de Emissão, observado os respectivos prazos de cura, independentemente de notificação, judicial ou extrajudicial, ou qualquer outra medida, incluindo o Valor Nominal Unitário ou o Valor Nominal Atualizado, conforme o caso (conforme definido abaixo) das Debêntures, a Remuneração (conforme definido abaixo), Encargos Moratórios (conforme definido abaixo) e demais encargos aplicáveis devidos pela Emissora e/ou pela Fiadora nos termos da Escritura de Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa, necessário comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário dos CRA, pela Securitizadora e/ou pelos Titulares de CRA, inclusive em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e/ou da Escritura de Emissão ("Obrigações Garantidas" e "Fiança", respectivamente); n) **Forma, Conversibilidade e Subscrição**: As Debêntures serão da forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautela ou de certificados, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Ademais, a Securitizadora, na qualidade de debenturista, deverá firmar o Boletim de Subscrição das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, aderindo a todos os termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão. o) **Forma de Integralização**: As Debêntures serão integralizadas à vista e em moeda corrente nacional exclusivamente com recursos oriundos da integralização dos CRA, (i) pelo seu Valor Nominal Unitário (a) para as Debêntures da 1ª Série, na data da primeira integralização das Debêntures da 1ª Série ("Data da Primeira Integralização das Debêntures da 1ª Série"), (b) para as Debêntures da 2ª Série, na data da primeira integralização das Debêntures da 2ª Série ("Data da Primeira Integralização das Debêntures da 2ª Série"), (c) para as Debêntures da 3ª Série, na data da primeira integralização das Debêntures da 3ª Série ("Data da Primeira Integralização das Debêntures da 3ª Série" e, em conjunto e indistintamente com Data da Primeira Integralização das Debêntures da 1ª Série e Data da Primeira Integralização das Debêntures da 2ª Série, "Data da Primeira Integralização"); ou, conforme aplicável, (ii) pelo seu Valor Nominal Unitário, para as Debêntures da 1ª Série e/ou para as Debêntures da 2ª Série, e/ou pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado para as Debêntures da 3ª Série, acrescido da respectiva Remuneração, calculada na forma prevista na Escritura de Emissão, desde a respectiva Data da Primeira Integralização, até a efetiva data de integralização das Debêntures da 1ª Série, das Debêntures da 2ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série, conforme o caso, nas demais Datas de Integralização das Debêntures da 1ª Série, das Datas de Integralização das Debêntures da 2ª Série e/ou Datas de Integralização das Debêntures da 3ª Série, conforme o caso, se houver ("Preço de Integralização"), nas mesmas datas de subscrição e integralização dos correspondentes CRA ("Data de Integralização"); p) **Comprovação da Titularidade**: Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo Livro de Registro de Debêntures Nominativas da Emissora; q) **Atualização Monetária das Debêntures**: O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série e o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série e/ou o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, não ser**ão** atualizados monetariamente. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, conforme o caso, será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA" e "Atualização Monetária das Debêntures", respectivamente), calculado de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data da Primeira Integralização das Debêntures da 3ª Série, ou a Data de Aniversário (conforme definido na Escritura de Emissão) imediatamente anterior, conforme aplicável, até a próxima Data de Aniversário ou a data do seu efetivo pagamento em caso de resgate antecipado, conforme o caso, exclusive, sendo o produto da Atualização Monetária das Debêntures da 3ª Série incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, conforme aplicável ("Valor Nominal Unitário Atualizado"), de acordo com a fórmula indicada na Escritura de Emissão; **Amortização das Debêntures**: i. **Amortização das Debêntures da 1ª Série**: O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou seu saldo, conforme o caso, será pago em 2 parcelas anuais e consecutivas, a partir do 6º ano a contar da Data de Emissão, nos termos da Escritura de Emissão ("Amortização das Debêntures da 1ª Série"). O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será calculado de acordo com a fórmula indicada na Escritura de Emissão; ii. **Amortização das Debêntures da 2ª Série**: O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ou seu saldo, conforme o caso, será pago em 2 parcelas anuais e consecutivas, a partir do 6º ano a contar da Data de Emissão, nos termos da Escritura de Emissão ("Amortização das Debêntures da 2ª Série"). O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será calculado de acordo com a fórmula indicada na Escritura de Emissão; iii. **Amortização das Debêntures da 3ª Série**: O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 3ª Série ou seu saldo, conforme o caso, será pago em 3 parcelas anuais e consecutivas, a partir do 8º ano a contar da Data de Emissão, nos termos da Escritura de Emissão ("Amortização das Debêntures da 3ª Série" e, em conjunto com a Amortização das Debêntures da 1ª Série e a Amortização das Debêntures da 2ª Série, "Amortização das Debêntures"). O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série será calculado de acordo com a fórmula indicada na Escritura de Emissão. **Remuneração das Debêntures**: i. **Remuneração das Debêntures da 1ª Série**: A partir da Data da Primeira Integralização das Debêntures da 1ª Série, as Debêntures da 1ª Série farão jus a juros remuneratórios prefixados, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou seu saldo, conforme o caso, conforme taxa a ser apurada no fechamento do dia de realização do Procedimento de Bookbuilding ("Data de Apuração"), e, em qualquer caso, limitada ao que for maior entre (i) o percentual relativo às taxas médias diárias do DI, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), apurada conforme taxa referente ao preço de ajuste verificado na data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, base 252 Dias Úteis, divulgado pela B3 em sua página na internet (https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/consultas/boletim-diario/boletim-diario-do-mercado/), correspondente ao contrato futuro com vencimento em 2/01/2030 (DI1F30), acrescida exponencialmente de sobretaxa (spread) de 0,70% ao ano, base 252 Dias Úteis; e (ii) 14,53% ao ano, base 252 Dias Úteis ("Taxa Teto das Debêntures da 1ª Série" e "Remuneração das Debêntures da 1ª Série", respectivamente). Após o Procedimento de *Bookbuilding* e antes da Data da Primeira Integralização das Debêntures da 1ª Série, a definição da quantidade de Debêntures da 1ª Série e da Remuneração das Debêntures da 1ª Série será objeto de aditamento da Escritura de Emissão, ficando desde já a Emissora autorizada e obrigada a celebrar tal aditamento, sem a necessidade de qualquer aprovação pela Debenturista e/ou pelos Titulares de CRA, ou aprovação societária pela Emissora. A Remuneração das Debêntures da 1ª Série será calculada de acordo com a fórmula indicada na Escritura de Emissão; ii. **Remuneração das Debêntures da 2ª Série**: A partir da Data da Primeira Integralização das Debêntures da 2ª Série, as Debêntures da 2ª Série farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ou seu saldo, conforme o caso, conforme taxa a ser apurada na Data de Apuração, correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida exponencialmente de sobretaxa (spread), a ser apurado de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, limitado a 0,70% ao ano, base 252 Dias Úteis ("Taxa Teto das Debêntures da 2ª Série" e "Remuneração das Debêntures da 2ª Série", respectivamente). A Remuneração das Debêntures da 2ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, calculada durante o Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (exclusive). Após a Data de Apuração e antes da Data da Primeira Integralização das Debêntures da 2ª Série, a definição da quantidade das Debêntures da 2ª Série e da Remuneração da 2ª Série será objeto de aditamento desta Escritura de Emissão, ficando desde já a Emissora autorizada e obrigada a celebrar tal aditamento, sem a necessidade de qualquer aprovação pela Debenturista e/ou pelos Titulares de CRA, ou aprovação societária pela Emissora. A Remuneração das Debêntures da **2ª Série será calculada de acordo com a fórmula indicada na Escritura de Emissão**.; iii. **Remuneração das Debêntures da 3ª Série**: Sem prejuízo da Atualização Monetária das Debêntures, as Debêntures da 3ª Série farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 3ª Série ou seu saldo, conforme o caso, conforme taxa a ser apurada na Data de Apuração, e, em qualquer caso, limitada ao que for maior entre (i) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais, com vencimento em 15/05/2033, divulgada pela ANBIMA em sua página na internet (http://www.anbima.com.br), apurada após o fechamento do mercado na Data de Apuração acrescida exponencialmente de *spread* **máximo de 0,95% ao ano, base 252 Dias Úteis; e (**ii) 8,63% ao ano, base 252 Dias Úteis ambos calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos ("Taxa Teto das Debêntures da 3ª Série" e "Remuneração das Debêntures da 3ª Série", respectivamente, sendo Taxa Teto das Debêntures da 1ª Série, em conjunto e indistintamente com Taxa Teto das Debêntures da 2ª Série e Taxa Teto das Debêntures da 3ª Série, "Taxa Teto das Debêntures", e Remuneração das Debêntures da 1ª Série, em conjunto com Remuneração das Debêntures da 2ª Série e com a Remuneração das Debêntures da 3ª Série, "Remuneração"), desde a Data da Primeira Integralização das Debêntures da 3ª Série ou desde a data de pagamento de Remuneração das Debêntures da 3ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Após a Data de Apuração e antes da Data da Primeira Integralização das Debêntures da 3ª Série, a definição da quantidade das Debêntures da 3ª Série e da Remuneração da 3ª Série será objeto de aditamento desta Escritura de Emissão, ficando desde já a Emissora autorizada e obrigada a celebrar tal aditamento, sem a necessidade de qualquer aprovação pela Debenturista e/ou pelos Titulares de CRA, ou aprovação societária pela Emissora. A Remuneração das Debêntures da 3ª Série será calculada de acordo com a fórmula indicada na Escritura de Emissão. a) **Data de Pagamento da Remuneração:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão (exclusive), conforme as datas constantes do cronograma de pagamentos previsto na Escritura de Emissão; b) **Repactuação Programada**: As Debêntures não serão objeto de repactuação programada; c) **Desmembramento**: Não será admitido desmembramento, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das S.A.; d) **Aquisição Facultativa**: A Emissora renuncia à sua faculdade legal de adquirir, total ou parcialmente, as Debêntures; e) **Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures**: Nas hipóteses previstas na Escritura de Emissão, a Emissora deverá promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da 2ª Série e/ou das Debêntures da 3ª Série, no prazo de 5 Dias Úteis contados da data de encerramento da Assembleia Especial de Titulares de CRA de cada Série para definição do novo parâmetro, da data em que tal assembleia deveria ter ocorrido em segunda convocação ou em outro prazo que venha a ser definido em referida assembleia ("Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures"). Tal Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures será realizado mediante o pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ou seu saldo, ou do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 3ª Série ou seu saldo, conforme aplicável, acrescido da respectiva Remuneração e dos Encargos Moratórios, se houver, devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último; **Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures:** i. **Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da 1ª Série**: A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério, o resgate antecipado total facultativo da totalidade das Debêntures a partir das datas previstas na Escritura de Emissão, sem a necessidade de anuência prévia da Debenturista ou dos Titulares de CRA, com o consequente cancelamento de tais Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 1ª Série, a Securitizadora fará jus ao pagamento do valor indicado nos itens "(i)"e "(ii)" abaixo, dos dois o maior: (i) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido: (a) da Remuneração das Debêntures da 1ª Série calculada, *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, até a data do efetivo resgate (exclusive); e (b) dos Encargos Moratórios, se houver; ou (ii) valor presente da soma dos valores remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, e da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, utilizando como taxa de desconto a taxa DI para 252 Dias Úteis baseada no ajuste (interpolação) da curva Pré x DI, a ser divulgada pela B3 em sua página na internet (https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/consultas/mercado-de-derivativos/precos-referenciais/taxas-referenciais-bm-fbovespa/) correspondente ao vértice com número de dias corridos mais próximo à *duration* remanescente das Debêntures da 1ª Série, a ser apurada no fechamento do 1º Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da 1ª Série, calculado conforme fórmula prevista na Escritura de Emissão, e somado aos Encargos Moratórios. ii.. **Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da 2ª Série**: Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da 2ª Série, a Securitizadora fará jus ao pagamento (i) do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização das Debêntures da 2ª Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e acrescido de eventuais Encargos Moratórios, acrescido de (ii) prêmio (ii.a) de 0,70% ao ano, *pro rata die*, base 252 Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data da efetiva liquidação e a Data de Vencimento, caso o referido Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da 2ª Série seja realizado entre o 24° mês (inclusive) contado da Data de Emissão e o 36º mês (exclusive) contado da Data de Emissão; ou (ii.b) de 0,35% ao ano, *pro rata die*, base 252 Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data da efetiva liquidação e a Data de Vencimento, caso o referido Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da 2ª Série seja realizado a partir do 36º mês (inclusive) contado da Data de Emissão, calculado conforme fórmula prevista na Escritura de Emissão. iii. **Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da 3ª Série**: Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da 3ª Série, a Emissora fará jus ao pagamento do valor indicado nos itens "(i)"e "(ii)" abaixo, dos dois o maior: (i) Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 3ª Série, conforme o caso, acrescido: (a) da Remuneração das Debêntures da 3ª Série calculada, *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); e (b) dos Encargos Moratórios, se houver; ou (ii) valor presente da soma dos valores remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 3ª Série ou, conforme o caso, e da Remuneração das Debêntures da 3ª Série, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do título público Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com *duration* mais próxima a *duration* remanescente das Debêntures da 3ª Série, na data do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da 3ª Série, utilizando-se a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (http://www.anbima.com.br) apurada no 1º Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da 3ª Série, calculado conforme a fórmula prevista na Escritura de Emissão e somado aos Encargos Moratórios; a) **Resgate Antecipado por Evento de Retenção de Tributos**: A Emissora poderá realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos decorrente de um Evento de Retenção de Tributos, conforme definido na Escritura de Emissão ("Resgate Antecipado por Evento de Retenção de Tributos"). O valor a ser pago pela Emissora a título de Resgate Antecipado por Evento de Retenção de Tributos deverá corresponder ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva Série, conforme o caso, acrescido da Remuneração da respectiva Série, calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização, ou a Data de Pagamento da Remuneração da respectiva Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado por Evento de Retenção de Tributos e de eventuais outros encargos devidos e não pagos até a data do efetivo Resgate por Evento de Retenção de Tributos; b) **Oferta de Resgate Total das Debêntures**: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar a qualquer tempo, oferta de resgate facultativo total ou parcial das Debêntures, endereçada diretamente à Securitizadora, enquanto a Escritura de Emissão estiver vinculada aos CRA ("Oferta de Resgate Antecipado"). O valor proposto para o resgate antecipado das Debêntures deverá abranger o Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva Série objeto da Oferta de Resgate Antecipado, acrescido (i) da Remuneração das Debêntures da respectiva Série, calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização dos CRA ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da respectiva Série, conforme o caso, até a data do resgate antecipado, (ii) caso sejam devidos, dos demais tributos, Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), multas, penalidades e encargos contratuais e legais previstos nesta Escritura de Emissão ou na legislação aplicável, calculados, apurados ou incorridos, conforme o caso, até a data do resgate antecipado, e (iii) de eventual prêmio de resgate antecipado oferecido pela Emissora, a seu exclusivo critério, o qual não poderá ser negativo; **Amortização Extraordinária das Debêntures**: i. **Amortização Extraordinária das Debêntures da 1ª Série**: A Emissora poderá realizar amortização extraordinária facultativa das Debêntures a partir dos prazos previstos na Escritura de Emissão, desde que esteja adimplente com as suas obrigações nos termos da Escritura de Emissão e observados os limites, termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade da Securitizadora. Por ocasião da Amortização Extraordinária Parcial Facultativa das Debêntures da 1ª Série, a Securitizadora fará jus ao pagamento do valor indicado nos itens "(i)"e "(ii)" abaixo, dos dois o maior: (i) parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido: (a) da Remuneração das Debêntures da 1ª Série calculada, *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, até a data da efetiva amortização extraordinária (exclusive); e (b) dos Encargos Moratórios, se houver; ou (ii) parcela do valor presente da soma dos valores remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, e da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, utilizando como taxa de desconto a taxa DI para 252 Dias Úteis baseada no ajuste (interpolação) da curva Pré x DI, a ser divulgada pela B3 em sua página na internet (https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/consultas/mercado-de-derivativos/precos-referenciais/taxas-referenciais-bm-fbovespa/) correspondente ao vértice com número de dias corridos mais próximo à *duration* remanescente das Debêntures da 1ª Série, a ser apurada no fechamento do 1º Dia Útil imediatamente anterior à data da Amortização Extraordinária Parcial Facultativa da 1ª Série, calculado conforme fórmula prevista na Escritura de Emissão e somado aos Encargos Moratórios. ii. **Amortização Extraordinária das Debêntures da 2ª Série**: Por ocasião da Amortização Extraordinária Parcial Facultativa das Debêntures da 2ª Série, a Securitizadora fará jus ao pagamento (i) de parcela do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização das Debêntures da 2ª Série ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e acrescido de eventuais Encargos Moratórios, acrescido de (ii) prêmio (ii.a) de 0,70% ao ano, *pro rata die*, base 252 Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data da efetiva liquidação e a Data de Vencimento, caso a referida Amortização Extraordinária Parcial Facultativa das Debêntures da 2ª Série seja realizada entre o 24° mês (inclusive) contado da Data de Emissão e o 36º mês (exclusive) contado da Data de Emissão; ou (ii.b) de 0,35% ao ano, *pro rata die*, base 252 Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data da efetiva liquidação e a Data de Vencimento, caso a referida Amortização Extraordinária Parcial Facultativa das Debêntures da 2ª Série seja realizada a partir do 36º mês (inclusive) contado da Data de Emissão, calculado conforme fórmula prevista na Escritura de Emissão. iii. **Amortização Extraordinária das Debêntures da 3ª Série**: Por ocasião da Amortização Extraordinária Parcial Facultativa das Debêntures da 3ª Série, a Securitizadora fará jus ao pagamento do valor indicado nos itens "(i)"e "(ii)" abaixo, dos dois o maior: (i) parcela do Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 3ª Série, conforme o caso, acrescido: (a) da Remuneração das Debêntures da 3ª Série calculada, *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); e (b) dos Encargos Moratórios, se houver; ou (ii) parcela do valor presente da soma dos valores remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 3ª Série ou, conforme o caso, e da Remuneração das Debêntures da 3ª Série, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do título público Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com *duration* mais próxima à duration remanescente das Debêntures 3ª Série, na data da Amortização Extraordinária Parcial Facultativa das Debêntures da 3ª Série, utilizando-se a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (http://www.anbima.com.br) apurada no 1º Dia Útil imediatamente anterior à data da Amortização Extraordinária Parcial Facultativa da 3ª Série, calculado conforme fórmula prevista na Escritura de Emissão e somado aos Encargos Moratórios; a) **Multa e Juros Moratórios**: Sem prejuízo da respectiva Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida nos termos da Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, acrescidos da Remuneração devida, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2%; e (ii) juros moratórios à razão de 1% ao mês calculados *pro rata temporis* ("Encargos Moratórios"); b) **Vencimento Antecipado**: As Debêntures e todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Emissora o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da respectiva Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização das Debêntures ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último, sem prejuízo, quando for o caso, da cobrança de Despesas (conforme definido na Escritura de Emissão), dos Encargos Moratórios (se houver) e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Oferta dos quais a Emissora seja parte ("Montante Devido Antecipadamente"), na ocorrência das hipóteses descritas na Escritura de Emissão; e c) **Demais Características**: todas as demais características, condições e regras específicas a respeito da Emissão serão tratadas detalhadamente na Escritura de Emissão. (i) Aprovar a celebração da Escritura da Emissão e de todos os demais documentos necessários para realização da Emissão, nos termos da Lei das S.A. e da Resolução CVM 160; (i) Aprovar a autorização para que os Diretores e/ou procuradores da Cia., conforme o caso, pratiquem todos os atos necessários para que a Emissão seja realizada nos termos da Escritura de Emissão, bem como aprovar a ratificação de todos e quaisquer atos até então adotados pela Diretoria e/ou procuradores e/ou representantes da Cia. para a implementação da Emissão e da Oferta; e (ii) Aprovar a contratação e remuneração dos Coordenadores, da Securitizadora, do Agente Fiduciário dos CRA e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo a sessão para que se lavrasse a presente ata, a qual, depois de lida, discutida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos membros da Mesa e por todos os Conselheiros presentes. **Mesa**: Francisco Amaury Olsen (Presidente); e Ana Beatriz de Carvalho Brunello (Secretária). **Conselheiros presentes**: Francisco Amaury Olsen (Presidente), Carmen Tonanni (Vice-Presidente) e Conselheiros: Luiz Zillo Neto, Miguel Zillo, Antonio José Zillo, José Marcos Lorenzetti, Marcelo Faria Scarabotolo, José Aurélio Drummond Junior e, também, o Conselheiro Consultivo, Fabiano José Zillo e o Conselheiro Consultivo Independente, Britaldo Pedrosa Soares. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Lençóis Paulista/SP, 17/10/2025. Francisco Amaury Olsen - Presidente e Ana Beatriz de Carvalho Brunello - Secretária. **Jucesp** nº 392.733/25-0 em sessão de 13/11/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.



ines249

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS *ONLINE*, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES

DATA: 1º Público Leilão: 04/12/2025 às 10h00 | 2º Público Leilão: 09/12/2025 às 10h00

MONTANTE

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **MONTANTE INCORPORAÇÕES LTDA.**, CNPJ nº 00.392.356/0001-18, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos art. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: LOTE Nº 21, QUADRA M, DO LOTEAMENTO DENOMINADO "RESIDENCIAL BELA ALIANÇA"**, situado na Rua Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, Campinas/SP. **ÁREA TOTAL DO TERRENO: 250,00m²**. Medidas e confrontações do terreno: mede 10,00m de frente para a Rua Parque Nacional Marinho dos Abrolhos; pelo lado direito, de quem da via pública olha para o lote, mede 25,00m confrontando com o Lote 20; pelo lado esquerdo mede 25,00m, confrontando com o Lote 22; e no fundo mede 10,00m confrontando com o Lote 14. Matrícula nº 248.755 do 3º CRI de Campinas/SP. Código Cartográfico nº 3342.61.41.0045.00000. Consolidação da Propriedade: 05/11/2025. **Lances Iniciais: 1º Leilão: R$ 225.447,50**. **2º Leilão: R$ 220.855,28. Regras, Condições e Informações: 1. Cabe ao interessado: i)** verificar o imóvel, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento; **ii)** Tomar conhecimento do **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR. **2. Cabe ao Arrematante: i)** Pagamento à vista do valor da arrematação e 5,00% de comissão; **ii)** Custas, despesas, taxas, impostos, ITBI, para a lavratura e registro da escritura; **iii)** Débitos de IPTU existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **iv)** Débitos de taxas associativas, água, energia, gás e outras utilidades vencidas antes e após os leilões; **v)** Custas/despesas para regularização de eventual benfeitoria/construção; **vi)** Custas/despesas com eventual desocupação. A venda *ad corpus* - Imóvel no estado em que se encontra. Fica o Devedor Fiduciante **ANTONIO MOTA JUNIOR**, CPF nº 066.988.496-00, devidamente comunicado das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fones: (19) 3794-2044 / (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

MPF Ministério Público Federal | Procuradoria da República no Tocantins

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº 90002/2025 - UASG 200201

Nº Processo: 1.36.000.000488/2025-23. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação, locação, manutenção, suporte técnico, desinstalação e descarte de no-breaks (outsourcing) para o edifício-sede Procuradoria da República no Município de Araguaína (PRM-Araguaína), conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 1. Edital:19/11/2025 das 08h00 às 17h59. Endereço: Rua Ne-03, Qd. 104 Norte, Conj. 02, Lote 43, Plano Diretor Norte, Palmas/TO ou https://www.gov.br/compras/edital/200201-5-90001-2025. Entrega das Propostas: a partir de 19/11/2025 às 08h00no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 09/12/2025 às 09h00 no site www.gov.br/compras

NOEME SOUSA DA SILVA SANTOS
Supervisora de Licitações e Disputas Eletrônicas

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00874015382025
UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90412/2025.
Nº Processo: 024.00135596/2025-47.
Objeto: Aquisição de curativos II.
Total de Itens Licitados: 12 (Doze).
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 19/11/2025.
Horário: Das 08h00 às 17h59.
Endereço: Avenida Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar - sala 200 - São Paulo/SP.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: A partir de 19/11/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 05/12/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP (https://www.doe.sp.gov.br/) e PNCP (https://www.gov.br/pncp/pt-br).

Sistema Produtor São Lourenço S.A.
CNPJ/ME Nº 18.580.161/0001-67 - NIRE 3.530.045.505-3

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 23 de Setembro de 2025

Data, Hora e Local: Realizada aos 23 (vinte e três) dias do mês de setembro de 2025, às 10:00 horas, na sede social da Sistema Produtor São Lourenço S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, 960, 18º andar, conjunto 182 / sala 1, Cerqueira César, CEP 01418-002. **Convocação e Presença**: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Composição da Mesa:** Presidente – Zexu Qi; Secretário – Marcelo Indame Seabra de Mello. **Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre (1) a renovação do Contrato de Prestação de Serviços de Destinação Final de Resíduos Sólidos Não Perigosos celebrado em 27/06/2022 entre a Companhia e Proactiva Meio Ambiente Brasil Ltda., por 12 (doze) meses, mediante negociação de reajuste dos preços contratuais vigentes; (2) a autorização à Diretoria da Companhia para tomar todas as providências necessárias à formalização da prorrogação da prestação dos serviços em tais termos; e (3) a ratificação de todos os atos praticados pela Diretoria até a presente data com relação à contratação em questão. **Deliberações:** Após análise e discussão da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram e, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, decidiram: (1) aprovar a renovação do Contrato de Prestação de Serviços de Destinação Final de Resíduos Sólidos Não Perigosos identificado acima, por 12 (doze) meses, nos termos e condições de reajuste de preços negociados entre as partes; (2) autorizar a Diretoria da Companhia, ou quaisquer pessoas com poderes para representá-la, para praticar quaisquer atos ou assinar quaisquer documentos que sejam necessários ao cumprimento do disposto nesta ata e/ou no próprio instrumento contratual a prorrogar; e (3) ratificar todos os atos praticados pela Diretoria até a presente data com relação à contratação em questão. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no Artigo 130, Parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, a qual lida e achada conforme, foi devidamente assinada. Mesa: Presidente: Zexu Qi; Secretário: Marcelo Indame Seabra de Mello. Conselheiros: Zexu Qi, Marcelo Indame Seabra de Mello e Yuebo Shao. A presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo, 23 de setembro de 2025. Mesa: Zexu Qi - Presidente, Marcelo Indame Seabra de Mello - Secretário. JUCESP nº 386.689/25-8 em 31.10.2025, Marina Centurion Dardani-Secretária Geral.

PREFEITURA DE SÃO PAULO — **SUBPREFEITURA PERUS/ANHANGUERA**

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Concorrência Eletrônica **nº 09/SUB/PR/2025 -** PROCESSO SEI **Nº 6049.2025/0001738-0**
Objeto: **contratação de empresa para pavimentação e drenagem da Rua Paulo Freire, Jd. Jaraguá - Distrito Anhanguera - Subprefeitura Perus/Anhanguera - São Paulo/SP** - Data do início para envio da proposta eletrônica: **19/11/2025** - Data e hora de abertura da sessão pública: **09/12/2025 - Horário: 10h00 -** Critério de julgamento: **menor preço global -** Regime de execução: **empreitada por preço unitário.**
Concorrência Eletrônica **nº 10/SUB/PR/2025 -** PROCESSO SEI **Nº 6049.2025/0001757-6**
Objeto: **contratação de empresa para contenção de margem de córrego e reforma de gabiões na Rua Rio Yukon à R. Rio Yukon X R. Angelo Dassero - Distrito Perus - Subprefeitura Perus/Anhanguera - São Paulo/SP** - Data do início para envio da proposta eletrônica: **19/11/2025 -** Data e hora de abertura da sessão pública: **09/12/2025 - Horário: 14h00 -** Critério de julgamento: **menor preço global -** Regime de execução: **empreitada por preço unitário.**
Pregão Eletrônico **nº 10/SUB/PR/2025** - PROCESSO SEI **Nº 6049.2025/0001513-1**
Objeto: **contratação de empresa especializada na locação de máquinas/veículos para execução de atividades técnicas com diversos equipamentos (retroescavadeira, escavadeira hidráulica, mini pá carregadeira, motoniveladora e cavalo mecânico) com operador, combustível, transporte para os locais de trabalho e sistema de monitoramento e rastreamento por GPS nas áreas sob jurisdição da Subprefeitura Perus/Anhanguera, conforme condições e exigências estabelecidas no termo de referência, pelo período de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação na forma da lei.** Data do início para envio da proposta eletrônica: **19/11/2025 -** Data e hora de abertura da sessão pública: **08/12/2025 - Horário: 10h00 -** Critério de julgamento: **menor preço - valor total global (12 meses).**
Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/ - Download do edital: https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/, https://www.gov.br/compras/pt-br/ e https://www.gov.br/pncp/pt-br .

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO
UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CGA

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90429/2025.
Nº Processo: 024.00110532/2025-33.
Objeto: Aquisição de Materiais de Informática.
Total de Itens Licitados: 13 (treze).
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 19/11/2025.
Horário: Das 08h00 às 17h59.
Endereço: Avenida Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar - sala 200 - São Paulo/SP.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: A partir de 19/11/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 03/12/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP.

Magazine Luiza S/A
Companhia Aberta
CNPJ/MF: 47.960.950/0001-21 - NIRE: 35.3.0010481.1

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 15/10/2025

Aos 15/10/2025, às 09h00, na sala de reuniões do Escritório Arena Magalu, localizado na Rua Prestes Maia, nº 300, Bairro Carandiru, SP/SP do Magazine Luiza S.A. ("Companhia"). **Convocação e Presenças:** Convocação realizada em conformidade com as disposições do artigo 22, §3º, do Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social"), sendo registrada a presença da maioria dos membros. **Mesa:** Sra. Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues, na qualidade de Presidente, e o Sr. Marcelo José Ferreira e Silva, na qualidade de Secretário. **Deliberações:** Por unanimidade de votos, foram tomadas as seguintes deliberações, sem reservas ou ressalvas: **1) Aprovação da revisão do Manual de Integridade:** Após análise e discussão, os membros do Conselho de Administração deliberaram pela aprovação da revisão do Manual de Integridade, sem ressalvas. **2) Aprovação da revisão da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e Negociação de Valores Mobiliários:** Após análise e discussão, os membros do Conselho de Administração deliberaram pela aprovação da revisão Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e Negociação de Valores Mobiliários, sem ressalvas. Nada mais. São Paulo/SP, 15/10/2025. Marcelo José Ferreira e Silva - Secretário. **JUCESP** nº 385.392/25-4 em 30/10/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

PREFEITURA DE SÃO PAULO — **FAZENDA**

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA 00124/2025

Processo SEI **6017.2025/0069385-2 -** DISPENSA ELETRÔNICA
A **SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA (SF - PMSP)**, através da **DIVISÃO DE COMPRAS E CONTRATOS (SF/COADM/DICOM)**, **torna público que no dia 26/11/2025, a partir das 08h00**, fará realizar **DISPENSA ELETRÔNICA**, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO TOTAL**, para aquisição de aquisição de travas para as janelas que compõem a fachada do edifício Othon, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, para atender as necessidades dessa Secretaria Municipal da Fazenda, conforme **AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA 00124/2025** (SEI 146283461). A participação na presente Dispensa Eletrônica dar-se-á no sistema COMPRAS.GOV através do endereço eletrônico www.gov.br/compras.

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!
EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR

CAIXA Vida e Previdência

Caixa Vida e Previdência S.A.
CNPJ/MF nº 03.730.204/0001-76 - NIRE/SP 35.3.0059437-1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 27 de Agosto de 2025

1. Data, Hora, Local: Realizada em 27/08/2025, às 16h, na sede social da **Caixa Vida e Previdência S.A.** ("Companhia"), localizada em SP/SP, na Avenida Dr. Chucri Zaidan, nº 246, Edifício Riverview Corporate, 12º e 13º andares, Vila Cordeiro, SP/SP, CEP 04583-110. **2. Convocação e Presenças:** Dispensada a publicação do edital de convocação nos termos do §4º do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("LSA"), tendo em vista a presença da acionista **Holding XS1 S.A.,** representando a totalidade do capital social, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas. Presentes, ainda, o Sr. Benjamin Bernard Henri Sacksteder, Diretor Presidente; o Sr. Rodrigo Passadore Costantino, Diretor de Operações e Tecnologia; o Sr. Rafael Domingues Conessa, Diretor Comercial e Financeiro e a Sra. Gabriela Nogueira Feres, Diretora Técnica e de Produtos. **3. Mesa:** Presidente: Benjamin Bernard Henri Sacksteder; Secretária: Luciana Karla de Menezes Medeiros Alves.**4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **i)** Destituição do atual Diretor Presidente **Benjamin Bernard Henri Sacksteder** e; **ii)** Nomeação da **Sra. Gabriela Nogueira Feres** para ocupar interinamente o cargo de Diretora Presidente, cumulativamente, as funções de Diretora Técnica e de Produtos. **5. Deliberações:** Constatada a presença dos Diretores da Companhia, após o exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia e dos respectivos documentos, a acionista da Companhia, autorizou a lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do §1º do art. 130 da Lei nº 6404/76 e, deliberou: **5.1 Destituir** o Sr. **Benjamin Bernard Henri Sacksteder**, francês, casado sob regime de separação de bens, securitário, portador da CI RNM nº G401247-R e inscrito no CPF/MF sob o nº 086.948.891-02, do cargo de Diretor Presidente da Companhia, com efeitos a partir de **01/09/2025**, consignando votos de agradecimento pelos relevantes serviços prestados durante o período em que exerceu a função. **5.2** Em razão da vacância do cargo de Diretor Presidente e com o objetivo de assegurar a continuidade da gestão executiva da Companhia, a Assembleia deliberou por **nomear, em caráter interino, com efeitos a partir de 1º/09/2025, a Sra. Gabriela Nogueira Feres**, brasileira, solteira, atuária, portadora da CI RG nº MG12486317 SSP/MG, inscrita no CPF/ME sob o nº 049.084.506-17, com endereço comercial na Avenida Dr. Chucri Zaidan, nº 246, 12º e 13º andar, Edifício Riverview Corporate, CEP: 04583-110, Vila Cordeiro, SP/SP, **para o cargo de Diretora Presidente, a ser exercido cumulativamente com suas funções de Diretora Técnica e de Produtos.** O mandato interino de Diretora Presidente da **Sra. Gabriela Nogueira Feres** terá vigência até 12/02/2027, data de término também de seu mandato como Diretora Técnica e de Produtos, podendo ser encerrado antecipadamente. Durante o período de interinidade, a **Sra. Gabriela Nogueira Feres** exercerá todas as atribuições e responsabilidades inerentes ao cargo de Diretora Presidente, assegurando a continuidade da gestão executiva da Companhia. **5.3** Diante da decisão acima, formaliza-se a redistribuição das funções específicas perante a SUSEP, conforme exigências regulatórias, e consolida-se a composição atual da Diretoria Executiva da Companhia, conforme abaixo: **a) Gabriela Nogueira Feres**, como Diretora Presidente e Diretora Técnica e de Produtos, com mandato válido até 12/02/2027, tendo a seguinte função: i. Diretora Responsável Técnico, nos termos do art. 1º, inciso II, da Circular SUSEP nº 234/2003 e Resolução CNSP nº 432/2021. **b) Rodrigo Passadore Costantino**, como Diretor de Operações e Tecnologia, com mandato válido até 12/02/2027, tendo as seguintes funções: i. Diretor Responsável pelas Relações com a SUSEP nos termos do art. 1º, inciso I, da Circular SUSEP nº 234/2003; ii. Diretor Responsável pelo registro das apólices e endossos emitidos, bem como dos cosseguros aceitos, nos termos da Resolução CNSP nº 143/2005; iii. Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações do Sistema de Registro de Operações, nos termos da Resolução CNSP nº 383/2020; e iv. Diretor responsável pelo compartilhamento de dados e serviços do Open Insurance, nos termos da Resolução CNSP nº 415/2021. **c) Rafael Domingues Conessa**, como Diretor Comercial e Diretor Financeiro, com mandato válido até 12/02/2027, tendo as seguintes funções: i. Diretor responsável pela política institucional de conduta, nos termos do artigo 12 da Resolução CNSP 382/2020; ii. Diretor responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados, nos termos do artigo 22 da Resolução CNSP nº 431/2021; iii. Diretor Responsável Administrativo-Financeiro nos termos da Circular SUSEP nº 234/2003; e iv. Diretor Responsável pelo Acompanhamento, Supervisão e Cumprimento das Normas e Procedimentos de Contabilidade, nos termos da Resolução CNSP nº 432/2021. **d) Daniella Bertola Luiz**, como Diretora de Controles Internos, com mandato válido até 12/02/2027, tendo as seguintes funções: i. Diretora Responsável pelo Cumprimento do Disposto na Lei nº 9.613/98, nos termos do art. 1º, inciso IV, da Circular SUSEP nº 234/2003 e Circular SUSEP nº 612/2020; e ii. Diretora Responsável pelos Controles Internos nos termos do artigo 9° da Resolução CNSP nº 416/2021. **5.5** Fica a Diretoria da Companhia autorizada a praticar os atos necessários à implementação e formalização das deliberações aprovadas neste ato. **6. Encerramento e Assinaturas:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião e eu, **Luciana Karla de Menezes Medeiros Alves**, designada para secretariá-la, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada pela Acionista, que a subscreve. São Paulo, 27/08/2025. **Mesa: Benjamin Bernard Henri Sacksteder -** Presidente da Mesa. **Luciana Karla de Menezes Medeiros Alves -** Secretária da Mesa; **Acionista: Holding XS1 S.A. Benjamin Bernard Henri Sacksteder -** Diretor Presidente; **Rafael Domingues Conessa -** Diretor Comercial e Financeiro. **JUCESP** nº 386.302/25-0 em 30/10/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE ÁREA METROPOLITANA QUATRO – CPA/M-4
ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90062/2025

O Dirigente da UGE 180.188 torna público, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônica, objetivando a **contratação de serviços para a manutenção de equipamento gerador para a Sede do 39º BPM/M.** A sessão pública ocorrerá no dia **04/12/2025, às 08h00**, por meio do portal Compras.Gov; no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o edital e seus anexos se encontram disponíveis para consulta. O Comando de Área Metropolitana Quatro – CPA/M-4 é o órgão responsável pela condução do processo licitatório.

PREFEITURA DE SÃO PAULO — **SAÚDE**

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90026/2025 - CRS LESTE -** PROCESSO SEI nº **6018.2025/0033763-6**
OBJETO: **Aquisição de equipamentos e material permanente -** Data/hora da sessão pública: **08h00 do dia 11 de dezembro de 2025 -** Local: https://www.gov.br/compras/pt-br - Documentação/retirada do edital: https://www.gov.br/compras/pt-br, até a data de abertura, conforme especificado no edital, http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br e https://www.gov.br/compras/pt-br. **UASG Nº 925209.**

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00891815922025
UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90264/2025.
Nº Processo: 024.00127793/2025-92.
Objeto: Aquisição futura e eventual de sistema de duas peças.
Total de Itens Licitados: 14 (Quatorze).
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 19/11/2025.
Horário: Das 08h00 às 17h59.
Endereço: Avenida Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar - sala 200 - São Paulo/SP.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: A partir de 19/11/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 04/12/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP (https://www.doe.sp.gov.br/) e PNCP (https://www.gov.br/pncp/pt-br).

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00883018292025
UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90262/2025.
Nº Processo: 024.00127754/2025-95.
Objeto: Aquisição futura e eventual de sistema de duas peças para estoma intestinal.
Total de Itens Licitados: 14 (Quatorze).
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 19/11/2025.
Horário: Das 08h00 às 17h59.
Endereço: Avenida Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar - sala 200 - São Paulo/SP.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 19/11/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 04/12/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP (https://www.doe.sp.gov.br/) e PNCP (https://www.gov.br/pncp/pt-br).

OPEA SECURITIZADORA S.A.
CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 16ª EMISSÃO (IF CRA-021001PQ/CRA021001VA) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2025 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 19 DE DEZEMBRO DE 2025 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 16ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **10 de dezembro de 2025**, às **09:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **19 de dezembro de 2025,** às **09:50 horas,** de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br e msf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª e 2ª Séries da 16ª Emissão – (IF CRA021001PQ/CRA021001VA) a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br e msf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRA com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 19 de novembro de 2025

OPEA SECURITIZADORA S.A. - Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE ÁREA METROPOLITANA QUATRO – CPA/M-4
ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90065/2025

O Dirigente da UGE 180.188 torna público, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônica, objetivando a **contratação de serviços gráficos para a produção de capas de certificados e diplomas para o 2º BPM/M.** A sessão pública ocorrerá no **dia 04/12/2025, às 08h00**, por meio do portal Compras.Gov; no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o edital e seus anexos se encontram disponíveis para consulta. O Comando de Área Metropolitana Quatro – CPA/M-4 é o órgão responsável pela condução do processo licitatório.

PREFEITURA DE SÃO PAULO — **SUBPREFEITURA GUAIANASES**

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico **nº: 90058/SUB-G/2025 -** Processo SEI **nº: 6038.2025/0002816-0**
Objeto: **Aquisição de Corda para Escalada nos Playgrounds -** Data/hora da sessão pública: **04/12/2025, a partir das 09:00h -** Critério de julgamento de **MENOR PREÇO -** Download do edital: https://www.gov.br/compras/pt-br **(UASG 925074)** ou no site https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/ .
Informações adicionais: Telefone (11) 2392-1090 ou e-mail claudiomelo@smsub.prefeitura.sp.gov.br .

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE ÁREA METROPOLITANA QUATRO – CPA/M-4
ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90064/2025

O Dirigente da UGE 180.188 torna público, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônica, objetivando a **contratação de serviços para a manutenção do telhado da Sede do 48º BPM/M**. A sessão pública ocorrerá no dia 03/12/2025, às 08h00, por meio do portal Compras.Gov; no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o edital e seus anexos se encontram disponíveis para consulta. O Comando de Área Metropolitana Quatro – CPA/M-4 é o órgão responsável pela condução do processo licitatório.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00895251692025
UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90003/2026.
Nº Processo: 024.00102425/2025-31.
Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.
Total de Itens Licitados: 10 (dez) itens.
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 19/11/2025.
Horário: Das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: A partir de 19/11/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 05/12/2025 às 10h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP.

PREFEITURA DE SÃO PAULO — **SAÚDE**

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico **nº 90060/CRS-SE/2025** - Processo SEI **6018.2025.0115548-5**
Objeto: **Aquisição de ARTESANATO E PAPELARIA para as Unidades de Saúde da Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste -** Tipo: **MENOR PREÇO -** Data/hora da sessão pública: **10h00 do dia 11 de dezembro de 2025 -** Local: https://www.gov.br/compras/pt-br - Documentação/retirada do edital: https://www.gov.br/compras/pt-br , https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/ , https://www.gov.br/compras/pt-br , https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/ e https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar .

Isa Energia Brasil S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 02.998.611/0001-04 - NIRE nº 35.3.0017057-1

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 27 de Outubro de 2025

Data, Hora e Local: Realizada em primeira convocação no dia 27/10/2025, às 15h, na sede social da Companhia, em SP/SP. **Convocação:** Editais de Convocação publicados no Jornal Valor Econômico, nas edições dos dias 27 e 30/09 e 1º/10/2025. **Mesa:** Presidente: Carlos José da Silva Lopes; Secretária: Erica Barbeiro Travassos. **Presenças:** 89,50% dos acionistas ordinaristas e 2,28% dos acionistas preferencialistas

PREFEITURA DE SÃO PAULO — **SUBPREFEITURA FREGUESIA/ BRASILÂNDIA**

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90041/SUB/FB/2025** - PROCESSO SEI **Nº 6037.2025/0003282-0**

Objeto: **prestação de serviços de engenharia de limpeza mecanizada do sistema de drenagem, com a utilização de equipamentos, combinado hidrojato/sugador/reciclador e bomba extravasora para drenagem em pontos de alagamento; e equipamento combinado hidrojato com sucção a turbina a alto vácuo; desidratação dos detritos em baia licenciada, inspeção de galerias por televisionamento e transporte dos resíduos para aterro sanitário e serviço de inspeção de galerias por CFTV, pelo período de 12 meses conforme - termo de referência - especificações técnicas e condições de fornecimento do objeto e seus anexos - para atendimento à demanda no âmbito desta SUBPREFEITURA -** Data da abertura: **19/11/2025 às 13h00 -** Critério de julgamento **menor preço Total.**

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA **Nº 90042/SUB/FB/2025** - PROCESSO SEI **Nº 6037.2025/0003362-2**

Objeto: **Contratação de Empresa de Engenharia ou Arquitetura para Execução de Revitalização e Melhorias de Espaço Público localizado na Praça Marielle Franco - Brasilândia, conforme especificações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I e às demais partes integrantes deste Edital, independentemente de transcrição, para atender às necessidades desta SUBPREFEITURA FREGUESIA/BRASILÂNDIA** - Data da abertura: **01/12/2025 às 10h00.**

Critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL.**

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA **Nº 90052/SUB/FB/2025** - PROCESSO SEI **Nº 6037.2025/0003847-0.**

Objeto: **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de engenharia ou arquitetura visando à execução de obras de revitalização de espaço público e implantação de brinquedão, na Rua Visconde Geraz do Lima, em frente ao nº 29, Freguesia do Ó - São Paulo/SP, área sob jurisdição da Subprefeitura Freguesia/Brasilândia, conforme especificações constantes no termo de referência - anexo i e demais partes integrantes deste edital - para atendimento à demanda no âmbito desta Subprefeitura Freguesia/Brasilândia** - Data da abertura: **02/12/2025 às 10h30.**

Critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**

PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90053/SUB/FB/2025** - PROCESSO SEI **Nº 6037.2025/0003269-3**

Objeto: **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza de galerias, córregos e canais situados em áreas sob jurisdição da Subprefeitura Freguesia/Brasilândia, conforme anexo i - termo de referência - especificações técnicas e condições de fornecimento do objeto e seus anexos - para atendimento à demanda no âmbito desta SUBPREFEITURA FREGUESIA/BRASILÂNDIA -** Data da abertura: **04/12/2025 às 10h00 -** Critério de julgamento **MENOR PREÇO TOTAL.**

Local das licitações acima: https://www.gov.br/compras/pt-br/ - **UASG: 925073** e https://www.gov.br/pncp/pt-br. Download do edital: https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/, https://www.gov.br/compras/pt-br/ e https://www.gov.br/pncp/pt-br.

Cia. de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ 62.577.929/0001-35

AVISO DE LICITAÇÃO

UASG 533201 - Pregão Eletrônico n° 90073/2025 - Objeto: Prestação de Serviços de Desenvolvimento, Manutenção e Sustentação de Software - Projetos de Integração e Sustentação de Softwares da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo - SEDUC - com Tecnologias INTERSYSTEMS, de acordo com as especificações e detalhamentos consignados neste Edital de Licitação e no Anexo I - Termo de Referência - a ser contratado de empresas pré-qualificadas no Grupo 10 - Serviços de Desenvolvimento, Manutenção e Sustentação em Plataforma Intersystems - da Pré-qualificação nº 001/2024.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras, às **9h do dia 08/12/2025**. O edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras, www.prodesp.sp.gov.br - opção "fornecedores - editais de licitação" e www.doe.sp.gov.br - opção "e-negociospublicos".

Prodesp — GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO — Secretaria de Gestão e Governo Digital

PREFEITURA DE SÃO PAULO — **SUBPREFEITURA SÃO MATEUS**

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico **nº: 90020/SUB-SM/2025** - Processo SEI **nº: 6054.2025/0003252-1**

Objeto: **Aquisição de BLOCOS DE CONCRETO FECHADO PARA ALVENARIA** - Data e hora da abertura da sessão pública: **03/12/2025 às 13h30 -** Modo de disputa: **ABERTO.**

Concorrência **nº 90013/SUB-SM/2025** - Processo SEI **nº 6054.2025/0001402-7**

Objeto: **Contratação de empresa de engenharia ou arquitetura para execução de obras de revitalização do escadão na Rua Peramirim, 34 - Vila Bela, São Paulo - SP -** Regime de Execução: **Empreitada Global -** Modo de Disputa: **ABERTO -** Data/hora da abertura da sessão pública: **05/12/2025 às 09h00 -** Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/ - **UASG 925089** - Download dos editais: https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/, https://www.gov.br/compras/pt-br/ e https://www.gov.br/pncp/pt-br .

PREFEITURA DE SÃO PAULO — **SAÚDE**

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÕES

A **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE** torna público as licitações abaixo. Os pregões serão realizados pela plataforma COMPRAS.GOV. Os editais poderão ser consultados e/ou obtidos pelo WWW.COMPRAS.GOV.BR ou pelo Painel de Negócios da PMSP, endereço https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/.

PROCESSO: **6018.2025/0093206-2** - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90173/2025-SMS.G**

Tipo: Menor preço - Objeto: **Registro de preços para o fornecimento de cateter balão para tamponamento uterino**. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00 do dia 04 de dezembro de 2025**, a cargo da **16ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018.2025/0103434-3** - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90174/2025-SMS.G**

Tipo: Menor preço - Objeto: **Contratação de empresa especializada para locação sob demanda de 06 dispensários eletrônicos com nichos personalizados para armazenamento e dispensação controlada de medicamentos, computador embarcado com monitor touch, teclado e mouse sem fio, leitor biométrico e leitor de QRcode, acionamento por prescrição via QRcode e biometria, integração nativa e simultânea com os sistemas de gestão de estoque e prescrição da Contratante, controle automatizado de níveis mínimos de estoque, rastreabilidade completa dos itens vinculada à prescrição e ao paciente, geração automática de relatórios detalhados e requisições, operação remota, sistema de backup e recuperação de desastres, além de certificações para distribuição automatizada de medicamentos PrEP e PEP prescritos eletronicamente pela Coordenadoria de IST/Aids no Município de São Paulo**. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00 do dia 05 de dezembro de 2025**, a cargo da **16ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018.2025/0114999-0** - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 91171/2025-SMS.G**

Tipo: Menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE AGULHA PARA ACUPUNTURA.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00, do dia 03 de dezembro de 2025**, a cargo da **13ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018.2025/0105006-3** - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 91166/2025-SMS.G**

Tipo: Menor preço - Objeto: **AQUISIÇÃO DE LAÇO DE COURO CRU - COVISA**. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **9h00, do dia 03 de dezembro de 2025**, a cargo da **8ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018.2025/0117005-0** - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 91172/2025-SMS.G**

Tipo: Menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS ALOPÁTICOS COMPRIMIDOS (NG.01.32.25) - (REMUME/SP)**. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **9h00, do dia 03 de dezembro de 2025,** a cargo da **8ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018.2025/0111113-5** - DISPENSA ELETRÔNICA **Nº 925003-99/2025-SMS.G**

Tipo: Menor preço - Objeto: **Aquisição de manovacuômetro analógico, contemplando entrega, por emenda parlamentar municipal para o Hospital Municipal Prof. Dr. Fernando Mauro Pires da Rocha vinculado a esta Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo**. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **14h00, do dia 24 de novembro de 2025**, a cargo da **16ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018.2024/0076580-6** - DISPENSA ELETRÔNICA **Nº 925003-88/2025-SMS.G**

Tipo: Menor preço - Objeto: **Aquisição de válvula reguladora de pressão para rede de gases (oxigênio), contemplando entrega, por recurso regulamentado pela Lei Complementar 197 de 6 de dezembro de 2022 para o Hospital Municipal Dr. José Soares Hungria, vinculado a esta Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **14h00, do dia 26 de novembro de 2025**, a cargo da **8ª CPL/SMS.**

PREFEITURA DE SÃO PAULO — **PROCURADORIA GERAL**

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico **nº 90008/PGM/2025 -** Processo SEI **nº 6021.2025/0052230-9**

Objeto: Contratação de serviços especializados de desmontagem, transporte externo e montagem de mobiliários, equipamentos, documentos, para mudança do Departamento de Desapropriações - Rua Conselheiro Furtado, nº 166, Liberdade, para o prédio da Avenida da Liberdade, nº 103, Liberdade, com o fornecimento de todo material, embalagens, ferramentas, veículo e mão de obra, necessários à realização desse serviço, atendidas as condições descritas no Anexo I - Termo de Referência, do Edital - Tipo: **MENOR PREÇO** - Destinação: **AMPLA CONCORRÊNCIA -** Data e hora da abertura da sessão pública: **08/12/2025 às 10h30 -** Local: www.compras.gov.br - UASG: **925059 -** DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: **19/11/2025 -** A participação no presente Pregão dar-se-á através de sistema eletrônico, pelo acesso ao site **https://www.gov.br/compras,** nas condições descritas no Edital em data e horário descritos acima. O Edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão do site **https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar - Procuradoria Geral do Município -** Quaisquer informações ou esclarecimentos poderão ser obtidos junto a Divisão de Compras e Contratos da PGM através do telefone 0xx(11) 3396.1654 ou 3396.1675, email: pgmlicitacoes@prefeitura.sp.gov.br, das 9h00 às 17h00, de 2ª a 6ª feira, até o último dia útil imediatamente anterior àquele marcado para a abertura do certame.

PREFEITURA DE SÃO PAULO — **ESPORTES E LAZER**

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão eletrônico **nº 90005/2025 -** Processo SEI **n° 6019.2025/0003364-0.**

OBJETO: **Aquisição de bebedouros de torre/coluna com cuba dupla/conjugada conforme especificações constantes do Anexo I deste Edital -** Data da sessão pública: **Dia 02/12/2025 às 13h00 -** Critério de julgamento: **Menor Preço por Item -** Local: Download do edital: https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/, https://www.gov.br/compras/pt-br/ e https://www.gov.br/pncp/pt-br (UASG) 925055.

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 367ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21G0685671) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2025 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 19 DE DEZEMBRO DE 2025 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 367ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **10 de dezembro de 2025**, às **10:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **19 de dezembro de 2025,** às **10:10 horas,** de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br e msf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 367ª Série da 1ª Emissão – (IF 21G0685671) a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br e msf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 19 de novembro de 2025.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 385ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21H0974929) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2025 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 19 DE DEZEMBRO DE 2025 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 385ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **10 de dezembro de 2025**, às **10:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **19 de dezembro de 2025,** às **10:20 horas,** de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br e msf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 385ª Série da 1ª Emissão - (IF 21H0974929) a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br e msf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 19 de novembro de 2025

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 139ª EMISSÃO (IF 23F0046476) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2025 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 22 DE DEZEMBRO DE 2025 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 139ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **11 de dezembro de 2025**, às **10:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **22 de dezembro de 2025,** às **10:10 horas,** de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br e msf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 139ª Emissão - (IF 23F0046476) a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br e msf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 19 de novembro de 2025

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 14ª EMISSÃO (IF CRA021002YB) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2025 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 19 DE DEZEMBRO DE 2025 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronogegócio da 1ª Série da 14ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **10 de dezembro de 2025**, às **11:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **19 de dezembro de 2025,** às **11:00 horas,** de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br e msf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª Série da 14ª Emissão – (IF CRA021002YB) a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br e msf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRA com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 19 de novembro de 2025

OPEA SECURITIZADORA S.A. - Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 414ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21I0823365) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2025 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 19 DE DEZEMBRO DE 2025 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 414ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **10 de dezembro de 2025**, às **11:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **19 de dezembro de 2025,** às **11:20 horas,** de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br e msf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 414ª Série da 1ª Emissão - (IF 21I0823365) a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br e msf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 19 de novembro de 2025

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

NEOENERGIA GUANABARA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 28.438.913/0001-03 - NIRE 3530050751-7 ("Companhia")

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 2025

1. Data, Horário e Local: Realizada em 06 de novembro de 2025, às 9 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, nº 321, Sala I, CEP 13.053-024. **2. Convocação e Presença:** Dispensada convocação prévia nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), em razão da presença do acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos e secretariados pelo Sr. Marcelo José Cavalcanti Lopes e Sra. Marcela Ollero, respectivamente. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e votar as seguintes matérias: **(1)** Aumento de Capital Social da Companhia e **(2)** alteração e consolidação do Estatuto Social. **5. Deliberações:** O acionista da Companhia aprovou, sem quaisquer restrições: **5.1.** O aumento do capital social, atualmente no valor de R$ 1.275.971.227,00 (um bilhão, duzentos e setenta e cinco milhões, novecentos e setenta e um mil, duzentos e vinte e sete reais), para R$ 1.295.971.227,00 (um bilhão, duzentos e noventa e cinco milhões, novecentos e setenta e um mil, duzentos e vinte e sete reais), mediante a emissão de 20.000.000 (vinte milhões) de novas ações, totalizando o novo Capital Social em R$ 1.295.971.227,00 (um bilhão, duzentos e noventa e cinco milhões, novecentos e setenta e um mil, duzentos e vinte e sete reais). Conforme consta no Boletim de Subscrição, que passa a fazer parte integrante da presente ata como Anexo I, as ações emitidas neste ato pela acionista Neoenergia S.A. em moeda nacional. **5.2.** Considerando o aumento do capital social aprovado acima, o artigo 5º do Estatuto Social é alterado e passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social, totalmente subscrito é de R$ 1.295.971.227,00 (um bilhão, duzentos e noventa e cinco milhões, novecentos e setenta e um mil, duzentos e vinte e sete reais) dividido em 1.295.971.227 (um bilhão, duzentas e noventa e cinco milhões, novecentas e setenta e um mil, duzentas e vinte e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." Consequentemente, fica consolidado o Estatuto Social da Companhia que passará a ter a redação conforme o Anexo II da presente ata. **6. Encerramento:** Esgotada a ordem do dia, a ata foi lida, aprovada e assinada, ficando cientes os representantes do acionista da sua lavratura em forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos facultados pelo parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das S.A. Campinas (SP), 06 de novembro de 2025. Confere com o original lavrado em livro competente. **Marcela Ollero -** Secretária. JUCESP. Certifico o registro sob o número 393.327/25-5 em 13/11/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90365/2025.
Nº Processo: 024.00114197/2025-42.
Objeto: Prestação de serviço de copeiragem, com fornecimento de insumos sob demanda, para atendimento em regime de 44 (Quarenta e Quatro) horas semanais, de segunda a sexta-feira.
Total de Itens Licitados: 01 (Um).
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 19/11/2025.
Horário: Das 08h00 às 17h59.
Endereço: Avenida Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar - sala 200 - São Paulo/SP.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: A partir de 19/11/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 05/12/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP (https://www.doe.sp.gov.br/) e PNCP (https://www.gov.br/pncp/pt-br).

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!
EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!
ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.
EDITORA GLOBO

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 360ª, 361ª, 398ª E 399ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 21H1034619/ 21H1035398/ 21H1035009/ 21H1035558) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2025 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 19 DE DEZEMBRO DE 2025 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 360ª, 361ª, 398ª e 399ª séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **10 de dezembro de 2025**, às **10:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **19 de dezembro de 2025,** às **10:30 horas,** de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br e msf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 360ª, 361ª, 398ª e 399ª séries da 1ª Emissão – (IF 21H1034619/ 21H1035398/ 21H1035009/ 21H1035558) a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br e msf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 19 de novembro de 2025

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 58ª EMISSÃO (IF CRA02200CNN) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2025 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 22 DE DEZEMBRO DE 2025 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 58ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **11 de dezembro de 2025**, às **09:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **22 de dezembro de 2025,** às **09:40 horas,** de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br e msf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª Série da 58ª Emissão – (IF CRA02200CNN) a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br e msf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRA com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 19 de novembro de 2025

OPEA SECURITIZADORA S.A. - Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 336ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21G0048448) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2025 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 19 DE DEZEMBRO DE 2025 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 336ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **10 de dezembro de 2025**, às **09:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **19 de dezembro de 2025,** às **09:40 horas,** de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br e msf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 336ª Série 1ª Emissão – (IF 21G0048448) a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br e msf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 19 de novembro de 2025

OPEA SECURITIZADORA S.A. - Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 383ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21I0277499) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2025 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 19 DE DEZEMBRO DE 2025 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 383ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **10 de dezembro de 2025**, às **10:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **19 de dezembro de 2025,** às **10:40 horas,** de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br e msf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 383ª Série da 1ª Emissão - (IF 21I0277499) a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br e msf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 19 de novembro de 2025

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

11ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro/SP

megaleilões GESTOR JUDICIAL

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO e de intimação do executado e depositário **ESPÓLIO DE EMILY CHEN SU YU WEI**, inscrita no CPF/MF sob o nº 935.694.598-53; **ESPÓLIO DE DANIEL SHU CHI WEI na pessoa de seu inventariante ANTONIO WEI**, inscrito no CPF/MF sob o nº 943.252.948-72; **bem como dos herdeiros MYRA YUNG,** 670.053.228-00; **ANTONIO WEI,** 943.252.948-72; **e do interessado CONDOMINIO DA CHÁCARA SANTA ELENA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 55.215.263/0001-00. **O Dr. Carlos Alexandre Aiba Aguemi**, MM. Juiz de Direito da 11ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro/SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital de 1º e 2º Leilão do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da **Ação de Execução de Título Extrajudicial** ajuizada por **CONDOMÍNIO DA CHÁCARA SANTA ELENA** em face de **espólio de EMILY CHEN SU YU WEI e outro - Processo nº 1005775-41.2021.8.26.0002 – Controle nº 271/2021,** e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: **DO IMÓVEL** - O imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS" e no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus da parte interessada verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL -** O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Leiloeiro www.megaleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC, inclusive as fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado. **DA VISITAÇÃO** - Os interessados em vistoriar o bem deverão enviar solicitação por escrito ao e-mail visitacao@megaleiloes.com.br. Cumpre esclarecer que cabe ao responsável pela guarda do bem autorizar o ingresso dos interessados, sendo que a visitação nem sempre será possível, pois alguns bens estão em posse do executado. Independente da realização da visita, a arrematação será por conta e risco do interessado. **DO LEILÃO** - O Leilão será realizado por **MEIO ELETRÔNICO**, através do Portal www.megaleiloes.com.br, o **1º Leilão** terá início no **dia 02/12/2025 às 16:00 h** e se encerrará **dia 05/12/2025 às 16:00 h**, onde somente serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o **2º Leilão**, que terá início no **dia 05/12/2025 às 16:01 h** e se encerrará no **dia 28/01/2026 às 16:00 h**, onde serão aceitos lances com no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação atualizada. **DO CONDUTOR DO LEILÃO** – O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 844. **DO VALOR MÍNIMO DE VENDA DO BEM** – No **2º Leilão**, o valor mínimo para a venda do bem corresponderá a **50% (cinquenta por cento)** do valor da avaliação judicial, que será atualizada até a data da alienação judicial. **DOS LANCES** – Os lances poderão ser ofertados pela Internet, através do Portal www.megaleiloes.com.br. **DOS DÉBITOS** –Os débitos de IPTU/ITR e demais taxas e impostos que serão subrogados no valor da arrematação nos termos do Art. 130, "caput" e parágrafo único, do CTN, bem como os débitos de condomínio (propter rem) que também serão subrogados no preço da arrematação, conforme Artigo nº 908, § 1º, CPC. **DO PAGAMENTO** - O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) após o encerramento do leilão através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação. **DA PROPOSTA -** Os interessados na aquisição do bem de forma parcelada, deverão apresentar proposta enviando de forma detalhada sua intenção no e-mail proposta@megaleiloes.com.br (Art. 895, I e II, CPC). As referidas propostas serão apresentadas ao M.M Juízo respectivo, caso o leilão se encerre negativo. No entanto caso o leilão se encerre positivo, as propostas apresentadas serão desconsideradas, vez que o pagamento à vista prevalece sob o pagamento parcelado. Em resumo o interessado em adquirir o bem realizando o pagamento à vista, deve confirmar o lance em leilão, já aquele que tem a intenção de realizar o pagamento de forma parcelada, deve enviar sua proposta por e-mail, ficando ciente das referidas condições do Artigo 895§ 7º, CPC. Por fim, a apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC), devendo a mesma ser analisada pelo M.M Juízo respectivo que decidirá pela opção mais vantajosa para a resolução da lide. **PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS PROPOSTAS -** Em caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (Art. 895, § 4º e 5º do CPC). **DA COMISSÃO** – O arrematante deverá pagar ao Leiloeiro, a título de comissão, o valor correspondente a **5% (cinco por cento)** sobre o preço de arrematação do imóvel. O pagamento deverá ser realizado em até 24h (vinte e quatro horas) a contar do encerramento do leilão, através de guia de depósito que será enviada por e-mail. A comissão devida ao Leiloeiro não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas. **DA REMIÇÃO:** Na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação, o Leiloeiro fará jus a comissão no percentual determinado neste edital sobre o valor da arrematação, conforme Artigo nº 7º, §3º da Resolução nº 236 do CNJ. **Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.megaleiloes.com.br, no CPC e Resolução nº 236 do CNJ.** Por qualquer motivo caso a intimação pessoal do executado não se realizar por meio de seus advogados ou pelo endereço constante dos autos, será intimado através do próprio edital de leilão nos termos do art. 889, I, do CPC. **RELAÇÃO DO BEM: MATRÍCULA Nº 175.825 DO 11º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SÃO PAULO/SP - IMÓVEL:** Apartamento rº 81 localizado no 8º andar ou pavimento do EDIFICIO SANTA ELENA, integrante do empreendimento denominado CHÁCARA SANTA ELENA, com entradas pelo nº 60 da Rua Joachim Jose Esteves e pelo nº 1.000 da Rua Darwin, no 29º Subdistrito - Santo Amaro, com a área real privativa de 541,80m2, a área real comum de 653,13 m2, já incluída a área correspondente a quatro vagas na garagem localizada no subsolo para a guarda de igual número de veículos de passeio, perfazendo a área total construída de 1.194,93 m2, correspondendo-lhe a fração ideal de 1/18 sobre 98/500 do terreno. **Consta na Av.06 desta matrícula** o ajuizamento da ação de Execução Título Extrajudicial, Processo nº 583.02.2009.116615-0/000000-000, em trâmite na 7º Vara Cível do Foro Regional de Santana/SP, requerida por CARGILL AGRICOLA S/A contra ANTONIO WEY e outros. **Consta na Av.08 e 09 desta matrícula** que nos autos do Processo nº 00132005920055150001, foi determinada a indisponibilidade dos bens e direitos de EMILY CHEN SU YU WEI. **Consta na Av.10 desta matrícula** que nos autos da ação de Execução Trabalhista, Processo nº 00004092720155020015, em trâmite na 15ª Vara do Trabalho De São Paulo/SP, requerida por VALENTIM SECATO contra EMILY CHEN SU YU WEI e outros foi penhorado o imóvel desta matrícula, sendo nomeada depositária a executada. **Consta na Av.11 desta matrícula** o ajuizamento da ação de Execução Trabalhista, Processo nº 00743000-17.2007.5.15.0107, em trâmite na Vara de Trabalho de Olímpia/SP, requerida por VALENTIM SECATO contra BRASWEY S/A INDUSTRIA E COMÉRCIO e outros. **Consta na Av.16 desta matrícula** a penhora exequenda do imóvel desta matrícula, sendo nomeada depositária a executada. **Consta na Av.17 desta matrícula** que nos autos da ação de Execução de Título Extrajudicial, Processo nº 0116615-58.2009.8.26.0002, em trâmite na 7ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro/SP, requerida por CARGILL AGRÍCOLA S/A contra DANIEL SHU CHI WHI e outros foi penhorado o imóvel desta matrícula, sendo nomeada depositária a executada. **Contribuinte nº 088.193.0414-7 (Conf.Av.03).** Consta no site da Prefeitura de São Paulo/SP débitos inscritos na Dívida Ativa no valor de R$ 603.701,32 e débitos de IPTU para o exercício atual no valor de R$ 45.483,90 (31/10/2025). **Valor da Avaliação do Imóvel: R$ 5.688.847,99 (cinco milhões seiscentos e oitenta e oito mil oitocentos e quarenta e sete reais e noventa e nove centavos) para setembro de 2024, que será atualizado até a data da alienação conforme tabela de atualização monetária do TJ/SP.** Consta Penhora no Rosto dos Autos sobre eventuais créditos extraída do Processo nº0116615-58.2009.8.26.0002, em trâmite na 7ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro/SP. Débito desta ação no valor de R$ 1.210.831,44 (outubro/2025). São Paulo, 03 de novembro de 2025. Eu, diretora/diretor, conferi. **Dr. Carlos Alexandre Aiba Aguemi - Juiz de Direito.**

(11) 3149-4600 | www.megaleiloes.com.br

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 370ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21G0637148) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2025 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 19 DE DEZEMBRO DE 2025 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 370ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **10 de dezembro de 2025**, às **10:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **19 de dezembro de 2025,** às **10:00 horas,** de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br e msf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação CRI 370ª Série da 1ª Emissão – (IF 21G0637148) a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br e msf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 19 de novembro de 2025

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 1ª, 2ª, 3ª E 4ª SÉRIES DA 13ª EMISSÃO (IF 22G0282328/ 22G0282329/ 22G0282332/ 22G0282333) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2025 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 19 DE DEZEMBRO DE 2025 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries da 13ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **10 de dezembro de 2025**, às **11:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **19 de dezembro de 2025,** às **11:30 horas,** de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br e msf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries da 13ª Emissão - (IF 22G0282328/ 22G0282329/ 22G0282332/ 22G0282333) a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br e msf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 19 de novembro de 2025

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 378ª E 379ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 21I0140051/21I0148113) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2025 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 19 DE DEZEMBRO DE 2025 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 378ª e 379ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **10 de dezembro de 2025**, às **10:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **19 de dezembro de 2025,** às **10:50 horas,** de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br e msf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 378ª e 379ª Séries da 1ª Emissão – (IF 21I0140051/21I0148113) a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br e msf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 19 de novembro de 2025

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA SÃO MIGUEL PAULISTA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA **90005/SUB-MP/2025 -** PROCESSO SEI **nº 6055.2025/0002300-5.**

Objeto: **Contratação de empresa especializada para elaboração do projeto básico de contenção e proteção de margens do Córrego Limoeiro e obras complementares, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I do Edital -** Data/hora da sessão pública: **09/12/2025 às 10h00 -** Local: https://www.gov.br/compras - UASG: **925090 -** Download do edital: https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br e https://www.gov.br/compras **(UASG-925090).**

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 132ª E 543ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 15L0648443/15L0790908) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2025 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 19 DE DEZEMBRO DE 2025 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 132ª e 543ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **10 de dezembro de 2025**, às **09:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **19 de dezembro de 2025,** às **09:30 horas,** de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br e msf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 132ª e 543ª Séries da 1ª Emissão – (IF 15L0648443/15L0790908) a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br e msf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 19 de novembro de 2025

OPEA SECURITIZADORA S.A. - Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

COMUNICADO DE SUSPENSÃO DE LEILÃO

win leilões

Fica por meio deste comunicado a informar de que o Leilão do **dia 28/10/2025 às 17 horas**, categoria **"VEÍCULOS PESADOS"**, publicado nos jornais Folha de São Paulo, Gazeta de São Paulo e Valor Econômico, no dia 28/10/2025, foi **SUSPENSO** pelo comitente, não sendo realizado e os bens não disponibilizados para oferta.

Relação de Chassis: 201109 - 032377 - 204332 - 201146 - 014691 - 202143 - 202239 - 006008 - 005016 - 204319 - 201964 - 010552 - 200640 - 030389 - 054524

MAIS INFORMAÇÕES NO SITE: www.winleiloes.com.br

PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA VILA MARIA/ VILA GUILHERME

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90003/SUBMG/2025 -** PROCESSO SEI **Nº 6058.2025/0002900-0**

OBJETO: **Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços de Serralheria, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, materiais de consumo, equipamento e veículos com operador e transporte para os locais de trabalho, através de 01 (uma) equipe pelo período de 12 (doze) meses, em áreas sob jurisdição da Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme conforme especificações constantes do ANEXO I do Edital -** Tipo: **MENOR PREÇO -** Critério de Julgamento: **VALOR TOTAL GLOBAL -** Modo de Disputa: **ABERTO E FECHADO -** Local: www.gov.br/compras - **UASG 925091 -** Data e Hora da Abertura da Sessão Pública: **05/12/2025 às 10h00 -** Download do edital: https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/, https://www.gov.br/compras/pt-br/ e https://www.gov.br/pncp/pt-br .

Valor Econômico 25 anos | 100 anos de Globo
Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

ORIZON

Orizon Meio Ambiente S.A.

CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30

Relatório da Administração Orizon Meio Ambiente S.A. 3T25

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das informações trimestrais (ITR) consolidadas auditadas da Companhia relativa aos períodos findos em 30 de setembro de 2025 e 2024. Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas significam "análise horizontal" e "análise vertical", respectivamente, enquanto o termo "N.A" significa "não aplicável".

PERÍODO FINDO EM FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2025 COMPARADO AO PERÍODO FINDO EM FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2024

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R$ milhares, exceto %)	3T25	AV%	3T24	AV%	AH%
Receita operacional líquida	231.222	100,00%	195.416	100,00%	18,32%
Custos dos serviços prestados	(114.737)	-49,62%	(120.043)	-61,43%	-4,42%
Lucro Bruto	**116.485**	**50,38%**	**75.373**	**38,57%**	**54,54%**
Despesas gerais e administrativas e com vendas	(54.315)	-23,49%	(36.080)	-18,46%	50,54%
Outras receitas (despesas) líquidas	(1.123)	-0,49%	7.356	3,76%	n.a
Lucro (prejuizo) antes do resultado financeiro equivalência patrimonial	61.047	26,40%	46.649	23,87%	30,86%
Resultado de equivalência patrimonial	1.027	0,44%	5.263	2,69%	-80,49%
Resultado financeiro	**(41.356)**	**-17,89%**	**(28.666)**	**-14,67%**	**44,27%**
Receitas Financeiras	39.039	16,88%	22.413	11,47%	74,18%
Despesas Financeiras	(80.395)	-34,77%	(51.079)	-26,14%	57,39%
Lucro (prejuizo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**20.718**	**8,96%**	**23.246**	**11,90%**	**-10,87%**
Imposto de renda e contribuição social	(1.272)	-0,55%	(4.215)	-2,16%	-69,82%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.828)	-1,22%	(5.392)	-2,76%	47,55%
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.556	0,67%	1.177	0,60%	32,20%
Resultado do período	**19.446**	**8,41%**	**19.031**	**9,74%**	**2,18%**

Receita operacional líquida

A receita líquida no período encerrado em 30 de setembro de 2025 atingiu R$231.222 mil, em comparação com R$195.416 mil no mesmo período de 2024, representando um crescimento de 18,32%. Esse aumento foi impulsionado principalmente pelo aumento no preço médio de tratamento e destinação final de resíduos e vendas de crédito de carbono.

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados no período encerrado em 30 de setembro de 2025 foi de R$114.737 mil, frente aos R$120.043 mil no ano anterior, o que representou uma redução de R$5.306 mil ou 4,42%. Essa variação mostra a melhoria operacional em nossos ativos.

Lucro bruto

O lucro bruto no período encerrado em 30 de setembro de 2025 foi de R$116.485 mil, em comparação a R$75.373 mil no mesmo período de 2024, representando um aumento de R$41.112 mil ou 54,54%. O lucro bruto representou 50,38% e 38,57% da receita líquida em 2025 e 2024, respectivamente.

Despesas gerais e administrativas e com vendas

O total de despesas no período findo em 30 de setembro de 2025 acumulou R$54.315 mil, ante R$36.080 mil em 2024, um aumento de R$18.235 mil ou 50,54%. Essas despesas representaram -23,49% e -18,46% da receita líquida nos períodos respectivos.

Outras receitas (despesas), líquidas

No período findo em 30 de setembro de 2025, as outras receitas (despesas), líquidas, foram negativas em R$1.123 mil, frente a uma receita de R$7.356 mil no mesmo período de 2024. Isso representa uma redução líquida de R$8.479 mil.

Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e da equivalência patrimonial

O lucro antes do resultado financeiro e da equivalência patrimonial foi de R$61.047 mil em 2025, contra R$46.649 mil em 2024, um aumento de R$14.398 mil ou 30,86%.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial foi positivo em R$1.027 mil no terceiro trimestre de 2025, ante R$5.263 mil no mesmo período do ano anterior devido aos resultados em nas empresas controladas.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro líquido no terceiro trimestre de 2025 foi uma despesa de R$41.356 mil, comparado a R$28.666 mil em 2024, representando um aumento da despesa em R$12.690 mil ou 44,27%. A variação deve-se principalmente ao pré-pagamento de debêntures realizado no período e do desenvolvimento de novos projetos.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras totalizaram R$39.039 mil em 2025, frente a R$22.413 mil em 2024, crescimento de 74,18%. As despesas financeiras, por sua vez, aumentaram de R$51.079 mil para R$80.395 mil.

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social

No terceiro trimestre de 2025, o lucro antes dos tributos foi de R$20.718 mil, frente ao lucro de R$23.246 mil no mesmo período de 2024 - uma queda de R$2.528 mil ou -10,87%.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social em 2025 foi de R$1.272 mil, contra R$4.215 mil em 2024, uma diminuição de R$2.943 mil.

O imposto corrente foi de R$2.828 mil em 2025, contra R$5.392 mil em 2024 (redução de R$2.564 mil), enquanto o imposto diferido foi positivo em R$1.556 mil em 2025, contra R$1.177 mil em 2024.

Resultado do período

O lucro líquido no período encerrado em 30 de setembro de 2025 foi de R$19.446 mil, comparado a R$19.031 mil no mesmo período de 2024, ficando em linha na comparação dos períodos.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM 381/2003, a Companhia informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S, não prestou serviços que conflitaram com a auditoria externa durante o período findo em 30 de setembro 2025. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

Declaração da Administração

Reconhecemos, como membros da Administração da Companhia, que somos responsáveis pela preparação adequada das demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Como membros da Administração da Companhia, acreditamos que a Companhia possui um sistema de controles internos adequados que permite a preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas exatas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de que estejam livres de distorções relevantes, causadas por fraudes ou erros.

Os membros da administração declaram que discutiram, revisaram e concordaram com conclusão expressa no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre o exame da DFP relativa ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025.

Balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**30/09/2025**	**31/12/2024**	**30/09/2025**	**31/12/2024**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	**162.833**	12.293	**180.101**	50.165
Títulos e valores mobiliários	4	**13.902**	8.504	**23.143**	12.962
Contas a receber de clientes	5	**73.472**	56.286	**240.557**	169.906
Debêntures	10	**137.953**	62.763	**137.953**	62.763
Impostos e contribuições a recuperar	6.a	**21.274**	17.452	**51.969**	43.393
Outros ativos circulante	8.a	**37.739**	30.624	**56.195**	52.805
Total do ativo circulante		**447.173**	187.922	**689.918**	391.994
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários Não circulante	4	**29.716**	42.402	**29.716**	42.402
Debêntures não circulante	10	**423.628**	439.344	**423.628**	439.344
Contas a receber de clientes - não circulante	5	**48.155**	41.826	**84.937**	85.228
Partes relacionadas não circulante	7	**245.684**	225.271	**149.217**	150.612
Depósitos judiciais e cauções	18.c	**1.294**	1.294	**1.300**	1.300
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.d	**81.875**	79.973	**81.875**	79.973
Investimentos	9	**1.352.409**	1.339.062	**119.704**	112.801
Imobilizado, Líquido	11	**281.192**	238.650	**914.901**	853.458
Intangível	12	**44.445**	43.809	**440.360**	450.699
Direito de uso	13	**41.895**	50.680	**72.918**	96.286
Outros ativos não circulante	8.a	**-**	-	**6.069**	6.069
Total do ativo não circulante		**2.550.293**	2.502.311	**2.324.625**	2.318.172
Total do ativo		**2.997.466**	2.690.233	**3.014.543**	2.710.166

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**30/09/2025**	**31/12/2024**	**30/09/2025**	**31/12/2024**
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	**156.860**	60.212	**191.618**	141.788
Arrendamentos	13	**21.968**	20.404	**37.595**	42.997
Fornecedores	14	**23.561**	19.741	**58.102**	52.871
Outorgas a pagar	15	**101**	101	**14.761**	11.902
Salários e encargos sociais	16	**18.525**	14.951	**36.870**	29.126
Impostos e contribuições a recolher	6.b	**9.043**	9.483	**33.543**	35.129
Parcelamento de impostos	17	**8.674**	8.994	**20.291**	20.696
Adiantamento de clientes	19	**3.021**	305	**3.578**	6.423
Contas a pagar	20	**967**	5.830	**967**	5.830
Outros passivos circulantes	8.b	**2.109**	1.476	**3.583**	2.000
Total do passivo circulante		**244.829**	141.497	**400.908**	348.762
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	**1.119.089**	1.036.198	**1.307.756**	1.162.606
Arrendamentos não circulante	13	**25.343**	37.932	**42.207**	62.381
Parcelamento de Impostos	17	**6.218**	10.878	**19.453**	31.059
Provisão para perdas em investimentos	9	**158**	601	**158**	601
Passivo com partes relacionadas	7	**774.940**	679.939	**370.830**	279.501
Provisão para contingências	18	**5.556**	9.100	**11.320**	14.969
Outros passivos	8.b	**22.239**	14.725	**34.749**	30.866
Total do passivo não circulante		**1.953.543**	1.789.373	**1.786.473**	1.581.983
Patrimônio líquido					
Capital social	21.a	**806.843**	806.843	**806.843**	806.843
Reserva para investimentos		**171.055**	171.055	**171.055**	171.055
Ajuste de avaliação patrimonial		**10.359**	10.359	**10.359**	10.359
(-) Prejuízos acumulados		**(200.417)**	(240.148)	**(200.417)**	(240.148)
Outros resultados abrangentes		**11.254**	11.254	**11.254**	11.254
		799.094	759.363	**799.094**	759.363
Participação de controladores		**799.094**	759.363	**799.094**	759.363
Participação de não controladores		**-**	-	**28.068**	20.058
Total do patrimônio líquido		**799.094**	759.363	**827.162**	779.421
Total do passivo e do patrimônio líquido		**2.997.466**	2.690.233	**3.014.543**	2.710.166

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes - Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	**30/09/2024**	**30/09/2025**	**30/09/2024**
Lucro líquido (prejuízo) do período	**39.731**	59.899	**46.390**	64.902
Outros resultados abrangentes - Equivalência patrimonial	**-**	6.667	**-**	6.667
Total de outros resultados abrangentes do período, líquidos de tributos	**39.731**	66.566	**46.390**	71.569
Atribuível aos acionistas:				
Não controladores	-	-	**6.659**	5.003
Controladores	-	-	**39.731**	66.566

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2025 a 30/09/2025	**01/07/2024 a 30/09/2024**	**01/07/2025 a 30/09/2025**	**01/07/2024 a 30/09/2024**
Lucro líquido (prejuízo) do período	**17.088**	17.986	**19.446**	19.031
Total de outros resultados abrangentes do período, líquidos de tributos	**17.088**	17.986	**19.446**	19.031
Atribuível aos acionistas:				
Não controladores	**-**	-	**2.358**	1.045
Controladores	**-**	-	**17.088**	17.986

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado - Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024 - (Valores expressos em milhares de reais)

			Reserva de capital							
	Nota	**Capital social**	**Reserva especial de ágio**	**Ajuste de avaliação patrimonial - Custo atribuído**	**Reserva de capital**	**Prejuízos acumulados**	**Outros resultados abrangentes**	**Total**	**Participação de não controladores**	**Total Patrimônio líquido**
Saldos em 1º de janeiro de 2024		806.843	14.401	10.359	156.654	(289.971)	-	698.286	11.509	709.795
Outros resultados abrangentes - Equivalência patrimonial		-	-	-	-	-	6.667	6.667	-	6.667
Aumento de capital do sócio não controlador		-	-	-	-	-	-	-	3.111	3.111
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	59.899	-	59.899	5.003	64.902
Saldos em 30 de setembro de 2024	21	806.843	14.401	10.359	156.654	(230.072)	6.667	764.852	19.623	784.475
Saldos em 1º de janeiro de 2025		**806.843**	**14.401**	**10.359**	**156.654**	**(240.148)**	**11.254**	**759.363**	**20.058**	**779.421**
Outros		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.351**	**1.351**
Lucro líquido do período		**-**	**-**	**-**	**-**	**39.731**	**-**	**39.731**	**6.659**	**46.390**
Saldos em 30 de setembro de 2025	21	**806.843**	**14.401**	**10.359**	**156.654**	**(200.417)**	**11.254**	**799.094**	**28.068**	**827.162**

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados - Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**30/09/2025**	**30/09/2024**	**30/09/2025**	**30/09/2024**
Receita operacional líquida	22	**273.354**	220.666	**648.848**	564.755
Custo dos serviços prestados	23	**(149.927)**	(133.675)	**(353.719)**	(338.335)
Lucro bruto		**123.427**	86.991	**295.129**	226.420
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	23	**(91.952)**	(75.578)	**(132.313)**	(98.437)
Outras receitas (despesas), líquidas		**5.404**	12.540	**(4.004)**	16.983
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial		**36.879**	23.953	**158.812**	144.966
Resultado de equivalência patrimonial	9	**62.609**	90.960	**6.781**	12.066
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24	**96.564**	66.269	**93.512**	75.288
Despesas financeiras	24	**(158.224)**	(123.448)	**(201.222)**	(147.591)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**37.828**	57.734	**57.883**	84.729
Corrente	6.c	**-**	-	**(14.354)**	(21.992)
Diferido	6.c	**1.903**	2.165	**2.861**	2.165
Lucro líquido (prejuízo) do período		**39.731**	59.899	**46.390**	64.902
Atribuível aos quotistas:					
Não controladores				**6.659**	5.003
Controladores				**39.731**	59.899
Lucro líquido (prejuízo) básico por ação		**11,32**	17,07	**13,22**	18,49

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados - Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**01/07/2025 a 30/09/2025**	**01/07/2024 a 30/09/2024**	**01/07/2025 a 30/09/2025**	**01/07/2024 a 30/09/2024**
Receita operacional líquida	22	**103.146**	80.879	**231.222**	195.416
Custo dos serviços prestados	23	**(53.444)**	(47.823)	**(114.737)**	(120.043)
Lucro bruto		**49.702**	33.056	**116.485**	75.373
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	23	**(32.364)**	(25.293)	**(54.315)**	(36.080)
Outras receitas (despesas), líquidas		**2.373**	5.566	**(1.123)**	7.356
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial		**19.711**	13.329	**61.047**	46.649
Resultado de equivalência patrimonial		**20.226**	24.663	**1.027**	5.263
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24	**41.275**	20.799	**39.039**	22.413
Despesas financeiras	24	**(64.722)**	(41.982)	**(80.395)**	(51.079)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**16.490**	16.809	**20.718**	23.246
Corrente	6.c	**-**	-	**(2.828)**	(5.392)
Diferido	6.c	**598**	1.177	**1.556**	1.177
Lucro líquido (prejuízo) do período		**17.088**	17.986	**19.446**	19.031
Atribuível aos quotistas:					
Não controladores		**-**	-	**2.358**	1.045
Controladores		**-**	-	**17.088**	17.986
Lucro líquido (prejuízo) básico por ação		**4,87**	5,12	**5,54**	5,42

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Período findo em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	**30/09/2024**	**30/09/2025**	**30/09/2024**
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (Prejuízo) do período	**39.731**	59.899	**46.390**	64.902
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo):				
Resultado de equivalência patrimonial	**(62.609)**	(90.960)	**(6.781)**	(12.066)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**3.431**	3.946	**178**	341
Provisão para contingências	**(1.811)**	(2.839)	**(1.212)**	(2.684)
Ajuste a valor presente	**5.697**	6.368	**9.608**	6.368
Variação cambial	**2.012**	(1.487)	**2.152**	(2.992)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(1.902)**	(2.165)	**(2.861)**	(2.165)
Depreciações e amortizações	**58.651**	51.080	**116.889**	98.183
Provisão para fechamento de aterro	**3.245**	1.158	**4.884**	3.027
Rendimento de debêntures	**(63.591)**	(51.083)	**(63.591)**	(51.083)
Provisão para redução do valor recuperável				
Valor residual do imobilizado baixado	**(2.098)**	-	**(1.281)**	-
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	**132.764**	111.514	**161.074**	119.792
Ganho com compra vantajosa e de capital na alienação de controlada				
Outros	**620**	**-**	**785**	**-**
(Aumento) redução nos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	**(25.898)**	(24.437)	**(76.529)**	(35.257)
Impostos a recuperar	**(1.357)**	(1.070)	**(2.996)**	(11.782)
Depósitos judiciais e cauções	**-**	(450)	**-**	(456)
Adiantamentos	**(6.037)**	(9.107)	**(3.390)**	(21.111)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	**7.387**	(7.475)	**7.002**	(8.627)
Outorgas a pagar	**-**	-	**2.859**	(1.729)
Salários e encargos sociais	**3.129**	4.080	**7.744**	9.673
Impostos e contribuições a recolher	**(1.128)**	(327)	**14.576**	13.225
Adiantamentos de clientes	**(1.392)**	(931)	**(2.845)**	(177)
Contas a pagar	**(4.966)**	(24.631)	**(4.966)**	(27.847)
Parcelamento de impostos	**(5.475)**	(4.729)	**(12.011)**	(8.323)
Outros	**741**	(121)	**583**	(1.379)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**79.144**	16.233	**196.261**	127.833
Imposto de renda e contribuíção social pagos	**-**	-	**(15.203)**	(15.120)
Juros pagos	**(108.489)**	(87.773)	**(147.001)**	(93.492)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(29.345)**	(71.540)	**34.057**	19.221
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisições de participação societária, líquida dos caixas adquiridos	**-**	-	**-**	-
Alienação de controlada	**-**	**-**	**-**	**-**
Adiantamento para futuro aumento de capital	**-**	-	**-**	2.674
Aquisições de imobilizado e intangível	**(38.743)**	(33.960)	**(139.093)**	(135.563)
Títulos e valores mobiliários	**7.288**	6	**2.505**	(3.997)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	**(31.455)**	(33.954)	**(136.588)**	(136.886)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos Captados	**400.000**	-	**545.000**	220.000
Empréstimos e financiamentos pagos	**(251.786)**	(3.750)	**(373.453)**	(24.625)
Arrendamentos pagos	**(16.277)**	(14.525)	**(31.804)**	(33.749)
Partes relacionadas	**79.030**	(74.604)	**92.724**	(247.932)
Pagamento baseado em ações, líquidado em caixa				
Emissão de novas ações				
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**210.967**	(92.879)	**232.467**	(86.306)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**150.167**	(198.373)	**129.936**	(203.971)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**12.293**	216.861	**50.165**	249.528
Caixa de incorporação - SPE Itapevi	**373**	-	**-**	100
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**162.833**	18.488	**180.101**	45.657
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**150.167**	(198.373)	**129.936**	(203.971)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado - Período findo em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	**30/09/2024**	**30/09/2025**	**30/09/2024**
Receitas	**310.595**	249.912	**744.751**	651.927
Serviços prestados	**314.026**	253.858	**744.929**	652.268
Reversão (Provisão) de para créditos de liquidação duvidosa	**(3.431)**	(3.946)	**(178)**	(341)
Insumos adquiridos de terceiros	**(87.723)**	(70.954)	**(211.739)**	(187.619)
Custo dos serviços prestados	**(67.379)**	(65.891)	**(163.219)**	(168.417)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(20.344)**	(5.063)	**(48.520)**	(19.202)
Valor adicionado bruto	**222.872**	178.958	**533.012**	464.308
Retenções	**(61.896)**	(52.238)	**(121.773)**	(101.210)
Depreciação e amortização	**(58.651)**	(51.080)	**(116.889)**	(98.183)
Provisão para fechamento de aterro	**(3.245)**	(1.158)	**(4.884)**	(3.027)
Valor adicionado líquido produzido	**160.976**	126.720	**411.239**	363.098
Valor adicionado recebido em transferência	**165.988**	161.447	**106.644**	90.384
Resultado de equivalência patrimonial	**62.609**	90.960	**6.781**	12.066
Receitas financeiras	**103.379**	70.487	**99.863**	78.318
Valor adicionado total a distribuir	**326.964**	288.167	**517.883**	453.482
Distribuição do valor adicionado	**326.964**	288.167	**517.883**	453.482
Pessoal	**75.154**	66.423	**144.653**	127.806
Remuneração direta	**47.799**	41.182	**90.225**	77.883
Benefícios	**5.215**	4.407	**10.139**	8.063
FGTS	**3.755**	3.840	**7.381**	7.084
Outros	**18.385**	16.994	**36.908**	34.776
Impostos, taxas e contribuíções	**45.584**	35.245	**113.925**	110.370
Federais	**31.431**	23.728	**78.005**	77.300
Estaduais	**1.881**	1.123	**4.931**	3.973
Municipais	**12.272**	10.394	**30.989**	29.097
Remuneração de capital de terceiros	**166.495**	126.600	**212.915**	150.404
Aluguéis	**8.271**	3.152	**11.693**	2.813
Despesas financeiras	**158.224**	123.448	**201.222**	147.591
Remuneração de capitais próprios	**39.731**	59.899	**46.390**	64.902
Prejuízo do período	**39.731**	59.899	**39.731**	59.899
Participação de não controladores	**-**	-	**6.659**	5.003

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 30 de setembro de 2025 - (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Orizon Meio Ambiente foi constituída no ano de 1999 e tem como objetivo investir e atuar nos seguintes segmentos: Tratamento e Destinação Final de Resíduos Perigosos e Não-Perigosos: A Orizon Meio Ambiente detém, direta ou indiretamente (por meio de suas controladas, controladas em conjunto), 3 (três) plantas para tratamento e destinação final de resíduos perigosos e 16 (dezesseis) aterros sanitários para resíduos não perigosos. Os ativos são localizados nos estados de Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Alagoas, Paraíba, Rondônia e Mato Grosso, Ceará e Rio Grande de Norte, recebendo cerca de 26.000 toneladas diárias de resíduos. As informações acima consideram as aquisições recentes ocorridas no segundo semestre de 2024. Energia de Biogás, Fornecimento de Biogás e Créditos de Carbono - Controladora e controladas: Algumas controladas da Orizon Meio Ambiente vêm explorando o biogás de seus aterros sanitários para aproveitamento energético. Atualmente, a empresa capta cerca de 62.000 Nm3 ¹ por hora de biogás em 10 de seus aterros sanitários, o que significa um potencial de geração de aproximadamente 32.000MW ¹ instalados, que vem sendo utilizado das mais diversas maneiras, sendo parte para geração de energia e parte queimando em *flare*. Entre os projetos de destaque: • Aterros de Nova Iguaçu e São Gonçalo (RJ): possuem contratos de disponibilidade e fornecimento de biogás de longo prazo com clientes privados, estruturados no modelo *take-or-pay*. Os contratos viabilizam projetos de geração de energia elétrica incentivada e futuramente o biogás também será utilizado para a produção de biometano. • Aterro de Barra Mansa (RJ): operado pela CTR Barra Mansa, viabiliza a geração mensal de aproximadamente 1.300 MWh(1) de energia elétrica a partir do biogás, em um projeto de geração distribuída voltado ao atendimento de grandes consumidores. • Aterro de Jaboatão dos Guararapes (PE): objeto de uma joint venture em formato de consórcio, da qual a Orizon Meio Ambiente participa, com outra empresa do grupo com foco no desenvolvimento de um projeto para geração de energia elétrica a partir do biogás que, no curto prazo, também será utilizado para a produção de biometano. Em Paulínia, o aterro sanitário, adquirido no contexto da UPI Aterros, fornece biogás para a planta de biometano, que por sua vez, fornece combustível para a UTE Paulínia. Por fim, no último trimestre de 2023, a Companhia e suas controladas iniciaram a queima do biogás em *flare* nos ecoparques de Maceió e Rosario do Catete. Além disto, no que tange à exploração de créditos de carbono, a Orizon Meio Ambiente e suas controladas, possuem através de seus aterros geração anual da ordem de 3 milhões ¹ de toneladas de carbono, seja pela queima do biogás ou ainda pela geração de energia limpa¹. ¹ Informação não auditada pelos auditores independentes da Companhia. Beneficiamento de Resíduos: Na atividade de beneficiamento de resíduos, em 30 de setembro de 2025, a Orizon Meio Ambiente conta com 05 (cinco) unidades em operação, sendo: (i) uma filial localizada em Magé, com estrutura para blendagem de resíduos voltada ao coprocessamento; (ii) uma joint venture com a Vamtec Rio Insumos Siderúrgicos Ltda., dedicada ao processamento de resíduos industriais em planta instalada nas dependências da Companhia Siderúrgica Nacional, no município de Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro; (iii) uma unidade em Sorocaba, estado de São Paulo, com infraestrutura de blendagem para coprocessamento e atuação em logística reversa; (iv) uma planta em Jaboatão dos Guararapes, voltada à triagem mecanizada de resíduos; e (v) uma unidade de triagem mecanizada situada no município de Paulínia, estado de São Paulo. Exploração da produção de biometano nos ecoparques: Em 20 de dezembro de 2024, a Orizon Valorização, por meio de sua controlada Orizon Energia e Gás Renovável ("BioE"), concluiu a operação que resultou na constituição de duas novas sociedades, em parceria com a GN Verde Participações S.A. ("GN Verde"), com o objetivo de viabilizar a produção de biometano nos Ecoparques de Nova Iguaçu e São Gonçalo. A estrutura societária prevê participação igualitária entre os sócios, com BioE e GN Verde detendo, cada uma, 50% de participação nas referidas sociedades. A estimativa inicial de produção é de 180.000 m³ por dia, marcando o início formal da iniciativa conjunta para produção e comercialização de biometano. Engenharia Ambiental: A Orizon Meio Ambiente mantém contratos de prestação de serviços com abrangência nacional na área de serviços ambientais, atuando em atividades como: (i) recuperação de áreas degradadas; (ii) remediação de áreas contaminadas; (iii) diagnóstico e monitoramento ambiental; (iv) gerenciamento de resíduos; e (v) limpeza de tanques da indústria petrolífera, entre outros. No entanto, a Companhia encontra-se em fase de desmobilização dessa linha de atuação. Em 2023, os saldos relacionados a essa atividade foram integralmente baixados por meio do reconhecimento de impairment no resultado do exercício. Aproveitamento de biogás para geração de energia: Em 17 de novembro de 2016, a Ecopesa firmou instrumento vinculante com a ASJA do Brasil Serviços para o Meio Ambiente Ltda. ("Asja Brasil"), tendo a ASJA Ambiente Italia S.p.A. como interveniente garantidora, para geração e comercialização de energia elétrica através do biogás produzido no aterro sanitário de Jaboatão dos Guararapes. O contrato firmado iniciou vigência a partir da data de assinatura e vigorará por até 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. Ainda no segundo semestre de 2024, foi exercida, pela BioE, a opção de compra que a Companhia possuía para aquisição da Asja Pernambuco, desenvolvedora do projeto de energia no ecoparque de Jaboatão dos Guararapes. Controladas diretas: O contexto operacional das controladas diretas é como segue: a) *Central de Tratamento de Resíduos Nova Iguaçu S.A. ("CTRNI"):* A CTRNI foi constituída em fevereiro de 2003, e tem por objeto social obras de terraplenagem para proteção ambiental, contenção e proteção de talude, drenagem, construção, implantação, operação e manutenção da central de tratamento e de destinação final de resíduos sólidos no município de Nova Iguaçu (RJ), nos termos do Contrato de Concessão de Serviços ("Contrato de Concessão") celebrado com a Empresa Municipal de Limpeza Urbana ("EMLURB"), daquele município; dentre outras atividades afins. As principais características do Contrato de Concessão firmado entre a CTRNI e a EMLURB estão descritas a seguir: • Obra/Serviço: Concessão de serviços para a construção, implantação, operação e manutenção de uma central de tratamento e de destinação final de resíduos sólidos. • Início: 15 de dezembro de 2000. • Término: 15 de dezembro de 2034. Atualmente, além do atendimento ao município de Nova Iguaçu, a Central de Tratamento de Resíduos de Nova Iguaçu (CTRNI) presta serviços a diversos outros clientes públicos e privados, incluindo as cidades de Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti e Mesquita. A unidade também se destaca pela disponibilização de um volume de biogás entre 10.000 e 12.000 Nm³ por hora para uma usina de geração de energia elétrica, que atualmente conta com aproximadamente 23 MW de capacidade instalada. Essa operação, além de contribuir para a matriz energética renovável, possibilita a geração de créditos de carbono. Adicionalmente, a Companhia detém área adjacente ao aterro sanitário, o que permite a eventual expansão das atividades realizadas no local, inclusive para além do prazo originalmente estabelecido na concessão. b) *Central de Tratamento de Resíduos de Alcântara S.A. ("CTRA"):* A CTRA desempenha as atividades relacionadas ao encerramento e monitoramento do antigo lixão de Itaóca, a implantação e operação da nova unidade de tratamento e destinação final de resíduos previstas no Contrato de Concessão PMSG nº 001/2004. A CTRA é um d

ines249

ORIZON

Orizon Meio Ambiente S.A.

CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadasem 30 de setembro de 2025 - (Em milhares de reais)

conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Durante o período de mensuração, também deve reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos. As informações referentes aos saldos de acordo com o PPA final estão detalhadas nos quadros abaixo:

Valor justo na data de aquisição	**1.165**
Preço de aquisição Contraprestação	**16.374**
Total Mais valia - Imobilizado - Licença	**15.209**

Controladas em conjunto e coligadas: a) *UTE Paulínia Verde Participações S.A. ("UTE Paulínia"):* A UTE Paulínia foi criada, em conjunto com a Gera Energia do Brasil S.A. ("Gera") e a Mercúrio Holding S.A. ("Mercúrio"), visando a exploração de usina termelétrica de ciclo aberto de gás natural renovável, gerado no aterro localizado no município de Paulínia, estado de São Paulo. A constituição da UTE Paulínia não gerou efeitos no resultado ou ágio. No final de abril de 2022, a UTE Paulínia passou a ser a titular do contrato firmado pela Mercurio com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") para a venda de 15,7 MW médios, mediante condições contratuais previamente estabelecidas Em 29 de junho de 2022, via Despacho 1735/2022, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") publicou a liberação da nona unidade geradora da UTE Paulínia, a qual possibilitou o pleno atendimento dos 15,7 MW médios negociados no leilão, a partir de 30 de junho de 2022 com fornecimento da integralidade do volume de energia elétrica negociado no âmbito do Procedimento Competitivo Simplificado, realizado em 25 de outubro de 2021. b) *SES Haztec Serviços de Resposta a Emergência Ltda. ("SES Haztec"):* A SES Haztec foi constituída no ano de 2006, objetivando a participação em uma licitação específica. Contudo, após o insucesso na referida licitação, a SES Haztec manteve-se sem qualquer atividade operacional. c) *Vamtec Orizon Soluções Ambientais Ltda. ("Vamtec Orizon"):* A Vamtec Orizon foi constituída em 25 de outubro de 2017, resultado de associação entre a Orizon Meio Ambiente e a Vamtec Rio Insumos Siderúrgicos Ltda. e tem como objeto o beneficiamento de resíduos finos siderúrgicos para retorno ao processo produtivo. A Vamtec Orizon iniciou suas operações em dezembro de 2019. A Vamtec Orizon tem como único cliente a Companhia Siderúrgica Nacional, operando com a capacidade total disponível. d) *CTR Santa Luzia ("CTR SL"):* Em 10 de abril de 2023, a Companhia celebrou, instrumento contratual vinculante, para aquisição de participação societária da empresa CTR Santa Luzia S.A. ("CTR SL"), localizada no Município de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais, pelo valor de R$25.000, sendo parte através de capitalização de valores anteriormente transferidos para a CTR SL e o restante através de futuros aumentos de capital. Com o fechamento da transação e cumprimento das obrigações assumidas pela Suma Brasil Serviços Urbano e Meio Ambiente S.A. ("SUMA"), o capital social da CTR SL foi distribuído da seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) para Companhia e 50% (cinquenta por cento) para SUMA, empresa brasileira controlada pela portuguesa Mota-Engil SGPS S.A.. A CTR SL é proprietária de um aterro sanitário localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, cujo início da operação ocorreu no 1º trimestre de 2023, com volume esperado de recebimento de até 1.500 toneladas diárias de resíduos. e) *Biometano Verde Paulínia S.A.:* Em 14 de agosto de 2023, a Companhia e sua controladora Orizon Valorização de Resíduos S.A. divulgaram fato relevante acerca da formação de uma sociedade com a Compass Comercialização S.A. ("Compass"), para a produção de biometano no Ecoparque de Paulínia em conjunto com a Edge Comercialização S.A. ("Edge"), companhia controlada pela Compass Gás e Energia S.A.. *Formação de investida para produção de biometano em Paulínia:* No contexto da transação, a Edge investirá até R$355.000, sendo R$235.000 no estágio inicial da parceria (já desembolsados), dos quais R$100.000 aportados na Biometano Verde Paulínia S.A. e R$135.000 em secundária para o Grupo Orizon. O montante adicional de até R$120.000 está condicionado à entrega de um maior volume de biogás. A Companhia por sua vez, por um período de 20 anos, se compromete a ceder espaço no aterro sanitário de Paulínia para a construção e operação da planta e a suprir o biogás para a produção do biometano (Vide Nota 26). Em 20 de outubro de 2023, com o implemento das condições contratuais precedentes, a transação foi concluída, ficando a Edge com 51% de participação na Biometano Verde Paulínia S.A. e o Grupo Orizon, por meio de sua controlada direta OMA com 49%. O investimento do projeto em sua primeira etapa é estimado em até R$450.000, o início da operação da planta de Biometano de Paulínia está previsto para o segundo semestre de 2025.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade: As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 21 - Demonstração Intermediária, e com a norma internacional IAS 34 - "*Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*" " (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). A apresentação destas informações foi elaborada de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração do Formulário de Informações Intermediárias - ITR. As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas não incluem todas as informações e divulgações requeridas para informações financeiras anuais. Portanto, essas demonstrações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas anuais de 31 de dezembro de 2024. A Administração da Companhia autorizou a emissão das informações financeiras contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 12 de novembro de 2025. Conforme Orientação Técnica OCPC 07, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em 15 de maio de 2025 na sua gestão. **2.2. Base de elaboração:** As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos mensurados pelo valor justo, quando indicados. As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa. As informações contábeis intermediárias são preparadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Base de consolidação:** As informações contábeis intermediárias consolidadas compreendem as informações contábeis intermediárias do Grupo em 30 de setembro de 2025. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dado baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. As investidas classificadas como controlada direta ou indireta, são apresentadas de forma consolidada nas demonstrações financeiras, enquanto as demais investidas, são reconhecidas pelo percentual de participação nas respectivas linhas de investimentos e resultado de equivalência patrimonial. Abaixo a estrutura é como segue:

		Participação no capital (%)	
Companhia	**Categoria**	**30/09/2025**	**31/12/2024**
CTRNI	Controlada direta	**100**	100
CTRA	Controlada direta	**100**	100
CTRBM	Controlada direta	**100**	100
SES Haztec	Controlada em conjunto	**50**	50
ETR Gramacho	Controlada direta	**100**	100
UTM Jaboatão	Controlada direta	**100**	100
Vamtec Orizon	Controlada em conjunto	**50**	50
UTE Paulínia	Controlada em conjunto	**33,33**	33,33
SPE Itaboraí	Controlada direta	**100**	100
SPE Itapevi²	Controlada direta	**100**	100
SPE Rosário do Catete	Controlada direta	**100**	100
Orizon Sorocaba Blendagem	Controlada direta	**100**	100
Orizon Tremembé Ambiental	Controlada direta	**100**	100
SPE CTR Metropolitana	Controlada direta	**100**	100
Metropolitana Serviços Ambientais	Controlada indireta	**50**	50
SPE Maceió	Controlada direta	**100**	100
Orizon Pantanal	Controlada direta	**100**	100
CTR Porto Velho	Controlada direta	**51**	51
CTR Santa Luzia (1)	Controlada em conjunto	**50**	50
Centro de Gerenciamento de Residuais Cuiabá Limitada	Controlada indireta	**100**	100
CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda.	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Holding Ceará Ltda.	Controlada direta	**100**	100
Oeste Ambiental	Controlada direta	**51**	51
Ecoparque Juazeiro do Norte	Controlada indireta	**51**	60
Biometano Verde Paulínia S.A.	Controlada em conjunto	**49**	49
sPE Central de proc.de Resí. Urb. de Duque de Caxias S.A (3)	Controlada direta	**100**	-
Consorcio Pernambuco Asja Oma (4)	Controlada direta	**50**	50

(1) Redução de participação societária em virtude do aporte da fração remanescente de terreno pela SUMA (Acionista da CTR Santa Luzia) que foi utilizado na transação inicial para integralização de capital. (2) Incorporada na Orizon Meio ambiente em 30 de abril 2025. (3) No 3° trimestre de 2025, foi constituída a SPE Duque de Caxias. (4) A participação pode variar conforme receita gerada. **2.4. Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira - conversão de saldos e transações em moeda estrangeira:** As informações contábeis intermediárias são preparadas em Reais (R$), que é a moeda funcional utilizada da Companhia. **2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação de informações contábeis intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: receita não faturada, imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis, provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios e mensuração de valor justo. **2.6. Normas emitidas, vigentes e não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Estas normas estão descritas a seguir:

Pronunciamento	**Vigência**
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.
Pronunciamento	**Avaliação de adoção inicial**
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - demonstrações contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	A Companhia avaliou e não identificou impacto material nas informações trimestrais da Companhia.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	A Companhia avaliou e não identificou impacto material nas informações trimestrais da Companhia.
OCPC 10 - Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIO).	A divulgação detalhada sobre os impactos da adoção inicial desta Orientação estão na nota 5.

2.7. Reapresentação das demonstrações financeiras: A Companhia está reapresentado suas demonstrações financeiras em decorrência mudança prospectiva de prática contábil a partir do trimestre findo em 30 de junho de 2025, com efeitos práticos nos saldos comparativos referentes à apresentação das informações por segmento, em consonância com o pronunciamento CPC 22 - Informações por segmento. A atualização da apresentação busca demonstrar de forma mais fidedigna a visão da Administração em relação às Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") da Companhia no cenário atual. As Unidades Geradoras de Caixa de cada segmento estão apresentadas abaixo: Destinação Final: • Tratamento e Destinação de Resíduos Não-Perigosos (Receitas e Custos). • Plantas de Biogás (Receitas e Custos). • Projetos de Créditos de Carbono (Receitas e Custos). Transição Energética: • Plantas de Energia / UTEs (Receitas e Custos). • Plantas de Biometano (Receitas e Custos). • Plantas de Recuperação Energética | WTEs (Receitas e Custos). Economia Circular: • Plantas de Blendagem para co-processamento (Receitas e Custos). • Plantas de Reciclagem | UTMs (Receitas e Custos). • Plantas de Beneficiamento de Finos Siderúrgicos (Receitas e Custos). • Plantas de Compostagem (Receitas e Custos). Os segmentos operacionais reportáveis do Grupo, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de setembro de 2024, estão apresentados no quadro abaixo:

	Consolidado 30/09/2024				
	Tratamento e destinação final	**Energia, biogás e crédito de carbono**	**Beneficiamento de resíduos/ WTE**	**Engenharia Ambiental**	**Total**
Receita operacional líquida	463.855	46.469	36.087	18.344	564.755
Custo dos serviços prestados	(194.207)	(11.460)	(34.863)	(18.743)	(259.273)
Lucro bruto antes da depreciação	269.648	35.009	1.224	(399)	305.482
Custos de depreciação					(79.062)
Lucro bruto					226.420
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas					(98.437)
Outras receitas (despesas), líquidas					16.983
Prejuízo antes do resultado financeiro equivalência patrimonial					144.966
Resultado financeiro					
Receitas financeiras					75.288
Despesas financeiras					(147.591)
Resultado financeiro, líquido					(72.303)
Resultado de equivalência patrimonial					12.066
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social					84.729
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente					(21.992)
Diferido					2.165
Prejuízo do período					64.902

Os segmentos operacionais reportáveis do Grupo apresentados em nova estrutura estabelecida pela Administração para efeito comparativo nas demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de setembro de 2025, estão apresentados no quadro:

	Consolidado (Reapresentado) 30/09/2024			
	Destinação Final	**Transição Energética**	**Economia Circular**	**Total**
Receita operacional líquida	502.590	4.126	58.039	564.755
Custo dos serviços prestados	(193.496)	(6.713)	(59.064)	(259.273)
Lucro bruto antes da depreciação	309.094	(2.587)	(1.025)	305.482
Custos de depreciação				(79.062)
Lucro bruto				226.420
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas				(98.437)
Outras receitas (despesas), líquidas				16.983
Prejuízo antes do resultado financeiro equivalência patrimonial				144.966
Resultado financeiro				
Receitas financeiras				75.288
Despesas financeiras				(147.591)
Resultado financeiro, líquido				(72.303)
Resultado de equivalência patrimonial				12.066
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social				84.729
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente				(21.992)
Diferido				2.165
Prejuízo do período				64.902

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	**31/12/2024**	**30/09/2025**	**31/12/2024**
Caixa	**-**	-	**243**	243
Bancos	**26.657**	8.240	**41.318**	27.032
Certificado de depósito bancário (CDB)	**136.176**	4.053	**138.540**	22.890
Total	**162.833**	12.293	**180.101**	50.165

Os equivalentes de caixa incluem investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor e são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo. Os certificados de depósito bancários possuem remuneração aproximada de 100% do CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	**31/12/2024**	**30/09/2025**	**31/12/2024**
Títulos e valores mobiliários	**43.618**	50.906	**52.859**	55.364
Circulante	**13.902**	8.504	**23.143**	12.962
Não circulante	**29.716**	42.402	**29.716**	42.402

O saldo de aplicações financeiras constitui-se de recursos com rentabilidade via aplicações em CDB, sem risco de variação significativa do principal e rendimentos quando do resgate e remuneradas a rendimentos próximos a 100% da variação dos Certificados de Depósito Interbancário ("CDIs").

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	**31/12/2024**	**30/09/2025**	**31/12/2024**
Contas a receber	**62.207**	51.316	**339.405**	297.616
Serviços a faturar (1)	**84.694**	68.639	**151.157**	122.408
	146.901	119.955	**490.562**	420.024
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(25.274)**	(21.843)	**(165.068)**	(164.890)
Total	**121.627**	98.112	**325.494**	255.134
Circulante	**73.472**	56.286	**240.557**	169.906
Não circulante	**48.155**	41.826	**84.937**	85.228

(1) O saldo de serviços a faturar refere-se a (i) Créditos de Carbono comercializados conforme as condições contratuais, que serão oportunamente baixados do contas a receber de acordo com o processo de registro, verificação e entrega; e (ii) À apropriação por competência, com base nos boletins de medição que indicam a efetiva prestação dos serviços de acordo com as condições contratadas, cujos saldos serão transferidos para contas a receber quando do correspondente faturamento.

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, faturados, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	**31/12/2024**	**30/09/2025**	**31/12/2024**
A vencer	**30.133**	15.468	**83.754**	56.455
Vencidos até 30 dias	**1.386**	8.986	**4.480**	20.314
Vencidos de 31 a 60 dias	**652**	468	**19.516**	5.739
Vencidos de 61 a 90 dias	**206**	650	**9.084**	3.285
Vencidos de 91 a 180 dias	**725**	1.825	**10.972**	12.785
Vencidos de 181 a 360 dias	**1.856**	1.128	**13.723**	12.581
Vencidos acima de 360 dias	**27.249**	22.791	**197.876**	186.457
Total	**62.207**	51.316	**339.405**	297.616

Dos saldos a receber da controlada CTRA junto a PMSG, no montante de R$48.072, sendo 15.755 estão integralmente classificados na faixa de vencidos acima de 360 dias. Há processo em andamento cujos valores pleiteados ultrapassam os recebíveis deste cliente, que somente deverão ser reconhecidos após o encerramento do processo. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	30/09/2025	**31/12/2024**	**30/09/2025**	**31/12/2024**
Saldo em 1° de janeiro	**(21.843)**	(17.406)	**(164.890)**	(154.960)
Constituição de provisão, líquida de reversão	**(3.431)**	(4.437)	**(178)**	(9.930)
Saldo no fim do semestre/exercício	**(25.274)**	(21.843)	**(165.068)**	(164.890)

A avaliação da necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa é realizada com base nas premissas estabelecidas no CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, cabendo análise de determinados clientes e transações. Conforme entendimento da Administração, determinados recebíveis não devem ser considerados para fins de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver indicativo de perda quando da realização, tais como serviços prestados a empresas do mesmo Grupo Econômico. A Companhia não espera incorrer em perdas que superem a provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída em 30 de setembro de 2025. Conforme detalhado na Nota 1.b, há acordo firmado pela controlada CTRA junto à Concedente com mediação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para o recebimento dos valores, cuja movimentação está apresentada abaixo:

Movimentação do acordo	
Saldo em 1° de janeiro de 2024	13.460
Parcelas recebidas em 2024	(600)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	12.860
Parcelas recebidas em 2025	**(2.700)**
Saldo em 30 de junho de 2025	**10.160**

Comercialização de créditos de carbono (Consolidado): As informações dos saldos em aberto dos créditos de carbono comercializados, que estão aguardando a conclusão do processo de certificação para entrega, estão detalhadas no quadro abaixo:

Empresa	**Período de geração de créditos**	**Quantidade de CER's (tCO2eq)**	**Saldo em (R$ Mil)**
CTRNI	01-01-21 a 31-12-21	563	13.179
CTRA	01-01-21 a 31-12-21	422	9.885
OMA	01-01-21 a 31-12-21	677	17.944
			41.008

Os créditos gerados em contratos anteriores a 2021, foram integralmente entregues e parcialmente recebidos até 2024, cujo montante correspondeu R$7.493. Os valores estão impactados pelos efeitos de variação cambial atualizada até 30 de setembro de 2025. O saldo total apresentado está alocado como serviços a faturar na rubrica de contas a receber. Em 30 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou a venda dos créditos de carbono gerados em 2021 no montante de R$39.275 através das controladas CTRNI, CTRA, Ecopesa (Incorporada em maio de 2022 pela OMA). O montante atualizado para 30 de setembro de 2025, considerando o efeito da variação cambial é de R$29.428 (R$37.849 em 31 de dezembro de 2024). O saldo total apresentado está alocado como serviços a faturar na rubrica de contas a receber. Estes contratos abrangem todo o volume de créditos de carbono gerados no exercício de 2021, sem estipular volume mínimo ou máximo e prazo de entrega. O contrato inicialmente tem preço-base para os projetos no âmbito do Clean Development Mechanism ("CDM") com preço adicional caso a Companhia esteja apta ao mercado voluntário. O processo de enquadramento em entidade é composto pelas seguintes etapas e está em fase de desenvolvimento pela Companhia: (1) Desenvolvimento do projeto; (2) Consulta aos stakeholders do projeto (órgãos fiscalizadores, comunidades locais, ONGs, etc); (3) Envio do projeto para a nova entidade; (4) Revisão do projeto pela nova entidade; (5) Certificação do projeto. Em 05 de agosto de 2024 foi concluído o processo de registro do projeto de créditos de carbono do Ecoparque Jaboatão dos Guararapes (Orizon Meio Ambiente), junto ao Gold Standard, mecanismo reconhecido mundialmente pelos seus critérios de elegibilidade, o que inclui qualidade, integridade e observância aos benefícios socioambientais. Em 16 de setembro de 2024 foi concluído o processo de registro do projeto de créditos de carbono do Ecoparque Sergipe, junto ao Gold Standard, gerará cerca de 290 mil tCO2eq de carbono por ano. Em 29 de julho de 2025, foi concluído o registro do projeto de créditos de carbono do Ecoparque Paulínia junto à Verra - organização de referência global no mercado voluntário de carbono, reconhecida internacionalmente pelo seu elevado rigor técnico na certificação de créditos. O projeto possui capacidade estimada de geração anual superior a 1 milhão de créditos de carbono, configurando-se como o maior projeto da Companhia nesse segmento até o momento. O primeiro período creditício teve início em 1º de novembro de 2022 e poderá ser renovado por até duas vezes, totalizando um período máximo de 21 anos de geração de créditos. OCPC 10 - Créditos de Carbono, Permissões de Emissões e Créditos de Descarbonização (CBIO) - Adoção Inicial: Em conformidade com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC 10 - "Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIO)", a Companhia avaliou os impactos decorrentes da adoção inicial desta norma, com o objetivo de assegurar a adequada representação contábil dos ativos e transações relacionados a instrumentos de mercado de carbono. A OCPC 10 tem como propósito estabelecer diretrizes contábeis para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização no contexto das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS. Após análise técnica e aplicação do julgamento contábil apropriado, a Companhia identificou os seguintes principais efeitos decorrentes da adoção inicial da referida orientação: • Capitalização de Gastos: os dispêndios incorridos relacionados à geração e comercialização dos créditos de carbono são inicialmente reconhecidos como ativos intangíveis, em conformidade com os critérios estabelecidos no CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, à medida que atendem aos requisitos de identificabilidade, controle e geração de benefícios econômicos futuros. Tais valores são capitalizados até o momento da emissão formal dos créditos pelos órgãos reguladores competentes. Após a emissão, os ativos são reclassificados para estoques, conforme previsto no CPC 16 (R1) - Estoques, sendo mantidos nesta rubrica até sua efetiva comercialização. A realização desses saldos ocorre no momento da venda, com o reconhecimento da receita de acordo com os critérios do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. • Reconhecimento da Receita: a receita proveniente da venda de créditos de carbono será reconhecida somente quando atendidos os critérios de reconhecimento estabelecidos pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, especialmente no que se refere à transferência do controle dos ativos ao comprador. Isso ocorrerá apenas após o registro formal dos créditos no órgão regulador competente e assinatura de contrato definitivo com a contraparte, assegurando a transferência de todos os riscos e benefícios significativos. A adoção da OCPC 10 está sendo efetuada de forma prospectiva, em conformidade com as diretrizes do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, não resultando, portanto, em reclassificações ou ajustes nos saldos de abertura das demonstrações financeiras referentes aos períodos anteriores à adoção. A Companhia continuará monitorando a evolução regulatória e técnica relacionada ao mercado de carbono e seus desdobramentos contábeis, ajustando suas práticas conforme necessário para garantir conformidade às normas vigentes e à fiel representação da sua posição patrimonial e de desempenho econômico-financeiro. Os efeitos nas informações contábeis intermediárias estão descritas abaixo: • Durante a geração dos créditos que serão comercializados - Os gastos incorridos serão registrados no ativo intangível e mantidos nesta rubrica até que ocorra o registro dos créditos gerados; • Após certificação dos créditos gerados - Os gastos incorridos são reclassificados do ativo intangível para a rubrica de estoque; • Após a comercialização - Os créditos comercializados são reconhecidos na rubrica de receitas operacionais no resultado do exercício, enquanto os gastos incorridos presentes no estoque são baixados ao resultado no mesmo período. • Em 30 de setembro o montante capitalizado foi de R$714.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos e contribuições a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
Impostos a recuperar	**30/09/2025**	**31/12/2024**	**30/09/2025**	**31/12/2024**
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	**17.790**	10.653	**35.149**	23.492
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	**1.138**	952	**2.176**	1.994
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	**799**	2.424	**2.566**	3.973
Programa de Integração Social (PIS)	**103**	273	**1.262**	1.355
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	**337**	1.121	**5.493**	6.053
Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI)	**81**	76	**117**	108
Outros impostos a recuperar	**66**	111	**562**	632
Subtotal - tributos federais	**20.314**	15.610	**47.325**	37.607
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	**7**	8	**12**	36
Subtotal - tributos estaduais	**7**	8	**12**	36
Imposto sobre Serviços (ISS)	**953**	1.834	**4.632**	5.750
Subtotal - tributos municipais	**953**	1.834	**4.632**	5.750
Total	**21.274**	17.452	**51.969**	43.393

Os saldos apresentados referem-se principalmente aos impostos retidos na fonte pelos clientes, os quais são discriminados nas notas fiscais de prestação de serviços impostos retidos das aplicações financeiras e retenções de impostos municipais na prestação de serviços, os quais são discriminados nas notas fiscais.

b) Impostos e contribuições a recolher:

	Controladora		Consolidado	
Impostos a recolher	**30/09/2025**	**31/12/2024**	**30/09/2025**	**31/12/2024**
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	**-**	-	**683**	859
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	**3.282**	3.182	**12.361**	11.999
Programa de Integração Social (PIS)	**672**	662	**2.446**	2.413
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	**35**	-	**848**	1.062
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	**89**	-	**1.447**	2.984
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	**1.698**	2.735	**6.630**	7.193
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços (ICMS)	**268**	695	**1.270**	1.863
IOF	**-**	-	**-**	-
Outros impostos (*)	**2.999**	2.209	**7.858**	6.756
Total	**9.043**	9.483	**33.543**	35.129

(*) Nesta rubrica estão alocados principalmente os impostos provisionados para os serviços a faturar.

SUDENE - Incentivo fiscal obtido: Em dezembro de 2023, a Companhia através de algumas de suas controladas, recebeu da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), órgão vinculado ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, aprovação do enquadramento referente ao incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicionais em favor da filial da OMA em Jaboatão dos Guararapes-PE, UTM Jaboatão dos Guararapes Ltda., SPE Maceió Ambiental S.A. e Rosário do Catete Ambiental S.A.. Os referidos enquadramentos permitem redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda Pessoa Jurídica pelo prazo de 10 anos, a partir do exercício social de 2023. A Companhia protocolou pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ perante a receita federal do Brasil com base nos laudos emitidos pela SUDENE. c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício: A conciliação entre o valor dos encargos tributários apurados conforme alíquotas nominais e o valor registrado no resultado consolidado da Companhia para os períodos de três e seis meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024 é como segue:

Imposto de renda e contribuição social diferidos	Controladora **30/09/2025**	Controladora **30/09/2024**	Consolidado **30/09/2025**	Consolidado **30/09/2024**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**37.828**	57.734	**57.883**	84.729
Alíquota nominal combinada	**34%**	34%	**34%**	34%
Despesa de IRPJ/CSLL à alíquota fiscal vigente	**(12.862)**	(19.630)	**(19.680)**	(28.808)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	**21.287**	30.926	**2.306**	4.102
Doações	**-**	**-**	**992**	**-**
Multa e juros	**(852)**	733	**(2.278)**	3.643
Investidas tributadas no lucro presumido	-	-	**(5.232)**	**-**
Créditos tributários constituídos (não constituídos) e redução de passivo fiscal diferido	**(5.670)**	(9.864)	**12.399**	1.236
Total do Imposto de renda e contribuição social	**1.903**	2.165	**(11.493)**	(19.827)
Alíquota efetiva (*)	**5%**	4%	**-20%**	-23%
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	**-**	-	**(14.354)**	(21.992)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	**1.903**	2.165	**2.861**	2.165

Imposto de renda e contribuição social diferidos	Controladora **01/07/2025 a 30/09/2025**	Controladora **01/07/2024 a 30/09/2024**	Consolidado **01/07/2025 a 30/09/2025**	Consolidado **01/07/2024 a 30/09/2024**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**16.490**	16.809	**20.718**	23.246
Alíquota nominal combinada	**34%**	34%	**34%**	34%
Despesa de IRPJ/CSLL à alíquota fiscal vigente	**(5.607)**	(5.715)	**(7.044)**	(7.904)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	**6.877**	8.385	**350**	1.789
Doações	**-**	-	**371**	-
Multa e juros	**(314)**	270	**(844)**	2.218
Investidas tributadas no lucro presumido	-	-	**(5.232)**	-
Créditos tributários constituídos (não constituídos) e redução de passivo fiscal diferido	**(358)**	(1.763)	**11.127**	(318)
Total do Imposto de renda e contribuição social	**598**	1.177	**(1.272)**	(4.215)
Alíquota efetiva (*)	**4%**	7%	**-6%**	-18%
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	**-**	-	**(2.828)**	(5.392)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	**598**	1.177	**1.556**	1.177

(*) O cálculo da alíquota efetiva está diretamente impactado pelos efeitos das controladas indiretas tributadas pelo regime do lucro presumido e pelos créditos não constituídos sobre o prejuízo fiscal da Companhia.

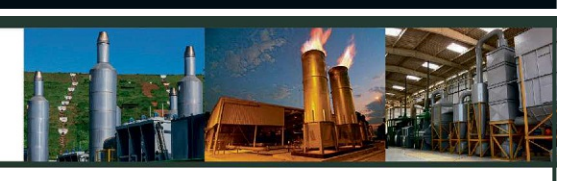
d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos: Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são como segue:

|

ORIZON

Orizon Meio Ambiente S.A.

CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadasem 30 de setembro de 2025 - (Em milhares de reais)

âmbito dessa transação e conclusão da aquisição da UPI Aterros, a Orizon Valorização de Resíduos S.A. entregou 4.636.353 ações para a Jive, perfazendo o montante de R$184.064, o que gerou um saldo a receber da Companhia. Adicionalmente, durante o primeiro semestre de 2023, a OVR realizou transferências para a OMA, principalmente de recursos captados na oferta subsequente de ações, para manutenção de capital de giro e avanço nos investimentos em andamento. (2) No primeiro semestre de 2025 a OMA recebeu aporte da OVR no montante de R$690.285, maior parte referente aos recursos captados no follow-on. Transações de Conta-Corrente: Os saldos com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a contas correntes sem incidência de juros, prazo de vencimento indeterminado e sem garantias. A liquidação dos saldos gera efeito nos saldos de bancos e nas contas patrimoniais de partes relacionadas, não havendo impacto no resultado. Afim de evitar a imprevisibilidade de entradas de recursos frente às obrigações, o grupo econômico passou a realizar operações de "conta corrente" para que a Companhia, suas controladas e subsidiárias pudessem atingir seu objeto social e preservar os interesses das empresas, bem como honrar com suas obrigações financeiras contratadas e, logo, evitar qualquer inadimplência e/ou descumprimento de obrigações legais e contratuais que poderiam resultar em efeitos financeiros adversos para o grupo econômico da Companhia e, consequentemente, para seus acionistas. As transações identificadas como "conta corrente" não são entendidas pela Companhia como um contrato de mútuo específico sobre determinado valor recebido, no qual o mutuário assume a obrigação de restituí-lo em igual quantidade, qualidade e gênero. Tal transação, no entendimento da Companhia, ocorre em regime de conta corrente, onde a premissa é o estabelecimento de um fluxo financeiro sem condições pré-definidas, sendo realizada conforme necessidade de capital de giro. Adicionalmente, atualmente a gestão dos recursos e fluxos de caixa das empresas do grupo econômico da Companhia encontram-se sob a mesma política e gestão financeira, cabendo aos membros executivos a tomada final de decisão sobre a melhor alocação dos recursos de acordo com as necessidades supracitadas. Nestas operações não há reconhecimento de perda e/ou expectativa de perda ou quaisquer formalizações de garantias em razão do fato de que as empresas do Grupo estão sob a mesma gestão econômico-financeira. Adicionalmente, a Companhia possui debêntures a receber da controladora Orizon Valorização de Resíduos com seus respectivos efeitos no resultado do exercício detalhados na Nota 10. Remuneração do pessoal-chave da Administração: A Companhia considera como "Pessoal-chave da Administração" somente os integrantes da sua diretoria estatutária e os membros do Conselho de Administração, ocorrendo a remuneração do pessoal-chave da Administração integralmente pela controladora Orizon VR. Outros: A Companhia não possui obrigações adicionais de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n° 6.404/76) e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global e anual da remuneração dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Formação de investida para produção de biometano em Paulínia: A Companhia concluiu a transação com a Compass para operação por um período de 20 anos em que se compromete a ceder espaço no aterro sanitário de Paulínia para a construção e operação da planta e a suprir o biogás para a produção do biometano (Vide Notas 1 e 27).

8. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

a) Outros ativos:

	Controladora		Consolidado	
Outros ativos	**30/09/2025**	**31/12/2024**	**30/09/2025**	**31/12/2024**
Adiantamento de outorgas (1)	**-**	-	**5.850**	5.850
Adiantamentos a funcionários (2)	**669**	523	**4.872**	4.622
Adiantamentos a fornecedores (3)	**7.557**	7.295	**18.103**	16.701
Despesas antecipadas - Aquisição de novos negócios (4)	**22.852**	16.700	**22.859**	16.700
Outros (5)	**6.661**	6.106	**10.580**	15.001
Total	**37.739**	30.624	**62.264**	58.874
Circulante	**37.739**	30.624	**56.195**	52.805
Não circulante	**-**	-	**6.069**	6.069

(1) Refere-se ao adiantamento de outorgas futuras à Prefeitura Municipal de São Gonçalo via abatimento no montante fixo mensal de R$65 nas faturas emitidas contra a mesma, para compensações futuras de outorgas sobre receita de venda de créditos de carbono, conforme previsto no contrato de concessão. Considerando que a geração de créditos de carbono teve início em 2016, os valores deverão começar a ser realizados após a finalização da perícia judicial sobre os valores com a Prefeitura Municipal de São Gonçalo (Nota 1). (2) Refere-se, substancialmente, a saldos de adiantamentos a funcionários (salários, férias, viagens, dentre outros). (3) Refere-se principalmente a valores de adiantamento a fornecedores de serviços, seguros patrimoniais e saúde. (4) Refere-se principalmente a empréstimos realizados no contexto da aquisição do ecoparque de Porto Velho, dos quais R$15.242 estão em aberto, com remuneração de IPCA+1% a.m. Além deste, ocorreram aportes em função de avaliação para aquisição de novos investimentos. (5) Principalmente da controlada direta CTRNI, que possui o montante de R$4.596 provisionado na rubrica de contingência, referente à potencial cobrança de ICMS sobre comercialização de biogás. Em contrapartida, foi registrado ativo no mesmo montante, uma vez que este imposto seria adicionado ao preço final em caso de incidência real sobre a operação. Além disto, há transações referentes a estoques de almoxarifado e apólices de seguro contratadas para as operações.

b) Outros passivos:

	Controladora		Consolidado	
Outros ativos	**30/09/2025**	**31/12/2024**	**30/09/2025**	**31/12/2024**
Aquisições a pagar (1)	**-**	-	**2.186**	3.292
Outros títulos a pagar (2)	**2.218**	1.476	**3.697**	2.008
Provisão para fechamento de aterro (3)	**22.130**	14.725	**32.449**	27.566
Total	**24.348**	16.201	**38.332**	32.866
Circulante	**2.109**	1.476	**3.583**	2.000
Não circulante	**22.239**	14.725	**34.749**	30.866

(1) Refere-se a saldo em aberto pelas aquisições da CGR Cuiabá e CGR Ambiental, conforme detalhado na nota 1. (2) Refere-se principalmente a montantes originados de acordos com fornecedores judiciais cujos pagamentos estão parcelados. (3) Refere-se à valores provisionados para fechamento de aterros provenientes das recentes aquisições: SPE Paulínia, SPE Itapevi, SPE Tremembé e SPE Rosário do Catete. A provisão ocorre pelo fato de tais aterros serem privados, cuja obrigação de desmobilização é da Companhia.

9. INVESTIMENTOS

A movimentação dos investimentos para 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	Controladora - 30/09/2025						
	31/12/2024	**Aumento de capital**	**Aquisições/ Dividendos/ Reclassificações**	**Incorporação SPE Itapevi**	**Amortização intangível concessão**	**Resultado de equivalência Patrimonial**	**30/09/2025**
CTRNI	195.551	**-**	**(704)**	**-**	**-**	**(8.123)**	**186.724**
CTRA	200.720	**-**	**-**	**-**	**-**	**7.435**	**208.155**
CTRBM	74.382	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.958**	**78.340**
CTR Porto Velho	18.212	**-**	**-**	**-**	**-**	**6.906**	**25.118**
SES Haztec (i)	(158)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(158)**
ETR Gramacho	24.025	**-**	**-**	**-**	**-**	**(3.387)**	**20.638**
Vamtec Haztec	1.931	**-**	**417**	**-**	**-**	**58**	**2.406**
UTM Jaboatão	64.583	**-**	**(646)**	**-**	**-**	**(9.661)**	**54.276**
UTE Paulínia	9.064	**-**	**-**	**-**	**-**	**6.099**	**15.163**
SPE Itaborai	34.915	**-**	**-**	**-**	**-**	**(952)**	**33.963**
SPE Itapevi	23.934	**-**	**-**	**(25.723)**	**-**	**1.791**	**2**
Rosario do Catete	54.568	**-**	**-**	**-**	**-**	**14.007**	**68.575**
SPE Sorocaba	9.656	**-**	**-**	**-**	**-**	**(738)**	**8.918**
SPE Tremembe	47.424	**-**	**-**	**-**	**-**	**16.209**	**63.633**
SPE CTR Metropolitana	14.763	**-**	**-**	**-**	**-**	**440**	**15.203**
SPE Maceio	67.051	**-**	**-**	**-**	**-**	**8.256**	**75.307**
Orizon Pantanal	27.301	**-**	**-**	**-**	**-**	**19.864**	**47.165**
Santa Luzia	36.958	**-**	**(128)**	**-**	**-**	**1.316**	**38.146**
Biometano Verde Paulinia	50.084	**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.298)**	**48.786**
Orizon Holding Ceara	(450)	**-**	**-**	**-**	**-**	**604**	**154**
Oeste Ambiental	2.132	**-**	**-**	**-**	**-**	**(95)**	**2.037**
SPE Duque de Caxias	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(80)**	**(80)**
Intangível concessão							
CTRNI	6.232	**-**	**-**	**-**	**(460)**	**-**	**5.772**
CTRA	607	**-**	**-**	**-**	**(221)**	**-**	**386**
ETR Gramacho - intangíveis							
Rentabilidade futura	2.731	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.731**
Ecopesa - intangíveis							
Rentabilidade futura	2.543	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.543**
Ativo imobilizado	3.090	**-**	**-**	**-**	**(418)**	**-**	**2.672**
SPEs - intangíveis							
Carteira de clientes	2.082	**-**	**-**	**-**	**(202)**	**-**	**1.880**
Ativo imobilizado	28.251	**-**	**-**	**-**	**(4.444)**	**-**	**23.807**
Licenças	336.722	**-**	**-**	**-**	**(16.733)**	**-**	**319.989**
Alienação parcial de investimentos	(443)	**-**	**443**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total	1.338.461	**-**	**(618)**	**(25.723)**	**(22.478)**	**62.609**	**1.352.251**

	Controladora - 31/12/2024						
	31/12/2023	**Aumento de capital**	**Aquisições/ Dividendos/ Reclassificações**	**Incorporação SPE Itapevi**	**Amortização intangível concessão**	**Resultado de equivalência Patrimonial**	**31/12/2024**
CTRNI	180.421	-	-	-	-	15.130	195.551
CTRA	176.257	-	-	-	-	24.463	200.720
CTRBM	63.291	-	-	-	-	11.091	74.382
CTR Porto Velho	12.174	-	(828)	-	-	6.866	18.212
SES Haztec (i)	(158)	-	-	-	-	-	(158)
ETR Gramacho	23.347	-	-	-	-	678	24.025
Vamtec Haztec	2.738	-	(1.592)	-	-	785	1.931
UTM Jaboatão	76.760	-	-	-	-	(12.177)	64.583
UTE Paulínia	9.814	-	(9.574)	-	-	8.824	9.064
SPE itaborai	37.885	-	-	-	-	(2.970)	34.915
SPE Itapevi	17.103	-	-	-	-	6.831	23.934
Rosario do Catete	59.300	-	-	-	-	(4.732)	54.568
SPE Sorocaba	10.209	-	-	-	-	(553)	9.656
SPE Tremembe	29.949	-	-	-	-	17.475	47.424
SPE CTR Metropolitana	12.617	-	-	-	-	2.146	14.763
SPE Maceio	62.165	-	-	-	-	4.886	67.051
Orizon Pantanal	6.194	-	-	-	-	21.107	27.301
Santa Luzia	24.087	-	-	11.286	1.585	36.958	
Biometano Verde Paulinia	49.700	-	(963)	-	-	1.347	50.084
Orizon Holding Ceara	(1)	-	-	-	-	(449)	(450)
Oeste Ambiental	-	-	2.371	-	(239)	2.132	
Intangível concessão	-						
CTRNI	6.844	-	-	-	(612)	6.232	
CTRA	902	-	-	-	(295)	-	607
ETR Gramacho - intangíveis							
Rentabilidade futura	2.731	-	-	-	-	-	2.731
Ecopesa - intangíveis							
Rentabilidade futura	2.543	-	-	-	-	-	2.543
Ativo imobilizado	3.647	-	-	-	(557)	-	3.090
Carteira de clientes	172	-	-	-	(172)	-	-
SPEs - intangíveis							
Carteira de clientes	2.351	-	-	-	(269)	-	2.082
Ativo imobilizado	34.178	-	-	-	(5.927)	-	28.251
Licenças	353.499	-	5.278	-	(22.055)	-	336.722
Provisão para Realização de investimentos	-	-	-	-	-	(443)	(443)
Total	1.260.719	-	(5.308)	11.286	(29.887)	101.651	1.338.461

	Consolidado - 30/09/2025				
Investimento	**31/12/2024**	**Aquisições/ Reclassificações**	**Resultados Abrangentes Equivalencia**	**MEP**	**30/09/2025**
Ses Haztec	(158)	**-**	**-**	**-**	**(158)**
Vamtec Haztec	1.931	**417**	**-**	**58**	**2.406**
UTE Paulínia	9.064	**-**	**-**	**6.099**	**15.163**
SPE Metropolitana	14.764	**(167)**	**-**	**606**	**15.203**
CTR Santa Luzia	36.958	**(128)**	**-**	**1.316**	**38.146**
Biometano Verde Paulínia	50.084	**-**	**-**	**(1.298)**	**48.786**
Alienação parcial de investimentos	(443)	**443**	**-**	**-**	**-**
Total	112.200	**565**	**-**	**6.781**	**119.546**

	31/12/2024				
Investimento	**31/12/2023**	**Aquisições/ Reclassificações**	**Resultados Abrangentes Equivalencia**	**MEP**	**31/12/2024**
Ses Haztec	(158)	-	-	-	(158)
Vamtec Haztec	2.738	(1.592)	-	785	1.931
UTE Paulínia	9.814	(9.574)	-	8.824	9.064
SPE Metropolitana	12.618	-	-	2.146	14.764
CTR Santa Luzia	24.087	-	11.286	1.585	36.958
Biometano Verde Paulínia	49.700	(963)	-	1.347	50.084
Provisão para realização de investimento	-	-	-	(443)	(443)
Total	98.799	(12.129)	11.286	14.244	112.200

Composição do saldo: Informações financeiras das controladas diretas e controladas em conjunto:

Patrimônio líquido	**CTRNI**	**CTRA**	**CTRBM**	**SES Haztec**	**ETR Gramacho**	**Vamtec Haztec**	**UTM Jaboatão**	**SPE Itaborai**	**SPE Itapevi**	**Rosário do Catete**	**SPE Sorocaba**	**SPE Tremembé**	**SPE Maceió**	**SPE Metropolitana**	**Santa Luzia**	**UTE Paulínia**	**Orizon Pantanal**	**Biometano Verde Paulínia**	**Holding Ceará**	**CTR Porto Velho**	**SPE Duque de Caxias**	**Oeste Ambiental**
30/09/2025	**187.398**	**208.154**	**78.337**	**-316**	**20.638**	**4.813**	**54.824**	**33.963**	**0**	**68.576**	**8.919**	**63.634**	**75.310**	**15.198**	**73.237**	**45.072**	**47.167**	**99.555**	**157**	**49.255**	**-80**	**3.992**
31/12/2024	195.551	200.720	74.382	-316	24.025	3.862	64.583	34.915	23.934	54.568	9.656	47.424	67.051	14.763	73.916	27.192	27.301	102.212	-450	35.710	-	4.180
Lucro líquido (prejuízo) em:																						
30/09/2025	**-8.152**	**7.434**	**3.958**	**0**	**-3.387**	**116**	**-9.759**	**-952**	**1.791**	**14.007**	**-738**	**16.209**	**8.257**	**440**	**2.633**	**18.720**	**19.864**	**-2.648**	**604**	**13.541**	**-80**	**-187**
30/09/2024	16.804	16.998	9.967	0	614	1.462	-9.075	-1.238	4.776	2.008	-484	12.702	4.635	1.111	2.508	21.060	15.997	3.955	-47	2.468	-	-256

(i) A SES Haztec não possui resultados para o período e exercício apresentados. Adicionalmente, o resultado da Vamtec Haztec já foi reconhecido na Orizon Meio Ambiente, a qual detém participação de 50% nesta investida, tendo efeito apenas no consolidado da ORIZON.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	**31/12/2024**	**30/09/2025**	**31/12/2024**
Investimentos	**1.352.409**	1.339.062	**119.704**	112.801
Provisão para perdas em investimentos (*)	**(158)**	(601)	**(158)**	(601)
Total, líquido	**1.352.251**	1.338.461	**119.546**	112.200

(*) A provisão para perdas em investimentos está classificada no passivo não circulante.

10. DEBÊNTURES

Conforme detalhado na Nota 13, em 23 de abril, a Companhia e o Fundo de Liquidação Financeira - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados ("FIDC NP"), assinaram a Escritura Particular da Segunda Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em cinco séries, para distribuição privada da Companhia, tendo a Orizon Valorização de Resíduos como interveniente, com vencimento único em 23 de abril de 2029. Em contrapartida da emissão das debêntures citadas acima, o FIDC NP entregou as debêntures da Orizon Valorização de Resíduos a Companhia. As debêntures entregues da controladora Orizon Valorização de Resíduos pelo FIDC NP à Companhia, estavam anteriormente escrituradas pelo Sindicato formado pelos bancos Bradesco, Santander, Itaú e Haitong, através das 4ª e 5ª emissões de debêntures emitidas em 6 de fevereiro de 2013 e 30 de janeiro de 2015. Até 31 de outubro de 2019 apenas as debêntures detidas pelos bancos Santander, Haitong e Itaú haviam sido adquiridas pelo FIDC NP e entregues a Companhia. Em 1º de novembro de 2019, o FIDC NP concluiu o processo de aquisição das debêntures detidas até então pelo Banco Bradesco. De forma similar à operação anterior, o FIDC entregou às respectivas debêntures em contrapartida da Terceira Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações por parte da Orizon Meio Ambiente no valor de R$112.040. Na mesma data, a Orizon Meio Ambiente e o FIDC NP aditaram a Escritura Particular da Segunda Emissão de Debêntures Simples transformando-a também em conversível nos mesmos moldes da terceira emissão. Dessa forma, as Escrituras de debêntures das 4ª e 5ª emissões supracitadas passaram a ter a Orizon Meio Ambiente em sua composição, cuja devedora é a Orizon Valorização de Resíduos. Nestas operações não houve desembolsos iniciais de caixa, tendo em vista que o montante das debêntures aportadas corresponde ao mesmo valor de debêntures emitidas para o FIDC NP. Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os saldos são conforme abaixo:

Saldo em 1º de janeiro de 2024	488.249
Rendimento das debêntures	69.523
Ajuste a valor presente	(1.271)
Quitação 4ª Emissão	(54.394)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	502.107
Rendimento das debêntures	**63.591**
Ajuste a valor presente	**(4.117)**
Quitação 4ª Emissão	**-**
Saldo em 30 de setembro de 2025	**561.581**
Circulante	**137.953**
Não circulante	**423.628**

(i) Valor decorrente das debêntures da Companhia adquiridas pelo FIDC NP e integralizadas nas debêntures emitidas pela Orizon Meio Ambiente, de modo que, atualmente a OMA é credora da Companhia. Em 30 de dezembro de 2022, houve quitação da 4ª emissão e repactuação da 5ª emissão de debêntures, estendendo o prazo com novos fluxos de pagamentos, conforme detalhado nesta nota. Os referidos títulos a receber possuem juros remuneratórios correspondentes a CDI + 2.5 % a.a, em conformidade com a remuneração já praticada anteriormente com os antigos debenturistas, respeitando as cláusulas das Escrituras originais. Periodicamente, a Companhia avalia o valor de mercado destes títulos e valores mobiliários, a fim de identificar eventuais necessidades de atualização. Repactuação da 5ª emissão e Quitação da 4ª emissão de Debêntures Simples: Em 26 de dezembro de 2022, foi assinado Instrumento ("*Term Sheet*") entre a Orizon Meio Ambiente ("Credora") e a Orizon Valorização de Resíduos ("Devedora"), objetivando a repactuação da 5ª Emissão de Debêntures Simples. Esta repactuação propõe alteração no fluxo de pagamento, cuja primeira parcela deverá ser quitada em 26 de dezembro de 2024 e a última em 26 de dezembro de 2032, mantendo-se as mesmas condições de remuneração e cláusulas restritivas, firmados na Escritura Original destas debêntures. Em 29 de dezembro de 2022, foram assinados, pela Companhia ("Credora") e pela controladora Orizon Valorização de Resíduos ("Devedora"), termo de quitação integral da 4ª Emissão de Debêntures Simples, cujo quitação ocorreu pelo valor R$305.964. O saldo de AVP e seus respectivos impostos diferidos foram revertidos no montante de R$59.060.

11. IMOBILIZADO (CONTROLADORA)

	Controladora								
Imobilizado, líquido	**Terrenos**	**Veículos**	**Benfeitorias em imóveis de terceiros (1)**	**Edificações**	**Móveis e utensílios**	**Máquinas e equipamentos**	**Instalações (2)**	**Mais Valia**	**Total**
Custo									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	18.526	5.109	5.057	332	5.421	46.898	503.019	-	584.362
Adições	-	5	-	235	229	2.291	56.295	-	59.055
Baixas	-	-	(21)	-	-	(165)	-	-	(186)
Reclassificações	-	(835)	-	-	(185)	(7.697)	(3.381)	-	(12.098)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	18.526	4.279	5.036	567	5.465	41.327	555.933	-	631.133
Incorporação SPE Itapevi 04-2025	**7.558**	**170**	**-**	**-**	**166**	**1.914**	**70.964**	**-**	**80.772**
Adições	**-**	**74**	**-**	**-**	**120**	**343**	**37.463**	**-**	**38.000**
Baixas	**(1.106)**	**(1.180)**	**(3.556)**	**-**	**(3.063)**	**(14.576)**	**(8.294)**	**-**	**(31.775)**
Reclassificações	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.032**	**-**	**1.032**
Saldo em 30 de setembro de 2025	**24.978**	**3.343**	**1.480**	**567**	**2.688**	**29.008**	**657.098**	**-**	**719.162**
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(5.174)	(3.932)	(228)	(3.735)	(38.572)	(325.551)	-	(377.192)
Adições	-	(15)	(119)	(16)	(144)	(1.945)	(25.223)	-	(27.462)
Baixas	-	-	21	-	-	52	-	-	73
Reclassificações	-	835	-	-	185	7.697	3.381	-	12.098
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(4.354)	(4.030)	(244)	(3.694)	(32.768)	(347.393)	-	(392.483)
Incorporação SPE Itapevi 04-2025	**-**	**(170)**	**-**	**-**	**(142)**	**(1.605)**	**(51.741)**	**-**	**(53.658)**
Adições	**-**	**(45)**	**(85)**	**(17)**	**(174)**	**(1.490)**	**(22.859)**	**-**	**(24.670)**
Baixas	**-**	**1.180**	**2.809**	**-**	**2.230**	**8.841**	**18.813**	**-**	**33.873**
Reclassificações	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.032)**	**-**	**(1.032)**
Saldo em 30 de setembro de 2025	**-**	**(3.389)**	**(1.306)**	**(261)**	**(1.780)**	**(27.022)**	**(404.212)**	**-**	**(437.970)**
Imobilizado, líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	18.526	(75)	1.006	323	1.771	8.559	208.540	-	238.650
Saldo em 30 de setembro de 2025	**24.978**	**(46)**	**174**	**306**	**908**	**1.986**	**252.886**	**-**	**281.192**
Vida útil média (anos)	-	5	-	25	10	10	10		

(1) De acordo com o prazo dos contratos de aluguel (média de 10% a.a.). (2) Referem-se substancialmente à construção de "células" (unidades) de tratamento de resíduos com depreciação pela vida útil de cada célula. Nesta rubrica também está classificado o montante de R$151.720 e R$79.503 referentes aos projetos para construção da unidade de WtE e UTM (nota 1) das controladas indiretas Barueri Energias Renováveis e UTM Jaboatão, respectivamente. No encerramento do exercício de 2023, a Companhia decidiu pelo registro ao resultado como provisão para redução ao valor recuperável dos saldos de ativo imobilizado oriundos da UGC de Engenharia Ambiental, em razão de descontinuidade deste segmento. O montante de R$35.391 foi registrado na rubrica de provisão para redução ao valor recuperável no resultado do exercício.

	Consolidado								
Imobilizado, líquido	**Terrenos**	**Veículos**	**Benfeitorias em imóveis de terceiros (1)**	**Edificações**	**Móveis e utensílios**	**Máquinas e equipamentos**	**Instalações (2)**	**Mais Valia (3)**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	34.265	10.585	5.505	3.897	7.896	110.154	1.424.727	56.992	1.654.021
Adição pela aquisição - 09/2024	318	-	-	-	-	393	2.299	656	3.666
Adições	-	7	-	248	469	6.076	193.404	-	200.204
Baixas	-	(912)	(21)	-	4	(531)	(865)	-	(2.325)
Reclassificação	3.566	(828)	-	(3.566)	(185)	(7.680)	4.524	-	(4.169)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	38.149	8.852	5.484	579	8.184	108.412	1.624.089	57.648	1.851.397
Adições	**-**	**940**	**-**	**-**	**496**	**1.529**	**126.754**	**-**	**129.719**
Baixas	**(1.106)**	**(1.180)**	**(3.556)**	**-**	**(3.063)**	**(14.610)**	**(10.022)**	**-**	**(33.537)**
Reclassificações	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.150**	**-**	**2.150**
Saldo em 30 de setembro de 2025	**37.043**	**8.612**	**1.928**	**579**	**5.617**	**95.331**	**1.742.971**	**57.648**	**1.949.729**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(10.151)	(4.166)	(228)	(5.222)	(80.894)	(814.754)	(15.736)	(931.151)
Adições	-	(210)	(222)	(16)	(308)	(5.212)	(58.878)	(6.578)	(71.424)
Baixas	-	912	21	-	-	292	(758)	-	467
Reclassificações	-	828	-	-	185	7.680	(4.524)	-	4.169
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(8.621)	(4.367)	(244)	(5.345)	(78.134)	(878.914)	(22.314)	(997.939)
Adições	**-**	**(246)**	**(101)**	**(17)**	**(305)**	**(4.232)**	**(58.824)**	**(5.040)**	**(68.765)**
Baixas	**-**	**1.180**	**2.809**	**-**	**2.230**	**8.874**	**18.933**	**-**	**34.026**
Reclassificações	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(2.150)**	**-**	**(2.150)**
Saldo em 30 de setembro de 2025	**-**	**(7.687)**	**(1.659)**	**(261)**	**(3.420)**	**(73.492)**	**(920.955)**	**(27.354)**	**(1.034.828)**
Imobilizado, líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	38.149	231	1.117	335	2.839	30.278	745.175	35.334	853.458
Saldo em 30 de setembro de 2025	**37.043**	**925**	**269**	**318**	**2.197**	**21.839**	**822.016**	**30.294**	**914.901**
Vida útil média (anos)	-	5	-	25	10	10	10		

(1) De acordo com o prazo dos contratos de aluguel (média de 10% a.a.). (2) Referem-se substancialmente à construção de "células" (unidades) de tratamento de resíduos com depreciação pela vida útil de cada célula, além da divisão de triagem mecância (UTM). No encerramento do exercício de 2023, a Companhia decidiu pelo registro ao resultado como provisão para redução ao valor recuperável dos saldos de ativo imobilizado oriundos da UGC de Engenharia Ambiental, em razão de descontinuidade deste segmento. O montante de R$35.391 foi registrado na rubrica de provisão para redução ao valor recuperável no resultado do exercício. (3) Refere-se à alocação de mais-valia atribuída aos montantes de ativo imobilizado das empresas adquiridas. Estes ativos possuem vida útil entre 1 e 42 anos, estando a maior parte dos ativos recém alocados na faixa média de 23 anos.

12. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

	Controladora		Consolidado	
Intangível, líquido	**30/09/2025**	**31/12/2024**	**30/09/2025**	**31/12/2024**
Aquisições:				
Ecopesa Ambiental S.A. (i)	**35.235**	35.235	**35.235**	35.235
Carteira de clientes	**-**	-	**-**	-
Plastimassa Tecnologia em Tratamento de Resíduos Ltda. (i)	**8.065**	8.065	**8.065**	8.065
ETR Gramacho	**-**	-	**2.731**	2.731
SPEs UPI Estre				
Licenças (ii)	**-**	-	**315.081**	331.546
Carteira de clientes	**-**	-	**1.880**	2.082
CGR Cuiabá/CGR Ambiental				
Licenças (ii)	**-**	-	**52.149**	53.991
Provisão para fechamento de aterro	**-**	-	**(2.045)**	(2.045)
Ecoparque Juazeiro	**-**	-	**14.168**	5.572
Oeste Ambiental	**-**	-	**4.907**	5.177
Subtotal - ágios e mais valias relacionados a aquisição de investimentos	**43.300**	43.300	**432.171**	442.354
Concessão da CTRNI - alocação de preço de compra	**-**	-	**5.772**	6.232
Concessão da CTRA - alocação de preço de compra	**-**	-	**386**	607
Subtotal - concessões	**-**	-	**6.158**	6.839
Condicionantes das licenças de operação (LOs)	**-**	-	**642**	715
Capitalizações Crédito de carbono OCPC 10	**705**	-	**714**	-
Software	**440**	509	**675**	791
Total	**44.445**	43.809	**440.360**	450.699

(i) Ágios oriundos de aquisições de investimentos adquiridos entre 2008 e 2009 até 2016 e incorporados nos mesmos períodos. Em função dos ágios serem fundamentados em rentabilidade futura (goodwill), os mesmos são reconhecidos e testados separadamente, a cada ano, em relação aos seus valores recuperáveis. (ii) As licenças estão subdividas em 6 aquisições e serão amortizadas até 2046.

A movimentação dos intangíveis é como se segue:

	Controladora	**Consolidado**
Saldo em 1º de janeiro de 2024	43.774	465.845
Alocação de preço de compra	-	10.749
Adição de intangíveis	115	136
Amortização - mais-valia de ativos adquiridos	-	(24.848)
Amortização dos intangíveis de concessão	-	(907)
Amortização de outos intangíveis	(80)	(276)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	43.809	450.699
Alocação de preço de compra	**-**	**8.596**
Adição de intangíveis	**38**	**64**
Adição de gastos conforme OCPC 10	**705**	**714**
Amortização - mais-valia de ativos adquiridos	**-**	**(18.779)**
Amortização dos intangíveis de concessão	**-**	**(681)**
Amortização de outros intangíveis	**(107)**	**(253)**
Saldo em 30 de setembro de 2025	**44.445**	**440.360**

Perdas por redução ao valor recuperável: No mínimo, uma vez ao ano, a Companhia realiza o teste do valor recuperável dos ágios *("goodwill")* gerados nas combinações de negócios através da avaliação do valor em uso, onde os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes dos impostos de forma que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa ("UGC"). O montante do ágio apurado na combinação de negócio é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado.

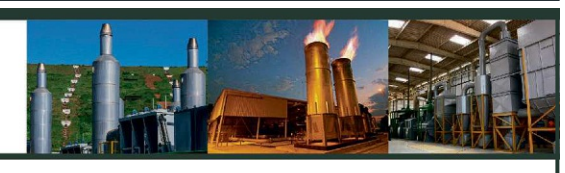
Como parte do processo de encerramento das demonstrações financeiras relativas ao período findo em 30 de setembro de 2025, a Companhia realizou a análise de indicativos de perda por redução ao valor recuperável de ativos e não identificou indícios de perda do valor recuperável dos mesmos. A Companhia acredita que todas as suas estimativas são razoáveis, consistentes com os relatórios internos, negócios da Companhia e refletem as melhores estimativas da Administração. O teste de impairment, elaborado anualmente, baseia-se em uma série de julgamentos, estimativas e premissas. As premissas chaves sobre as quais a Administração baseou suas projeções do fluxo de caixa futuro, estimativas e exerceu seu julgamento, são as seguintes: • Projeção dos resultados operacionais para o primeiro ano, baseado na taxa de crescimento do ano corrente. Os fluxos são baseados nos planos estratégicos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. Este é preparado por negócio, quando aplicável, e considera fontes externas como cenários macroeconômicos do segmento de atuação, evolução do negócio, inflação, taxas de câmbio e resultados históricos da Companhia; • Projeção dos resultados operacionais para os próximos anos, com base nos resultados esperados com a captação de novos clientes, manutenção dos clientes já existentes e desenvolvimento de novas soluções para o mercado e vigência dos contratos de concessão. A Administração est

ines249

ORIZON

Orizon Meio Ambiente S.A.

CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadasem 30 de setembro de 2025 - (Em milhares de reais)

CTR NI - Banco do Brasil (Consolidado): Em 29 de abril de 2024, a controlada direta CTR NI contratou junto ao Banco do Brasil S.A. operação de crédito no montante de R$15.000, com remuneração de CDI + 2,21% a.a., por meio de Cédula Única de Crédito. Em 24 de junho de 2024, foi contratada nova operação no valor de R$50.000, remunerada por CDI + 2,27% a.a., com vencimento final em junho de 2027. Essas operações foram integralmente liquidadas no terceiro trimestre de 2025, com recursos provenientes da emissão de Notas Comerciais Escrituradas realizada em 30 de julho de 2025, no montante de R$65.000. O instrumento possui prazo de 5 anos, vencendo em 15 de julho de 2030, com pagamento mensal de juros e amortização do principal a partir de agosto de 2025, e remuneração de 100% do CDI + 1,97% a.a. A captação teve como objetivo o refinanciamento das dívidas com vencimento entre 2026 e 2027 e a redução do custo de capital do grupo. A operação contém covenants financeiros e não financeiros usuais a esse tipo de transação. *CTR NI - Banco Votorantim (Consolidado):* Em 1º de abril de 2024, a controlada indireta CTRNI contratou junto ao Banco Votorantim S.A. operação no montante de R$65.000, por meio da emissão de Notas Comerciais Escriturais - Série Única, com remuneração de 100% do CDI + 2,65% a.a. Essa dívida foi integralmente liquidada em fevereiro de 2025, no valor atualizado de R$51.614. Em 27 de fevereiro de 2025, a CTRNI firmou nova emissão de Notas Comerciais Escriturais - Série Única, no valor de R$80.000, com remuneração de 100% do CDI + 2,5% a.a. A amortização ocorrerá em cinco parcelas semestrais de R$16.000, com vencimentos entre fevereiro de 2025 e fevereiro de 2028. O instrumento prevê cláusula de vencimento antecipado condicionada à manutenção de determinadas obrigações financeiras e societárias. A operação contém covenants financeiros e não financeiros usuais a esse tipo de transação. *Assunção de dívida - Banco Bradesco (Controladora):* Em junho de 2020, a Companhia. assumiu dívida originalmente contratada pela então acionista Synthesis junto ao Banco Bradesco S.A., no valor de R$19.756. A operação teve como objetivo substituir a estrutura de endividamento existente, pela qual a Companhia era devedora da Synthesis e esta, do Bradesco, resultando em relação direta entre a Companhia e o banco. O contrato previa 12 parcelas mensais de R$327, quitadas logo após a assinatura, e um saldo remanescente com vencimento final em abril de 2029, englobando principal e juros. A dívida é remunerada a 0,08% ao mês (equivalente a 1% a.a.), acrescida de 100% do CDI, com atualização mensal. A operação permanecia adimplente em 30 de setembro de 2025. *Emissão de novas debêntures - 4ª Emissão (Controladora):* Em 16 de novembro de 2021, a Companhia realizou sua 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, no montante total de R$500.000, sendo R$250.000 por série. Os recursos foram destinados à amortização de emissões anteriores e ao financiamento de projetos de infraestrutura nos ecoparques de Barra Mansa, Nova Iguaçu e São Gonçalo. As debêntures possuíam carência de principal até novembro de 2023, com amortizações semestrais a partir dessa data. A série remunerada a CDI + 3,80% a.a. vence em 15 de novembro de 2031, e a série remunerada a IPCA + 6,76% a.a. vence em 15 de novembro de 2035, classificadas como debêntures de infraestrutura. O instrumento da 4ª emissão prevê covenants financeiros e não financeiros, incluindo limites de alavancagem, cobertura de juros e índice de serviço da dívida, além de obrigações de reporte e manutenção de garantias. Entre as principais condições: • Dívida Líquida / EBITDA: até 4,5x, reduzindo-se gradualmente até 3,5x; • EBITDA / Despesa Financeira: mínimo de 2,0x; • Índice de Cobertura do Serviço da Dívida: mínimo de 1,25x; • Manutenção da listagem na CVM - Tipo B e entrega das demonstrações financeiras auditadas dentro dos prazos regulamentares; • Proibição de cessão de obrigações e restrições à extinção antecipada de contratos de concessão das controladas garantidoras. Em 22 de setembro de 2025, a Companhia concluiu a 6ª emissão de debêntures simples, em série única, no montante de R$400.000. Os recursos foram utilizados para amortizar integralmente a série remunerada a CDI + 3,80% a.a. da emissão anterior e reforçar a estrutura de capital da Companhia. A quitação foi realizada no valor de R$242.026, acrescida de prêmio por resgate antecipado de R$5.973, e reconhecido no resultado do período o montante de R$8.560 referente a custos diferidos da captação original. A 6ª emissão tem prazo de 10 anos, carência de principal até setembro de 2031 e amortizações semestrais entre 2026 e 2035, com remuneração de CDI + 1,45% a.a. O instrumento prevê covenants financeiros e não financeiros usuais, com obrigações menos restritivas que as emissões anteriores, refletindo o estágio de maturidade atual da Companhia e seu perfil de crédito consolidado. *Orizon Meio Ambiente - Emissão de novas debêntures - 5ª Emissão:* Em 11 de novembro de 2022, a Companhia realizou sua 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória adicional, em série única, no montante total de R$400.000. Os recursos foram destinados ao refinanciamento de dívidas existentes da Companhia e financiamento do plano de expansão da OMA e de suas controladas. As debêntures possuem carência de principal até dezembro de 2025, com amortizações mensais a partir de novembro de 2028 e vencimento final em novembro de 2030. A remuneração é de 100% do CDI + 2,4% a.a. A Escritura da 5ª emissão estabelece covenants financeiros e não financeiros em linha com os previstos na 4ª emissão, abrangendo limites de alavancagem, cobertura de juros e obrigações de reporte financeiro e manutenção de garantias. Em 30 de setembro de 2025, as obrigações decorrentes da 5ª emissão permaneciam adimplentes. *Celebração de contrato de financiamento com a International Finance Corporation ("IFC"):* Em 30 de junho de 2023, a Companhia celebrou contrato de financiamento com a International Finance Corporation (IFC), instituição do Grupo Banco Mundial voltada ao apoio do setor privado. O financiamento, no montante de R$130.000, foi desembolsado em 4 de setembro de 2023 e tem como finalidade reforçar a estrutura de capital e financiar projetos de expansão e eficiência operacional, com destaque para sistemas de triagem mecanizada e estações de tratamento de chorume. O contrato possui prazo final em 15 de abril de 2031, com carência de principal de 1 ano e pagamentos semestrais de juros e amortização a partir de 2025. A operação é regida por covenants financeiros e não financeiros usuais, incluindo limites de alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA ≤ 4,0x) e cobertura de juros (EBITDA/Despesas Financeiras ≥ 2,0x), além de obrigações de reporting financeiro e manutenção de garantias. Em 30 de setembro de 2025, a operação permanecia adimplente e em conformidade com os limites contratuais. *5ª Emissão de Debêntures Simples - Não Conversíveis em Ações - Aditamento à 4ª Emissão*: Em 30 de janeiro de 2015, a Companhia realizou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantias reais e fidejussórias adicionais, no montante total de R$150.000, em série única, com prazo de 7 anos e remuneração de 100% da variação do CDI acrescida de spread entre 2,50% e 4,00% a.a., conforme o índice de Dívida Líquida/EBITDA. As debêntures previam carência de 24 meses para pagamento de juros e principal, com amortizações trimestrais em 21 parcelas a partir de janeiro de 2017, e vencimento original em janeiro de 2022. Em 2021, foi obtido waiver junto aos debenturistas, com validade até novembro de 2023, suspendendo o vencimento da dívida até a repactuação definitiva. Em 26 de dezembro de 2022, foi celebrado Term Sheet entre a Orizon Meio Ambiente (credora) e a Orizon Valorização de Resíduos (devedora), formalizando a repactuação da 5ª emissão, com novo fluxo de pagamento entre dezembro de 2024 e dezembro de 2032, mantendo-se as condições financeiras e cláusulas restritivas originais. Ainda em dezembro de 2022, foi firmada a quitação integral da 4ª emissão de debêntures simples, no valor de R$305.964, correspondente ao valor de face atualizado de R$381.912, líquido do ajuste a valor justo (AVJ) de R$75.948. A operação gerou a reversão de AVP e impostos diferidos no valor de R$59.060, com efeito neutro no resultado consolidado. Em 26 de dezembro de 2024, a Companhia quitou parcela de R$64.262 da 5ª emissão, com dedução de AVJ de R$9.869 e reconhecimento dos respectivos efeitos fiscais diferidos. Arrendamentos (Consolidado): A Companhia e suas controladas mantêm contratos de arrendamento mercantil firmados no curso normal das operações. Na aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS 16, são adotados os seguintes expedientes práticos: • Utilização de taxa de desconto real única de 9,5% a.a., em linha com o custo médio ponderado de capital da Companhia; • Aplicação das isenções de reconhecimento para arrendamentos com prazo inferior a 12 meses e de baixo valor, cujos pagamentos são reconhecidos como despesa linear durante o período contratual; • Consideração de informações retrospectivas observáveis para determinação do prazo de arrendamento, incluindo opções de renovação ou rescisão contratual. *Orizon Meio Ambiente - Banco Safra:* Em 18 de outubro de 2022, a Companhia celebrou dois contratos de arrendamento mercantil financeiro com o Banco Safra S.A., totalizando R$9.667. Os contratos referem-se ao arrendamento de unidades de tratamento de chorume em operação nos ecoparques, utilizando tecnologia de osmose reversa. O passivo será amortizado em 48 parcelas mensais, com vencimento entre novembro de 2022 e outubro de 2026, e remuneração de 2,86% a.a. Os contratos preveem cláusulas usuais de vencimento antecipado, vinculadas ao inadimplemento de parcelas e ao descumprimento de obrigações acessórias, como tributos e encargos contratuais. *Orizon Meio Ambiente -Société Générale Equipment Finance S.A.:* Em 17 de agosto de 2023, a Companhia firmou contrato de arrendamento mercantil financeiro com a Société Générale Equipment Finance S.A., destinado à aquisição de uma central de sucção e queima de biogás, no valor de R$7.337. O financiamento será liquidado em 48 parcelas mensais de aproximadamente R$135, com vencimento entre outubro de 2023 e setembro de 2028, e remuneração equivalente a CDI + 3,0% a.a. A movimentação dos arrendamentos reconhecidos conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 para 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é apresentada a seguir (em R$ mil):

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	33.221	52.088
Adição de novos contratos no período - IFRS 16	52.432	111.042
Baixa de contratos	(7.998)	(8.731)
Pagamento de principal	(20.322)	(49.935)
Pagamento de juros	(3.303)	(6.675)
Juros apropriados no exercício	4.306	7.589
Saldo em 31 de dezembro de 2024	58.336	105.378
Adição de novos contratos no período - IFRS 16	**19.734**	**33.579**
Incorporação SPE Itapevi	**119**	**-**
Baixa de contratos	**(14.876)**	**(23.748)**
Pagamento de principal	**(16.277)**	**(31.804)**
Pagamento de juros	**(4.137)**	**(10.322)**
Juros apropriados no exercício	**4.412**	**6.719**
Saldo em 30 de setembro de 2025	**47.311**	**79.802**
Circulante	**21.968**	**37.595**
Não circulante	**25.343**	**42.207**

A Companhia mantém diversos contratos de arrendamento relacionados principalmente à locação de máquinas, equipamentos, veículos, geradores e purificadores de gases, utilizados nas operações dos ecoparques. Esses contratos possuem prazos de até 10 anos e estão registrados na rubrica de Direito de Uso, conforme o IFRS 16, totalizando R$79.802 mil em 30 de setembro de 2025 (R$105.378 mil em 31 de dezembro de 2024). Cronograma de pagamentos (consolidado): Em 30 de setembro de 2025, os saldos dos arrendamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

	Controladora	Consolidado
2026	**9.803**	**9.746**
2027	**2.708**	**9.757**
2028	**810**	**3.737**
2029	**481**	**1.714**
2030 em diante	**11.541**	**17.253**
Total	**25.343**	**42.207**

Ativo de direito de uso (Consolidado): Os ativos classificados como direito de uso são referentes principalmente à contratos de locação de equipamentos e terrenos para operações nos aterros sanitários e projetos, e possuem duração média de 1 a 7 anos, podendo ser os mesmos renovados no final destes contratos. Em 30 de setembro de 2025, as movimentações e informações de saldos de ativos de direito de uso estão detalhadas no quadro abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	22.794	40.381
Adições nos novos contratos	52.432	111.042
Baixa de contratos	(7.998)	(8.731)
Amortização do direito de uso no exercício	(16.548)	(46.406)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	50.680	96.286
Adição de novos contratos - IFRS 16	**19.734**	**33.579**
Incorporação SPE Itapevi	**114**	**-**
Baixa de contratos	**(14.876)**	**(22.956)**
Amortização do direito de uso no exercício	**(13.757)**	**(33.991)**
Saldo em 30 de setembro de 2025	**41.895**	**72.918**

Direito de PIS e COFINS a recuperar (Consolidado): A Companhia possui direito de PIS e COFINS a recuperar incidente sobre as contraprestação dos arrendamentos. Na mensuração dos fluxos de caixa dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS e COFINS sobre fluxo contratual bruto, em 30 de setembro de 2025 de R$2.942 (R$4.619 em 31 de dezembro de 2024).

14. FORNECEDORES

Esta rubrica registra os saldos em aberto junto a fornecedores de serviços, materiais e equipamentos, relacionados às operações em curso e aos investimentos em novas unidades e projetos. Em 30 de setembro de 2025, o saldo consolidado era de R$58.102 mil (R$52.871 mil em 31 de dezembro de 2024). A seguir, estão demonstrados os saldos em aberto para 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Fornecedores	**23.561**	19.741	**58.102**	52.871

15. OUTORGAS A PAGAR (CONSOLIDADO)

Referem-se aos valores correspondentes de 6% a 10% sobre as receitas de serviços prestados pelos aterros sanitários (CTRNI, CTRA e CTRBM) para outros clientes que não o poder concedente.

Aterro sanitário	Percentual da outorga	Índice de correção (a.m.)	30/09/2025	31/12/2024
Orizon Meio Ambiente	10%	INPC + 1%	**101**	101
CTRNI	6%	IGPM	**4.478**	2.815
CTRA	10%	IPCA + 1%	**4.681**	4.219
CTRBM	6%	IPCA + 1%	**5.501**	4.767
Total			**14.761**	11.902

16. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Salários e honorários a pagar	**2.223**	1.850	**4.586**	4.046
INSS a recolher	**1.941**	3.482	**5.741**	7.050
FGTS a recolher	**422**	443	**961**	973
Provisão e encargos sobre férias	**8.198**	7.350	**15.112**	14.137
Provisão e encargos sobre 13° salário	**4.069**	-	**7.526**	-
IRRF sobre salários	**1.251**	1.428	**1.975**	2.086
Outros	**421**	398	**969**	834
Total	**18.525**	14.951	**36.870**	29.126

17. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
IRRF	**-**	-	**-**	-
INSS	**3.009**	3.195	**6.358**	6.053
ISS (1)	**6**	-	**4**	20
ICMS (2)	**591**	800	**636**	856
COFINS (3)	**4.171**	6.116	**9.834**	14.171
IRPJ (3)	**3.548**	4.226	**10.958**	14.100
CSLL (3)	**1.076**	1.367	**3.944**	5.265
PIS (3)	**1.865**	2.338	**2.773**	3.762
PERT (3)	**626**	1.830	**5.237**	7.528
Outros Parcelamentos	**-**	-	**-**	-
Total	**14.892**	19.872	**39.744**	51.755
Circulante	**8.674**	8.994	**20.291**	20.696
Não circulante	**6.218**	10.878	**19.453**	31.059

(1) No 4º trimestre de 2020, houve homologação de parcelamento de impostos federais no montante de R$14.222, com vencimento em até 60 parcelas da companhia e controladas diretas CTRNI, CTRBM, CTRA e ETR. Ao longo de 2021, estas mesmas empresas aderiram a novos parcelamentos no montante aproximado de R$14.000, nas mesmas condições dos parcelamentos firmados em 2020. Em 2022, houve adesão a novos parcelamentos em decorrência de planejamento tributário e necessidade de capital de giro, com inclusão do INSS nos montantes parcelas.

A maior parte dos saldos de parcelamentos possui entre vencimento até 2027, cuja remuneração ocorre pela taxa selic. Cronograma de pagamentos: Em 30 de setembro de 2025, os saldos dos parcelamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

	Controladora	Consolidado
2025	**933**	**2.919**
2026	**1.865**	**5.838**
2027	**1.865**	**5.838**
2028 em diante	**1.555**	**4.858**
Total	**6.218**	**19.453**

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda provável: Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia está exposta a reclamações trabalhistas, fiscais e cíveis. Para cada processo ou exposição a processo, a Administração efetua uma avaliação da probabilidade de que sua decisão final possa resultar em uma perda para a Companhia e, portanto, com base nesta avaliação, a Administração registrou uma provisão para cobrir as prováveis perdas trabalhistas, fiscais e cíveis. Pela análise da Administração e seus consultores jurídicos externos, a posição das contingências prováveis e provisionadas é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Trabalhistas	**1.904**	5.523	**3.074**	6.795
Cíveis	**810**	791	**810**	792
Tributárias	**2.842**	2.786	**7.436**	7.382
Total	**5.556**	9.100	**11.320**	14.969

As movimentações das contingências estão resumidas a seguir:

Controladora	Trabalhistas	Tributários	Cível	Total
Saldo em 1° de janeiro de 2024	10.118	2.726	768	13.612
Adições/Reversões	(4.434)	214	1.038	(3.182)
Pagamentos	(161)	(154)	(1.015)	(1.330)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.523	2.786	791	9.100
Adições/Reversões	**(2.296)**	**(23)**	**508**	**(1.811)**
Pagamentos	**(1.323)**	**79**	**(489)**	**(1.733)**
Saldo em 30 de setembro de 2025	**1.904**	**2.842**	**810**	**5.556**

Consolidado	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total
Saldo em 1° de janeiro de 2024	11.210	7.322	784	19.316
Adições/Reversões	(4.242)	223	1.600	(2.419)
Pagamentos	(173)	(163)	(1.592)	(1.928)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.795	7.382	792	14.969
Adições/Reversões	**(2.035)**	**(25)**	**848**	**(1.212)**
Pagamentos	**(1.686)**	**79**	**(830)**	**(2.437)**
Saldo em 30 de setembro de 2025	**3.074**	**7.436**	**810**	**11.320**

As reclamações trabalhistas estão relacionadas, substancialmente, ao pagamento de horas extras, adicional de transferência, dentre outros pleitos, frequentemente ligados a disputas sobre o montante de compensação pago sobre as demissões. Além disto, estão registrados montantes provisionados sobre riscos relacionados a pagamentos ao corpo executivo. A Companhia continua defendendo seus interesses em todos os litígios descritos anteriormente, e constituiu provisão para riscos relacionados aos processos considerados como de perdas prováveis em que a companhia é impetrada (natureza passiva) dos processos. b) Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda possível: Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os processos considerados como de probabilidade de perda possível pela Administração e por seus assessores legais externos, não provisionados nas Informações contábeis intermediárias são conforme quadro abaixo:

Natureza dos processos	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Cível	**79.635**	74.816	**119.349**	112.529
Trabalhista	**15.936**	11.455	**26.326**	18.334
Tributário	**161.264**	146.766	**342.762**	308.830
Total	**256.835**	233.037	**488.437**	439.693

(1) *Cível:* • Incidente de desconsideração da personalidade jurídica com o objetivo de incluir a Companhia no polo passivo na demanda principal. • Execução de crédito, decorrente de Contrato de Representação Comercial. • Ação popular ajuizada em face da Companhia alegando irregularidades em processo licitatório. • Incidente de desconsideração da personalidade jurídica com o objetivo de incluir a Companhia no polo passivo na demanda principal. • Execução de crédito, decorrente de Contrato de Representação Comercial. • Ação popular ajuizada em face da Companhia alegando irregularidades em processo licitatório. • Ação indenizatória objetivando a condenação das rés ao pagamento de indenização, referente ao suposto descumprimento do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças. • Auto de Infração lavrado por suposto lançamento de efluentes no corpo hídrico. (2) *Trabalhista:* • Reclamação Trabalhista que versa sobre pagamento de verbas rescisórias por ex-funcionários. *(3) Tributário:* • Auto de infração lavrado para cobrança de valores a título de IRPJ, IRRF, PIS/PASEP, COFINS, CSLL, Multa Isolada, Cide Remessas decorrentes de suposta dedução de despesas indevidas no período fiscalizado. • Auto de infração lavrado em razão de fiscalização em face da empresa, para a cobrança de valores a título de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, sob suposta utilização incorreta do percentual de presunção para apuração dos mesmos. • Autos de infração de IRPJ/CSLL, apurados com base no lucro presumido, referente ao ano calendário de 2016 e 2017. De acordo com a fiscalização, a empresa teria infringido a legislação tributária ao aplicar os percentuais de presunção sobre a receita bruta de 8% para a apuração do IRPJ e 12% para a CSLL, ao invés do percentual de 32%. • Auto de infração lavrado em razão de fiscalização em face da empresa, para a cobrança de valores a título de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, sob suposta utilização incorreta do percentual de presunção para apuração dos mesmos. c) Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais estão vinculados, principalmente, a causas trabalhistas, além de bloqueios judiciais de saldos bancários em processos cíveis e estão classificados no ativo não circulante. Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os saldos estão apresentados no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Depósitos judiciais	**1.294**	1.294	**1.300**	1.300

19. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Os saldos em aberto referem-se principalmente à adiantamentos recebidos de clientes para prestação de serviços de tratamento e destinação final de resíduos, cujas compensações ocorrem na medida em que os serviços são realizados e faturados. Abaixo, movimentação dos saldos de adiantamentos de clientes no consolidado:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	1.435	2.511
Ingressos	6739	30385
Compensações	(7.869)	(26.473)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	305	6.423
Adiantamentos recebidos	**21.982**	**85.832**
Compensações	**(19.266)**	**(88.677)**
Saldo em 30 de setembro de 2025	**3.021**	**3.578**

20. CONTAS A PAGAR

Aquisição de empresas: *Aquisição SPEs - UPI Estre:* Conforme detalhado na nota 1, em 19 de abril de 2022 a Companhia concluiu o processo de aquisição das SPEs UPI Estre. O valor de negociação foi firmado da seguinte forma: A movimentação do saldo remanescente está apresentada abaixo:

	Fluxo de pagamento - Aquisição SPEs UPI Estre
Saldo em 1° de janeiro de 2024	36.706
Pagamentos realizados e janeiro a dezembro/2024	(38.750)
Ajuste a valor presente	6.941
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.897
Pagamentos realizados e janeiro a setembro de 2025	**(5.000)**
Ajuste a valor presente	**103**
Saldo em 30 de setembro de 2025	**-**

O montante foi integralmente liquidado no primeiro trimestre de 2025.

Adicionalmente, nesta rubrica há montante de R$967 em 30 de setembro de 2025, referente a saldo residual da CTR Santa Luzia. Os saldos estão integralmente classificados no passivo circulante.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social era de R$806.843, representado por 3.510 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, subscritas e totalmente integralizadas, com a seguinte composição acionária:

Acionista	Quantidade de ações (mil)	Percentual de participação (%)
Orizon Valorização de Resíduos S.A.	**3.510**	**100%**

b) Bônus de Subscrição: Em 19 de junho de 2020, a Orizon Meio Ambiente emitiu 10.000 bônus de subscrição, nos termos do artigo 77 da Lei 6.404/1976, conforme alterada (Leis das Sociedades por Ações), que foram entregues em pagamento em benefício dos debenturistas das Emissões correspondente à R$156.654, cujas condições de emissão de ações, a quantidade, o preço, o prazo e forma de integralização, bem como as demais condições e procedimentos estão previstos nos termos do Certificado de Bônus de Subscrição. Este montante ficará registrado no patrimônio líquido pelas condições estabelecidas junto ao FIDC NP para futura conversão em capital social da Orizon Valorização de Resíduos. Dentre as condições estabelecidas estão: (1) o subscritor teria o direito de subscrever e integralizar 52.657 ações ordinárias; e (2) o exercício somente poderia ser exercido em caso de evento de liquidez. c) Ajuste de avaliação patrimonial: Representa o valor reflexo na Companhia do custo atribuído de R$10.359 ao terreno localizado na cidade de Barra Mansa - RJ, líquido dos efeitos tributários, refletido nas 31 de dezembro na data de transição em 1º de janeiro de 2009. Em 2010, na adoção inicial das novas normas, o terreno que estava mensurado ao custo de aquisição de R$1.304, foi reavaliado para R$16.999, gerando um efeito bruto de R$15.695 (R$10.359 líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, pela aplicação da alíquota fiscal de 34%). d) Política de distribuição de dividendos: O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios da ordem de 5%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, após a destinação de 5% para a reserva legal, conforme previsão legal. e) Lucro e Prejuízo básico e diluído por ação:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Lucro (Prejuízo) do período	**39.731**	59.899	**46.390**	64.902
Quantidade de ações ordinárias	**3.510**	3.510	**3.510**	3.510
Prejuízo básico e diluído por ação	**11,32**	17,07	**13,22**	18,49
Quantidade de ações potenciais diluidoras em exercícios futuros com lucro (*)	**3.510**	3.510	**3.510**	3.510

(*) A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024
Lucro (Prejuízo) do período	**17.088**	17.986	**19.446**	19.031
Quantidade de ações ordinárias	**3.510**	3.510	**3.510**	3.510
Prejuízo básico e diluído por ação	**4,87**	5,12	**5,54**	5,42
Quantidade de ações potenciais diluidoras em exercícios futuros com lucro (*)	**3.510**	3.510	**3.510**	3.510

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Receita operacional bruta	**315.467**	255.408	**756.136**	661.011
Deduções da receita bruta				
Programa de Integração Social - PIS	**(4.731)**	(3.885)	**(10.731)**	(9.729)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	**(21.788)**	(17.790)	**(49.430)**	(44.714)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	**(12.272)**	(10.394)	**(30.989)**	(29.097)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	**(1.881)**	(1.123)	**(4.931)**	(3.973)
Outros	**(1.040)**	(1.004)	**(4.352)**	(1.870)
Total dos impostos incidentes	**(41.712)**	(34.196)	**(100.433)**	(89.383)
Vendas canceladas	**(401)**	(546)	**(6.855)**	(6.873)
Receita operacional líquida	**273.354**	220.666	**648.848**	564.755

	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024
Receita operacional bruta	**118.001**	93.119	**271.539**	226.737
Deduções da receita bruta				
Programa de Integração Social - PIS	**(1.707)**	(1.380)	**(3.707)**	(3.411)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	**(7.859)**	(6.245)	**(17.074)**	(15.602)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	**(4.289)**	(3.447)	**(10.486)**	(10.017)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	**(869)**	(642)	**(1.973)**	(1.555)
Outros	**(108)**	(26)	**(1.427)**	1.038
Total dos impostos incidentes	**(14.832)**	(11.740)	**(34.667)**	(29.547)
Vendas canceladas	**(23)**	(500)	**(5.650)**	(1.774)
Receita operacional líquida	**103.146**	80.879	**231.222**	195.416

23. CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Controladora	30/09/2025			30/09/2024		
	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e adminis-trativas	Total	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e adminis-trativas	Total
Pessoal (salários e ordenados)	**(35.325)**	**(39.829)**	**(75.154)**	(35.399)	(31.024)	(66.423)
Materiais de produção e consumo	**(33.429)**	**(437)**	**(33.866)**	(31.350)	(1.067)	(32.417)
Depreciação e amortização	**(37.804)**	**(20.847)**	**(58.651)**	(28.589)	(22.491)	(51.080)
Provisão para fechamento de aterro	**(3.245)**	**-**	**(3.245)**	(1.158)	-	(1.158)
Serviços de terceiros	**(14.344)**	**(17.702)**	**(32.046)**	(16.833)	(11.512)	(28.345)
Aluguéis	**(6.174)**	**(2.097)**	**(8.271)**	(2.638)	(514)	(3.152)
Outorgas	**-**	**-**	**-**	-	-	-
Energia	**(2.959)**	**(96)**	**(3.055)**	(1.930)	(96)	(2.026)
Combustíveis	**(7.210)**	**-**	**(7.210)**	(7.730)	-	(7.730)
Fretes	**(30)**	**-**	**(30)**	(350)	(1)	(351)
Contingências	**-**	**2.874**	**2.874**	-	2.839	2.839
Outros	**(9.407)**	**(13.818)**	**(23.225)**	(7.698)	(11.712)	(19.410)
Total	**(149.927)**	**(91.952)**	**(241.879)**	(133.675)	(75.578)	(209.253)

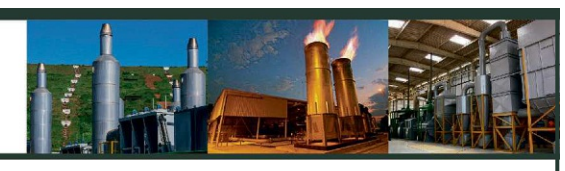
Controladora	01/07/2025 a 30/09/2025			01/07/2024 a 30/09/2024		
	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e adminis-trativas	Total	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e adminis-trativas	Total
Pessoal (salários e ordenados)	**(12.087)**	**(14.903)**	**(26.990)**	(11.612)	(9.982)	(21.594)
Materiais de produção e consumo	**(10.858)**	**(115)**	**(10.973)**	(11.375)	(395)	(11.770)
Depreciação e amortização	**(14.238)**	**(7.063)**	**(21.301)**	(10.194)	(6.978)	(17.172)
Provisão para fechamento de aterro	**(1.182)**	**-**	**(1.182)**	(846)	-	(846)
Serviços de terceiros	**(4.767)**	**(6.227)**	**(10.994)**	(6.871)	(4.034)	(10.905)
Aluguéis	**(2.577)**	**(815)**	**(3.392)**	(1.603)	(328)	(1.931)
Outorgas	**-**	**-**	**-**	-	-	-
Energia	**(1.090)**	**(16)**	**(1.106)**	(616)	(46)	(662)
Combustíveis	**(2.442)**	**-**	**(2.442)**	(2.385)	-	(2.385)
Fretes	**(26)**	**-**	**(26)**	(60)	-	(60)
Contingências	**-**	**1.020**	**1.020**	-	18	18
Outros	**(4.177)**	**(4.245)**	**(8.422)**	(2.261)	(3.548)	(5.809)
Total	**(53.444)**	**(32.364)**	**(85.808)**	(47.823)	(25.293)	(73.116)

Consolidado	30/09/2025			30/09/2024		
	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e adminis-trativas	Total	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e adminis-trativas	Total
Pessoal (salários e ordenados)	**(79.350)**	**(65.303)**	**(144.653)**	(88.892)	(38.914)	(127.806)
Materiais de produção e consumo	**(65.804)**	**(358)**	**(66.162)**	(70.358)	(2.274)	(72.632)
Depreciação e amortização	**(96.614)**	**(20.275)**	**(116.889)**	(76.035)	(22.148)	(98.183)
Provisão para fechamento de aterro	**(4.884)**	**-**	**(4.884)**	(3.027)	-	(3.027)
Serviços de terceiros	**(25.271)**	**(29.517)**	**(54.788)**	(36.353)	(19.415)	(55.768)
Aluguéis	**(9.652)**	**(2.041)**	**(11.693)**	(1.964)	(849)	(2.813)
Outorgas	**(6.331)**	**-**	**(6.331)**	(7.824)	-	(7.824)
Energia	**(24.215)**	**(11)**	**(24.226)**	(13.652)	(146)	(13.798)
Combustíveis	**(22.598)**	**(79

ORIZON

Orizon Meio Ambiente S.A.

CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadasem 30 de setembro de 2025 - (Em milhares de reais)

26. COMPROMISSOS (CONSOLIDADO)

Créditos de carbono - Certificação e entrega de créditos de carbono: A Companhia através de suas controladas diretas, possui compromisso para entrega de créditos de carbono, conforme detalhamento na nota 5. Fornecimento de Biogás: *Investidas diretas - CTRNI e CTRA:* A Companhia através de suas controladas diretas, possui contratos firmados vigentes até 2034 para fornecimento de biogás extraído das operações nos ecoparques de Nova Iguaçu e São Gonçalo. Os contratos estabelecem preços de R$0,12 à R$0,14 por Nm3 (data-base: outubro- 2014), livres de impostos, que irão variar de acordo com as quantidades de gás bioquímico fornecidas, reajustados anualmente pelo IPCA/IBGE. *OMA - Biometano Verde Paulínia:* A companhia possui compromisso de fornecedor biogás para a Biometano Verde Paulínia, planta de purificação de biogás no Ecoparque de Paulínia com a produção diária estimada em 180.000 m3 podendo alcançar até 300.000 m^3. O contrato iniciou em outubro de 2025. Além desses, há outros compromissos, conforme relacionamos abaixo: • Earn-out: pelo Biogás entre 18.500 Nm^3/h e 30.000 Nm^3/h a ser verificado em ano específico, limitado ao 5º ano após o início de fornecimento. As Partes comprometem-se a expandir a capacidade da planta para esse novo volume. • Contrato de take or pay - Biogás: Entrega da totalidade do biogás para a produção do biometano a preços de mercado por um prazo de 20 anos (com garantia de fornecimento, volumes definidos, etc). • Contrato de take or pay - Biometano: Compass compra até a totalidade do biometano produzido pela planta de Paulínia a preços de mercado por um prazo de 10 anos. Celebração de Contrato de Compra e Venda de Biometano: • Em 15 de julho de 2024, houve a celebração de contrato de compra e venda de biometano a ser gerado no Ecoparque de Itapevi ("Contrato Itapevi") entre a BioE e a Edge Comercialização S.A., companhia controlada pela Compass Gás e Energia S.A. ("Edge" e, em conjunto com a BioE, "Partes").

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos: Como política de gestão de ativos financeiros, a Companhia busca permanentemente melhorar sua rentabilidade adequada ao risco. Para isso, são estabelecidos critérios e indicadores que mostrem a adequação dos riscos de liquidez, de mercado e de crédito. No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado, tais como: taxas de juros, liquidez, crédito, dentre outros. Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão apresentados a seguir:

		30/09/2025			
		Controladora		Consolidado	
Ativos financeiros	Categoria	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	162.833	162.833	180.101	180.101
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	43.618	43.618	52.859	52.859
Títulos e valores mobiliários Debêntures	Valor justo por meio do resultado	561.581	561.581	561.581	561.581
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	121.627	121.627	325.494	325.494
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	245.684	245.684	149.217	149.217
Depósitos judiciais e cauções	Custo amortizado	1.294	1.294	1.300	1.300
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	23.561	23.561	58.102	58.102
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	1.275.949	1.275.949	1.499.374	1.499.374
Arrendamentos	Custo amortizado	47.311	47.311	79.802	79.802
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	774.940	774.940	370.830	370.830
Outorgas a pagar	Custo amortizado	101	101	14.761	14.761
Adiantamento de clientes	Custo amortizado	3.021	3.021	3.578	3.578

		31/12/2024			
		Controladora		Consolidado	
Ativos financeiros	Categoria	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	12.293	12.293	50.165	50.165
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	50.906	50.906	55.364	55.364
Títulos e valores mobiliários Debêntures	Valor justo por meio do resultado	502.107	502.107	502.107	502.107
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	98.112	98.112	255.134	255.134
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	225.271	225.271	150.612	150.612
Depósitos judiciais e cauções	Custo amortizado	1.294	1.294	1.300	1.300
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	19.741	19.741	52.871	52.871
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	1.096.410	1.096.410	1.304.394	1.304.394
Arrendamentos	Custo amortizado	58.336	58.336	105.378	105.378
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	679.939	679.939	279.501	279.501
Outorgas a pagar	Custo amortizado	101	101	11.902	11.902
Adiantamento de clientes	Custo amortizado	305	305	6.423	6.423

A controlada CTRNII possui contrato de *swap* para cobertura cambial da operação de crédito junto ao Banco Safra, conforme contrato firmado em junho de 2024. A Administração também acredita que os valores contábeis dos demais instrumentos financeiros não são significativamente diferentes dos seus respectivos valores justos, considerando-se que as taxas de juros desses instrumentos não são significativamente diferentes das taxas de mercado. b) Hierarquia do valor justo: O Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados com pouca ou nenhuma atividade de mercado (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a entidade considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*nonperformance risk*), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo. O Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados com pouca ou nenhuma atividade de mercado (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a entidade considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*nonperformance risk*), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo. O CPC 48/IFRS 9 estabelece uma hierarquia de seis níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de input significativo para sua mensuração. A seguir está demonstrada uma descrição dos seis níveis dessa hierarquia: • *Nível 1* - os inputs são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter a possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia. Em 30 de junho de 2025, a Companhia apresentou instrumento financeiro classificado como Nível 1. • *Nível 2* - os *inputs* são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os inputs do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou inputs que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo. • *Nível 3* - os *inputs* inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses inputs representam as melhores estimativas da administração da entidade de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados ou metodologias similares que demandam um nível significativo de julgamento ou estimativa. Em 30 de setembro de 2025 a Companhia não possuía instrumento financeiro classificado como Nível 3. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9 - *Instrumentos Financeiros: Evidenciação*, a Companhia mensura suas aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas pelo seu valor justo. A tabela a seguir demonstra resumidamente os ativos financeiros registrados a valor justo em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

		Controladora			
	Hierarquia do	Valor contábil		Preços cotados para ativos e passivos idênticos (Nível 2)	
Ativos financeiros	valor justo	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	162.833	12.293	162.833	12.293
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	43.618	50.906	43.618	50.906
Títulos e valores mobiliários Debêntures	Nível 2	561.581	502.107	561.581	502.107
Contas a receber de clientes		121.627	98.112	121.627	98.112
Contas a receber de partes relacionadas		245.684	225.271	245.684	225.271
Depósitos judiciais e cauções		1.294	1.294	1.294	1.294
Passivos financeiros					
Fornecedores		23.561	19.741	23.561	19.741
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	1.275.949	1.096.410	1.275.949	1.096.410
Arrendamentos		47.311	58.336	47.311	58.336
Contas a pagar a partes relacionadas		774.940	679.939	774.940	679.939
Outorgas a pagar		101	101	101	101
Adiantamento de clientes		3.021	305	3.021	305

		Consolidado			
	Hierarquia do	Valor contábil		Preços cotados para ativos e passivos idênticos (Nível 2)	
Ativos financeiros	valor justo	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	180.101	50.165	180.101	50.165
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	52.859	55.364	52.859	55.364
Títulos e valores mobiliários Debêntures	Nível 2	561.581	502.107	561.581	502.107
Contas a receber de clientes		325.494	255.134	325.494	255.134
Contas a receber de partes relacionadas		149.217	150.612	149.217	150.612
Depósitos judiciais e cauções		1.300	1.300	1.300	1.300
Passivos financeiros					
Fornecedores		58.102	52.871	58.102	52.871
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	1.499.374	1.304.394	1.499.374	1.304.394
Arrendamentos		79.802	105.378	79.802	105.378
Partes relacionadas		370.830	279.501	370.830	279.501
Outorgas a pagar		14.761	11.902	14.761	11.902
Adiantamento de clientes		3.578	6.423	3.578	6.423

Mensuração dos instrumentos financeiros pelo valor justo: A Companhia efetuou a avaliação dos ativos e passivos financeiros em relação aos respectivos valores de mercado ou valores de recuperação, utilizando-se das informações disponíveis e melhores práticas em metodologias de avaliação de mercado para cada situação. A interpretação dos dados de mercado e as metodologias escolhidas requer alto grau de julgamento para o estabelecimento de estimativas razoáveis para se calcular o valor justo. Consequentemente, a estimativa apresentada pode não indicar, necessariamente, os montantes que seriam obtidos no mercado atual. O uso de diferentes hipóteses para o cálculo do valor justo pode resultar em efeitos significativos nos valores obtidos. Para contratos cujas condições atuais são similares àquelas nas quais foram originalmente pactuados ou não possuem parâmetro para cotação ou contratação, os valores justos são similares aos valores contábeis. Na avaliação com a finalidade de determinar o valor justo desses ativos e passivos mensurados ao custo amortizado, foi considerada a mensuração de impacto dos efeitos de adoção do CPC 48/IFRS 9. c) Gestão dos riscos financeiros: A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, crédito e mercado. A Administração acredita que o principal de risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o risco de taxa de juros, conforme descrito a seguir: *Risco de liquidez:* O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade de cumprimento de obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio da combinação da manutenção de reservas adequadas, linhas de crédito e outros produtos financeiros, monitorando continuamente o orçamento e o atual fluxo de caixa casando os prazos de vencimentos de ativos e passivos financeiros. A Administração da Companhia vem atuando para reverter os prejuízos acumulados e capital circulante líquido negativo. Entre as metas estabelecidas pela Administração para alcançar melhores resultados, e resultados já conquistados, destacamos: • Estudo de oportunidades para redução de custos e despesas que foram implementados e continuidade na avaliação de processos para melhoria operacional e administrativa. • Avanço nas negociações junto à Prefeitura Municipal de São Gonçalo envolvendo saldos a receber da controlada CTRA, no que tange à liquidação de saldos do passado, compensações de impostos municipais e outorgas em aberto, além de pleito pelo aumento no prazo de concessão. • Implementação de novos negócios, para os quais a Companhia estima obter rentabilidade nos próximos exercícios. Dentre eles, destacam-se (i) a comercialização de biogás oriundo do gás gerado pela decomposição dos resíduos sólidos destinados nos aterros sanitários de Nova Iguaçu, São Gonçalo, para os quais as controladas indiretas têm contratos firmados para fornecimento de gás a terceiros até 2029; (ii) contrato de fornecimento de biogás firmado entre a CTRBM e a Biogera; e (iii) contrato de parceria para compartilhamento e utilização de biogás para geração de energia elétrica, firmado entre a antiga Ecopesa (Incorporada pela OMA em maio de 2022) e a ASJA Brasil Serviços para o Meio Ambiente Ltda. • Implementação de novas atividades de valorização de resíduos que fortalecerão a geração de caixa operacional da Companhia, com destaque para as atividades de reciclagem, briquetagem e geração de energia. • Início da operação de comercialização de energia pela unidade de recuperação energética localizada em Barueri, São Paulo, por meio do contrato firmado com a Companhia Energética de Minas Gerais de longa duração (15 anos). Acordo de reperfilamento do passivo da Companhia com fluxo de pagamento compatível com a geração de caixa da Companhia e de suas controladas. A tabela a seguir detalha a composição e o cronograma recebimento e pagamentos dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

Ativos financeiros:

		Controladora				
Ativos financeiros	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	162.833	-	-	-	-	162.833
Títulos e valores mobiliários	43.618	-	-	-	-	43.618
Contas a receber de clientes	-	90.939	859	2.581	27.248	121.627
Partes relacionadas	-	-	-	-	245.684	245.684
Debêntures	-	-	-	137.953	423.628	561.581
Total	206.451	90.939	859	140.534	696.560	1.135.343

		Consolidado				
Ativos financeiros	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	180.101	-	-	-	-	180.101
Títulos e valores mobiliários	52.859	-	-	-	-	52.859
Contas a receber de clientes	-	79.099	23.825	24.768	197.802	325.494
Partes relacionadas	-	-	-	-	149.217	149.217
Debêntures	-	-	-	137.953	423.628	561.581
Total	232.960	79.099	23.825	162.721	770.647	1.269.252

Passivos financeiros:

	Controladora					
Passivos financeiros	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	22.962	544	55	-	-	23.561
Empréstimos e financiamentos	13.072	26.143	117.645	-	1.119.089	1.275.949
Arrendamentos	7.491	13.121	14.891	11.808	-	47.311
Partes relacionadas	-	-	-	774.940	-	774.940
Outorgas a pagar	101	-	-	-	-	101
Adiantamento de clientes	450	209	2.362	-	-	3.021
Total	44.076	40.017	134.953	786.748	1.119.089	2.124.883

Passivos financeiros:

	Consolidado					
Passivos financeiros	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	55.602	2.103	337	60	-	58.102
Empréstimos e financiamentos	15.968	31.936	143.714	-	1.307.756	1.499.374
Arrendamentos	13.785	21.397	16.880	12.769	14.971	79.802
Partes relacionadas	-	-	-	-	370.830	370.830
Outorgas a pagar	14.761	-	-	-	-	14.761
Adiantamento de clientes	760	233	2.383	202	-	3.578
Total	100.876	55.669	163.314	13.031	1.693.557	2.026.447

Risco de crédito: O risco de crédito se refere ao risco da possibilidade de descumprimento (*default*) de uma contraparte das suas obrigações contratuais resultando em perdas financeiras para a Companhia. Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração do risco de crédito são primariamente o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, aplicações financeiras restritas, contas a receber de clientes e de partes relacionadas. A prática da Companhia é depositar o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas em títulos de renda fixa de instituições financeiras com altos níveis de classificação (*ratings*) de crédito. A Companhia limita o montante de exposição a qualquer instituição financeira de modo a minimizar sua exposição ao risco de crédito. Em relação aos demais créditos, a Administração da Companhia mantém-se atenta ao monitoramento do risco de crédito, adotando as medidas e precauções cabíveis, além de constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa, sempre que houver necessidade. Em 30 de setembros de 2025 e 31 de dezembro de 2024 havia saldo de provisão para perdas no contas a receber consolidado no montante de R$165.068 e R$164.890, respectivamente para cobrir o risco de crédito (Nota 5). *Risco de preços:* Os preços praticados pela Companhia refletem, substancialmente, as condições de mercado. Os preços praticados nos projetos especiais são determinados com base em negociações comerciais, caso a caso. *Risco de taxa de juros:* Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados junto ao mercado. Não há política de contratação de operações com derivativos com finalidade especulativa. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos na data do balanço. Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, acima da expectativa provável. *Análise de sensibilidade da variação na taxa do CDI:* A Administração efetuou teste de sensibilidade para os ativos e passivos indexados ao CDI, considerando a deterioração da taxa do CDI em 25% e 50% inferiores e superiores, respectivamente, ao cenário provável, a partir da taxa efetiva anual levantada em 30 de setembro de 2025, conforme demonstrado a seguir:

	Ativos (Consolidado)			
Operação	Saldo 30/09/2025	Cenário provável	Cenário I ∆ 25%	Cenário II ∆ 50%
Taxa efetiva anual do CDI - período findo em 30/09/2025 (*)	10,30%			
Aplicações financeiras (Nota 4)	52.859	54.796	56.641	58.487
Taxa anual estimada - exercício findo em 31/12/2025		13,97%	17,46%	20,95%
Efeito positivo (negativo) no resultado/patrimônio líquido - exercício findo em 31/12/2025		1.937	3.782	5.628

	Ativos (Consolidado)			
Operação	Saldo 30/09/2025	Cenário provável	Cenário I ∆ 25%	Cenário II ∆ 50%
Taxa efetiva anual do CDI - período findo em 30/09/2025 (*)	10,30%			
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	1.499.374	1.554.316	1.606.664	1.659.012
Taxa anual estimada - exercício findo em 31/12/2025		13,97%	17,46%	20,95%
Efeito positivo (negativo) no resultado/patrimônio líquido - exercício findo em 31/12/2025		54.942	107.290	159.638

(*) Fonte: Site B3(https://www.calculadorarendafixa.com.br/#/navbar/calculadora).

Risco de gerenciamento de capital: A Companhia administra seu capital objetivando assegurar a continuidade de suas atividades, ao mesmo tempo em que busca maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio de otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. d) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos: A Companhia procedeu à avaliação dos valores justos de seus principais instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2024 utilizando técnicas usuais de precificação de mercado que envolvem julgamento por parte da Administração. Essa avaliação indica que os valores justos se aproximam dos valores contábeis reconhecidos. Para estimar o valor justo de seus instrumentos financeiros, a Administração utilizou as seguintes premissas: *Caixa e equivalentes a caixa:* Os saldos de caixa e equivalentes a caixa, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, têm valores justos similares aos saldos contábeis. *Aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas:* Os saldos de aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, têm valores justos similares aos saldos contábeis. *Empréstimos e financiamentos:* A Administração da Companhia entende que o valor contabilizado se aproxima de seu valor justo. *Contas a receber, fornecedores (terceiros) e créditos diversos:* Por representarem transações comerciais efetuadas em bases de mercado, a Administração da Companhia entende que não há diferenças materiais entre o valor justo e os saldos contábeis. *Partes relacionadas:* Os saldos ativos e passivos com partes relacionadas não são remunerados. Não foi possível qualificar os valores justos já que não existem prazos contratuais de vencimento.

28. COBERTURA DE SEGUROS (CONSOLIDADO)

A Companhia adota uma política de contratação de cobertura de seguros para os bens sujeitos à riscos por montantes, considerados pela Administração, como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 30 de setembro de 2025, as principais coberturas de seguros vigentes da Companhia e de suas controladas, referem-se a coberturas dos aterros sanitários e unidades de tratamento de resíduos, além de administrativo. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão dos nossos auditores independentes.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES (CONSOLIDADO)

Aquisição de participação societária: Em 01 de outubro de 2025, foi realizada, pela Companhia, a aquisição de 100% das quotas da G4 - Gestão e Controles de Materiais Ltda, empresa proprietária do aterro sanitário localizado no município de Regente Feijó, na Região Metropolitana de Presidente Prudente, estado de São Paulo. O Aterro Sanitário tem geração potencial de 10 mil toneladas mensais de resíduos sólidos urbanos. O Ativo vem com alcance também a municípios de Mato Grosso do Sul e Paraná. Pela aquisição, o valor da transação foi de 40.000, sujeita a métricas de earn out definidas nos documentos da transação.

Leonardo Roberto Pereira dos Santos
Diretor
CPF 218.498.438-80
Jessé Gonçalves de Lima Andrade
Contador
CRC/RJ 115836/O-8 - CPF 114.816.477-41

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Orizon Meio Ambiente S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução: Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Orizon Meio Ambiente ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo notas explicativas. A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão. **Alcance da revisão:** Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria. **Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas:** Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. **Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes:** Chamamos atenção para a nota explicativa nº 2.7 das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, que em decorrência da mudança de política contábil, referente à visão atual da Administração sobre seus segmentos operacionais, os valores correspondentes às informações por segmento em 30 de setembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, e no Pronunciamento Técnico CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2025.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F
Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC RJ-090174/O

ines249

ORIZON VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS

Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A divulgação dos resultados do terceiro trimestre ocorre em um momento em que o Brasil sedia a COP30, reforçando a relevância da agenda de descarbonização e de transição energética no país. Nesse contexto, a OrizonVR reafirma seu posicionamento como empresa de referência na valorização de resíduos e na geração de energia renovável, apresentando resultados consistentes e sustentáveis, ancorados em disciplina operacional, eficiência financeira e execução estratégica.

O terceiro trimestre de 2025 foi marcado pela continuidade do desempenho sólido da OrizonVR, com crescimento de 12,8% na receita líquida e EBITDA em linha com o 3T24, refletindo o nível de maturação dos ativos, o ganho real de preços e a eficiência operacional do negócio. O lucro líquido, impactado pelo pré-pagamento da 4ª emissão de debêntures (efeito de R$ 14,5 milhões), teria crescido 56,5% em relação ao trimestre anterior e 1,5% em relação ao ano anterior quando ajustado, evidenciando a previsibilidade e a resiliência do modelo de negócios.

No segmento de destinação final, os ecoparques apresentaram evolução consistente, com alta de 9,4% no preço médio consolidado e crescimento de 3% nos volumes recebidos, resultado da reprecificação de alguns contratos - somada ao efeito do mix de preços e de perfil de clientes - e da gestão eficiente de portfólio.

Em créditos de carbono, as vendas de R$ 14 milhões refletem o amadurecimento comercial da Companhia, com estrutura dedicada e gestão ativa dessa frente de negócios. A OrizonVR possui projetos certificados por padrões internacionais reconhecidos, o que assegura integridade e qualidade ambiental aos créditos gerados.

A economia circular manteve trajetória positiva, impulsionada pela retomada das vendas de CDRs. Embora o comparativo anual indique leve retração, o desempenho operacional segue dentro das expectativas e reforça a consolidação dessa vertical como parte importante do portfólio integrado da Companhia.

Em transição energética, destacamos o início da produção em testes de biometano no Ecoparque Jaboatão dos Guararapes, marco estratégico na agenda de projetos da Companhia e passo relevante para o fortalecimento dessa vertical. As obras da Usina de Recuperação Energética de Barueri (WtE) e das demais plantas de biometano seguem dentro do cronograma previsto, reforçando o foco da OrizonVR em ampliar capacidade, eficiência e diversificação de receita.

Do ponto de vista da estrutura de capital, fortalecemos o perfil de longo prazo da dívida e tornamos a estrutura financeira mais eficiente. A nova emissão de debêntures, realizada em condições alinhadas ao momento da Companhia, possibilitou substituir um instrumento anterior e aprimorar o perfil do endividamento. Essa operação reforça nossa disciplina de capital e amplia a flexibilidade necessária para sustentar o plano de investimentos em andamento.

As discussões em curso na COP30, que neste momento mobilizam líderes globais em torno de metas de descarbonização e de financiamento climático, reforçam a convergência entre o ambiente regulatório e o modelo de negócios da OrizonVR. A priorização do biometano como combustível estratégico, as metas de redução de emissões de metano e o avanço das políticas de financiamento verde criam condições favoráveis à expansão de empresas com projetos maduros e capacidade comprovada de execução - perfil que se reflete diretamente na atuação da Companhia.

Para o quarto trimestre de 2025, seguiremos acelerando a maturação dos ativos em operação, o *ramp-up* da produção de biometano em Jaboatão, o avanço das obras da Barueri Energia e a avaliação de novas oportunidades de aquisição com foco em sinergia operacional e retorno sobre capital investido.

A OrizonVR encerra o trimestre fortalecida, com resultados consistentes, estrutura de capital eficiente e uma estratégia clara de criação de valor sustentável. Seguimos comprometidos em transformar resíduos em energia, eficiência e impacto positivo — entregando crescimento rentável e previsível aos acionistas e contribuindo, de forma concreta, para um futuro de baixa emissão e alta produtividade.

Agradecemos aos nossos colaboradores, clientes, parceiros, comunidades, conselheiros e acionistas pela confiança e pelo compromisso contínuo com a nossa jornada de crescimento sustentável e geração de valor de longo prazo.

Atenciosamente,

Milton Pilão Jr. — CEO

Leonardo Santos — CFO e DRI

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 3T25

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das informações trimestrais (ITR) consolidadas auditadas da Companhia relativa aos períodos findos em 30 de setembro de 2025 e 2024. Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas em geral significam "análise horizontal" e "análise vertical", respectivamente, enquanto o termo "n.a" significa "não aplicável".

PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2025 COMPARADO AO PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2024

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R$ milhares, exceto %)	3T25	AV%	3T24	AV%	AH%
Receita operacional líquida	281.050	100,00%	249.074	100,00%	12,84%
Custos dos serviços prestados	(144.278)	-51,34%	(124.144)	-49,84%	16,22%
Lucro Bruto	**136.772**	**48,66%**	**124.930**	**50,16%**	**9,48%**
Despesas gerais e administrativas e com vendas	(50.333)	-17,91%	(45.264)	-18,17%	11,20%
Outras receitas (despesas) líquidas	(2.982)	-1,06%	6.182	2,48%	n.a
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência patrimonial	83.457	29,69%	85.848	34,47%	-2,79%
Resultado de equivalência patrimonial	1.024	0,36%	5.237	2,10%	-80,45%
Resultado financeiro, líquido	**(53.755)**	**-19,13%**	**(46.733)**	**-18,76%**	**15,03%**
Receitas Financeiras	36.113	12,85%	9.343	3,75%	n.a
Despesas Financeiras	(89.868)	-31,98%	(56.076)	-22,51%	60,26%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**30.726**	**10,93%**	**44.352**	**17,81%**	**-30,72%**
Imposto de renda e contribuição social	(3.384)	-1,20%	(3.096)	-1,24%	9,30%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(4.940)	-1,76%	(6.419)	-2,58%	-23,04%
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.556	0,55%	3.323	1,33%	-53,17%
Resultado do período	**27.342**	**9,73%**	**41.256**	**16,56%**	**-33,73%**

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida do período findo em 30 de setembro de 2025 foi de R$281.050 mil comparativamente a R$249.074 mil no mesmo período de 2024, o que representou aumento de R$31.976 mil ou 12,84%. Esse desempenho foi impulsionado, principalmente, pela destinação final de resíduos com novo aumento no preço médio e pelas vendas de créditos de carbono.

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados no período findo em 30 de setembro de 2025 foi de R$144.278 mil comparativamente a R$124.144 mil no mesmo período de 2024, o que representou um aumento de R$20.134 mil ou 16,22%. O custo dos serviços prestados representou 51,34% e 49,84% da receita líquida nos períodos findos em 30 de setembro de 2025 e 2024, respectivamente, mostrando estar em linha se considerarmos também o incremento na receita líquida.

Lucro Bruto

No período findo em 30 de setembro de 2025, o lucro bruto atingiu R$136.772 mil, em comparação com R$124.930 mil no mesmo período de 2024, resultando em um aumento de R$11.842 mil ou 9,48%. Esse lucro bruto representou 48,66% da receita líquida em 2025, em comparação com 50,16% em 2024.

Despesas gerais, administrativas e com vendas

No período encerrado em 30 de setembro de 2025, as despesas gerais, administrativas e com vendas foram de R$50.333 mil um aumento de R$5.069 mil em comparação com os R$45.264 mil registrados no mesmo período de 2024, representando um aumento percentual de 11,20%. Essas despesas constituíram 17,91% da receita operacional líquida em 2025 e 18,17% em 2024, e incluem as despesas da administração central e comercial, bem como despesas diretas e indiretas das unidades operacionais.

Outras receitas (despesas), líquidas

As outras receitas (despesas), líquidas, no período findo em 30 de setembro de 2025 somaram despesa de R$2.982 mil comparativamente a receita líquida de R$6.182 mil do mesmo período de 2024.

Resultado financeiro, líquido

No período findo em 30 de setembro de 2025, o resultado financeiro líquido foi de uma despesa de R$53.755 mil, uma variação de R$7.022 mil ou 15,03% em comparação com a despesa de R$46.733 mil registrada no mesmo período de 2024. O resultado financeiro líquido representou -19,13% da receita operacional líquida em 30 de setembro de 2025, em comparação com os -18,76% registrados em 30 de setembro de 2024.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial no período findo em 30 de setembro de 2025 foi positivo em R$1.024 mil comparativamente a R$5.237 mil no mesmo período de 2024, atribuído principalmente a variações nos resultados das empresas controladas.

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e contribuição social no período findo em 30 de setembro de 2025 foi de R$30.726 mil comparativamente a R$44.352 mil no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de R$13.626 mil. O lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou, respectivamente, 10,93% e 17,81% da receita operacional líquida no período findo em 30 de setembro de 2025 e 2024, uma leve queda explicada pelo pré-pagamento das debêntures da 4ª Emissão.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social no período findo em 30 de setembro de 2025 foram de R$3.384 mil comparativamente a R$3.096 mil do mesmo período em 2024, o que representou uma queda da despesa de R$288 mil. Em termos percentuais, o imposto de renda e contribuição social representaram - 1,20% da receita líquida em 2025 e - 1,24% em 2024.

Resultado do período

O resultado do período findo em 30 de setembro de 2025 foi positivo em R$ 27.342 mil comparativamente ao lucro de R$ 41.256 mil do mesmo período de 2024. O lucro no período findo em 30 de setembro de 2025 representou 9,73% da receita operacional líquida. A variação em relação ao reportado em 2024 é explicada pelos itens mencionados acima.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM 381/2003, a Companhia informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S, não prestou serviços que conflitaram com a auditoria externa durante o período findo em 30 de setembro de 2025. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

Declaração da Administração

Reconhecemos, como membros da Administração da Companhia, que somos responsáveis pela preparação adequada das demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Como membros da Administração da Companhia, acreditamos que a Companhia possui um sistema de controles internos adequados que permite a preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas exatas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de que estejam livres de distorções relevantes, causadas por fraudes ou erros.

Os membros da administração declaram que discutiram, revisaram e concordaram com conclusão expressa no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre o exame da ITR relativa ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025.

IBRA B3 IGC B3 IGC-NM B3 IGCT B3 ITAG B3 SMLL B3 UTIL B3

Balanços patrimoniais em 30 de setembro 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**30/09/2025**	**31/12/2024**	**30/09/2025**	**31/12/2024**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	**621.851**	3.488	**1.035.713**	493.299
Títulos e valores mobiliários	4	**-**	-	**23.143**	108.524
Contas a receber de clientes	5	**298**	-	**261.497**	194.288
Impostos e contribuições a recuperar	6.a	**1.907**	4.666	**64.471**	50.927
Outros ativos	8	**1.296**	1.923	**68.472**	64.710
Total do ativo circulante		**625.352**	10.077	**1.453.296**	911.748
Não circulante					
Títulos e Valores Mobiliários	4	**-**	-	**29.717**	42.402
Contas a receber de clientes	5	**8.330**	-	**56.776**	59.975
Partes relacionadas	7	**378.792**	360.355	**18.115**	9.478
Depósitos judiciais e cauções	17	**-**	-	**6.066**	6.066
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.c	**-**	-	**81.875**	79.973
Investimentos	9	**1.077.072**	969.911	**119.706**	112.801
Imobilizado, líquido	10	**-**	-	**1.937.105**	1.556.269
Intangível	11	**1.906**	-	**442.417**	450.867
Direito de uso	12	**-**	-	**73.022**	98.549
Outros ativos	8	**-**	-	**6.070**	6.070
Total do ativo não circulante		**1.466.100**	1.330.266	**2.770.869**	2.422.450
Total do ativo		**2.091.452**	1.340.343	**4.224.165**	3.334.198

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**30/09/2025**	**31/12/2024**	**30/09/2025**	**31/12/2024**
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	**136.910**	62.634	**191.487**	140.957
Arrendamentos	12	**-**	-	**37.700**	45.319
Fornecedores	13	**3.471**	419	**138.488**	106.723
Outorgas a pagar	14	**-**	-	**15.056**	12.502
Salários e encargos sociais	15	**1.814**	1.737	**40.727**	32.093
Impostos e contribuições a recolher	6.b	**1.299**	788	**40.835**	42.905
Parcelamento de impostos	16	**387**	3.391	**21.136**	24.544
Adiantamento a clientes	18	**-**	-	**3.690**	8.561
Contas a pagar	19	**-**	-	**967**	5.830
Outros passivos circulantes	8	**25**	12	**5.294**	3.659
Total do passivo circulante		**143.906**	68.981	**495.380**	423.093
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	**423.628**	438.432	**1.915.243**	1.726.341
Arrendamentos não circulante	12	**-**	-	**42.207**	62.382
Parcelamento de Impostos	16	**9.252**	8.609	**29.872**	41.286
Provisão para perdas em investimentos	9	**-**	-	**158**	158
Passivo com partes relacionadas	7	**86.285**	42.485	**6.859**	3.426
Provisão para contingências	17	**-**	-	**15.876**	19.091
Pis e cofins diferidos	6.e	**3.680**	3.680	**3.680**	3.680
Adiantamento a clientes	18	**-**	-	**150.000**	150.000
Outros passivos	8	**-**	-	**34.744**	30.870
Total do passivo não circulante		**522.845**	493.206	**2.198.639**	2.037.234
Patrimônio líquido					
Capital social	20.a	**1.191.127**	1.091.127	**1.191.127**	1.091.127
Reserva para investimentos	20.b	**958.995**	453.262	**958.995**	453.262
Ajuste de avaliação patrimonial	20.c	**10.359**	10.359	**10.359**	10.359
(-) Prejuízos acumulados	20.e	**(747.034)**	(787.846)	**(747.034)**	(787.846)
Outros resultados abrangentes		**11.254**	11.254	**11.254**	11.254
		1.424.701	778.156	**1.424.701**	778.156
Participação de controladores		**1.424.701**	778.156	**1.424.701**	778.156
Participação de não controladores		**-**	-	**105.445**	95.715
Total do patrimônio líquido		**1.424.701**	778.156	**1.530.146**	873.871
Total do passivo e do patrimônio líquido		**2.091.452**	1.340.343	**4.224.165**	3.334.198

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	**30/09/2024**	**30/09/2025**	**30/09/2024**
Lucro líquido (Prejuízo) do período	**40.812**	71.433	**50.542**	82.609
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do período em período subsequentes, líquidos de tributos	**-**	6.667	**-**	6.667
Total de outros resultados abrangentes do período, líquidos de tributos	**40.812**	78.100	**50.542**	89.276
Atribuível aos acionistas:				
Não controladores			**9.730**	11.176
Controladores			**40.812**	78.100

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2025 a 30/09/2025	**01/07/2024 a 30/09/2024**	**01/07/2025 a 30/09/2025**	**01/07/2024 a 30/09/2024**
Lucro líquido (Prejuízo) do período	**23.288**	37.084	**27.342**	41.256
Total de outros resultados abrangentes do período, líquidos de tributos	**23.288**	37.084	**27.342**	41.256
Atribuível aos acionistas:				
Não controladores			**4.054**	4.172
Controladores			**23.288**	37.084

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidados - Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024 - (Valores expressos em milhares de reais)

			Reserva de capital								
	Nota	**Capital social**	**Custo na emissão de ações**	**Ágio na emissão de novas ações**	**Outras reservas**	**Ajuste de avaliação patrimonial - Custo atribuído**	**Prejuízos acumulados**	**Outros resultados abrangentes**	**Total**	**Participação de não controladores**	**Total Patrimônio líquido**
Saldos em 1º de janeiro de 2024		1.091.127	(39.536)	3.023	489.775	10.359	(848.743)	-	706.005	38.588	744.593
Outros resultados abrangentes		-	-	-	6.667	-	-	-	6.667	-	6.667
Aumento de capital de sócio não controlador		-	-	-	-	-	-	-	-	42.971	42.971
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	71.433	-	71.433	11.176	82.609
Saldos em 30 de setembro de 2024	20	1.091.127	(39.536)	3.023	496.442	10.359	(777.310)	-	784.105	92.735	876.840
Saldos em 1º de janeiro de 2025		**1.091.127**	**(39.536)**	**3.023**	**489.775**	**10.359**	**(787.846)**	**11.254**	**778.156**	**95.715**	**873.871**
Emissão de novas ações		**100.000**	**(29.357)**	**-**	**535.090**	**-**	**-**	**-**	**605.733**	**-**	**605.733**
Prejuízo (Lucro) do período		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**40.812**	**-**	**40.812**	**9.730**	**50.542**
Saldos em 30 de setembro de 2025	20	**1.191.127**	**(68.893)**	**3.023**	**1.024.865**	**10.359**	**(747.034)**	**11.254**	**1.424.701**	**105.445**	**1.530.146**

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados - Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**30/09/2025**	**30/09/2024**	**30/09/2025**	**30/09/2024**
Receita operacional líquida	21	**15.701**	37.430	**786.031**	673.267
Custo dos serviços prestados	22	**(10.313)**	(10.412)	**(424.275)**	(357.837)
Lucro bruto		**5.388**	27.018	**361.756**	315.430
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	22	**(24.534)**	(17.389)	**(138.958)**	(117.701)
Outras receitas (despesas), líquidas		**(3.284)**	5.172	**(4.244)**	16.340
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial		**(22.430)**	14.801	**218.554**	214.069
Resultado de equivalência patrimonial	9	**110.263**	106.912	**6.781**	12.039
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	23	**17.452**	1.425	**79.881**	29.654
Despesas financeiras	23	**(64.473)**	(53.851)	**(237.526)**	(151.367)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**40.812**	69.287	**67.690**	104.395
Corrente	6.c	**-**	-	**(20.009)**	(26.097)
Diferido	6.c	**-**	2.146	**2.861**	4.311
Lucro líquido (Prejuízo) do período		**40.812**	71.433	**50.542**	82.609
Atribuível aos quotistas:					
Não controladores				**9.730**	11.176
Controladores				**40.812**	71.433
Lucro básico/diluído por ação		**0,42**	0,86	**0,53**	1,00

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados - Períodos de três meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**01/07/2025 a 30/09/2025**	**01/07/2024 a 30/09/2024**	**01/07/2025 a 30/09/2025**	**01/07/2024 a 30/09/2024**
Receita operacional líquida	21	**12.434**	37.430	**281.050**	249.074
Custo dos serviços prestados	22	**(7.046)**	(10.412)	**(144.278)**	(124.144)
Lucro bruto		**5.388**	27.018	**136.772**	124.930
Gerais e administrativas	22	**(13.450)**	(7.106)	**(50.333)**	(45.264)
Outras receitas (despesas), líquidas		**(948)**	(20)	**(2.982)**	6.182
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial		**(9.010)**	19.892	**83.457**	85.848
Resultado de equivalência patrimonial	9	**44.577**	33.869	**1.024**	5.237
Receitas financeiras	23	**12.064**	260	**36.113**	9.343
Despesas financeiras	23	**(24.343)**	(19.083)	**(89.868)**	(56.076)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**23.288**	34.938	**30.726**	44.352
Corrente		**-**	-	**(4.940)**	(6.419)
Diferido		**-**	2.146	**1.556**	3.323
Lucro líquido (Prejuízo) do período		**23.288**	37.084	**27.342**	41.256
Não controladores				**4.054**	4.172
Controladores				**23.288**	37.084
Lucro básico/diluído por ação		**0,24**	0,45	**0,28**	0,50

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado - Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	**30/09/2024**	**30/09/2025**	**30/09/2024**
Receitas	**15.701**	37.430	**888.368**	766.340
Serviços prestados	**15.701**	37.430	**889.790**	766.351
Reversão (Provisão) de para créditos de liquidação duvidosa	**-**	-	**(1.422)**	(11)
Insumos adquiridos de terceiros	**(18.278)**	(12.213)	**(240.203)**	(201.684)
Custo dos serviços prestados	**(10.313)**	(10.412)	**(187.004)**	(173.040)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(7.965)**	(1.801)	**(53.199)**	(28.644)
Valor adicionado bruto	**(2.577)**	25.217	**648.165**	564.656
Retenções	**-**	-	**(141.095)**	(110.375)
Depreciação e amortização	**-**	-	**(136.211)**	(107.348)
Provisão para fechamento de aterro	**-**	-	**(4.884)**	(3.027)
Valor adicionado líquido produzido	**(2.577)**	25.217	**507.070**	454.281
Valor adicionado recebido em transferência	**128.887**	108.396	**96.054**	46.529
Resultado de equivalência patrimonial	**110.263**	106.912	**6.781**	12.039
Receitas financeiras	**18.624**	1.484	**89.273**	34.490
Valor adicionado total a distribuir	**126.310**	133.613	**603.124**	500.810
Distribuição do valor adicionado	**126.310**	133.613	**603.124**	500.810
Pessoal	**19.853**	9.593	**172.414**	120.065
Remuneração direta	**18.574**	8.169	**113.559**	67.302
Benefícios	**(349)**	-	**10.006**	7.870
FGTS	**-**	-	**7.849**	7.378
Outros	**1.628**	1.424	**41.000**	37.515
Impostos, taxas e contribuições	**1.172**	(1.264)	**130.299**	142.241
Federais	**1.172**	(1.264)	**92.295**	107.177
Estaduais	**-**	-	**4.959**	3.981
Municipais	**-**	-	**33.045**	31.083
Remuneração de capital de terceiros	**64.473**	53.851	**249.869**	155.895
Aluguéis	**-**	-	**12.343**	4.528
Despesas financeiras	**64.473**	53.851	**237.526**	151.367
Remuneração de capitais próprios	**40.812**	71.433	**50.542**	82.609
Prejuízo do período	**40.812**	71.433	**40.812**	71.433
Participação de não controladores	**-**	-	**9.730**	11.176

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	**30/09/2024**	**30/09/2025**	**30/09/2024**
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (Prejuízo) do período	**40.812**	71.433	**50.542**	82.609
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo):				
Resultado de equivalência patrimonial	**(110.263)**	(106.912)	**(6.781)**	(12.039)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**-**	-	**1.422**	11
Provisão para contingências	**-**	-	**(2.113)**	(2.030)
Ajuste a valor presente	**(4.119)**	1.826	**5.491**	7.070
Variação cambial	**(2)**	156	**2.410**	(3.235)
Amortização de gastos na captação de recursos	**-**	-	**8.561**	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**-**	2.146	**(2.861)**	(2.166)
Depreciações e amortizações	**-**	-	**136.211**	107.348
Provisão para fechamento de aterro	**-**	-	**4.884**	3.027
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	**63.591**	51.083	**198.878**	125.173
Valor residual de imobilizado baixado	**-**	-	**(332)**	-
Outros	**1.196**	-	**-**	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	**(8.626)**	(7.504)	**(71.510)**	(29.875)
Impostos a recuperar	**2.759**	331	**(7.964)**	(9.879)
Depósitos judiciais e cauções	**-**	-	**-**	563
Adiantamentos	**627**	75	**(3.762)**	(21.508)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	**3.052**	11.320	**24.864**	(29.807)
Outorgas a pagar	**-**	-	**2.554**	(2.297)
Salários e encargos sociais	**77**	479	**8.634**	10.458
Impostos e contribuições a recolher	**511**	(33)	**18.576**	13.291
Adiantamentos de clientes	**-**	-	**(4.871)**	333
Contas a pagar	**-**	-	**(4.966)**	(27.847)
Parcelamento de impostos	**(2.361)**	(2.340)	**(14.822)**	(11.060)
Outros	**13**	1	**625**	(835)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(12.733)**	22.061	**343.670**	197.305
Imposto de renda e contribuição social pagos	**-**	-	**(19.687)**	(15.963)
Juros pagos	**-**	-	**(153.298)**	(94.783)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(12.733)**	22.061	**170.685**	86.559
Fluxos de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento				
Adiantamento para futuro aumento de capital	**-**	(591)	**(124)**	11.107
Aquisições de imobilizado e intangível	**-**	-	**(464.766)**	(367.430)
Títulos e valores mobiliários	**-**	16.506	**98.066**	(92.020)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	**-**	15.915	**(366.824)**	(448.343)
Fluxos de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos Captados	**-**	-	**550.754**	945.000
Empréstimos e financiamentos pagos	**-**	-	**(373.453)**	(178.644)
Arrendamentos pagos	**-**	-	**(39.277)**	(43.597)
Partes relacionadas	**25.363**	(74.213)	**(5.204)**	(138.451)
Emissão de novas ações	**605.733**	-	**605.733**	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**631.096**	(74.213)	**738.553**	584.308
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**618.363**	(36.237)	**542.414**	222.524
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**3.488**	36.299	**493.299**	289.426
Caixa oriundo de aquisições de empresas	**-**	-	**-**	156.601
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	**621.851**	62	**1.035.713**	668.551
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**618.363**	(36.237)	**542.414**	222.524

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Notas explicativas às informações contábeis trimestrais individuais e consolidadas em 30 de setembro de 2025 - (Em milhares de reais)

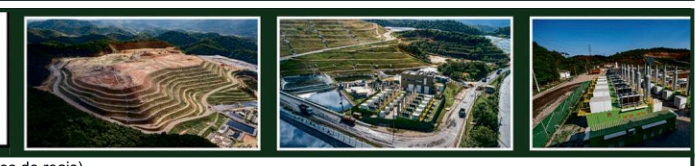
1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Orizon Valorização de Resíduos S.A. ("Orizon" ou "Companhia") é uma companhia aberta (ORVR3), constituída em dezembro de 2009 e sede na Avenida Nações Unidas, nº 12.901, Torre Oeste, 8º andar, Brooklin, município e estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades comerciais ou civis como sócia, acionista ou quotista, e outras atividades afins. Em 30 de setembro de 2025, 17 aterros sanitários para destinação final de resíduos não-perigosos (distribuídos em 12 estados), 02 transbordos, 04 unidades de tratamento e destinação de resíduos perigosos, 10 plantas de exploração de biogás, 07 projetos de créditos de carbono registrados, 01 planta de biometano, 05 plantas de beneficiamento de resíduos, 01 projeto de *waste-to-energy* e 03 usinas termelétricas. Os ativos da Companhia receberam aproximadamente 6,8 milhões de toneladas de resíduos nos primeiros nove meses de 2025 [1]. [1] Informação não auditada pelos auditores independentes da Companhia. As empresas controladas e controladas em conjunto são aqui definidas como "Grupo Orizon" ou "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia. O contexto operacional das controladas diretas é como segue: Controladas diretas: a) *Orizon Meio Ambiente:* A Orizon Meio Ambiente foi constituída no ano de 1999 e tem como objetivo investir e atuar nos seguintes segmentos: *Tratamento e Destinação Final de Resíduos Perigosos e Não-Perigosos:* A Orizon Meio Ambiente detém, direta ou indiretamente (por meio de suas controladas e controladas em conjunto), 3 (três) plantas para tratamento e destinação final de resíduos perigosos e 17 (dezessete) aterros sanitários voltados ao recebimento de resíduos não perigosos. Esses ativos estão distribuídos nos estados de Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Alagoas, Paraíba, Rondônia, Mato Grosso, Ceará e Rio Grande do Norte, e são responsáveis pelo recebimento de aproximadamente 26 mil toneladas de resíduos por dia. As informações acima incluem as aquisições mais recentes concluídas no terceiro trimestre de 2024. *Energia de Biogás, Fornecimento de Biogás e Créditos de Carbono - Controladora e controladas:* A Orizon Meio Ambiente, por meio de algumas de suas controladas, atua na exploração do biogás gerado em seus aterros sanitários, convertendo-o em energia por meio de diferentes modelos de aproveitamento. Algumas controladas da Orizon Meio Ambiente vêm explorando o biogás de seus aterros sanitários para aproveitamento energético. Atualmente, a empresa capta mensalmente cerca de 62.000 Nm^3[1] por hora de biogás em 10 de seus aterros sanitários e atualmente possui geração mensal de aproximadamente 32.000 MW/h[1], que vem sendo utilizado das mais diversas maneiras, sendo parte para geração de energia, parte convertida em biometano e parte destinada à queima em *flare*. Entre os projetos de destaque: • Aterros de Nova Iguaçu e São Gonçalo (RJ): possuem contratos de disponibilidade e fornecimento de biogás de longo prazo com clientes privados, estruturados no modelo *take-or-pay*. Os contratos viabilizam projetos de geração de energia elétrica incentivada e futuramente o biogás também será utilizado para a produção de biometano. • Aterro de Barra Mansa (RJ): operado pela CTR Barra Mansa, viabiliza a geração mensal de aproximadamente 1.300 MWh[1] de energia elétrica a partir do biogás, em um projeto de geração distribuída voltado ao atendimento de grandes consumidores. • Aterro de Jaboatão dos Guararapes (PE): objeto de uma joint venture em formato de consórcio, da qual a Orizon Meio Ambiente participa, com outra empresa do grupo com foco no desenvolvimento de um projeto para geração de energia elétrica a partir do biogás que, no curto prazo, também será utilizado para a produção de biometano. [1] Informação não auditada pelos auditores independentes da Companhia. Em Paulínia, o aterro sanitário adquirido no contexto da U

ORIZON VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS

Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36



Notas explicativas às informações contábeis trimestrais individuais e consolidadas em 30 de setembro de 2025 - (Em milhares de reais)

mais cinco anos, podendo, assim, ser estendido até 2036. A CTRBM recebe diariamente entre 1.000 e 1.300 toneladas de resíduos provenientes de diversos municípios e clientes privados, com destaque para a indústria siderúrgica, que representa parcela relevante da demanda. Além da disposição final de resíduos, a unidade também realiza a captação de biogás, o qual é direcionado para uma planta de geração termoelétrica com capacidade instalada de 2 MW. Essa energia é atualmente utilizada em projeto de geração distribuída, contribuindo para a diversificação da matriz energética e a valorização dos resíduos tratados no local. d) *ETR Jardim Gramacho S.A. ("ETR Gramacho"):* A ETR Gramacho tem como objeto o transbordo e a destinação de resíduos não-perigosos. Localizada na cidade de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro, a unidade dispõe de uma estrutura de transbordo dedicada às suas operações. Atualmente, a ETR Gramacho recebe aproximadamente 50.000 toneladas mensais de resíduos provenientes do município de Duque de Caxias e de clientes privados. Todo o volume recebido é integralmente destinado à Central de Tratamento de Resíduos de Nova Iguaçu (CTRNI), onde ocorre a disposição final ambientalmente adequada. e) *Foxx Inova:* A Foxx Inova, é uma sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo (SP). A Foxx Inova tem como objeto a participação em outras sociedades comerciais ou civis como sócia, acionista ou quotista, tanto no país como no exterior e o desenvolvimento de estudos e projetos para execução de obras e realização de serviços de relativos à limpeza urbana e destinação de resíduos sólidos, além de execução de serviços de engenharia civil e ambiental. f) *Barueri Energia Renovável S.A. ("Barueri Energia"* - anteriormente denominada *Foxx URE-BA):* A Barueri Energia é uma sociedade constituída pela Foxx Inova e pela Sabesp, com sede na cidade de Barueri, no estado de São Paulo. Seu objeto social compreende o tratamento e a destinação final de resíduos sólidos urbanos sob regime de concessão, bem como a comercialização da energia gerada por meio da reciclagem energética (*waste-to-energy*), além da exploração de créditos de carbono e créditos de reciclagem. Pioneira na implantação da tecnologia de *waste-to-energy* na América Latina, a Barueri Energia destacou-se ao vencer dois leilões federais de geração de energia realizados nos anos de 2021 e 2022. O projeto contará com uma potência instalada de 20MWe e terá capacidade para processar cerca de 300 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos por ano. Para viabilizar sua implantação, a Barueri Energia concluiu, conforme comunicado ao mercado divulgado em 7 de agosto de 2024, sua primeira emissão de debêntures no valor de R$395 milhões, que será destinada ao financiamento do empreendimento. A previsão de início das operações comerciais da unidade é janeiro de 2027. g) *Orizon Pantanal (Antiga "Orizon Locações Ltda"):* A Orizon Pantanal Ltda tem sede na cidade de São Paulo (SP) e tem como objeto a participação em sociedades. Atualmente, a Orizon Pantanal é detentora de 100% (cem por cento) das quotas da CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda. e de 100% (cem por cento) das quotas do Centro de Gerenciamento de Residuais Cuiabá Limitada, que tem por objeto o tratamento e destinação final de resíduos em aterro sanitário localizado na Região Metropolitana de Cuiabá. h) *Foxx URE-JP:* A Foxx URE-JP é a concessionária responsável pela prestação de serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos não-perigosos no município de João Pessoa, recebendo diariamente cerca de 2.000 toneladas de resíduos oriundos de diversos municípios da região. A unidade também atua na geração de energia a partir do biogás, por meio de consórcio firmado com a ASJA, cuja planta de geração foi recentemente adquirida pela BioE, conforme divulgado em fato relevante publicado em 23 de setembro de 2024. Adicionalmente, em 30 de maio de 2023, a Foxx URE-JP celebrou Termo Aditivo ao Contrato de Concessão com a Autarquia Especial Municipal de João Pessoa, prorrogando o prazo de vigência contratual por mais 20 anos, estendendo sua validade até 29 de maio de 2043. i) *UTM Jaboatão dos Guararapes LTDA* ("*UTM Jaboatão*"): *Unidade de triagem mecanizada em Pernambuco:* Em 06 de maio de 2021, a Companhia celebrou contrato para a implantação de uma unidade de triagem mecanizada instalada no ecoparque de Jaboatão dos Guararapes, no estado de Pernambuco. O empreendimento entrou em operação no 3° trimestre de 2022 e tem capacidade de recebimento de 500.000 toneladas anuais de resíduos. j) *Centro de Gerenciamento de Resíduos Ltda ("CGR Cuiabá) e CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda ("CGR Ambiental"):* Em 09 de fevereiro de 2022, a Companhia adquiriu através de sua controlada indireta Orizon Pantanal (antiga Orizon Locações), a totalidade da participação societária nas empresas CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda. e Centro de Gerenciamento de Residuais Cuiabá Limitada, localizadas em Cuiabá, no estado de Mato Grosso. As empresas adquiridas têm como atividade principal a destinação de resíduos sólidos em aterro sanitário. k) *SPEs UPIs Estre ("UPIs Estre"):* Em 19 de abril de 2022, a Companhia concluiu através de sua controlada Orizon Meio Ambiente, a aquisição da UPI Aterros da Estre Ambiental S.A. - Em Recuperação Judicial ("Ativos"), formada por 07 ativos (sendo 06 aterros sanitários e 01 planta de beneficiamento de resíduos, quais sejam: SPE Paulínia Ambiental S.A., SPE Tremembé Ambiental S.A., SPE Itapevi Ambiental S.A., SPE Itaboraí Ambiental S.A., Rosário do Catete Ambiental S.A., SPE CTR Metropolitana Participações S.A. e SPE Sorocaba Ambiental S.A.. Tal aquisição foi realizada no âmbito do Processo de Recuperação de Judicial do Grupo Estre, e, ato imediatamente contínuo, perante fundos geridos pela Jive Asset Gestão de Recursos Ltda. Estre. Em 16 de dezembro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição da SPE Maceio, aterro sanitário localizado no estado de Alagoas, passando a deter 08 ativos anteriormente de propriedade do Grupo Estre. *Incorporação:* Em 30 de abril de 2025, a Orizon Itapevi Ambiental ("Orizon Itapevi") foi incorporada pela sua controladora direta Orizon Meio Ambiente. O acervo líquido incorporado foi no montante de R$25.723, tendo sido contabilizado contra a rubrica de investimentos na Orizon Meio Ambiente, com objetivo de neutralizar o investimento contabilizado até a data da incorporação. Abaixo, resumo das informações contábeis intermediárias da Orizon Itapevi na data de incorporação:

Ativo		**Passivo e Patrimônio Líquido**	
Circulante		**Circulante**	
Caixa e equivalentes de caixa	373	Arrendamento	119
Clientes	3.060	Fornecedores	548
Impostos a Recuperar	104	Salários e encargos sociais	445
Outras Contas a receber	1.078	Impostos e contribuições a recolher	688
		Parcelamento de impostos	14
Total do Circulante	**4.615**	Adiantamentos de clientes	4.107
		Total do Circulante	**5.921**
Não Circulante		**Não Circulante**	
Partes relacionadas	4.442	Parcelamento de impostos	481
Imobilizado, Líquido	27.114	Outros passivos	4.162
Intangível	2	**Total do não Circulante**	**4.643**
Direito de uso	114	**Patrimônio Líquido**	
Total do não Circulante	**31.672**	Capital Social Integralizado	19.942
		Reservas de capital	3.990
		Resultado do período	1.791
		Total do patrimônio líquido	**25.723**
Total do ativo	**36.287**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**36.287**

l) *CTR Porto Velho ("CTR PV"):* Em 17 de janeiro de 2023, a Companhia adquiriu através da controlada Orizon Meio Ambiente, 51% da participação societária na empresa CTR Porto Velho S.A. ("CTR PV") junto à Ecofort Engenharia ("Ecofort"), pelo montante de R$10.000. A unidade está localizada no município de Porto Velho, no estado de Rondônia. A transação ratifica a estratégia de crescimento da Companhia quanto à ampliação de suas atividades com projetos que agregam valor para a empresa, meio ambiente e população com a expectativa de, ao longo da vida da CTR PV, implantar a exploração de biogás, créditos de carbono, energia elétrica e/ou biometano, recuperação de recicláveis, dentre outras atividades. No último trimestre de 2023, a CTR PV passou a receber resíduos do município de Porto Velho, maior município da região. m) *Oeste Ambiental ("Oeste Ambiental"):* Em 09 de agosto de 2024, foi realizada, pela OMA, a aquisição de 51% (cinquenta e um por cento) da Oeste Ambiental Ltda. ("Oeste Ambiental"), empresa proprietária do aterro sanitário localizado no município de Rodolfo Fernandes, estado do Rio Grande do Norte ("Aterro Sanitário RN"). O Aterro Sanitário RN está em fase inicial de operação e é a única solução de destinação final adequada de resíduos da região, com geração potencial de 600[(1)] toneladas diárias de resíduos sólidos urbanos e que possui vida útil estimada de mais de vinte anos. Pela aquisição, a OMA desembolsou, o montante total de até R$7.650, já considerando o cumprimento de métricas de *earn-out* pelo Vendedor conforme definido nos documentos da transação. Essa aquisição fortalece o posicionamento da Companhia, com presença agora em 12 estados brasileiros, com sinergias geográficas com os demais projetos da OrizonVR na região Nordeste, e ratifica sua estratégia de crescimento quanto à ampliação de volume de resíduos sob sua gestão, permitindo ainda a implantação de atividades de valorização, tais como a exploração de biogás, créditos de carbono, energia elétrica, biometano, recuperação de recicláveis, dentre outros. Adicionalmente a aquisição do Aterro Sanitário RN, a Companhia firmou, na mesma data, opção de compra de 51% (cinquenta e um por cento) de terreno localizado na região Nordeste, em fase inicial de licenciamento de um aterro sanitário com potencial de 800 a 1.200[(1)] toneladas diárias de resíduos, o que, no futuro, poderá ser mais um projeto da Companhia. [(1)] Informação não auditada pelos auditores independentes da Companhia. *Período de Mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):* A Companhia apurou os valores da combinação de negócio de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "*Bussiness Combination*", que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer, em suas demonstrações financeiras. Durante o período de mensuração, a Companhia poderá ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa aos fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Os valores justos descritos na aquisição da Oeste Ambiental foram alocados conforme previsto pelo CPC15/IFRS3 - Combinação de Negócios, que permite a Companhia finalizar a análise dos ativos adquiridos e passivos assumidos em até 12 meses a partir da data de aquisição. Durante o período de mensuração, a Companhia poderá ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa aos fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Durante o período de mensuração, também deve reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos. As informações referentes aos saldos de acordo com o PPA final estão detalhadas nos quadros abaixo:

Valor justo na data de aquisição	**2.285**
Preço de aquisição - Contraprestação	**7.523**
Total Mais Valia - Imobilizado/ Licença	**5.239**

n) *Ecoparque Juazeiro do Norte ("Ecoparque Juazeiro"):* Em 13 de agosto de 2024, a Companhia divulgou que as condições pré-definidas para conclusão da transação foram cumpridas e, por meio da Orizon Holding Ceará Ltda. ("Orizon Ceará"), subsidiária integral da Orizon Meio Ambiente, foi concluída a aquisição do controle do Ecoparque Juazeiro do Norte S.A. ("Ecoparque Juazeiro" e "Transação", respectivamente). Em um primeiro momento, a Orizon Ceará detinha 60% do Ecoparque Juazeiro, sendo que, em razão do cumprimento de métricas de earn-out pelo vendedor, tal percentual foi reduzido para 51% pois a Vendedora cumpriu as obrigações previstas nesta Cláusula 2.2. do 2º aditivo SPA. O desembolso em complemento de preço no montante de 6.962 foi pago a revert em 31 de janeiro de 2025. A Transação inclui ainda uma opção de compra da participação restante em condições pré-definidas. *Período de Mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):* A Companhia apurou os valores da combinação de negócio de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "*Business Combination*", que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer, em suas demonstrações financeiras. Os valores justos descritos e a apuração do ágio na aquisição das CTR Porto Velho foram alocados conforme previsto pelo CPC15/IFRS3 - Combinação de Negócios, que permite a Companhia finalizar a análise dos ativos adquiridos e passivos assumidos em até 12 meses a partir da data de aquisição. Durante o período de mensuração, a Companhia poderá ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa aos fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Durante o período de mensuração, também deve reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos. As informações referentes aos saldos de acordo com o PPA final estão detalhadas nos quadros abaixo:

Valor justo na data de aquisição	**1.165**
Preço de aquisição Contraprestação	**16.374**
Total Mais valia - Imobilizado Licença	**15.209**

o) *UTE Orizon Pernambuco Ltda ("UTE Pernambuco") e UTE Orizon Paraíba Ltda ("UTE Paraíba"), anteriormente denominadas ASJA Pernambuco Serviços Ambientais ("ASJA Pernambuco") e ASJA Paraíba Serviços Ambientais ("ASJA Paraíba"):* Em 23 de setembro de 2024, a Companhia através da BioE, concluiu a aquisição de 100% (cem por cento) das quotas da ASJA Paraíba Serviços Ambientais Ltda ("ASJA Paraíba") e da ASJA Pernambuco Serviços Ambientais Ltda ("ASJA Pernambuco"), empresas que atualmente são detentoras de 02 (duas) Usinas Termelétricas ("UTEs") com capacidade instalada de 5,7MW e 28,5MW, respectivamente, utilizando como combustível o biogás gerado nos Ecoparques João Pessoa e Jaboatão dos Guararapes. A aquisição das UTEs consolida o acesso, pela Companhia, ao biogás produzido nos aterros sanitários desses dois ativos e permite o desenvolvimento dos projetos de biometano. No âmbito da Transação, os Ecoparques cederam de forma não-onerosa as opções de compra à BioE para que esta realizasse a compra das térmicas. A aquisição das térmicas envolveu o montante da ordem de R$156.600 (*enterprise value*, o que inclui dívidas e capital de giro), sendo R$32.400 atribuídos à ASJA Paraíba e R$124.200 à ASJA Pernambuco. A Companhia, de um lado, dará sequência no desenvolvimento de seus projetos de biometano em João Pessoa e Jaboatão dos Guararapes, sendo proprietária de 100% dessas unidades. Por outro lado, até a entrada em operação das plantas de biometano, rentabilizará o biogás dos respectivos Ecoparques gerando energia elétrica 100% renovável (i100) e, posteriormente, poderá gerar energia elétrica a partir do biogás excedente ou do Gás Natural. Para 2024 e 2025, a OrizonVR já comercializou a energia elétrica dos empreendimentos no mercado livre. *Período de Mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):* A Companhia apurou os valores da combinação de negócio de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "*Bussiness Combination*", que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer, em suas demonstrações financeiras. Durante o período de mensuração, a Companhia poderá ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa aos fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Durante o período de mensuração, também deve reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos. O período de mensuração termina quando o adquirente obtiver as informações que buscava sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, ou quando ele concluir que mais informações não podem ser obtidas. Contudo, o período de mensuração não pode exceder a um ano da data da aquisição. As informações referentes aos saldos de acordo com o PPA final estão detalhadas nos quadros abaixo:

	UTE Orizon Pernambuco	**UTE Orizon Paraíba**
Valor justo na data de aquisição	**102.381**	**30.653**
Preço de aquisição - Contraprestação	**124.080**	**32.461**
Total Mais valia - Imobilizado	**21.699**	**1.808**

p) *SPE Central de Processamento de Resíduos Sólidos Urbano de Duque de Caxias ("SPE Duque de Caxias"):* A SPE Duque de Caxias foi constituída em julho de 2025, porém até a presente data não iniciou suas atividades operacionais. Controladas em conjunto e coligadas: a) *UTE* Paulínia Verde Participações S.A. ("*UTE Paulínia"):* A UTE Paulínia foi criada, em conjunto com a Gera Energia do Brasil S.A. e a Mercúrio Holding S.A., visando a exploração de usina termelétrica de ciclo aberto de gás natural renovável, gerado no aterro localizado no município de Paulínia, estado de São Paulo. A constituição da UTE Paulínia não gerou efeitos no resultado ou ágio. No final de abril de 2022, a UTE Paulínia passou a ser a titular do contrato firmado pela Mercurio com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") para a venda de 15,7 MW médios, mediante condições contratuais previamente estabelecidas. Em 29 de junho de 2022, via Despacho 1735/2022, a Agência Nacional de Energia Elétrica publicou a liberação da nona unidade geradora da UTE Paulínia, a qual possibilitou o pleno atendimento dos 15,7 MW médios negociados no leilão, a partir de 30 de junho de 2022 com fornecimento da integralidade do volume de energia elétrica negociado no âmbito do Procedimento Competitivo Simplificado, realizado em 25 de outubro de 2021. *b) SES Haztec Serviços de Resposta a Emergência Ltda. ("SES Haztec"):* A SES Haztec foi constituída no ano de 2006, objetivando a participação em uma licitação específica. Contudo, após o insucesso na referida licitação, a SES Haztec manteve-se sem qualquer atividade operacional. *c) Vamtec Orizon Soluções Ambientais Ltda. ("Vamtec Orizon"):* A Vamtec Orizon foi constituída em 25 de outubro de 2017, resultado de associação entre a Orizon Meio Ambiente e a Vamtec Rio Insumos Siderúrgicos Ltda. e tem como objeto o beneficiamento de resíduos finos siderúrgicos para retorno ao processo produtivo. A Vamtec Orizon iniciou suas operações em dezembro de 2019. A Vamtec Orizon tem como único cliente a Companhia Siderúrgica Nacional, operando com a capacidade total disponível. *d) CTR Santa Luzia ("CTR SL"):* Em 10 de abril de 2023, a Companhia celebrou, instrumento contratual vinculante através de sua controlada Orizon Meio Ambiente S.A., para aquisição de participação societária da CTR SL, localizada no Município de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais, pelo valor de R$25.000, sendo parte através de capitalização de valores anteriormente transferidos para a CTR SL e o restante através de futuros aumentos de capital. Com o fechamento da transação e cumprimento das obrigações assumidas pela Suma Brasil Serviços Urbano e Meio Ambiente S.A. ("SUMA"), o capital social da CTR SL foi distribuído da seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) para OMA e 50% (cinquenta por cento) para SUMA, empresa brasileira controlada pela portuguesa Mota-Engil SGPS S.A.. A CTR SL é proprietária de um aterro sanitário localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, cujo início da operação ocorreu no 1º trimestre de 2023, com volume esperado de recebimento de até 1.500 toneladas diárias de resíduos. *e) Biometano Verde Paulínia: Sociedade para produção de biometano em Paulínia:* Em 14 de agosto de 2023, a Companhia e sua subsidiária integral Orizon Meio Ambiente S.A. ("OMA") divulgaram fato relevante acerca da formação de uma sociedade para a produção de biometano no Ecoparque de Paulínia em conjunto com a Edge Comercialização S.A. ("Edge"), companhia controlada pela Compass Gás e Energia S.A.. *Formação de investida para produção de biometano em Paulínia:* No contexto da transação, a Edge investirá até R$355.000, sendo R$235.000 no estágio inicial da parceria (já desembolsados), dos quais R$100.000 aportados na Biometano Verde Paulínia S.A. e R$135.000 em secundária para o Grupo Orizon. O montante adicional de até R$120.000 está condicionado à entrega de um maior volume de biogás. A OMA por sua vez, por um período de 20 anos, se compromete a ceder espaço no aterro sanitário de Paulínia para a construção e operação da planta e a suprir o biogás para a produção do biometano (Vide Nota 25). Em 20 de outubro de 2023, com o implemento das condições contratuais precedentes, a transação foi concluída, ficando a Edge com 51% de participação na Biometano Verde Paulínia S.A. e o Grupo Orizon, por meio de sua controlada direta OMA com 49%. O investimento do projeto em sua primeira etapa é estimado em até R$450.000, o início da operação da planta de Biometano de Paulínia está previsto para o final do ano de 2025.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade: As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 21 - Demonstração Intermediária, e com a norma internacional IAS 34 - "*Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board - IASB* " (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). A apresentação destas informações foi elaborada de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração do Formulário de Informações Intermediárias - ITR. As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas não incluem todas as informações e divulgações requeridas para informações financeiras anuais. Portanto, essas demonstrações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas anuais de 31 de dezembro de 2024. A Administração da Companhia autorizou a emissão das informações financeiras contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 13 de novembro de 2025. Conforme Orientação Técnica OCPC 07, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em 15 de maio de 2025 na sua gestão. **2.2. Base de elaboração:** As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos mensurados pelo valor justo, quando indicados. As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa. As informações contábeis intermediárias são preparadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Base de consolidação:** As informações contábeis intermediárias consolidadas compreendem as informações contábeis intermediárias do Grupo em 30 de setembro de 2025. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Portanto, essas demonstrações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas anuais de 31 de dezembro de 2024. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dado baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. As investidas classificadas como controlada direta ou indireta, são apresentadas de forma consolidada nas demonstrações financeiras, enquanto as demais investidas, são reconhecidas pelo percentual de participação nas respectivas linhas de investimentos e resultado de equivalência patrimonial. Abaixo a estrutura é como segue:

Controladas da Orizon Valorização de Resíduos:		**30/09/2025**	**31/12/2024**
Orizon Meio Ambiente S.A.	Controlada direta	**100**	100
Foxx Holding S.A.	Controlada direta	**100**	100
Orizon Energia e Gás Renovável Ltda.	Controlada direta	**100**	100
Orizon Economia Circular Ltda.	Controlada direta	**100**	100
Controladas e coligadas da Orizon Meio Ambiente:			
CTRNI	Controlada indireta	**100**	100
CTRA	Controlada indireta	**100**	100
CTRBM	Controlada indireta	**100**	100
SES Haztec	Controlada em conjunto	**50**	50
ETR Gramacho	Controlada indireta	**100**	100
UTM Jaboatão	Controlada indireta	**100**	100
Vamtec Orizon	Controlada em conjunto	**50**	50
UTE Paulínia	Controlada em conjunto	**33,33**	33,33
SPE Itaboraí	Controlada indireta	**100**	100
SPE Itapevi [(2)]	Controlada indireta	**100**	100
SPE Rosário do Catete	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Sorocaba Blendagem	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Tremembé Ambiental	Controlada indireta	**100**	100
SPE CTR Metropolitana	Controlada indireta	**100**	100
Metropolitana Serviços Ambientais	Controlada indireta	**50**	50
SPE Maceió	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Pantanal	Controlada indireta	**100**	100
CTR Porto Velho	Controlada indireta	**51**	51
CTR Santa Luzia [(1)]	Controlada em conjunto	**50**	50
Centro de Gerenciamento de Residuais Cuiabá Ltda.	Controlada indireta	**100**	100
CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda.	Controlada indireta	**100**	100
Oeste Ambiental	Controlada indireta	**51**	51
Ecoparque Juazeiro	Controlada indireta	**51**	51
Orizon Holding Ceará Ltda.	Controlada indireta	**100**	100
SPE Central de proc.de Resí. Urb. de Duque de Caxias S.A. [(3)]	Controlada indireta	**100**	-
Biometano Verde Paulínia	Controlada em conjunto	**49**	49
Consórcio Pernambuco Asja OMA [(4)]	Consórcio	**50**	50
Controladas da Foxx Holding:			
Foxx Inova Ambiental S.A.	Controlada indireta	**100**	100
Foxx URE JP Ambiental S.A.	Controlada indireta	**67**	67
Consórcio Paraiba Asja Foxx [(4)]	Consórcio	**50**	50
Barueri Energia Renovável S.A.	Controlada indireta	**80**	80
Controladas da Orizon Energia e Gás Renovável Ltda.			
Orizon Biometano Paulínia Ltda.	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Biometano Paulínia II Ltda.	Controlada indireta	**100**	100
Orizon O&M Ltda.	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Locação de equipamento Ltda.	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Biometano Rosário do Catete Ltda.	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Biometano Jaboatão dos Guararapes Ltda.	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Biometano João Pessoa Ltda.	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Biometano Cuiabá Ltda.	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Biometano Tremembé Ltda.	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Biometano Itapevi	Controlada indireta	**100**	-
Biometano Nova Iguaçu S.A.	Controlada indireta	**50**	-
Biometano São Gonçalo S.A.	Controlada indireta	**50**	-
UTE Orizon Pernambuco	Controlada indireta	**100**	100
UTE Orizon Paraíba	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Biometano Maceió Ltda.	Controlada indireta	**100**	100
Orizon Biometano Itapevi Ltda.	Controlada indireta	**100**	100
Orizon comercialidora de Biometano Jaboatão do Guararapes Ltda.	Controlada indireta	**100**	-
Orizon Biometano Fazenda Rio Grande Limitada	Controlada indireta	**100**	-
Controladas da Orizon Economia Circular Ltda.			
Consórcio Orizon Tera	Joint venture	**50**	50
SPE Biovalore I S.A. [(5)]	Controlada em conjunto	**-**	30
SPE Biovalore II S.A. [(5)]	Controlada em conjunto	**-**	30
Gestora Orizon	Controlada indireta	**100**	100

[(1)] Redução de participação societária em virtude do aporte da fração remanescente de terreno pela SUMA (Acionista da CTR Santa Luzia) que foi utilizado na transação inicial para integralização de capital. [(2)] Incorporada na Orizon Meio ambiente em 30 de abril 2025. [(3)] No 3° trimestre de 2025, foi constituída a SPE Duque de Caxias. [(4)] A participação pode variar conforme receita gerada. No Consórcio Pernambuco Asja OMA, a participação é dividida entre a UTE Pernambuco 50% e a Orizon Meio Ambiente 50%. No Consórcio Paraíba Asja Foxx, a participação é de 50% da Foxx URE-JP Ambiental S.A e 50% da UTE Paraíba. [(5)] Investidas encerradas em 24/03/2025 e 28/03/2025.

2.4. Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira - conversão de saldos e transações em moeda estrangeira: As informações contábeis intermediárias são preparadas em Reais (R$), que é a moeda funcional utilizada da Companhia. **2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação de informações contábeis intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: receita não faturada, imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis, provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios e mensuração de valor justo. **2.6. Normas emitidas, vigentes e não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Estas normas estão descritas a seguir:

Pronunciamento	**Vigência**
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), estão em vigor para o período findo em 30 de setembro de 2025.

Pronunciamento	**Avaliação de adoção inicial**
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - demonstrações contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	A Companhia avaliou e não identificou impacto material nas informações trimestrais da Companhia.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	A Companhia avaliou e não identificou impacto material nas informações trimestrais da Companhia.
OCPC 10 - Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (*allowances*) e Créditos de Descarbonização (CBIO).	A divulgação detalhada sobre os impactos da adoção inicial desta Orientação está na nota 5.

2.7. Reapresentação das demonstrações financeiras: A Companhia está reapresentado suas demonstrações financeiras em decorrência mudança prospectiva de prática contábil a partir do trimestre findo em 30 de junho de 2025, com efeitos práticos nos saldos comparativos referentes à apresentação das informações por segmento, em consonância com o pronunciamento CPC 22 - Informações por segmento. A atualização da apresentação busca demonstrar de forma mais fidedigna a visão da Administração em relação às Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") da Companhia no cenário atual. As Unidades Geradoras de Caixa de cada segmento estão apresentadas abaixo: Destinação Final: • Tratamento e Destinação de Resíduos (Receitas e Custos); • Plantas de Biogás (Receitas e Custos); • Projetos de Créditos de Carbono (Receitas e Custos). Transição Energética: • Plantas de Energia / UTEs (Receitas e Custos); • Plantas de Biometano (Receitas e Custos); • Plantas de Recuperação Energética | WTEs (Receitas e Custos). Economia Circular: • Plantas de Blendagem para co-processamento (Receitas e Custos); • Plantas de Reciclagem | UTMs (Receitas e Custos); • Plantas de Beneficiamento de Finos Siderúrgicos (Receitas e Custos); • Plantas de Compostagem (Receitas e Custos). Os segmentos operacionais reportáveis do Grupo, originalmente apresentados nas demonstrações financeiros para o trimestre findo em 30 de setembro de 2024, estão apresentados no quadro abaixo:

	Consolidado 30/09/2024				
	Tratamento e destinação final	**Energia, biogás e crédito de carbono**	**Beneficiamento de resíduos/ WTE**	**Engenharia Ambiental**	**Total**
Receita operacional líquida	485.362	128.800	40.761	18.344	673.267
Custo dos serviços prestados	(195.543)	(14.814)	(40.633)	(18.732)	(269.722)
Lucro bruto antes da depreciação	289.819	113.986	128	(388)	403.545
Custos de depreciação					(88.115)
Lucro bruto					315.430
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas					(117.701)
Outras receitas (despesas), líquidas					16.340
Prejuízo antes do resultado financeiro equivalência patrimonial					214.069
Resultado financeiro					
Receitas financeiras					29.654
Despesas financeiras					(151.367)
Resultado financeiro, líquido					(121.713)
Resultado de equivalência patrimonial					12.039
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social					104.395
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente					(26.097)
Diferido					4.311
Lucro líquido do período					82.609

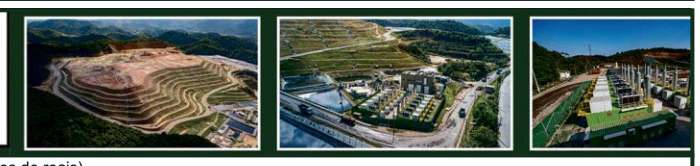
Os segment

ines249

ORIZON VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS

Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36



Notas explicativas às informações contábeis trimestrais individuais e consolidadas em 30 de setembro de 2025 - (Em milhares de reais)

relacionada ao mercado de carbono e seus desdobramentos contábeis, ajustando suas práticas conforme necessário para garantir conformidade às normas vigentes e à fiel representação da sua posição patrimonial e de desempenho econômico-financeiro. Os efeitos nas informações contábeis intermediárias estão descritas abaixo: • Durante a geração dos créditos que serão comercializados - Os gastos incorridos serão registrados no ativo intangível e mantidos nesta rubrica até que ocorra o registro dos créditos gerados; • Após certificação dos créditos gerados - Os gastos incorridos são reclassificados do ativo intangível para a rubrica de estoque; • Após a comercialização - Os créditos comercializados são reconhecidos na rubrica de receitas operacionais no resultado do exercício, enquanto os gastos incorridos presentes no estoque são baixados ao resultado no mesmo período. O montante capitalizado no trimestre findo em 30 de setembro de 2025 foi de R$2.620.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos e contribuições a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
Impostos a recuperar	**30/09/2025**	**31/12/2024**	**30/09/2025**	**31/12/2024**
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) (1)	**1.710**	3.830	**47.564**	29.950
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (1)	**2**	-	**2.214**	1.995
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	**-**	-	**2.572**	3.979
Programa de Integração Social (PIS) (1)	**57**	147	**1.324**	1.508
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (1)	**127**	675	**5.646**	6.758
Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI)	**-**	-	**117**	108
Outros impostos a recuperar	**11**	14	**921**	673
Subtotal - tributos federais	**1.907**	4.666	**60.358**	44.971
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	**-**	-	**(461)**	43
Subtotal - tributos estaduais	**-**	-	**(461)**	43
Imposto sobre Serviços (ISS) (2)	**-**	-	**4.574**	5.913
Subtotal - tributos municipais	**-**	-	**4.574**	5.913
Total	**1.907**	4.666	**64.471**	50.927

(1) Os saldos apresentados referem-se principalmente (i) aos impostos retidos na fonte pelos clientes, os quais são discriminados nas notas fiscais de prestação de serviços, e (ii) impostos retidos das aplicações financeiras e retenções de impostos municipais na prestação de serviços, os quais são discriminados nas notas fiscais. (2) O saldo apresentado refere-se à retenção de impostos municipais na prestação de serviços, os quais são discriminados nas notas ficais.

b) Impostos e contribuições a recolher:

	Controladora		Consolidado	
Impostos a recolher	**30/09/2025**	**31/12/2024**	**30/09/2025**	**31/12/2024**
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	**3**	3	**937**	1.018
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	**-**	-	**433**	438
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	**327**	1	**13.374**	13.033
Programa de Integração Social (PIS)	**55**	1	**2.665**	2.643
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	**-**	-	**2.004**	2.232
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	**-**	-	**3.382**	5.305
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	**-**	-	**6.994**	7.575
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços (ICMS)	**-**	-	**1.496**	1.877
IOF	**767**	766	**763**	766
Outros impostos (*)	**147**	17	**8.787**	8.018
Total	**1.299**	788	**40.835**	42.905

(*) Nesta rubrica estão alocados principalmente os impostos provisionados para os serviços a faturar.

SUDENE - Incentivo fiscal obtido: Em dezembro de 2023, a Companhia através de algumas de suas controladas, recebeu da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), órgão vinculado ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, aprovação do enquadramento referente ao incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicionais em favor da filial da OMA em Jaboatão dos Guararapes-PE, UTM Jaboatão dos Guararapes Ltda., Foxx URE-JP Ambiental S.A., SPE Maceió Ambiental S.A. e Rosário do Catete Ambiental S.A.. Os referidos enquadramentos permitem redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda Pessoa Jurídica pelo prazo de 10 anos, a partir do exercício social de 2023. A Companhia protocolou pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ perante a receita federal do Brasil com base nos laudos emitidos pela SUDENE. c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do período: A conciliação entre o valor dos encargos tributários apurados conforme alíquotas nominais e o valor registrado no resultado consolidado da Companhia para os períodos de seis meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024 é como segue:

Imposto de renda e contribuição social diferidos	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	**30/09/2024**	**30/09/2025**	**30/09/2024**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**40.812**	69.287	**67.690**	104.395
Alíquota nominal combinada	**34%**	34%	**34%**	34%
Despesa de IRPJ/CSLL à alíquota fiscal vigente	**(13.876)**	(23.558)	**(23.015)**	(35.494)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	**37.489**	36.350	**2.306**	4.093
Doações	**-**	-	**1.005**	450
Multa e juros	**189**	112	**2.557**	3.817
Investidas tributadas no lucro presumido	-	-	**(8.854)**	-
Créditos tributários constituídos (não constituídos) e redução de passivo fiscal diferido	**(23.802)**	(10.758)	**8.853**	5.348
Total do Imposto de renda e contribuição social	**-**	2.146	**(17.148)**	(21.786)
Alíquota efetiva (*)	**0%**	3%	**-25%**	-21%
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	**-**	-	**(20.009)**	(26.097)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	**-**	2.146	**2.861**	4.311

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2025 a 30/09/2025	**01/07/2024 a 30/09/2024**	**01/07/2025 a 30/09/2025**	**31/12/2024 a 30/09/2024**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**23.558**	34.938	**30.726**	44.352
Alíquota nominal combinada	**34%**	34%	**34%**	34%
Despesa de IRPJ/CSLL à alíquota fiscal vigente	**(8.010)**	(11.879)	**(10.447)**	(15.080)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	**15.156**	11.515	**349**	1.780
Doações	**-**	-	**-**	-
Multa e juros	**66**	48	**941**	2.282
Investidas tributadas no lucro presumido	-	-	**(3.228)**	-
Créditos tributários constituídos (não constituídos) e redução de passivo fiscal diferido	**(7.212)**	2.462	**9.001**	7.922
Total do Imposto de renda e contribuição social	**-**	2.146	**(3.384)**	(3.096)
Alíquota efetiva (*)	**0%**	6%	**-11%**	-7%
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	**-**	-	**(4.940)**	(6.419)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	**-**	2.146	**1.556**	3.323

(*) O cálculo da alíquota efetiva está diretamente impactado pelos efeitos das controladas indiretas tributadas pelo regime do lucro presumido e pelos créditos não constituídos sobre o prejuízo fiscal da Companhia.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos são como segue:

		Consolidado
Ativo	**30/09/2025**	**31/12/2024**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	**135.628**	135.628
Diferenças temporárias		
Provisão de créditos para liquidação duvidosa	**56.706**	56.222
Provisão para contingências	**5.398**	5.868
Créditos tributários não constituídos por alcançar o limite de recuperabilidade	**(66.215)**	(66.652)
	131.517	131.066
Passivo		
Diferenças temporárias		
Aproveitamento do ágio gerado nas aquisições incorridas entre 2006 e 2009	**(21.417)**	(21.417)
Ajuste a valor presente	**(28.225)**	(29.676)
	(49.642)	(51.093)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)	**81.875**	79.973

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos: Para cálculo da expectativa de compensação de impostos com prejuízos fiscais e base negativa, foram adotadas premissas baseadas no plano de negócios da Companhia e na projeção de lucro tributável dos próximos anos, levando-se em consideração realização de reestruturações societárias realizadas e esperadas para a Orizon Meio Ambiente, realização de valor justo da operação de debêntures entre Orizon Valorização de Resíduos e sua controlada Orizon Meio Ambiente, com realização dos efeitos de valor justo apurados na origem da transação, além de melhoria na performance operacional com consequente aumento de base tributável. Visando a melhor eficiência operacional e administrativa, a Companhia tem interesse de incorporar as empresas recém-adquiridas na Orizon Meio Ambiente, por isso não constituiu passivo fiscal diferido sobre os valores justos alocados. Em 28 de fevereiro de 2023 e 30 de abril de 2025, a Orizon Meio Ambiente incorporou suas controladas SPE Paulínia e Orizon Itapevi Ambiental, respectivamente. Além disto, a Companhia segue avaliando incorporações de ativos recém adquiridos. A Administração considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, estão aderentes ao plano de negócios da Companhia. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com o CPC 32/IAS 12, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados conforme abaixo:

2026	**20.022**
2027	**23.133**
2028	**26.545**
2029	**30.697**
2030	**31.120**
Total	**131.517**

Os prejuízos fiscais e as bases negativas do imposto de renda e da contribuição social não possuem prazo de prescrição para fins de compensação. Contudo, sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável do exercício em que houver a compensação. O passivo fiscal diferido registrado pela controlada Orizon Meio Ambiente se refere ao efeito de 34% sobre a dedutibilidade fiscal das parcelas de amortização fiscal dos ágios, cuja amortização cessou contabilmente a partir do exercício de 2009. Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos e são como segue:

Ativo fiscal diferido (Consolidado):

	Consolidado					
	30/9/2025			31/12/2024		
	Ativo Diferido	**Passivo Diferido**	**Efeito líquido**	**Ativo Diferido**	**Passivo Diferido**	**Efeito líquido**
Orizon Meio Ambiente (*)	**131.517**	**(49.642)**	**81.875**	131.066	(51.093)	79.973
Orizon	**26.905**	**(26.905)**	-	26.905	(26.905)	-

(*) Em 30 de setembro de 2025, a Companhia possuía passivo fiscal diferido constituído sobre ajuste a valor justo da operação da 5ª emissão de debêntures, na controladora e sobre ajustes a valor presente do empréstimo junto ao Banco Bradesco e dívida pela aquisição da Estre, no consolidado. Adicionalmente, a Orizon Valorização de Resíduos possuía em 30 de setembro de 2025, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de imposto de renda e contribuição social no montante total de R$274.633 (R$256.620 em 31 dezembro de 2024). Este montante não está registrado nas demonstrações financeiras pela ausência da expectativa de realização em prazo estimável.

e) PIS e COFINS diferidos: Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui registrado PIS (0,65%) e COFINS (4%) diferidos sobre o efeito reconhecido no resultado originado pela operação com o FIDC NP.

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2025	**31/12/2024**
Instrumento financeiro mensurado a valor justo	**79.133**	79.133
PIS e COFINS diferidos passivos (0,65% e 4%)	**3.680**	3.680

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os detalhes das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Partes relacionadas - Ativo	**30/09/2025**	**31/12/2024**	**30/09/2025**	**31/12/2024**
Orizon Meio Ambiente (1)	**270.502**	184.064	**-**	-
Foxx Holding (1)	**105.493**	109.519	**-**	-
CTR Nova Iguacu (1)	**1.829**	1.828	**-**	-
Orizon Energia e Gás Renovável	**-**	63.923	**-**	-
CGR Cuiabá	**125**	125	**-**	-
Orizon Economia Circular	**565**	558	**-**	-
Consorcio Orizon Tera	**-**	-	**2.675**	1.384
Metropolitana Serviços Ambientais	**278**	278	**2.983**	1.203
LS Participações (2)	**-**	-	**6.820**	4.097
Construtora Coveg Ltda.	**-**	60	**-**	60
Ecofort Amazon	**-**	-	**5.407**	2.099
Gera	**-**	-	**153**	153
Revert Solucoes Ambientais	**-**	-	**-**	470
Consórcio Paraiba ASJA FOXX	**-**	-	**77**	-
Consórcio Pernambuco ASJA OMA	**-**	-	**-**	12
Total	**378.792**	360.355	**18.115**	9.478
Não circulante	**378.792**	360.355	**18.115**	9.478

(1) Os saldos referem-se a transações de conta corrente para manutenção do capital de giro.

(2) Os saldos referem-se a transações de conta corrente com acionista não controlador da Foxx Ure-JP e a LS Participações.

Na Orizon Meio Ambiente, o saldo se originou principalmente na aquisição da SPE Maceio, uma vez que, no âmbito dessa transação e conclusão da aquisição da UPI Aterros, a Controladora entregou 4.636.353 ações para a Jive, perfazendo o montante de R$184.064, o que gerou um saldo a receber da sua controlada Orizon Meio Ambiente. Adicionalmente, nos primeiros semestres de 2023 e 2025, a controladora OVR realizou aportes para a OMA, principalmente de recursos captados nas ofertas de novas ações, ambos em processos de follow on. Estes recursos destinam-se principalmente para manutenção de capital de giro e avanço nos investimentos em andamento. Em 30 de setembro a Companhia apresentava o montante líquido de R$270.502 dos recursos aportados.

	Controladora		Consolidado	
Partes relacionadas - Passivo	**30/09/2025**	**31/12/2024**	**30/09/2025**	**31/12/2024**
Orizon Meio Ambiente (1)	**-**	4.069	**-**	-
CTRBM (1)	**18.113**	18.113	**-**	-
CTR Alcântara (1)	**8.632**	8.633	**-**	-
Barueri Energia (1)	**-**	-	**-**	-
Foxx Inova (1)	**11.670**	11.670	**-**	-
FOXX URE-JP	**3.266**	-	**-**	-
Orizon Energia E Gás Renovavel (1)	**44.604**	-	**-**	-
H.S.Beserra Construções e Serviços	**-**	-	**102**	102
Consorcio Pernambuco Asja Oma	**-**	-	**513**	-
Consórcio Paraiba ASJA FOXX	**-**	-	**88**	1
VAMTEC HAZTEC	**-**	-	**334**	-
UTE Paulínia	**-**	-	**5.822**	3.323
Total	**86.285**	42.485	**6.859**	3.426
Não circulante	**86.285**	42.485	**6.859**	3.426

(1) Os saldos referem-se a transações de conta corrente para manutenção do capital de giro.

Transações de Conta-Corrente: Os saldos com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a contas correntes sem incidência de juros, prazo de vencimento indeterminado e sem garantias. A liquidação dos saldos gera efeito nos saldos de bancos e nas contas patrimoniais de partes relacionadas, não havendo impacto no resultado. Afim de evitar a imprevisibilidade de entradas de recursos frente às obrigações, o grupo econômico passou a realizar operações de "conta corrente" para que a Companhia, suas controladas e subsidiárias pudessem atingir seu objeto social e preservar os interesses das empresas, bem como honrar com suas obrigações financeiras contratadas e, logo, evitar qualquer inadimplência e/ou descumprimento de obrigações legais e contratuais que poderiam resultar em efeitos financeiros adversos para o grupo econômico da Companhia e, consequentemente, para seus acionistas. As transações identificadas como "conta corrente" não são entendidas pela Companhia como um contrato de mútuo específico sobre determinado valor recebido, no qual o mutuário assume a obrigação de restituí-lo em igual quantidade, qualidade e gênero. Tal transação, no entendimento da Companhia, ocorre em regime de conta corrente, onde a premissa é o estabelecimento de um fluxo financeiro sem condições pré-definidas, sendo realizada conforme necessidade de capital de giro. Adicionalmente, atualmente a gestão dos recursos e fluxos de caixa das empresas do grupo econômico da Companhia encontram-se sob a mesma política e gestão financeira, cabendo aos membros executivos a tomada final de decisão sobre a melhor alocação dos recursos de acordo com as necessidades supracitadas. Nestas operações não há reconhecimento de perda e/ou expectativa de perda ou quaisquer formalizações de garantias em razão do fato de que as empresas do Grupo estão sob a mesma gestão econômico-financeira. Adicionalmente, a Companhia possui debêntures a pagar para a controlada Orizon Meio Ambiente com seus respectivos efeitos no resultado do período, detalhados na Nota 12. As transações de prestação de serviços entre as empresas do Grupo, são eliminadas no consolidado do resultado, não gerando efeitos nos montantes apresentados. Remuneração do pessoal-chave da Administração: A Companhia considera como "Pessoal-chave da Administração" somente os integrantes da sua diretoria estatutária e os membros do Conselho de Administração. Em 30 de setembro de 2025 e 2024, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi resumida como segue:

	Consolidado	
	30/09/2025	**30/09/2024**
Remuneração do pessoal-chave da Administração	**6.886**	6.932

Outros: A Companhia não possui obrigações adicionais de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n° 6.404/76) e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global e anual da remuneração dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Formação de investida para produção de biometano em Paulínia: A Companhia concluiu a transação com a Edge para operação por um período de 20 anos em que se compromete a ceder espaço no aterro sanitário de Paulínia para a construção e operação da planta e a suprir o biogás para a produção do biometano (Vide Notas 1 e 25).

8. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

a) Outros ativos:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	**31/12/2024**	**30/09/2025**	**31/12/2024**
Adiantamento de outorgas (1)	**-**	-	**5.850**	5.850
Adiantamentos a funcionários (2)	**-**	4	**4.941**	4.698
Adiantamentos a fornecedores (3)	**486**	892	**14.175**	17.959
Despesas antecipadas - Aquisição de novos negócios (4)	**120**	-	**23.486**	16.700
Estoques (5)	**-**	-	**15.937**	10.230
Seguros (6)	**137**	549	**3.133**	4.081
Outros (7)	**553**	478	**7.020**	11.262
Total	**1.296**	1.923	**74.542**	70.780
Circulante	**1.296**	1.923	**68.472**	64.710
Não circulante	**-**	-	**6.070**	6.070

(1) Refere-se ao adiantamento de outorgas futuras à Prefeitura Municipal de São Gonçalo via abatimento no montante fixo mensal de R$65 nas faturas emitidas contra a mesma, para compensações futuras de outorgas sobre receita de venda de créditos de carbono, conforme previsto no contrato de concessão. Considerando que a geração de créditos de carbono teve início em 2016, os valores deverão começar a ser realizados após a finalização da perícia judicial sobre os valores pleiteados, a receber, junto a Prefeitura Municipal de São Gonçalo (Nota 1). (2) Refere-se, substancialmente, a saldos de adiantamentos a funcionários (salários, férias, viagens, dentre outros). (3) Refere-se principalmente a valores de adiantamento a fornecedores de serviços, seguros patrimoniais e saúde. (4) Refere-se principalmente a empréstimos realizados no contexto da aquisição do ecoparque de Porto Velho, dos quais R$16.664 estão em aberto, com remuneração de IPCA+1% a.m. Além deste, ocorreram outros aportes em função de avaliação para aquisição de novos investimentos. (5) Os saldos de estoques de uso de consumo das UTEs Jaboatão e Paraíba, adquiridas em setembro de 2024, foram alocados nesta rubrica. (6) Refere - se aos seguros da companhia, sendo o de maior valor o da Orizon Barueri no montante de R$2.340. (7) Principalmente da controlada indireta CTRNI, que possui o montante de R$4.596 provisionado na rubrica de contingência, referente potencial cobrança de ICMS sobre comercialização de biogás. Em contrapartida, foi registrado ativo no mesmo montante, uma vez que este imposto seria adicionado ao preço final em caso de incidência real sobre a operação.

b) Outros passivos:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	**31/12/2024**	**30/09/2025**	**31/12/2024**
Aquisições a pagar (1)	**-**	-	**2.186**	3.269
Outros títulos a pagar (2)	**25**	12	**5.403**	3.694
Provisão para fechamento de aterro (3)	**-**	-	**32.449**	27.566
Total	**25**	12	**40.038**	34.529
Circulante	**25**	12	**5.294**	3.659
Não circulante	**-**	-	**34.744**	30.870

(1) Refere-se a saldo em aberto pelas aquisições da CGR Cuiabá e CGR Ambiental. (2) Refere-se principalmente a montantes originados de acordos com fornecedores judiciais cujos pagamentos estão parcelados. (3) Refere-se à valores provisionados para fechamento de aterros provenientes das aquisições: SPE Paulínia, SPE Itapevi, SPE Tremembé e SPE Rosário do Catete. A provisão ocorre pelo fato de tais aterros serem privados, cuja obrigação de desmobilização é da Companhia.

9. INVESTIMENTOS

A movimentação dos investimentos para 30 de setembro de 2025 e dezembro de 2024 é como segue:

	Controladora				
Investimento	**31/12/2024**	**Reclassificações/ Dividendos**	**Outros resultados**	**Equivalência patrimonial**	**30/09/2025**
Orizon Meio Ambiente	763.818	**-**	**(4.450)**	**39.729**	**799.097**
Foxx Holding	75.721	**-**	**-**	**4.894**	**80.615**
Orizon Energia	129.134	**-**	**-**	**64.813**	**193.947**
Orizon Compostagem	1.238	**-**	**-**	**952**	**2.190**
Outros	-	**(1.273)**	**1.273**	**-**	**-**
CTR Nova Iguaçu	-	**703**	**-**	**(28)**	**675**
UTM Jaboatão	-	**645**	**-**	**(97)**	**548**
Total	969.911	**75**	**(3.177)**	**110.263**	**1.077.072**

	Controladora				
Investimento	**31/12/2023**	**Aumento de capital/ Outros**	**Resultados abrangentes (*)**	**Equivalência patrimonial**	**31/12/2024**
Orizon Meio Ambiente	698.302	(9)	11.254	54.271	763.818
Foxx Holding	61.414	-	-	14.307	75.721
Orizon Energia	80.706	-	-	48.428	129.134
Orizon Compostagem	(470)	599	-	1.109	1.238
Total	839.952	590	11.254	118.115	969.911

	Consolidado				
Investimento	**31/12/2024**	**Reclassificações/ Dividendos**	**Outros resultados**	**Equivalência patrimonial**	**30/09/2025**
Ses Haztec	(158)	**-**	**-**	**-**	**(158)**
Vamtec Haztec	1.931	**417**	**-**	**58**	**2.406**
UTE Paulínia	9.064	**-**	**-**	**6.099**	**15.163**
CTR Metropolitana serviços	14.764	**(162)**	**-**	**606**	**15.208**
CTR Santa Luzia	36.958	**(131)**	**-**	**1.316**	**38.143**
Biometano Verde Paulínia	50.084	**-**	**-**	**(1.298)**	**48.786**
Total	112.643	**124**	**-**	**6.781**	**119.548**

	Consolidado				
Investimento	**31/12/2023**	**Reclassificações/ Dividendos**	**Resultados abrangentes (*)**	**Equivalência patrimonial**	**31/12/2024**
Ses Haztec	(158)	-	-	-	(158)
Vamtec Haztec	2.738	(1.592)	-	785	1.931
UTE Paulínia	9.814	(9.574)	-	8.824	9.064
CTR Metropolitana serviços	12.618	-	-	2.146	14.764
CTR Santa Luzia	24.087	32	11.254	1.585	36.958
Biometano Verde Paulínia	49.700	(963)	-	1.347	50.084
Total	98.799	(12.097)	11.254	14.687	112.643

(*) Refere-se ao reconhecimento proporcional de investida não controlada, pelo aporte de fração residual de terreno, gerando um ganho de investimento reflexo.

Composição do saldo: Abaixo, resumo das demonstrações contábeis das controladas diretas e indiretas, controladas indiretas em conjunto e coligada indireta:

Investimento	**Orizon Meio Ambiente**	**Foxx**	**Vamtec Haztec (i)**	**Ses Haztec (i)**	**UTE Paulínia (ii)**	**CTR Metropolitano serviços (iii)**	**Orizon Energia**	**Biometano Verde Paulínia (v)**	**CTR Santa Luzia (iv)**	**Economia Circular**
Patrimônio líquido em:										
30/09/2025	**799.097**	**80.615**	**4.813**	**(315)**	**44.651**	**30.415**	**193.948**	**99.553**	**73.237**	**2.190**
31/12/2024	763.818	75.721	3.862	(316)	27.192	29.528	129.134	102.212	73.916	2.880
Resultado do período findo em:										
30/09/2025	**39.729**	**4.894**	**115**	**-**	**18.299**	**1.213**	**64.813**	**(2.650)**	**2.633**	**951**
31/12/2024	54.271	14.307	1.570	-	26.472	4.292	48.428	2.749	3.170	2.086

(i) A Ses Haztec não possui resultados para o período e exercício apresentados. Adicionalmente, o resultado da Vamtec Haztec já foi reconhecido na Orizon Meio Ambiente, a qual detém participação de 50% nesta investida, tendo efeito apenas no consolidado da ORIZON. (ii) A controlada Orizon Meio Ambiente possui participação de 33,33% na UTE Paulínia. (iii) A controlada indireta Orizon Metropolitana possui participação de 50% na CTR Metropolitana Serviços. (iv) A controlada Orizon Meio Ambiente possui participação de 50% na CTR Santa Luzia. (v) A controlada Orizon Meio Ambiente possui participação de 49% na Biometano Verde Paulinia.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	**31/12/2024**	**30/09/2025**	**31/12/2024**
Investimentos	**1.077.072**	969.911	**119.706**	112.801
Provisão para perdas em investimentos	**-**	-	**(158)**	(158)
Total, líquido	**1.077.072**	969.911	**119.548**	112.643

10. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	Consolidado								
Imobilizado, líquido	**Terrenos**	**Veículos**	**Benfeitorias em imóveis de terceiros (1)**	**Edificações**	**Móveis e utensílios**	**Máquinas e equipamentos**	**Instalações (2)**	**Mais Valia**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	34.265	10.585	10.121	3.897	8.225	103.471	1.648.465	56.995	1.876.024
Saldo oriundo de aquisições de empresas	318	-	-	-	51	90.720	61.423	656	153.168
Adições	-	7	-	248	516	6.203	562.805	23.507	593.286
Baixas	-	(912)	(21)	-	4	(531)	(865)	-	(2.325)
Reclassificações	3.566	(828)	-	(3.566)	(185)	(704)	-	-	(1.717)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	38.149	8.852	10.100	579	8.611	199.159	2.271.828	81.158	2.618.436
Adições	**-**	**940**	**-**	**-**	**593**	**2.212**	**463.019**	**-**	**466.764**
Baixas	**(1.106)**	**(1.180)**	**(3.556)**	**-**	**(3.063)**	**(14.610)**	**(10.188)**	**-**	**(33.703)**
Reclassificações	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(2.281)**	**-**	**(2.281)**
Saldo em 30 de setembro de 2025	**37.043**	**8.612**	**6.544**	**579**	**6.141**	**186.761**	**2.722.378**	**81.158**	**3.049.216**
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(10.151)	(8.783)	(227)	(5.406)	(81.209)	(833.745)	(15.736)	(955.257)
Saldo oriundo de aquisições de empresas	-	-	-	-	(9)	(18.695)	(10.467)	-	(29.171)
Adições	-	(210)	(222)	(16)	(334)	(6.497)	(65.126)	(6.811)	(79.216)
Baixas	-	912	21	-	-	292	(759)	-	466
Reclassificações	-	828	-	-	185	7.680	(7.682)	-	1.011
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(8.621)	(8.984)	(243)	(5.564)	(98.429)	(917.779)	(22.547)	(1.062.167)
Adições	**-**	**(247)**	**(101)**	**(17)**	**(344)**	**(8.020)**	**(69.031)**	**(5.195)**	**(82.955)**
Baixas	**-**	**1.180**	**2.809**	**-**	**2.230**	**8.874**	**18.942**	**-**	**34.035**
Reclassificações	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.024)**	**-**	**(1.024)**
Saldo em 30 de setembro de 2025	**-**	**(7.688)**	**(6.276)**	**(260)**	**(3.678)**	**(97.575)**	**(968.892)**	**(27.742)**	**(1.112.111)**
Imobilizado, líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	38.149	231	1.116	336	3.047	100.730	1.354.049	58.611	1.556.269
Saldo em 30 de setembro de 2025	**37.043**	**924**	**268**	**319**	**2.463**	**89.186**	**1.753.486**	**53.416**	**1.937.105**

(1) De acordo com o prazo dos contratos de aluguel (média de 10% a.a.). (2) Referem-se substancialmente à construção de "células" (unidades) de tratamento de resíduos com depreciação pela vida útil de cada célula, além de investimentos nas plantas de biogás, biometano e energia.

11. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

	Controladora		Consolidado	
Intangível, líquido	**30/09/2025**	**31/12/2024**	**30/09/2025**	**31/12/2024**
Aquisições:				
Ecopesa Ambiental S.A. (i)	**-**	-	**35.235**	35.235
Plastimassa Tecnologia em Tratamento de Resíduos Ltda. (i)	**-**	-	**8.065**	8.065
ETR Gramacho	**-**	-	**2.731**	2.731
SPEs UPI Estre				
Licenças	**-**	-	**315.081**	331.546
Carteira de clientes	**-**	-	**1.880**	2.082
CGR Cuiabá/CGR Ambiental				
Licenças	**-**	-	**52.149**	53.991
Provisão para fechamento de aterro	**-**	-	**(2.045)**	(2.045)
Ecoparque Juazeiro - Licença	**-**	-	**14.168**	5.572
Oeste Ambiental - Licença	**-**	-	**4.907**	5.177
Subtotal - ágios e mais valias relacionados a aquisição de investimentos	**-**	-	**432.171**	442.354
Concessão da CTRNI - alocação de preço de compra	**-**	-	**5.772**	6.232
Concessão da CTRA - alocação de preço de compra	**-**	-	**386**	607
Subtotal - concessões	**-**	-	**6.158**	6.839
Condicionantes das licenças de operação (LOs)	**-**	-	**642**	715
Capitalizações Crédito de carbono OCPC 10	**1.906**	-	**2.620**	**-**
Software	**-**	-	**826**	959
Total	**1.906**	-	**442.417**	450.867

(i) Ágios oriundos de aquisições de investimentos adquiridos entre 2008 e 2009 até 2016 e incorporados nos mesmos períodos. Em função dos ágios serem fundamentados em rentabilidade futura (goodwill), os mesmos são reconhecidos e testados separadamente, a cada ano, em relação aos seus valores recuperáveis.

A movimentação dos intangíveis é como se segue:

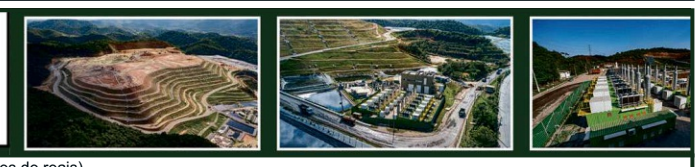
	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	-	465.870
Alocação de preço de compra	-	10.749
Adição de intangíveis	-	197
Amortização - mais-valia de ativos adquiridos	-	(24.848)
Amortização dos intangíveis de concessão	-	(907)
Amortização de outros intangíveis	-	(194)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	450.867
Alocação de preço de compra	**-**	**8.596**
Adição de intangíveis	**-**	**65**
Adição de gastos conforme OCPC 10	**1.906**	**2.620**
Amortização - mais-valia de ativos adquiridos	**-**	**(18.780)**
Amortização dos intangíveis de concessão	**-**	**(754)**
Amortização de outros intangíveis	**-**	**(197)**
Saldo em 30 de setembro de 2025	**1.906**	**442.417**

Perdas por redução ao valor recuperável: No mínimo uma vez ao ano, a Companhia realiza o teste do valor recuperável dos ágios *("goodwill")* gerados nas combinações de negócios através da avaliação do valor em uso, onde os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes dos impostos de forma que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo

ORIZON VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS

Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36



Notas explicativas às informações contábeis trimestrais individuais e consolidadas em 30 de setembro de 2025 - (Em milhares de reais)

CTRNI - Banco ABC Brasil (Consolidado): Em 25 de setembro de 2024, a controlada indireta CTR NI celebrou com o Banco ABC Brasil S.A. o Termo de Emissão da 3ª Série de Notas Comerciais Escriturais, no montante de R$60.000. A dívida vence em 25 de setembro de 2026, em parcela única, com remuneração de 100% do CDI + 2,47% a.a. Os juros são pagos semestralmente, em três parcelas, a partir de 25 de março de 2025. O contrato prevê cláusula de vencimento antecipado, condicionada à manutenção de determinadas obrigações e indicadores financeiros. Em 8 de dezembro de 2022, a mesma controlada firmou com o Banco ABC Brasil uma Cédula de Crédito Bancário (CDB), no valor de R$20.000, com vencimento final em 8 de dezembro de 2026. O principal é amortizado em oito parcelas semestrais de R$5.000, iniciando-se em 9 de janeiro de 2023, com remuneração de 100% do CDI + 2,9183% a.a. Os juros são pagos mensalmente e o contrato também contém cláusula de vencimento antecipado sujeita ao cumprimento de condições predefinidas. As dívidas possuem covenants financeiros e não financeiros usuais a esse tipo de operação. Em 30 de setembro de 2025, a Companhia não apresentava descumprimento de obrigações contratuais. *CTRNI - Banco Safra (Consolidado):* Em 4 de junho de 2024, a controlada indireta CTR NI contratou junto ao Banco Safra S.A. operação de crédito no montante de R$30.000 (equivalente a USD 5.718, à taxa de câmbio de R$5,25 na data da contratação), por meio da emissão de Cédula Única de Crédito Internacional. A dívida é remunerada à taxa fixa de 8,11% a.a., em moeda estrangeira, e será amortizada em oito parcelas trimestrais de R$3.751 (USD 715), com vencimentos entre 03 de setembro de 2024 e 26 de maio de 2026. Por se tratar de obrigação denominada em moeda estrangeira, a Companhia contratou swap de proteção cambial, resultando em taxa final equivalente a CDI + 2,3% a.a. A operação contém covenants financeiros e não financeiros usuais para esse tipo de transação. Em 30 de setembro de 2025, a Companhia não apresentava descumprimento de obrigações contratuais. *CTRNI - Banco do Brasil / Notas Comerciais Escrituradas (Consolidado):* Em 29 de abril de 2024, a controlada indireta CTR NI contratou junto ao Banco do Brasil S.A. operação de crédito no montante de R$15.000, com remuneração de CDI + 2,21% a.a., por meio de Cédula Única de Crédito. Em 24 de junho de 2024, foi contratada nova operação no valor de R$50.000, remunerada por CDI + 2,27% a.a., com vencimento final em junho de 2027. Essas operações foram integralmente liquidadas no terceiro trimestre de 2025, com recursos provenientes da emissão de Notas Comerciais Escrituradas realizada em 30 de julho de 2025, no montante de R$65.000. O instrumento possui prazo de 5 anos, vencendo em 15 de julho de 2030, com pagamento mensal de juros e amortização do principal a partir de agosto de 2025, e remuneração de 100% do CDI + 1,97% a.a. A captação teve como objetivo o refinanciamento das dívidas com vencimento entre 2026 e 2027 e a redução do custo de capital do grupo. A operação contém covenants financeiros e não financeiros usuais a esse tipo de transação. *CTR NI - Banco Votorantim (Consolidado):* Em 1º de abril de 2024, a controlada indireta CTRNI contratou junto ao Banco Votorantim S.A. operação no montante de R$65.000, por meio da emissão de Notas Comerciais Escriturais - Série Única, com remuneração de 100% do CDI + 2,65% a.a. Essa dívida foi integralmente liquidada em fevereiro de 2025, no valor atualizado de R$51.614. Em 27 de fevereiro de 2025, a CTRNI firmou nova emissão de Notas Comerciais Escriturais - Série Única, no valor de R$80.000, com remuneração de 100% do CDI + 2,5% a.a. A amortização ocorrerá em cinco parcelas semestrais de R$16.000, com vencimentos entre fevereiro de 2025 e fevereiro de 2028. O instrumento prevê cláusula de vencimento antecipado condicionada à manutenção de determinadas obrigações financeiras e societárias. A operação contém covenants financeiros e não financeiros usuais a esse tipo de transação. *Orizon Biometano Jaboatão - Notas Comerciais - Banco do Nordeste (Consolidado):* No quarto trimestre de 2024, a controlada Orizon Biometano Jaboatão S.A. contratou junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") financiamento no valor total de R$266.791, destinado à implantação do projeto de biometano de Jaboatão dos Guararapes (PE). O primeiro desembolso, no montante de R$181.000, ocorreu em 30 de dezembro de 2024, e R$5.754 adicionais foram liberados no primeiro semestre de 2025, totalizando R$186.754 desembolsados até 30 de setembro de 2025. O contrato possui prazo de 15 anos, com carência de principal de 3 anos e vencimento final em 15 de dezembro de 2039. A operação é remunerada pelo IPCA + 3,8831% a.a., podendo atingir IPCA + 3,30% a.a. mediante bônus de adimplência. Os pagamentos de juros são trimestrais, com início previsto em 15 de janeiro de 2028. Como garantia, foi emitida carta de fiança bancária junto ao Banco Itaú S.A., em benefício do BNB. *Orizon Biometano Jaboatão - Notas Comerciais - Banco do Nordeste (Consolidado):* Em 30 de setembro de 2025, não havia obrigações contratuais descumpridas relacionadas a esta operação. O projeto integra o plano de expansão da Companhia no segmento de biometano, reforçando seu portfólio de ativos de energia renovável. *Orizon Meio Ambiente - Assunção de dívida - Banco Bradesco (Consolidado):* Em junho de 2020, a Orizon Meio Ambiente S.A. assumiu dívida originalmente contratada pela então acionista Synthesis junto ao Banco Bradesco S.A., no valor de R$19.756. A operação teve como objetivo substituir a estrutura de endividamento existente, pela qual a Orizon era devedora da Synthesis e esta, do Bradesco, resultando em relação direta entre a Companhia e o banco. O contrato previa 12 parcelas mensais de R$327, quitadas logo após a assinatura, e um saldo remanescente com vencimento final em abril de 2029, englobando principal e juros. A dívida é remunerada a 0,08% ao mês (equivalente a 1% a.a.), acrescida de 100% do CDI, com atualização mensal. A operação permanecia adimplente em 30 de setembro de 2025. *Orizon Meio Ambiente - Emissão de novas debêntures - 4ª e 6ª Emissões(Consolidado):* Em 16 de novembro de 2021, a Orizon Meio Ambiente S.A. realizou sua 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, no montante total de R$500.000, sendo R$250.000 por série. Os recursos foram destinados à amortização de emissões anteriores e ao financiamento de projetos de infraestrutura nos ecoparques de Barra Mansa, Nova Iguaçu e São Gonçalo. As debêntures possuíam carência de principal até novembro de 2023, com amortizações semestrais a partir dessa data. A série remunerada a CDI + 3,80% a.a. vence em 15 de novembro de 2031, e a série remunerada a IPCA + 6,76% a.a. vence em 15 de novembro de 2035, classificadas como debêntures de infraestrutura. O instrumento da 4ª emissão prevê covenants financeiros e não financeiros, incluindo limites de alavancagem, cobertura de juros e índice de serviço da dívida, além de obrigações de reporte e manutenção de garantias. Entre as principais condições: • Dívida Líquida / EBITDA: até 4,5x, reduzindo-se gradualmente até 3,5x; • EBITDA / Despesa Financeira: mínimo de 2,0x; • Índice de Cobertura do Serviço da Dívida: mínimo de 1,25x; • Manutenção da listagem na CVM - Tipo B e entrega das demonstrações financeiras auditadas dentro dos prazos regulamentares; • Proibição de cessão de obrigações e restrições à extinção antecipada de contratos de concessão das controladas garantidoras. Em 22 de setembro de 2025, a Companhia concluiu a 6ª emissão de debêntures simples, em série única, no montante de R$400.000. Os recursos foram utilizados para amortizar integralmente a série remunerada a CDI + 3,80% a.a. da emissão anterior e reforçar a estrutura de capital da Companhia. A quitação foi realizada no valor de R$242.026, acrescida de prêmio por resgate antecipado de R$5.974, e reconhecido no resultado do período o montante de R$8.560 referente a custos diferidos da captação original. A 6ª emissão tem prazo de 10 anos, carência de principal até setembro de 2031 e amortizações semestrais entre 2026 e 2035, com remuneração de CDI + 1,45% a.a. O instrumento prevê covenants financeiros e não financeiros usuais, com obrigações menos restritivas que as emissões anteriores, refletindo o estágio de maturidade atual da Companhia e seu perfil de crédito consolidado. *Orizon Meio Ambiente - Emissão de novas debêntures - 5ª Emissão (Consolidado):* Em 11 de novembro de 2022, a Orizon Meio Ambiente S.A. realizou sua 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória adicional, em série única, no montante total de R$400.000. Os recursos foram destinados ao refinanciamento de dívidas existentes da Companhia e financiamento do plano de expansão da OMA e de suas controladas. As debêntures possuem carência de principal até dezembro de 2025, com amortizações mensais a partir de novembro de 2028 e vencimento final em novembro de 2030. A remuneração é de 100% do CDI + 2,4% a.a. A Escritura da 5ª emissão estabelece covenants financeiros e não financeiros em linha com os previstos na 4ª emissão, abrangendo limites de alavancagem, cobertura de juros e obrigações de reporte financeiro e manutenção de garantias. Em 30 de setembro de 2025, as obrigações decorrentes da 5ª emissão permaneciam adimplentes. *Celebração de contrato de financiamento com a International Finance Corporation ("IFC"):* Em 30 de junho de 2023, a Orizon Meio Ambiente S.A. celebrou contrato de financiamento com a International Finance Corporation (IFC), instituição do Grupo Banco Mundial voltada ao apoio do setor privado. O financiamento, no montante de R$130.000, foi desembolsado em 4 de setembro de 2023 e tem como finalidade reforçar a estrutura de capital e financiar projetos de expansão e eficiência operacional, com destaque para sistemas de triagem mecanizada e estações de tratamento de chorume. O contrato possui prazo final em 15 de abril de 2031, com carência de principal de 1 ano e pagamentos semestrais de juros e amortização a partir de 2025. A operação é regida por covenants financeiros e não financeiros usuais, incluindo limites de alavancagem (Dívida Líquida/ EBITDA ≤ 4,0x) e cobertura de juros (EBITDA/Despesas Financeiras ≥ 2,0x), além de obrigações de reporting financeiro e manutenção de garantias. Em 30 de setembro de 2025, a operação permanecia adimplente e em conformidade com os limites contratuais. *Barueri Energia (Primeiro Projeto de Waste-to-Energy do Brasil) - Debêntures:* Em 15 de junho de 2024, a Barueri Energia S.A. realizou 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis, com garantia real e fidejussória adicional, em série única, no montante de R$395.000. A aprovação societária ocorreu em 2 de julho de 2024 e a oferta pública foi destinada a investidores qualificados, sob registro automático conforme Resolução CVM 160. Condições financeiras: • Vencimento final: 15/03/2043 (prazo de 18 anos e 9 meses a partir da emissão). • Carência: 3 anos para juros e principal. • Remuneração: IPCA + 7,7959% a.a. (base 252 dias úteis). Destinação dos recursos: Implantação da usina de recuperação energética (Waste-to-Energy) de Barueri, com 20 MW de potência e capacidade de tratamento de ~870 t/dia de RSU. Características adicionais: • Títulos incentivados (Lei 12.431/11) e enquadrados como "debêntures verdes", com segunda opinião independente alinhada aos Green Bond Principles. • Rating S&P: brAAA-, perspectiva estável. • A oferta foi integralizada em 07/08/2024, totalizando R$395.000. A emissão contempla covenants financeiros e não financeiros usuais a esse tipo de operação. Em 30/09/2025, não havia obrigações contratuais descumpridas. *5ª Emissão de Debêntures Simples - Não Conversíveis em Ações - Aditamento à 4ª Emissão*: Em 30 de janeiro de 2015, a Companhia realizou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantias reais e fidejussórias adicionais, no montante total de R$150.000, em série única, com prazo de 7 anos e remuneração de 100% da variação do CDI acrescida de spread entre 2,50% e 4,00% a.a., conforme o índice de Dívida Líquida/EBITDA. As debêntures previam carência de 24 meses para pagamento de juros e principal, com amortizações trimestrais em 21 parcelas a partir de janeiro de 2017, e vencimento original em janeiro de 2022. Em 2021, foi obtido waiver junto aos debenturistas, com validade até novembro de 2023, suspendendo o vencimento da dívida até a repactuação definitiva. Em 26 de dezembro de 2022, foi celebrado Term Sheet entre a Orizon Meio Ambiente (credora) e a Orizon Valorização de Resíduos (devedora), formalizando a repactuação da 5ª emissão, com novo fluxo de pagamento entre dezembro de 2024 e dezembro de 2032, mantendo-se as condições financeiras e cláusulas restritivas originais. Ainda em dezembro de 2022, foi firmada a quitação integral da 4ª emissão de debêntures simples, no valor de R$305.964, correspondente ao valor de face atualizado de R$381.912, líquido do ajuste a valor justo (AVJ) de R$75.948. A operação gerou a reversão de AVP e impostos diferidos no valor de R$59.060, com efeito neutro no resultado consolidado. Em 26 de dezembro de 2024, a Companhia quitou parcela de R$64.262 da 5ª emissão, com dedução de AVJ de R$9.869 e reconhecimento dos respectivos efeitos fiscais diferidos. Arrendamentos (Consolidado): A Companhia e suas controladas mantêm contratos de arrendamento mercantil firmados no curso normal das operações. Na aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS 16, são adotados os seguintes expedientes práticos: • Utilização de taxa de desconto real única de 9,5% a.a., em linha com o custo médio ponderado de capital da Companhia; • Aplicação das isenções de reconhecimento para arrendamentos com prazo inferior a 12 meses e de baixo valor, cujos pagamentos são reconhecidos como despesa linear durante o período contratual; • Consideração de informações retrospectivas observáveis para determinação do prazo de arrendamento, incluindo opções de renovação ou rescisão contratual. *Orizon Meio Ambiente - Banco Safra (Consolidado):* Em 18 de outubro de 2022, a Orizon Meio Ambiente S.A. celebrou dois contratos de arrendamento mercantil financeiro com o Banco Safra S.A., totalizando R$9.667. Os contratos referem-se ao arrendamento de unidades de tratamento de chorume em operação nos ecoparques, utilizando tecnologia de osmose reversa. O passivo será amortizado em 48 parcelas mensais, com vencimento entre novembro de 2022 e outubro de 2026, e remuneração de 2,86% a.a. Os contratos preveem cláusulas usuais de vencimento antecipado, vinculadas ao inadimplemento de parcelas e ao descumprimento de obrigações acessórias, como tributos e encargos contratuais. *Orizon Meio Ambiente -Société Générale Equipment Finance S.A. (Consolidado):* Em 17 de agosto de 2023, a Orizon Meio Ambiente S.A. firmou contrato de arrendamento mercantil financeiro com a Société Générale Equipment Finance S.A., destinado à aquisição de uma central de sucção e queima de biogás, no valor de R$7.337. O financiamento será liquidado em 48 parcelas mensais de aproximadamente R$135, com vencimento entre outubro de 2023 e setembro de 2028, e remuneração equivalente a CDI + 3,0% a.a. A movimentação dos arrendamentos reconhecidos conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 para 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é apresentada a seguir (em R$ mil):

	Leasing
Saldo em 1º de janeiro de 2024	52.386
Adição de novos contratos no período - IFRS 16	117.412
Baixa de contratos no período - IFRS 16	(8.731)
Pagamento de principal	(54.281)
Pagamento de juros	(4.358)
Juros apropriados no período	5.273
Saldo em 31 de dezembro de 2024	107.701
Adição de novos contratos no período - IFRS 16	**34.665**
Baixa de contratos no período - IFRS 16	**(23.457)**
Pagamento de principal	**(39.277)**
Pagamento de juros	**(5.629)**
Juros apropriados no período	**5.904**
Saldo em 30 de setembro de 2025	**79.907**
Circulante	**37.700**
Não circulante	**42.207**

A Companhia mantém diversos contratos de arrendamento relacionados principalmente à locação de máquinas, equipamentos, veículos, geradores e purificadores de gases, utilizados nas operações dos ecoparques. Esses contratos possuem prazos de até 10 anos e estão registrados na rubrica de Direito de Uso, conforme o IFRS 16, totalizando R$79.907 mil em 30 de setembro de 2025 (R$107.071 mil em 31 de dezembro de 2024). Cronograma de pagamentos (consolidado):Em 30 de setembro de 2025, os saldos dos arrendamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

	Consolidado
2026	**9.747**
2027	**9.757**
2028	**3.738**
2029	**1.715**
2030 em diante	**17.250**
Total	**42.207**

Ativo de direito de uso (Consolidado): Os ativos classificados como direito de uso são referentes principalmente à contratos de locação de equipamentos e terrenos para operações nos aterros sanitários e projetos.

Em 30 de setembro de 2025, as movimentações e informações de saldos de ativos de direito de uso estão detalhadas no quadro abaixo:

	Consolidado
Saldo em 1° de janeiro de 2024	40.670
Adições no exercício	117.412
Baixa de contratos no período - IFRS 16	(8.731)
Amortização do direito de uso no exercício	(50.802)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	98.549
Adição de novos contratos - IFRS 16	**34.665**
Baixa de contratos no período - IFRS 16	**(23.457)**
Amortização do direito de uso no período	**(36.735)**
Saldo em 30 de setembro de 2025	**73.022**

Direito de PIS e COFINS a recuperar (Consolidado): A Companhia possui direito de PIS e COFINS a recuperar incidente sobre as contraprestações de arrendamentos. Na mensuração dos fluxos de caixa dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS e COFINS sobre fluxo contratual bruto, em 30 de setembro de 2025 de R$3.232 (R$5.021 em 31 de dezembro de 2024).

13. FORNECEDORES

Esta rubrica registra os saldos em aberto junto a fornecedores de serviços, materiais e equipamentos, relacionados às operações em curso e aos investimentos em novas unidades e projetos. Em 30 de setembro de 2025, o saldo consolidado era de R$138.488 mil (R$106.723 mil em 31 de dezembro de 2024). O aumento reflete, principalmente, o avanço dos investimentos nas plantas de biometano e na usina WtE de Barueri. A seguir, estão demonstrados os saldos em aberto para 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Fornecedores	**3.471**	419	**138.488**	106.723

14. OUTORGAS A PAGAR (CONSOLIDADO)

Referem-se aos valores correspondentes de 2% a 10% sobre as receitas de serviços prestados pelos aterros sanitários (CTRNI, CTRA CTRBM e URE-JP) para outros clientes que não o poder concedente.

Aterro sanitário	Percentual da outorga	30/09/2025	31/12/2024
Orizon Meio Ambiente	10%	**102**	102
CTRNI	6%	**4.477**	2.814
CTRA	2%	**4.681**	4.219
CTRBM	6%	**5.503**	4.767
URE-JP	10%	**293**	600
Total		**15.056**	12.502

15. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Salários e honorários a pagar	**648**	649	**5.414**	4.871
INSS a recolher	**354**	350	**6.517**	7.590
FGTS a recolher	**5**	5	**1.019**	1.026
Provisão e encargos sobre férias	**103**	73	**16.086**	14.937
Provisão e encargos sobre 13° salário	**50**	-	**7.979**	-
IRRF sobre salários	**653**	660	**2.730**	2.823
Outros	**1**	-	**982**	846
Total	**1.814**	1.737	**40.727**	32.093

16. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS (CONSOLIDADO)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
IRRF (2)	**6.526**	8.123	**6.526**	8.123
INSS (1)	**381**	486	**7.065**	6.951
ISS	**-**	-	**4**	20
ICMS (1)	**-**	-	**636**	856
COFINS (1)	**2.346**	2.906	**12.388**	17.338
IRPJ (1)	**-**	-	**11.706**	15.061
CSLL (1)	**-**	-	**4.241**	5.648
PIS (1)	**382**	473	**3.199**	4.291
PERT	**4**	12	**5.243**	7.542
Total	**9.639**	12.000	**51.008**	65.830
Circulante	**387**	3.391	**21.136**	24.544
Não circulante	**9.252**	8.609	**29.872**	41.286

(1) No 4° trimestre de 2020, houve homologação de parcelamento de impostos federais no montante de R$14.222, com vencimento em até 60 parcelas da controlada direta Orizon Meio Ambiente e controladas indiretas CTRNI, CTRBM, CTRA, ETR e URE-JP. Ao longo de 2021, estas mesmas empresas aderiram a novos parcelamentos no montante aproximado de R$14.000, nas mesmas condições dos parcelamentos firmados em 2020. Em 2022, houve adesão a novos parcelamentos em decorrência de planejamento tributário e necessidade de capital de giro, com inclusão do INSS nos montantes parcelas. (2) No primeiro trimestre de 2023, a Companhia parcelou o IRRF sobre o pagamento baseado em ações.

A maior parte dos saldos de parcelamentos possui entre vencimento até 2027, cuja remuneração ocorre pela taxa Selic. Cronograma de pagamentos: Em 30 de setembro de 2025, os saldos dos parcelamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

2026	**4.481**
2027	**8.962**
2028	**8.962**
2029 em diante	**7.467**
Total	**29.872**

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda provável: Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia está exposta a reclamações trabalhistas, fiscais e cíveis. Para cada processo ou exposição a processo, a Administração efetua uma avaliação da probabilidade de que sua decisão final possa resultar em uma perda para a Companhia e, portanto, com base nesta avaliação, foram registradas provisões para cobrir as prováveis perdas trabalhistas, fiscais e cíveis. Pela análise da Administração e seus consultores jurídicos externos, a posição das contingências prováveis e provisionadas é a seguinte:

	Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024
Trabalhistas	**3.074**	6.796
Cíveis	**5.365**	4.912
Tributárias	**7.437**	7.383
Total	**15.876**	19.091

As movimentações das contingências estão resumidas a seguir:

	Consolidado			
	Trabalhistas	Tributários	Cível	Total
Saldo em 1° de janeiro de 2024	11.210	7.322	2.945	21.477
Adições/Reversões	(4.270)	166	2.597	(1.507)
Pagamentos	(144)	(105)	(630)	(879)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.796	7.383	4.912	19.091
Adições/Reversões	**(3.161)**	**133**	**915**	**(2.113)**
Pagamentos	**(561)**	**(79)**	**(462)**	**(1.102)**
Saldo em 30 de setembro de 2025	**3.074**	**7.437**	**5.365**	**15.876**

As reclamações trabalhistas estão relacionadas, substancialmente, ao pagamento de horas extras, adicional de transferência, dentre outros pleitos, frequentemente ligados a disputas sobre o montante de compensação pago sobre as demissões. Os processos cíveis provisionados, estão relacionados principalmente à controlada indireta Barueri Energia, referentes a litígios com fornecedores na implantação de projeto para a planta de waste-to-energy, cujos saldos estão substancialmente suportados por depósitos judiciais. A Companhia continua defendendo seus interesses em todos os litígios descritos anteriormente, e constituiu provisão para riscos relacionados aos processos considerados como de perdas prováveis em que a Companhia é impetrada (natureza passiva) dos processos. b) Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda possível: Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os processos considerados como de probabilidade de perda possível pela Administração e por seus assessores legais externos, não provisionados nas Demonstrações financeiras são conforme quadro abaixo:

Natureza dos processos	Consolidado 30/09/2025	31/12/2024
Cível	**136.321**	126.083
Trabalhista	**27.848**	18.938
Tributário	**347.080**	313.405
Total	**511.249**	458.426

1) *Cível:* • Incidente de desconsideração da personalidade jurídica com o objetivo de incluir a Companhia no polo passivo na demanda principal. • Execução de crédito, decorrente de Contrato de Representação Comercial. • Ação popular ajuizada em face da Companhia alegando irregularidades em processo licitatório. • Ação indenizatória objetivando a condenação das rés ao pagamento de indenização, referente ao suposto descumprimento do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças. • Auto de Infração lavrado por suposto lançamento de efluentes no corpo hídrico. *2) Trabalhista:* • Reclamação Trabalhista que versa sobre pagamento de verbas rescisórias por ex-funcionários. *3) Tributário:* • Auto de infração lavrado para cobrança de valores a título de IRPJ, IRRF, PIS/PASEP, COFINS, CSLL, Multa Isolada, Cide Remessas decorrentes de suposta dedução de despesas indevidas no período fiscalizado. • Auto de infração lavrado em razão de fiscalização em face da empresa, para a cobrança de valores a título de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, sob suposta utilização incorreta do percentual de presunção para apuração dos mesmos. • Autos de infração de IRPJ/CSLL, apurados com base no lucro presumido, referente ao ano calendário de 2016 e 2017. De acordo com a fiscalização, a empresa teria infringido a legislação tributária ao aplicar os percentuais de presunção sobre a receita bruta de 8% para a apuração do IRPJ e 12% para a CSLL, ao invés do percentual de 32%. • Auto de infração lavrado em razão de fiscalização em face da empresa, para a cobrança de valores a título de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, sob suposta utilização incorreta do percentual de presunção para apuração dos mesmos. c) Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais estão vinculados, principalmente, a causas trabalhistas, além de bloqueios judiciais de saldos bancários em processos cíveis e estão classificados no ativo não circulante. Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os saldos estão apresentados no quadro abaixo:

	Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024
Depósitos judiciais	**6.066**	6.066

A Barueri Energia Renovável é objeto de Ação de Execução de Título Extrajudicial, ajuizada por fornecedor, requerendo o pagamento decorrente de acordo comercial e contrato celebrado entre as partes.

18. ADIANTAMENTO DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

Os saldos em aberto referem-se principalmente à adiantamentos recebidos de clientes para prestação de serviços de tratamento e destinação final de resíduos, cujas compensações ocorrem na medida em que os serviços são realizados e faturados. Abaixo, movimentação dos saldos de adiantamentos de clientes:

Saldo em 1° de janeiro de 2024	3.976
Adiantamentos recebidos	167.310
Compensações	(12.725)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	158.561
Adiantamentos recebidos	**87.488**
Compensações	**(92.359)**
Saldo em 30 de setembro de 2025	**153.690**

Em 25 de setembro de 2024, a UTE Paraíba e UTE Pernambuco firmaram contrato de compra e venda de energia elétrica, nos montantes de R$30.000 e R$120.000, respectivamente. Os contratos preveem que a entrega de energia ocorrerá a partir de 01 de janeiro de 2026 até 31 de dezembro de 2027. Em virtude deste contrato, foi antecipado o montante total de R$150.000 ainda em setembro de 2024.

19. CONTAS A PAGAR

Aquisição de empresas: *Aquisição SPEs - UPI Estre:* Conforme detalhado na nota 1, em 19 de abril de 2022 a controlada Orizon Meio Ambiente concluiu o processo de aquisição da UPI Aterros. A movimentação do saldo remanescente está apresentada abaixo: O montante foi integralmente liquidado no primeiro trimestre de 2025:

	Fluxo de pagamento - Aquisição SPEs UPI Estre
Saldo em 1° de janeiro de 2024	36.706
Pagamentos realizados e janeiro a dezembro/2024	(38.750)
Ajuste a valor presente	6.941
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.897
Pagamentos realizados e janeiro a setembro2025	**(5.000)**
Ajuste a valor presente	**103**
Saldo em 30 de setembro de 2025	**-**

Adicionalmente, nesta rubrica há montante de R$967 em 30 de setembro de 2025, referente a saldo residual da CTR Santa Luzia. Os saldos estão integralmente classificados no passivo circulante.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 30 de setembro de 2025 o capital social da Companhia é de R$1.191.127, representado por 96.127 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, subscritas e totalmente integralizadas, com a seguinte composição acionária: A tabela abaixo apresenta a composição do capital social em 30 de setembro de 2025:

Acionista	Quantidade de ações (mil)	Percentual de participação (%)
Acionistas de referência	**41.727**	**43,41%**
Hix Investimentos Ltda ("HIX") (1)	**5.710**	**5,94%**
Tarpon	**4.895**	**5,09%**
Free Float	**43.795**	**45,56%**
Total	**96.127**	**100%**

(1) A participação acionária da Hix Investimentos Ltda corresponde à última informação disponível no Formulário de Referência divulgado pela Companhia até a data-base destas demonstrações financeiras.

A tabela abaixo apresenta a composição do capital social em 31 de dezembro de 2024:

Acionista	Quantidade de ações (mil)	Percentual de participação (%)
Acionistas de referência	36.363	43,84%
Hix Investimentos Ltda ("HIX")	4.203	5,07%
Free Float	42.385	51,09%
Total	82.951	100%

Emissão de novas ações: Em 29 de abril de 2025, a Companhia anunciou, por meio de Fato Relevante, o lançamento de sua oferta pública de ações (follow-on), concluída em 14 de maio de 2025. A oferta foi composta por uma tranche primária de 5.705.395 ações e por hot issue de 7.470.587 ações, ao preço de R$48,20 por ação, totalizando uma captação de R$635 milhões. A operação foi ancorada pela Circular Holding - veículo formado pelos atuais acionistas de referência na época da oferta e pela eB Capital - que subscreveu integralmente a tranche primária e parte da hot issue, totalizando um investimento de R$400 milhões e aproximadamente 63% da oferta. Os acionistas participantes concordaram com lock-up de dois anos (a partir da divulgação do anúncio de início da oferta) e foram contemplados com bônus de subscrição na razão de 1:1, exercíveis em até 120 dias após o término do lock-up de 24 meses, a R$52,93 por ação. Os recursos da oferta serão destinados ao fortalecimento da estrutura de capital e à execução da estratégia de crescimento orgânico e inorgânico da Companhia. b) Reserva de capital: b.1) Ágio na emissão de novas ações: Em 7 de fevereiro de 2013, a Companhia adquiriu, por meio de troca de ações com a Inovatec S.A., participação integral na Foxx Holding. A mensuração do investimento foi feita levando-se em consideração o valor do patrimônio líquido da Foxx Holding em 31 de março de 2012, que apresentava o montante de R$2.815. Contudo, quando do efetivo reconhecimento do investimento na Companhia, o patrimônio líquido da Foxx. Holding passou a ser de R$5.838, gerando um aumento de R$3.023 em relação ao patrimônio líquido inicial. Este valor foi reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia como ágio na emissão de novas ações. b.2) *Outras reservas: Conversão de instrumentos patrimoniais - Debêntures Conversíveis:* Em 1° de janeiro a de 2013, a Companhia possuía o montante de R$133.898 de instrumentos patrimoniais - debêntures conversíveis. Em 07 de fevereiro de 2013, o Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus, na qualidade de debenturista da Companhia, converteu parcialmente em ações no valor de R$103.021 as debêntures de sua titularidade, remanescendo ainda o saldo de R$30.877. *Recursos excedentes captados na oferta pública de ações:* Em 11 de fevereiro de 2021, a Companhia formalizou o aumento de capital social no montante de R$381.400 mediante a emissão de 17.336 novas ações ordinárias, no valor unitário de R$22,00, passando a quantidade de ações de 54.164 para 71.500 e montante de R$544.323 para R$844.323. Estas novas ações foram objeto da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias. A Oferta Pública de Ações da Companhia ocorreu 17 de fevereiro de 2021 com preço de R$22,00 por ação ordinária (ORVR3), tendo a Companhia captado o valor bruto de R$381.400 e recebido o valor de R$359.977 líquido dos custos da transação. Uma vez que o aumento autorizado do capital social foi de R$300.000, o montante excedente de R$81.400 foi alocado na rubrica de reserva de capital no patrimônio líquido. *Ganho de capital em transação com sócios:* Em 22 de dezembro de 2022, a Orizon alienou 20% do capital social da Barueri Energia Renovável, gerando um ganho líquido de R$28.313. Uma vez que esta transação não gerou perda de controle, o resultado positivo da transação foi alocado no patrimônio líquido, na rubrica de outras reservas de capital. *Pagamento baseado em ações:* Adicionalmente, 589 (mil) ações, valorizadas a R$23.386, foram utilizadas para a quitação da dívida referente a pagamento baseado em ações. c) Ajuste de avaliação patrimonial: Representa o valor reflexo na Companhia do custo atribuído de R$10.359 ao terreno localizado na cidade de Barra Mansa - RJ, líquido dos efeitos tributários, refletido nas Demonstrações financeiras Individuais na data de transição em 1º de janeiro de 2009. Em 2010, na adoção inicial das novas normas, o terreno que estava mensurado ao custo de aquisição de R$1.304, foi reavaliado para R$16.999, gerando um efeito bruto de R$15.695 (R$10.359 líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, pela aplicação da alíquota fiscal de 34%). d) Distribuição de dividendos: O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios da ordem de 5%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, após a destinação de 5% para a reserva legal, conforme previsão legal. e) Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação: Nos períodos de seis e três meses em 30 de setembro de 2025 e 2024, o resultado por ação da Companhia é conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Lucro (Prejuízo) do período	**40.812**	71.433	**50.542**	82.609
Quantidade de ações ordinárias	**96.127**	82.951	**96.127**	82.951
Prejuízo básico e diluído por ação	**0,42**	0,86	**0,53**	1,00
Quantidade de ações potenciais diluidoras em períodos futuros com lucro(1)	**96.127**	82.951	**96.127**	82.951

e) Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação:

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024
Lucro (Prejuízo) do período	**23.288**	37.084	**27.342**	41.256
Quantidade de ações ordinárias	**13.176**	82.951	**13

ines249

ORIZON
VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS

Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36

Notas explicativas às informações contábeis trimestrais individuais e consolidadas em 30 de setembro de 2025 - (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Despesas financeiras	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Ajuste a valor presente/ justo (*)	-	(1.825)	(5.863)	(10.187)
Variação cambial passiva	-	(49)	(6.253)	(2.305)
Juros de empréstimos e financiamentos	(63.591)	(51.083)	(198.878)	(123.301)
Multa e juros	(557)	(328)	(7.522)	(11.226)
Desconto concedido	-	-	(2.014)	(539)
Amortização de gastos na captação de recursos (**)	-	-	(8.561)	-
Custo de pré-pagamento de dívida - Prêmio (**)	-	-	(5.974)	-
Outras despesas financeiras	(325)	(566)	(2.461)	(3.809)
Total	(64.473)	(53.851)	(237.526)	(151.367)
Resultado financeiro, líquido	(47.021)	(52.426)	(157.645)	(121.713)

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2025 a	01/07/2024 a	01/07/2025 a	01/07/2024 a
Receitas financeiras	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Ajuste a valor presente/ justo (*)	1.430	-	371	1.337
Variação cambial ativa	2	205	996	352
Rendimentos de aplicações financeiras	10.706	-	34.368	7.601
Descontos financeiros obtidos	-	-	195	2
Outras receitas financeiras	485	60	4.126	1.631
PIS e COFINS sobre receita financeira	(559)	(5)	(3.943)	(1.580)
Total	12.064	260	36.113	9.343
Despesas financeiras				
Ajuste a valor presente/ justo (*)	-	(619)	(1.081)	(6.077)
Variação cambial passiva	-	(49)	(827)	(2.305)
Juros de empréstimos e financiamentos	(23.917)	(17.917)	(68.203)	(43.086)
Multa e juros	(194)	(138)	(2.769)	(3.631)
Desconto concedido	-	-	(1.943)	467
Amortização de gastos na captação de recursos (**)	-	-	(8.561)	-
Custo de pré-pagamento de dívida - Prêmio (**)	-	-	(5.974)	-
Outras despesas financeiras	(232)	(360)	(510)	(1.444)
Total	(24.343)	(19.083)	(89.868)	(56.076)
Resultado financeiro, líquido	(12.279)	(18.823)	(53.755)	(46.733)

(*) O montante alocado nesta rubrica não representa impacto de caixa, mas ajustes temporais de recursos pelos efeitos de correções monetárias. (**) Estes montantes estão relacionados ao custos e baixas financeiros incorridos no pré-pagamento de debêntures no 3° trimestre de 2025.

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais reportáveis do Grupo estão apresentados no quadro abaixo:

	Consolidado 30/09/2025			
	Destinação Final	Transição Energética	Economia Circular	Total
Receita operacional líquida	604.092	121.707	60.232	786.031
Custo dos serviços prestados	(227.516)	(26.512)	(50.377)	(304.405)
Lucro bruto antes da depreciação	376.576	95.195	9.855	481.626
Custos de depreciação				(119.870)
Lucro bruto				361.756
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas				(138.958)
Outras receitas, líquidas				(4.244)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência patrimonial				218.554
Resultado financeiro				
Receitas financeiras				79.881
Despesas financeiras				(237.526)
Resultado financeiro, líquido				(157.645)
Resultado de equivalência patrimonial				6.781
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social				67.690
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente				(20.009)
Diferido				2.861
Lucro líquido do período				50.542

Em 30 de setembro de 2025, a receita operacional líquida proveniente da destinação e tratamento de resíduos, apresentada no segmento de Destinação Final, totalizou R$535.278 (R$182.317 no trimestre findo em 30 de setembro de 2025). Em relação ao lucro bruto antes da depreciação, a Companhia registrou, no mesmo período, o montante de R$318.401 (R$107.550 no trimestre findo em 30 de setembro de 2025), com margem de 59,48%.

	Consolidado (Reapresentado) 30/09/2024			
	Destinação Final	Transição Energética	Economia Circular	Total
Receita operacional líquida	564.404	50.825	58.038	673.267
Custo dos serviços prestados	(207.891)	(2.767)	(59.064)	(269.722)
Lucro bruto antes da depreciação	356.513	48.058	(1.026)	403.545
Custos de depreciação				(88.115)
Lucro bruto				315.430
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas				(117.701)
Outras receitas, líquidas				16.340
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência patrimonial				214.069
Resultado financeiro				
Receitas financeiras				29.654
Despesas financeiras				(151.367)
Resultado financeiro, líquido				(121.713)
Resultado de equivalência patrimonial				12.039
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social				104.395
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente				(26.097)
Diferido				4.311
Lucro líquido do período				82.609

25. COMPROMISSOS (CONSOLIDADO)

Barueri Energia - Entrega de energia em atendimento à leilão: Em 2021, a Companhia participou e se sagrou vencedora de dois leilões de geração de energia promovidos pelo governo federal. A partir de 2027, a Companhia comercializará anualmente 105.000 MWh, o equivalente a 75% de sua capacidade, a um preço atualizado de R$613,64/MWh, totalizando cerca de R$1,3 bilhão para o período de 20 anos, corrigido anualmente pelo IPCA. A Companhia terá uma potência instalada de 20 MWe, com capacidade de recebimento de aproximadamente 300 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos por ano. Atualmente, a planta encontra-se ainda em fase de construção, com previsão de conclusão ao longo do exercício de 2026. Créditos de carbono - Certificação e entrega de créditos de carbono: A Companhia através de suas controladas indiretas, possui compromisso para entrega de créditos de carbono, conforme detalhamento na nota 5. Fornecimento de Biogás: *Investidas indiretas - CTRNI e CTRA:* A Companhia através de suas controladas indiretas, possui contratos firmados vigentes até 2034 para fornecimento de biogás extraído das operações nos ecoparques de Nova Iguaçu e São Gonçalo. Os contratos estabelecem preços de R$0,12 à R$0,14 por Nm3 (data-base: outubro-2014), livres de impostos, que irão variar de acordo com as quantidades de gás bioquímico fornecidas, reajustados anualmente pelo IPCA/IBGE. OMA - Biometano Verde Paulínia: A controlada OMA possui compromisso de fornecedor biogás com a Biometano Verde Paulínia, planta de purificação de biogás no Ecoparque de Paulínia com a produção diária estimada em 180.000 m³ podendo alcançar até 300.000 m³. O contrato iniciou em outubro de 2025. Além desses, há outros compromissos, conforme relacionamos abaixo: • Earn-out: pelo Biogás entre 18.500 Nm³/h e 30.000 Nm³/h a ser verificado em ano específico, limitado ao 5º ano após o início de fornecimento. As Partes comprometem-se a expandir a capacidade da planta para esse novo volume. • Contrato de take or pay - Biogás: Entrega da totalidade do biogás para a produção do biometano a preços de mercado por um prazo de 20 anos (com garantia de fornecimento, volumes definidos etc). • Contrato de take or pay - Biometano: Edge compra até a totalidade do biometano produzido pela planta de Paulínia a preços de mercado por um prazo de 10 anos. Celebração de Contrato de Compra e Venda de Biometano: Em 15 de julho de 2024, houve a celebração de contrato de compra e venda de biometano a ser gerado no Ecoparque de Itapevi ("Contrato Itapevi") entre a BioE e a Edge Comercialização S.A., companhia controlada pela Compass Gás e Energia S.A. ("Edge" e, em conjunto com a BioE, "Partes"). Nos termos do Contrato Itapevi, a BioE, disponibiliza e venda biometano à Edge pelo prazo de 10 anos com início de fornecimento previsto para o segundo semestre de 2026, com um volume médio estimado de, no mínimo, 25 mil m³/dia de biometano. Em relação aos aspectos comerciais, o Contrato tem preço fixo, corrigido pela inflação, e remuneração variável atrelada a métricas específicas estabelecidas nos documentos da contratação. Parceria Estratégica para Aquisição do Biogás nas Regiões Metropolitanas de Curitiba e Ribeirão Preto: Em 20 de setembro de 2024, a Companhia através de sua controlada BioE, firmou parceria estratégia para exploração do biogás dos aterros sanitários de Fazenda Rio Grande (localizado na região metropolitana de Curitiba/ PR) e Guatapará (localizado na região metropolitana de Ribeirão Preto/ SP), ambos de propriedade da Estre Ambiental - Em Recuperação Judicial ("Estre"). No contexto de tal parceria, BioE e Estre firmaram contratos de compra e venda de biogás com prazo de 20 (vinte) anos, a preços semelhantes àqueles praticados pela OrizonVR em seus contratos atualmente existentes, que permitirão uma produção diária estimada da ordem de até 170.000 m3 de biometano. O início de operação das plantas, que serão 100% de propriedade da BioE, está previsto para 2027. Os contratos preveem ainda responsabilidades entre as partes usuais a esse tipo de operação, tais como, mas não se limitando, obrigações de compra e entrega de biogás, penalidades, investimentos, adiantamentos e garantias, sob determinadas condições. Produção de Biometano na Região de Bauru (SP): Em 22 de outubro de 2024, a Companhia através da BioE firmou nova parceria estratégica para exploração do biogás do aterro sanitário de Piratininga, localizado na região de Bauru, estado de São Paulo, que é de propriedade da Estre. As partes firmaram contrato de compra e venda de biogás com prazo de 20 (vinte) anos, com termos e condições usuais a esse tipo de operação, a preços semelhantes àqueles praticados pela OrizonVR em seus contratos atualmente existentes, que permitirão uma produção diária estimada de biometano da ordem de 25.000 m3 e início de operação estimado para 2027. A planta de biometano será 100% (cem por cento) de propriedade da BioE e amplia o posicionamento da OrizonVR no estado de São Paulo. Celebração de Contrato de Compra e Venda de Biometano do Ecoparque de Tremembé: Em 12 de novembro de 2024, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de biometano que será produzido no Ecoparque de Tremembé ("Contrato") entre a Orizon Biometano Tremembé Ltda. ("Biometano Tremembé"), subsidiária integral da Orizon Energia e Gás Renovável Ltda., e a Neogás do Brasil Gás Natural Comprimido S.A. ("Neogás") com garantia da Companhia Ultragaz S.A.. Nos termos do Contrato, a Biometano Tremembé disponibilizará e venderá biometano comprimido à Neogás pelo prazo de 10 anos, com fornecimento previsto para o início do terceiro trimestre de 2027 e um volume médio estimado de 35 mil m³/dia de biometano. Celebração de Contrato de Compra e Venda de Biometano - BioE: Em 1° de junho de 2025, a Companhia celebrou dois contratos de compra e venda de biometano entre sua subsidiária Orizon Energia e Gás Renovável Ltda. ("BioE") e a Ultragaz, por meio de sua subsidiária Neogás do Brasil Gás Natural Comprimido S.A. ("Neogás"), unidade de negócios dedicada ao biometano. Os contratos preveem o fornecimento de biometano comprimido, a ser produzido a partir do biogás adquirido de aterros sanitários de terceiros localizados nas regiões metropolitanas de Curitiba e Ribeirão Preto, nos municípios de Fazenda Rio Grande e Guatapará, respectivamente, conforme divulgado no Fato Relevante de 20 de setembro de 2024. Nos termos pactuados, a BioE fornecerá à subsidiária da Ultragaz o biometano comprimido por um prazo de 10 (dez) anos, com início de fornecimento estimado para o primeiro trimestre de 2028, e volume médio diário combinado de 150 mil m³ de biometano. A formalização desses contratos marca mais um avanço estratégico no posicionamento da OrizonVR como agente relevante na produção de biometano a partir do biogás de aterros sanitários, reforçando seu compromisso com a transição energética, a descarbonização da matriz energética brasileira e o desenvolvimento de soluções sustentáveis no setor de resíduos.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos: Como política de gestão de ativos financeiros, a Companhia busca permanentemente melhorar sua rentabilidade adequada ao risco. Para isso, são estabelecidos critérios e indicadores que mostrem a adequação dos riscos de liquidez, de mercado e de crédito. No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado, tais como: taxas de juros, liquidez, crédito, dentre outros. Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão apresentados a seguir:

		30/09/2025			
		Controladora		Consolidado	
Ativos financeiros	Categoria	Valor Contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	621.851	621.851	1.035.713	1.035.713
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	-	-	52.860	52.860
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	8.032	8.032	318.273	318.273
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	378.792	378.792	18.115	18.115
Depósitos judiciais e cauções	Custo amortizado	-	-	6.066	6.066
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	3.471	3.471	138.488	138.488
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	560.538	560.538	2.106.730	2.106.730
Arrendamentos	Custo amortizado	-	-	79.907	79.907
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	86.285	86.285	6.859	6.859
Outorgas a pagar	Custo amortizado	-	-	15.056	15.056
Adiantamento de clientes	Custo amortizado	-	-	153.690	153.690

		31/12/2024			
		Controladora		Consolidado	
Ativos financeiros	Categoria	Valor Contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	3.488	3.488	493.299	493.299
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	-	-	150.926	150.926
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	-	254.263	254.263
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	360.355	360.355	9.478	9.478
Depósitos judiciais e cauções	Custo amortizado	-	-	6.066	6.066
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	419	419	106.723	106.723
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	501.066	501.066	1.867.298	1.867.298
Arrendamentos	Custo amortizado	-	-	107.701	107.701
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	42.485	42.485	3.426	3.426
Outorgas a pagar	Custo amortizado	-	-	12.502	12.502
Adiantamento de clientes	Custo amortizado	-	-	158.561	158.561

A controladora indireta CTRNI possui contrato de *swap* para cobertura cambial da operação de crédito junto ao Banco Safra, conforme contrato firmado em junho de 2024. A Administração também acredita que os valores contábeis dos demais instrumentos financeiros não são significativamente diferentes dos seus respectivos valores justos, considerando-se que as taxas de juros desses instrumentos não são significativamente diferentes das taxas de mercado. b) Hierarquia do valor justo: O Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados com pouca ou nenhuma atividade de mercado (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a entidade considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*nonperformance risk*), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo. O CPC 48/ IFRS 9 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de input significativo para sua mensuração. A seguir está demonstrada uma descrição dos três níveis dessa hierarquia: • *Nível 1* - os inputs são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter a possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia. • *Nível 2* - os inputs são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os inputs do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou inputs que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo. Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia em 30 de setembro de 2025 são classificados como Níveis 1 e 2. • *Nível 3* - os inputs inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses inputs representam as melhores estimativas da administração da entidade de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados ou metodologias similares que demandam um nível significativo de julgamento ou estimativa. Em 30 de setembro de 2025, a Companhia não possuía instrumento financeiro classificado como Nível 3. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48/ IFRS 9 - *Instrumentos Financeiros: Evidenciação*, a Companhia mensura suas aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas pelo seu valor justo. A tabela a seguir demonstra resumidamente os ativos financeiros registrados a valor justo em 30 de setembro de 2025:

		Controladora			
	Hierarquia do	Valor Contábil		Preços cotados para ativos passivos e idênticos (Nível 2)	
Ativos financeiros	valor justo	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	621.851	3.488	621.851	3.488
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	-	-	-	-
Contas a receber de partes relacionadas		378.792	360.355	378.792	360.355
Passivos financeiros					
Fornecedores		3.471	419	3.471	419
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	560.538	501.066	560.538	501.066
Contas a pagar a partes relacionadas		86.285	42.485	86.285	42.485

		Consolidado			
	Hierarquia do	Valor Contábil		Preços cotados para ativos passivos e idênticos (Nível 2)	
Ativos financeiros	valor justo	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	1.035.713	493.299	1.035.713	493.299
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	52.860	150.926	52.860	150.926
Contas a receber de clientes		318.273	254.263	318.273	254.263
Contas a receber de partes relacionadas		18.115	9.478	18.115	9.478
Depósitos judiciais e cauções		6.066	6.066	6.066	6.066
Passivos financeiros					
Fornecedores		138.488	106.723	138.488	106.723
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	2.106.730	1.867.298	2.106.730	1.867.298
Arrendamentos		79.907	107.701	79.907	107.701
Partes relacionadas		6.859	3.426	6.859	3.426
Outorgas a pagar		15.056	12.502	15.056	12.502
Adiantamento de clientes		153.690	158.561	153.690	158.561

Mensuração dos instrumentos financeiros pelo valor justo: A Companhia efetuou a avaliação dos ativos e passivos financeiros em relação aos respectivos valores de mercado ou valores de recuperação, utilizando-se das informações disponíveis e melhores práticas em metodologias de avaliação de mercado para cada situação. A interpretação dos dados de mercado e as metodologias escolhidas requer alto grau de julgamento para o estabelecimento de estimativas razoáveis para se calcular o valor justo. Consequentemente, a estimativa apresentada pode não indicar, necessariamente, os montantes que seriam obtidos no mercado atual. O uso de diferentes hipóteses para o cálculo do valor justo pode resultar em efeitos significativos nos valores obtidos. Para contratos cujas condições atuais são similares àquelas nas quais foram originalmente pactuados ou não possuem parâmetro para cotação ou contratação, os valores justos são similares aos valores contábeis. Na avaliação com a finalidade de determinar o valor justo desses ativos e passivos mensurados ao custo amortizado, foi considerada a mensuração de impacto dos efeitos de adoção do CPC 48/IFRS 9. c) Gestão dos riscos financeiros: A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, crédito e mercado. A Administração acredita que o principal de risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o risco de taxa de juros, conforme descrito a seguir: *Risco de liquidez:* O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade de cumprimento de obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio da combinação da manutenção de reservas adequadas, linhas de crédito e outros produtos financeiros, monitorando continuamente o orçamento e o atual fluxo de caixa casando os prazos de vencimentos de ativos e passivos financeiros. A Administração da Companhia vem atuando para reverter os prejuízos acumulados e capital circulante líquido negativo. Entre as metas estabelecidas pela Administração para alcançar melhores resultados, e resultados já conquistados, destacamos: • Estudo de oportunidades para redução de custos e despesas que foram implementados e continuidade na avaliação de processos para melhoria operacional e administrativa. • Avanço nas negociações junto à Prefeitura Municipal de São Gonçalo envolvendo saldos a receber da controlada indireta CTRA, no que tange à liquidação de saldos do passado, compensações de impostos municipais e outorgas em aberto, além de pleito pelo aumento no prazo de concessão. • Implementação de novos negócios, para os quais a Companhia estima obter rentabilidade nos próximos exercícios. Dentre eles, destacam-se (i) a comercialização de biogás oriundo do gás gerado pela decomposição dos resíduos sólidos destinados nos aterros sanitários de Nova Iguaçu, São Gonçalo, para os quais as controladas indiretas têm contratos firmados para fornecimento de gás a terceiros até 2029; (ii) contrato de fornecimento de biogás firmado entre a CTRBM e a Biogera; e (iii) contrato de parceria para compartilhamento e utilização de biogás para geração de energia elétrica, firmado entre a antiga Ecopesa (Incorporada pela OMA em maio de 2022) e a ASJA Brasil Serviços para o Meio Ambiente Ltda. • Implementação de novas atividades de valorização de resíduos que fortalecerão a geração de caixa operacional da Companhia, com destaque para as atividades de reciclagem, briquetagem e geração de energia. • Início da operação de comercialização de energia pela unidade de recuperação energética localizada em Barueri, São Paulo, por meio do contrato firmado com a Companhia Energética de Minas Gerais de longa duração (15 anos). Acordo de reperfilamento do passivo da Companhia com fluxo de pagamento compatível com a geração de caixa da Companhia e de suas controladas. • A tabela a seguir detalha a composição e o cronograma recebimento e pagamentos dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

Ativos financeiros:

	Controladora					
Ativos financeiros	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	621.851	-	-	-	-	621.851
Partes relacionadas	-	-	-	-	378.792	378.792
Contas a receber de clientes	8.032	-	-	-	-	8.032
Total	629.883	-	-	-	378.792	1.008.675

	Consolidado					
Ativos financeiros	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	1.035.713	-	-	-	-	1.035.713
Títulos e valores mobiliários	23.143	-	-	-	29.717	52.860
Contas a receber de clientes	70.065	23.925	25.346	112.118	86.819	318.273
Total	1.128.921	23.925	25.346	112.118	116.536	1.406.846

Passivos financeiros:

	Controladora					
Passivos financeiros	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	3.471	-	-	-	-	3.471
Empréstimos e financiamentos	11.409	22.818	102.683	423.628	-	560.538
Partes relacionadas	-	-	-	86.285	-	86.285
Total	14.880	22.818	102.683	509.913	-	650.294

	Consolidado					
Passivos financeiros	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	135.750	2.337	340	61	-	138.488
Empréstimos e financiamentos	15.957	31.914	143.616	1.915.243	-	2.106.730
Arrendamentos	3.142	6.283	28.275	42.207	-	79.907
Partes relacionadas	-	-	-	-	6.859	6.859
Outorgas a pagar	15.056	-	-	-	-	15.056
Adiantamento de clientes	3.690	-	-	150.000	153.690	
Total	173.595	40.534	172.231	1.957.511	156.859	2.500.730

Risco de crédito: O risco de crédito se refere ao risco da possibilidade de descumprimento (*default*) de uma contraparte das suas obrigações contratuais resultando em perdas financeiras para a Companhia. Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração do risco de crédito são primariamente o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, aplicações financeiras restritas, contas a receber de clientes e de partes relacionadas. A prática da Companhia é depositar o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas em títulos de renda fixa de instituições financeiras com altos níveis de classificação (*ratings*) de crédito. A Companhia limita o montante de exposição a qualquer instituição financeira de modo a minimizar sua exposição ao risco de crédito. Em relação aos demais créditos, a Administração da Companhia mantém-se atenta ao monitoramento do risco de crédito, adotando as medidas e precauções cabíveis, além de constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa, sempre que houver necessidade. Em 30 de setembro de 2025 havia saldo de provisão para perdas no contas a receber consolidado no montante de R$166.782 e R$165.360, respectivamente para cobrir o risco de crédito (Nota 5). *Risco de preços:* Os preços praticados pela Companhia refletem, substancialmente, as condições de mercado. Os preços praticados nos projetos especiais são determinados com base em negociações comerciais, caso a caso. *Risco de taxa de juros:* Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados junto ao mercado. Não há política de contratação de operações com derivativos com finalidade especulativa. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos na data do balanço. Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, acima da expectativa provável. *Análise de sensibilidade da variação na taxa do CDI:* A Administração efetuou teste de sensibilidade para os ativos e passivos indexados ao CDI, considerando a deterioração da taxa do CDI em 25% e 50% inferiores e superiores, respectivamente, ao cenário provável, a partir da taxa efetiva anual levantada em 30 de setembro de 2025, conforme demonstrado a seguir:

	Ativos (Consolidado)			
Operação	Saldo 30/09/2025	Cenário provável	Cenário I Δ 25%	Cenário II Δ 50%
Taxa efetiva anual do CDI - Período findo em 30/09/2025 (*)	10,30%			
Aplicações financeiras (Nota 4)	23.143	23.991	24.799	25.607
Taxa anual estimada - exercício findo em 31/12/2025		13,97%	17,46%	20,95%
Efeito positivo (negativo) no resultado/patrimônio líquido - exercício findo em 31/12/2025		848	1.656	2.464

	Passivos (Consolidado)			
Operação	Saldo 30/06/2025	Cenário provável	Cenário I Δ 25%	Cenário II Δ 50%
Taxa efetiva anual do CDI - Período findo em 30/09/2025 (*)	10,30%			
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	2.106.730	2.183.927	2.257.480	2.331.033
Taxa anual estimada - exercício findo em 31/12/2025		13,97%	17,46%	20,95%
Aplicações financeiras (Nota 4)		77.197	150.750	224.303

(*) Fonte: Site B3(https://www.calculadorarendafixa.com.br/#/navbar/calculadora).

Risco de gerenciamento de capital: A Companhia administra seu capital objetivando assegurar a continuidade de suas atividades, ao mesmo tempo em que busca maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio de otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. d) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos: A Companhia procedeu à avaliação dos valores justos de seus principais instrumentos financeiros em 30 de setembro de 2025, utilizando técnicas usuais de precificação de mercado que envolvem julgamento por parte da Administração. Essa avaliação indica que os valores justos se aproximam dos valores contábeis reconhecidos. Para estimar o valor justo de seus instrumentos financeiros, a Administração utilizou as seguintes premissas: *Caixa e equivalentes a caixa:* Os saldos de caixa e equivalentes a caixa, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, têm valores justos similares aos saldos contábeis. *Aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas:* Os saldos de aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, têm valores justos similares aos saldos contábeis. *Empréstimos e financiamentos:* A Administração da Companhia entende que o valor contabilizado se aproxima de seu valor justo. *Contas a receber, fornecedores (terceiros) e créditos diversos:* Por representarem transações comerciais efetuadas em bases de mercado, a Administração da Companhia entende que não há diferenças materiais entre o valor justo e os saldos contábeis. *Partes relacionadas:* Os saldos ativos e passivos com partes relacionadas não são remunerados. Não foi possível qualificar os valores justos já que não existem prazos contratuais de vencimento.

27. COBERTURA DE SEGUROS (CONSOLIDADO)

A Companhia adota uma política de contratação de cobertura de seguros para os bens sujeitos à riscos por montantes, considerados pela Administração, como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 30 de setembro de 2025, as principais coberturas de seguros vigentes da Companhia e de suas controladas, referem-se as coberturas dos aterros sanitários e unidades de tratamento de resíduos, além de administrativo. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão dos nossos auditores independentes.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES (CONSOLIDADO)

Aquisição de participação societária: Em 01 de outubro de 2025, foi realizada, pela controlada Orizon Meio Ambiente S.A (OMA), a aquisição de 100% das quotas da G4 - Gestão e Controles de Materiais Ltda, empresa proprietária do aterro sanitário localizado no município de Regente Feijó, na Região Metropolitana de Presidente Prudente, estado de São Paulo. O Aterro Sanitário tem geração potencial de 10 mil toneladas mensais de resíduos sólidos urbanos. O Ativo vem com alcance também a municípios de Mato Grosso do Sul e Paraná. Pela aquisição, o valor da transação foi de R$40.000, sujeita a métricas de earn out definidas nos documentos da transação.

Leonardo Roberto Pereira dos Santos
Diretor - CPF 218.498.438-80

Jessé Gonçalves de Lima Andrade
Contador - CRC/RJ 115836/O-8 - CPF 114.816.477-41

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Orizon Valorização de Resíduos S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução: Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Orizon Valorização de Resíduos ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas. A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão. **Alcance da revisão:** Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria. **Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas:** Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis